



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 120ª À 122ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

VOL. 26 Nº 29

4 DE NOV. A 6 NOV.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS

BRÁSILIA – BRASIL
2002

ÍNDICE TEMÁTICO

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| ALEITAMENTO | | COOPERATIVA | |
| Registra a importância da amamentação para o desenvolvimento saudável da criança no transcurso da Semana Mundial de Amamentação. Sen. Mauro Miranda..... | 728 | Comenta a importância do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicred) para a agricultura brasileira e faz um apelo para a votação de Projeto de Lei de sua autoria, que dispõe sobre a modernização da legislação do cooperativismo no País. Senador Osmar Dias..... | 743 |
| Registra a comemoração da Semana Mundial da Amamentação, destacando as ações do Governo do Rio Grande do Sul no incentivo ao aleitamento materno. Sen. Emilia Fernandes..... | 740 | DÍVIDA PÚBLICA | |
| APAEs | | Retrata a pressão dos governadores, dirigida ao Presidente eleito, para o refinanciamento da dívida dos Estados. Senador Jefferson Péres..... | 739 |
| Aborda os relevantes trabalhos desenvolvidos pelas APAEs de todo o Brasil, na busca de ações voltadas para a construção de uma sociedade justa e inclusiva. Sen. Lúcio Alcântara..... | 698 | ENERGIA ELÉTRICA | |
| CEFET | | Faz algumas considerações sobre a necessidade de adoção de políticas governamentais de expansão da oferta de energia elétrica. Sen. José Jorge... | 2 |
| Registra a transformação da Escola Técnica Federal de Roraima em Centro Federal de Ensino e Tecnologia – Cefet. Senador Romero Jucá..... | 738 | Comunica a inauguração do trecho da 2ª linha de transmissão de energia entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a subestação da Eletronorte em Vila do Conde, bem como do complexo da Alça Viária ao redor da Região Metropolitana de Belém, no dia 20 de setembro passado. Sen. Luiz Otávio..... | 697 |
| CLT | | ENSINO SUPERIOR | |
| Propõe audiência pública, dirigida à Comissão de Assuntos Sociais, para a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2001, que trata da modificação do art 618 da CLT. Sen. Moreira Mendes..... | 745 | Faz um apelo para que seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, de autoria de S.Exa., que destina 0,5% dos recursos do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados arrecadados pela União para instituições de ensino superior. Sen. Mozarildo Cavalcanti..... | 677 |
| COMBATE À FOME | | HOMENAGEM | |
| Demonstra sua solidariedade com o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pela sua posição de priorizar o combate à fome. Sen. Antonio Carlos Valadares..... | 680 | Presta sua homenagem ao centenário de nascimento de Rui Barbosa. Senador Mozarildo Cavalcanti..... | 677 |

MEDIDA PROVISÓRIA

Defende a aprovação da Medida Provisória que altera a Lei nº 9.615, de 1988, a Lei Pelé, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. Sen. Maguito Vilela ...

PARECER

Parecer nº 984, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que Institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos e dá outras providências. (Proferido antes da aprovação do Requerimento nº 783, de 1999, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998). Sen. Maria do Carmo Alves.....

Parecer nº 985, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 295, de 2002 (nº 869/2002, na origem), do Presidente da República, solicitando ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União. Sen. Romero Jucá.....

Parecer nº 986, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2002 (nº 918/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma.....

Parecer nº 987, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2002 (nº 958/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pirajuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma..

Parecer nº 988, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2002 (nº 1.186/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Curimataú de Nova Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

Pág.

729

1

605

610

611

onda média na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. Sen. Nabor Junior.....

Parecer nº 989, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2002 (nº 1.256/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná. Sen. Chico Sartori.....

Parecer nº 990, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2002 (nº 1.049/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia. Sen. Antonio Carlos Junior.....

Parecer nº 991, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2002 (nº 1.327/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itagibá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia. Sen. Antonio Carlos Junior.....

Parecer nº 992, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2002 (nº 1.365/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhambupe, Estado da Bahia. Sen. Antonio Carlos Junior.....

Parecer nº 993, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2002 (nº 1.389/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia. Sen. Antonio Carlos Junior.....

Parecer nº 994, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2002 (nº 1.396/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flórida Paulista, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma.....

Parecer nº 995, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2002 (nº 1.431/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha

Pág.

613

614

615

617

618

620

621

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia. Sen. Antonio Carlos Junior. | 623 | Parecer nº 1.002, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2002 (nº 1.472/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão. Sen. Nabor Júnior.... | 633 |
| Parecer nº 996, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 624 | Parecer nº 1.003 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2002 (nº 1.474/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 635 |
| Parecer nº 997, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2002 (nº 1.502/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Unida para a Comunicação da Boa Nova em Pancas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo. Sen. Ricardo Santos..... | 626 | Parecer nº 1.004 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2002 (nº 1.476/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 636 |
| Parecer nº 998, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2002 (nº 1.514/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Sen. Nabor Junior. | 627 | Parecer nº 1.005 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto..... | 637 |
| Parecer nº 999, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2002 (nº 1.317/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AS-BOM – Ação Social "Benedita Barbosa dos Santos" de Bom Jesus – PI (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM) /RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus FM – Bom Jesus/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto..... | 629 | Parecer nº 1.006 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2002 (nº 1.151/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 639 |
| Parecer nº 1.000, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2002 (nº 1.456/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto. | 630 | Parecer nº 1.007 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2002 (nº 1.181/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Piracicaba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma. | 640 |
| Parecer nº 1.001, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2002 (nº 1.469/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 632 | Parecer nº 1.008 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2002 (nº 1.425/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma..... | 642 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| Parecer nº 1.009 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390 (nº 1.421/2001, na Câmara dos Deputados), de 2002, que aprova o ato que autoriza a ARCC – Associação Remediense Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto..... | 643 | Parecer nº 1.016 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2002 (nº 1.684/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí. Sen. Benício Sampaio..... | 655 |
| Parecer nº 1.010 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2002 (nº 1.436/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breves, Estado do Pará. Sen. Luiz Otávio..... | 645 | Parecer nº 1.017, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002 – Complementar). Sen. Paulo Souto..... | 656 |
| Parecer nº 1.011 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2002 (nº 1.455/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Notícias de Tatuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma..... | 647 | Parecer nº 1.018, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2002 (nº 3.721 /2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que "declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro", e dá outras providências. Sen. Nabor Júnior..... | 708 |
| Parecer nº 1.012 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2002 (nº 1.461/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma..... | 648 | Parecer nº 1.019, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências. Sen. José Jorge..... | 710 |
| Parecer nº 1.013 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2002 (nº 1.382/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Da Praia Do Canto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. Sen. Ricardo Santos..... | 650 | Parecer nº 1.020, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, que prorroga o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Senador José Jorge..... | 734 |
| Parecer nº 1.014 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2002 (nº 1.597/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almeirim, Estado do Pará. Sen. Luiz Otávio..... | 651 | Parecer nº 1.021, de 2002, da Comissão Diretora, que versa sobre a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem). Senador Ramez Tebet..... | 735 |
| Parecer nº 1.015 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002 (nº 1.678/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação 14 de Agosto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto..... | 653 | PARTIDO POLÍTICO | |
| | | Demonstra sua satisfação com o posicionamento do PMDB em relação ao governo do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Sen. Ney Suassuna..... | 730 |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| PRÊMIO NOBEL DA PAZ | | | |
| Registra seu apoio à indicação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil para o Prêmio Nobel da Paz. Sen. Romero Jucá..... | 744 | | |
| PRIVATIZAÇÃO | | | |
| Estranheza com a operação de venda de ações do Banco do Brasil, a apenas sessenta dias da posse do novo Governo e critica o processo de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso. Roberto Saturnino..... | 694 | de diversas empresas do Grupo Eletrobras, crédito suplementar no valor total de R\$416.466.087,00 (quatrocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitenta e sete reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas em presas, no valor global de R\$767.330.212,00 (setecentos e sessenta e sete milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e doze reais), para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | 6 |
| Faz um apelo ao governador eleito do Piauí, Wellington Dias, e ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para que sejam suspensas as privatizações da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e do Banco do Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto.. | 725 | Projeto de Lei nº 77, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$78.540.619,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e dezenove reais), em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 34 |
| PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO | | Projeto de Lei nº 78, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$74.400.000,00 (setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | 59 |
| Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2002 (nº 1.746/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ita Ondas S/C Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás. Senador Mozarildo Cavalcanti..... | 589 | Projeto de Lei nº 79, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$3.100.000,00 (três milhões, cem mil reais), para o fim que especifica". Sen. José Jorge..... | 64 |
| Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2002 (nº 2.004/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Mangabeiras para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais. Senador Mozarildo Cavalcanti..... | 599 | Projeto de Lei nº 80, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$169.667.597,00 (cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 66 |
| Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo. Senador Mozarildo Cavalcanti..... | 702 | Projeto de Lei nº 81, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$707.342.273,00 (setecentos e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 77 |
| Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2002 (nº 2.110/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Senador Mozarildo Cavalcanti..... | 706 | Projeto de Lei nº 82, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$28.205.505,00 (vinte e oito milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 109 |
| PROJETO DE LEI | | | |
| Projeto de Lei nº 76, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor | | | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| Projeto de Lei nº 83, de 2002-CN, que "Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$193.900.000,00 (cento e noventa e três milhões e novecentos mil reais), para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | 118 | crédito suplementar no valor de R\$197.811.440,00 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e quarenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 309 |
| Projeto de Lei nº 84, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$421.406.564,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 122 | Projeto de Lei nº 91, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$4.459.032.102,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinqüenta e nove milhões, trinta e dois mil, cento e dois reais) em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 319 |
| Projeto de Lei nº 85, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$43.762.093,00 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, noventa e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 133 | Projeto de Lei nº 92, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$93.234.000,00 (noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais), em favor da Justiça Federal para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 324 |
| Projeto de Lei nº 86, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor to tal de R\$6.294.845,00 (seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | 283 | Projeto de Lei nº 93, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$250.072.546,00 (duzentos e cinqüenta milhões, setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais) para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 331 |
| Projeto de Lei nº 87, de 2002-CN, que "Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$2.875.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para o fim que especifica." Sen. José Jorge..... | 290 | Projeto de Lei nº 94, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$3.201.123.539,00 (três bilhões, duzentos e um milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 356 |
| Projeto de Lei nº 88, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$240.988,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e oito reais), para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | 292 | Projeto de Lei nº 95, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$120.003.735,00 (cento e vinte milhões, três mil, setecentos e trinta e cinco reais), para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 538 |
| Projeto de Lei nº 89, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$97.825.663,00 (noventa e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | 296 | Projeto de Lei nº 96, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$195.335.000,00 (cento | |

| Pág. | Pág. |
|---|---|
| e noventa e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | |
| 543 | Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências. Sen. Waldeck Ornelas..... 668 |
| Projeto de Lei nº 97, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de R\$142.091.424,00 (cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | |
| 547 | Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que institui a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Sen. Moreira Mendes..... 669 |
| Projeto de Lei nº 98, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$63.479.999,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica". Sen. José Jorge..... | |
| 554 | Comenta Projeto de Lei que regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como complemento à Emenda Constitucional do Fundo de erradicação e combate à pobreza. Sen. Waldeck Ornelas..... 679 |
| Projeto de Lei nº 99, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | |
| 557 | Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sen. Waldeck Ornelas. 683 |
| Projeto de Lei nº 100, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$22.232.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Sen. José Jorge..... | |
| 559 | Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2002, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que prorroga o prazo para a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências. Sen. Jonas Pinheiro..... 684 |
| PROJETO DE LEI DO SENADO | |
| Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, que dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Senador Waldeck Ornelas. | |
| 664 | Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências. Sen. Mozarildo Cavalcanti..... 713 |
| Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências. Sen. Mozarildo Cavalcanti. | |
| 667 | Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Sen. Antônio Carlos Júnior. 718 |
| Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – BA, por desmembramento da | |
| | PROJETO DE RESOLUÇÃO |
| | Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União. Senador Mozarildo Cavalti..... 607 |
| | REQUERIMENTO |
| | Requerimento nº 524, de 2002, que requer a inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 5, 6, 7 e 8 sejam submetidas ao Plenário em 2º, 3º, 4º e 5º lugares. Senador Mozarildo Cavalcanti..... 733 |

VIII

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| RESERVA INDÍGENA | | esforços visando a recuperação da malha rodoviária do Centro-Oeste. Sen. Mauro Miranda..... | 695 |
| Defende a limitação da criação de reservas indígenas, ambientais e extrativistas no território nacional. Sen. Mozarildo Cavalcanti..... | 721 | RONDÔNIA | |
| RODOVIA | | Agradece o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinide Morais, pela retirada, do Estado de Rondônia, da área de risco da Febre Aftosa. Senador Chico Sartori..... | 726 |
| Critica a paralisação da licitação para as obras na rodovia BR-101, no trecho entre o município de Palhoça/SC até a fronteira do Estado com o Rio Grande do Sul e solicita a suspensão do novo edital de licitação do Banco do Estado de Santa Catarina, federalizado. Sen. Jorge Bornhausen..... | 675 | VENCIMENTO BÁSICO | |
| Faz um apelo à equipe de transição do novo Governo e ao Presidente eleito, para que evitem | | Defende o reajuste dos vencimentos dos parlamentares, que, segundo sua posição pessoal, deve vincular-se ao reajuste dos salários dos servidores públicos. Senador Jefferson Péres..... | 739 |

Ata da 120ª Sessão Não Deliberativa em 4 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Jorge, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

(*) PARECER Nº 984, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999. (Proferido antes da aprovação do Requerimento nº 783, de 1999, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

O Projeto de lei em epígrafe, de autoria do Senador Edison Lobão, tem como objetivo instituir o Programa Nacional de Bolsas de Estudo para custear, total ou parcialmente, os encargos educacionais legalmente cobrados por instituições de educação básica.

Segundo o art. 1º, somente poderão ser beneficiados pelo programa, estudantes cuja renda familiar anual não ultrapasse o limite de isenção do Imposto de Renda e que estejam matriculados em instituições que se enquadrem como confessionais, comunitárias ou filantrópicas.

O art. 2º deixa claro que os recursos públicos federais destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma do art. 213, § 1º da Constituição Federal e do art. 77, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, serão globalmente previstos no Orçamento da União diretamente para o Programa Nacional de Bolsas de Estudo.

(*) Publicado nesta edição por haver sido omitido no DSF de 2-7-2002

A proposição determina que ao Poder Executivo Federal caberá:

I – estabelecer o valor anual de cada bolsa de estudo, com base na média dos preços praticados nas escolas privadas de educação básica;

II – definir os critérios para a comprovação da insuficiência de recursos e para a seleção dos candidatos;

III – fixar o número de formulários e o de quotas de bolsas que serão distribuídos para cada unidade da Federação; e

IV – fazer a seleção dos candidatos inscritos.

O critério escolhido para a definição do número de formulários e de quotas de bolsas para cada Unidade da Federação foi o da proporcionalidade, de modo a aquilhoar-se melhor aquelas com maior percentual de jovens entre sete e quatorze anos fora da escola.

Quanto à seleção dos candidatos, será feita por órgão competente do Poder Executivo e o critério adotado foi o de se dar preferência aos residentes em Municípios onde houver maior falta de vagas ou de cursos regulares da rede pública.

Estabelece também que caberá ao órgão competente para a seleção informar a concessão da bolsa aos candidatos selecionados e enviar os recursos correspondentes diretamente para as instituições de ensino, após a comprovação de que o bolsista está devidamente matriculado e com frequência regular.

Determina ainda que nenhuma escola poderá cobrar dos bolsistas qualquer contribuição a título de complementação da anuidade, mesmo que o valor da bolsa seja inferior ao da anuidade.

Decorrido o prazo regimental, nenhuma emenda foi apresentada.

II – Análise

O objetivo do Projeto enquadra-se perfeitamente no mandamento constitucional sobre o dever do Estado com a educação e sua aprovação instituirá uma alternativa de contribuição efetiva para se garantir o ensino fundamental gratuito e obrigatório e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Os dispositivos da proposição obedeceram a determinação — existente tanto no § 1º do art. 213 da Constituição Federal, quanto no art. 77 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — segundo a qual os recursos para bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio serão destinados exclusivamente para as escolas confessionais, comunitárias ou filantrópicas.

Os critérios adotados, como o da proporcionalidade entre as unidades da Federação e o de beneficiar as populações mais carentes e os locais com maior índice de falta de vagas, respeitam o princípio federativo e estão em consonância com o espírito de redução das diferenças regionais e de justiça social que orientou os constituintes de 1988.

Apesar da competência desta Comissão não se estender ao mérito, ressaltamos a importância da argumentação apresentada pelo autor na justificação e defendemos um Programa Nacional de Bolsas de Estudo para atendimento das crianças e jovens mais carentes, pelo menos para os próximos dez anos, diante da insuficiência das três esferas do poder para garantir o direito à educação, inclusive no nível fundamental e, principalmente, no Norte e no Nordeste do País.

III – Voto

Do exposto, concluímos não haver óbices constitucionais ou jurídicos para a aprovação do Projeto nº 59, de 1999, o qual foi redigido dentro da boa técnica legislativa, e votamos favoravelmente.

Sala das Sessões, em (...). – **Maria do Carmo Alves**, Relator – **José Agripino**, Presidente – **Francelino Pereira** – **Íris Rezende** – **Antônio Carlos Valadares** – **Luzia Toledo** – **Jose Alencar** – **Jose Fogaça** – **Romeu Tuma** – **Bernardo Cabral** – **Bello Parga** – **Amir Lando** – **Lucio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, terminou o processo eleitoral. Além de eleitos o Presidente da República e os Governadores, foram renovados a Câmara Federal, dois terços do Senado e as Assembléias Legislativas. Firmou-se novo pacto, que se celebra a cada quatro anos, por meio do qual a sociedade escolhe os representantes que melhor atenderão os seus anseios, devendo, para tanto, buscar o cumprimento dos programas de campanha legitimados pelo voto.

Há muitos temas importantes em questão, sobretudo a situação econômica e social do País, que tomam praticamente todo o espaço do debate político. Não há dúvida quanto à prioridade dessas questões, mas desejo chamar a atenção para a necessidade inadiável de dar continuidade ao processo de expansão da oferta de energia elétrica, de maneira a não repetirmos a dolorosa experiência recente de crise de abastecimento.

Temos uma história rica e interessante nesse setor, bem como potencialidades que nos credenciam como um País muito bem situado no que diz respeito ao atendimento das nossas necessidades de energia elétrica. Vale recapitular um pouco dessa história, antes de abordar a problemática atual e as soluções já encaminhadas, além dos desafios que nos aguardam.

Nas primeiras décadas do séc. XX, as empresas de energia elétrica do nosso País eram privadas. Na década de 30, em meio a um forte movimento internacional de estatização dos serviços, o Brasil criou o seu Código de Águas, um mecanismo enérgico de regulamentação dos serviços privados, fazendo opção semelhante à que o Presidente Roosevelt havia feito para os Estados Unidos.

Somente em meados dos anos 50, em razão de conflitos entre o Governo e as empresas privadas em torno de tarifas e da necessidade de promover a industrialização do País, é que se deu início a um processo gradual de estatização das empresas, só concluído por volta de 1970, com resultados técnicos positivos e ganhos importantes para o Brasil.

Contudo, depois de anos de bonança, grandes investimentos e expansão considerável dos serviços de energia elétrica, em que o setor elétrico brasileiro se consolidou e ganhou inequívoca competência, uma grande crise se anunciou no início dos anos 90.

O Estado brasileiro tinha perdido a sua capacidade de investimento, entre outros motivos, porque se tentou utilizar a contenção tarifária como mecanismo de controle da inflação. Além de inibir os investimentos necessários, essa prática causava o envelhecimento e a consequente perda de confiabilidade de equipamentos e instalações. Para dar uma idéia do que isso significa, grande parte dos apagões verificados entre 1997 e 2001 ainda tiveram como causa o sucateamento do sistema, em decorrência da falta de recursos para o setor.

O aspecto mais marcante da crise do modelo estatal e rigidamente regulamentado, que então vigia, foi a grande inadimplência setorial que se acumulou no fim da década de 80 e no início dos anos 90. Muitas empresas distribuidoras de energia, de propriedade dos Estados, sobretudo as de São Paulo, recebiam energia das grandes geradoras federais, cobravam as contas dos consumidores, mas não pagavam a energia comprada.

O resultado dessa prática foi um déficit de US\$26 bilhões, valor entre 20% e 25% da dívida nacional da época, coberto, afinal, com recursos do Tesouro Nacional, em 1993, mediante aprovação da Lei nº 8.631/93, que promoveu um encontro de contas entre os Estados e a União.

Além dessas dificuldades, havia excesso de pessoal nas empresas estatais e ineficiência operacional, o que criava um ônus adicional nos custos dos serviços de energia elétrica. Como se não bastasse, o corporativismo também era um empecilho ao bom funcionamento das empresas. Em outras palavras, o modelo não mais se sustentava.

Contudo, por uma série de circunstâncias políticas, somente em 1995, foi iniciada uma grande reestruturação institucional e regulamentar do setor elétrico nacional, que durou mais ou menos até o ano 2000. Interrompido nesse ano, o processo ficou incompleto. Repleto de dificuldades, ele teve como grandes linhas mestras a introdução da livre competição nos segmentos de geração e de comercialização, com a abertura do mercado a investimentos privados, e a garantia do livre acesso às redes de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Conduzida pelo Ministério de Minas e Energia, a reestruturação teve como objetivos maiores a redução do papel do Estado nas funções empresariais, a privatização das empresas existentes e a expansão da oferta de energia elétrica, mediante a participação do setor privado. Na busca desses objetivos, foram criados novos órgãos para o sistema.

Com a atribuição de regular e fiscalizar os serviços de energia elétrica, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As operações de compra e venda de energia elétrica deveriam ocorrer no Mercado Atacadista de Energia (MAE), e a operação do Sistema Interligado Nacional ficou a cargo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Toda essa transformação se deu em meio a inúmeras dificuldades, tais como as diferenças regionais do País, a configuração de seu vasto sistema interligado de transmissão, a forte predominância da base hidráulica sobre a base térmica e o estágio muito incipiente da nossa indústria de gás natural, combustível ideal para as novas usinas termelétricas. Para complicar ainda mais, a expansão do consumo de energia elétrica, sempre superior ao crescimento do PIB, foi acentuada pela estabilização da moeda.

Para dar uma idéia desse crescimento, o consumo residencial médio brasileiro, que representa 27% da demanda nacional, cresceu de 150 kWh/mês, em 1993, para 172 kWh/mês em 2000. Também cresceram os números absoluto e relativo de domicílios atendidos pelos

serviços de energia elétrica nesse mesmo período. Em 1993, 93% dos domicílios brasileiros contavam com energia elétrica. Esse número passou a 94,8% dos domicílios existentes em 2000.

Não podemos, também, esquecer-nos de que os investimentos haviam caído substancialmente a partir do início dos anos 90. Além disso, desde 1988, quando a nova Constituição instituiu a possibilidade de se conceder a exploração dos serviços de energia elétrica à iniciativa privada, até a regulamentação desse dispositivo constitucional, em 1995, pelas Leis 8.987 e 9.074, não houve praticamente novas concessões para empreendimentos de geração de energia elétrica no País.

Sem recursos, o Governo não investia suficientemente e também não podia conceder o serviço a particulares, por falta de legislação adequada. Foram sete anos sem investimentos suficientes para fazer face à demanda, que havia passado a crescer mais que a capacidade instalada já a partir de 1984. Portanto, de 1988 a 1995, não existiam as pré-condições para investimentos. Essa defasagem haveria de se constituir numa das principais causas da crise de abastecimento que o Brasil viveu no ano passado.

Ao se iniciar a reforma do setor elétrico, várias medidas foram tomadas a partir de 1995, para tentar suprir a defasagem entre oferta e demanda, e os investimentos privados começaram a ingressar no setor, permitindo a retomada dos empreendimentos de geração e transmissão necessários à expansão da oferta.

Em 1995, havia 56 obras paralisadas ou não iniciadas. Dessas, 23, que necessitavam de investimentos da ordem de US\$10 bilhões, foram retomadas, mediante apresentação de planos de conclusão, para os quais o Governo Federal exigia uma participação mínima de 1/3 de recursos privados. Quinze dessas usinas, com uma potência de 7.713 MW, já entraram em operação, tendo sido concluídas com 2/3 de investimentos privados, em média. Outras quatro, que produzirão 1.720mW, estão sendo concluídas, e mais quatro estão em fase de negociação de parcerias para a retomada.

Graças a isso e às novas outorgas, a partir de 1996, houve um aumento significativo da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Enquanto no quinquênio 1991–1995 houve um acréscimo médio de 1.179mW por ano ao sistema, de 1996 a 2000, o crescimento da oferta passou a 3.100mW por ano, em média. A disponibilidade de potência, que era de 58.947mW em 1996, passou a 74.449mW em 2000.

Em 2000, a Agência Nacional de Energia Elétrica realizou leilões e deu autorizações para novos empreendimentos de geração que totalizam 12.254mW. Os investimentos necessários a esses empreendimentos, em

grande parte de origem privada, foram estimados em R\$16 bilhões.

Também no que diz respeito à implantação de novas linhas de transmissão, importantes para dar maior flexibilidade à operação do Sistema Interligado Nacional e para potencializar o aproveitamento da capacidade instalada, muito se fez após 1995.

Enquanto entre 1990 e 1994 foram construídos 3.400 quilômetros de linhas de transmissão com investimentos exclusivamente estatais, entre 1995 e 2000, já com participação da iniciativa privada, foram construídos 5.850 quilômetros de novas linhas de transmissão.

Essas ações, contudo, não foram suficientes para suprir a falta de investimentos do passado. O déficit acumulado de investimentos forçou a utilização da capacidade dos reservatórios dos sistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, além do razoável, já a partir de 1997. Esse uso quebrou a capacidade plurianual dos reservatórios, o que, somado à péssima temporada de chuvas de 2000/2001 e a alguns outros fatores, acabou gerando a crise de abastecimento que vivemos em 2001.

Foi um pouco antes da constatação definitiva dessa crise, em 13 de março de 2001, que assumi o Ministério de Minas e Energia. Alertado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, percebi, de imediato, que o problema era muito grave e muito maior do que um problema setorial, a ser resolvido isoladamente pelo Ministério, que, ademais, não estava suficientemente aparelhado – dada a transição que vivia o setor – para enfrentar tal desafio.

Não hesitei. Pedi ao Presidente Fernando Henrique uma reunião interministerial e propus a criação de uma câmara com poderes de articulação suficientes para fazer face à gravidade do momento. Não cabia ali qualquer ação movida por vaidade pessoal. Pensei antes no País.

O resultado é conhecido por todos. O sistema de metas de economia para cada segmento de consumo permitiu que se atravessasse o período de escassez de energia da maneira menos traumática possível, enquanto outras importantes providências eram tomadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Entre essas medidas, coube a nós, no Ministério de Minas e Energia, administrar o Programa Estratégico de Ampliação da Oferta. Esse Programa consistiu em organizar e monitorar o conjunto de obras em andamento, acelerando-as da melhor maneira possível, bem como concluir o Programa Prioritário de Termelétricidade, parte importante do Programa de Ampliação da Oferta. Além disso, criamos a Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica, incumbida de contratar geração emergencial destinada a evitar novos problemas em 2002 e 2003.

Com isso, ao final do período de racionamento, em fevereiro de 2002, foi possível ter configurado o seguinte quadro de expansão da oferta para o período 2001/2004, cuja transcrição peço seja feita nos Anais da Casa:

| Tipo de empreendimento | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Total |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 24 Hidrelétricas | 1.397 | 3.050 | 2.421 | 3.122 | 9.990 |
| 38 Térmicas(*) | 1.354 | 2.530 | 3.928 | 3.622 | 11.434 |
| 58 térmicas emergenciais | – | 2.153 | – | – | 2.153 |
| Importação | 98 | 1.088 | 400 | 800 | 2.386 |
| PCHs | 66 | 134 | 119 | – | 319 |
| Co-geração | 125 | 83 | 500 | – | 708 |
| Eólica | 2 | 261 | 394 | 393 | 1.050 |
| Total (MW) | 3.042 | 9.299 | 7.762 | 7.937 | 28.040 |

(*) Considerada redução de 20% do programa previsto.

Da mesma forma, ainda dentro do Programa Estratégico de Ampliação da Oferta, foi anunciada a ampliação do sistema de transmissão, para cujos números também solicito a transcrição:

| Ano | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Total |
|-------------------------------|------|-----------|---------|-----------|-----------|
| 26 linhas de transmissão (km) | 505 | 1.371 | 4.350 | 3.024 | 9.250 |
| Subestações (8) | – | 4.347 MVA | 900 MVA | 1.050 MVA | 6.297 MVA |

Considerando estimativas de que necessitamos de um aumento da oferta da ordem de 3.500mW por ano para suprir as necessidades nacionais – temos atualmente 75.000mW instalados –, o que se vê é que, cumprido esse Programa, não deveremos ter problemas de abastecimento de energia elétrica nos próximos anos.

O sistema de abastecimento por térmicas emergenciais, estabelecido como reserva para os anos de 2002 e 2003, deve garantir-nos tranquilidade para a travessia desses anos sem maiores sobressaltos, o que dará tempo para a conclusão de obras permanentes e para o restabelecimento da capacidade plurianual dos reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Estamos terminando o período da seca sem necessitar da energia emergencial. A capacidade desses reservatórios, aliás, já começa a se recompor, a partir dos saudáveis hábitos de racionalização do consumo de energia elétrica desenvolvidos pela população e mantidos mesmo após o fim do racionamento.

Esperava-se uma economia em torno de 7% para este ano, e os números indicam uma economia de cerca de 13%, portanto, 6% a 7% a mais do esperado.

De acordo com os dados da ONS, os reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste ultrapassaram a marca de 43% de sua capacidade no último dia de outubro. Na mesma data, os reservatórios que abastecem a região

Nordeste estavam com aproximadamente 25% da sua capacidade.

Ao compararmos esses resultados com os alcançados no ano passado na mesma data, quais sejam, 21,3% no Sudeste/Centro-Oeste e 8,4% no Nordeste, e ao considerarmos que outubro é o último mês do chamado período seco, conclui-se que as previsões a que chegamos em 28 de fevereiro último, data do fim do racionamento, foram plenamente atingidas. Atravessou-se o ano de 2002 sem a necessidade de novo racionamento de energia, e saímos do período seco com a capacidade dos reservatórios em valores muito superiores àqueles alcançados em 2001, o que praticamente garante para 2003, caso haja a continuidade dos programas de atendimento da oferta, plenas condições de atendimento da demanda.

Quanto ao armazenamento de consumo no período seco, no ano passado, no final de abril, a região Sudeste/Centro-Oeste tinha 32% da reserva e, em outubro, 21%. Portanto, no período seco, consumiram-se apenas 10,9% da capacidade. No Nordeste, em abril, tínhamos 33%, e, em outubro, apenas 8,4%; portanto, foram consumidos 24,7% da capacidade dos reservatórios. Este ano, no Sudeste/Centro-Oeste, passamos de 69% para 43%; portanto, foram consumidos 26%. No Nordeste, consumiram-se 41,3%. Ainda é um valor alto, pois, no Nordeste, como todos sabem, toda a energia é gerada a partir do rio São Francisco.

Além disso, entre 2001 e 30 de outubro deste ano, a Aneel concedeu novas outorgas para investimentos de geração que perfazem 20.986mW. Esses empreendimentos, a serem concluídos nos próximos anos sob a fiscalização da Agência, vão requerer investimentos da ordem de R\$35,4 bilhões, o que nos conduz a outra questão fundamental.

Para a continuidade de um programa de expansão da oferta de energia elétrica à altura da demanda nacional, é fundamental estimular a atuação da iniciativa privada nesse setor da economia nacional, sob pena de não termos os recursos suficientes para os investimentos necessários. Indicação clara disso é o volume global de recursos de apenas R\$7,2 bilhões destinados a investimentos pelo Orçamento da União para 2003, recentemente anunciado pelo Governo. Além disso, não podemos esquecer que a retomada do crescimento econômico certamente ampliará a demanda atual.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entendendo ser fundamental a conclusão da reforma do setor elétrico, iniciada em 1995, nela introduzindo-se os aperfeiçoamentos que a experiência nos fez ver como necessários. A conclusão do arcabouço regulatório para o setor elétrico, o fortalecimento do Ministério de Minas e

Energia – para que ele possa liderar o setor – e o estabelecimento de uma política nacional de abastecimento nacional de energia elétrica, que começa pelo planejamento setorial, são, dentre outras, ações imprescindíveis.

Do mesmo modo, a desverticalização e a redução do tamanho das empresas estatais de geração e transmissão são tarefas inadiáveis para estimular a participação da iniciativa privada, mesmo que não se queira privatizar essas empresas. O seu gigantismo lhes confere um poder de mercado que desestimula o investidor privado, de cujo capital o País não pode prescindir no momento. Em resumo, o trabalho do Comitê de Revitalização do Setor Elétrico, instituído pela Câmara de Gestão da Crise, é um bom ponto de partida para a discussão dos rumos a seguir.

O Estado, dadas as restrições financeiras atuais, deve atuar somente de forma a complementar o esforço do setor privado, realizando as obras de interesse social, que não despertem o interesse do particular, ou mesmo formando parcerias com ele, para alavancar obras estratégicas, com boa possibilidade de remuneração.

Este é o quadro que vislumbro. Penso que, vividas as turbulências da implantação do novo modelo no setor elétrico e passada a crise experimentada no ano de 2001, é momento de oferecer regras claras e estáveis, além de condições favoráveis de mercado, que estimulem os investimentos de que o Brasil tanto necessita para o seu desenvolvimento.

Creio que as condições para um futuro tranquilo, em matéria de abastecimento de energia elétrica do nosso País, estão iniciadas. A partir da crise do ano passado, foi possível construir bases seguras, não apenas em termos de obras, mas, sobretudo, do ponto de vista do despertar da consciência de toda a sociedade brasileira, para que possamos estar sempre um passo à frente no que diz respeito ao abastecimento energético do Brasil.

Atuando a partir daí, o Estado brasileiro estará numa trilha segura para garantir o abastecimento de energia que o desenvolvimento nacional exige. A experiência recente já deixou bastante clara a importância de uma política energética firme e bem direcionada na construção de um futuro melhor para o nosso País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Jorge.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 416.466.087,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas, no valor global de R\$ 767.330.212,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 416.466.087,00 (quatrocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e oitenta e sete reais), em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 767.330.212,00 (setecentos e sessenta e sete milhões, trezentos e trinta mil e duzentos e doze reais).

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º desta Lei são oriundos de cancelamento em outros projetos/atividades das respectivas empresas, conforme disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|--|--|---------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1.00 | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | TOTAL - GERAL | 416.466.087 |
| | | | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA ELÉTRICA | | TOTAL - GERAL | 416.466.087 |
| | | | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 416.466.087 |
| 752 ENERGIA ELÉTRICA | | | 416.466.087 |
| | | TOTAL - GERAL | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | 2.280.274 |
| 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | | 12.920.252 |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | 25.591.643 |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | 13.497.468 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | 145.021.759 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | 20.289.512 |
| 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL | | | 168.275.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 28.590.179 |
| | | TOTAL - GERAL | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR ORGAO | | | |
| 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | | | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR RECEITA | | | |
| TOTAL DA RECEITA ...0 | | RECEITAS CORRENTES ...0 | RECEITAS DE CAPITAL ... 0 |
| ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | | | |
| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | |
| TOTAL DO ORGAO : R\$ 416.466.087 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA FLETRICA | | | 416.466.087 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | 2.280.274 |
| 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | | 12.920.252 |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | 25.591.643 |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | 13.497.468 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | 145.021.759 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | 20.289.512 |
| 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL | | | 168.275.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 28.590.179 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS | | | |
| 32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. | | | 25.144.000 |
| 32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. | | | 10.712.867 |
| 32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. | | | 169.608.000 |
| 32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A. | | | 19.798.230 |
| 32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO | | | 23.718.697 |
| 32228 FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. | | | 131.840.011 |
| 32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE | | | 1.000.000 |
| 32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI | | | 8.705.408 |
| 32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. | | | 250.000 |
| 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. | | | 2.280.274 |
| 32273 MANAUS ENERGIA S.A. | | | 7.251.200 |
| 32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA | | | 2.900.000 |
| 32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS | | | 13.257.400 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 416.466.087 |
| TOTAL | | | 416.466.087 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR |
|---|--|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 25.144.000 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | |
| 25 ENERGIA | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 25.144.000 |
| TOTAL | | 25.144.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0296 | | ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | 25.144.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 25 | 752 | 0296 4477 | | | | | | 25.144.000 |
| | | MANUTENCAO DO COMPLEXO DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) (TOTAL DE 1.966 MW) | | | | | | 25.144.000 |
| 25 | 752 | 0296 4477 0033 | | | | | | 25.144.000 |
| | | MANUTENCAO DO COMPLEXO DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) (TOTAL DE 1.966 MW) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA MANTIDO (%) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 25.144.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 25.144.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR |
|---|--|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.712.867 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | |
| 25 ENERGIA | | 10.712.867 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | 10.712.867 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | 9.826.468 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | 576.992 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | 309.407 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 10.712.867 |
| TOTAL | | 10.712.867 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|---|--------------|---------------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | | | | | | 9.826.468 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0295 5115 | INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (AQUISICAO DE 12 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E CONSTRUCAO DE ENTRADA DA SUBESTACAO) | | | | | 9.826.468 |
| 25 | 752 | 0295 5115 0043 | INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (AQUISICAO DE 12 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E CONSTRUCAO DE ENTRADA DA SUBESTACAO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | 9.826.468 |
| | | | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 9.826.468 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | | 576.992 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0297 3427 | ESTUDOS E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA | | | | | 576.992 |
| 25 | 752 | 0297 3427 0001 | ESTUDOS E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NACIONAL | | | | | 576.992 |
| | | | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 576.992 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 309.407 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0807 4102 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | 309.407 |
| 25 | 752 | 0807 4102 0001 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL | | | | | 309.407 |
| | | | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 309.407 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 10.712.867 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|---|--|--|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 169.608.000 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 | ENERGIA | | 169.608.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 | ENERGIA ELETRICA | | 169.608.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0292 | ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | 958.000 |
| 0298 | INTEGRACAO ELETRICA NORTE-SUL | | 168.275.000 |
| 0807 | INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | 375.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 | RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 169.608.000 |
| TOTAL | | | 169.608.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | |
| FUNC | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | F S F | G N D | M O D | I U D | F T E | VA L O R |
| 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | | | | | | | 958.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0292 1887 | EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE 360 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 630 MVA/100 MVAR NAS SUBESTACOES) | | | | | | 958.000 |
| 25 752 | 0292 1837 0051 | EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE 360 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 630 MVA-100 MVAR NAS SUBESTACOES) - NO ESTADO DO MATO GROSSO | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 958.000 |
| 0298 INTEGRACAO ELETRICA NORTE-SUL | | | | | | | | 168.275.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0298 3235 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA DE 4.245 MW PARA 8.370 MW | | | | | | 168.275.000 |
| 25 752 | 0298 3235 0015 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELETRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA DE 4.245 MW PARA 8.370 MW - NO ESTADO DO PARA | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 168.275.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 375.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 752 | 0807 4103 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO | | | | | | 375.000 |
| 25 752 | 0807 4103 0001 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 375.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 169.608.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A.

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|---|--|--|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 19.798.230 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 19.798.230 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | | 19.798.230 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | 1.271.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 18.527.230 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 19.798.230 |
| TOTAL | | | 19.798.230 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A.

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | | | | | | 1.271.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 25 752 | 0295 4471 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (8.570 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 11.969,3 MVA) | | | | | | 1.271.000 |
| 25 752 | 0295 4471 0042 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (8.570 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 11.969,3 MVA) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | 1.271.000 |
| | | SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.271.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 18.527.230 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 25 752 | 0807 4102 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | | 1.578.460 |
| 25 752 | 0807 4102 0040 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL | | | | | | 1.578.460 |
| | | BEM MOVEL MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.578.460 |
| 25 752 | 0807 4103 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO | | | | | | 1.948.770 |
| 25 752 | 0807 4103 0040 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL | | | | | | 1.948.770 |
| | | ATIVO MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.948.770 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 0807 1963 | INSTALACAO DA SEDE ADMINISTRATIVA | | | | | | 15.000.000 |
| 25 752 | 0807 1963 0042 | INSTALACAO DA SEDE ADMINISTRATIVA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | 15.000.000 |
| | | SEDE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 75 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 15.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 19.798.230 |

| | | | | | | | | | |
|--|----------------|--|---|---------|----|--|-----|--|----------------------|
| 25 752 | 0294 3378 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA (251 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E DE 2 SUBESTACOES COM 400 MVA) | | | | | | | 4.038.655 |
| 25 752 | 0294 3378 0029 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA (251 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E DE 2 SUBESTACOES COM 400 MVA) - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 4.038.655 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | | 4.038.655 |
| 25 752 | 0294 3382 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO EM SERGIPE (159 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E DE SUBESTACOES DE 700 MVA) | | | | | | | 1.933.610 |
| 25 752 | 0294 3382 0028 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO EM SERGIPE (159 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E DE SUBESTACOES DE 700 MVA) - NO ESTADO DE SERGIPE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | | 1.933.610 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | | 1.933.610 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | | 6.832.462 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 25 752 | 0807 4101 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 206.818 |
| 25 752 | 0807 4101 0020 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 206.818 |
| | | IMOVEL MANTIDO (%) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | | 206.818 |
| 25 752 | 0807 4102 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | | | 6.625.644 |
| 25 752 | 0807 4102 0020 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 6.625.644 |
| | | BEM MOVEL MANTIDO (%) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | | 6.625.644 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | | 23.718.697 |
| ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | | | | | | | | | |
| UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 131.840.011 | | | | | | | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | | | | | | | |
| 25 ENERGIA | | | | | | | | | 131.840.011 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES | | | | | | | | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | | | | | | | | 131.840.011 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | | | | | | | |
| 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | | | | | | | | 11.962.252 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | | | | 119.877.759 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | | | | | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | | | | | | | 131.840.011 |
| TOTAL | | | | | | | | | 131.840.011 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | J U | F T E | VALOR |
|---|--------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE | | | | | | | | 11.962.252 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0292 3395 | | | | | | 11.962.252 |
| | | IMPLANTACAO DA UHE MANSO DE 210 MW (MT) | | | | | | |
| 25 | 752 | 0292 3395 0051 | | | | | | 11.962.252 |
| | | IMPLANTACAO DA UHE MANSO DE 210 MW (MT) - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | |
| | | USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 11.962.252 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | | | 119.877.759 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0296 3414 | | | | | | 87.900.467 |
| | | IMPLANTACAO DO CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA DE SANTA CRUZ (RJ) (ACRESCIMO DE 1.200 MW) | | | | | | |
| 25 | 752 | 0296 3414 0033 | | | | | | 87.900.467 |
| | | IMPLANTACAO DO CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA DE SANTA CRUZ (RJ) (ACRESCIMO DE 1.200 MW) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | |
| | | USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 87.900.467 |
| 25 | 752 | 0296 7164 | | | | | | 31.977.292 |
| | | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO (MG) - VITORIA (ES) - (370 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS DE 345 KV) | | | | | | |
| 25 | 752 | 0296 7164 0030 | | | | | | 31.977.292 |
| | | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO (MG) - VITORIA (ES) - (370 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS DE 345 KV) - NA REGIAO SUDESTE | | | | | | |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 20 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 31.977.292 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 131.840.011 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 1.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA | 1.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | 1.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 1.000.000

TOTAL | 1.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|---------------------------------------|----------------|--|---|-------------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | | 1.000.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0297 3367 | AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE | | | | | | 1.000.000 |
| 25 752 | 0297 3367 0012 | AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE | | | | | | 1.000.000 |
| | | REDE AMPLIADA (KM) 12 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 1.000.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|---|--|--|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.705.408 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 8.705.408 |
| TOTAL | | | 8.705.408 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|---|-------------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | | | | | | 8.705.408 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0294 3407 | AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI | | | | | | 8.705.408 |
| 25 752 | 0294 3407 0022 | AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | 8.705.408 |
| | | REDE AMPLIADA (KM) 412 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 8.705.408 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 8.705.408 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
|--|--|---|--|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.280.274 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 2.280.274 | |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 2.280.274 | |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | 2.280.274 | |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 2.280.274 | |
| TOTAL | | 2.280.274 | |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|-------------|--------|-------------|------------------|
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | | | | | | 2.280.274 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 752 | 0291 2789 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA | | | | | | 65.000 |
| 25 752 | 0291 2789 0014 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 65.000 |
| 25 752 | 0291 4431 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) | | | | | | 921.000 |
| 25 752 | 0291 4431 0014 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 921.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0291 3995 | AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA | | | | | | 1.294.274 |
| 25 752 | 0291 3995 0014 | AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA REDE AMPLIADA (KM) 28 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.294.274 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 2.280.274 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |
|---|--|---|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.900.000 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 2.900.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 2.900.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NO EIXO SUL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | 2.400.000 500.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 2.900.000 |
| TOTAL | | 2.900.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | |
|--|--------------|---------------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U D | F T E | V A L O R |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | | | | | | 2.400.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0295 4493 | | | | | | 2.400.000 |
| MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (490 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0295 4493 0043 | | | | | | 2.400.000 |
| MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (490 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | |
| SISTEMA MANTIDO (%) | | | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 2.400.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 500.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0807 4103 | | | | | | 500.000 |
| MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0807 4103 0043 | | | | | | 500.000 |
| MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | |
| ATIVO MANTIDO (%) | | | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 500.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 2.900.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |
|--|--|---|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.257.400 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 13.257.400 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 13.257.400 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | 13.157.400 100.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 13.257.400 |
| TOTAL | | 13.257.400 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | | 13.157.400 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 0297 1183 | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW | | | | | | 13.157.400 |
| 25 752 | 0297 1183 0013 | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 13.157.400 |
| | | PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 40 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 13.157.400 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 25 752 | 0807 2849 | AQUISICAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. | | | | | | 100.000 |
| 25 752 | 0807 2849 0013 | AQUISICAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 100.000 |
| | | BEM MOVEL MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 100.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 13.257.400 |

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|-----------------------------------|--|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00 | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 767.330.212 |
| | TOTAL - GERAL | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA ELÉTRICA | | | 767.330.212 |
| | TOTAL - GERAL | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 767.330.212 |
| 752 ENERGIA ELÉTRICA | | | 767.330.212 |
| | TOTAL - GERAL | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | 59.184.964 |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | 43.017.105 |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | 20.682.230 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | 518.561.003 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | 117.373.600 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 7.176.000 |
| 7006 LUZ NO CAMPO | | | 1.335.310 |
| | TOTAL - GERAL | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR ORGAO | | | |
| 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | | | 767.330.212 |
| | TOTAL - GERAL | | 767.330.212 |
| 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 350.864.125 |
| 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS | | | 350.864.125 |
| 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA | | | 350.864.125 |
| TOTAL DA RECEITA ...350.864.125 | RECEITAS CORRENTES ...350.864.125 | RECEITAS DE CAPITAL ... | 0 |
| ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | | | |
| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DO ORGAO : R\$ 767.330.212 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 25 ENERGIA | | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | 59.184.964 |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | 43.017.105 |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | | 20.682.230 |
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | 518.561.003 |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | 117.373.600 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 7.176.000 |
| 7006 LUZ NO CAMPO | | | 1.335.310 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS | | | |
| 32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. | | | 25.144.000 |
| 32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. | | | 361.576.992 |
| 32214 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. | | | 169.608.000 |
| 32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A. | | | 19.798.230 |
| 32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO | | | 23.718.697 |
| 32228 FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. | | | 131.840.011 |
| 32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE | | | 1.000.000 |
| 32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI | | | 8.705.408 |
| 32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. | | | 250.000 |
| 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. | | | 2.280.274 |
| 32273 MANAUS ENERGIA S.A. | | | 7.251.200 |
| 32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA | | | 2.900.000 |
| 32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS | | | 13.257.400 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 767.330.212 |
| TOTAL | | | 767.330.212 |
| QUADRO SINTESE POR RECEITA | | | |
| 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 350.864.125 |
| 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS | | | 350.864.125 |
| 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA | | | 350.864.125 |
| TOTAL DA RECEITA | 350.864.125 | RECEITAS CORRENTES | 350.864.125 |
| | | RECEITAS DE CAPITAL | 0 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00 |
|--|--|--|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 25.144.000 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | 25.144.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 25.144.000 |
| TOTAL | | 25.144.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VA L O R |
|----------------------|--------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0296 | | ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | 25.144.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 25 | 752 | 0296 4445 | | | | | | 25.144.000 |
| 25 | 752 | 0296 4445 0033 | | | | | | 25.144.000 |
| | | SUBSTITUICAO DE ELEMENTO COMBUSTIVEL NUCLEAR DO COMPLEXO DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) | | | | | | 25.144.000 |
| | | SUBSTITUICAO DE ELEMENTO COMBUSTIVEL NUCLEAR DO COMPLEXO DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RECARGA EFETUADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 25.144.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 25.144.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

| | |
|--|-------------|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 361.576.992 | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | 361.576.992 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | 361.576.992 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | 361.576.992 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 361.576.992 |
| TOTAL | 361.576.992 |

| QUADRO SINTESE POR RECEITA | | | | | |
|----------------------------|---|--------------------|-------------|---------------------|---|
| 6.0.0.0.00.00 | RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 350.864.125 | |
| 6.1.0.0.00.00 | RECURSOS PROPRIOS | | | 350.864.125 | |
| 6.1.1.0.00.00 | GERACAO PROPRIA | | | 350.864.125 | |
| TOTAL DA RECEITA | 350.864.125 | RECEITAS CORRENTES | 350.864.125 | RECEITAS DE CAPITAL | 0 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | | | 361.576.992 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0296 5501 | IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA EM MACAE (RJ) COM 500 MW DE CAPACIDADE | | | | | | 361.576.992 |
| 25 752 | 0296 5501 0033 | IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA EM MACAE (RJ) COM 500 MW DE CAPACIDADE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | 361.576.992 |
| | | USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 33 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 361.576.992 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 361.576.992 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 169.608.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 169.608.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA | 169.608.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | 58.500.000
 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | 10.593.000
 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | 96.615.000
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 3.900.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 169.608.000

TOTAL | 169.608.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO:PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | | | | | | 58.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 0291 1885 | RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DE UHE COARACY NUNES (ACRESCIMO DE 4 MW) | | | | | | 5.500.000 |
| 25 752 | 0291 1885 0016 | RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DE UHE COARACY NUNES (ACRESCIMO DE 4 MW) - NO ESTADO DO AMAPA | | | | | | 5.500.000 |
| | | UNIDADE RECAPACITADA (% DE EXECUCAO FISICA) 30 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 5.500.000 |
| 25 752 | 0291 3243 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA (520 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 339 MVA) | | | | | | 52.000.000 |
| 25 752 | 0291 3243 0016 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA (520 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 339 MVA) - NO ESTADO DO AMAPA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | 52.000.000 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 23 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 52.000.000 |
| 25 752 | 0291 3248 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE INTERLIGACAO BRASIL - VENEZUELA (190 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 200 MVA) - RR | | | | | | 1.000.000 |
| 25 752 | 0291 3248 0014 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE INTERLIGACAO BRASIL - VENEZUELA (190 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 200 MVA) - RR - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | 1.000.000 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | | | | | | 10.593.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 0294 1891 | AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 200 MVA/140 MVAR NAS SUBESTACOES) | | | | | | 10.593.000 |
| 25 752 | 0294 1891 0101 | AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHAO (ACRESCIMO DE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E DE 200 MVA/140 MVAR NAS SUBESTACOES) - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | 10.593.000 |
| | | SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 10.593.000 |

| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | 96.615.000 |
|--|----------------|--|---|---------|----|-------|--------------------|
| | | ATIVIDADES | | | | | |
| 25 752 | 0297 4462 | MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (6.525 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E 14.294 MVA DE SUBESTACOES) | | | | | 15.815.000 |
| 25 752 | 0297 4462 0010 | MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (6.525 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E 14.294 MVA DE SUBESTACOES) - NA REGIAO NORTE | | | | | 15.815.000 |
| | | SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 15.815.000 |
| 25 752 | 0297 4467 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (5.071,62 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) | | | | | 2.000.000 |
| 25 752 | 0297 4467 0001 | MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (5.071,62 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NACIONAL | | | | | 2.000.000 |
| | | SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 2.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | |
| 25 752 | 0297 1879 | RECAPITACAO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TERMICO DE RONDONIA (ACRESCIMO DE 18 MW) | | | | | 1.000.000 |
| 25 752 | 0297 1879 0011 | RECAPITACAO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TERMICO DE RONDONIA (ACRESCIMO DE 18 MW) - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | 1.000.000 |
| | | UNIDADE RECAPITADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2 | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 1.000.000 |
| 25 752 | 0297 1881 | RECAPITACAO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TERMICO DO ACRE | | | | | 3.000.000 |
| 25 752 | 0297 1881 0012 | RECAPITACAO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TERMICO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE | | | | | 3.000.000 |
| | | UNIDADE RECAPITADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11 | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 3.000.000 |
| 25 752 | 0297 1897 | EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.200 MVA/351 MVAR NAS SUBESTACOES) | | | | | 31.800.000 |
| 25 752 | 0297 1897 0015 | EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.200 MVA/351 MVAR NAS SUBESTACOES) - NO ESTADO DO PARA | | | | | 31.800.000 |
| | | SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 11 | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 31.800.000 |
| 25 752 | 0297 3242 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE - RONDONIA (1.342 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 1.664 MVA/402 MVAR) | | | | | 43.000.000 |
| 25 752 | 0297 3242 0010 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ACRE - RONDONIA (1.342 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 1.664 MVA/402 MVAR) - NA REGIAO NORTE | | | | | 43.000.000 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8 | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 43.000.000 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | 3.900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | |
| 25 752 | 0807 4101 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS | | | | | 700.000 |
| 25 752 | 0807 4101 0001 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | 700.000 |
| | | IMOVEL MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 700.000 |
| 25 752 | 0807 4102 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | 3.200.000 |
| 25 752 | 0807 4102 0001 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL | | | | | 3.200.000 |
| | | BEM MOVEI MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 495 | 3.200.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | 169.608.000 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A.

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR |
|---|--|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 19.798.230 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | |
| 25 ENERGIA | | 19.798.230 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | 19.798.230 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | |
| 0295 ENERGIA NO EIXO SUL | | 19.798.230 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 19.798.230 |
| TOTAL | | 19.798.230 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S.A.

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0295 | | ENERGIA NO EIXO SUL | | | | | | 19.798.230 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 | 752 | 0295 3250 | | | | | | 19.798.230 |
| 25 | 752 | 0295 3250 0040 | | | | | | 19.798.230 |
| | | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2.807 MVA) | | | | | | 19.798.230 |
| | | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2.807 MVA) - NA REGIAO SUL | | | | | | 19.798.230 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 19.798.230 |
| | | TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | 19.798.230 |

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR |
|---|--|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 23.718.697 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | |
| 25 ENERGIA | | 23.718.697 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | |
| 752 ENERGIA ELETRICA | | 23.718.697 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | 23.718.697 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 23.718.697 |
| TOTAL | | 23.718.697 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | | | | | | | |
| 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | | | | | | 23.718.697 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0294 5103 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE BONGI EM 113 MW (SUBSTITUICAO DE COMBUSTIVEL E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS) | | | | | | 10.000.000 |
| 25 752 | 0294 5103 0026 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE BONGI EM 113 MW (SUBSTITUICAO DE COMBUSTIVEL E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 4 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 10.000.000 |
| 25 752 | 0294 5105 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE CAMACARI EM 157 MW (SUBSTITUICAO DE COMBUSTIVEL E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS) | | | | | | 13.718.697 |
| 25 752 | 0294 5105 0029 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE CAMACARI EM 157 MW (SUBSTITUICAO DE COMBUSTIVEL E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS) - NO ESTADO DA BAHIA USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 13.718.697 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 23.718.697 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

TOTAL DA UNIDADE : RS 131.840.011

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 131.840.011

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA | 131.840.011

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | 131.840.011

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 131.840.011

TOTAL | 131.840.011

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | | | | | | | | 131.840.011 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0296 5121 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BATEIAS (PR) - IBIUNA (SP) (328 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS) | | | | | | 54.066.595 |
| 25 752 | 0296 5121 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BATEIAS (PR) - IBIUNA (SP) (328 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 13 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 54.066.595 |
| 25 752 | 0296 5123 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO FOZ DO IGUACU (PR) - SAO PAULO (SP) (800 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS) | | | | | | 30.000.000 |
| 25 752 | 0296 5123 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO FOZ DO IGUACU (PR) - SAO PAULO (SP) (800 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS) - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 10 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 30.000.000 |
| 25 752 | 0296 5511 | REABILITACAO E OTIMIZACAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA | | | | | | 47.773.416 |
| 25 752 | 0296 5511 0001 | REABILITACAO E OTIMIZACAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL SISTEMA OTIMIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 47.773.416 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 131.840.011 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 |
|--|--|---|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.000.000 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 1.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 1.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 7006 LUZ NO CAMPO | | 1.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 1.000.000 |
| TOTAL | | 1.000.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
|---|--------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-----------|
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 7006 | | LUZ NO CAMPO | | | | | | 1.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 | 752 | 7006 3369 | | | | | | 1.000.000 |
| | | AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE | | | | | | |
| 25 | 752 | 7006 3369 0012 | | | | | | 1.000.000 |
| | | AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (KM) 98 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| | | TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | 1.000.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 |
|--|--|---|
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.705.408 | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | 8.705.408 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 8.705.408 |
| TOTAL | | 8.705.408 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0294 | | ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | | | | | | 8.705.408 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0294 3379 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 284 MVA) | | | | | | 8.705.408 |
| 25 752 | 0294 3379 0022 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 284 MVA) - NO ESTADO DO PIAUI (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | 8.705.408 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 8.705.408 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 8.705.408 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A.

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|---|---|--|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250.000 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | 25 ENERGIA | | 250.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | 752 ENERGIA ELETRICA | | 250.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | 250.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | 250.000 |
| TOTAL | | | 250.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A.

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0297 | | ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | 250.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0297 3381 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA (622 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 13,8 KV) | | | | | | 250.000 |
| 25 752 | 0297 3381 0011 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA (622 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 13,8 KV) - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | 250.000 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 250.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 250.000 |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.280.274

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 2.280.274

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA | 2.280.274

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE 684.964
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1.260.000
7006 LUZ NO CAMPO 335.310

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.280.274

TOTAL | 2.280.274

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U D | F T E | VALOR |
|------------|--------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| 0291 | | ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE | | | | | | 684.964 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0291 2793 | | | | | | 282.000 |
| 25 | 752 | 0291 2793 0014 | | | | | | 282.000 |
| | | MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (81 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) | | | | | | |
| | | MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (81 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 282.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0291 3396 | | | | | | 302.964 |
| 25 | 752 | 0291 3396 0014 | | | | | | 302.964 |
| | | IMPLANTACAO DA REDE DE SUBTRANSMISSAO DE BOA VISTA (RR) (30,1 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 69 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS) | | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DA REDE DE SUBTRANSMISSAO DE BOA VISTA (RR) (30,1 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 69 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 302.964 |
| 25 | 752 | 0291 3399 | | | | | | 100.000 |
| 25 | 752 | 0291 3399 0014 | | | | | | 100.000 |
| | | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE RORAIMA DE 81 MW | | | | | | |
| | | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE RORAIMA DE 81 MW - NO ESTADO DE RORAIMA USINA REVITALIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 100.000 |
| 0807 | | INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | 1.260.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 25 | 752 | 0807 4102 | | | | | | 200.000 |
| 25 | 752 | 0807 4102 0014 | | | | | | 200.000 |
| | | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | | |
| | | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RORAIMA BEM MOVEI MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 200.000 |
| 25 | 752 | 0807 4103 | | | | | | 1.060.000 |
| 25 | 752 | 0807 4103 0014 | | | | | | 1.060.000 |
| | | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO | | | | | | |
| | | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RORAIMA ATIVO MANTIDO (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.060.000 |

| 7006 LUZ NO CAMPO | | | | | | | 335.310 | |
|--|----------------|--|-------|---|-------|-----|------------------|-----------|
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 7006 3401 | AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) | | | | | 335.310 | |
| 25 752 | 7006 3401 0014 | AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA REDE AMPLIADA (KM).35 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 335.310 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | 2.280.274 | |
| ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A. | | | | | | | | |
| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.251.200 | | | | | | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA | | | | | | | 7.251.200 | |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA | | | | | | | 7.251.200 | |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | 7.251.200 | |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | | | | | 7.251.200 | |
| TOTAL | | | | | | | 7.251.200 | |
| ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A. | | | | | | | | |
| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | | 7.251.200 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 25 752 | 0297 3219 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTALACAO DE USINA TERMELETRICA DE PRODUTOR INDEPENDENTE | | | | | | 900.000 |
| 25 752 | 0297 3219 0013 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTALACAO DE USINA TERMELETRICA DE PRODUTOR INDEPENDENTE - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 900.000 |
| | | USINA CONECTADA (UNIDADE) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 900.000 |
| 25 752 | 0297 3261 | TRANSFORMACAO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELETRICA PARA UTILIZACAO DO GAS NATURAL | | | | | | 60.000 |
| 25 752 | 0297 3261 0013 | TRANSFORMACAO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELETRICA PARA UTILIZACAO DO GAS NATURAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 60.000 |
| | | USINA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 60.000 |
| 25 752 | 0297 3263 | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA | | | | | | 791.200 |
| 25 752 | 0297 3263 0013 | REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 791.200 |
| | | PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 791.200 |
| 25 752 | 0297 3398 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA) | | | | | | 5.500.000 |
| 25 752 | 0297 3398 0013 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA) - NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI) | | | | | | 5.500.000 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 9 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 5.500.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | 7.251.200 | |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.257.400

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 13.257.400

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA | 13.257.400

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | 13.257.400

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 13.257.400

TOTAL | 13.257.400

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | | | | | | | | 13.257.400 |
| PROJETOS | | | | | | | | |
| 25 752 | 0297 3267 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA | | | | | | 13.157.400 |
| 25 752 | 0297 3267 0013 | AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 13.157.400 |
| | | PARQUE AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6 | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 13.157.400 |
| 25 752 | 0297 3273 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTALACAO DE USINA TERMELETRICA DE PRODUTOR INDEPENDENTE | | | | | | 100.000 |
| 25 752 | 0297 3273 0013 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTALACAO DE USINA TERMELETRICA DE PRODUTOR INDEPENDENTE - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | 100.000 |
| | | USINA CONECTADA (UNIDADE) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 100.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 13.257.400 |

Aviso nº 1.186 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$416.466.087,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas, no valor global de R\$767.330.212,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente. – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....

Art.12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que

apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 77, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 78.540.619,00, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 78.540.619,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e dezenove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| | 0568 | PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 5.200.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 02 126 | 0568 5560 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 5.200.000 |
| 02 126 | 0568 5560 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.800.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 2.400.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.200.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.200.000 |

ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|------------|
| 0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 28.230.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 1136 | REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES | | | | | | | 340.000 |
| 02 061 | 0569 1136 0002 | REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 340.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 3.945.000 |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.945.000 |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.955.000 |
| 02 122 | 0569 2002 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 1.990.000 |
| 02 122 | 0569 2002 0001 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.960.000 |
| 02 122 | 0569 2002 0001 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.550.000 |
| 02 126 | 0569 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 410.000 |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.885.000 |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 3.885.000 |
| 02 301 | 0569 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 3.885.000 |
| 02 301 | 0569 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.850.000 |
| 02 301 | 0569 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.850.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 3755 | IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS | | | | | | | 780.000 |
| 02 061 | 0569 3755 0001 | IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 780.000 |
| 02 061 | 0569 3757 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 1.570.000 |
| 02 061 | 0569 3757 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.570.000 |
| 02 061 | 0569 3757 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| 02 061 | 0569 3757 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.320.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4224 | ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES | | | | | | | 1.700.000 |
| 02 061 | 0569 4224 0001 | ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.700.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 5197 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO DA SECAO JUDICIARIA EM NATAL - RN | | | | | | | 650.000 |
| 02 061 | 0569 5197 0101 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO DA SECAO JUDICIARIA EM NATAL - RN - NO MUNICIPIO DE NATAL - RN | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 650.000 |
| 02 061 | 0569 5205 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 10.350.000 |
| 02 061 | 0569 5205 0001 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.350.000 |
| 02 061 | 0569 5205 0001 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 6.210.000 |
| 02 061 | 0569 5205 0001 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 4.140.000 |
| 02 061 | 0569 7345 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM TERESINA - PI | | | | | | | 1.200.000 |
| 02 061 | 0569 7345 0101 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM TERESINA - PI - NO MUNICIPIO DE TERESINA - PI | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.380.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.850.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.230.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | 3.800.000 | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 675.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 675.000 |
| 02 122 | 0569 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| 02 122 | 0569 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 7241 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM CUIABA - MT | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 7241 0003 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM CUIABA - MT - NO MUNICIPIO DE CUIABA - MT (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI) | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 3.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | 3.800.000 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 3.800.000 | | | | | | |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | 1.045.000 | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 02 126 | 0569 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 645.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 645.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | 1.045.000 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 1.045.000 | | | | | | |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 1.700.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 800.000 |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| 02 126 | 0569 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 900.000 |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 900.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.700.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.700.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 3.050.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 250.000 |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| 02 126 | 0569 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 2.350.000 |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.350.000 |
| 02 301 | 0569 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| 02 301 | 0569 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.600.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 450.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.050.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SA. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | 2.375.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 122 | 0569 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | | 315.000 |
| 02 122 | 0569 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 315.000 | |
| 02 122 | 0569 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | | 120.000 |
| 02 122 | 0569 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 120.000 | |
| 02 122 | 0569 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | | 1.250.000 |
| 02 122 | 0569 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 800.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 | |
| 02 126 | 0569 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | | 490.000 |
| 02 126 | 0569 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 490.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 190.000 | |
| 02 128 | 0569 4599 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | 200.000 |
| 02 128 | 0569 4599 0001 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.375.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.375.000 | |

ORGAO : 13000 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO
UNIDADE : 13101 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0566 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR | | | | | | | | 99.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 306 | 0566 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 99.000 |
| 02 306 | 0566 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 99.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 99.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.000 | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 412.400 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 135.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 135.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| | | | | | | | | | 65.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 277.400 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 277.400 |
| | | | | | | | | | 277.400 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 412.400 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 412.400 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO - RIO DE JANEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 573.564 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 573.564 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 573.564 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| | | | | | | | | | 73.564 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 573.564 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 573.564 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO - SAO PAULO

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 1.579.420 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 1.215.088 | |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.215.088 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 00.000 | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 181.137 | |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 181.137 | |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 183.195 | |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 183.195 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 183.195 | |
| 0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | 20.000.000 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0195 | RECURSOS PARA RETOMADA DE EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS | | | | | | | 20.000.000 | |
| 28 846 | 0909 0195 0035 | RECURSOS PARA RETOMADA DE EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.579.420 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.579.420 | |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO - RIO GRANDE DO SUL

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 873.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 161.000 | |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 110.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 51.000 | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 149.000 | |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 149.000 | |
| 02 061 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 468.000 | |
| 02 061 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 213.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 255.000 | |
| 02 306 | 0571 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 95.000 | |
| 02 306 | 0571 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 95.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 873.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 873.000 | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO - BAHIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | 400.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | | 200.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 | |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 400.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 400.000 | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO - PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | | 200.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | | 600.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 350.000 | |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | | 200.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 | |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª. REGIÃO - CEARÁ

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 251.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 151.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 51.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 251.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 251.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO - PARÁ/AMAPÁ

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 562.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 250.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 172.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 172.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 90.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 50.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 562.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 562.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO - PARANÁ

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 880.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 110.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| | | | | | | | | | 30.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 64.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 64.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 606.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 606.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 516.000 |
| | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 880.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 880.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO - RONDONIA/ACRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 112.971 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 112.971 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 112.971 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 112.971 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.971 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 354.897 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 95.443 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 95.443 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 259.454 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 239.654 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 19.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 354.897 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 354.897 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO - AMAZONAS/RORAIMA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 380.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 180.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 180.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 50.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 150.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 380.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 380.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO - SANTA CATARINA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | 306.200 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 118.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 118.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 15.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 40.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 100.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 02 306 | 0571 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 33.200 |
| 02 306 | 0571 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 33.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 306.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 306.200 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | 400.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 100.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 300.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 400.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 400.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO - CAMPINAS/SP

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 1.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 1.000.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 500.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.500.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO - MARANHAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 325.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 300.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| 02 306 | 0571 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.000 |
| 02 306 | 0571 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 325.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 325.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO - ESPIRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 66.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 66.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 66.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 66.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 66.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO - GOIAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 831.976 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 209.823 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 209.823 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 399.153 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 399.153 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 200.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| 02 306 | 0571 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.000 |
| 02 306 | 0571 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 831.976 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 831.976 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO - ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| | | | | | | | | | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 165.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 140.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 25.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 165.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 165.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO - SERGIPE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 4.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 4.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO - RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 464.736 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 230.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 20.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 200.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 14.736 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.736 |
| TOTAL - FISCAL 464.736 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 464.736 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO - MATO GROSSO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 640.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 316.000 |
| 02 122 | 0571 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 316.000 |
| 02 122 | 0571 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 324.000 |
| 02 122 | 0571 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 324.000 |
| TOTAL - FISCAL 640.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 640.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | | | | | | | | | 434.011 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 03 122 | 0581 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 154.011 |
| 03 122 | 0581 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 154.011 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 5273 | APARELHAMENTO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA EM BRASILIA - DF | | | | | | | 280.000 |
| 03 091 | 0581 5273 0053 | APARELHAMENTO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA EM BRASILIA - DF - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 280.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 434.011 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 434.011 |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | | | | | | | | | 525.444 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 5279 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO MINISTERIO PUBLICO DA PROMOTORIA DE JUSTICA NO GAMA - DF | | | | | | | 525.444 |
| 03 091 | 0581 5279 0053 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO MINISTERIO PUBLICO DA PROMOTORIA DE JUSTICA NO GAMA - DF - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 525.444 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 525.444 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 525.444 |

ORGAO : 13000 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO
UNIDADE : 13101 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0566 PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR | | | | | | | | | 99.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0566 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 99.000 |
| 02 331 | 0566 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 99.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 99.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 99.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRAEALHO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 412.400 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 126 | 0571 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 390.000 |
| 02 126 | 0571 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | | | | | | | 390.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 390.000 |
| 02 301 | 0571 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 22.400 |
| 02 301 | 0571 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 22.400 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.400 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 390.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 22.400 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 412.400 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO - RIO DE JANEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 73.564 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 73.564 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 73.564 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.564 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 73.564 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRAEALHO DA 4A. REGIAO - RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRAEALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 373.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 136.500 |
| 02 301 | 0571 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 136.500 |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 236.500 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 236.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 236.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 136.500 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 373.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO - PARA/AMAPA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 92.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 92.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 92.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 92.000 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO - PARANA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 80.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 80.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 80.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 80.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO - SANTA CATARINA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 33.200 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 301 | 0571 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 5.700 |
| 02 301 | 0571 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.700 |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 27.500 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 27.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.700 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 33.200 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO - MARANHAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 25.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 365 | 0571 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.000 |
| 02 365 | 0571 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRAEALHO
 UNIDADE : 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO - ESPIRITO SANTO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 66.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 30.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 30.000 |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 36.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 36.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 66.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 66.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO - GOIAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 23.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0571 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 8.000 |
| 02 122 | 0571 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 15.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.000 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO - SERGIPE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 4.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0571 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.000 |
| 02 331 | 0571 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.000 |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| | | | | | | | | | |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | | | | | | | | | 434.011 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 3728 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA EM BRASILIA | | | | | | | 434.011 |
| 03 091 | 0581 3728 0053 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA EM BRASILIA - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 434.011 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 434.011 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 434.011 |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | | | | | | | | | 525.444 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 1205 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE, EM BRASILIA | | | | | | | 525.444 |
| 03 091 | 0581 1205 0053 | CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE, EM BRASILIA - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 525.444 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 525.444 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 525.444 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 76.300.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) | | | | | | | 76.300.000 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 76.300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.300.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 76.300.000 |

Aviso nº 1.187 –SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$78.540.619,00, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar à indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a

execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os Órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 78, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 74.400.000,00, em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 74.400.000,00 (setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | 3.600.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 02 031 | 0569 1914 | CONSTRUCAO DO CENTRO DE TREINAMENTO DA 1ª REGIAO EM BRASILIA - DF - CENTREJUFE | | | | | | | 3.600.000 | |
| 02 031 | 0569 1914 0101 | CONSTRUCAO DO CENTRO DE TREINAMENTO DA 1ª REGIAO EM BRASILIA - DF - CENTREJUFE - NO DISTRITO FEDERAL - DF | | | | | | | 3.600.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 3.600.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.600.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.600.000 | |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | 64.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 3776 | AQUISICAO DE PREDIO PARA A JUSTICA FEDERAL EM SAO PAULO - SP | | | | | | | 64.000.000 | |
| 02 061 | 0569 3776 0101 | AQUISICAO DE PREDIO PARA A JUSTICA FEDERAL EM SAO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP | | | | | | | 64.000.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 | |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 60.000.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 64.000.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.000.000 | |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 6.800.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 3786 | AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS | | | | | | | 6.800.000 |
| 02 061 | 0570 3786 0101 | AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 6.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.800.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 6.800.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 02 126 | 0570 7129 | IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 6.800.000 |
| 02 126 | 0570 7129 0001 | IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL REDE INSTALADA (% DE EXECUCAO FISICA)25 | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 6.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.800.000 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0352 | | PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | 67.600.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 67.600.000 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8 427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 67.600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 67.600.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 67.600.000 |

Aviso nº 1.188 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$74.400.000,00, em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar à indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 3.100.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

| ANEXO I | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL | | | 3.100.000 | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0627 5407 | DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES | | | | | | | 3.100.000 |
| 05 572 | 0627 5407 0001 | DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 3.100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | 3.100.000 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 3.100.000 | | | | | | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

| ANEXO II | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL | | | 2.693.197 | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0627 3122 | DESENVOLVIMENTO DO AM-X | | | | | | | 2.693.197 |
| 05 572 | 0627 3122 0001 | DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 2.693.197 |
| 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA | | | 406.803 | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 126 | 0632 3116 | MODERNIZACAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E ELETRONICA | | | | | | | 406.803 |
| 05 126 | 0632 3116 0001 | MODERNIZACAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E ELETRONICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 406.803 |
| TOTAL - FISCAL | | | 3.100.000 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 3.100.000 | | | | | | |

Aviso nº 1.189- SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$3.100.000,00, para o fim que especifica”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**).

(À Comissão mista de Planos e Orçamentos.)

PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 169.667.597,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 169.667.597,00 (cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2001, no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais);

II – excesso de arrecadação de receitas no valor de R\$ 87.849.348,00 (oitenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais), sendo:

a) R\$ 48.428.985,00 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais) vinculadas do Tesouro Nacional;

b) R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) não financeiras diretamente arrecadadas do Fundo do Exército; e

c) R\$ 39.070.363,00 (trinta e nove milhões, setenta mil, trezentos e sessenta e três reais) de operações de crédito externas em bens e/ou serviços; e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 79.218.249,00 (setenta e nove milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e quarenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | 8.673.778 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 4.590.338 | |
| 04 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.590.338 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 610.000 | |
| 14 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 240.040 | |
| 14 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 240.040 | |
| 14 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 3.593.400 | |
| 14 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.593.400 | |
| 14 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 250.000 | |
| 14 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.673.778 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.673.778 | |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0663 SEGURANCA NAS RODOVIAS FEDERAIS 1.000.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 06 122 | 0663 2718 | MANUTENCAO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL NAS ESTRADAS | | | | | | | |
| 06 122 | 0663 2718 0001 | MANUTENCAO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL NAS ESTRADAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 350 | 1.000.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 1.600.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 06 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 06 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 350 | 1.000.000 |
| 06 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | |
| 06 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 350 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL 2.600.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.600.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30202 - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0151 TERRITORIO E CULTURA INDIGENAS 47.868 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 14 125 | 0151 2707 | FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS | | | | | | | |
| 14 125 | 0151 2707 0001 | FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 47.868 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 1.603.460 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 14 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 14 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.111.300 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 492.160 |
| TOTAL - FISCAL 1.651.328 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.651.328 | | | | | | | | | |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30905 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR | | | | | | | | | 2.000.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 14 422 | 0697 6067 | APOIO A PROJETOS DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS | | | | | | | 2.000.000 | |
| 14 422 | 0697 6067 0001 | APOIO A PROJETOS DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - NACIONAL | | | | | | | 2.000.000 | |
| | | PROJETO APOIADO (UNIDADE)10 | F | 3 | P | 30 | 0 | 150 | 400.000 | |
| | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 150 | 400.000 | |
| | | | F | 3 | P | 50 | 0 | 150 | 400.000 | |
| | | | F | 4 | P | 30 | 0 | 150 | 400.000 | |
| | | | F | 4 | P | 40 | 0 | 150 | 400.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0625 GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | | | | 70.974 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 05 306 | 0625 2864 | ALIMENTACAO DE PESSOAL | | | | | | | 70.974 | |
| 05 306 | 0625 2864 0001 | ALIMENTACAO DE PESSOAL - NACIONAL | | | | | | | 70.974 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 70.974 | |
| 0643 CALHA NORTE | | | | | | | | | 150.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 05 152 | 0643 2445 | MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 150.000 | |
| 05 152 | 0643 2445 0010 | MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | | | | | | | 150.000 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 137.093 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 05 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 50.869 | |
| 05 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 50.869 | |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)3612 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.869 | |
| 05 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 86.224 | |
| 05 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 86.224 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 86.224 | |
| 8032 OPERACOES MILITARES | | | | | | | | | 5.000.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 05 128 | 8032 4229 | OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS | | | | | | | 5.000.000 | |
| 05 128 | 8032 4229 0004 | OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS - NACIONAL | | | | | | | 5.000.000 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.358.067 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.358.067 | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA | | | | | | | 39.064.935 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 151 | 0632 3113 | AQUISICAO DE AERONAVES | | | | | | | 39.064.935 |
| 05 151 | 0632 3113 0001 | AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 39.064.935 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.064.935 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.064.935 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO | | | | | | | 39.070.363 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 153 | 0628 3138 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO | | | | | | | 39.070.363 |
| 05 153 | 0628 3138 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 149 | 39.070.363 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.070.363 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.070.363 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0622 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA | | | | | | | | | |
| 54.328.985 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 152 | 0622 2855 | MANUTENCAO DE MEIOS NAVAIS | | | | | | | 5.000.000 |
| 05 152 | 0622 2855 0001 | MANUTENCAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 4.414.552 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 138 | 585.448 |
| 05 152 | 0622 2856 | MANUTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS | | | | | | | 5.000.000 |
| 05 152 | 0622 2856 0001 | MANUTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 4.825.165 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 138 | 174.835 |
| 05 152 | 0622 2858 | ABASTECIMENTO DE SOBRESSALENTES E EQUIPAGENS | | | | | | | 5.000.000 |
| 05 152 | 0622 2858 0001 | ABASTECIMENTO DE SOBRESSALENTES E EQUIPAGENS - NACIONAL | | | | | | | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 4.745.955 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 138 | 254.045 |
| 05 152 | 0622 2859 | APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS | | | | | | | 16.900.000 |
| 05 152 | 0622 2859 0001 | APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | 16.900.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 16.579.651 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 138 | 320.349 |
| 05 306 | 0622 2864 | ALIMENTACAO DE PESSOAL | | | | | | | 3.000.000 |
| 05 306 | 0622 2864 0001 | ALIMENTACAO DE PESSOAL - NACIONAL | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 3.000.000 |
| 05 152 | 0622 2868 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES | | | | | | | 19.428.985 |
| 05 152 | 0622 2868 0001 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL | | | | | | | 19.428.985 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 19.428.985 |
| 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL | | | | | | | | | |
| 3.600.000 | | | | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0629 1421 | CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR | | | | | | | 3.600.000 |
| 05 572 | 0629 1421 0001 | CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR - NACIONAL | | | | | | | 3.600.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.600.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | |
| 3.400.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 3.400.000 |
| 05 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | | 3.400.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.400.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | |
| 7.500.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.500.000 |
| 05 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 7.500.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)3612 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | |
| 68.828.985 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | |
| 68.828.985 | | | | | | | | | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52222 - FUNDACAO OSORIO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.000 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 05 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 24.000 | |
| 05 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 24.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.000 | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52921 - FUNDO DO EXERCITO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0644 CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNICOES E EXPLOSIVOS | | | | | | | | | 350.000 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 05 125 | 0644 2919 | FISCALIZACAO DE PRODUTOS CONTROLADOS | | | | | | | 350.000 | |
| 05 125 | 0644 2919 0001 | FISCALIZACAO DE PRODUTOS CONTROLADOS - NACIONAL PRODUTO FISCALIZADO (UNIDADE)30000 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 350.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 350.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 350.000 | |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | 1 U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0622 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA | | | | | | | | | 1.419.945 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 152 | 0622 2859 | APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS | | | | | | | 1.419.945 |
| 05 152 | 0622 2859 0001 | APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | 1.419.945 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 1.419.945 |
| 0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA | | | | | | | | | 626.196 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 128 | 0633 2507 | CURSO DE POS-GRADUACAO | | | | | | | 626.196 |
| 05 128 | 0633 2507 0001 | CURSO DE POS-GRADUACAO - NACIONAL | | | | | | | 626.196 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 626.196 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.046.141 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.046.141 |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30905 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | 1 U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 2.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 0109 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 150 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0643 CALHA NORTE | | | | | | | | | 150.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 784 | 0643 1209 | CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 150.000 |
| 05 784 | 0643 1209 0010 | CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 208.067 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 208.067 |
| 05 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 208.067 |
| 8032 OPERACOES MILITARES | | | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 153 | 8032 6499 | INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORCAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA | | | | | | | 5.000.000 |
| 05 153 | 8032 6499 0001 | INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORCAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.358.067 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.358.067 |

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL | | | | | | | | | 39.064.935 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 572 | 0627 3122 | DESENVOLVIMENTO DO AM-X | | | | | | | 39.064.935 |
| 05 572 | 0627 3122 0001 | DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 39.064.935 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.064.935 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.064.935 |

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0622 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA | | | | | | | | | 9.300.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 152 | 0622 2857 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES | | | | | | | 2.900.000 |
| 05 152 | 0622 2857 0001 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | 2.900.000 |
| 05 152 | 0622 2865 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO | | | | | | | 3.400.000 |
| 05 152 | 0622 2865 0001 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.400.000 |
| 05 152 | 0622 2868 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES | | | | | | | 3.000.000 |
| 05 152 | 0622 2868 0001 | MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 3.000.000 |
| 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL | | | | | | | | | 3.600.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0629 1421 | CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR | | | | | | | 3.600.000 |
| 05 572 | 0629 1421 0001 | CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 3.600.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.500.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 7.500.000 |
| 05 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.900.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.400.000 |

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52222 - FUNDACAO OSORIO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 24.000 |
| 05 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 24.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.000 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA | | | | | | | | | 626.196 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 128 | 0633 2507 | CURSO DE POS-GRADUACAO | | | | | | | 626.196 |
| 05 128 | 0633 2507 0001 | CURSO DE POS-GRADUACAO - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 626.196 |
| | | | | | | | | | 626.196 |
| 0639 SEGURANCA E PROTECAO AO TRAFEGO AQUAVIARIO | | | | | | | | | 1.419.945 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 125 | 0639 2502 | REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES | | | | | | | 1.419.945 |
| 05 125 | 0639 2502 0001 | REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 1.419.945 |
| | | | | | | | | | 1.419.945 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.046.141 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.046.141 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 10.325.106 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 10.325.106 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 10.325.106 |
| | | | | | | | | | 10.325.106 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.325.106 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.325.106 |

Aviso nº 1.190 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da

República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$169.667.597,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de Lei específicas e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 81, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 707.342.273,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 707.342.273,00 (setecentos e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, do exercício de 2001, no montante de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), relativo à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF;

II - excesso de arrecadação, no montante de R\$ 122.990.799,00 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e noventa mil, setecentos e noventa e nove reais), sendo:

- a) R\$ 9.313.000,00 (nove milhões, trezentos e treze mil reais) de operações de crédito externas;
- b) R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de operações de crédito internas;
- c) R\$ 16.677.799,00 (dezesseis milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais) de Receitas Não Financeiras Diretamente Arrecadadas; e
- d) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 374.351.474,00 (trezentos e setenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

SENADO FEDERAL

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | V | VALOR |
|---|----------------|--|---|---|---|---|---|---|---|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | E | |
| 0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE | | | | | | | | | | 2.189.200 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 572 | 0012 4326 | DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS - BIOMANGUINHOS | | | | | | | | 2.189.200 |
| 10 572 | 0012 4326 0001 | DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS - BIOMANGUINHOS - NACIONAL | | | | | | | | 2.189.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 2.189.200 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 2.189.200 |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|-------------|--|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | | | |
| 0002 | | PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES | | | | | | | | 17.242.016 | | |
| 10 305 | 0002 4425 | CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS | | | | | | | | 17.242.016 | | |
| 10 305 | 0002 4425 0001 | CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS - NACIONAL | S | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 | | | |
| | | | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 5.000.000 | | | |
| | | | S | 4 | P | 90 | 0 | 153 | 8.242.016 | | | |
| 0006 | | PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS | | | | | | | | 109.000.000 | | |
| 10 303 | 0006 4453 | IMUNOBIOLOGICOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS | | | | | | | | 109.000.000 | | |
| 10 303 | 0006 4453 0001 | IMUNOBIOLOGICOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS - NACIONAL | | | | | | | | 109.000.000 | | |
| | | DOSE DISTRIBUÍDA (MILHAR)39130 | S | 3 | P | 80 | 0 | 151 | 30.100.000 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.132.279 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 58.554.400 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 3.213.321 | | | |
| 0066 | | VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO | | | | | | | | 15.000.000 | | |
| 10 303 | 0066 5600 | VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS | | | | | | | | 15.000.000 | | |
| 10 303 | 0066 5600 0001 | VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS - NACIONAL | | | | | | | | 15.000.000 | | |
| | | IDOSO IMUNIZADO (MILHAR)1025 | S | 3 | P | 50 | 0 | 151 | 15.000.000 | | | |
| 0119 | | SANEAMENTO BÁSICO | | | | | | | | 194.577.835 | | |
| 10 511 | 0119 3859 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | | 82.413.019 | | |
| 10 511 | 0119 3859 0001 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL | | | | | | | | 76.943.316 | | |
| | | FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE)4000000 | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.170.293 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 145 | 749.673 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 3.274.891 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 2.109.704 | | | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 32.520.503 | | | |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 756.107 | | | |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 2.212.145 | | | |
| | | | S | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 9.150.000 | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0113 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RONDONIA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 110.160 | | |
| | | FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE)27 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 344.897 | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0115 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 344.897 | | |
| | | FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE)383 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 907.786 | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0119 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 907.786 | | |
| | | FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE)1010 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 907.786 | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0129 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PIAUÍ - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 3.738.400 | | |
| | | FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE)4154 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 3.738.400 | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0159 | IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 99.360 | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|--|------------|
| | | SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1404 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | | | | 6.400 |
| 10 511 | 0119 3859 0161 | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE GOIAS - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 92.960 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)299 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 269.100 |
| 10 511 | 0119 3860 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | | | | 65.490.338 |
| 10 511 | 0119 3860 0001 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL | | | | | | | | | | 9.338.474 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)9352 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 9.338.474 |
| 10 511 | 0119 3860 0117 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 409.695 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)4701 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 409.695 |
| 10 511 | 0119 3860 0129 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PIAUI - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 5.008.536 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)4638 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 5.008.536 |
| 10 511 | 0119 3860 0131 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO CEARA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 8.945.181 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)6283 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 8.945.181 |
| 10 511 | 0119 3860 0133 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 13.442.987 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12633 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 13.442.987 |
| 10 511 | 0119 3860 0135 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 21.556.427 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)19963 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 21.556.427 |
| 10 511 | 0119 3860 0137 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 6.615.538 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)6126 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 6.615.538 |
| 10 511 | 0119 3860 0139 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 173.500 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)341 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 173.500 |
| 10 511 | 0119 3861 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | | | | 46.674.478 |
| 10 511 | 0119 3861 0001 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL | | | | | | | | | | 3.315.648 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)5193 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | | | | 3.315.648 |
| 10 511 | 0119 3861 0013 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | | | | 1.032.555 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2105 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | | | | 924.555 |
| 10 511 | 0119 3861 0016 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAPA | | | | | | | | | | 108.000 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)289 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | | | | 173.195 |
| 10 511 | 0119 3861 0117 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | 1.557.230 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)3053 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | | | | 907.165 |

| | | | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-------------------------|
| 10 511 | 0119 3861 0119 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2620 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 550.065 1.571.915 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 444.800 |
| 10 511 | 0119 3861 0121 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40820 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.127.115 24.923.313 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 145 | 1.898.785 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 184.994 |
| 10 511 | 0119 3861 0127 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MARANHAO - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10485 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 22.839.534 5.890.249 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 5.890.249 |
| 10 511 | 0119 3861 0137 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)6552 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 3.930.845 |
| 10 511 | 0119 3861 0139 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)4863 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 2.918.011 |
| 10 511 | 0119 3861 0143 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DA BAHIA - PROJETO ALVORADA FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2269 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.361.517 1.361.517 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.342.348 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 6.015.348 |
| 10 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)13887 | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 6.015.348 |
| 10 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.327.000 |
| 10 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 2.327.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 344.162.199 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 344.162.199 |

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0010 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS E SERVICOS | | | | | | | | | 19.266.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 304 | 0010 2691 | FISCALIZACAO DE PRODUTOS E DE SERVICOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILANCIA SANITARIA | | | | | | | 19.266.500 |
| 10 304 | 0010 2691 0001 | FISCALIZACAO DE PRODUTOS E DE SERVICOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGIANCIA SANITARIA - NACIONAL | | | | | | | 19.266.500 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 150 | 10.799.500 |
| | | | S | 3 | P | 80 | 0 | 150 | 7.934.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 533.000 |
| 0024 VIGILANCIA SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS | | | | | | | | | 150.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 304 | 0024 4340 | FISCALIZACAO SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS | | | | | | | 150.000 |
| 10 304 | 0024 4340 0001 | FISCALIZACAO SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS - NACIONAL | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 150.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 825.299 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 825.299 |
| 10 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | | 825.299 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 825.299 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.241.799 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.241.799 |

| | | SAUDE - NACIONAL | S | 4 | P | 80 | 0 | 148 | 5.100.000 |
|--|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|----------------------|
| 10 363 | 0009 7831 | FORMACAO PEDAGOGICA PARA DOCENTES NA AREA DE ENFERMAGEM | | | | | | | 400.000 |
| 10 363 | 0009 7831 0001 | FORMACAO PEDAGOGICA PARA DOCENTES NA AREA DE ENFERMAGEM - NACIONAL | S | 4 | P | 80 | 0 | 148 | 400.000 |
| 0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR | | | | | | | | | 20.000.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 10 302 | 0023 4306 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS | | | | | | | 19.990.800 |
| 10 302 | 0023 4306 0011 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 25.000 |
| 10 302 | 0023 4306 0012 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 25.000 21.300 |
| 10 302 | 0023 4306 0013 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 21.300 95.900 |
| 10 302 | 0023 4306 0015 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 95.900 246.600 |
| 10 302 | 0023 4306 0016 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 246.600 10.600 |
| 10 302 | 0023 4306 0017 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 10.600 45.600 |
| 10 302 | 0023 4306 0021 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MARANHAO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 45.600 167.200 |
| 10 302 | 0023 4306 0022 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PIAUI | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 167.200 156.300 |
| 10 302 | 0023 4306 0023 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 156.300 716.100 |
| 10 302 | 0023 4306 0024 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 716.100 269.300 |
| 10 302 | 0023 4306 0025 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA PARAIBA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 269.300 278.600 |
| 10 302 | 0023 4306 0026 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 278.600 564.300 |
| 10 302 | 0023 4306 0027 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 564.300 240.900 |
| 10 302 | 0023 4306 0028 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 240.900 77.100 |
| 10 302 | 0023 4306 0029 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA BAHIA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 77.100 567.600 |
| 10 302 | 0023 4306 0031 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 567.600 1.815.400 |
| 10 302 | 0023 4306 0032 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 1.815.400 271.700 |

| | | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------------|
| | | DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 271.700 |
| 10 302 | 0023 4306 0033 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 1.611.000 |
| 10 302 | 0023 4306 0035 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 1.611.000 6.345.800 |
| 10 302 | 0023 4306 0041 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARANA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 6.345.800 2.654.400 |
| 10 302 | 0023 4306 0042 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 2.654.400 570.400 |
| 10 302 | 0023 4306 0043 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 570.400 1.721.000 |
| 10 302 | 0023 4306 0051 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 1.721.000 232.100 |
| 10 302 | 0023 4306 0052 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE GOIAS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 232.100 593.900 |
| 10 302 | 0023 4306 0053 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO DISTRITO FEDERAL | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 593.900 412.100 |
| 10 302 | 0023 4306 0067 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | S | 3 | P | 30 | 0 | 355 | 412.100 280.600 |
| 10 302 | 0023 4307 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS | S | 3 | P | 40 | 0 | 355 | 280.600 |
| 10 302 | 0023 4307 0014 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 3 | P | 90 | 0 | 355 | 9.200 9.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 340.749.075 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 340.749.075 |

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | V |
|---|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | A L O R |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.189.200 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 10 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.027.000 |
| 10 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 1.027.000 |
| 10 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 662.200 |
| 10 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 662.200 |
| 10 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 500.000 |
| 10 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.189.200 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.189.200 |

| | | | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------------------|
| 10 511 | 0002 3921 0004 | MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS - MELHORIA HABITACIONAL P/ CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 40.000 |
| 10 511 | 0002 3921 0006 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12 MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS - MELHORIA HABITACIONAL P/ CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS NO ESTADO DA PARAIBA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 40.000 110.000 |
| 10 511 | 0002 3921 0008 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)36 MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS - MELHORIA HABITACIONAL P/ CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS - SANTA JULIANA - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 110.000 20.000 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)6 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 244 | 0002 4372 | PROMOCAO DA EDUCACAO EM SAUDE POR MEIO DA MOBILIZACAO COMUNITARIA | | | | | | | 10.000 |
| 10 244 | 0002 4372 0014 | PROMOCAO DA EDUCACAO EM SAUDE POR MEIO DA MOBILIZACAO COMUNITARIA - EDUCACAO EM SAUDE POR MEIO DA MOBILIZACAO COMUNITARIA (ANCA-NACIONAL) - NACIONAL | S | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 10.000 |
| 0006 PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS IMUNOPREVENIVEIS | | | | | | | | | 1.200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 303 | 0006 4383 | VACINACAO DA POPULACAO | S | 4 | P | 90 | 0 | 153 | 1.200.000 |
| 10 303 | 0006 4383 0001 | VACINACAO DA POPULACAO - NACIONAL | | | | | | | 1.200.000 |
| 0119 SANEAMENTO BASICO | | | | | | | | | 194.796.148 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | 63.157.996 |
| 10 511 | 0119 3859 0004 | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - SAO JOAO DE PIRABAS - PA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0006 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)22 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - PARNAMIRIM - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0008 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - CALUMBI - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0010 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - IBIMIRIM - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0013 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 578.920 |
| 10 511 | 0119 3859 0018 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)644 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - SAIRE - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 373.920 205.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0018 | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - SAIRE - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 205.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0020 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES NOS DISTRITOS DE MALHADA REAL E JUTAÍ - LAGOA GRANDE - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0021 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MARANHAO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 2.959.200 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)400 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.481.875 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 145 | 124.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 216.800 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 153 | 7.440 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.129.085 155.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0023 | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|---------|--------|
| | | | CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO CEARA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 155.500 | 10.500 |
| 10 511 | 0119 3859 0030 | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - DORMENTES - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 56.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0031 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 56.000 | 8.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0034 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)393 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - SOLIDAO - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 8.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0036 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - CORINTO - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 23.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0058 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)22 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - ITAQBIM - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0040 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - RIO CLARO - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 50.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0043 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)22 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 50.000 | 22.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0044 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)320 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES EM SUMIDOURO - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0046 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - TABULEIRO DO NORTE - CE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 16.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0048 | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - AROEIRAS - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 | 16.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0050 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - BANZAE - BA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 | 12.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0056 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - CARIDADE - CE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 12.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0060 | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - CONSTRUCAO DE KITS SANITARIOS - REDENCAO - CE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 12.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0062 | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - AMERICO DE CAMPOS - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 12.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0064 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)14 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - MULUNGU - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 11.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0066 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - PACUIA - CE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 11.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0068 | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - NOVA UNIAO - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0070 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - SERRINHA DOS PINTOS - RN (FUND. HIP. P. SANT) | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 12.000 |
| 10 511 | 0119 3859 0072 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)6 IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES - BARRA DOS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 12.000 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|--|--|--|--|------------|-----------|--|--|--|------------|
| | | SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES - BARRA DOS COQUEIROS - SE | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0074 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)24 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 12.000 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES - CARIRA - SE | | | | | | | | | | | | 12.000 | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0117 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 970.720 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0121 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1346 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 970.720 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0125 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)5113 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 4.373.513 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE TOCANTINS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859-0127 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2406 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 4.165.000 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MARANHÃO - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0131 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1484 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 1.335.849 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO CEARA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0133 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)9940 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 8.945.180 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0135 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)7035 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 799.837 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | 6.331.598 | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0137 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)21058 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 17.638.605 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0139 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)11718 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 10.546.383 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0143 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)3652 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 3.291.511 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DA BAHIA - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0196 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1513 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | | | 1.361.517 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES - JORDANIA - MG | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0340 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 20.000 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES - CRISTOPOLIS - BA | | | | | | | | | | | | | 20.000 | | | | |
| 10 511 | 0119 3859 0468 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)22 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 40.000 | | | | | |
| | | IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS - MELHORIAS SANTARIAS DOMICILIARES - LARANJAL DO JARI - AP | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 511 | 0119 3860 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)44 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 40.000 | | | | | |
| | | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | | | | | | | | | | | 37.720.237 |
| 10 511 | 0119 3860 0004 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - CARMO DO CAJURU - MG | | | | | | | | | | | | | 12.000 | | | | |
| 10 511 | 0119 3860 0006 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | | | 12.000 | | | | | |
| | | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - PIRACEMA - MG | | | | | | | | | | | | | 12.000 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-------------------------|
| | | MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - PERDOES - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0060 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)19 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - ES | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 51.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0062 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)200 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - CAICARA - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 81.000 26.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0064 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)24 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - BELEM DE SAO FRANCISCO - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 26.200 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0066 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)24 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO EM SAO JOAO - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0070 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)160 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - LINDOIA - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0072 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - IPEUNA - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0074 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - CARMO - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0076 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - CASTILHO - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 16.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0113 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RONDONIA - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 972.741 |
| 10 511 | 0119 3860 0115 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1124 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 972.741 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1803 | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 1.781.237 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 298.597 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 1.208.240 |
| | | | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 114.400 |
| 10 511 | 0119 3860 0119 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 160.000 1.531.120 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1769 | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 124.800 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 1.086.320 |
| | | | S | 4 | P | 50 | 0 | 151 | 160.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0121 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 160.000 20.362.284 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18856 | S | 4 | P | 30 | 0 | 145 | 1.898.785 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 204.995 |
| 10 511 | 0119 3860 0125 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE TOCANTINS - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 18.258.504 5.724.000 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|--|------------|-----------|
| | | ALVORADA | | | | | | | | | | | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1994 | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | | 43.000 | |
| 10 511 | 0119 3860 0127 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MARANHAO - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 5.681.030 | 4.972.400 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)5723 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 4.972.400 | |
| 10 511 | 0119 3360 0159 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 99.360 | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)115 | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | | 6.400 | |
| 10 511 | 0119 3860 0431 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE GOIAS - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 92.960 | 251.100 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)249 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | | | | 251.100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3860 0448 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO - ALTEROSA - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 | |
| 10 511 | 0119 3861 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | | | | 46.200.794 | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)26 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 13.000 | |
| 10 511 | 0119 3861 0004 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - ENTRE RIOS DO SUL - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 24.000 | |
| 10 511 | 0119 3861 0005 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM - SAO MIGUEL DO IGUAU - PR | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 24.000 | 16.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0008 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - BOM JESUS DOS PERDOES - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 16.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0010 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - FLORESTA DO ARAQUAIA - PA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0018 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - TUCUMA - PA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 | 120.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0019 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO MARANHAO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 120.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0020 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LAGO DOS RODRIGUES - MA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0034 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SAO ROBERTO - MA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 10.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0036 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LAGO VERDE - MA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 | 60.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0038 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DE MINAS GERAIS. | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 60.000 | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)100 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 60.000 | |

| | | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|--|-------------------|
| 10 511 | 0119 3861 0040 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - CONCEICAO DE MACABU - RJ | | | | | | | | | | 40.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0044 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)66 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 40.000 28.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0046 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - PEDRA - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 28.000 12.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0048 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - MACAPARANA - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 12.000 24.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0050 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)60 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO AMAPA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 24.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0056 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)50 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO PARA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 180.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0058 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)300 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM - PRACUUBA - AP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 180.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0060 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)50 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA VILA DE PARATU (DISTRITO DE SUCURIJU) - AMAPA - AP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 16.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0062 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)50 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - BRODOWSKI - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 16.000 12.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0064 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)30 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - QUIXELO - CE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 12.000 18.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0066 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO MATO GROSSO | | | | | | | | | | 18.000 80.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0068 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)140 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - CASSILANDIA - MS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 80.000 30.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0070 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)50 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SERRANOPOLIS DO IGUAU - PR | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 30.000 16.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0072 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)15 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - TEIXEIRA - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 16.000 40.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0074 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)66 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA (DISTRITO DE COCAIS) - BARAO DE COCAIS - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 40.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0076 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)33 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - MALTA - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | | 20.000 20.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|---------------------------------|
| 10 511 | 0119 3861 0078 | CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - MALTA - PB FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)36 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - CONSTRUCAO DE POCO ARTESIANO DE AGUA - ROSARIO OESTE - MT | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0082 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO CEARA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 1.010.112 |
| 10 511 | 0119 3861 0086 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DO MARANHAO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 250.000 760.112 2.973.706 |
| 10 511 | 0119 3861 0088 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)3700 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.982.664 |
| 10 511 | 0119 3861 0088 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DE RONDONIA | S | 4 | P | 40 | 0 | 145 | 76.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0088 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1230 | S | 4 | P | 40 | 0 | 153 | 4.560 |
| 10 511 | 0119 3861 0088 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ESTADO DE RONDONIA | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 910.482 732.934 |
| 10 511 | 0119 3861 0125 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)4997 | S | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 233.454 |
| 10 511 | 0119 3861 0125 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DE TOCANTINS - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 109.200 |
| 10 511 | 0119 3861 0129 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)4997 | S | 4 | P | 30 | 0 | 153 | 6.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0129 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO PIAUI - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 384.280 5.574.000 |
| 10 511 | 0119 3861 0133 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)15945 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 10.038.762 7.327.804 |
| 10 511 | 0119 3861 0133 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO ALVORADA | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 7.327.804 |
| 10 511 | 0119 3861 0135 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12186 | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 17.133.470 |
| 10 511 | 0119 3861 0212 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - PORTO REAL - RJ | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 17.133.470 |
| 10 511 | 0119 3861 0364 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 3984 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA - LAGOA GRANDE DO MARANHAO - MA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3984 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)33 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3984 0004 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS | | | | | | | 6.837.635 |
| 10 511 | 0119 3984 0004 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS - SIST. DE COLETA, TRATAM E DEST. FINAL DE RESID. SOLIDOS - SAO JOAO - PE | | | | | | | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3984 0006 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)120 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 3984 0008 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS PARA CONTROLE DE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--------------------------------|
| 10 511 | 0119 5528 0274 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - BARRA VELHA - SC | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 12.750 |
| 10 511 | 0119 5528 0284 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PATY DO ALFERES - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 12.750 60.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0314 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)60 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ITAOCARA - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 60.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0316 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - RIO DAS FLORES - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 16.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0350 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PANCAS - ES | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0376 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12460 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 2.390.734 449.460 |
| 10 511 | 0119 5528 0380 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 76.420 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 153 | 1.757.574 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 107.280 |
| 10 511 | 0119 5528 0380 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ | | | | | | | 15.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0382 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)15 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - TANGUA - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 15.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0384 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 242.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0412 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)256 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - LUIZ ALVES - SC | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 242.000 12.750 |
| 10 511 | 0119 5528 0420 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES DO ESTADO DA BAHIA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 12.750 1.155.999 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20000 | S | 4 | P | 99 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | | S | 4 | P | 99 | 0 | 145 | 87.057 |
| | | | S | 4 | P | 99 | 0 | 179 | 968.942 |
| 10 511 | 0119 5528 0424 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - CONSTANTINA - RS | | | | | | | 16.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0432 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PIRAI - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0454 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - HOLAMBRA - SP | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 10.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0482 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SOURE - PA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 15.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0484 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)14 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - VICTOR GRAEFF - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 15.000 12.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0486 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)12 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SILVA JARDIM - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 12.000 21.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0488 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)35 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO CEARA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 21.000 630.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0490 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)630 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 630.000 3.068.001 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20000 | S | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 20.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.746.575 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 145 | 38.800 |

| | | | CARMO - RJ | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|---------|---------|
| 10 511 | 0119 5528 0552 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - CASIMIRO DE ABREU - RJ | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0554 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PATY DO ALFERES - RJ (TRES PORTEIRAS) | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 16.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0556 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SAO FRANCISCO DO GUAPORE - RO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 | 30.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0558 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)30 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - TEIXEIROPOLIS - RO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 30.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0560 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - RESSAQUINHA - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 30.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0562 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)30 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - AGUA DOCE DO NORTE - ES | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 30.000 | 40.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0564 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)42 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ITAGUACU - ES | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 40.000 | 36.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0566 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)38 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DE GOIAS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 36.000 | 100.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0568 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)100 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO MARANHAO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 100.000 | 662.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0570 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)662 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - TRES PALMEIRAS - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 662.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0572 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - CAPAO DO LEAO - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0574 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ARROIO DO SAL - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0576 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PLANALTO - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 6.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0578 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - IBIRAJARAS - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 6.000 | 6.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0580 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - PORTO LUCENA - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 6.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0582 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - TRES DE MAIO - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 10.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0584 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ITAPETIM - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 10.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0586 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - BREJAO - PE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 16.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0588 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO AMAPA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 16.000 | 45.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0590 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)45 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 45.000 | 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0592 | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - MINISTRO ANDREAZZA - RO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 | 24.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-----------------------------------|
| 10 511 | 0119 5528 0594 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)24 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - FUNDAO - ES | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 24.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0596 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - CURRAL VELHO - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 29.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0598 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)29 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - OURO VELHO - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 29.000 29.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0600 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)29 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DE ALAGOAS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 29.000 160.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0602 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)160 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - BELO ORIENTE - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 160.000 40.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0604 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)40 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - LEANDRO FERREIRA - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 40.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0606 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - LUZ - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 26.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0608 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)37 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SAO GOTARDO - MG | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 26.000 20.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0610 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)18 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SILVEIRA MARTINS - RS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 18.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0612 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)16 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - CONGO - PB | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 18.000 29.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0614 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)29 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 29.000 26.000 |
| 10 511 | 0119 5528 0616 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)26 ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DA PARAIBA | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 26.000 3.007.998 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)1060 | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.476.789 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 145 | 42.240 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 95.011 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 153 | 4.224 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.389.734 2.171.999 |
| 10 511 | 0119 5528 0622 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS NO ESTADO DO MATO GROSSO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.500.096 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)20000 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 125.320 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 546.583 1.587.999 |
| 10 511 | 0119 5528 0624 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO ACRE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.250.405 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)25000 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 337.594 2.609.598 |
| 10 511 | 0119 5528 0626 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.620.521 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2060 | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 185.165 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 153 | 4.026 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 799.886 1.411.184 |
| 10 511 | 0119 5528 0628 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DE RORAIMA | S | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 111.985 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)10300 | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 919.376 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 153 | 12.000 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 179 | 367.823 2.446.112 |
| 10 511 | 0119 5528 0630 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - NACIONAL | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 2.143.715 302.397 4.625.035 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | |
| 10 511 | 0119 5528 0636 | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO NA REGIAO NORTE, NOROESTE, CENTRO-NORTE E SERRANA NO ESTADO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 2.143.715 302.397 4.625.035 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | |

| | | | | | | | | | |
|--|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO NA REGIAO NORTE, NOROESTE, CENTRO-NORTE E SERRANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 3.433.428 |
| 10 511 | 0119 5528 0638 | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2320 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.191.605 |
| | | ACOES DE SANEAMENTO EM PEQUENAS LOCALIDADES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO NA REGIAO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 5.781.731 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2100 | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 4.102.980 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 179 | 1.678.751 |
| 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDIGENAS | | | | | | | | | 5.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 302 | 0150 3869 | IMPLANTACAO, MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA | | | | | | | 5.000 |
| 10 302 | 0150 3869 0004 | IMPLANTACAO, MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE EM AREAS INDIGENAS - SANTA ROSA DO PURUS - AC | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 5.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.327.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.327.000 |
| 10 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 2.327.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 221.782.512 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 221.782.512 |

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 2.564.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 1.764.000 |
| 10 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 1.764.000 |
| 10 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 800.000 |
| 10 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 800.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 128 | 0791 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO | | | | | | | 1.000.000 |
| 10 128 | 0791 4572 0001 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 1.000.000 |
| | | SERVIDOR CAPACITADO (UNIDADE)1000 | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.564.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.564.000 |

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0001 SAUDE DA FAMILIA | | | | | | | | | 54.720.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 10 301 | 0001 0589 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA | | | | | | | 54.720.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0011 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 5.000.000 |
| | | EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA (UNIDADE)107 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 5.000.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0022 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DO PIAUÍ | | | | | | | 3.300.000 |
| | | EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA (UNIDADE)35 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 3.300.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0033 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 20.520.000 |
| | | EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA (UNIDADE)249 | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 3.980.006 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 16.400.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 139.994 |
| 10 301 | 0001 0589 0035 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DE SÃO PAULO | | | | | | | 14.400.000 |
| | | EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA (UNIDADE)365 | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 5.400.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0053 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 9.000.000 |
| | | EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA (UNIDADE)334 | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 3.510.000 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 155 | 7.990.000 |
| 0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS | | | | | | | | | 48.759.162 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 302 | 0004 1823 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS | | | | | | | 37.654.587 |
| 10 302 | 0004 1823 0002 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VERTENTE DO LERIO - PE | | | | | | | 2.136 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 2.136 |
| 10 302 | 0004 1823 0030 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO | | | | | | | 1.577.000 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 1.056.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 521.000 |
| 10 302 | 0004 1823 0038 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DA PARAIBA | | | | | | | 1.546.354 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 169.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 1.357.354 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 20.000 |
| 10 302 | 0004 1823 0056 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 1.878.500 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 341.500 |
| | | | S | 4 | P | 99 | 0 | 100 | 1.537.000 |
| 10 302 | 0004 1823 0070 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 3.860.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 340.000 |

| | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|--|---|---|---|
| 10 302 | 0004 1823 0156 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S 4 S 4 | P 40 P 99 | 0 0 0 100 | 151 100 | 2.812.000 708.000 5.064.000 |
| | | | S 3 S 3 S 3 S 4 S 4 S 4 S 4 | P 30 P 40 P 99 P 30 P 40 P 99 P 99 | 0 0 0 100 0 100 0 100 0 100 0 100 0 151 | 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100 100 151 100 | 60.000 100.000 30.000 74.000 600.000 2.160.000 2.040.000 1.099.240 |
| 10 302 | 0004 1823 0244 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO MARANHAO | S 4 S 4 S 4 | P 40 P 40 P 99 | 0 0 0 151 0 100 | 100 151 100 100 | 730.840 318.400 50.000 2.333.903 |
| 10 302 | 0004 1823 0938 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO CEARA | S 3 S 3 S 4 S 4 S 4 | P 30 P 99 P 30 P 40 P 40 | 0 0 0 100 0 100 0 100 0 151 | 100 100 100 100 100 100 100 100 151 100 | 127.770 30.000 962.094 1.188.039 26.000 1.559.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1178 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S 3 S 3 S 3 S 4 S 4 S 4 S 4 | P 40 P 40 P 99 P 30 P 30 P 40 P 50 | 0 0 0 151 0 100 0 100 0 151 0 100 0 100 | 100 151 100 100 100 100 100 100 151 100 100 100 100 100 | 48.591 26.520 114.591 592.000 25.480 591.408 160.410 6.001.738 |
| 10 302 | 0004 1823 1252 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NACIONAL | S 4 S 4 S 4 | P 40 P 40 P 50 | 0 0 0 151 0 100 | 100 151 100 100 | 3.143.160 785.103 2.073.475 1.716.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1254 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ESTADO DA BAHIA | S 4 S 4 | P 99 P 99 | 0 0 0 151 | 100 151 | 1.638.000 78.000 3.256.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1258 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE GOIAS | S 4 S 4 | P 40 P 40 | 0 0 0 151 | 100 151 | 2.871.450 384.550 1.656.716 |
| 10 302 | 0004 1823 1268 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONST. AMPL. EQUIP. DE UNIDADES DE SAUDE (PROGR. MATERNO INFANTIL) - RIO DE JANEIRO - RJ | S 4 | P 40 | 0 0 | 100 100 | 1.656.716 924.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1348 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DO INSTITUTO DE TRAUMATO ORTOPEDIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S 3 S 3 S 4 | P 50 P 90 P 50 | 0 0 0 100 0 100 | 100 100 100 100 100 100 | 59.606 129.394 735.000 2.112.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1370 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO | S 4 | P 50 | 0 0 | 100 100 | 2.112.000 3.068.000 |
| 10 302 | 0004 1823 1608 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S 4 S 4 | P 40 P 40 | 0 0 0 151 | 100 151 | 2.652.000 416.000 |
| 10 302 | 0004 3868 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS | | | | | 1.236.075 |
| 10 302 | 0004 3868 0012 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | S 3 | P 30 | 0 0 | 151 100 | 110.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0013 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | 110.000 190.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------------|
| 10 302 | 0004 3868 0014 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 190.000 100.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0015 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 190.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0016 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 190.000 100.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0017 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 100.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0041 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARANA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 106.075 |
| 10 302 | 0004 3868 0051 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 106.075 100.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0052 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE GOIAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 140.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0053 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO DISTRITO FEDERAL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 140.000 100.000 |
| 10 302 | 0004 3870 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS | S | 3 | P | 50 | 0 | 151 | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0001 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NACIONAL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 5.179.500 1.157.450 |
| 10 302 | 0004 3870 0011 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE RONDONIA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 1.157.450 146.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0012 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO ACRE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 146.000 110.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0013 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 110.000 132.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0014 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 132.000 92.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0015 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO PARA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 92.000 192.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0016 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 192.000 100.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0017 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 140.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0021 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO MARANHAO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 140.000 84.100 |
| 10 302 | 0004 3870 0022 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO PIAUI | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 84.100 150.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0023 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO CEARA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 150.000 190.000 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 190.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--------------------|
| 10 302 | 0004 3870 0024 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 140.000 160.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0025 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DA PARAIBA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 160.000 160.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0026 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 160.000 160.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0027 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 160.000 130.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0028 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE SERGIPE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 130.000 140.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0029 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DA BAHIA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 140.000 224.300 |
| 10 302 | 0004 3870 0031 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 224.300 200.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0032 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 200.000 130.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0033 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 130.000 322.500 |
| 10 302 | 0004 3870 0035 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 322.500 39.150 |
| 10 302 | 0004 3870 0041 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO PARANA | S | 3 | P | 50 | 0 | 151 | 39.150 190.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0042 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 190.000 140.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0043 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 140.000 190.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0051 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 190.000 130.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0052 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE GOIAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 130.000 130.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0053 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO DISTRITO FEDERAL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 130.000 130.000 |
| 10 302 | 0004 3870 0067 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE URGENCIA/EMERGENCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE- SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 130.000 130.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|--|-----------|
| 10 302 | 0004 4525 | ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS | | | | | | | | | 3.513.000 |
| 10 302 | 0004 4525 0840 | ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO | | | | | | | | | 2.403.000 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 100 | | | 996.000 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 60.000 |
| | | | S | 3 | P | 99 | 0 | 100 | | | 1.347.000 |
| 10 302 | 0004 4525 0892 | ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DOS HOSPITAIS UNIVERSITARIOS - NACIONAL | | | | | | | | | 1.110.000 |
| | | | S | 3 | P | 99 | 0 | 100 | | | 883.915 |
| | | | S | 3 | P | 99 | 0 | 151 | | | 226.085 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | | |
| 10 302 | 0004 5776 | AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE | | | | | | | | | 1.176.000 |
| 10 302 | 0004 5776 0178 | AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | | | 1.176.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 120.000 |
| | | | S | 4 | P | 99 | 0 | 100 | | | 1.056.000 |

0007 QUALIDADE DO SANGUE

336.600

| | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|--|---------|
| | | PROJETOS | | | | | | | | | |
| 10 302 | 0007 3862 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA | | | | | | | | | 336.600 |
| 10 302 | 0007 3862 0029 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | | | 113.400 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | 113.400 |
| 10 302 | 0007 3862 0033 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | 106.900 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | 106.900 |
| 10 302 | 0007 3862 0035 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DE SAO PAULO | | | | | | | | | 116.300 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | 116.300 |

0008 ALIMENTACAO SAUVAEL

43.000.000

| | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|------------|
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 10 306 | 0008 0603 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS | | | | | | | | | 43.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0015 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO PARA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)13889 | | | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | | | 2.500.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0021 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO MARANHAO POPULACAO COBERTA (UNIDADE)16666 | | | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | | | 3.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0022 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO PIAUI POPULACAO COBERTA (UNIDADE)5556 | | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | | | 1.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0023 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO CEARA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)45555 | | | | | | | | | 8.200.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 153 | | | 3.713.515 |
| 10 306 | 0008 0603 0024 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE POPULACAO COBERTA (UNIDADE)8333 | | | | | | | | | 4.486.485 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | | | 1.500.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0025 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DA PARAIBA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)16666 | | | | | | | | | 3.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 153 | | | 1.317.377 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | | | 1.682.623 |

| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-------------|
| 10 306 | 0008 0603 0026 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO POPULACAO COBERTA (UNIDADE)5555 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 1.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0027 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE ALAGOAS POPULACAO COBERTA (UNIDADE)11110 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 2.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0028 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE SERGIPE POPULACAO COBERTA (UNIDADE)5554 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 1.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0029 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DA BAHIA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)30555 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 5.500.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0031 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS POPULACAO COBERTA (UNIDADE)11111 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 2.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0033 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POPULACAO COBERTA (UNIDADE)11110 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 2.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0035 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO POPULACAO COBERTA (UNIDADE)36480 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 7.000.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0041 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO PARANA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)7777 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 1.400.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0042 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA POPULACAO COBERTA (UNIDADE)2222 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 400.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0043 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL POPULACAO COBERTA (UNIDADE)3333 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 600.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0052 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE GOIAS POPULACAO COBERTA (UNIDADE)2777 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 500.000 |
| 10 306 | 0008 0603 0065 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ACOES DE COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL POPULACAO COBERTA (UNIDADE)2222 | S | 3 | P | 40 | 0 | 155 | 400.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 146.815.762 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 146.815.762 |

Aviso nº 1.191 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$707.342.273,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a re-

alizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001.

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$ 28.205.505,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$ 28.205.505,00 (vinte e oito milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da:

I – utilização parcial de superávit financeiro, apurado nos Balanços Patrimoniais do exercício de 2001, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, no montante de R\$ 10.909.295,00 (dez milhões, novecentos e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no montante de R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 11.596.210,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e dez reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 1.745.700 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 20 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 1.295.700 |
| 20 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.295.700 |
| 20 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 450.000 |
| 20 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| TOTAL - FISCAL 450.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.295.700 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.745.700 | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-------------------|
| | | RASTREAMENTO E DE TOMADA DE DECISAO PARA O AGRONEGOCIO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 360.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 40.000 |
| 0369 PRODUTIVIDADE DE OLERICOLAS | | | | | | | | | 900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 572 | 0369 2168 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OLERICOLAS | | | | | | | 900.000 |
| 20 572 | 0369 2168 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OLERICOLAS - NACIONAL | | | | | | | 900.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 810.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 90.000 |
| 0371 PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA | | | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 572 | 0371 2165 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AVICULTURA | | | | | | | 100.000 |
| 20 572 | 0371 2165 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AVICULTURA - NACIONAL | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 90.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 10.000 |
| 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA | | | | | | | | | 70.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 572 | 0377 2176 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCULTURA | | | | | | | 70.000 |
| 20 572 | 0377 2176 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCULTURA - NACIONAL | | | | | | | 70.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 63.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 7.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.889.510 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.889.510 |
| 20 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)181 | | | | | | | 3.889.510 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.889.510 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.798.805 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.798.805 |

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS 1.000.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 21 631 | 0135 2116 | IDENTIFICACAO DE IMOVEIS PASSIVEIS DE DESAPROPRIACAO E AQUISICAO | | | | | | | |
| 21 631 | 0135 2116 0001 | IDENTIFICACAO DE IMOVEIS PASSIVEIS DE DESAPROPRIACAO E AQUISICAO - NACIONAL | | | | | | | |
| | | IMOVEL IDENTIFICADO (UNIDADE)248 | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 1.000.000 |
| 0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDACAO DE ASSENTAMENTOS 3.671.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 21 631 | 0136 4576 | ACOMPANHAMENTO DA INSTALACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS | | | | | | | |
| 21 631 | 0136 4576 0001 | ACOMPANHAMENTO DA INSTALACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS - NACIONAL | | | | | | | |
| | | PROJETO VISTORIADO (UNIDADE)92 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 2.571.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 1.100.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 6.352.167 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 21 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 21 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 400.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 1.900.000 |
| 21 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | |
| 21 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 1.762.167 |
| 21 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | |
| 21 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 2.290.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 300.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 510.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 290.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 1.190.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 637.833 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 21 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 21 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 573.833 |
| 21 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 21 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 64.000 |
| TOTAL - FISCAL 11.661.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 11.661.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0354 | | DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA | | | | | | | | 354.700 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 20 601 | 0354 1104 | DIFUSAO DE TECNOLOGIAS EM FRUTICULTURA | | | | | | | | 354.700 |
| 20 601 | 0354 1104 0001 | DIFUSAO DE TECNOLOGIAS EM FRUTICULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 354.700 | |
| 0357 | | CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTECAO DA AGROPECUARIA | | | | | | | | 580.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 20 603 | 0357 2134 | VIGILANCIA E FISCALIZACAO DO TRANSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS | | | | | | | | 157.000 |
| 20 603 | 0357 2134 0001 | VIGILANCIA E FISCALIZACAO DO TRANSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 157.000 | |
| 20 604 | 0357 2139 | VIGILANCIA E FISCALIZACAO DO TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS | | | | | | | | 423.000 |
| 20 604 | 0357 2139 0001 | VIGILANCIA E FISCALIZACAO DO TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS - NACIONAL | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 423.000 | |
| 0370 | | DESENVOLVIMENTO DA PESCA | | | | | | | | 221.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 20 602 | 0370 2121 | REGISTRO NACIONAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA | | | | | | | | 130.000 |
| 20 602 | 0370 2121 0001 | REGISTRO NACIONAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 130.000 | |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 20 602 | 0370 5520 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA | | | | | | | | 91.000 |
| 20 602 | 0370 5520 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 91.000 | |
| 0376 | | QUALIDADE DOS INSUMOS PECUARIOS | | | | | | | | 90.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 20 602 | 0376 2124 | FISCALIZACAO DA PRODUCAO E DO COMERCIO DE PRODUTOS DESTINADOS A ALIMENTACAO ANIMAL | | | | | | | | 90.000 |
| 20 602 | 0376 2124 0001 | FISCALIZACAO DA PRODUCAO E DO COMERCIO DE PRODUTOS DESTINADOS A ALIMENTACAO ANIMAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 90.000 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 450.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 20 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 450.000 |
| 20 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 | |
| 8008 | | DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES | | | | | | | | 50.000 |

ORNAMENTAIS - PROFLORES

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| 20 601 | 8008 2493 | CERTIFICACAO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS | | | | | | | | 50.000 |
| 20 601 | 8008 2493 0001 | CERTIFICACAO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - NACIONAL | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 1.745.700 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.745.700 |

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|------------------|
| 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA | | | | | | | | | | 523.800 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0354 3666 | INOVACAO TECNOLOGICA PARA A FRUTICULTURA IRRIGADA NO SEMI-ARIDO NORDESTINO | | | | | | | 523.800 | |
| 20 572 | 0354 3666 0001 | INOVACAO TECNOLOGICA PARA A FRUTICULTURA IRRIGADA NO SEMI-ARIDO NORDESTINO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 523.800 | |
| 0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA | | | | | | | | | | 21.200 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0367 2166 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SUINOCULTURA | | | | | | | 21.200 | |
| 20 572 | 0367 2166 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SUINOCULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.200 | |
| 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA | | | | | | | | | | 21.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0372 2154 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AQUICULTURA | | | | | | | 21.000 | |
| 20 572 | 0372 2154 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AQUICULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 21.000 | |
| 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODAO E DE OUTRAS FIBRAS | | | | | | | | | | 98.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0374 2169 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM COTONICULTURA | | | | | | | 66.000 | |
| 20 572 | 0374 2169 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM COTONICULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 66.000 | |
| 20 572 | 0374 2170 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FIBRAS VEGETAIS | | | | | | | 32.000 | |
| 20 572 | 0374 2170 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FIBRAS VEGETAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.000 | |
| 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA | | | | | | | | | | 152.800 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0377 2167 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CAPRINOCULTURA | | | | | | | 129.200 | |
| 20 572 | 0377 2167 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CAPRINOCULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 4.587 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 124.613 | |
| 20 572 | 0377 2171 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM PEQUENOS ANIMAIS | | | | | | | 22.800 | |
| 20 572 | 0377 2171 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM PEQUENOS ANIMAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.800 | |
| 0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENETICOS - GENOMA | | | | | | | | | | 2.081.620 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 20 572 | 0466 1106 | ESTUDOS EM BIOTECNOLOGIA PARA O AGRONEGOCIO | | | | | | | 140.000 | |
| 20 572 | 0466 1106 0004 | ESTUDOS EM BIOTECNOLOGIA PARA O AGRONEGOCIO - ESTUDOS E PESQUISA PARA A CARACTERIZACAO, PROSPECACAO E USO DE BIODIVERSIDADE - NACIONAL | | | | | | | 140.000 | |

| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | E USO DE BIODIVERSIDADE - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 572 | 0466 2006 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA PARA SEGURANCA ALIMENTAR E AMBIENTAL | | | | | | | 1.754.620 |
| 20 572 | 0466 2006 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA PARA SEGURANCA ALIMENTAR E AMBIENTAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.754.620 |
| 20 572 | 0466 2455 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE GENES PARA A AGRICULTURA E PECUARIA | | | | | | | 187.000 |
| 20 572 | 0466 2455 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE GENES PARA A AGRICULTURA E PECUARIA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 187.000 |
| 0470 CIENCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGOCIO | | | | | | | | | 24.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 121 | 0470 3991 | AVALIACAO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUARIA | | | | | | | 24.000 |
| 20 121 | 0470 3991 0001 | AVALIACAO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUARIA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 24.000 |
| 0497 AGUAS DO BRASIL | | | | | | | | | 119.800 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 572 | 0497 1107 | ESTUDOS DE MONITORAMENTO DAS AGUAS DE SUPERFICIE E SUBTERRANEA | | | | | | | 119.800 |
| 20 572 | 0497 1107 0001 | ESTUDOS DE MONITORAMENTO DAS AGUAS DE SUPERFICIE E SUBTERRANEA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 119.800 |
| 0499 PARQUES DO BRASIL | | | | | | | | | 94.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 20 572 | 0499 3665 | DESENVOLVIMENTO DE TECNICAS DE MANEJO DE ECOSISTEMAS BRASILEIROS | | | | | | | 94.000 |
| 20 572 | 0499 3665 0001 | DESENVOLVIMENTO DE TECNICAS DE MANEJO DE ECOSISTEMAS BRASILEIROS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 94.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 464.690 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 269.280 |
| 20 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 269.280 |
| 20 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 163.410 |
| 20 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 163.410 |
| 20 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 32.000 |
| 20 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 26.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.600 |
| 20 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.600 |
| 8006 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES | | | | | | | | | 262.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 572 | 8008 2461 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS | | | | | | | 262.800 |
| 20 572 | 8008 2461 0001 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 262.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.889.510 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.889.510 |

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0137 EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS | | | | | | | | | 5.961.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 21 631 | 0137 3668 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 | | | | | | | 3.843.919 |
| 21 631 | 0137 3668 0010 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NA REGIAO NORTE | | | | | | | 2.297.580 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)2297 | F | 4 | P | 40 | 0 | 250 | 2.297.580 |
| 21 631 | 0137 3668 0020 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 193.805 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)193 | F | 4 | P | 50 | 0 | 250 | 193.805 |
| 21 631 | 0137 3668 0030 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NA REGIAO SUDESTE | | | | | | | 705.395 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)705 | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 705.395 |
| 21 631 | 0137 3668 0040 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NA REGIAO SUL | | | | | | | 320.861 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)320 | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 320.861 |
| 21 631 | 0137 3668 0050 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | | 326.278 |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)326 | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 326.278 |
| 21 631 | 0137 5530 | TOPOGRAFIA EM AREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 | | | | | | | 2.117.081 |
| 21 631 | 0137 5530 0001 | TOPOGRAFIA EM AREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATE 1998 - NACIONAL | | | | | | | 2.117.081 |
| | | FAMILIA ATENDIDA (UNIDADE)21171 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 2.117.081 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.961.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.961.000 |

Aviso nº 1.192 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$28.205.505,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, Pedro Parente – Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo-positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

.....
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 83, DE 2002-CN

Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$ 193.900.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor R\$ 193.900.000,00 (cento e noventa e três milhões e novecentos mil reais), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – excesso de arrecadação de receitas financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 186.900.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e novecentos mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE

| ANEXO I | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0421 FINANCIAMENTO AS EXPORTACOES | | | | | | | | | 7.000.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 23 691 | 0421 0418 | RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO | | | | | | | 7.000.000 |
| 23 691 | 0421 0418 0001 | RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - NACIONAL | | | | | | | 7.000.000 |
| | | | F | 3 | F | 90 | 0 | 180 | 7.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.000.000 |

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

| ANEXO I | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL 25.000.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 662 | 0812 0384 | FINANCIAMENTO NA AREA DE INSUMOS BASICOS | | | | | | | 25.000.000 |
| 04 662 | 0812 0384 0001 | FINANCIAMENTO NA AREA DE INSUMOS BASICOS - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 250 | 25.000.000 |
| 0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS 161.900.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 123 | 0909 0471 | PAGAMENTO DE DIVIDENDOS | | | | | | | 161.900.000 |
| 04 123 | 0909 0471 0001 | PAGAMENTO DE DIVIDENDOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 161.900.000 |
| TOTAL - FISCAL 186.900.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 186.900.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28903 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

| ANEXO II | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA 186.900.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 186.900.000 |
| 99 999 | 0999 0998 0101 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | F | 9 | F | 99 | 0 | 250 | 25.000.000 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 280 | 161.900.000 |
| TOTAL - FISCAL 186.900.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 186.900.000 | | | | | | | | | |

Aviso nº 1.193 – SAP/C. Civil.

Brasília, 30 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$193.900.000,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos à Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações

prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 9.818, DE 23 DE AGOSTO DE 1999

Cria o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e dá outras providências.

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

DECRETO LEI Nº 2.288, DE 23 DE JULHO DE 1986

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 84, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 421.406.564,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 421.406.564,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2001, no valor de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais);

II – excesso de arrecadação de receitas vinculadas, financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 203.924.800,00 (duzentos e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 151.481.764,00 (cento e cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|--------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA | | | | | | | | | | 276.613.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 09 271 | 0083 2593 | FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL | | | | | | | 26.396.000 | |
| 09 271 | 0083 2593 0001 | FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL | | | | | | | 26.396.000 | |
| | | USUARIO ATENDIDO (UNIDADE)3366836 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 26.396.000 | |
| 09 122 | 0083 2910 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS | | | | | | | 250.217.000 | |
| 09 122 | 0083 2910 0001 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL | | | | | | | 250.217.000 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 82.217.000 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 98.075.200 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 3.924.800 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 66.000.000 | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | 16.360.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 09 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 15.500.000 | |
| 09 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | | 15.500.000 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 14.000.000 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 1.500.000 | |
| 09 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 860.000 | |
| 09 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | | 860.000 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 860.000 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | 29.642.200 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 09 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 24.700.000 | |
| 09 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 24.700.000 | |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)35973 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 24.700.000 | |
| 09 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.115.200 | |
| 09 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 3.115.200 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.115.200 | |
| 09 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.827.000 | |
| 09 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 1.827.000 | |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)88 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 1.827.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 322.615.200 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 322.615.200 | |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0068 | | ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL | | | | | | | 44.401.831 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 243 | 0068 2060 | ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA | | | | | | | 8.000.000 |
| 08 243 | 0068 2060 0001 | ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA - NACIONAL | | | | | | | 8.000.000 |
| | | CRIANCA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399 | S | 3 | P | 30 | 0 | 179 | 8.000.000 |
| 08 243 | 0068 2569 | CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA-CIDADA | | | | | | | 28.874.206 |
| 08 243 | 0068 2569 0001 | CONCESSAO DA BOLSA CRIANCA-CIDADA - NACIONAL | | | | | | | 28.874.206 |
| | | CRIANCA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)71399 | S | 3 | P | 30 | 0 | 179 | 28.874.206 |
| 08 126 | 0068 4443 | SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL | | | | | | | 752.763 |
| 08 126 | 0068 4443 0001 | SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - NACIONAL | | | | | | | 752.763 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 752.763 |
| 08 122 | 0068 4447 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL | | | | | | | 6.774.862 |
| 08 122 | 0068 4447 0001 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - NACIONAL | | | | | | | 6.774.862 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 6.774.862 |
| 0070 | | BRASIL JOVEM | | | | | | | 2.357.387 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 126 | 0070 4441 | SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS DO PROGRAMA BRASIL JOVEM | | | | | | | 235.387 |
| 08 126 | 0070 4441 0001 | SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS DO PROGRAMA BRASIL JOVEM - NACIONAL | | | | | | | 235.387 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 235.387 |
| 08 122 | 0070 4449 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DO PROGRAMA BRASIL JOVEM | | | | | | | 2.122.000 |
| 08 122 | 0070 4449 0001 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DO PROGRAMA BRASIL JOVEM - NACIONAL | | | | | | | 2.122.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 2.122.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 46.759.218 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.759.218 |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 10.146 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 11 212 | 0681 0172 | CONTRIBUICAO A ASSOCIATION MONDIALE DES SERVICES D'EMPLOI PUBLICS - AMSEP | | | | | | | 10.146 |
| 11 212 | 0681 0172 0001 | CONTRIBUICAO A ASSOCIATION MONDIALE DES SERVICES D'EMPLOI PUBLICS - AMSEP - NACIONAL | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 10.146 |
| TOTAL - FISCAL 10.146 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 10.146 | | | | | | | | | |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38201 - FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 2.000.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 11 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 853.226 |
| 11 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 853.226 |
| 11 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 782.774 |
| 11 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 782.774 |
| 11 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 364.000 |
| 11 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 364.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 22.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 11 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 22.000 |
| 11 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.000 |
| TOTAL - FISCAL 2.022.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.022.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 43.805.093 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 11 122 | 0099 2615 | REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | 1.000.000 |
| 11 122 | 0099 2615 0001 | REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL DOCUMENTO DE PAGAMENTO EMITIDO (UNIDADE)478469 | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 1.000.000 |
| 11 126 | 0099 2624 | SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS | | | | | | | 3.000.000 |
| 11 126 | 0099 2624 0001 | SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 3.000.000 |
| 11 331 | 0099 2633 | HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | 7.805.093 |
| 11 331 | 0099 2633 0001 | HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL TRABALHADOR HABILITADO (UNIDADE)1545563 | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 7.805.093 |
| 11 126 | 0099 4235 | SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | 21.000.000 |
| 11 126 | 0099 4235 0001 | SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 21.000.000 |
| 11 333 | 0099 6489 | SISTEMA DE INTEGRACAO DAS ACOES DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL, INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | 11.000.000 |
| 11 333 | 0099 6489 0001 | SISTEMA DE INTEGRACAO DAS ACOES DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL, INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 11.000.000 |
| 0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 6.194.907 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 11 122 | 0100 2627 | REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL | | | | | | | 4.300.000 |
| 11 122 | 0100 2627 0001 | REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL - NACIONAL BENEFICIO PAGO (UNIDADE)963089 | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 4.300.000 |
| 11 331 | 0100 4407 | IDENTIFICACAO DO TRABALHADOR COM DIREITO AO ABONO SALARIAL | | | | | | | 1.894.907 |
| 11 331 | 0100 4407 0001 | IDENTIFICACAO DO TRABALHADOR COM DIREITO AO ABONO SALARIAL - NACIONAL TRABALHADOR IDENTIFICADO (UNIDADE)933452 | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 1.894.907 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 50.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 50.000.000 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | J U | F T E | V A L O R |
|---------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0040 | | TODA CRIANCA NA ESCOLA | | | | | | | 46.759.218 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 12 243 | 0040 0519 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA | | | | | | | 46.759.218 |
| 12 243 | 0040 0519 0013 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 1.390.400 |
| 12 243 | 0040 0519 0016 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 420.300 |
| 12 243 | 0040 0519 0031 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 2.813.200 |
| 12 243 | 0040 0519 0032 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 137.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0033 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 2.010.418 |
| 12 243 | 0040 0519 0035 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 4.798.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0042 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 597.700 |
| 12 243 | 0040 0519 0043 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 872.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0051 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MATO GROSSO | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 620.700 |
| 12 243 | 0040 0519 0052 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE GOIAS | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 1.980.200 |
| 12 243 | 0040 0519 0054 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 1.609.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0113 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE RONDONIA - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 457.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0115 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | 555.600 |

| | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|------------------------|
| 12 243 | 0040 0519 0117 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO AMAZONAS - PROJETO ALVORADA | | | | | | | | 451.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0121 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO PARA - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 451.600 5.703.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0125 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE TOCANTINS - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 5.703.600 1.141.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0127 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO MARANHAO - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 1.141.800 5.454.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0131 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO CEARA - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 5.454.800 2.574.400 |
| 12 243 | 0040 0519 0133 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 2.574.400 1.243.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0135 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DA PARAIBA - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 1.243.600 698.600 |
| 12 243 | 0040 0519 0137 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 698.600 8.352.200 |
| 12 243 | 0040 0519 0139 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 8.352.200 2.390.800 |
| 12 243 | 0040 0519 0141 | PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE SERGIPE - PROJETO ALVORADA | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 2.390.800 482.700 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 179 | | 482.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 46.759.218 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 46.759.218 |

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDENCIA SOCIAL | | | | | | | | | 1.500.000 | |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 09 271 | 0085 7933 | DISSEMINACAO DO SISTEMA DE ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS POR INCAPACIDADE - SABI | | | | | | | 1.500.000 | |
| 09 271 | 0085 7933 0001 | DISSEMINACAO DO SISTEMA DE ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS POR INCAPACIDADE - SABI - NACIONAL | | | | | | | 1.500.000 | |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)20 | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 1.500.000 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.115.200 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 09 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.115.200 | |
| 09 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 3.115.200 | |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.115.200 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.615.200 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.615.200 | |

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0065 ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA | | | | | | | | | 64.048.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 08 122 | 0065 2574 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA | | | | | | | 64.048.000 | |
| 08 122 | 0065 2574 0001 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - NACIONAL | | | | | | | 64.048.000 | |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 153 | 64.048.000 | |
| 0066 VALORIZACAO E SAUDE DO IDOSO | | | | | | | | | 34.027.200 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 08 122 | 0066 2573 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA | | | | | | | 34.027.200 | |
| 08 122 | 0066 2573 0001 | REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - NACIONAL | | | | | | | 34.027.200 | |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 153 | 34.027.200 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 98.075.200 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.075.200 | |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0102 TRABALHO LEGAL | | | | | | | | | 10.146 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 11 125 | 0102 2628 | FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E DA ARRECADACAO DO FGTS | | | | | | | 10.146 |
| 11 125 | 0102 2628 0001 | FISCALIZACAO DE OBRIGACOES TRABALHISTAS E DA ARRECADACAO DO FGTS - NACIONAL (UNIDADE)123 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.146 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.146 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.146 |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38201 - FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0105 TRABALHO SEGURO E SAUDAVEL | | | | | | | | | 22.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 11 571 | 0105 1445 | ESTUDOS E PESQUISAS PARA PREVENCAO DE ACIDENTES E DOENCAS DO TRABALHO | | | | | | | 22.000 |
| 11 571 | 0105 1445 0001 | ESTUDOS E PESQUISAS PARA PREVENCAO DE ACIDENTES E DOENCAS DO TRABALHO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.000 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 2.000.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) | | | | | | | 2.000.000 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

Aviso nº 1.194 – SAP/C. Civil

Brasília, 30 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$421.406.564,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964.)

.....
LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2002 e dá outras providências.

.....
Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais

serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propos-

tas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

.....
LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

.....
(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 85, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 43.762.093,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 43.762.093,00 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, noventa e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - excesso de arrecadação de receitas financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 1.159.694,00 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 42.602.399,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e noventa e nove reais), indicadas no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 191.372 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 191.372 | |
| 12 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 191.372 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 23.143 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.015 | |
| 12 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.015 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.128 | |
| 12 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.128 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 214.515 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 214.515 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL | | | | | | | | | 82.262 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 367 | 0049 6127 | FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL | | | | | | | 82.262 | |
| 12 367 | 0049 6127 0033 | FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 82.262 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 9.226 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.226 | |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.226 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.488 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.488 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL | | | | | | | | | 39.287 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 367 | 0049 6127 | FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL | | | | | | | 39.287 |
| 12 367 | 0049 6127 0033 | FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 39.287 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.287 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.287 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26201 - COLEGIO PEDRO II

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO | | | | | | | | | 200.230 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 362 | 0045 2991 | FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO | | | | | | | 200.230 |
| 12 362 | 0045 2991 0033 | FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.230 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.232 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 24.232 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 24.232 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 224.462 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 224.462 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26202 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE ALAGOAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 70.676 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 70.676 |
| 12 363 | 0044 2992 0027 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 70.676 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 3.525 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.525 |
| 12 365 | 0791 2010 0027 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.525 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 74.201 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.201 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26203 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO AMAZONAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 369.203 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 75.063 |
| 12 363 | 0044 2992 0013 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 75.063 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 294.140 |
| 12 363 | 0044 5135 0013 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 294.140 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 43.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.264 |
| 12 365 | 0791 2010 0013 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.264 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 34.736 |
| 12 306 | 0791 2012 0013 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 34.736 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 412.203 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 412.203 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26205 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 168.743 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 168.743 | |
| 12 363 | 0044 2992 0033 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 168.743 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 168.743 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 12.832 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.832 | |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 12.832 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.832 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 181.575 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 181.575 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO CEARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 64.523 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 64.523 | |
| 12 363 | 0044 2992 0023 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 64.523 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 64.523 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 10.400 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.514 | |
| 12 365 | 0791 2010 0023 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 6.514 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.514 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.886 | |
| 12 306 | 0791 2012 0023 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 3.886 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.886 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 74.923 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 74.923 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26207 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 114.468 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 114.468 |
| 12 363 | 0044 2992 0032 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 114.468 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 49.541 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.567 |
| 12 365 | 0791 2010 0032 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.567 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 29.974 |
| 12 306 | 0791 2012 0032 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 29.974 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 164.009 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 164.009 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26208 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE GOIAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 128.247 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 128.247 |
| 12 363 | 0044 2992 0052 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 128.247 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 128.247 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 128.247 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26210 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE MATO GROSSO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 44.300 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 44.300 |
| 12 363 | 0044 2992 0051 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 44.300 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.588 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.588 |
| 12 365 | 0791 2010 0051 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.588 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 51.888 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 51.888 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 64.209 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 64.209 |
| 12 363 | 0044 2992 0051 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.209 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 112 | 57.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 9.021 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.021 |
| 12 306 | 0791 2012 0051 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.021 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 73.230 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 73.230 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26212 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 100.774 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 100.774 |
| 12 363 | 0044 2992 0015 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.774 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 8.687 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.687 |
| 12 365 | 0791 2010 0015 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.687 |
| TOTAL - FISCAL 109.461 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 109.461 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26213 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA PARAIBA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 88.410 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 88.410 |
| 12 363 | 0044 2992 0025 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 88.410 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 6.976 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.976 |
| 12 365 | 0791 2010 0025 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.976 |
| TOTAL - FISCAL 95.386 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 95.386 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26214 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PELOTAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 126.194 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 126.194 |
| 12 363 | 0044 2992 0043 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 126.194 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.114 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.114 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.114 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 132.308 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 132.308 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26215 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 195.072 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 195.072 |
| 12 363 | 0044 2992 0026 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 195.072 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 195.072 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 195.072 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26216 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PIAUI

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 11.645 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 11.645 |
| 12 363 | 0044 2992 0022 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.645 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.909 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.909 |
| 12 365 | 0791 2010 0022 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.909 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.554 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.554 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 76.617 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 76.617 |
| 12 363 | 0044 2992 0033 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 76.617 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.617 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 76.617 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26218 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 47.405 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 47.405 |
| 12 363 | 0044 2992 0024 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 47.405 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 14.402 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.402 |
| 12 365 | 0791 2010 0024 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.402 |
| TOTAL - FISCAL | | | 61.807 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 61.807 | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26219 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 79.927 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 79.927 |
| 12 363 | 0044 2992 0042 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 79.927 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 16.100 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 16.100 |
| 12 365 | 0791 2010 0042 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.100 |
| TOTAL - FISCAL | | | 96.027 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 96.027 | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26220 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE SAO PAULO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 17.960 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 17.960 |
| 12 363 | 0044 2992 0035 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.960 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.764 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.469 |
| 12 365 | 0791 2010 0035 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.469 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.295 |
| 12 306 | 0791 2012 0035 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.295 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.724 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.724 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26221 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 40.167 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 40.167 |
| 12 363 | 0044 2992 0028 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.167 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.522 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.454 |
| 12 365 | 0791 2010 0028 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.454 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 68 |
| 12 306 | 0791 2012 0028 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 68 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 46.689 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 46.689 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26222 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 53.323 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.817 |
| 12 365 | 0791 2010 0014 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.817 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 41.720 |
| 12 331 | 0791 2011 0014 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 41.720 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.786 |
| 12 306 | 0791 2012 0014 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.786 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.323 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 53.323 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 402.124 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 402.124 |
| 12 364 | 0041 4009 0027 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 402.124 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 402.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 402.124 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 1.051.507 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 1.051.507 |
| 12 364 | 0041 4009 0029 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.051.507 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 4.832 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.832 |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.832 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.056.339 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.056.339 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 754.794 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 754.794 |
| 12 364 | 0041 4009 0023 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 754.794 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 9.158 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.158 |
| 12 365 | 0791 2010 0023 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.158 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 763.952 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 763.952 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 931.917 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 931.917 |
| 12 364 | 0041 4009 0032 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 931.917 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 531.917 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 400.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 34.697 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 34.697 |
| 12 365 | 0791 2010 0032 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 34.697 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 34.697 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 966.614 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 966.614 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 1.041.080 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 1.041.080 |
| 12 364 | 0041 4009 0052 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.041.080 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 158.794 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 21.602 |
| 12 365 | 0791 2010 0052 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.602 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 137.192 |
| 12 306 | 0791 2012 0052 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 137.192 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.199.874 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.199.874 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 1.327.520 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 1.327.520 |
| 12 364 | 0041 4009 0033 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 1.327.520 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.327.520 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.327.520 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.327.520 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 370.777 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 370.777 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 370.777 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 370.777 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 36.515 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 36.515 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 36.515 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 36.515 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 407.292 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 407.292 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 1.460.438 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 1.460.438 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.460.438 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.460.438 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 67.419 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 31.518 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 31.518 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 31.518 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 35.901 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 35.901 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.901 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.527.857 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.527.857 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 1.060.570 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 1.004.850 |
| 12 364 | 0041 4009 0015 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.004.850 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 55.720 |
| 12 364 | 0041 5081 0015 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARA | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 55.720 |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²)102 | | | | | | | 55.720 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 32.357 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 32.357 |
| 12 365 | 0791 2010 0015 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.357 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.092.927 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.092.927 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 825.482 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 806.632 |
| 12 364 | 0041 4009 0121 | FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | | | | | | | 806.632 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 806.632 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 18.850 |
| 12 364 | 0041 5081 0101 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | | | | | | | 18.850 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 18.850 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 299.951 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 299.951 |
| 12 306 | 0791 2012 0607 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | | | | | | | 299.951 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 299.951 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.125.433 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.125.433 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 609.016 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 609.016 |
| 12 364 | 0041 4009 0041 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 609.016 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.965 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.965 |
| 12 365 | 0791 2010 0041 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.965 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 611.981 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 611.981 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 949.288 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 949.288 |
| 12 364 | 0041 4009 0026 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 949.288 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 949.288 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 949.288 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO*PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 894.551 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 535.150 |
| 12 364 | 0041 4009 0024 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 535.150 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 359.401 |
| 12 364 | 0041 5081 0024 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 359.401 |
| | | ÁREA MODERNIZADA-RECUPERADA (M²)1100 | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 18.786 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.786 |
| 12 365 | 0791 2010 0024 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.786 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 913.337 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 913.337 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 559.951 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 559.951 |
| 12 364 | 0041 4009 0043 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 559.951 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 74.042 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 74.042 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 74.042 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 633.993 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 633.993 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 554.083 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 554.083 |
| 12 364 | 0041 4009 0042 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 554.083 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 11.896 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.896 |
| 12 365 | 0791 2010 0042 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.896 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 565.979 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 565.979 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO 747.452 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 0043 | FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 35.236 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 782.688 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 782.688 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO 204.559 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 0026 | FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 43.301 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 247.860 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 247.860 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 355.887 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 355.887 |
| 12 364 | 0041 4009 0033 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 355.887 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.966 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.966 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.966 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 363.853 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 363.853 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26250 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 162.376 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4004 | SERVICOS SOCIAIS A COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSAO UNIVERSITARIA | | | | | | | 48.397 |
| 12 364 | 0041 4004 0014 | SERVICOS SOCIAIS A COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSAO UNIVERSITARIA - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 48.397 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)20 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 48.397 |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 69.476 |
| 12 364 | 0041 4009 0014 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 69.476 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.148 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 61.328 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 44.503 |
| 12 364 | 0041 5081 0014 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 44.503 |
| | | AREA MODERNIZADA RECUPERADA (M²)300 | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 44.503 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 10.803 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.803 |
| 12 306 | 0791 2012 0014 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 10.803 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.803 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 173.179 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 173.179 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26253 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|--|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|----------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 242.690 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 242.690 |
| 12 364 | 0041 4009 0015 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 242.690 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 242.690 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.307 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.673 |
| 12 365 | 0791 2010 0015 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 4.673 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.673 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.634 |
| 12 306 | 0791 2012 0015 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 19.634 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.634 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 266.997 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 266.997 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26254 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 293.687 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 293.687 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 293.687 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 293.687 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 61.494 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 37.665 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 37.665 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 37.665 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.829 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 23.829 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.829 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 355.181 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 355.181 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26255 - FACULDADES FEDERAIS INTEGRADAS DE DIAMANTINA - FAFEID

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 26.011 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 26.011 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.011 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 29.305 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.235 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.235 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.070 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.070 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.316 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.316 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 114.614 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 114.614 |
| 12 364 | 0041 4009 0033 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 114.614 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 114.614 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.832 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.832 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 8.832 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.832 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 123.446 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 123.446 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 206.093 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 206.093 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 206.093 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 206.093 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.282 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.282 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 3.282 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.282 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 209.375 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 209.375 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 144.906 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 144.906 |
| 12 364 | 0041 4009 0041 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 144.906 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 80.132 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 80.132 |
| 12 365 | 0791 2010 0041 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.132 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 225.038 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 225.038 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26260 - ESCOLA DE FARMACIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 20.405 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 20.405 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.405 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 4.418 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.418 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.418 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.823 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.823 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA - UNIFEI

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 96.702 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 96.702 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 96.702 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 217 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 217 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 217 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 96.919 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 96.919 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 840.399 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 840.399 |
| 12 364 | 0041 4009 0035 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 840.399 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 840.399 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 840.399 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 50.596 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 50.596 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.596 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 10.479 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.479 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.479 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.075 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 61.075 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26264 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 3.514 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.514 |
| 12 365 | 0791 2010 0024 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.514 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.514 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.514 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26265 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MARANHAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 25.465 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 25.465 |
| 12 364 | 0041 4009 0021 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.465 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 37.122 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 16.065 |
| 12 365 | 0791 2010 0021 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.065 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 21.057 |
| 12 306 | 0791 2012 0021 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.057 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 62.587 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.587 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 91.565 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 91.565 |
| 12 364 | 0041 4009 0011 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 91.565 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 91.565 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.158 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.925 |
| 12 365 | 0791 2010 0011 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 6.925 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.925 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.233 |
| 12 306 | 0791 2012 0011 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 1.233 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.233 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 99.723 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.723 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 629.350 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 629.350 |
| 12 364 | 0041 4009 0033 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 629.350 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 629.350 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 629.350 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 629.350 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 614.181 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 614.181 |
| 12 364 | 0041 4009 0013 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 614.181 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.541 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.541 |
| 12 365 | 0791 2010 0013 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.541 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 621.722 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 621.722 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 965.024 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 965.024 |
| 12 364 | 0041 4009 0053 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 965.024 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 106.731 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 106.731 |
| 12 365 | 0791 2010 0053 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 106.731 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.971.755 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.971.755 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26272 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 328.640 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 328.640 |
| 12 364 | 0041 4009 0021 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | | 328.640 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 328.640 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 11.474 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.474 |
| 12 365 | 0791 2010 0021 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | | 11.474 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.474 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 340.114 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 340.114 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26273 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 222.633 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 222.633 |
| 12 364 | 0041 4009 0043 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 222.633 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 222.633 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 75.361 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.598 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 13.598 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.598 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 61.763 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 61.763 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 61.763 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 297.994 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 297.994 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO 448.751 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 448.751 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 448.751 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 5.363 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.363 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.363 |
| TOTAL - FISCAL 454.114 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 454.114 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO 295.380 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 295.380 |
| 12 364 | 0041 4009 0012 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO ACRE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 295.380 |
| TOTAL - FISCAL 295.380 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 295.380 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26276 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

| ANEEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 287.409 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 287.409 |
| 12 364 | 0041 4009 0051 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 287.409 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 287.409 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 287.409 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26277 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

| ANEEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 64.515 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 16.308 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.308 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 48.207 |
| 12 364 | 0041 5081 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 12.889 |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²)180 | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 35.318 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 64.515 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 64.515 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 599.128 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 599.128 |
| 12 364 | 0041 4009 0043 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 599.128 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 599.128 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 599.128 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 260.757 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 260.757 |
| 12 364 | 0041 4009 0022 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 260.757 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 92.945 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 29.587 |
| 12 365 | 0791 2010 0022 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 29.587 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 63.358 |
| 12 306 | 0791 2012 0022 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 63.358 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 353.702 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 353.702 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | 371.535 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 371.535 | |
| 12 364 | 0041 4009 0035 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 371.535 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 185.868 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.554 | |
| 12 365 | 0791 2010 0035 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.554 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 177.314 | |
| 12 306 | 0791 2012 0035 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 177.314 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 557.403 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 557.403 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | 220.426 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 220.426 | |
| 12 364 | 0041 4009 0028 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 220.426 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 20.084 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 20.084 | |
| 12 365 | 0791 2010 0028 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.084 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 240.510 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 240.510 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26282 - FUNDAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| | | | | | | | | | |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 438.361 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 438.361 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 438.361 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 438.361 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 438.361 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26283 - FUNDAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| | | | | | | | | | |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 433.159 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 433.159 |
| 12 364 | 0041 4009 0037 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 433.159 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 23.300 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.300 |
| 12 365 | 0791 2010 0054 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.300 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 456.459 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 456.459 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26284 - FUNDACAO FACULDADE FEDERAL DE CIENCIAS MEDICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 20.124 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 20.124 |
| 12 364 | 0041 4009 0043 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.124 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 56 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 56 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 56 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.180 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26285 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL REI

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 155.506 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 65.341 |
| 12 364 | 0041 4009 0031 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 65.341 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 90.165 |
| 12 364 | 0041 5081 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 50.000 |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²)180 | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 40.165 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 155.506 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 155.506 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 56.492 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 56.492 |
| 12 364 | 0041 4009 0016 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 56.492 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 6.515 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.515 |
| 12 365 | 0791 2010 0016 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.515 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 63.007 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 63.007 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 14.232 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 14.232 |
| 12 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.232 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 25.556 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.094 |
| 12 365 | 0791 2010 0053 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.094 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.462 |
| 12 306 | 0791 2012 0053 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.462 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.788 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.788 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26291 - FUNDAÇÃO COORDENACAO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 12.096 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 12.096 |
| 12 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.096 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.096 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.096 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 7.080 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 7.080 |
| 12 122 | 0750 2000 0026 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.080 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.042 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.042 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.042 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.122 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.122 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | 1.494.985 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 3114 | INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 226.485 | |
| 12 364 | 0041 3114 0043 | INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 4 | P | 90 | 3 | 250 | 226.485 | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 1.268.500 | |
| 12 364 | 0041 5081 0043 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 4 | P | 90 | 3 | 250 | 1.268.500 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.494.985 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.494.985 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | 61.804 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 61.804 | |
| 12 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 61.804 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 36.304 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 15.331 | |
| 12 365 | 0791 2010 0053 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.331 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 20.973 | |
| 12 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.973 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 98.108 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 98.108 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26301 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA BAHIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 120.145 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 120.145 |
| 12 364 | 0041 4009 0029 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 120.145 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 939 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 939 |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 939 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 121.084 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 121.084 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26302 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 19.626 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 19.626 |
| 12 363 | 0044 2992 0032 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.626 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.626 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.626 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 18.897 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 18.897 |
| 12 363 | 0044 2992 0043 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.897 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 3.334 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.972 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.972 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.362 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.362 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.231 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.231 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 34.898 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 28.168 |
| 12 363 | 0044 2992 0017 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE TOCANTINS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.898 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 6.730 |
| 12 363 | 0044 5135 0017 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO TOCANTINS | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 6.730 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 4.097 | | | | | | |

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|--|--|--|--|--|----------------|-------|
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 685 |
| 12 365 | 0791 2010 0017 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE TOCANTINS | | | | | | F 3 P 90 0 100 | 685 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.412 |
| 12 306 | 0791 2012 0017 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE TOCANTINS | | | | | | F 3 P 90 0 100 | 3.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 38.995 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 38.995 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26305 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BAMBUI - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|--|----------------------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 90.395 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 90.395 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | F 3 P 90 0 100 F 3 P 90 0 112 F 3 P 90 0 250 | 13.325 60.000 17.070 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 966 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 966 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | F 3 P 90 0 100 | 966 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 91.361 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 91.361 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|--------------|---------------------------------|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 28.581 | | | | | | | | | |

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
|---|----------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|--|--------------|
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 19.879 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 19.879 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 8.702 |
| 12 363 | 0044 5135 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | | 8.702 |
| | | AREA MODERNIZADA RECUPERADA (M²)15 | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | | 1.328 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 1.328 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 1.328 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 29.909 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 29.909 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
|---|----------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|--|--------------|
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 15.746 |
| 12 363 | 0044 2992 0026 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 15.746 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | | 4.693 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 4.693 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 4.693 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 20.439 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 20.439 |

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA | SUBTITULO | PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-----------|---------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | | | 15.746 |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 15.746 |
| 12 363 | 0044 2992 0026 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 15.746 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | | 4.693 |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 4.693 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 4.693 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 20.439 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 20.439 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26308 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 18.023 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 18.023 |
| 12 363 | 0044 2992 0026 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 18.023 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.023 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 5.251 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.158 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 4.158 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.158 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.093 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 1.093 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.093 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.274 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.274 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26309 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 70.901 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 70.901 |
| 12 363 | 0044 2992 0043 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 70.901 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.901 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 112 | 56.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 70.901 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 70.901 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA Acao SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 26.937 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 26.937 | |
| 12 363 | 0044 2992 0051 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.937 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.884 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.409 | |
| 12 365 | 0791 2010 0051 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.409 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.475 | |
| 12 306 | 0791 2012 0051 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.475 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.821 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 38.821 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA Acao SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 23.798 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 23.798 | |
| 12 363 | 0044 2992 0015 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.798 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.214 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.214 | |
| 12 306 | 0791 2012 0015 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.214 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 29.012 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.012 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26312 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU - BA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 44.167 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 44.167 |
| 12 363 | 0044 2992 0029 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 44.167 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 44.167 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 44.167 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA - ES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 26.249 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 26.249 |
| 12 363 | 0044 2992 0032 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.249 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 1.339 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.339 |
| 12 365 | 0791 2010 0032 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.339 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.588 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.588 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 2.920 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 2.920 |
| 12 363 | 0044 2992 0042 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 2.920 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.920 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 15.815 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.559 |
| 12 365 | 0791 2010 0042 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 6.559 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.559 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.256 |
| 12 306 | 0791 2012 0042 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 9.256 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.735 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.735 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26315 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO - CE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 23.718 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 23.718 |
| 12 363 | 0044 2992 0023 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 23.718 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.718 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.718 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.718 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CUIABA - MT

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|-------|--|-----|-------|-----|-------|--------|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA AÇAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 13.821 | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 13.821 | |
| 12 363 | 0044 2992 0051 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 13.821 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 13.580 | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 6.418 | |
| 12 365 | 0791 2010 0051 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 6.418 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 7.162 | |
| 12 306 | 0791 2012 0051 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 7.162 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.401 | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.401 | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------|--|-----|-------|-----|-------|-------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 4.684 | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 4.684 | |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 4.684 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.189 | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 2.189 | |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 2.189 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.873 | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.873 | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26319 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE JANUARIA - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 94.867 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 94.867 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 94.867 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.517 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 112 | 40.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 49.350 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.519 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.519 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 6.519 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.519 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 101.386 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 101.386 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26320 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 5.242 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 5.242 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.242 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.256 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.256 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.498 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.498 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26321 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS - AM

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 21.736 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 21.736 |
| 12 363 | 0044 2992 0013 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.736 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.736 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.736 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 2.634 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 2.634 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 2.634 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.634 |
| TOTAL - FISCAL 2.634 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.634 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26323 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PETROLINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 186.693 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 45.182 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 45.182 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 45.182 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.000 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 14.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.000 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 127.511 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 127.511 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 127.511 |
| TOTAL - FISCAL 186.693 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 186.693 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26324 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------|-----|-------|-----|-------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 9.728 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 9.728 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.728 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.487 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.487 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.487 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.215 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.215 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26325 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------|-----|-------|-----|-------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 14.458 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 14.458 |
| 12 363 | 0044 2992 0052 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.458 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.377 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.377 |
| 12 365 | 0791 2010 0052 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.377 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.835 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.835 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|---------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 11.238 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 11.238 | |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.238 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 28 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 28 | |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 28 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.266 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.266 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA- ES

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|--------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 5.740 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 5.740 | |
| 12 363 | 0044 2992 0032 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.740 | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.944 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.068 | |
| 12 365 | 0791 2010 0032 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.068 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.876 | |
| 12 306 | 0791 2012 0032 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.876 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.684 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.684 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO - SE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 31.968 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 31.968 |
| 12 363 | 0044 2992 0028 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 31.968 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.968 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.968 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAA SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 8.455 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 8.455 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.455 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.596 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.596 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.596 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.051 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.051 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS - MA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 17.675 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 17.675 |
| 12 363 | 0044 2992 0021 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.675 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 173 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 173 |
| 12 365 | 0791 2010 0021 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 173 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.848 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.848 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26331 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO VICENTE DO SUL - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 7.619 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 7.619 |
| 12 363 | 0044 2992 0043 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.619 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.751 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.751 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.751 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.370 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.370 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------------|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO | SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | | 21.622 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 21.622 |
| 12 363 | 0044 2992 0027 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS | | | | | | | | 21.622 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.622 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | 626 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 626 |
| 12 306 | 0791 2012 0027 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | | | | | | | | 626 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 626 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 22.248 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 22.248 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------------|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO | SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | | 27.064 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 27.064 |
| 12 363 | 0044 2992 0043 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | 27.064 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 27.064 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | 2.088 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 2.088 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | 2.088 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.088 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 29.152 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 29.152 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26334 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA - PB

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.353 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.567 |
| 12 365 | 0791 2010 0025 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.567 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.786 |
| 12 306 | 0791 2012 0025 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.786 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.353 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.353 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26335 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERABA - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 22.382 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 22.382 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.382 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.313 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.262 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.262 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.051 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.051 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.695 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.695 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA /CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 62.797 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 58.458 |
| 12 363 | 0044 2992 0031 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 58.458 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | -6.526 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 11.932 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 3053 | VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 4.339 |
| 12 363 | 0044 3053 0031 | VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 4.339 |
| | | VEICULO ADQUIRIDO (UNIDADE)1 | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 4.339 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.263 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.263 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 2.263 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.263 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 65.060 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.060 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA /CAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 25.761 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 25.761 |
| 12 363 | 0044 2992 0052 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 25.761 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.761 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.761 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.761 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTAO - PE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 11.400 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 11.400 |
| 12 363 | 0044 2992 0026 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 11.400 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.400 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 4.681 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.681 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 4.681 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.681 |
| TOTAL - FISCAL | | | 16.081 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 16.081 | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | 19.304 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 19.304 |
| 12 363 | 0044 2992 0013 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 19.304 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.304 |
| TOTAL - FISCAL | | | 19.304 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 19.304 | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRI0 - SC

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 12.593 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.593 |
| 12 365 | 0791 2010 0042 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.593 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.593 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.593 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 4.977 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 4.977 |
| 12 363 | 0044 2992 0052 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.977 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.071 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.071 |
| 12 365 | 0791 2010 0052 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.071 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.048 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.048 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 35.261 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 35.261 |
| 12 363 | 0044 2992 0011 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.261 |
| TOTAL - FISCAL 35.261 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 35.261 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 6.071 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 6.071 |
| 12 363 | 0044 2992 0021 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.071 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 12.409 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.824 |
| 12 365 | 0791 2010 0021 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.824 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.585 |
| 12 306 | 0791 2012 0021 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.585 |
| TOTAL - FISCAL 18.480 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 18.480 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26344 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL ANTONIO JOSE TEIXEIRA - BA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 85 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 0029 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 85 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 4.336 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.122 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.214 |
| TOTAL - FISCAL 4.421 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 4.421 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 73.893 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 0042 | FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.393 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 112 | 10.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 60.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 2.181 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 0042 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.181 |
| TOTAL - FISCAL 76.074 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 76.074 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26346 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INES - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.099 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.953 |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.953 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 146 |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 146 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.099 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.099 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26347 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO SENHOR DO BONFIM - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 3.588 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2992 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 3.588 |
| 12 363 | 0044 2992 0029 | FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.588 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 13.188 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.683 |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.683 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.505 |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.505 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.776 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.776 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26907 - FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0041 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 9.689.106 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 123 | 0041 4556 | ADMINISTRACAO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO GRATUITO | | | | | | | 9.689.106 |
| 12 123 | 0041 4556 0001 | ADMINISTRACAO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO GRATUITO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 114 | 9.689.106 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.689.106 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.689.106 |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0166 | | MUSICA E ARTES CENICAS | | | | | | | 350.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 0166 4495 | APOIO A BANDAS DE MUSICA | | | | | | | 350.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0004 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - REVITALIZACAO DA BANDA ESCOLA EUTERPE LUMIARENSE - NOVA FRIBURGO - RJ | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 100.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0030 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDAS DE MUSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 710.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 710.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42201 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 59.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2000 0181 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 59.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 32.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 13 306 | 0791 2012 0101 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.000 |
| TOTAL - FISCAL 91.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 91.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42202 - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0168 LIVRO ABERTO 753.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0168 2650 | FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIAO | | | | | | | |
| 13 392 | 0168 2650 0001 | FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS DA UNIAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 753.000 |
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL 104.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 6517 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 6517 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 104.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 90.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 13 331 | 0791 2011 0617 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 13 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | |
| 13 306 | 0791 2012 0603 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| TOTAL - FISCAL 947.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 947.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 105,500 |
| 13 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105,500 |
| 13 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 94,500 |
| 13 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 94,500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 200,000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 200,000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL | | | | | | | | | 672.575 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 4492 | FUNCIONAMENTO DE ESPACOS CULTURAIS DA UNIAO | | | | | | | 672,575 |
| 13 392 | 0170 4492 0001 | FUNCIONAMENTO DE ESPACOS CULTURAIS DA UNIAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 672,575 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 149.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 107,000 |
| 13 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 107,000 |
| 13 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 42,000 |
| 13 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 42,000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 821,575 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 821,575 |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|-----------------------------|--------------|---------------------------------|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| | | | | | | | | | |
| 0166 MUSICA E ARTES CENICAS | | | | | | | | | 324.500 |
| 13 392 0166 4495 | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 13 392 0166 4495 0006 | | | APOIO A BANDAS DE MUSICA | | | | | | 324.500 |
| 13 392 0166 4495 0008 | | | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDAS DE MUSICA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | 170.000 |
| 13 392 0166 4495 0012 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 170.000 |
| 13 392 0166 4495 0016 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 25.000 |
| 13 392 0166 4495 0018 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 25.000 |
| 13 392 0166 4495 0023 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 14.500 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 14.500 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 15.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 15.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 20.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 60.000 |
| 13 392 0166 4495 0036 | | | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 324.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 324.500 |

ORGÃO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---------------------------|--------------|---------------------------------|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| | | | | | | | | | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 700.000 |
| 23 126 0750 2003 | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 23 126 0750 2003 0053 | | | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | 700.000 |
| 23 126 0750 2003 0053 | | | ACOES DE INFORMATICA - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | 700.000 |
| 23 126 0750 2003 0053 | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 125 | 700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 700.000 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 192.162 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 192.162 |
| 12 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 192.162 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 192.162 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 192.162 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA.ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 94.407 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 82.457 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 82.457 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.950 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.950 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 94.407 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 94.407 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 43.729 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.052 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.052 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 39.403 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 39.403 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 274 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 274 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 43.729 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.729 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26201 - COLEGIO PEDRO II

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 237.856 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 201.397 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 201.397 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 36.459 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 36.459 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 237.856 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.856 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26202 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 78.205 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 70.875 |
| 12 331 | 0791 2011 0027 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 70.875 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.330 |
| 12 306 | 0791 2012 0027 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.330 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 78.205 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 78.205 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26203 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 294.140 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 2994 | ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 294.140 |
| 12 363 | 0044 2994 0013 | ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 294.140 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 75.291 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 75.291 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 75.291 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 369.431 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 369.431 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26205 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 174.531 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 169.115 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 169.115 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 169.115 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.416 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 5.416 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.416 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 174.531 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 174.531 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO CEARA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 64.717 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 64.717 |
| 12 331 | 0791 2011 0023 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 64.717 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 64.717 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 64.717 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.717 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26207 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 114.684 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 114.684 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 114.684 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 114.684 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 114.684 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 114.684 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26208 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE GOIAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 137.612 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.823 |
| 12 365 | 0791 2010 0052 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 3.823 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.823 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 128.506 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 128.506 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 128.506 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.283 |
| 12 306 | 0791 2012 0052 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 5.283 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.283 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 137.612 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 137.612 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26210 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE MATO GROSSO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 48.020 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 44.300 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 44.300 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.720 |
| 12 306 | 0791 2012 0051 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.720 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.020 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.020 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 57.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 12 128 | 0044 3048 | CAPACITACAO DE DOCENTES E TECNICOS DA AREA EDUCACIONAL PARA A EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 25.000 |
| 12 128 | 0044 3048 0031 | CAPACITACAO DE DOCENTES E TECNICOS DA AREA EDUCACIONAL PARA A EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 112 | 25.000 |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 32.000 |
| 12 363 | 0044 5135 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 4 | P | 90 | 0 | 112 | 32.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.122 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.767 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.767 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.355 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.355 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 68.122 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 68.122 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26212 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 129.345 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 100.926 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.926 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 28.419 |
| 12 306 | 0791 2012 0015 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 28.419 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 129.345 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 129.345 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26213 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA PARAIBA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 89.685 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 88.569 |
| 12 331 | 0791 2011 0025 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 88.569 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.116 |
| 12 306 | 0791 2012 0025 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.116 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 89.685 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 89.685 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26214 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PELOTAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 126.707 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 126.449 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 126.449 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 258 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 258 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 126.707 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 126.707 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26215 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 273.269 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.246 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.246 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 195.529 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 195.529 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 51.494 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 51.494 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 273.269 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 273.269 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26216 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PIAUI

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 12.176 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.671 |
| 12 331 | 0791 2011 0022 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.671 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 505 |
| 12 306 | 0791 2012 0022 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 505 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.176 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.176 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 85.671 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.685 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.685 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 76.985 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 76.985 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.001 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.001 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.671 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 85.671 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 85.671 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.685 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.685 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 76.985 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 76.985 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.001 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.001 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 85.671 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 85.671 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26218 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 49.725 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 47.405 |
| 12 331 | 0791 2011 0024 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 47.405 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.320 |
| 12 306 | 0791 2012 0024 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.320 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.725 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.725 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26219 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 86.547 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 80.205 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.205 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.342 |
| 12 306 | 0791 2012 0042 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.342 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 86.547 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.547 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26220 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE SAO PAULO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 18.374 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.374 |
| 12 331 | 0791 2011 0035 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.374 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.374 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.374 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26221 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 40.309 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 40.309 |
| 12 331 | 0791 2011 0028 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.309 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 40.309 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.309 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 467.044 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.749 |
| 12 365 | 0791 2010 0027 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.749 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 402.893 |
| 12 331 | 0791 2011 0027 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 402.893 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 56.402 |
| 12 306 | 0791 2012 0027 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 56.402 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 467.044 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 467.044 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.147.367 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.053.521 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.053.521 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 93.846 |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 93.846 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.147.367 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.147.367 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 824.961 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 755.860 |
| 12 331 | 0791 2011 0023 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 755.860 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 69.101 |
| 12 306 | 0791 2012 0023 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 69.101 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 824.961 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 824.961 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 549.856 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 532.734 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 532.734 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 532.734 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 17.122 |
| 12 306 | 0791 2012 0032 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 17.122 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.122 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 549.856 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 549.856 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.042.206 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.042.206 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 1.042.206 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.042.206 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.042.206 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.042.206 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | 1.491.997 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 1.029 | |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | 1.029 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 1.029 | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 1.330.711 | |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | 1.330.711 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 1.330.711 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 160.257 | |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | 160.257 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 160.257 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 1.491.997 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.491.997 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | 416.043 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 371.346 | |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | | 371.346 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 371.346 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 44.697 | |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | | 44.697 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 44.697 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 416.043 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 416.043 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.463.247 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.463.247 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.463.247 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.463.247 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.463.247 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.019.274 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.006.284 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.006.284 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.990 |
| 12 306 | 0791 2012 0015 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.990 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.019.274 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.019.274 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 18.850 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 4009 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO | | | | | | | 18.850 |
| 12 364 | 0041 4009 0121 | FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 18.850 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 808.973 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.062 |
| 12 365 | 0791 2010 0603 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.062 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 807.911 |
| 12 331 | 0791 2011 0619 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 807.911 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 827.823 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 827.823 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 619.636 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 611.471 |
| 12 331 | 0791 2011 0041 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 611.471 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.165 |
| 12 306 | 0791 2012 0041 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.165 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 619.636 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 619.636 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 988.415 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.670 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.670 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 951.239 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 951.239 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.506 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.506 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 988.415 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 988.415 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 645.719 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 536.074 |
| 12 331 | 0791 2011 0024 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 536.074 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 109.645 |
| 12 306 | 0791 2012 0024 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 109.645 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 645.719 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 645.719 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 580.420 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.130 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 13.130 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.130 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 567.290 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 567.290 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 580.420 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 580.420 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 476.057 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 102.117 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 102.117 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 102.117 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 373.940 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 373.940 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 476.057 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 476.057 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 615.315 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 555.540 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 555.540 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 555.540 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 59.775 |
| 12 306 | 0791 2012 0042 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 59.775 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 59.775 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 615.315 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 615.315 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 808.448 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 748.510 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 748.510 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 748.510 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 59.938 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 59.938 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 59.938 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 808.448 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 808.448 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 218.761 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.721 |
| 12 365 | 0791 2010 0026 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.721 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 205.040 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 205.040 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 218.761 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 218.761 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 385.508 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 357.008 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 357.008 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 28.500 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 28.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 385.508 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 385.508 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26250 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.160 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12 |
| 12 365 | 0791 2010 0014 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.148 |
| 12 331 | 0791 2011 0014 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.148 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.160 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.160 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26253 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 243.154 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 243.154 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 243.154 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 243.154 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 243.154 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26254 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 294.163 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 294.163 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 294.163 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 294.163 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 294.163 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26255 - FACULDADES FEDERAIS INTEGRADAS DE DIAMANTINA - FAFEID

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 26.011 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.011 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.011 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.011 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.011 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 121.178 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 114.968 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 114.968 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.210 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.210 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 121.178 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 121.178 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRAE ALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 226.124 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 206.468 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 206.468 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.656 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.656 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 226.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 226.124 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 149.544 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 145.456 |
| 12 331 | 0791 2011 0041 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 145.456 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.088 |
| 12 306 | 0791 2012 0041 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.088 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 149.544 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 149.544 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26260 - ESCOLA DE FARMACIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 21.316 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 911 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 911 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 911 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 20.405 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 20.405 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.405 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.316 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.316 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA - UNIFEI

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 101.675 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 96.871 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 96.871 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 96.871 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.804 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 4.804 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.804 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 101.675 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 101.675 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 920.445 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.209 |
| 12 365 | 0791 2010 0035 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.209 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 842.400 |
| 12 331 | 0791 2011 0035 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 842.400 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 71.836 |
| 12 306 | 0791 2012 0035 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 71.836 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 920.445 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 920.445 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 64.132 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 50.697 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.697 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.435 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.435 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 64.132 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.132 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26264 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 10.107 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.107 |
| 12 306 | 0791 2012 0024 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.107 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.107 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.107 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26265 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MARANHAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 25.570 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.570 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.570 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.570 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.570 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 91.786 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 91.786 |
| 12 331 | 0791 2011 0011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 91.786 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.786 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.786 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 669.751 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.870 |
| 12 365 | 0791 2010 0033 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.870 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 630.502 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 630.502 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.379 |
| 12 306 | 0791 2012 0033 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.379 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 669.751 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 669.751 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26270 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 651.495 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 615.646 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 615.646 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 35.849 |
| 12 306 | 0791 2012 0013 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.849 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 651.495 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 651.495 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.008.356 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 966.679 |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 966.679 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 41.677 |
| 12 306 | 0791 2012 0053 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 41.677 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.008.356 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.008.356 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 364.111 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 329.145 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHÃO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 329.145 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 34.966 |
| 12 306 | 0791 2012 0021 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHÃO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 34.966 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 364.111 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 364.111 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 223.025 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 223.025 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 223.025 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 223.025 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.025 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 506.836 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 449.433 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 449.433 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 57.403 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 57.403 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 506.836 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 506.836 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 312.903 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.009 |
| 12 365 | 0791 2010 0012 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ACRE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.009 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 296.051 |
| 12 331 | 0791 2011 0012 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ACRE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 296.051 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.843 |
| 12 306 | 0791 2012 0012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ACRE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.843 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 312.903 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 312.903 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26276 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 398.372 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.132 |
| 12 365 | 0791 2010 0051 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 10.132 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.132 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 287.854 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 287.854 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 287.854 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 100.386 |
| 12 306 | 0791 2012 0051 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 100.386 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.386 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 398.372 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 398.372 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26277 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 53.895 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.094 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.094 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 16.691 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.691 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.110 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.110 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.895 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 53.895 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 648.062 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.623 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.623 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 599.641 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 599.641 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 36.798 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 36.798 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 648.062 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 648.062 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 261.010 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 261.010 |
| 12 331 | 0791 2011 0022 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 261.010 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 261.010 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 261.010 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26280 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 372.099 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 372.099 |
| 12 331 | 0791 2011 0035 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 372.099 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 372.099 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 372.099 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26281 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 223.967 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 220.669 |
| 12 331 | 0791 2011 0028 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 220.669 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.298 |
| 12 306 | 0791 2012 0028 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.298 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 223.967 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.967 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26282 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 554.134 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.822 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.822 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 438.862 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 438.862 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 101.450 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 101.450 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 554.134 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 554.134 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 485.763 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 434.062 |
| 12 331 | 0791 2011 0054 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | | | | | | | 434.062 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 434.062 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 51.701 |
| 12 306 | 0791 2012 0054 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | | | | | | | 51.701 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 51.701 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 485.763 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 485.763 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26284 - FUNDACAO FACULDADE FEDERAL DE CIENCIAS MEDICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 21.435 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 20.124 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 20.124 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.124 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.311 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 1.311 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.311 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.435 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.435 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26285 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL REI

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 76.779 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.602 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.602 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 65.432 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 65.432 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.745 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.745 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 76.779 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 76.779 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26286 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 60.318 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 56.492 |
| 12 331 | 0791 2011 0016 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 56.492 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.826 |
| 12 306 | 0791 2012 0016 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.826 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.318 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.318 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 14.285 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.285 |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.285 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.285 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.285 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26291 - FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 17.015 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.515 |
| 12 365 | 0791 2010 0053 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.515 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 12.126 |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 12.126 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.374 |
| 12 306 | 0791 2012 0053 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.374 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.015 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.015 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26292 - FUNDACAO JOAQUIM NABUCO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 99 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 99 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.901 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.901 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 1.494.985 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 5081 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 1.494.985 |
| 12 364 | 0041 5081 0043 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 1.494.985 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.494.985 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.494.985 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 52.009 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 52.009 |
| 12 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 52.009 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.009 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 52.009 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26301 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA BAHIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 130.096 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.654 |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.654 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 120.442 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 120.442 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 130.096 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 130.096 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26302 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 31.204 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.899 |
| 12 365 | 0791 2010 0032 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.899 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.626 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.626 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.679 |
| 12 306 | 0791 2012 0032 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.204 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.204 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 18.897 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.897 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.897 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.897 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.897 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.898 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.898 |
| 12 331 | 0791 2011 0017 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE TOCANTINS | | | | | | | 7.898 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.898 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.898 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.898 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26305 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BAMBUI - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 77.070 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 77.070 |
| 12 363 | 0044 5135 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 77.070 |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (MP)15 | F | 4 | P | 90 | 0 | 112 | 60.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 17.070 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 13.919 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 13.325 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 13.325 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.325 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 594 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 594 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 594 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 90.989 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 90.989 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 19.998 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.879 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.879 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 119 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 119 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.998 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.998 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 16.380 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 15.910 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.910 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 470 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 470 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.380 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.380 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26308 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 18.023 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.023 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 18.023 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.023 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.023 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.023 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26309 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - RS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 56.000 | | | | | | | | | |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 56.000 |
| 12 363 | 0044 5135 0043 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 56.000 |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M ²)734 | F | 4 | P | 90 | 0 | 112 | 56.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 21.323 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.987 |
| 12 365 | 0791 2010 0043 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 1.987 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.987 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.901 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 14.901 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.901 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.435 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 4.435 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.435 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 77.323 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 77.323 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 26.937 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.937 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.937 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.937 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 26.937 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 28.102 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.145 |
| 12 365 | 0791 2010 0015 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.145 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.957 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.957 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 28.102 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.102 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26312 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU - BA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 59.583 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.720 |
| 12 365 | 0791 2010 0029 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.720 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 51.354 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 51.354 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.509 |
| 12 306 | 0791 2012 0029 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.509 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.583 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 59.583 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA - ES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 30.009 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 26.341 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.341 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.668 |
| 12 306 | 0791 2012 0032 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.668 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.009 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.009 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.920 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.920 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 2.920 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.920 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.920 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.920 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26315 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO - CE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 25.761 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 45 |
| 12 365 | 0791 2010 0023 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 45 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 45 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.718 |
| 12 331 | 0791 2011 0023 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 23.718 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.718 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.998 |
| 12 306 | 0791 2012 0023 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 1.998 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.998 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.761 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.761 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CUIABA - MT

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.105 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 24.105 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 24.105 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.105 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.105 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26317 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU - CE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.072 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.172 |
| 12 365 | 0791 2010 0023 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.172 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 900 |
| 12 306 | 0791 2012 0023 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.072 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.072 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 8.393 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.709 | |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.709 | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.684 | |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.684 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.393 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.393 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26319 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE JANUARIA - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0044 | | DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | 89.350 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 89.350 | |
| 12 363 | 0044 5135 0031 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 4 | P | 90 | 0 | 112 | 40.000 | |
| | | AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²)IS | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 49.350 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 7.706 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.517 | |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.517 | |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.189 | |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.189 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 97.056 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 97.056 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26320 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.152 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 910 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 910 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 910 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.242 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 5.242 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.242 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.152 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.152 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26321 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS - AM

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 29.921 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.359 |
| 12 365 | 0791 2010 0013 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 2.359 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.359 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 21.832 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 21.832 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.832 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.730 |
| 12 306 | 0791 2012 0013 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 5.730 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.730 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 29.921 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.921 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 9.286 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.794 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.794 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.634 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.634 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 858 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 858 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.286 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.286 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26324 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.060 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.794 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.794 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.266 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.266 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.060 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.060 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26325 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 16.273 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.478 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.478 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.795 |
| 12 306 | 0791 2012 0052 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.795 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.273 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.273 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.822 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.238 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.238 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 584 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 584 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.822 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.822 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA- ES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.740 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.740 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.740 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.740 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.740 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO - SE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 37.439 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.089 |
| 12 365 | 0791 2010 0028 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.089 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 32.036 |
| 12 331 | 0791 2011 0028 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.036 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.314 |
| 12 306 | 0791 2012 0028 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.314 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.439 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.439 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.515 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.060 |
| 12 365 | 0791 2010 0031 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.060 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.455 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.455 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.515 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.515 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS - MA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 19.845 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 17.748 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.748 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.097 |
| 12 306 | 0791 2012 0021 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.097 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.845 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.845 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26331 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO VICENTE DO SUL - RS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 8.632 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.676 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.676 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 956 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 956 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.632 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.632 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 22.813 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.133 |
| 12 365 | 0791 2010 0027 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.133 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 21.680 |
| 12 331 | 0791 2011 0027 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.680 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.813 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.813 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 27.678 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 27.131 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 27.131 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 547 |
| 12 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 547 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.678 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.678 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26335 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERABA - MG

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 22.450 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 22.450 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 22.450 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.450 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.450 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 48.338 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 46.570 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 46.570 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.768 |
| 12 306 | 0791 2012 0031 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.768 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.338 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.338 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAÍ - GO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 31.277 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 815 |
| 12 365 | 0791 2010 0052 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 815 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.817 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.817 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.645 |
| 12 306 | 0791 2012 0052 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.645 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.277 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.277 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTAO - PE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.484 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 11.477 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 11.477 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7 |
| 12 306 | 0791 2012 0026 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 11.484 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.484 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 38.143 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.513 |
| 12 365 | 0791 2010 0013 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.513 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 19.304 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 19.304 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.326 |
| 12 306 | 0791 2012 0013 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.326 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.143 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 38.143 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO - SC

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 285 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 79 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 79 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 79 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 206 |
| 12 306 | 0791 2012 0042 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 206 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 206 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 285 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 285 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.569 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.977 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 4.977 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.977 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 592 |
| 12 306 | 0791 2012 0052 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 592 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 592 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.569 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.569 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 40.085 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.468 |
| 12 365 | 0791 2010 0011 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.468 |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 35.341 |
| 12 331 | 0791 2011 0011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.341 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 276 |
| 12 306 | 0791 2012 0011 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 276 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 40.085 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.085 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.071 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.071 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.071 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.071 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.071 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26344 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL ANTONIO JOSE TEIXEIRA - BA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 179 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 179 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 179 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 179 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 179 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | | | 70.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12 363 | 0044 5135 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL | | | | | | | 70.000 |
| 12 363 | 0044 5135 0042 | MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 4 | P | 90 | 0 | 112 | 10.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 60.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.476 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.893 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.893 |
| 12 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.583 |
| 12 306 | 0791 2012 0042 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.583 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 75.476 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 75.476 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26347 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO SENHOR DO BONFIM - BA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.588 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.588 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 3.588 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.588 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.588 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.588 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26907 - FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | | | 9.689.106 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 364 | 0041 0579 | CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO GRATUITO | | | | | | | 9.689.106 |
| 12 364 | 0041 0579 0001 | CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO GRATUITO - NACIONAL | | | | | | | 9.689.106 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 114 | 9.689.106 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.689.106 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.689.106 |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0166 MUSICA E ARTES CENICAS 350.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0166 4495 | APOIO A BANDAS DE MUSICA | | | | | | | 350.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0004 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - REVITALIZACAO DA BANDA ESCOLA EUTERPE LUMIARENSE - NOVA FRIBURGO - RJ | | | | | | | 100.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0030 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDAS DE MUSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | | | | | | | | 250.000 |
| | | | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL 419.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 0499 | FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSAO CULTURAL | | | | | | | 419.000 |
| 13 392 | 0170 0499 0001 | FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSAO CULTURAL - NACIONAL | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 59.000 |
| 13 392 | 0170 0499 0064 | FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSAO CULTURAL - FOMENTO PARA AMPARAR E IMPLEMENTAR A FUNDACAO GRUPO DE BAGE - BAGE - RS | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 250.000 |
| 13 392 | 0170 0499 0136 | FOMENTO A PROJETOS DE DIFUSAO CULTURAL - APOIO A PROJETO DE DIFUSAO CULTURAL (BIBLIOTECA INFANTIL DA GEEMPA) - PORTO ALEGRE - RS | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 250.000 |
| | | | | | | | | | 110.000 |
| | | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 110.000 |
| TOTAL - FISCAL 769.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 769.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42201 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL 8.000 | | | | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 7947 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE LABORATORIOS DE CONSERVACAO E RESTAURACAO DE ACERVOS RELATIVOS A VIDA E OBRA DE RUI BARBOSA E ESCRITORES BRASILEIROS | | | | | | | 8.000 |
| 13 391 | 0167 7947 0001 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE LABORATORIOS DE CONSERVACAO E RESTAURACAO DE ACERVOS RELATIVOS A VIDA E OBRA DE RUI BARBOSA E ESCRITORES BRASILEIROS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| 0168 LIVRO ABERTO 7.000 | | | | | | | | | |

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|---------------|
| 13 392 | 0168 0501 | FOMENTO A PRODUCAO DE OBRAS LITERARIAS, CIENTIFICAS E ACADEMICAS | | | | | | | | | 7.000 |
| 13 392 | 0168 0501 0001 | FOMENTO A PRODUCAO DE OBRAS LITERARIAS, CIENTIFICAS E ACADEMICAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | | 7.000 |
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL | | | | | | | | | | | 8.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 6517 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAI NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | | | 8.000 |
| 13 392 | 0170 6517 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAI NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | | 8.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | | 9.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 3.500 |
| 13 365 | 0791 2010 0601 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | | 3.500 |
| 13 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 5.500 |
| 13 331 | 0791 2011 0057 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | | 5.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 32.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 32.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42202 - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
|--|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|----------------|
| 0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | | | | 700.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 1499 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE LABORATORIOS DE CONSERVACAO E RESTAURACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS | | | | | | | 35.000 | |
| 13 391 | 0167 1499 0009 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE LABORATORIOS DE CONSERVACAO E RESTAURACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 35.000 | |
| 13 391 | 0167 7581 | REFORMA DO PREDIO ANEXO DA BIBLIOTECA NACIONAL | | | | | | | 650.000 | |
| 13 391 | 0167 7581 0101 | REFORMA DO PREDIO ANEXO DA BIBLIOTECA NACIONAL - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 650.000 | |
| 13 391 | 0167 7943 | AMPLIACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS | | | | | | | 15.000 | |
| 13 391 | 0167 7943 0001 | AMPLIACAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 15.000 | |
| 0168 LIVRO ABERTO | | | | | | | | | | 219.000 |

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|----|---|-----|---------|
| 13 392 | 0168 0501 | FOMENTO A PRODUCAO DE OBRAS LITERARIAS, CIENTIFICAS E ACADEMICAS | | | | | | 164.000 |
| 13 392 | 0168 0501 0001 | FOMENTO A PRODUCAO DE OBRAS LITERARIAS, CIENTIFICAS E ACADEMICAS - NACIONAL | | | | | | 164.000 |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 164.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 13 128 | 0168 1501 | CAPACITACAO DE AGENTES MULTIPLICADORES DO HABITO DA LEITURA | | | | | | 29.000 |
| 13 128 | 0168 1501 0001 | CAPACITACAO DE AGENTES MULTIPLICADORES DO HABITO DA LEITURA - NACIONAL | | | | | | 29.000 |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 29.000 |
| 13 392 | 0168 7953 | CONCESSAO DE PREMIO A ARTE LITERARIA | | | | | | 26.000 |
| 13 392 | 0168 7953 0001 | CONCESSAO DE PREMIO A ARTE LITERARIA - NACIONAL | | | | | | 26.000 |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 26.000 |

0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 28.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|----|---|-----|--------|
| 13 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | 28.000 |
| 13 365 | 0791 2010 0585 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | | | | | | 28.000 |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 28.000 |

TOTAL - FISCAL 947.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 947.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|----------------|----------------|
| | | 0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | 200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 2630 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS | | | | | | 94.500 | |
| 13 391 | 0167 2630 0001 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS - NACIONAL | | | | | | 94.500 | |
| | | BEM PRESERVADO (UNIDADE)6150 | | | | | | 94.500 | |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 94.500 | |
| 13 391 | 0167 2636 | PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | | | | | | 105.500 | |
| 13 391 | 0167 2636 0001 | PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO - NACIONAL | | | | | | 105.500 | |
| | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105.500 | |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | 200.000 | |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | 0 | |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | 200.000 | |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0166 MUSICA E ARTES CENICAS | | | | | | | | | 297.668 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0166 5542 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS DESTINADOS A MUSICA E AS ARTES CENICAS | | | | | | | 90.000 |
| 13 392 | 0166 5542 0001 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS DESTINADOS A MUSICA E AS ARTES CENICAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0166 6521 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS DE MUSICA E DE ARTES CENICAS NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | 207.668 |
| 13 392 | 0166 6521 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS DE MUSICA E DE ARTES CENICAS NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 207.668 |
| 0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | | | 111.525 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 0491 | FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | 20.000 |
| 13 391 | 0167 0491 0001 | FOMENTO A PROJETOS NA AREA DO PATRIMONIO CULTURAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 2630 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS | | | | | | | 91.525 |
| 13 391 | 0167 2630 0001 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 91.525 |
| | | | | | | | | | 91.525 |
| 0169 CINEMA, SOM E VIDEO | | | | | | | | | 50.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0169 6527 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS AUDIOVISUAIS NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | 50.000 |
| 13 392 | 0169 6527 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS AUDIOVISUAIS NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL | | | | | | | | | 362.382 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 1582 | ESTUDOS E PESQUISAS NAS AREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR | | | | | | | 32.260 |
| 13 392 | 0170 1582 0001 | ESTUDOS E PESQUISAS NAS AREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 32.260 |
| 13 392 | 0170 1611 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS | | | | | | | 146.799 |
| 13 392 | 0170 1611 0001 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 146.799 |
| 13 392 | 0170 1633 | PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL SOBRE ARTE E CULTURA | | | | | | | 113.323 |
| 13 392 | 0170 1633 0001 | PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL SOBRE ARTE E CULTURA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 113.323 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---------|
| 13 392 | 0170 6517 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | | | 70.000 |
| 13 392 | 0170 6517 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | | | | | | | | | 70.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 821.575 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 821.575 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | | |
|------------------------------------|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|--|----------------|
| 0166 MUSICA E ARTES CENICAS | | | | | | | | | | | 324.500 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | | |
| 13 392 | 0166 4495 | APOIO A BANDAS DE MUSICA | | | | | | | | | 324.500 |
| 13 392 | 0166 4495 0006 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDAS DE MUSICA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 170.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0008 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDA DE MUSICA - PENAPOLIS - SP | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 25.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0012 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDA DE MUSICA - MONTE NEGRO - RO | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 20.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0016 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDA DE MUSICA - RINCAO - SP | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 14.500 |
| 13 392 | 0166 4495 0018 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - AQUISICAO DE BANDA DE MUSICA - NOVA TRENTO - SC | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 15.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0028 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - AQUISICAO DE BANDA DE MUSICA - IMARUI - SC | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 20.000 |
| 13 392 | 0166 4495 0036 | APOIO A BANDAS DE MUSICA - APOIO A BANDA DE MUSICA - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | | | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 324.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 324.500 |

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | | |
|-------------------------------|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|--|----------------|
| 0180 ESPORTE SOLIDARIO | | | | | | | | | | | 700.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | | |
| 27 812 | 0180 2667 | FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES | | | | | | | | | 700.000 |
| 27 812 | 0180 2667 0001 | FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES - NACIONAL | F | 3 | P | 50 | 0 | 125 | | | 700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 700.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 700.000 |

Aviso nº 1.195 –SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$43.762.093,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração a lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o

exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 82, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do

parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

.....
LEI Nº 10.331, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001

Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.

.....

PROJETO DE LEI Nº 86, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 6.294.845,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), crédito suplementar no valor total de R\$ 6.294.845,00 (seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), em favor do Banco do Brasil S.A. e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de cancelamento de parte das dotações de outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|--|---|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00 | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 09 PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | 2.294.845 |
| | | TOTAL - GERAL | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | 4.000.000 |
| 694 SERVIÇOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| | | TOTAL - GERAL | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES | | | |
| 09 PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | 4.000.000 |
| 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | 2.294.845 |
| 694 SERVIÇOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| | | TOTAL - GERAL | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | 2.294.845 |
| | | TOTAL - GERAL | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR ORGAO | | | |
| 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA | | | 2.294.845 |
| 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | 6.294.845 |
| ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA | | | |
| ANEXO I | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.294.845 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 23 COMERCIO E SERVICOS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 694 SERVICOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS | | | |
| 25234 BANCO DO BRASIL S.A. | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 2.294.845 |
| TOTAL | | | 2.294.845 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.294.845

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMERCIO E SERVICOS | 2.294.845

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
694 SERVICOS FINANCEIROS | 2.294.845

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | 2.294.845

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.294.845

TOTAL | 2.294.845

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | | | | | | 2.294.845 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 23 694 | 0781 3252 | INSTALACAO DE AGENCIAS | | | | | | 1.949.251 |
| 23 694 | 0781 3252 0014 | INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | 359.046 |
| | | AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 359.046 |
| 23 694 | 0781 3252 0016 | INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA | | | | | | 1.126.192 |
| | | AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 6 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.126.192 |
| 23 694 | 0781 3252 0041 | INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARANA | | | | | | 464.013 |
| | | AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 464.013 |
| 23 694 | 0781 3324 | MODERNIZACAO DE AGENCIAS | | | | | | 345.594 |
| 23 694 | 0781 3324 0051 | MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | 157.506 |
| | | AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 23 | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 157.506 |
| 23 694 | 0781 3324 0097 | MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | | | | | | 188.088 |
| | | AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 188.088 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 2.294.845 |

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 4.000.000

| | |
|---|------------------|
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0087 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 4.000.000 |
| TOTAL | 4.000.000 |

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33202 - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000.000

| | |
|--|------------------|
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0087 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 4.000.000 |
| TOTAL | 4.000.000 |

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33202 - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0087 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL | | | | | | | | 4.000.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 09 122 | 0087 4117 | MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLOGICA | | | | | | 4.000.000 |
| 09 122 | 0087 4117 0001 | MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLOGICA - NACIONAL | | | | | | 4.000.000 |
| | | INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 4.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 4.000.000 |

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|----------------------|---|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00 | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 09 PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | 2.294.845 |
| | TOTAL - GERAL | | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | 4.000.000 |
| 694 SERVIÇOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| | TOTAL - GERAL | | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES | | | |
| 09 PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | 4.000.000 |
| 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | 2.294.845 |
| 694 SERVIÇOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| | TOTAL - GERAL | | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | 2.294.845 |
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | 4.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | 6.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR ORGAO | | | |
| 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA | | | 2.294.845 |
| 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 4.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | 6.294.845 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|--|---|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.294.845 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 23 COMERCIO E SERVICOS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 694 SERVICOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS | | | |
| 25234 BANCO DO BRASIL S.A. | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 2.294.845 |
| TOTAL | | | 2.294.845 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
|--|--|---|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | |
| TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.294.845 | | | |
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES | | | |
| 23 COMERCIO E SERVICOS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES | | | |
| 694 SERVICOS FINANCEIROS | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS | | | |
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | 2.294.845 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA | | | |
| 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | | | 2.294.845 |
| TOTAL | | | 2.294.845 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|------------------------------------|---|-------------|-------------|-------------|--------|-------------|--|
| 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | | | | | | | | 2.294.845 |
| | | PROJETOS | | | | | | |
| 23 694 23 694 | 0781 3252 0781 3252 0052 | INSTALACAO DE AGENCIAS INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE GOIAS AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.949.251 1.949.251 1.949.251 |
| 23 694 23 694 | 0781 3324 0781 3324 0043 | MODERNIZACAO DE AGENCIAS MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) | I | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 345.594 345.594 345.594 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 2.294.845 |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 4.000.000

| | |
|---|-----------|
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 4.000.000 |
| TOTAL | 4.000.000 |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33202 - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000.000

| | |
|---|-----------|
| QUADRO SINTESE POR FUNCOES 09 PREVIDENCIA SOCIAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRACAO GERAL | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 4.000.000 |
| QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 4.000.000 |
| TOTAL | 4.000.000 |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33202 - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | M O D | I U D | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | | | | | | | | 4.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 09 122 | 0807 4101 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | 3.000.000 |
| 09 122 | 0807 4101 0001 | MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | 3.000.000 |
| | | IMOVEL MANTIDO (%) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 3.000.000 |
| 09 122 | 0807 4102 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | | 1.000.000 |
| 09 122 | 0807 4102 0001 | MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL | | | | | | 1.000.000 |
| | | BEM MOVEL MANTIDO (%) | 1 | 4 - INV | 90 | 0 | 495 | 1.000.000 |
| TOTAL - INVESTIMENTO | | | | | | | | 4.000.000 |

Aviso nº 1.196 – SAP/C. Civil.

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de Lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 6.294.845,00, para os fins que especifica.”

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 87, DE 2002-CN

Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.875.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor de R\$ 2.875.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da utilização parcial do excesso de arrecadação da Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO | | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|---|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|-------------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U D | F T E | VALOR | |
| 0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | 2.875.000 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0404 | RESSARCIMENTO AOS ESTADOS E MUNICIPIOS DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DE EMERGENCIA | | | | | | | 2.875.000 | |
| 28 846 | 0909 0404 0001 | RESSARCIMENTO AOS ESTADOS E MUNICIPIOS DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DE EMERGENCIA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 2.875.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.875.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.875.000 | |

Aviso nº 1.197-SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$2.875.000,00, para o fim que especifica”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intes-tina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos desti-

nados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 240.988,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 240.988,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 6.308,00 (seis mil, trezentos e oito reais); e

II - anulação parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 234.680,00 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26220 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE SAO PAULO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 234.680 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 234.680 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 234.680 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 234.680 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 234.680 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 6.308 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 6.308 |
| 09 272 | 0089 0181 0021 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHAO | S | 1 | P | 90 | 0 | 353 | 6.308 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.308 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.308 |

Aviso nº 1.198 –SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$240.988,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente** Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

(À Comissão Mistas de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 89, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 97.825.663,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 97.825.663,00 (noventa e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 7.023.270,00 (sete milhões, vinte e três mil, duzentos e setenta reais), sendo:

a) R\$ 1.725.321,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um reais) do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; e

b) R\$ 5.297.949,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais) da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;

II – excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas no valor de R\$ 9.132.000,00 (nove milhões, cento e trinta e dois mil reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 81.670.393,00 (oitenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e noventa e três reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 241.124 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 190.000 |
| 18 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 190.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)294 | S | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 190.000 |
| 18 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 16.124 |
| 18 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 16.124 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)62 | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 16.124 |
| 18 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 35.000 |
| 18 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 35.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)96 | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 35.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 51.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 190.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 241.124 |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------|--------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0499 PARQUES DO BRASIL | | | | | | | | | 13.000.000 |

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|--|-------------------|
| 18 541 | 0499 2969 | GESTAO, MANEJO E FISCALIZACAO DE UNIDADES DE CONSERVACAO E DO PATRIMONIO ESPELEOLOGICO | | | | | | | | | 13.000.000 |
| 18 541 | 0499 2969 0001 | GESTAO, MANEJO E FISCALIZACAO DE UNIDADES DE CONSERVACAO E DO PATRIMONIO ESPELEOLOGICO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 150 | | | 8.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | | | 3.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | | | 2.000.000 |
| 0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENETICOS - BIOVIDA | | | | | | | | | | | 750.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 541 | 0508 2934 | CONSERVACAO DAS ESPECIES AMEACADAS DE EXTINCAO | | | | | | | | | 400.000 |
| 18 541 | 0508 2934 0001 | CONSERVACAO DAS ESPECIES AMEACADAS DE EXTINCAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | | | 400.000 |
| 18 541 | 0508 2975 | MANEJO E CONSERVACAO DA FAUNA SILVESTRE | | | | | | | | | 350.000 |
| 18 541 | 0508 2975 0001 | MANEJO E CONSERVACAO DA FAUNA SILVESTRE - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | | | 350.000 |
| 0511 GESTAO DA POLITICA DO MEIO AMBIENTE | | | | | | | | | | | 210.519 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | | |
| 18 541 | 0511 7597 | MODERNIZACAO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA | | | | | | | | | 210.519 |
| 18 541 | 0511 7597 0001 | MODERNIZACAO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | | | 210.519 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | 25.132.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | | | 15.132.000 |
| 18 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | | | 9.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 150 | | | 3.132.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | | | 3.000.000 |
| 18 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | | | 10.000.000 |
| 18 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | | | 7.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | | | 3.000.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | | | 3.292.826 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | | 292.826 |
| 18 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | | | 292.826 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)96 | | | | | | | | | 292.826 |
| 18 128 | 0791 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO | | | | | | | | | 3.000.000 |
| 18 128 | 0791 4572 0001 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL | | | | | | | | | 3.000.000 |
| | | SERVIDOR CAPACITADO (UNIDADE)14882 | F | 3 | P | 90 | 0 | 138 | | | 1.861.267 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | | | 1.138.733 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 42.385.345 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 42.385.345 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0515 | | PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | 18.348.641 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 1851 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA | | | | | | | 18.348.641 |
| 18 544 | 0515 1851 0001 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NACIONAL | | | | | | | 18.348.641 |
| | | BARRAGEM CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA)11 | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 18.348.641 |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | 5.861.769 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 4.947.949 |
| 04 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | | 4.947.949 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 4.897.949 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 04 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 313.820 |
| 04 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | | | | | | | 313.820 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 113.820 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 200.000 |
| 04 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 400.000 |
| 04 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 100.000 |
| 04 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 200.000 |
| 04 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 650 | 100.000 |
| 0752 | | GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | | 690.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 131 | 0752 2017 | COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | | 690.000 |
| 04 131 | 0752 2017 0001 | COMUNICACAO DE GOVERNO - NACIONAL | | | | | | | 690.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 690.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.900.410 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.900.410 |

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 112.850 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 59.220 |
| 04 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 59.220 |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 35.410 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.410 |
| 04 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.220 |
| 04 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.220 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 112.850 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.850 |

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | | | 28.460.613 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 1851 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA | | | | | | | 9.660.613 |
| 18 544 | 0515 1851 0418 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - CONSTRUCAO DA ADUTORA DO OESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI) | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 9.660.613 |
| 18 544 | 0515 3647 | CONSTRUCAO DA ADUTORA JUCAZINHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 18.800.000 |
| 18 544 | 0515 3647 0026 | CONSTRUCAO DA ADUTORA JUCAZINHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 18.800.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 1.725.321 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 1.725.321 |
| 04 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 1.725.321 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.185.934 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.185.934 |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0500 TURISMO VERDE | | | | | | | | | 171.124 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 695 | 0500 3035 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM ECOTURISMO NA AMAZONIA - PROECOTUR | | | | | | | 171.124 |
| 18 695 | 0500 3035 0010 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM ECOTURISMO NA AMAZONIA - PROECOTUR - NA REGIAO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 171.124 |
| 0501 QUALIDADE AMBIENTAL | | | | | | | | | 70.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 573 | 0501 7499 | ELABORACAO DO PERFIL NACIONAL DE SUBSTANCIAS QUIMICAS | | | | | | | 70.000 |
| 18 573 | 0501 7499 0001 | ELABORACAO DO PERFIL NACIONAL DE SUBSTANCIAS QUIMICAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 70.000 |
| 8018 DESPOLUICAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS | | | | | | | | | 16.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 541 | 8018 3935 | RECUPERACAO DE NASCENTES E DE MANANCIAS EM AREAS URBANAS | | | | | | | 16.000.000 |
| 18 541 | 8018 3935 0038 | RECUPERACAO DE NASCENTES E DE MANANCIAS EM AREAS URBANAS - RECUPERACAO DE MANANCIAS - NACIONAL | F | 4 | P | 99 | 0 | 111 | 16.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.241.124 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.241.124 |

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS 127.429 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 542 | 0104 2431 | MONITORAMENTO E ORDENAMENTO DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS | | | | | | | 127.429 |
| 18 542 | 0104 2431 0001 | MONITORAMENTO E ORDENAMENTO DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS - NACIONAL | | | | | | | 127.429 |
| | | PLANO ELABORADO (% DE EXECUCAO FISICA)17 | F | 4 | P | 90 | 0 | 185 | 127.429 |
| 0499 PARQUES DO BRASIL 14.253.345 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 18 541 | 0499 0655 | REGULARIZACAO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS | | | | | | | 14.253.345 |
| 18 541 | 0499 0655 0001 | REGULARIZACAO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS - NACIONAL | | | | | | | 14.253.345 |
| | | AREA REGULARIZADA (HA)18 | F | 5 | P | 90 | 0 | 150 | 8.000.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 185 | 4.042.826 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 250 | 2.210.519 |
| 0501 QUALIDADE AMBIENTAL 2.569.571 | | | | | | | | | |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 542 | 0501 1991 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE RESPOSTA E CONTROLE DE ACIDENTES COM DERRAME DE OLEO | | | | | | | 1.861.267 |
| 18 542 | 0501 1991 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE RESPOSTA E CONTROLE DE ACIDENTES COM DERRAME DE OLEO - NACIONAL | | | | | | | 1.861.267 |
| | | SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)44 | F | 4 | P | 90 | 0 | 138 | 1.861.267 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 542 | 0501 2978 | MONITORAMENTO E CONTROLE DA POLUICAO AMBIENTAL | | | | | | | 708.304 |
| 18 542 | 0501 2978 0001 | MONITORAMENTO E CONTROLE DA POLUICAO AMBIENTAL - NACIONAL | | | | | | | 708.304 |
| | | CONTROLE EFETIVADO (UNIDADE)37 | F | 4 | P | 90 | 0 | 185 | 708.304 |
| 0506 FLORESTAS SUSTENTAVEIS 303.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 0506 2982 | MONITORAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DAS FLORESTAS SUSTENTAVEIS | | | | | | | 303.000 |
| 18 541 | 0506 2982 0001 | MONITORAMENTO DOS PLANOS DE MANEJO DAS FLORESTAS SUSTENTAVEIS - NACIONAL | | | | | | | 303.000 |
| | | PLANO DE MANEJO VISTORIADO (UNIDADE)3978 | F | 4 | P | 90 | 0 | 185 | 303.000 |
| TOTAL - FISCAL 17.253.345 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 17.253.345 | | | | | | | | | |

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0379 | | IRRIGACAO E DRENAGEM | | | | | | | 300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 607 | 0379 2824 | ESTUDO DE SUPORTE TECNICO OPERACIONAL | | | | | | | 300.000 |
| 20 607 | 0379 2824 0020 | ESTUDO DE SUPORTE TECNICO OPERACIONAL - NA REGIAO NORDESTE ESTUDO ELABORADO (UNIDADE)8 | F | 3 | P | 80 | 0 | 100 | 300.000 |
| 0515 | | PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | 44.909.254 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 1851 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA | | | | | | | 25.200.000 |
| 18 544 | 0515 1851 0432 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SISTEMA ADUTOR DE PAJEU - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 25.200.000 |
| 18 544 | 0515 3385 | CONSTRUCAO DA BARRAGEM SANTA CRUZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | 16.264.254 |
| 18 544 | 0515 3385 0024 | CONSTRUCAO DA BARRAGEM SANTA CRUZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | 16.264.254 |
| | | OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)11 | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 16.264.254 |
| 18 544 | 0515 3387 | CONSTRUCAO DA BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | 3.445.000 |
| 18 544 | 0515 3387 0024 | CONSTRUCAO DA BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI) | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 3.445.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.209.254 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 45.209.254 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|----------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | | | 112.850 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 1855 | ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA | | | | | | | 112.850 |
| 18 544 | 0515 1855 0037 | ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NO CANAL SERTAO PERNAMBUCO | | | | | | | 112.850 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 112.850 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 112.850 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.850 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | | | 1.900.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 3603 | CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR DO PAJEU NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 1.900.000 |
| 18 544 | 0515 3603 0026 | CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR DO PAJEU NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 1.900.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.900.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.900.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.900.000 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53206 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | | | 953.820 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 1851 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA | | | | | | | 403.820 |
| 18 544 | 0515 1851 0020 | CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 403.820 |
| | | BARRAGEM CONSTRUIDA (% DE EXECUCAO FISICA)23 | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 403.820 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 544 | 0515 2817 | CADASTRO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NO NORDESTE | | | | | | | 550.000 |
| 18 544 | 0515 2817 0020 | CADASTRO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 550.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 550.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 953.820 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 953.820 |

Aviso nº 1.199 SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$97.825.663,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art.12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar à indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a

execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.157-5,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências.

Art. 21. Fica extinta a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 9 e 15, as competências atribuídas pela legislação à Sudam e ao seu Conselho Deliberativo ficam transferidas para a União.

§ 2º A União sucederá a Sudam nos seus direitos e obrigações.

§ 3º Fica transferida para a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a responsabilidade pela administração e pagamento de inativos e pensionistas da Sudam.

§ 4º O quadro de servidores, os cargos em comissão e as funções gratificadas da Sudam ficam transferi-

dos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 5º Compete ao Ministério da Integração Nacional:

I – a análise, a aprovação e as demais providências relativas à prestação de contas decorrentes dos convênios ou instrumentos similares firmados pela Sudam;

II – a administração dos projetos em andamento na Sudam, relacionados com o seu Fundo de Investimento, podendo cancelar tais projetos, nas hipóteses previstas na legislação específica;

III – o inventário e a administração dos bens e direitos da Sudam; e

IV – o exercício das demais atribuições legais da Sudam e do seu Conselho Deliberativo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-8-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo – das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 90, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 197.811.440,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 197.811.440,00 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e quarenta reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2001, no valor de R\$ 39.480.046,00 (trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, quarenta e seis reais), sendo:

a) R\$ 1.083.000,00 (um milhão, oitenta e três mil reais) da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; e

b) R\$ 38.397.046,00 (trinta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, quarenta e seis reais) do Fundo da Marinha Mercante;

II - excesso de arrecadação de receitas vinculadas do Tesouro Nacional, no que se refere à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), no montante de R\$ 33.223.640,00 (trinta e três milhões, duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta reais);

III – excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais); e

IV – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 124.950.754,00 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0225 | | GESTAO DA POLITICA DE TRANSPORTES | | | | | | | 77.305.640 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 26 122 | 0225 0713 | EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER | | | | | | | 76.823.640 |
| 26 122 | 0225 0713 0001 | EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 57.935.640 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 18.888.000 |
| 26 122 | 0225 0715 | DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOT | | | | | | | 482.000 |
| 26 122 | 0225 0715 0001 | DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - GEIPOT - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 482.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 77.305.640 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 77.305.640 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39202 - COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 14.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.000 |
| 26 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 14.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)130 | | | | | | | 14.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 157.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 157.000 |
| 26 306 | 0791 2012 0043 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 157.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)5 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 157.000 |
| TOTAL - FISCAL 157.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 157.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 300.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 300.000 |
| 26 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | | | | | | | 300.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 300.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 1.083.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 1.083.000 |
| 26 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 1.083.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 1.083.000 |
| TOTAL - FISCAL 300.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.083.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.383.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39251 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| | | | | | | | | | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 920.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 850.000 |
| 26 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 850.000 |
| 26 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 70.000 |
| 26 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 70.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 920.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 920.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL | | | | | | | | | 12.308.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 782 | 0220 2036 | GERENCIAMENTO E CONTROLE DE VELOCIDADE NA REDE RODOVIARIA FEDERAL | | | | | | | 12.308.800 |
| 26 782 | 0220 2036 0001 | GERENCIAMENTO E CONTROLE DE VELOCIDADE NA REDE RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 12.308.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.308.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.308.800 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIARIO | | | | | | | 86.723.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 26 784 | 0221 0559 | FINANCIAMENTO DA CONSTRUCAO DE EMBARCAOES PARA NAVEGACAO MARITIMA NACIONAL | | | | | | | 86.723.000 |
| 26 784 | 0221 0559 0001 | FINANCIAMENTO DA CONSTRUCAO DE EMBARCAOES PARA NAVEGACAO MARITIMA NACIONAL - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 135 | 48.325.954 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 380 | 38.397.046 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 86.723.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.723.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39202 - COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| | | 0228 NAVEGACAO INTERIOR | | | | | | | 14.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 784 | 0228 2326 | MANUTENCAO E OPERACAO DAS LINHAS DE NAVEGACAO DO RIO SAO FRANCISCO | | | | | | | 14.000 |
| 26 784 | 0228 2326 0001 | MANUTENCAO E OPERACAO DAS LINHAS DE NAVEGACAO DO RIO SAO FRANCISCO - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 14.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 300.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 300.000 |
| 26 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 300.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 300.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39251 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - ANTAQ

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 1.070.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 1.070.000 |
| 26 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 1.070.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 332.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 132.000 |
| 26 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)130 | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 132.000 |
| 26 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 200.000 |
| 26 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)182 | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.402.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.402.000 |

| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|-------------------|------------|
| 26 784 | 0237 5749 0001 | IMPLANTACAO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - HIDROVIA DO ARAGUAIA - TOCANTINS | | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | | | 2.000.000 |
| 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE | | | | | | | | | | 15.000.000 | |
| | | PROJETOS | | | | | | | | | |
| 26 782 | 0238 5711 | CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE | | | | | | | | | 15.000.000 |
| 26 782 | 0238 5711 0014 | CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR- 401/RR - BOA VISTA - NORMANDIA - BONFIM - PONTE S/ RIO ITACUTU - PONTE S/ RIO ARRAIA (CONDIC AO ATENDIM. DO ART.12 DESTA LEI) | | | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | | | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 74.908.800 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 74.908.800 | |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|-------------------|
| 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIARIO | | | | | | | | | | 48.325.954 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 26 784 | 0221 0571 | FINANCIAMENTO DA CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA NAVEGACAO MARITIMA INTERNACIONAL | | | | | | | 48.325.954 | |
| 26 784 | 0221 0571 0001 | FINANCIAMENTO DA CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA NAVEGACAO MARITIMA INTERNACIONAL - NACIONAL | | | | | | | 48.325.954 | |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 135 | 48.325.954 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 48.325.954 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 48.325.954 |

Aviso nº 1.200–SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$197.811.440,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização –CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar à indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recur-

sos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

DECRETO Nº 4.128,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

Dispõe sobre a inventariança, a transferência e a incorporação dos direitos, das obrigações e dos bens móveis e imóveis do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem –DNER, e dá outras providências.

Art. 8º Caberá ao Ministério dos Transportes adotar as providências para a inclusão de dotações especificadas em Lei Orçamentária, com a finalidade de promover a inventariança do DNER, inclusive para realizar os pagamentos relativos a contratos e convênios oriundos da administração direta ou delegada de programas, projetos e serviços, bem assim aqueles acessórios, pertinentes à infra-estrutura viária que não mais estejam em execução ou que não tenham sido transferidos ao DNIT.

Parágrafo único. Os processos de pagamentos de obrigações referentes aos contratos e convênios mencionados no caput serão, obrigatoriamente, instruídos com:

I –declaração expressa do Inventariante quanto à certeza, liquidez e exatidão das obrigações;

II –manifestação da auditoria interna da Autarquia em extinção, ou na sua ausência, da Secretaria Federal de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, acerca da regularidade das contratações e da exatidão de seus respectivos valores;

III –toda a documentação comprobatória original ou cópia devidamente autenticada.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 91, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 4.459.032.102,00 em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 4.459.032.102,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trinta e dois mil, cento e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2001, no valor de R\$ 459.860.424,00 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais); e

II – excesso de arrecadação de receitas vinculadas, financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas no valor de R\$ 3.999.171.678,00 (três bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e setenta e oito reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0065 ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA | | | | | | | | | 127.998.682 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 08 242 | 0065 0575 | PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - LOAS | | | | | | | 127.998.682 |
| 08 242 | 0065 0575 0001 | PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - LOAS - NACIONAL | | | | | | | 127.998.682 |
| | | PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)43199 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 87.289.244 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 40.709.438 |
| 0066 VALORIZACAO E SAUDE DO IDOSO | | | | | | | | | 106.085.703 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 08 241 | 0066 0573 | PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS | | | | | | | 106.085.703 |
| 08 241 | 0066 0573 0001 | PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS - NACIONAL | | | | | | | 106.085.703 |
| | | PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)34262 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 69.795.141 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 153 | 36.290.562 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 234.084.385 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 234.084.385 |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------------|
| 0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA | | | | | | | | | 3.862.301.215 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 271 | 0083 0132 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS | | | | | | | 1.811.501.215 |
| 09 271 | 0083 0132 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - NACIONAL | | | | | | | 1.811.501.215 |
| | | APOSENTADO BENEFICIADO (UNIDADE)94583 | S | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 103.687.321 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 498.578.144 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 154 | 673.066.415 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 536.169.335 |
| 09 271 | 0083 0133 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS | | | | | | | 50.000.000 |
| 09 271 | 0083 0133 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS - NACIONAL | | | | | | | 50.000.000 |
| | | APOSENTADO BENEFICIADO (UNIDADE)510 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 50.000.000 |
| 09 271 | 0083 0134 | PAGAMENTO DE PENSOES | | | | | | | 300.000.000 |
| 09 271 | 0083 0134 0001 | PAGAMENTO DE PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 300.000.000 |
| | | PENSIONISTA BENEFICIADO (UNIDADE)166702 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 150.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 154 | 150.000.000 |
| 09 271 | 0083 0136 | PAGAMENTO DE AUXILIOS | | | | | | | 1.000.000.000 |
| 09 271 | 0083 0136 0001 | PAGAMENTO DE AUXILIOS - NACIONAL | | | | | | | 1.000.000.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)63004 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 119.200.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 154 | 292.500.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 400.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 355 | 188.300.000 |
| 09 271 | 0083 0137 | PAGAMENTO DE ABONO | | | | | | | 800.000 |
| 09 271 | 0083 0137 0001 | PAGAMENTO DE ABONO - NACIONAL | | | | | | | 800.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)97 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 800.000 |
| 09 271 | 0083 0141 | PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE | | | | | | | 700.000.000 |
| 09 271 | 0083 0141 0001 | PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - NACIONAL | | | | | | | 700.000.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)19848 | S | 3 | P | 90 | 0 | 151 | 550.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 154 | 150.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.862.301.215 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.862.301.215 |

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | | | 265.245.347 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 11 331 | 0099 0583 | PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO | | | | | | | 265.245.347 |
| 11 331 | 0099 0583 0001 | PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL TRABALHADOR BENEFICIADO (UNIDADE)347689 | S | 3 | P | 90 | 0 | 180 | 91.086.078 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 340 | 174.159.269 |
| 0902 OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | | | | | | | | | 97.401.155 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0902 0158 | FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES | | | | | | | 97.401.155 |
| 28 846 | 0902 0158 0001 | FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES - NACIONAL | S | 5 | F | 90 | 0 | 340 | 97.401.155 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 362.646.502 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 362.646.502 |

Aviso nº 1.201-SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senador Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$4.459.032.102,00 em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

PROJETO DE LEI Nº 92, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 93.234.000,00, em favor da Justiça Federal, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Justiça Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 93.234.000,00 (noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0901 | | OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | 2.914.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.600.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 1.600.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 54.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 1.546.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.314.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 1.314.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.144.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 170.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.914.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.914.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 6.207.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.085.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 1.085.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 44.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 1.041.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 5.122.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 5.122.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.872.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.207.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.207.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0901 | | OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | 6.165.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 339.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 339.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 331.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 5.826.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 5.826.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.826.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.165.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.165.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0901 | | OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | 77.204.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 4.923.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 4.923.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.984.000 |
| | | | F | 5 | P | 90 | 0 | 100 | 939.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 72.281.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 72.281.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 72.281.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 77.204.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 77.204.000 |

ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 744.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 744.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 744.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 744.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 744.000 |

ORGÃO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 93.234.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 93.234.000 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 93.234.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 93.234.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 93.234.000 |

Aviso nº 1.202 –SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$93.234.000,00, em favor da Justiça Federal, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1984)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-8-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1984)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo – das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, **caput**)

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

PROJETO DE LEI Nº 93, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 250.072.546,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor global de R\$ 250.072.546,00 (duzentos e cinquenta milhões, setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurado no Balanço Patrimonial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 31 de dezembro de 2001;

II – excesso de arrecadação de Operações de Crédito Externas – em Moeda, e de Receitas Financeiras e Não Financeiras Diretamente Arrecadadas, no montante de R\$ 48.968.144,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias no montante de R\$ 200.804.402,00 (duzentos milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO | | | | | | | | | 12.199.523 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 123 | 0773 2074 | GESTAO FINANCEIRA E CONTABIL | | | | | | | 1.799.450 |
| 04 123 | 0773 2074 0001 | GESTAO FINANCEIRA E CONTABIL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.799.450 |
| 04 123 | 0773 2075 | GESTAO DE OBRIGACOES DA UNIAO | | | | | | | 45.665 |
| 04 123 | 0773 2075 0001 | GESTAO DE OBRIGACOES DA UNIAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 45.665 |
| 04 123 | 0773 2076 | GESTAO DE HAVERES DA UNIAO | | | | | | | 692.386 |
| 04 123 | 0773 2076 0001 | GESTAO DE HAVERES DA UNIAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 692.386 |
| 04 126 | 0773 2086 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI | | | | | | | 9.662.022 |
| 04 126 | 0773 2086 0001 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.662.022 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 702.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 702.000 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 702.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)98 | | | | | | | 702.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.901.523 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.901.523 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | | | | | | | | | 23.574.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 126 | 0776 2089 | SISTEMA DE INFORMACOES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN | | | | | | | 20.574.600 |
| 04 126 | 0776 2089 0001 | SISTEMA DE INFORMACOES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN - NACIONAL | | | | | | | 20.574.600 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 9.848.530 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 1.271.470 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 148 | 6.914.600 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 2.540.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 128 | 0776 3588 | CAPACITACAO PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DO BACEN JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | | | | | | | 1.000.000 |
| 04 128 | 0776 3588 0001 | CAPACITACAO PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DO BACEN JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - NACIONAL | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 80 | 0 | 148 | 1.000.000 |
| 04 122 | 0776 3593 | ESTUDOS PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DO BACEN JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL | | | | | | | 2.000.000 |
| 04 122 | 0776 3593 0001 | ESTUDOS PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DO BACEN JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - NACIONAL | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 80 | 0 | 148 | 2.000.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.334.008 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 1.310.448 |
| 04 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 1.310.448 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 1.310.448 |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.560 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 23.560 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)98 | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 23.560 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.598.160 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.310.448 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.908.608 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0778 | | DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS | | | | | | | 3.757.981 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0778 2210 | SISTEMA INFORMATIZADO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS | | | | | | | 172.500 |
| 04 122 | 0778 2210 0001 | SISTEMA INFORMATIZADO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - NACIONAL | F | 4 | P | 80 | 0 | 148 | 172.500 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 121 | 0778 5089 | ESTUDOS PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DA CVM JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS | | | | | | | 2.529.481 |
| 04 121 | 0778 5089 0001 | ESTUDOS PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DA CVM JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 148 | 2.529.481 |
| 04 128 | 0778 5091 | CAPACITACAO PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DA CVM JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS | | | | | | | 1.056.000 |
| 04 128 | 0778 5091 0001 | CAPACITACAO PARA APERFEICOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUACAO DA CVM JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 148 | 1.056.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.757.981 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.757.981 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0681 | | GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | | | | | | | 1.912 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 212 | 0681 0104 | CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DOS SUPERINTENDENTES DE SEGUROS DA AMERICA LATINA - ASSAL | | | | | | | 1.912 |
| 04 212 | 0681 0104 0001 | CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DOS SUPERINTENDENTES DE SEGUROS DA AMERICA LATINA - ASSAL - NACIONAL | | | | | | | 1.912 |
| | | | F | 3 | P | 80 | 0 | 250 | 1.912 |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 58.466 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 20.466 |
| 04 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 20.466 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 20.466 |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 38.000 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)98 | | | | | | | 38.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 38.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.912 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.466 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.378 |

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25902 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| | | 0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA | | | | | | | 35.104.746 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 126 | 0770 2248 | SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL | | | | | | | 35.104.746 |
| 04 126 | 0770 2248 0001 | SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL | | | | | | | 35.104.746 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 158 | 35.104.746 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.104.746 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.104.746 |

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| | | 0777 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS EM FINANÇAS PUBLICAS E AREAS AFINS | | | | | | | 7.815.563 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 128 | 0777 2250 | SELECAO, FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM FINANÇAS PUBLICAS E AREAS AFINS. | | | | | | | 7.815.563 |
| 04 128 | 0777 2250 0001 | SELECAO, FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM FINANÇAS PUBLICAS E AREAS AFINS. - NACIONAL SERVIDOR SELECIONADO E CAPACITADO (UNIDADE)500 | | | | | | | 7.815.563 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 7.815.563 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.815.563 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.815.563 |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|--|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|----------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS | | | | | | | | | 45.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 661 | 0419 2374 | APOIO A INSTALACAO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS | | | | | | | 45.000 |
| 22 661 | 0419 2374 0106 | APOIO A INSTALACAO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS - ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL EM MUNICIPIOS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 45.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 170.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 170.000 |
| 22 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 170.000 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)105 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 170.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 215.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 215.000 |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28202 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL | | | | | | | | | 22.180.134 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 665 | 0390 2023 | AVALIACAO DE CONFORMIDADE | | | | | | | 300.000 |
| 22 665 | 0390 2023 0001 | AVALIACAO DE CONFORMIDADE - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 300.000 |
| 22 665 | 0390 2033 | PADRONIZACAO E DISSEMINACAO DAS UNIDADES DE MEDIDA | | | | | | | 300.000 |
| 22 665 | 0390 2033 0001 | PADRONIZACAO E DISSEMINACAO DAS UNIDADES DE MEDIDA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 300.000 |
| 22 665 | 0390 2034 | CONTROLE METROLOGICO DE INSTRUMENTO DE MEDICAO E DE PRODUTO | | | | | | | 21.580.134 |
| 22 665 | 0390 2034 0001 | CONTROLE METROLOGICO DE INSTRUMENTO DE MEDICAO E DE PRODUTO - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 250 | 17.000.000 |
| | | | F | 3 | P | 50 | 0 | 250 | 600.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 480.134 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 250 | 3.500.000 |
| 0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | | | | | | | | | 1.013.750 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 22 212 | 0681 0007 | CONTRIBUICAO A AGENCIA INTERNACIONAL DE PESOS E MEDIDAS - BIPM | | | | | | | 1.000.000 |
| 22 212 | 0681 0007 0001 | CONTRIBUICAO A AGENCIA INTERNACIONAL DE PESOS E MEDIDAS - BIPM - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 250 | 1.000.000 |
| 22 212 | 0681 0481 | CONTRIBUICAO A COOPERACAO EUROPEIA DE ACREDITACAO - EA | | | | | | | 5.989 |
| 22 212 | 0681 0481 0001 | CONTRIBUICAO A COOPERACAO EUROPEIA DE ACREDITACAO - EA - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 250 | 5.989 |
| 22 212 | 0681 0647 | CONTRIBUICAO A COOPERACAO INTERNACIONAL DE LABORATORIOS CREDENCIADOS - ILAC | | | | | | | 7.761 |
| 22 212 | 0681 0647 0001 | CONTRIBUICAO A COOPERACAO INTERNACIONAL DE LABORATORIOS CREDENCIADOS - ILAC - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 250 | 7.761 |

0750 APOIO ADMINISTRATIVO

4.286.116

| | | ATIVIDADES | | | | | | |
|---------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-------------------|
| 22 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | 1.460.516 |
| 22 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | 1.460.516 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 281 |
| 22 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | 600.000 |
| 22 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 |
| 22 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | 1.825.600 |
| 22 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | 1.825.600 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 |
| 22 126 | 0750 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | 400.000 |
| 22 126 | 0750 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | | | | | | 400.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 27.480.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 27.480.000 |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 109.287 |
| 22 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | | | | | | | 109.287 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)315 | S | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 109.287 |
| 22 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 82.530 |
| 22 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 82.530 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)105 | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 82.530 |
| 22 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 108.183 |
| 22 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 108.183 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)105 | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 108.183 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 190.713 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 109.287 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 300.000 |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS | | | 20.000.000 | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 04 422 | 0154 0739 | INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (MP N° 2151-3, DE 24/08/2001) | | | | | | | 20.000.000 |
| 04 422 | 0154 0739 0001 | INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (MP N° 2151-3, DE 24/08/2001) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000.000 |
| 0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | | | 159.134 | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 04 212 | 0681 0349 | CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES | | | | | | | 159.134 |
| 04 212 | 0681 0349 0001 | CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 100 | 159.134 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 38.577.000 | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 126 | 0791 4076 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE | | | | | | | 38.577.000 |
| 04 126 | 0791 4076 0001 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 38.577.000 |
| 0798 REDUCAO DE CUSTOS NA AQUISICAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS | | | 1.628.000 | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 126 | 0798 4077 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE SERVICOS GERAIS - SIASG | | | | | | | 1.628.000 |
| 04 126 | 0798 4077 0001 | SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE SERVICOS GERAIS - SIASG - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.628.000 |
| 0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO | | | 10.280.866 | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 28 212 | 0803 0539 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN | | | | | | | 1.556.003 |
| 28 212 | 0803 0539 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 1.556.003 |
| 28 212 | 0803 0540 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII | | | | | | | 5.133.964 |
| 28 212 | 0803 0540 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 5.133.964 |
| 28 212 | 0803 0541 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD | | | | | | | 1.045.530 |
| 28 212 | 0803 0541 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 1.045.530 |
| 28 212 | 0803 0543 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA - FIDA | | | | | | | 2.545.369 |
| 28 212 | 0803 0543 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA - FIDA - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 2.545.369 |
| TOTAL - FISCAL 70.645.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 70.645.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47205 - FUNDACAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 295.023 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 295.023 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 295.023 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)98 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 295.023 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 295.023 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 295.023 |

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47210 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRACAO PUBLICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 25.578 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 25.578 |
| 04 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 25.578 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)162 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 25.578 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 25.578 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.578 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0902 OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | | | | | | | | | 572.454 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0902 0534 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORTE | | | | | | | 572.454 |
| 28 846 | 0902 0534 0010 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORTE - NA REGIAO NORTE | | | | | | | 572.454 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 572.454 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 572.454 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 572.454 |

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53902 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0902 OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | | | | | | | | | 572.454 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0902 0029 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | | 572.454 |
| 28 846 | 0902 0029 0050 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO CENTRO-OESTE - NA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | | 572.454 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 572.454 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 572.454 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 572.454 |

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53903 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0902 | | OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO | | | | | | | 1.717.361 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0902 0031 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 1.717.361 |
| 28 846 | 0902 0031 0020 | FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE | | | | | | | 1.717.361 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 1.717.361 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.717.361 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.717.361 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
 UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.633.274 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 331 | 0791 2078 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 1.612.187 |
| 04 331 | 0791 2078 0003 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA | | | | | | | 121.194 |
| 04 331 | 0791 2078 0005 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 121.194 |
| 04 331 | 0791 2078 0007 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 723.293 |
| 04 331 | 0791 2078 0007 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 723.293 |
| 04 331 | 0791 2078 0007 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 767.700 |
| 04 331 | 0791 2078 0007 | VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 767.700 |
| 04 306 | 0791 2079 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 3.260.119 |
| 04 306 | 0791 2079 0005 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA | | | | | | | 1.187.617 |
| 04 306 | 0791 2079 0007 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.187.617 |
| 04 306 | 0791 2079 0009 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.232.959 |
| 04 306 | 0791 2079 0009 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.232.959 |
| 04 306 | 0791 2079 0009 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 839.543 |
| 04 306 | 0791 2079 0009 | AUXILIO REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 839.543 |
| 04 365 | 0791 2833 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 760.968 |
| 04 365 | 0791 2833 0003 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA | | | | | | | 71.104 |
| 04 365 | 0791 2833 0005 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 71.104 |
| 04 365 | 0791 2833 0007 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 436.512 |
| 04 365 | 0791 2833 0007 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 436.512 |
| 04 365 | 0791 2833 0007 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 253.352 |
| 04 365 | 0791 2833 0007 | AUXILIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 253.352 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.633.274 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.633.274 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS

UNIDADE : 73108 - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA | | | | | | | | | 45.067.603 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 0044 | FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART. 159) | | | | | | | 20.576.383 |
| 28 845 | 0903 0044 0001 | FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART. 159) - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 20.576.383 |
| 28 845 | 0903 0045 | FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART. 159) | | | | | | | 21.533.423 |
| 28 845 | 0903 0045 0001 | FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART. 159) - NACIONAL | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 21.533.423 |
| 28 845 | 0903 0046 | COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LC N° 61, DE 1989) | | | | | | | 2.957.797 |
| 28 845 | 0903 0046 0001 | COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LC N° 61, DE 1989) - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 2.957.797 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 45.067.603 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 45.067.603 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 702.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 702.000 |
| 04 122 | 0750 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | | | | | | | 702.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 702.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 702.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 702.000 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 14.994.008 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 273 | 0750 0110 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA | | | | | | | 13.722.538 |
| 04 273 | 0750 0110 0001 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL | | | | | | | 13.722.538 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 13.722.538 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 1.271.470 |
| 04 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | | | | | | | 1.271.470 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 280 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 280 | 271.470 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.994.008 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.994.008 |

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| | | | | | | | | | |
| 0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO | | | | | | | | | 1.912 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 125 | 0779 2215 | REGULAMENTACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO | | | | | | | 1.912 |
| 04 125 | 0779 2215 0001 | REGULAMENTACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO - NACIONAL | | | | | | | 1.912 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 1.912 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 58.466 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 128 | 0791 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO | | | | | | | 58.466 |
| 04 128 | 0791 4572 0001 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL | | | | | | | 58.466 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 58.466 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.378 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.378 |

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25902 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| | | | | | | | | | |
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 35.104.746 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 35.104.746 |
| 99 999 | 0999 0998 0021 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 35.104.746 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 158 | 35.104.746 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.104.746 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.104.746 |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS | | | | | | | | | 45.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 661 | 0419 2374 | APOIO A INSTALACAO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS | | | | | | | 45.000 |
| 22 661 | 0419 2374 0106 | APOIO A INSTALACAO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS - ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL EM MUNICIPIOS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 45.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 45.000 |
| 22 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 45.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 45.000 |
| 22 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 15.000 |
| 22 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)105 | | | | | | | 15.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 105.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 105.000 |

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOCÃO DA COMPETITIVIDADE - FGPC

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 13.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 13.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 0101 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 13.000.000 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 280 | 13.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.000.000 |

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0795 GESTAO DOS ORCAMENTOS DA UNIAO | | | | | | | | | 25.578 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 121 | 0795 4090 | COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO | | | | | | | 25.578 |
| 04 121 | 0795 4090 0001 | COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO - NACIONAL | | | | | | | 25.578 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 25.578 |
| 0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | | | | 10.440.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 212 | 0803 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF | | | | | | | 9.328.681 |
| 28 212 | 0803 0001 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF - NACIONAL | | | | | | | 9.328.681 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 9.328.681 |
| 28 212 | 0803 0402 | INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID | | | | | | | 1.111.319 |
| 28 212 | 0803 0402 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID - NACIONAL | | | | | | | 1.111.319 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 1.111.319 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.465.578 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.465.578 |

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO | | | | | | | | | 295.023 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 365 | 0791 2010 | ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 136.123 |
| 04 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 136.123 |
| 04 306 | 0791 2012 | AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 158.900 |
| 04 306 | 0791 2012 0001 | AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)162 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 158.900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 295.023 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 295.023 |

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES) | | | | | | | | | 47.929.872 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0455 | DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA | | | | | | | 47.929.872 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL | F | 2 | F | 90 | 0 | 100 | 47.929.872 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 47.929.872 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 47.929.872 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
 UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.633.274 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 301 | 0791 6011 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 5.633.274 |
| 04 301 | 0791 6011 0011 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 1.369.650 |
| 04 301 | 0791 6011 0014 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.136.104 |
| 04 301 | 0791 6011 0016 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.127.520 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.633.274 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.633.274 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 72.514.523 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) | | | | | | | 72.514.523 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 72.514.523 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 72.514.523 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 72.514.523 |

Aviso nº 1.203 – SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília _ DF.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$250.072.546,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles veiculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

.....

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo

e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 9.531, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.151-3
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 61
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, relativamente às exportações.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

PROJETO DE LEI Nº 94, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 3.201.123.539,00 para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Justiça, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Cultura, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Defesa, das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 3.201.123.539,00 (três bilhões, duzentos e um milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 261.065.405,00 (duzentos e sessenta e um milhões, sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais);

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.717.445.844,00 (um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias constantes do Anexo II desta Lei, no valor de R\$ 1.222.612.290,00 (um bilhão, duzentos e vinte e dois milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e noventa reais).

Art. 3º O Poder Executivo poderá remanejar os recursos de que trata esta Lei, inclusive entre Órgãos e Poderes, desde que para atender a despesas com pessoal e encargos sociais da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 49.489.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 49.489.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 49.489.000 |
| 0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS 48.530.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 01 031 | 0553 4061 | PROCESSO LEGISLATIVO | | | | | | | 48.530.000 |
| 01 031 | 0553 4061 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 48.530.000 |
| TOTAL - FISCAL 48.530.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 49.489.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 98.019.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 29.000.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 29.000.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 29.000.000 |
| 0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL 35.000.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | PROCESSO LEGISLATIVO | | | | | | | 35.000.000 |
| 01 031 | 0551 4061 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 35.000.000 |
| TOTAL - FISCAL 35.000.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 29.000.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 64.000.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02103 - CENTRO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.664.277 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 1.664.277 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 1.664.277 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.664.277 |
| 0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL | | | | | | | | | 1.955.773 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 01 031 | 0551 4061 | PROCESSO LEGISLATIVO | | | | | | | 1.955.773 |
| 01 031 | 0551 4061 0053 | PROCESSO LEGISLATIVO - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 1.955.773 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.955.773 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.955.773 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.664.277 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.620.050 |

ORGAO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
UNIDADE : 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 16.105.039 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 16.105.039 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 16.105.039 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 16.105.039 |
| 0550 CONTROLE EXTERNO | | | | | | | | | 24.065.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 01 032 | 0550 4018 | FISCALIZACAO DA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS FEDERAIS | | | | | | | 24.065.000 |
| 01 032 | 0550 4018 0001 | FISCALIZACAO DA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL | | | | | | | 24.065.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 24.065.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.065.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 16.105.039 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.170.039 |

ORGAO : 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 UNIDADE : 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 548.100 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 548.100 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 548.100 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 548.100 |
| 0565 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO STF | | | | | | | | | 10.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0565 6359 | APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | | | | | | | 10.500 |
| 02 061 | 0565 6359 0001 | APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NACIONAL | | | | | | | 10.500 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 10.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 548.100 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 558.600 |

ORGAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 11.845.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 11.845.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 11.845.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.595.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 10.250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.845.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.845.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 51.284.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 51.284.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 51.284.000 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 51.284.000 |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 153.257.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 153.257.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | | | | | | | 153.257.000 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 153.257.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 153.257.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 51.284.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 204.541.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.590.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 1.590.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.590.000 |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 20.646.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 20.646.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 20.646.000 |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 1.530.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 152.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 152.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.378.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.378.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.176.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.590.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.766.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.853.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.853.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.853.000 |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 14.503.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 14.503.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 14.503.000 |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 1.670.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.170.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.170.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 500.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.173.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.853.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.026.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 2.444.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.444.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.444.000 |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 16.550.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 16.550.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 16.550.000 |
| 0901 | | OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | 1.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 1.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.551.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.444.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.995.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 2.321.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.321.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 2.321.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.321.000 |
| 0569 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 9.190.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 9.190.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | | | | | | | 9.190.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 9.190.000 |
| 0901 | | OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | 164.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 164.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 164.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 164.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.354.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.321.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 11.675.000 |

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 362.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 362.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 362.000 |
| 0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0569 4257 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL | | | | | | | 5.000.000 |
| 02 061 | 0569 4257 0001 | JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 4.164.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 99.000 |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 99.000 |
| 28 846 | 0901 0625 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 4.065.000 |
| 28 846 | 0901 0625 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 4.065.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.164.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 362.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.526.000 |

ORGAO : 13000 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO
UNIDADE : 13101 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 10.248.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 10.248.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 10.248.000 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 10.248.000 |
| 0566 PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR | | | | | | | | | 3.952.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0566 4225 | PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA MILITAR | | | | | | | 3.952.000 |
| 02 061 | 0566 4225 0001 | PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA MILITAR - NACIONAL | | | | | | | 3.952.000 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 3.952.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.952.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.248.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.200.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 62.123 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 62.123 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 62.123 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 62.123 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 62.123 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.123 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| | | | | | | | | | |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 142.882 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 142.882 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 142.882 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 142.882 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 142.882 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.882 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 588.902 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 588.902 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 588.902 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 248.902 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 340.000 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.285.166 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.285.166 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.285.166 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.285.166 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.285.166 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 588.902 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.874.068 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 100.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 100.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 100.000 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL 791.843 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 791.843 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 791.843 |
| TOTAL - FISCAL 791.843 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 100.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 891.843 | | | | | | | | | |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.248.946 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 1.248.946 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 495.213 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 753.733 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL 1.375.844 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.375.844 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.375.844 |
| TOTAL - FISCAL 1.375.844 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.248.946 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.624.790 | | | | | | | | | |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 14.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 14.800 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 14.800 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 14.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.800 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 669.260 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 669.260 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 669.260 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 669.260 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 614.655 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 614.655 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 614.655 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 614.655 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 614.655 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 669.260 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.283.915 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 50.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 50.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 247.453 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 247.453 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 247.453 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 247.453 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 50.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 297.453 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 161.144 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 161.144 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 161.144 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 161.144 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 161.144 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 652.259 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 652.259 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 652.259 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 652.259 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 652.259 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 652.259 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.500.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 1.500.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 1.500.000 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 4.502.477 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 4.502.477 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 4.502.477 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 4.502.477 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.502.477 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.002.477 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.991.469 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.991.469 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.991.469 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.991.469 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.991.469 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.991.469 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 50.492 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 50.492 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 50.492 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 21.352 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 29.140 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.955.163 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.955.163 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.955.163 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.955.163 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.955.163 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 50.492 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.005.655 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 753.084 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 753.084 | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S S | I I | P P | 90 90 | 0 0 | 100 153 | 753.084 279.582 473.502 | |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | | 357.254 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 357.254 | |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 357.254 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 357.254 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 753.084 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.110.338 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 475.497 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 475.497 | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S S | I I | P P | 90 90 | 0 0 | 100 153 | 475.497 236.232 239.265 | |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | | 90.796 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 90.796 | |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 90.796 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 90.796 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 475.497 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 566.293 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL 95.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 95.000 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 95.000 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 95.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 95.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.127.507 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.127.507 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 2.127.507 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 503.750 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 1.623.757 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL 822.809 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 822.809 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 822.809 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 822.809 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 822.809 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.127.507 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.950.316 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 112.340 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 112.340 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 112.340 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 112.340 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 112.340 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 112.340 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 162.259 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 162.259 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 162.259 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 162.259 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 162.259 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 162.259 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.065.608 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.065.608 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.065.608 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.065.608 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.065.608 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.065.608 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.064.304 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 1.064.304 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 1.064.304 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 64.304 |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.203.700 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.203.700 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.203.700 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.203.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.203.700 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.064.304 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.268.004 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 1.373.245 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.373.245 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 1.373.245 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.373.245 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.373.245 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.373.245 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 30.340 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 30.340 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 30.340 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 30.340 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.340 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.340 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 2.242.720 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 2.242.720 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 2.242.720 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 2.242.720 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.242.720 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.242.720 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 674.581 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 674.581 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | | | | | | | 674.581 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 674.581 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 674.581 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 674.581 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL 257.540 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 4271 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 257.540 |
| 02 061 | 0570 4271 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 257.540 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 257.540 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 257.540 |

ORGÃO : 15006 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO - RIO DE JANEIRO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 11.195.238 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 11.195.238 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 11.195.238 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 1.153.735 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 1.153.735 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.153.735 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.153.735 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.195.238 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.348.973 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO - SAO PAULO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 11.934.031 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES | | | | | | | 11.934.031 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL | | | | | | | 11.934.031 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 11.934.031 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 9.422.779 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 9.422.779 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 9.422.779 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 9.422.779 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.422.779 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 11.934.031 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.356.810 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO - MINAS GERAIS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 9.054.320 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES | | | | | | | 9.054.320 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL | | | | | | | 9.054.320 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 4.209.046 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 4.845.274 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 6.507.658 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 6.507.658 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 6.507.658 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 6.507.658 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.507.658 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.054.320 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.561.978 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO - RIO GRANDE DO SUL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 10.592.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 10.592.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 10.592.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 10.592.000 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 3.341.225 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.341.225 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 3.341.225 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 3.341.225 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.341.225 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.592.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.933.225 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO - BAHIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 13.100.205 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 13.100.205 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 13.100.205 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 13.100.205 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 27.449.002 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 27.449.002 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 27.449.002 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 27.449.002 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 27.449.002 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 13.100.205 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 40.549.207 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO - PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 3.281.552 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 3.281.552 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 3.281.552 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 3.281.552 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 3.520.756 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.520.756 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 3.520.756 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 3.520.756 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.520.756 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.281.552 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.802.308 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO - CEARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 200.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 200.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 200.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 200.000 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 1.587.149 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 1.587.149 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 1.587.149 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.587.149 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.587.149 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 200.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.787.149 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO - PARA/AMAPA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.730.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 4.635.198 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 4.635.198 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.730.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 6.365.198 | | | | | | | | | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO - PARANA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 5.000.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 10.335.333 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 10.335.333 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 5.000.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 15.335.333 | | | | | | | | | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIAO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 4.230.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 4.230.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 4.230.000 |
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | 3.587.770 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.587.770 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 3.587.770 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.587.770 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.230.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.817.770 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO - AMAZONAS/RORAIMA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 2.802.626 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.802.626 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.802.626 |
| 0571 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | 6.023.864 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 6.023.864 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 6.023.864 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.023.864 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.802.626 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.826.490 |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO - SANTA CATARINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.150.349 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.150.349 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 5.042.700 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 5.042.700 |
| TOTAL - FISCAL 5.042.700 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 2.150.349 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 7.193.049 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.200.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 1.200.000 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 4.745.661 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 4.745.661 |
| TOTAL - FISCAL 4.745.661 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.200.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 5.945.661 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO - RONDONIA/ACRE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 950.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 950.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 950.000 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 3.257.845 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.257.845 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 3.257.845 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.257.845 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 950.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.207.845 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO - CAMPINAS/SP

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.951.792 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 2.951.792 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.951.792 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 4.928.123 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 4.928.123 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 4.928.123 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.928.123 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.951.792 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.879.915 |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO - MARANHAO

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|---|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 426.280 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 426.280 | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 426.280 | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 2.004.492 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 2.004.492 | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 2.004.492 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.004.492 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 426.280 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.430.772 | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO - ESPIRITO SANTO

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|---|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 756.382 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 756.382 | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 756.382 | |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 3.833.221 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.833.221 | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 3.833.221 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.833.221 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 756.382 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.589.603 | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO - GOIAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.455.079 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.455.079 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 2.791.914 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | ! | P | 90 | 0 | 100 | 2.791.914 |
| TOTAL - FISCAL 2.791.914 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 2.455.079 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 5.246.993 | | | | | | | | | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO - ALAGOAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 872.673 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 872.673 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 2.244.016 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | |
| | | | F | ! | P | 90 | 0 | 100 | 2.244.016 |
| TOTAL - FISCAL 2.244.016 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 872.673 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 3.116.689 | | | | | | | | | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO - SERGIPE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 552.489 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 552.489 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 552.489 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 552.489 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 2.585.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 2.585.000 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 2.585.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 2.585.000 |
| TOTAL - FISCAL 2.585.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 552.489 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 3.137.489 | | | | | | | | | |

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO - RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 567.993 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 567.993 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | | | | | | | 567.993 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 567.993 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 2.742.319 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 2.742.319 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | | | | | | | 2.742.319 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 2.742.319 |
| TOTAL - FISCAL 2.742.319 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 567.993 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 3.310.312 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª. REGIÃO - PIAUÍ

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 150.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 150.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 150.000 |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 2.224.018 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 2.224.018 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 2.224.018 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.224.018 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 150.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.374.018 |

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª. REGIÃO - MATO GROSSO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA | | | | | | | | | 3.901.709 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0571 4256 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO | | | | | | | 3.901.709 |
| 02 061 | 0571 4256 0001 | APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 3.901.709 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.901.709 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.901.709 |

ORGÃO : 16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
UNIDADE : 16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 10.787.384 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 10.787.384 |
| 09 272 | 0089 0396 0053 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NO DISTRITO FEDERAL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 10.787.384 |
| 0567 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | | | 17.133.616 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 061 | 0567 4234 | APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 17.133.616 |
| 02 061 | 0567 4234 0053 | APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 16.847.838 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 150 | 285.778 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 17.133.616 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.787.384 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 27.921.000 |

ORGÃO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 55.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 55.000.000 |
| 20 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 55.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.000.000 |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | 19.476.790 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 19.476.790 |
| 19 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 19.476.790 |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)100 | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 19.476.790 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 19.476.790 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 19.476.790 |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24201 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 1.500.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.500.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 1.500.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | 500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 500.000 |
| 19 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 500.000 |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)100 | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.000.000 |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | 9.969.407 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | | 9.969.407 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 9.969.407 | |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | 6.030.593 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 19 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | 6.030.593 |
| 19 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)100 | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 6.030.593 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.030.593 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 9.969.407 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.000.000 | |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 | | APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | 300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 19 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | 300.000 |
| 19 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 300.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 300.000 | |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---------------------------------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 26.596.677 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 26.596.677 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 250 | 26.596.677 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 340.833 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 04 273 | 0750 0110 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA | | | | | | | 340.833 |
| 04 273 | 0750 0110 0001 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 250 | 340.833 |
| TOTAL - FISCAL 340.833 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 26.596.677 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 26.937.510 | | | | | | | | | |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---------------------------------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.055.776 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.055.776 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 126 | 1.055.776 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 4.007.374 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 4.007.374 |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | I | P | 90 | 0 | 126 | 4.007.374 |
| TOTAL - FISCAL 4.007.374 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.055.776 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 5.063.150 | | | | | | | | | |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 108.634 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 108.634 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | 1 | P | 90 | 0 | 280 | 108.634 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 1.610.190 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 1.610.190 |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | 1 | P | 90 | 0 | 128 | 1.610.190 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.610.190 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 108.634 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.718.824 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 618.008 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 618.008 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 618.008 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 618.008 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 618.008 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 263.764 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 263.764 | |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 263.764 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 263.764 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 263.764 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 263.764 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26201 - COLEGIO PEDRO II

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 7.455.133 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 7.455.133 | |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 7.455.133 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 7.455.133 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.455.133 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.455.133 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26202 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE ALAGOAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 663.360 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 663.360 | |
| 09 272 | 0089 0181 0027 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE ALAGOAS | | | | | | | 663.360 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 663.360 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 663.360 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 663.360 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26203 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO AMAZONAS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 414.814 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 414.814 | |
| 09 272 | 0089 0181 0013 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 414.814 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 414.814 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 414.814 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26205 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 242.418 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 242.418 | |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 242.418 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 242.418 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 242.418 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO CEARA

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 694.476 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 694.476 | |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 694.476 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 694.476 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 694.476 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26207 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 484.300 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 484.300 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 484.300 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 484.300 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 484.300 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 484.300 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26208 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE GOIAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 856.465 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 856.465 |
| 09 272 | 0089 0181 0052 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 856.465 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 856.465 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 856.465 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 856.465 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26210 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE MATO GROSSO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 237.749 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 237.749 |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 237.749 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 237.749 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 237.749 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.749 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 252.798 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 252.798 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 252.798 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 252.798 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 252.798 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 252.798 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26212 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 372.750 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 372.750 |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 372.750 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 372.750 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 372.750 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26213 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA PARAIBA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 953.610 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 953.610 |
| 09 272 | 0089 0181 0025 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA PARAIBA | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 953.610 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 953.610 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 953.610 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26214 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PELOTAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 695.868 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 695.868 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 695.868 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 695.868 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 695.868 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 695.868 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26215 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 835.724 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 835.724 |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 835.724 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 835.724 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 835.724 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 835.724 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26216 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PIAUI

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 380.196 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 380.196 |
| 09 272 | 0089 0181 0022 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PIAUI | | | | | | | 380.196 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 380.196 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 380.196 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 380.196 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 661.918 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 661.918 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 661.918 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 661.918 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 661.918 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 661.918 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26218 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 892.396 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 892.396 |
| 09 272 | 0089 0181 0024 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | 892.396 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 892.396 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 892.396 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 892.396 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26219 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 554.056 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 554.056 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 554.056 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 554.056 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 554.056 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 554.056 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26220 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE SAO PAULO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 224.958 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 224.958 |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SAO PAULO | | | | | | | 224.958 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 224.958 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 224.958 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 224.958 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26221 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 286.745 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 286.745 |
| 09 272 | 0089 0181 0028 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SERGIPE | | | | | | | 286.745 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 286.745 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 286.745 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 286.745 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26222 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 28.394 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 28.394 |
| 09 272 | 0089 0181 0014 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 28.394 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 28.394 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.394 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.394 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.187.877 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.187.877 |
| 09 272 | 0089 0181 0027 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE ALAGOAS | | | | | | | 2.187.877 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.187.877 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.187.877 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.187.877 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 5.141.767 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 5.141.767 |
| 09 272 | 0089 0181 0029 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 5.141.767 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 5.141.767 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.141.767 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.141.767 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 17.232.349 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 17.232.349 |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 17.232.349 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 17.232.349 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.232.349 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 17.232.349 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.862.602 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.862.602 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 2.862.602 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.862.602 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.862.602 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.862.602 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 5.612.271 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 5.612.271 |
| 09 272 | 0089 0181 0052 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 5.612.271 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 5.612.271 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.612.271 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.612.271 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 7.766.186 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 7.766.186 | |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 7.766.186 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.766.186 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.766.186 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 657.836 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 657.836 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 657.836 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 657.836 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 657.836 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 6.755.217 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 6.755.217 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 6.755.217 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.755.217 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.755.217 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 2.962.891 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.962.891 | |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 2.962.891 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 2.962.891 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.962.891 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.962.891 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 5.625.948 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 5.625.948 | |
| 09 272 | 0089 0181 0025 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA PARAIBA | | | | | | | 5.625.948 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 5.625.948 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.625.948 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.625.948 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 5.362.259 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 5.362.259 | |
| 09 272 | 0089 0181 0041 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARANA | | | | | | | 5.362.259 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 5.362.259 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 5.362.259 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.362.259 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 4.753.683 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 4.753.683 | |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 4.753.683 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.753.683 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.753.683 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 3.877.085 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 3.877.085 | |
| 09 272 | 0089 0181 0024 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 3.877.085 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 3.877.085 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.877.085 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 6.170.305 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 6.170.305 | |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 6.170.305 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.170.305 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.170.305 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 20.861.822 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 20.861.822 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 20.861.822 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.861.822 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.861.822 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 8.195.174 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 8.195.174 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 8.195.174 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.195.174 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.195.174 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 6.328.004 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 6.328.004 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 6.328.004 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.328.004 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.328.004 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.639.034 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.639.034 | |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 1.639.034 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 1.639.034 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.639.034 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.639.034 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.612.129 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.612.129 | |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 1.612.129 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 1.612.129 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.612.129 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.612.129 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26250 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 62.029 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 62.029 | |
| 09 272 | 0089 0181 0014 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 62.029 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 62.029 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 62.029 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 62.029 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26253 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 172.468 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 172.468 | |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 172.468 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 172.468 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 172.468 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 172.468 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26254 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.063.855 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.063.855 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.063.855 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.063.855 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.063.855 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.063.855 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26255 - FACULDADES FEDERAIS INTEGRADAS DE DIAMANTINA - FAFED

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 61.233 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 61.233 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 61.233 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 61.233 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 61.233 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 61.233 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.687.454 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.687.454 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 1.687.454 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.687.454 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.687.454 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.687.454 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.120.839 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.120.839 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.120.839 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.120.839 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.120.839 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.120.839 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.304.844 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.304.844 | |
| 09 272 | 0089 0181 0041 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARANA | | | | | | | 1.304.844 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.304.844 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.304.844 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.304.844 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26260 - ESCOLA DE FARMACIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 237.932 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 237.932 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 237.932 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 237.932 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 237.932 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.932 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA - UNIFEI

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 396.884 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 396.884 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 396.884 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 396.884 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 396.884 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 396.884 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.147.354 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| TOTAL - FISCAL 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.147.354 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.147.354 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 164.657 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| TOTAL - FISCAL 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 164.657 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 164.657 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26264 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.034.247 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 0024 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| TOTAL - FISCAL 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.034.247 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.034.247 | | | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26265 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO MARANHAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.122.954 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.122.954 |
| 09 272 | 0089 0181 0021 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | | 1.122.954 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.122.954 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.122.954 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.122.954 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|---------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 223.130 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 223.130 |
| 09 272 | 0089 0181 0011 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 223.130 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 223.130 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 223.130 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 223.130 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.149.013 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.149.013 |
| 09 272 | 0089 0181 0033 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 1.149.013 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.149.013 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.149.013 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.149.013 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26270 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.004.438 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.004.438 |
| 09 272 | 0089 0181 0013 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 2.004.438 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.004.438 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.004.438 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.004.438 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 7.513.035 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 7.513.035 |
| 09 272 | 0089 0181 0053 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 7.513.035 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 7.513.035 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.513.035 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.513.035 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26272 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 4.755.160 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 4.755.160 |
| 09 272 | 0089 0181 0021 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | | 4.755.160 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 4.755.160 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.755.160 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.755.160 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26273 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 2.616.521 | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.616.521 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 2.616.521 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.616.521 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.616.521 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.616.521 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 1.428.242 | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.428.242 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.428.242 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.428.242 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.428.242 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.428.242 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 823.077 | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 823.077 |
| 09 272 | 0089 0181 0012 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ACRE | | | | | | | 823.077 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 823.077 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 823.077 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 823.077 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26276 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.288.232 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.288.232 | |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.288.232 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.288.232 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.288.232 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 405.033 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 405.033 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 405.033 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 405.033 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 405.033 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.874.682 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.874.682 | |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.874.682 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.874.682 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.874.682 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.177.373 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.177.373 |
| 09 272 | 0089 0181 0022 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PIAUI | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.177.373 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.177.373 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.177.373 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26280 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 263.127 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 263.127 |
| 09 272 | 0089 0181 0035 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 263.127 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 263.127 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 263.127 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 2.790.396 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.790.396 | |
| 09 272 | 0089 0181 0028 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SERGIPE | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.790.396 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.790.396 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.790.396 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.025.255 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.025.255 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.025.255 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.025.255 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.025.255 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 1.207.452 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.207.452 | |
| 09 272 | 0089 0181 0054 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.207.452 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.207.452 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.207.452 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26284 - FUNDACAO FACULDADE FEDERAL DE CIENCIAS MEDICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 236.216 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 236.216 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 236.216 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 236.216 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 236.216 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26285 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL REI

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 121.585 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 121.585 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 121.585 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 121.585 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 121.585 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26286 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 49.635 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 49.635 |
| 09 272 | 0089 0181 0016 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAPA | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 49.635 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 49.635 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.635 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 725.847 | |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 725.847 | |
| 12 122 | 0750 2025 0053 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 725.847 | |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 725.847 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 725.847 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 725.847 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26291 - FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 782.186 | |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 782.186 | |
| 12 122 | 0750 2025 0053 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 782.186 | |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 782.186 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 782.186 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 782.186 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26292 - FUNDACAO JOAQUIM NABUCO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 2.435.756 | |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 2.435.756 | |
| 12 122 | 0750 2025 0026 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 2.435.756 | |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 2.435.756 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.435.756 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.435.756 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 152.826 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 152.826 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 152.826 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 152.826 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 152.826 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 152.826 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26301 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DA BAHIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 349.121 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 349.121 |
| 09 272 | 0089 0181 0029 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 349.121 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 349.121 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 349.121 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 349.121 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26302 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 136.198 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 136.198 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 136.198 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 136.198 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 136.198 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 136.198 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 73.164 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 73.164 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 73.164 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 73.164 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 73.164 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 105 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 105 |
| 09 272 | 0089 0181 0017 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE TOCANTINS | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 105 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 105 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26305 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BAMBUI - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 124.496 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 124.496 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 124.496 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 124.496 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 124.496 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---------------------|--|----|-----|----|-----|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | RP | MOD | UI | FT | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 243.648 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 243.648 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 243.648 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 243.648 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 243.648 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 243.648 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---------------------|--|----|-----|----|-----|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | RP | MOD | UI | FT | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 28.044 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 28.044 | |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 28.044 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 28.044 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.044 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.044 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26308 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE

| ANEXO I | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---------------------|--|----|-----|----|-----|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | RP | MOD | UI | FT | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 25.078 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 25.078 | |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 25.078 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 25.078 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 25.078 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 25.078 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26309 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 109.819 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 109.819 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 109.819 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 109.819 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 109.819 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 109.819 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 7.455 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 7.455 |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 7.455 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 7.455 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.455 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.455 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 49.627 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 49.627 |
| 09 272 | 0089 0181 0015 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 49.627 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 49.627 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 49.627 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.627 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26312 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU - BA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 20.472 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 20.472 |
| 09 272 | 0089 0181 0029 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 20.472 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 20.472 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.472 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.472 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA - ES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 96.826 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 96.826 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 96.826 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 96.826 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 96.826 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 96.826 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 20.129 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 20.129 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 20.129 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 20.129 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 20.129 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.129 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26315 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO - CE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 103.288 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 103.288 |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 103.288 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 103.288 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 103.288 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 103.288 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CULABA - MT

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 55.278 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 55.278 |
| 09 272 | 0089 0181 0051 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | | | | | | | 55.278 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 55.278 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 55.278 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.278 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26317 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU - CE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 417.844 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 417.844 | |
| 09 272 | 0089 0181 0023 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA | | | | | | | 417.844 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 417.844 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 417.844 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 417.844 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 166.115 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 166.115 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 166.115 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 166.115 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 166.115 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 166.115 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26319 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE JANUARIA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 43.379 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 43.379 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 43.379 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 43.379 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 43.379 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.379 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26321 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS - AM

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 86.166 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 86.166 |
| 09 272 | 0089 0181 0013 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 86.166 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 86.166 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 86.166 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.166 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 160.521 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 160.521 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 160.521 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 160.521 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 160.521 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 160.521 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26323 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PETROLINA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 12.645 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 12.645 |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 12.645 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 12.645 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 12.645 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.645 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26324 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 144.493 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 144.493 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 144.493 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 144.493 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 144.493 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26325 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 115.814 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 115.814 |
| 09 272 | 0089 0181 0052 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 115.814 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 115.814 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 115.814 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 105.744 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 105.744 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 105.744 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 105.744 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105.744 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 105.744 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA- ES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 131.143 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 131.143 |
| 09 272 | 0089 0181 0032 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 131.143 |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 153 | 131.143 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 131.143 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 131.143 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO - SE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 145.026 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 145.026 |
| 09 272 | 0089 0181 0028 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SERGIPE | | | | | | | 145.026 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 145.026 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 145.026 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 145.026 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 54.441 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 54.441 |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 54.441 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 54.441 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 54.441 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.441 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS - MA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 108.279 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 108.279 |
| 09 272 | 0089 0181 0021 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHAO | | | | | | | 108.279 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 108.279 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 108.279 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 108.279 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26331 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO VICENTE DO SUL - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 108.226 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 108.226 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 108.226 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 108.226 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 108.226 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 108.226 |

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 326.222 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 326.222 |
| 09 272 | 0089 0181 0027 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE ALAGOAS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 326.222 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 326.222 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 326.222 |

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 134.663 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 134.663 |
| 09 272 | 0089 0181 0043 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 134.663 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 134.663 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 134.663 |

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26334 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA - PB

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 37.769 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 37.769 |
| 09 272 | 0089 0181 0025 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA PARAIBA | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 37.769 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 37.769 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.769 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26335 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERABA - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 142.773 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 142.773 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 142.773 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 142.773 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 142.773 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 142.773 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA - MG

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 169.863 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 169.863 | |
| 09 272 | 0089 0181 0031 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 169.863 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 169.863 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 169.863 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 169.863 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 107.105 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 107.105 | |
| 09 272 | 0089 0181 0052 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 107.105 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 107.105 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 107.105 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 107.105 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTAO - PE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 65.571 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 65.571 | |
| 09 272 | 0089 0181 0026 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 65.571 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 65.571 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 65.571 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.571 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 399 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 399 | |
| 09 272 | 0089 0181 0013 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS | | | | | | | 399 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 399 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 399 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 399 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO - SC

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 28.021 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 28.021 | |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 28.021 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 28.021 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 28.021 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 28.021 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 8.704 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 8.704 | |
| 09 272 | 0089 0181 0052 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 8.704 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 8.704 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.704 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 1.681 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.681 | |
| 09 272 | 0089 0181 0011 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RONDONIA | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.681 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.681 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.681 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26344 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL ANTONIO JOSE TEIXEIRA - BA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 69 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 69 | |
| 09 272 | 0089 0181 0029 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 69 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 69 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 69 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 2.372 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 2.372 |
| 09 272 | 0089 0181 0042 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 2.372 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 2.372 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.372 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.372 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26347 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO SENHOR DO BONFIM - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0089 | | PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | 1.482 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.482 |
| 09 272 | 0089 0181 0029 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 1.482 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 1.482 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.482 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.482 |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28203 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 276.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 276.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 650 | 276.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 5.502.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 22 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 5.502.000 |
| 22 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)105 | F | I | P | 90 | 0 | 650 | 5.502.000 |
| TOTAL - FISCAL 5.502.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 276.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 5.778.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.101.767 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 1.101.767 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 250 | 1.101.767 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 1.131.633 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 22 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 1.131.633 |
| 22 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)105 | F | I | P | 90 | 0 | 250 | 1.131.633 |
| TOTAL - FISCAL 1.131.633 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 1.101.767 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.233.400 | | | | | | | | | |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | |
| 17.300.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 17.300.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 350 | 17.300.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | |
| 18.500.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 18.500.000 |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | I | P | 90 | 0 | 350 | 18.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | |
| 18.500.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | |
| 17.300.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | |
| 35.800.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | |
| 1.136.855 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 25 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 1.136.855 |
| 25 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 185 | 1.136.855 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | |
| 1.136.855 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | |
| 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | |
| 1.136.855 | | | | | | | | | |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPMM

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 681.411 | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 681.411 | |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 185 | 681.411 | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 6.902.215 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 25 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 6.902.215 | |
| 25 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 185 | 6.902.215 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 6.902.215 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 681.411 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 7.583.626 | | | | | | | |

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0088 INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO | | | 50.000.000 | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 274 | 0088 0536 | PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL | | | | | | | 50.000.000 | |
| 09 274 | 0088 0536 0001 | PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 50.000.000 | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 58.546.401 | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 58.546.401 | |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 13.546.401 | |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 353 | 45.000.000 | |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | 32.425.709 | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 32.425.709 | |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 32.425.709 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 140.972.110 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 140.972.110 | | | | | | | |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 21.400.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA 41.200.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4264 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4264 0001 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 41.200.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 21.400.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 62.600.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 3.200.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA 4.700.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4263 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4263 0001 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | |
| TOTAL - FISCAL 4.700.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 3.200.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 7.900.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 4.700.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 4.700.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0053 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NO DISTRITO FEDERAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 4.700.000 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA 4.400.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4261 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS | | | | | | | 4.400.000 |
| 03 091 | 0581 4261 0053 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 4.400.000 |
| TOTAL - FISCAL 4.400.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 4.700.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 9.100.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 8.100.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0396 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES | | | | | | | 8.100.000 |
| 09 272 | 0089 0396 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 8.100.000 |
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA 13.300.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 03 091 | 0581 4262 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO | | | | | | | 13.300.000 |
| 03 091 | 0581 4262 0001 | DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 13.300.000 |
| TOTAL - FISCAL 13.300.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 8.100.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 21.400.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 6.976.224 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 6.976.224 | |
| 10 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 6.976.224 | |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)326 | S | 1 | P | 90 | 0 | 250 | 6.976.224 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 6.976.224 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 6.976.224 | | | | | | | |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0011 PREVENCAO E CONTROLE DO CANCER E ASSISTENCIA ONCOLOGICA | | | 18.000.000 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 302 | 0011 4301 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA | | | | | | | 18.000.000 | |
| 10 302 | 0011 4301 0033 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 18.000.000 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 355 | 18.000.000 | |
| 0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR | | | 16.000.000 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 302 | 0023 4302 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR | | | | | | | 16.000.000 | |
| 10 302 | 0023 4302 0003 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL TRAUMATO-ORTOPEDIA | | | | | | | 3.000.000 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 355 | 3.000.000 | |
| 10 302 | 0023 4302 0005 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 9.000.000 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 355 | 9.000.000 | |
| 10 302 | 0023 4302 0007 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL DE CARDIOLOGIA DE LARANJEIRAS | | | | | | | 1.700.000 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 355 | 1.700.000 | |
| 10 302 | 0023 4302 0101 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO | | | | | | | 2.300.000 | |
| | | | S | 1 | P | 90 | 0 | 355 | 2.300.000 | |
| 0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | 98.000.000 | | | | | | | |

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|--|----------------------|-------------|
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | | | | 90.000.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | | 90.000.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | - 139.220.000 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | | | 139.220.000 |
| 10 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)326 | | S | I | P | 90 | 0 | 151 | | | 6.520.000 |
| | | | | S | I | P | 90 | 0 | 355 | | | 132.700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 263.220.000 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 263.220.000 | |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | J U | F T E | VALOR | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|--|--------------------|------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 80.391.714 | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | | | | 80.391.714 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | | | 80.391.714 |
| 0225 GESTAO DA POLITICA DE TRANSPORTES | | | | | | | | | 8.726.267 | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 26 122 | 0225 0713 | EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER | | | | | | | | | | 8.726.267 |
| 26 122 | 0225 0713 0001 | EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER - NACIONAL | | F | I | P | 90 | 0 | 111 | | | 8.726.267 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 26.284.000 | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | | | 26.284.000 |
| 26 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | | | 1.742.000 |
| | | | | F | I | P | 90 | 0 | 111 | | | 24.542.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | | 35.010.267 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | 80.391.714 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | 115.401.981 | |

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 7.763.294 | | | | | | | |
| ATTIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 7.763.294 | |
| 26 122 | 0750 2025 0043 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 7.763.294 | |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)95 | F | 1 | P | 90 | 0 | 111 | 5.803.294 | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 250 | 1.960.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 7.763.294 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 7.763.294 | | | | | | | |

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 233.122 | | | | | | | |
| ATTIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 233.122 | |
| 26 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 233.122 | |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | 1 | P | 90 | 0 | 111 | 233.122 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 233.122 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 233.122 | | | | | | | |

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | 7.787.405 | | | | | | | |
| ATTIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 26 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 7.787.405 | |
| 26 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 7.787.405 | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 650 | 5.466.688 | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 680 | 2.320.717 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 7.787.405 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 7.787.405 | | | | | | | |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 225.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 225.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 225.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 430.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 430.000 |
| 13 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 430.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 430.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 225.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 655.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42201 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 1.030.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 1.030.000 |
| 13 122 | 0750 2025 0097 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.030.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.030.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.030.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42202 - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 335.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 335.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)I | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 335.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 625.000 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 625.000 |
| 13 122 | 0750 2025 0083 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 625.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 625.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 335.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 960.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42203 - FUNDACAO CULTURAL PALMARES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 105.000 | | | | | | | | | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 105.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)I | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 105.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 105.000 |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 400.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 400.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 400.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 600.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 600.000 |
| 13 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL 600.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 400.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.000.000 | | | | | | | | | |

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 500.000 | | | | | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 500.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 500.000 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) | S | I | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 750.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 13 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 750.000 |
| 13 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 750.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 750.000 |
| TOTAL - FISCAL 750.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 500.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 1.250.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 2.250.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 2.250.000 |
| 18 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 185 | 2.250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.250.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.250.000 |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 6.965.060 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 6.965.060 |
| 18 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 1.550.000 |
| | | | F | I | P | 90 | 0 | 185 | 5.415.060 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.965.060 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.965.060 |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 22.850.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 22.850.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 22.850.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.850.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.850.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 26.150.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 26.150.000 |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 26.150.000 |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 26.150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 26.150.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 22.850.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.000.000 |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47205 - FUNDACAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 4.688.955 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 4.688.955 | |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 4.688.955 | |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 4.688.955 | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 8.151.880 | |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 8.151.880 | |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 8.151.880 | |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 8.151.880 | |
| 0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | 598.472 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 0005 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS | | | | | | | 598.472 | |
| 28 846 | 0901 0005 0001 | CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL | | | | | | | 598.472 | |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 598.472 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.750.352 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 4.688.955 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.439.307 | |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47210 - FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRACAO PUBLICA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 200.300 | |
| | | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 200.300 | |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 200.300 | |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 200.300 | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 1.700.000 | |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 1.700.000 | |
| 04 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 1.700.000 | |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)2 | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 1.700.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.700.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 200.300 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.900.300 | |

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| | | | | | | | | | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 920.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 21 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 920.000 |
| 21 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 920.000 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 920.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 920.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 920.000 |

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| | | | | | | | | | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 7.749.048 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 7.749.048 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL | | | | | | | 7.749.048 |
| | | PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 7.749.048 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 12.483.917 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 21 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | 12.483.917 |
| 21 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | 12.483.917 |
| | | | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 12.483.917 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.483.917 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.749.048 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.232.965 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 193.290.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0179 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS | | | | | | | 127.061.000 |
| 09 272 | 0089 0179 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 127.061.000 |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 66.229.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 66.229.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 193.290.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 193.290.000 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 596.038.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0179 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS | | | | | | | 555.673.000 |
| 09 272 | 0089 0179 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 441.173.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 114.500.000 |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 40.365.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)1 | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 40.365.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 596.038.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 596.038.000 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 229.058.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0179 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS | | | | | | | 218.889.000 |
| 09 272 | 0089 0179 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS - NACIONAL | S | I | P | 90 | 0 | 153 | 218.889.000 |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 10.169.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)I | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 10.169.000 |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 127.809.554 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 122 | 0750 2867 | REMUNERACAO DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS | | | | | | | 127.809.554 |
| 05 122 | 0750 2867 0001 | REMUNERACAO DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 127.809.554 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 127.809.554 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 229.058.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 356.867.554 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52222 - FUNDACAO OSORIO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | 105.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0181 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS | | | | | | | 105.000 |
| 09 272 | 0089 0181 0001 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)I | S | I | P | 90 | 0 | 151 | 105.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 105.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 105.000 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------------|--------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO | | | | | | | | | | 79.024.566 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 09 272 | 0089 0053 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 79.024.566 | |
| 09 272 | 0089 0053 0003 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA | | | | | | | 17.319.886 | |
| 09 272 | 0089 0053 0005 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 17.319.886 8.857.077 | |
| 09 272 | 0089 0053 0007 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 8.857.077 8.556.000 | |
| 09 272 | 0089 0053 0009 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO ACRE | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 8.556.000 11.958.203 | |
| 09 272 | 0089 0053 0101 | PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO ESTADO DA GUANABARA | S | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 11.958.203 32.333.400 | |
| | | | S | 1 | P | 30 | 0 | 100 | 32.333.400 | |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | 61.201.683 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0750 2087 | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS | | | | | | | 61.201.683 | |
| 04 122 | 0750 2087 0005 | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA | | | | | | | 11.040.000 | |
| 04 122 | 0750 2087 0007 | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 11.040.000 27.970.055 | |
| 04 122 | 0750 2087 0009 | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 27.970.055 22.182.549 | |
| 04 122 | 0750 2087 0101 | PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO ESTADO DA GUANABARA | F | 1 | P | 90 | 0 | 100 | 22.182.549 9.079 | |
| | | | F | 1 | P | 30 | 0 | 100 | 9.079 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 61.201.683 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 79.024.566 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 140.226.249 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73105 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA | | | | | | | | | | 12.162.078 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 0036 | MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) | | | | | | | 12.162.078 | |
| 28 845 | 0903 0036 0053 | MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 12.162.078 | |
| | | | F | 1 | P | 30 | 0 | 100 | 12.162.078 | |
| 0904 OPERACOES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS | | | | | | | | | | 10.000.000 |

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|--|--|--|--|----------------|------------|
| 28 845 | 0904 0033 | MANUTENCAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL | | | | | | 10.000.000 |
| 28 845 | 0904 0033 0053 | MANUTENCAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | 10.000.000 |
| | | | | | | | F I P 30 0 100 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | 22.162.078 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | 22.162.078 | |

ORGAO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
 UNIDADE : 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------|----------------|---|-------|-------|-----|-------|----------------|-----------|------------|
| 0550 CONTROLE EXTERNO | | | | | | | | | 10.245.405 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 01 212 | 0550 0407 | CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - INTOSAI | | | | | | 3.725 | |
| 01 212 | 0550 0407 0001 | CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - INTOSAI - NACIONAL | | | | | | 3.725 | |
| | | | | | | | F 3 P 80 0 100 | | |
| 01 212 | 0550 0408 | CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO LATINO AMERICANA E DO CARIBE DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - OLACEFS | | | | | | 10.080 | |
| 01 212 | 0550 0408 0001 | CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO LATINO AMERICANA E DO CARIBE DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES - OLACEFS - NACIONAL | | | | | | 10.080 | |
| | | | | | | | F 3 P 80 0 100 | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 01 122 | 0550 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | 9.031.600 | |
| 01 122 | 0550 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | | | | | | 9.031.600 | |
| | | | | | | | F 3 P 90 0 100 | | |
| 01 122 | 0550 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | 350.000 | |
| 01 122 | 0550 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | | | | | | 350.000 | |
| | | | | | | | F 3 P 90 0 100 | | |
| | | | | | | | F 4 P 90 0 100 | | |
| 01 365 | 0550 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | 200.000 | |
| 01 365 | 0550 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | 200.000 | |
| | | | | | | | F 3 P 90 0 100 | | |
| 01 331 | 0550 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | 450.000 | |
| 01 331 | 0550 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | 450.000 | |
| | | | | | | | F 3 P 90 0 100 | | |
| 01 306 | 0550 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | 200.000 | |
| 01 306 | 0550 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | 200.000 | |
| | | | | | | | F 3 P 90 0 100 | | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | 10.245.405 | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | 10.245.405 | | |

ORGAO : 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 UNIDADE : 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0565 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO STF | | | | | | | | | 558.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0565 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 110.000 |
| 02 122 | 0565 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 110.000 |
| 02 331 | 0565 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 400.000 |
| 02 331 | 0565 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 02 306 | 0565 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 48.600 |
| 02 306 | 0565 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 48.600 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 558.600 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 558.600 |

ORGAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0568 PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | | | 1.595.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0568 1140 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 50.000 |
| 02 061 | 0568 1140 0004 | IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - ESCOLA NACIONAL DE MAGISTRATURA - NACIONAL | F | I | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 126 | 0568 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 160.000 |
| 02 126 | 0568 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 160.000 |
| 02 331 | 0568 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 190.000 |
| 02 331 | 0568 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 190.000 |
| 02 128 | 0568 4603 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 95.000 |
| 02 128 | 0568 4603 0001 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 70.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 25.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0568 5255 | CONSTRUCAO DE ESTACIONAMENTO E DE PROTOCOLO EXTERNO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 600.000 |
| 02 061 | 0568 5255 0053 | CONSTRUCAO DE ESTACIONAMENTO E DE PROTOCOLO EXTERNO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| 02 061 | 0568 5259 | CONSTRUCAO DE PREDIO DESTINADO A MARCENARIA, ARQUIVO GERAL E PATRIMONIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA | | | | | | | 500.000 |
| 02 061 | 0568 5259 0053 | CONSTRUCAO DE PREDIO DESTINADO A MARCENARIA, ARQUIVO GERAL E PATRIMONIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.595.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.595.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 5.941.825 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 506.895 |
| 02 122 | 0570 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 506.895 |
| 02 122 | 0570 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 2.821.236 |
| 02 122 | 0570 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.821.236 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.837.236 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 984.000 |
| 02 126 | 0570 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 827.837 |
| 02 126 | 0570 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 827.837 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 62.123 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 62.123 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | | | | | | | 62.123 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 126 | 0570 7129 | IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 1.723.734 |
| 02 126 | 0570 7129 0001 | IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.723.734 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.941.825 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.941.825 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 16.280 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 16.280 |
| 02 122 | 0570 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.280 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.280 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.280 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 29.624 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 29.624 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 29.624 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 29.624 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 29.624 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 29.624 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 60.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 564.719 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 191.512 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 191.512 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 02 061 | 0570 7135 | CONSTRUCAO DE IMOVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 373.207 |
| 02 061 | 0570 7135 0103 | CONSTRUCAO DE IMOVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS NO ESTADO DA BAHIA - NO MUNICIPIO DE SALVADOR - BA | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 373.207 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 564.719 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 564.719 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

| ANEXO II | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 14.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.800 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.800 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | | | | | | | 14.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.800 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 14.800 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 14.800 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 14.800 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.800 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.800 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 297.453 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 34.776 |
| 02 122 | 0570 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 34.776 |
| 02 122 | 0570 2002 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | | | | | | | 91.041 |
| 02 122 | 0570 2002 0001 | MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 91.041 |
| 02 126 | 0570 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 105.145 |
| 02 126 | 0570 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105.145 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.491 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.491 |
| 02 128 | 0570 4605 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTICA ELEITORAL | | | | | | | 48.000 |
| 02 128 | 0570 4605 0001 | CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 48.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 297.453 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 297.453 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 78.144 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 78.144 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 78.144 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 78.144 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 78.144 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 78.144 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 82.140 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 82.140 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 82.140 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 82.140 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 82.140 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 82.140 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 355.451 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 23.000 |
| 02 122 | 0570 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.000 |
| 02 301 | 0570 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 17.000 |
| 02 301 | 0570 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 17.000 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 220.477 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 220.477 |
| 02 306 | 0570 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 94.974 |
| 02 306 | 0570 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 94.974 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 338.451 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 17.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 355.451 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 126 | 0570 2003 | ACOES DE INFORMATICA | | | | | | | 100.000 |
| 02 126 | 0570 2003 0001 | ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | 8.362 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.362 | |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 8.362 | |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.362 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 8.362 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 8.362 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | 74.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 74.000 | |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 74.000 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 74.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 74.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 74.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | 7.400 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.400 | |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 7.400 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.400 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 7.400 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 7.400 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 95.000 |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 95.000 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 95.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 95.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 95.000 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 116.569 |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 116.569 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 116.569 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 116.569 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 116.569 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 86.340 |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 30.340 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 30.340 |
| 02 306 | 0570 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 56.000 |
| 02 306 | 0570 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 56.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 86.340 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 86.340 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 130.068 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 81.400 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 81.400 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 81.400 |
| 02 306 | 0570 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 48.668 |
| 02 306 | 0570 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 48.668 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 48.668 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 130.068 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 133.068 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 3.700 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.700 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 3.700 |
| | | SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.700 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.700 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.700 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 459.245 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 301 | 0570 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | 50.000 |
| 02 301 | 0570 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 389.245 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 389.245 |
| 02 306 | 0570 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 20.000 |
| 02 306 | 0570 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 409.245 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 50.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 459.245 |

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 | | GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | 30.340 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 30.340 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)17 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 30.340 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.340 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.340 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 18.447 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.447 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.447 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.447 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.447 |

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL | | | | | | | | | 18.120 |
| 02 331 | 0570 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.120 |
| 02 331 | 0570 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.120 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.120 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.120 |

ORGÃO : 16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
 UNIDADE : 16101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0567 | | PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 2.271.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 02 122 | 0567 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 400.000 |
| 02 122 | 0567 2000 0053 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 02 365 | 0567 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 140.000 |
| 02 365 | 0567 2010 0053 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 140.000 |
| 02 331 | 0567 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 340.000 |
| 02 331 | 0567 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 340.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 02 061 | 0567 3751 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS | | | | | | | 1.391.000 |
| 02 061 | 0567 3751 0053 | IMPLANTACAO DE JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.391.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.271.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.271.000 |

ORGÃO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22906 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0350 | | DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA | | | | | | | 55.000.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 20 601 | 0350 0993 | FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFE | | | | | | | 55.000.000 |
| 20 601 | 0350 0993 0001 | FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFE - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 55.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 55.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 55.000.000 |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA | | | | | | | | | 2.200.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 19 572 | 0462 3476 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS ESTADUAIS DE MONITORAMENTO DE TEMPO, CLIMA E RECURSOS HIDRICOS | | | | | | | 2.200.000 |
| 19 572 | 0462 3476 0001 | IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS ESTADUAIS DE MONITORAMENTO DE TEMPO, CLIMA E RECURSOS HIDRICOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 2.200.000 |
| 0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | | | | | | | | | 22.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 19 572 | 0464 1275 | IMPLANTACAO DO CENTRO REGIONAL SUL DE PESQUISAS ESPACIAIS | | | | | | | 2.100.000 |
| 19 572 | 0464 1275 0043 | IMPLANTACAO DO CENTRO REGIONAL SUL DE PESQUISAS ESPACIAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.500.000 |
| 19 572 | 0464 3463 | PARTICIPACAO BRASILEIRA NO DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO - PROJETO CBERS | | | | | | | 4.000.000 |
| 19 572 | 0464 3463 0001 | PARTICIPACAO BRASILEIRA NO DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO - PROJETO CBERS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| 19 572 | 0464 3488 | PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS | | | | | | | 15.900.000 |
| 19 572 | 0464 3488 0001 | PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.300.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 8.600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.200.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.200.000 |

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0464 | | NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE | | | | | | | 10.576.790 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 19 691 | 0464 1271 | APOIO A COMERCIALIZACAO DE BENS E SERVICOS NO SETOR ESPACIAL | | | | | | | 146.790 |
| 19 691 | 0464 1271 0001 | APOIO A COMERCIALIZACAO DE BENS E SERVICOS NO SETOR ESPACIAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 146.790 |
| 19 572 | 0464 1399 | DESENVOLVIMENTO DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES | | | | | | | 3.720.000 |
| 19 572 | 0464 1399 0001 | DESENVOLVIMENTO DE VEICULOS LANCADORES DE SATELITES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 2.720.000 |
| 19 572 | 0464 1400 | DESENVOLVIMENTO DE FOGUETES DE SONDAGEM | | | | | | | 1.310.000 |
| 19 572 | 0464 1400 0001 | DESENVOLVIMENTO DE FOGUETES DE SONDAGEM - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.310.000 |
| 19 572 | 0464 3704 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSARIA AO CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA PARA A PRESTACAO DE SERVICOS DE LANCAMENTO | | | | | | | 5.100.000 |
| 19 572 | 0464 3704 0001 | IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSARIA AO CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA PARA A PRESTACAO DE SERVICOS DE LANCAMENTO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 730.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 4.370.000 |
| 19 128 | 0464 3957 | FORMACAO DE ASTRONAUTAS | | | | | | | 300.000 |
| 19 128 | 0464 3957 0001 | FORMACAO DE ASTRONAUTAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.576.790 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.576.790 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | | | | 97.881.396 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 212 | 0803 0403 | INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUCAO E DESENVOLVIMENTO - BIRD | | | | | | | 41.642.875 |
| 28 212 | 0803 0403 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUCAO E DESENVOLVIMENTO - BIRD - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 41.642.875 |
| 28 212 | 0803 0544 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID | | | | | | | 56.238.521 |
| 28 212 | 0803 0544 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 56.238.521 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 97.881.396 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 97.881.396 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 340.833 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 273 | 0750 0110 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA | | | | | | | 340.833 |
| 04 273 | 0750 0110 0001 | CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 340.833 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 340.833 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 340.833 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 5.063.150 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 5.063.150 |
| 99 999 | 0999 0998 0019 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 5.063.150 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 126 | 5.063.150 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.063.150 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.063.150 |

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 1.718.824 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 1.718.824 |
| 99 999 | 0999 0998 0019 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 1.718.824 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 128 | 1.610.190 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 280 | 108.634 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.718.824 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.718.824 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 401.544 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 401.544 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 401.544 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 401.544 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 401.544 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 54.977 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 54.977 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 54.977 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 54.977 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.977 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 371.310 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 371.310 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 371.310 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 371.310 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 371.310 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 371.310 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 138.498 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 138.498 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 138.498 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 138.498 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 138.498 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 138.498 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 123.585 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 123.585 |
| 12 331 | 0791 2011 0619 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 123.585 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 123.585 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 123.585 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 237.109 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 237.109 |
| 12 331 | 0791 2011 0041 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARANA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 237.109 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 237.109 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 237.109 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 288.497 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 288.497 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 288.497 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 288.497 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 288.497 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 288.497 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 89.256 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 89.256 |
| 12 331 | 0791 2011 0024 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | 89.256 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 89.256 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 89.256 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 89.256 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 107.047 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 107.047 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 107.047 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 107.047 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 107.047 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 107.047 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 240.770 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 240.770 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 240.770 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 240.770 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 240.770 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 240.770 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 102.216 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 102.216 | |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 102.216 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 102.216 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 102.216 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 39.826 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 39.826 | |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 39.826 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 39.826 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 39.826 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 108.255 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 108.255 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 108.255 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 108.255 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 108.255 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 108.255 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26250 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.679 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.679 |
| 12 331 | 0791 2011 0014 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RORAIMA | | | | | | | 6.679 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.679 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.679 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.679 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 193.273 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 193.273 |
| 12 331 | 0791 2011 0035 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | | | | | | | 193.273 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 193.273 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 193.273 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 193.273 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 9.761 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.761 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 9.761 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.761 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.761 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.761 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26268 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 21.348 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 21.348 |
| 12 331 | 0791 2011 0011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 21.348 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 21.348 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 21.348 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 111.272 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 111.272 |
| 12 331 | 0791 2011 0033 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 111.272 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 111.272 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 111.272 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 241.533 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 241.533 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 241.533 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 241.533 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 241.533 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 259.895 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 259.895 |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 259.895 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 259.895 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 259.895 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26272 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 48.807 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 48.807 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 48.807 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.807 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.807 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26273 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 37.909 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 37.909 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 37.909 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 37.909 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 37.909 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 65.835 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 65.835 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 65.835 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 65.835 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 65.835 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 64.823 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 64.823 |
| 12 331 | 0791 2011 0012 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ACRE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 64.823 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 64.823 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 64.823 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26276 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 43.024 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 43.024 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 43.024 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 43.024 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 43.024 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26277 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 36.961 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 36.961 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 36.961 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 36.961 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 36.961 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 49.594 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 49.594 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 49.594 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.594 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.594 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 24.467 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 24.467 |
| 12 331 | 0791 2011 0022 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PIAUI | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 24.467 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 24.467 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.467 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 54.522 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 54.522 |
| 12 331 | 0791 2011 0035 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SAO PAULO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 54.522 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 54.522 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.522 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 23.496 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 23.496 |
| 12 331 | 0791 2011 0028 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 23.496 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 23.496 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 23.496 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 48.405 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 48.405 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 48.405 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.405 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.405 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 79.074 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 79.074 | |
| 12 331 | 0791 2011 0054 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 79.074 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 79.074 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 79.074 | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26286 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 8.141 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 8.141 | |
| 12 331 | 0791 2011 0016 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAPA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.141 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 8.141 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 8.141 | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | 5.130 | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.130 | |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.130 | |
| TOTAL - FISCAL | | | 5.130 | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | 0 | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | 5.130 | | | | | | | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26291 - FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 2.879 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.879 |
| 12 331 | 0791 2011 0053 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.879 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.879 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.879 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26292 - FUNDACAO JOAQUIM NABUCO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 9.589 | | | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 9.589 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 9.589 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.589 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.589 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 30.500 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 30.500 |
| 12 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 30.500 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 30.500 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.500 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26302 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.102 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.102 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.102 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.102 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.102 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.442 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.442 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | 2.442 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.442 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.442 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.442 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 704 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 704 |
| 12 331 | 0791 2011 0017 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE TOCANTINS | | | | | | | 704 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 704 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 704 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 704 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26305 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BAMBUI - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.099 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.099 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.099 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.099 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.099 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.099 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.848 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.848 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 1.848 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.848 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.848 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.848 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.683 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.683 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 6.683 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.683 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.683 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.683 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26308 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| | | | | | | | | | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.917 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.917 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | | | | | | | 1.917 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.917 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.917 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.917 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26309 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - RS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.109 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.109 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.109 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.109 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.109 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.747 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.747 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.747 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.747 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.747 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.597 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.597 |
| 12 331 | 0791 2011 0015 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 6.597 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.597 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.597 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.597 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26312 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU - BA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 10.320 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 10.320 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 10.320 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.320 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.320 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.320 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA - ES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.931 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.931 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | | | | | | | 4.931 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.931 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.931 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.931 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA - SC

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 833 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 833 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 833 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 833 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 833 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 833 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26315 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO - CE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 3.129 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.129 |
| 12 331 | 0791 2011 0023 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO CEARA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.129 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.129 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.129 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CUIABA - MT

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 16.746 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 16.746 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 16.746 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.746 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.746 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 722 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 722 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 722 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 722 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 722 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 722 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26319 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE JANUARIA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 639 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 639 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 639 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 639 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 639 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 639 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26320 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.590 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.590 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.590 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.590 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.590 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26321 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS - AM

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.282 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.282 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.282 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.282 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.282 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG

| ANEXO II | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-----|--|---|----|---|-----|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | R | M | I | F | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 230 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 230 | |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 230 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 230 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 230 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26324 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

| ANEXO II | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-----|--|---|----|---|-----|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | R | M | I | F | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.024 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.024 | |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.024 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.024 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.024 | |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26325 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO

| ANEXO II | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|-----|--|---|----|---|-----|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GN | R | M | I | F | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.946 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.946 | |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.946 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.946 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.946 | |

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 728 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 728 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 728 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 728 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 728 |

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA- ES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.429 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.429 |
| 12 331 | 0791 2011 0032 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.429 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.429 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.429 |

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO - SE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.531 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.531 |
| 12 331 | 0791 2011 0028 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SERGIPE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.531 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.531 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.531 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.458 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.458 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.458 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.458 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.458 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS - MA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.569 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.569 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.569 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.569 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.569 |

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26331 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO VICENTE DO SUL - RS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.498 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.498 |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.498 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.498 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.498 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 5.580 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.580 | |
| 12 331 | 0791 2011 0027 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.580 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.580 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.580 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO - RS

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 3.946 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 3.946 | |
| 12 331 | 0791 2011 0043 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.946 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.946 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.946 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26334 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA - PB

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VA L O R | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 2.518 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.518 | |
| 12 331 | 0791 2011 0025 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA PARAIBA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.518 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.518 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.518 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26335 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERABA - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 6.594 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.594 |
| 12 331 | 0791 2011 0051 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 6.594 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.594 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.594 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.594 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA - MG

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 4.237 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.237 |
| 12 331 | 0791 2011 0031 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | | | | | | | 4.237 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.237 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.237 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.237 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26337 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAI - GO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 5.378 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.378 |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | | | | | | | 5.378 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.378 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.378 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.378 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTAO - PE

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 5.453 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 5.453 |
| 12 331 | 0791 2011 0026 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 5.453 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.453 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.453 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHEIRA - AM

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.010 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.010 |
| 12 331 | 0791 2011 0013 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.010 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.010 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.010 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO - SC

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 6.715 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 6.715 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 6.715 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.715 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.715 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 912 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 912 | |
| 12 331 | 0791 2011 0052 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE GOIAS | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 912 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 912 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 912 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 7.286 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 7.286 | |
| 12 331 | 0791 2011 0011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE RONDONIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 7.286 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.286 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.286 | |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO - MA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 456 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 456 |
| 12 331 | 0791 2011 0021 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO MARANHAO | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 456 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 456 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 456 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26344 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL ANTONIO JOSE TEIXEIRA - BA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 4.945 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 4.945 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 4.945 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.945 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.945 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 2.489 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 2.489 |
| 12 331 | 0791 2011 0042 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | | | | | | | 2.489 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.489 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.489 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.489 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26346 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INES - BA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 1.156 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 1.156 |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | 1.156 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.156 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.156 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.156 |

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26347 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO SENHOR DO BONFIM - BA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | 454 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 454 | |
| 12 331 | 0791 2011 0029 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DA BAHIA | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 454 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 454 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 454 | |

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0999 | | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 2.233.400 | |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 2.233.400 | |
| 99 999 | 0999 0998 0101 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | F | 9 | F | 99 | 0 | 250 | 2.233.400 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.233.400 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.233.400 | |

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 8.720.481 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 8.720.481 |
| 99 999 | 0999 0998 0021 | RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA | | | | | | | 8.720.481 |
| | | | F | 9 | F | 99 | 0 | 185 | 8.720.481 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 8.720.481 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 8.720.481 |

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA | | | | | | | | | 18.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 03 331 | 0581 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | 18.000 |
| 03 331 | 0581 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | | | | | | 18.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 18.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.000 |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0005 | | ASSISTENCIA FARMACEUTICA | | | | | | | | 6.976.224 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 10 303 | 0005 2522 | PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS | | | | | | | | 6.976.224 |
| 10 303 | 0005 2522 0001 | PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS - NACIONAL | | | | | | | | 6.976.224 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 250 | 6.976.224 | |
| 0012 | | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE | | | | | | | | 80.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 10 573 | 0012 3937 | PROMOCAO DE EVENTOS TECNICOS SOBRE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO EM SAUDE | | | | | | | | 80.000 |
| 10 573 | 0012 3937 0001 | PROMOCAO DE EVENTOS TECNICOS SOBRE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO EM SAUDE - NACIONAL | | | | | | | | 80.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.056.224 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.056.224 | |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0001 | | SAUDE DA FAMILIA | | | | | | | | 6.520.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 10 301 | 0001 0587 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA | | | | | | | | 6.520.000 |
| 10 301 | 0001 0587 0011 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 1.000.000 | |
| 10 301 | 0001 0587 0015 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | | 2.020.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 2.020.000 | |
| 10 301 | 0001 0587 0027 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 2.000.000 | |
| 10 301 | 0001 0587 0029 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DA BAHIA | | | | | | | | 1.500.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 1.500.000 | |

0011 PREVENCAO E CONTROLE DO CANCER E ASSISTENCIA ONCOLOGICA 18.000.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|------------|
| 10 302 | 0011 4301 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA | | | | | | | | 18.000.000 |
| 10 302 | 0011 4301 0033 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | 18.000.000 |
| | | | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 18.000.000 |

0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR 16.000.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|------------------------|
| 10 302 | 0023 4302 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR | | | | | | | | 16.000.000 |
| 10 302 | 0023 4302 0003 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL TRAUMATO-ORTOPEDIA | | | | | | | | 3.000.000 |
| 10 302 | 0023 4302 0005 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 3.000.000 9.000.000 |
| 10 302 | 0023 4302 0007 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL DE CARDIOLOGIA DE LARANJEIRAS | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 9.000.000 1.700.000 |
| 10 302 | 0023 4302 0101 | FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL GERAL DE | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 1.700.000 2.300.000 |
| | | BONSUCESSO | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 2.300.000 |

0750 APOIO ADMINISTRATIVO 55.920.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|--|------------|
| 10 122 | 0750 2025 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | 55.920.000 |
| 10 122 | 0750 2025 0001 | REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | | 55.920.000 |
| | | PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)326 | S | I | P | 90 | 0 | 100 | | 55.920.000 |

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 96.440.000

TOTAL - GERAL 96.440.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|--|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS | | | | | | | | | 5.803.294 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 783 | 0222 5752 | EXPANSAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS | | | | | | | 5.803.294 |
| 26 783 | 0222 5752 0005 | EXPANSAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS - TRECHO SAO LEOPOLDO - NOVO HAMBURGO | | | | | | | 5.803.294 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 5.803.294 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.803.294 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.803.294 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|---|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL | | | | | | | | | 1.005.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 392 | 0170 6517 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR | | | | | | | 1.005.000 |
| 13 392 | 0170 6517 0001 | PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAIS E NO EXTERIOR - NACIONAL | | | | | | | 1.005.000 |
| | | EVENTO REALIZADO (UNIDADE)2 | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 150.000 |
| | | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 200.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 655.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.005.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.005.000 |

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0167 | | BRASIL PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | 1.995.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13 391 | 0167 2636 | PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO | | | | | | | 1.995.000 |
| 13 391 | 0167 2636 0001 | PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO - NACIONAL | F | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 1.995.000 |
| 0168 | | LIVRO ABERTO | | | | | | | 2.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 13 392 | 0168 1521 | IMPLANTACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS EM CADA MUNICIPIO | | | | | | | 2.000.000 |
| 13 392 | 0168 1521 0001 | IMPLANTACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS EM CADA MUNICIPIO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 3.995.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 3.995.000 |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------|---------------------------------|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |

| 0498 PANTANAL | | PROJETOS | | | | | | 1.200.000 | |
|---------------------------|----------------|---|---|---|---|----|-----------|-----------|-----------|
| 18 512 | 0498 3005 | IMPLANTACAO, AMPLIACAO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL | | | | | | 100.000 | |
| 18 512 | 0498 3005 0050 | IMPLANTACAO, AMPLIACAO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | 100.000 | |
| | | FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)150 | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 100.000 |
| 18 423 | 0498 3020 | ATIVIDADES AMBIENTAIS SUSTENTAVEIS EM AREAS INDIGENAS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL | | | | | | 120.000 | |
| 18 423 | 0498 3020 0050 | ATIVIDADES AMBIENTAIS SUSTENTAVEIS EM AREAS INDIGENAS NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | 120.000 | |
| | | COMUNIDADE ASSISTIDA (UNIDADE)3 | F | 4 | P | 30 | 2 | 100 | 120.000 |
| 18 542 | 0498 3191 | GESTAO DO PROGRAMA PANTANAL | | | | | | 880.000 | |
| 18 542 | 0498 3191 0001 | GESTAO DO PROGRAMA PANTANAL - NACIONAL | | | | | | 880.000 | |
| | | | F | 3 | P | 80 | 2 | 100 | 800.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 2 | 100 | 80.000 |
| 18 606 | 0498 3845 | ASSISTENCIA TECNICA AOS PRODUTORES RURAIS DA PLANICIE PANTANEIRA - PANTANAL | | | | | | 100.000 | |
| 18 606 | 0498 3845 0050 | ASSISTENCIA TECNICA AOS PRODUTORES RURAIS DA PLANICIE PANTANEIRA - PANTANAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE | | | | | | 100.000 | |
| | | PRODUTOR ASSISTIDO (UNIDADE)35 | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 100.000 |
| 0502 AMAZONIA SUSTENTAVEL | | | | | | | | 1.000.000 | |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 18 541 | 0502 3026 | PROTECAO AS FLORESTAS TROPICAIS DA AMAZONIA - PPG7 | | | | | | 1.000.000 | |
| 18 541 | 0502 3026 0010 | PROTECAO AS FLORESTAS TROPICAIS DA AMAZONIA - PPG7 - NA REGIAO NORTE | | | | | | 1.000.000 | |
| | | AREA PROTEGIDA (HA)2000 | F | 3 | P | 80 | 1 | 185 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.200.000 | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 0 | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.200.000 | | |

| | | | | | | | | |
|--------------------|------------------------------|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| | RESERVA IMPLANTADA (HA)18000 | F | 3 | P | 90 | 0 | 185 | 450.000 |
| | | F | 4 | P | 90 | 0 | 185 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 5.405.060 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 5.405.060 |

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44901 - FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0501 QUALIDADE AMBIENTAL | | | | | | | | | 1.123.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 542 | 0501 2952 | FOMENTO A PROJETOS DE CONTROLE AMBIENTAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO | | | | | | | 1.123.000 |
| 18 542 | 0501 2952 0001 | FOMENTO A PROJETOS DE CONTROLE AMBIENTAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO - NACIONAL | | | | | | | 1.123.000 |
| | | PROJETO APOIADO (UNIDADE)5 | F | 3 | P | 30 | 0 | 185 | 1.123.000 |
| 0502 AMAZONIA SUSTENTAVEL | | | | | | | | | 487.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 0502 2955 | FOMENTO A PROJETOS DE GESTAO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA AMAZONIA | | | | | | | 487.000 |
| 18 541 | 0502 2955 0010 | FOMENTO A PROJETOS DE GESTAO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA AMAZONIA - NA REGIAO NORTE | | | | | | | 487.000 |
| | | PROJETO APOIADO (UNIDADE)2 | F | 3 | P | 40 | 2 | 185 | 87.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 2 | 185 | 400.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.610.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.610.000 | |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0759 NACIONAL DE DESBUCRATIZACAO | | | | | | | | | 312.900 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0759 5562 | REVISAO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A DESBUCRATIZACAO | | | | | | | 162.900 |
| 04 122 | 0759 5562 0001 | REVISAO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A DESBUCRATIZACAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 162.900 |
| 04 122 | 0759 5564 | AVALIACAO DAS MEDIDAS DE DESBUCRATIZACAO | | | | | | | 150.000 |
| 04 122 | 0759 5564 0001 | AVALIACAO DAS MEDIDAS DE DESBUCRATIZACAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 150.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 11.368.499 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0791 0623 | PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS NO AMBITO DO PODER EXECUTIVO | | | | | | | 10.670.000 |
| 04 122 | 0791 0623 0001 | PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS NO AMBITO DO PODER EXECUTIVO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 10.670.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 04 128 | 0791 1002 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM DESENVOLVIMENTO GERENCIAL | | | | | | | 698.499 |
| 04 128 | 0791 1002 0001 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM DESENVOLVIMENTO GERENCIAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 698.499 |
| 0792 GESTAO PUBLICA EMPREENDEDORA | | | | | | | | | 4.751.601 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0792 1729 | AVALIACAO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS E DOS SISTEMAS DE GESTAO IMPLANTADOS NA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL | | | | | | | 144.000 |
| 04 122 | 0792 1729 0001 | AVALIACAO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS E DOS SISTEMAS DE GESTAO IMPLANTADOS NA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 144.000 |
| 04 122 | 0792 3184 | EDICAO E DISTRIBUICAO DE PUBLICACAO SOBRE ADMINISTRACAO PUBLICA E GESTAO GOVERNAMENTAL | | | | | | | 58.000 |
| 04 122 | 0792 3184 0001 | EDICAO E DISTRIBUICAO DE PUBLICACAO SOBRE ADMINISTRACAO PUBLICA E GESTAO GOVERNAMENTAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 58.000 |
| 04 122 | 0792 3185 | PROMOCAO DE EVENTOS PARA SENSIBILIZACAO E MOBILIZACAO DAS ORGANIZACOES PARA GESTAO EMPREENDEDORA DE PROGRAMAS | | | | | | | 67.000 |
| 04 122 | 0792 3185 0001 | PROMOCAO DE EVENTOS PARA SENSIBILIZACAO E MOBILIZACAO DAS ORGANIZACOES PARA GESTAO EMPREENDEDORA DE PROGRAMAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 67.000 |
| 04 122 | 0792 3530 | ASSISTENCIA TECNICA A IMPLANTACAO DE GESTAO EMPREENDEDORA EM ORGANIZACOES | | | | | | | 2.404.479 |
| 04 122 | 0792 3530 0001 | ASSISTENCIA TECNICA A IMPLANTACAO DE GESTAO EMPREENDEDORA EM ORGANIZACOES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 2.404.479 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| | | ABOP - NACIONAL | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 126 | 0795 3189 | DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORÇAMENTARIOS - SIDOR | | | | | | | 400.000 |
| 04 126 | 0795 3189 0001 | DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORÇAMENTARIOS - SIDOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 126 | 0795 4557 | SISTEMAS INFORMATIZADOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL | | | | | | | 2.000.000 |
| 04 126 | 0795 4557 0001 | SISTEMAS INFORMATIZADOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |

0798 REDUCAO DE CUSTOS NA AQUISICAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS 670.822

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|---------|
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 0798 3554 | REVISAO DO SISTEMA JURIDICO-LEGAL RELATIVO A AQUISICAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS | | | | | | | 400.000 |
| 04 122 | 0798 3554 0001 | REVISAO DO SISTEMA JURIDICO-LEGAL RELATIVO A AQUISICAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 122 | 0798 4070 | NORMAS PARA PADRONIZACAO E MODULARIZACAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS | | | | | | | 200.000 |
| 04 122 | 0798 4070 0001 | NORMAS PARA PADRONIZACAO E MODULARIZACAO DE BENS, OBRAS E SERVICOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| 04 122 | 0798 4252 | INFORMATIZACAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 70.822 |
| 04 122 | 0798 4252 0001 | INFORMATIZACAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 70.822 |

0802 GESTAO DO PLANO PLURIANUAL 600.000

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|---------|
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 121 | 0802 1593 | ESTUDO PARA APERFEICOAMENTO DO MODELO DE GESTAO DO PLANO PLURIANUAL | | | | | | | 380.700 |
| 04 121 | 0802 1593 0001 | ESTUDO PARA APERFEICOAMENTO DO MODELO DE GESTAO DO PLANO PLURIANUAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 380.700 |
| 04 121 | 0802 1757 | DESENVOLVIMENTO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007 | | | | | | | 219.300 |
| 04 121 | 0802 1757 0001 | DESENVOLVIMENTO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007 - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 219.300 |

0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO 23.338.806

| | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------|
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 212 | 0803 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF | | | | | | | 20.938.806 |
| 28 212 | 0803 0001 0001 | INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 20.938.806 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 121 | 0803 3548 | IMPLANTACAO DE REDE DE INFORMACOES E SERVICOS AO INVESTIDOR | | | | | | | 2.280.000 |
| 04 121 | 0803 3548 0001 | IMPLANTACAO DE REDE DE INFORMACOES E SERVICOS AO INVESTIDOR - NACIONAL | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 2.280.000 |
| 04 121 | 0803 7889 | ENGENHARIAS FINANCEIRAS PARA A VIABILIZACAO DE PROGRAMAS ESTRATEGICOS | | | | | | | 120.000 |
| 04 121 | 0803 7889 0001 | ENGENHARIAS FINANCEIRAS PARA A VIABILIZACAO DE PROGRAMAS ESTRATEGICOS - NACIONAL | | | | | | | 120.000 |

| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 120.000 |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| 0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | 1.152.631 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0415 | PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA EM LIQUIDACAO | | | | | | | 1.152.631 |
| 28 846 | 0909 0415 0001 | PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA EM LIQUIDACAO - NACIONAL | F | 5 | P | 90 | 1 | 100 | 1.152.631 |
| 8002 GOVERNO ELETRONICO | | | | | | | | | 4.329.178 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 126 | 8002 3543 | IMPLANTACAO DA REDE DE COMUNICACAO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO | | | | | | | 1.188.050 |
| 04 126 | 8002 3543 0001 | IMPLANTACAO DA REDE DE COMUNICACAO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 1.188.050 |
| 04 122 | 8002 3553 | PROMOCAO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO POR MEIOS ELETRONICOS | | | | | | | 3.141.128 |
| 04 122 | 8002 3553 0001 | PROMOCAO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO POR MEIOS ELETRONICOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 3.141.128 |
| 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE | | | | | | | | | 1.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 9990 1599 | IMPLEMENTACAO DE PROJETOS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA | | | | | | | 56.030 |
| 04 122 | 9990 1599 0001 | IMPLEMENTACAO DE PROJETOS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 56.030 |
| 04 122 | 9990 1601 | COOPERACAO PARA CAPACITACAO MUNICIPAL EM GESTAO PUBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL | | | | | | | 893.970 |
| 04 122 | 9990 1601 0001 | COOPERACAO PARA CAPACITACAO MUNICIPAL EM GESTAO PUBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 893.970 |
| 04 126 | 9990 1745 | DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMACOES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICIPIOS | | | | | | | 300.000 |
| 04 126 | 9990 1745 0001 | DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMACOES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 123 | 9990 2661 | MONITORAMENTO DA EVOLUCAO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICIPIOS | | | | | | | 250.000 |
| 04 123 | 9990 2661 0001 | MONITORAMENTO DA EVOLUCAO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICIPIOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 53.741.135 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 53.741.135 |
| ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO UNIDADE : 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U T | F T E | VA L O R |
| 0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | | | | | | | | | 100.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 212 | 0681 0107 | CONTRIBUICAO A COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E CARIBE - CEPAL | | | | | | | 100.000 |
| 04 212 | 0681 0107 0001 | CONTRIBUICAO A COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E CARIBE - CEPAL - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 0 | 100 | 100.000 |

| 0777 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS EM FINANÇAS PUBLICAS E AREAS AFINS | | | | | | | | | 50.000 | |
|--|----------------|--|--|---|---|---|----|---|----------------|---------|
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 04 128 | 0777 2219 | FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA ECONOMICA APLICADA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS | | | | | | | 50.000 | |
| 04 128 | 0777 2219 0001 | FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA ECONOMICA APLICADA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 50.000 |
| 0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | | 200.000 | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 04 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 40.000 |
| 04 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| 04 331 | 0791 2011 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 80.000 |
| 04 331 | 0791 2011 0001 | AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| 04 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 80.000 |
| 04 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| 0797 INFORMACAO E CONHECIMENTO EM POLITICAS PUBLICAS | | | | | | | | | 592.000 | |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 04 571 | 0797 1070 | ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE | | | | | | | | 50.000 |
| 04 571 | 0797 1070 0001 | ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE - NACIONAL | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 50.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 04 121 | 0797 2220 | ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO | | | | | | | | 100.000 |
| 04 121 | 0797 2220 0001 | ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 04 121 | 0797 2221 | ACOMPANHAMENTO E ANALISE DE CONJUNTURA | | | | | | | | 200.000 |
| 04 121 | 0797 2221 0001 | ACOMPANHAMENTO E ANALISE DE CONJUNTURA - NACIONAL | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| 04 121 | 0797 2222 | MONITORAMENTO E AVALIACAO DE | | | | | | | | 50.000 |
| 04 121 | 0797 2222 0001 | POLITICAS PUBLICAS MONITORAMENTO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL | | F | 3 | P | 50 | 0 | 100 | 15.000 |
| | | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 35.000 |
| 04 573 | 0797 2663 | DIFUSAO DE INFORMACOES ECONOMICO-SOCIAIS E DE POLITICAS PUBLICAS | | | | | | | | 150.000 |
| 04 573 | 0797 2663 0001 | DIFUSAO DE INFORMACOES ECONOMICO-SOCIAIS E DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 04 122 | 0797 3597 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO | | | | | | | | 42.000 |
| 04 122 | 0797 3597 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO - NACIONAL | | F | 4 | P | 80 | 2 | 100 | 42.000 |
| 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE | | | | | | | | | 58.000 | |
| PROJETOS | | | | | | | | | | |
| 04 122 | 9990 1777 | AVALIACAO DO IMPACTO DA IMPLANTACAO DA LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | | | | | | | | 58.000 |
| 04 122 | 9990 1777 0001 | AVALIACAO DO IMPACTO DA IMPLANTACAO DA LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - NACIONAL | | F | 3 | P | 80 | 2 | 100 | 58.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000 | |

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R | |
| 0043 | | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE POS-GRADUACAO | | | | | | | | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 364 | 0043 2234 | ENSINO DE POS-GRADUACAO EM ESTATISTICA E GEOCIENCIAS | | | | | | | | 100.000 |
| 12 364 | 0043 2234 0101 | ENSINO DE POS-GRADUACAO EM ESTATISTICA E GEOCIENCIAS - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 | |
| 0752 | | GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | | | 76.600 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04 131 | 0752 2017 | COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | | | 76.600 |
| 04 131 | 0752 2017 0001 | COMUNICACAO DE GOVERNO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 76.600 | |
| 0790 | | CENSO 2000 | | | | | | | | 1.300.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 04 121 | 0790 1082 | CENSO DEMOGRAFICO 2000 | | | | | | | | 1.300.000 |
| 04 121 | 0790 1082 0001 | CENSO DEMOGRAFICO 2000 - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.300.000 | |
| 0791 | | VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO | | | | | | | | 1.023.877 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | | 263.877 |
| 04 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 263.877 | |
| 04 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 150.000 |
| 04 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 | |
| 04 306 | 0791 2012 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 200.000 |
| 04 306 | 0791 2012 0001 | AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 | |
| 04 128 | 0791 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO | | | | | | | | 410.000 |
| 04 128 | 0791 4572 0001 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 410.000 | |
| 0796 | | INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS | | | | | | | | 6.073.583 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 04 121 | 0796 1779 | CENSO AGROPECUARIO | | | | | | | | 450.000 |
| 04 121 | 0796 1779 0001 | CENSO AGROPECUARIO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 450.000 | |
| 04 121 | 0796 1791 | IMPLANTACAO DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO NACIONAL | | | | | | | | 1.407.134 |
| 04 121 | 0796 1791 0001 | IMPLANTACAO DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO NACIONAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.407.134 | |
| 04 121 | 0796 1793 | IMPLANTACAO DO INDICE DE PRECOS AO | | | | | | | | 857.566 |

| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------------|
| 04 121 | 0796 1793 0001 | PRODUTOR IMPLANTACAO DO INDICE DE PRECOS AO PRODUTOR - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 857.566 |
| | | | | | | | | | 857.566 |
| 04 121 | 0796 1795 | PESQUISA DE ECONOMIA INFORMAL URBANA | | | | | | | 100.000 |
| 04 121 | 0796 1795 0001 | PESQUISA DE ECONOMIA INFORMAL URBANA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | 100.000 |
| 04 121 | 0796 2228 | PESQUISAS ESTRUTURAIIS DA AREA SOCIO-DEMOGRAFICA | | | | | | | 616.146 |
| 04 121 | 0796 2228 0001 | PESQUISAS ESTRUTURAIIS DA AREA SOCIO-DEMOGRAFICA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 616.146 |
| 04 121 | 0796 2230 | DISSEMINACAO DE INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS | | | | | | | 200.000 |
| 04 121 | 0796 2230 0001 | DISSEMINACAO DE INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| 04 121 | 0796 2665 | PESQUISAS E ANALISES GEOGRAFICAS E AMBIENTAIS | | | | | | | 533.311 |
| 04 121 | 0796 2665 0001 | PESQUISAS E ANALISES GEOGRAFICAS E AMBIENTAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 533.311 |
| 04 121 | 0796 4227 | PESQUISAS CONJUNTURAIIS | | | | | | | 1.193.758 |
| 04 121 | 0796 4227 0001 | PESQUISAS CONJUNTURAIIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.193.758 |
| | | PROJETOS | | | | | | | 1.193.758 |
| 04 121 | 0796 7547 | PESQUISA DE ORCAMENTOS FAMILIARES | | | | | | | 715.668 |
| 04 121 | 0796 7547 0001 | PESQUISA DE ORCAMENTOS FAMILIARES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 715.668 |
| 0797 INFORMACAO E CONHECIMENTO EM POLITICAS PUBLICAS | | | | | | | | | 40.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 122 | 0797 3597 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO | | | | | | | 40.000 |
| 04 122 | 0797 3597 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO - NACIONAL | F | 3 | P | 80 | 2 | 100 | 40.000 |
| 0799 CARTOGRAFIA NACIONAL | | | | | | | | | 984.412 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 127 | 0799 2229 | MAPEAMENTO TOPOGRAFICO DE REFERENCIA | | | | | | | 500.000 |
| 04 127 | 0799 2229 0001 | MAPEAMENTO TOPOGRAFICO DE REFERENCIA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| 04 571 | 0799 2231 | SISTEMA GEODESICO BRASILEIRO | | | | | | | 80.000 |
| 04 571 | 0799 2231 0001 | SISTEMA GEODESICO BRASILEIRO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 80.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04 126 | 0799 3596 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO E MODERNIZACAO DA CARTOGRAFIA | | | | | | | 404.412 |
| 04 126 | 0799 3596 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO E MODERNIZACAO DA CARTOGRAFIA - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 404.412 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.334.595 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 263.877 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.598.472 |

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|-------|--------------|---------------------------------|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|
|-------|--------------|---------------------------------|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-----------|

| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | | | | | | | | 40.000.000 |
|------------------------------------|----------------|---|---|---|----|---|-----|------------|
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | |
| 20 244 | 0351 0359 | CONTRIBUICAO AO FUNDO SEGURO-SAFRA | | | | | | 40.000.000 |
| 20 244 | 0351 0359 0001 | CONTRIBUICAO AO FUNDO SEGURO-SAFRA - REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - NACIONAL | | | | | | 40.000.000 |
| | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 40.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 40.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 40.000.000 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0625 | | GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | | 75.035 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 122 | 0625 1489 | IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES | | | | | | | 194 |
| 05 122 | 0625 1489 0001 | IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 194 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0625 2873 | DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO PARA A DEFESA NACIONAL | | | | | | | 74.841 |
| 05 572 | 0625 2873 0001 | DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO PARA A DEFESA NACIONAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 15.676 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 59.165 |
| 0643 | | CALHA NORTE | | | | | | | 7.497.553 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 05 784 | 0643 1209 | CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 656 |
| 05 784 | 0643 1209 0010 | CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 656 |
| 05 153 | 0643 1213 | IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 6.486.771 |
| 05 153 | 0643 1213 0010 | IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 6.486.771 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 781 | 0643 2441 | MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 186.348 |
| 05 781 | 0643 2441 0010 | MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.224 |
| | | AERODROMO MANTIDO (UNIDADE)1 | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 185.124 |
| 05 244 | 0643 2444 | APOIO AS COMUNIDADES DA REGIAO DA CALHA NORTE | | | | | | | 823.778 |
| 05 244 | 0643 2444 0010 | APOIO AS COMUNIDADES DA REGIAO DA CALHA NORTE - NA REGIAO NORTE | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 786.028 |
| | | COMUNIDADE ATENDIDA (UNIDADE)39 | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 37.750 |

0646 ASSISTENCIA E COOPERACAO DA AERONAUTICA A SOCIEDADE CIVIL 157.642

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|--|---|---|---|----|---|-----|--------|
| 05 244 | 0646 2862 | ACOES CIVICO-SOCIAIS | | | | | | | | 78.821 |
| 05 244 | 0646 2862 0001 | ACOES CIVICO-SOCIAIS - NACIONAL PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)19347 | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 78.821 |
| | | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 56.997 |
| | | | | | | | | | | 21.824 |
| 05 781 | 0646 2878 | APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS | | | | | | | | 78.821 |
| 05 781 | 0646 2878 0001 | APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS - NACIONAL HORA DE VOO REALIZADA (UNIDADE)26 | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 78.821 |
| | | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 56.997 |
| | | | | | | | | | | 21.824 |

0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 17.182.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
|--------|----------------|---|--|---|---|---|----|---|-----|------------|
| 05 301 | 0791 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES | | | | | | | | 13.500.000 |
| 05 301 | 0791 2004 0001 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)46875 | | S | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 13.500.000 |
| 05 365 | 0791 2010 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS | | | | | | | | 3.682.000 |
| 05 365 | 0791 2010 0001 | ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.682.000 |
| | | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 150.000 |

TOTAL - FISCAL 48.602.709

TOTAL - SEGURIDADE 13.500.000

TOTAL - GERAL 62.102.709

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U D | F T E | VALOR | |
|--------|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-------|-------|------------|------------|
| | | 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO | | | | | | | 30.000.000 | |
| 05 153 | 0628 3144 | MODERNIZACAO DA FORCA TERRESTRE | | | | | | | 25.000.000 | |
| 05 153 | 0628 3144 0001 | MODERNIZACAO DA FORCA TERRESTRE - NACIONAL | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 25.000.000 |
| 05 153 | 0628 3146 | OBTENCAO DE MEIOS ESPECIFICOS | | | | | | | 5.000.000 | |
| 05 153 | 0628 3146 0001 | OBTENCAO DE MEIOS ESPECIFICOS - NACIONAL MEIO OBTIDO (UNIDADE)18056 | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 |

TOTAL - FISCAL 30.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 30.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U D | F T E | VALOR | |
|--------|----------------|--|-------|-------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | 0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL | | | | | | | 8.753 | |
| 05 391 | 0167 2630 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS | | | | | | | 8.753 | |
| 05 391 | 0167 2630 0001 | PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS - NACIONAL BEM PRESERVADO (UNIDADE)1 | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 8.753 |

| 0622 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA | | | | | | 365.401 | | | | | |
|---|----------------|--|--|---|---|------------------|----|-----|-----|-----------|-----------|
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | | |
| 05 152 | 0622 2449 | DOCTRINA E ESTRATEGIA MILITAR DOCTRINA E ESTRATEGIA MILITAR - NACIONAL | | | | | | | | | 34.900 |
| 05 152 | 0622 2449 0001 | | DOCUMENTO PRODUZIDO (UNIDADE)37 | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 34.900 |
| 05 152 | 0622 2861 | FORMACAO DA RESERVA MOBILIZAVEL FORMACAO DA RESERVA MOBILIZAVEL - NACIONAL | | | | | | | | | 270.506 |
| 05 152 | 0622 2861 0001 | | PESSOA MOBILIZAVEL (UNIDADE)1715 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 180.690 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 89.816 | |
| 05 183 | 0622 2866 | ACOES DE CARATER SIGILOSO ACOES DE CARATER SIGILOSO - NACIONAL | | | | | | | | | 30.000 |
| 05 183 | 0622 2866 0001 | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 30.000 |
| 05 128 | 0622 2906 | CAPACITACAO FISICA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA CAPACITACAO FISICA DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA - NACIONAL | | | | | | | | | 29.995 |
| 05 128 | 0622 2906 0001 | | MILITAR CAPACITADO (UNIDADE)14733 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 12.303 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 17.692 | |
| 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL | | | | | | 3.488.924 | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | | | |
| 05 152 | 0626 1944 | MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | | | 2.300.085 |
| 05 152 | 0626 1944 0001 | | NAVIO/SUBMARINO MODERNIZADO (UNIDADE)2 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 12.200 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 2.287.885 | |
| 05 152 | 0626 1948 | OBTENCAO DE MEIOS NAVAIS OBTENCAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | | | 1.188.839 |
| 05 152 | 0626 1948 0001 | | NAVIO/SUBMARINO OBTIDO (UNIDADE)1 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 1.188.839 |
| | | | | | | | | | | | 1.188.839 |
| 0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL | | | | | | 3.004.928 | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | | | |
| 05 572 | 0629 1421 | CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR - NACIONAL | | | | | | | | | 2.394.768 |
| 05 572 | 0629 1421 0001 | | PROTOTIPO CONSTRUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)1 | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 2.394.768 |
| 05 152 | 0629 3215 | DESENVOLVIMENTO, SIMULACAO E AVALIACAO DE TATICAS APLICADAS NA GUERRA NAVAL | | | | | | | | | 84.000 |
| 05 152 | 0629 3215 0001 | | DESENVOLVIMENTO, SIMULACAO E AVALIACAO DE TATICAS APLICADAS NA GUERRA NAVAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 84.000 |
| 05 571 | 0629 3529 | DESENVOLVIMENTO E AVALIACAO DE MEIOS E SISTEMAS NAVAIS DESENVOLVIMENTO E AVALIACAO DE MEIOS E SISTEMAS NAVAIS - NACIONAL | | | | | | | | | 526.160 |
| 05 571 | 0629 3529 0001 | | SISTEMA DESENVOLVIDO E AVALIADO (UNIDADE)2 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 505.733 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 20.427 | |
| 0645 ASSISTENCIA E COOPERACAO DA MARINHA A SOCIEDADE CIVIL | | | | | | 118.579 | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | | |
| 05 244 | 0645 2862 | ACOES CIVICO-SOCIAIS ACOES CIVICO-SOCIAIS - NACIONAL | | | | | | | | | 19.800 |
| 05 244 | 0645 2862 0001 | | PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)2970 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 19.800 |
| PROJETOS | | | | | | | | | | | |
| 05 244 | 0645 3212 | OBTENCAO E MODERNIZACAO DE MEIOS ASSISTENCIAIS OBTENCAO E MODERNIZACAO DE MEIOS ASSISTENCIAIS - NACIONAL | | | | | | | | | 98.779 |
| 05 244 | 0645 3212 0001 | | MEIO OBTIDO/MODERNIZADO (UNIDADE)3 | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 49.389 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | | 49.390 | |
| 0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS | | | | | | 659.998 | | | | | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | | |
| 05 212 | 0681 0123 | CONTRIBUICAO A INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION - IMO CONTRIBUICAO A INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION - IMO - NACIONAL | | | | | | | | | 499.999 |
| 05 212 | 0681 0123 0001 | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 499.999 |
| 05 212 | 0681 0135 | CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO HIDROGRAFICA INTERNACIONAL - OHI CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO HIDROGRAFICA INTERNACIONAL - OHI - NACIONAL | | | | | | | | | 159.999 |
| 05 212 | 0681 0135 0001 | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | | 159.999 |

| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | 289.882 |
|---|----------------|---|---|---|---|----|---|---------|-----------|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | 94.500 | |
| 05 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 94.500 | |
| 05 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | 195.382 | |
| 05 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 195.382 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 191.376 | |
| 0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | | | | 29.332 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 131 | 0752 2017 | COMUNICACAO DE GOVERNO | | | | | | 29.332 | |
| 05 131 | 0752 2017 0001 | COMUNICACAO DE GOVERNO - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 29.332 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.965.797 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.965.797 |

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52133 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR:
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|----------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0472 PROANTAR | | | | | | | | | 607.717 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 571 | 0472 2345 | MISSAO ANTARTICA | | | | | | 23.425 | |
| 05 571 | 0472 2345 0001 | MISSAO ANTARTICA - NACIONAL | | | | | | 23.425 | |
| | | MISSAO EXECUTADA (UNIDADE)6 | F | 3 | P | 90 | 0 | 22.105 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 1.320 | |
| 05 571 | 0472 4595 | MANUTENCAO DA ESTACAO ANTARTICA COMANDANTE FERRAZ | | | | | | 584.292 | |
| 05 571 | 0472 4595 0001 | MANUTENCAO DA ESTACAO ANTARTICA COMANDANTE FERRAZ - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 584.292 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 383.896 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 200.396 | |
| 0474 RECURSOS DO MAR | | | | | | | | | 105.075 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 571 | 0474 1357 | LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA | | | | | | 30.058 | |
| 05 571 | 0474 1357 0001 | LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA - NACIONAL | | | | | | 30.058 | |
| | | AREA LEVANTADA (KM²)279395 | F | 3 | P | 90 | 0 | 6.073 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 23.985 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 571 | 0474 2518 | PESQUISA E MONITORAMENTO OCEANOGRAFICO | | | | | | 36.000 | |
| 05 571 | 0474 2518 0001 | PESQUISA E MONITORAMENTO OCEANOGRAFICO - NACIONAL | | | | | | 36.000 | |
| | | AREA MONITORADA (KM²)1135135 | F | 4 | P | 90 | 0 | 36.000 | |
| 05 571 | 0474 2520 | MANUTENCAO DA ESTACAO CIENTIFICA DO ARQUIPELAGO DE SAO PEDRO E SAO PAULO | | | | | | 18.317 | |
| 05 571 | 0474 2520 0001 | MANUTENCAO DA ESTACAO CIENTIFICA DO ARQUIPELAGO DE SAO PEDRO E SAO PAULO - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 18.317 | |
| 05 571 | 0474 4433 | AVALIACAO DOS RECURSOS NAO VIVOS DA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA | | | | | | 20.700 | |
| 05 571 | 0474 4433 0001 | AVALIACAO DOS RECURSOS NAO VIVOS DA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA - NACIONAL | | | | | | 20.700 | |
| | | AREA AVALIADA (KM²)210000 | F | 3 | P | 90 | 0 | 375 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 20.325 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 712.792 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 712.792 |

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53905 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIAO NORDESTE | | | | | | | | | 99.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0800 0355 | FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE | | | | | | | 99.000.000 |
| 28 846 | 0800 0355 0001 | FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - NACIONAL | | | | | | | 99.000.000 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 99.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 99.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 99.000.000 |

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|
| 0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES) | | | | | | | | | 497.970.172 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0261 | DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP Nº 2.103, DE 2001) | | | | | | | 497.970.172 |
| 28 843 | 0905 0261 0001 | DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP Nº 2.103, DE 2001) - NACIONAL | | | | | | | 497.970.172 |
| | | | F | 6 | F | 90 | 0 | 100 | 497.970.172 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 497.970.172 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 497.970.172 |

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
 UNIDADE : 73105 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|-------|--------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
|-------|--------------|---------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|

0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS 2.162.078
CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|-----------|
| 28 845 | 0903 0032 | ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) | | | | | | | | 700.000 |
| 28 845 | 0903 0032 0053 | ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | | 700.000 |
| 28 845 | 0903 0038 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) | | | | | | | | 1.217.089 |
| 28 845 | 0903 0038 0053 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | | 1.217.089 |
| 28 845 | 0903 0417 | IMPLANTACAO DE SISTEMA ELETRONICO DE MONITORAMENTO A SEGURANCA DE BRASILIA (CF, ART. 21) | | | | | | | | 244.989 |
| 28 845 | 0903 0417 0053 | IMPLANTACAO DE SISTEMA ELETRONICO DE MONITORAMENTO A SEGURANCA DE BRASILIA (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | | 244.989 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 2.162.078 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 2.162.078 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
|---------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|------------|
| | | 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | 53.693.841 | |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 53.693.841 | |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 53.693.841 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 53.693.841 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 53.693.841 |

Aviso nº 1. 204– SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$3.201.123.539,00 para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, **Pedro Parente** Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos

conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

PROJETO DE LEI Nº 95, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 120.003.735,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 120.003.735,00 (cento e vinte milhões, três mil, setecentos e trinta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – excesso de arrecadação oriundo da variação cambial de operações de crédito externas, no valor de R\$ 54.001.180,00 (cinquenta e quatro milhões, mil, cento e oitenta reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 66.002.555,00 (sessenta e seis milhões, dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30202 - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
|--|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDIGENAS | | | | | | | | | | 1.750.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | |
| 14 423 | 0150 6057 | ASSISTENCIA SOCIAL PARA INDIGENAS | | | | | | | 1.750.000 | |
| 14 423 | 0150 6057 0001 | ASSISTENCIA SOCIAL PARA INDIGENAS - NACIONAL | | | | | | | 1.750.000 | |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 750.000 | |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.750.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.750.000 | |

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30999 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-------------------|
| 0664 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL | | | | | | | | | 54.001.180 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 06 181 | 0664 1778 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES DA POLICIA FEDERAL (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) | | | | | | | 5.751.164 |
| 06 181 | 0664 1778 0001 | IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES DA POLICIA FEDERAL (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 148 | 404.650 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 148 | 67.444 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 149 | 5.279.070 |
| 06 181 | 0664 1899 | REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) | | | | | | | 38.871.644 |
| 06 181 | 0664 1899 0001 | REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 148 | 1.447.822 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 148 | 1.912.128 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 149 | 35.511.694 |
| 06 181 | 0664 3832 | INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES DA POLICIA FEDERAL E DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) | | | | | | | 5.736.512 |
| 06 181 | 0664 3832 0001 | INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES DA POLICIA FEDERAL E DO SISTEMA INTEGRADO DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 148 | 337.444 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 148 | 33.720 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 149 | 5.345.348 |
| 06 181 | 0664 7079 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLICIA FEDERAL - PRO-AMAZONIA/PROMOTEC | | | | | | | 3.641.860 |
| 06 181 | 0664 7079 0001 | CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLICIA FEDERAL - PRO-AMAZONIA/PROMOTEC - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 148 | 3.641.860 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 54.001.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 54.001.180 |

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|----------------------------------|----------------|---|-------|-------|-----|-------|-----|-------|-------------------|
| 0666 SEGURANCA DO CIDADAO | | | | | | | | | 61.452.555 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 06 181 | 0666 7885 | INTENSIFICACAO DO POLICIAMENTO EM AREAS CRITICAS | | | | | | | 61.452.555 |
| 06 181 | 0666 7885 0001 | INTENSIFICACAO DO POLICIAMENTO EM AREAS CRITICAS - NACIONAL | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 61.452.555 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 61.452.555 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 61.452.555 |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0750 APOIO ADMINISTRATIVO 2.800.000 | | | | | | | | | |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 18 122 | 0750 2000 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS | | | | | | | 2.600.000 |
| 18 122 | 0750 2000 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 111 | 800.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 1.800.000 |
| 18 122 | 0750 2001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES | | | | | | | 200.000 |
| 18 122 | 0750 2001 0001 | MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL 2.800.000 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 2.800.000 | | | | | | | | | |

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP.

| ANEXO II | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|---|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0666 SEGURANCA DO CIDADAO 31.452.555 | | | | | | | | | |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 06 128 | 0666 7795 | CAPACITACAO DE POLICIAIS, INSTRUTORES POLICIAIS E GUARDAS MUNICIPAIS | | | | | | | 1.630.436 |
| 06 128 | 0666 7795 0001 | CAPACITACAO DE POLICIAIS, INSTRUTORES POLICIAIS E GUARDAS MUNICIPAIS - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 1.630.436 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 1.400.000 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 230.436 |
| 06 181 | 0666 7797 | REAPARELHAMENTO DAS POLICIAS ESTADUAIS E GUARDAS MUNICIPAIS | | | | | | | 580.454 |
| 06 181 | 0666 7797 0001 | REAPARELHAMENTO DAS POLICIAS ESTADUAIS E GUARDAS MUNICIPAIS - NACIONAL | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 580.454 |
| 06 181 | 0666 7799 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLICIAS | | | | | | | 4.405.391 |
| 06 181 | 0666 7799 0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLICIAS - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 500.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 3.305.391 |
| | | | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 600.000 |
| 06 181 | 0666 7807 | IMPLANTACAO DA POLICIA COMUNITARIA | | | | | | | 24.836.274 |
| 06 181 | 0666 7807 0001 | IMPLANTACAO DA POLICIA COMUNITARIA - NACIONAL | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 5.445.287 |
| 06 181 | 0666 7807 0291 | IMPLANTACAO DA POLICIA COMUNITARIA - EM REGIOES METROPOLITANAS - PNSP (PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA) | F | 3 | P | 30 | 0 | 100 | 14.016.500 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 100 | 105.350 |
| | | | F | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| | | | F | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 2.769.137 |
| TOTAL - FISCAL 31.452.555 | | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE 0 | | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL 31.452.555 | | | | | | | | | |

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0501 QUALIDADE AMBIENTAL | | | | | | | | | 2.800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 541 | 0501 2959 | FOMENTO A PROJETOS DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR E PROTECAO DA ATMOSFERA | | | | | | | 2.800.000 |
| 18 541 | 0501 2959 0001 | FOMENTO A PROJETOS DE MELHORIA DA QUALIDADE DO AR E PROTECAO DA ATMOSFERA - NACIONAL | F | 4 | P | 99 | 0 | 111 | 2.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.800.000 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 31.750.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) | | | | | | | 31.750.000 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 31.750.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 31.750.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 31.750.000 |

Aviso nº 1.205 -SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$120.003.735,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 96, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 195.335.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor global de R\$ 195.335.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural em 31 de dezembro de 2001, no valor de R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais);

II – excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas, no montante de R\$ 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 178.935.000,00 (cento e setenta e oito milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA | | | | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|---|-------------------|
| UNIDADE : 25904 - FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL | | | | | | | | | |
| ANEXO | | | | | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0365 SEGURO RURAL | | | | | | | | | 16.400.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 04 694 | 0365 0026 | MANUTENCAO DA ESTABILIDADE DO PREMIO DO SEGURO RURAL | | | | | | | 16.400.000 |
| 04 694 | 0365 0026 0001 | MANUTENCAO DA ESTABILIDADE DO PREMIO DO SEGURO RURAL - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 150 | 10.700.000 |
| | | | F | 3 | P | 90 | 0 | 650 | 5.700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 16.400.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 16.400.000 |
| ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO | | | | | | | | | |
| UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | CREDITO SUPLEMENTAR | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | | | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | 12.355.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 0605 | RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI Nº 9.491, DE 1997) | | | | | | | 12.355.000 |
| 28 846 | 0909 0605 0001 | RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI Nº 9.491, DE 1997) - NACIONAL | F | 3 | F | 90 | 0 | 100 | 12.355.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.355.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.355.000 |

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

| ANEXO I | | | | CRÉDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA-AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF | | | | | | | | | 85.000.000 | |
| OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0351 0281 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 85.000.000 | |
| 20 846 | 0351 0281 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 160 | 85.000.000 | |
| 0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 81.580.000 | |
| OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0294 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS NAS OPERAÇÕES DE CUSTEIO AGROPECUARIO (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 28.000.000 | |
| 20 846 | 0352 0294 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS NAS OPERAÇÕES DE CUSTEIO AGROPECUARIO (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 160 | 28.000.000 | |
| 20 846 | 0352 0298 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 7.000.000 | |
| 20 846 | 0352 0298 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 160 | 7.000.000 | |
| 20 846 | 0352 0611 | EQUALIZAÇÃO DE JUROS DECORRENTES DO ALONGAMENTO DA DÍVIDA DO CRÉDITO RURAL (LEI Nº 9.866, DE 1999) | | | | | | | 46.580.000 | |
| 20 846 | 0352 0611 0001 | EQUALIZAÇÃO DE JUROS DECORRENTES DO ALONGAMENTO DA DÍVIDA DO CRÉDITO RURAL (LEI Nº 9.866, DE 1999) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 159 | 46.580.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 166.580.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 166.580.000 | |

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | | CRÉDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|--|--------|-------------|--------|-------------|--------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA-AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 178.935.000 | |
| OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATÉGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 52.355.000 | |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATÉGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 160 | 40.000.000 | |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 12.355.000 | |
| 20 846 | 0352 0300 | GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (LEI Nº 9.848, DE 1999) | | | | | | | 80.000.000 | |
| 20 846 | 0352 0300 0001 | GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (LEI Nº 9.848, DE 1999) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 160 | 80.000.000 | |
| 20 843 | 0352 0373 | EQUALIZAÇÃO DE JUROS E BÔNUS DE ADIPLÊNCIA NO ALONGAMENTO DE DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DO CRÉDITO RURAL (LEIS Nº 9.138, DE 1995 E Nº 9.866, DE 1999) | | | | | | | 46.580.000 | |
| 20 843 | 0352 0373 0001 | EQUALIZAÇÃO DE JUROS E BÔNUS DE ADIPLÊNCIA NO ALONGAMENTO DE DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DO CRÉDITO RURAL (LEIS Nº 9.138, DE 1995 E Nº 9.866, DE 1999) - NACIONAL | F | 3 | P | 90 | 0 | 159 | 46.580.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 178.935.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 178.935.000 | |

Aviso nº 1.206-SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$195.335.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, _ **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar à indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos es-

tritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura das créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis pare ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1984)

§ 1º Considerem-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1984)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1984)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para as fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1984)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo

e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º E vedada à suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

LEI Nº 10.437, DE 25 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.398, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre a desvinculação de ações do Banco do Brasil S.A depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal.

LEI Nº 9.866, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e de dívidas para com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, que foram reescaladas no exercício de 1997, das operações de custeio e colheita da safra 1997/1998, à luz de resolução do Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

LEI Nº 9.848, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

Altera dispositivos das Leis nºs 9.138, de 29 de novembro de 1995, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 9.126, de 10 de

novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural; sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; autoriza o Poder Executivo a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF, vencidas e prorrogadas a partir de 1991; e a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos

Fundos Constitucionais e com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 97, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de R\$ 142.091.424,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 142.091.424,00 (cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - excesso de arrecadação de operações de crédito internas e externas, no valor de R\$ 108.570.266,00 (cento e oito milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sessenta e seis reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 33.521.158,00 (trinta e três milhões, quinhentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

| ANEXO I | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|--|-------------|--------|-------------|-------------|--------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U T | F T | V A L O R |
| | 0041 | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO | | | | | | | 52.242.624 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 12.364 | 0041.3714 | MODERNIZACAO E CONSOLIDACAO DA INFRA-ESTRUTURA ACADEMICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO | | | | | | | 52.242.624 |
| 12.364 | 0041.3714.0001 | MODERNIZACAO E CONSOLIDACAO DA INFRA-ESTRUTURA ACADEMICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO - NACIONAL | F | 4 | P | 90 | 0 | 100 | 9.412.258 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 147 | 11.922.450 |
| | | | F | 4 | P | 90 | 0 | 149 | 30.907.816 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 52.242.624 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 52.242.624 |

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0004 | | QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS | | | | | | | 67.348.800 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 302 | 0004 3923 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - REFORSUS | | | | | | | 67.348.800 |
| 10 302 | 0004 3923 0001 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - REFORSUS - NACIONAL | S | 3 | P | 90 | 0 | 148 | 8.740.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 3 | 151 | 49.600 |
| | | | S | 4 | P | 30 | 0 | 148 | 35.000.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 148 | 15.000.000 |
| | | | S | 4 | P | 50 | 0 | 148 | 7.000.000 |
| | | | S | 4 | P | 90 | 3 | 151 | 1.559.200 |
| 0009 | | PROFISSIONALIZACAO DA ENFERMAGEM | | | | | | | 22.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 363 | 0009 3881 | QUALIFICACAO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAUDE | | | | | | | 22.500.000 |
| 10 363 | 0009 3881 0001 | QUALIFICACAO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAUDE - NACIONAL | | | | | | | 22.500.000 |
| | | PROFISSIONAL QUALIFICADO (UNIDADE)27134 | S | 3 | P | 90 | 2 | 100 | 2.500.000 |
| | | | S | 3 | P | 90 | 2 | 151 | 20.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 89.848.800 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 89.848.800 |

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| 0001 SAUDE DA FAMILIA | | | | | | | | | 8.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 10 301 | 0001 0587 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA | | | | | | | 2.500.000 |
| 10 301 | 0001 0587 0035 | ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 40 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| 10 301 | 0001 0589 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA A SAUDE DA FAMILIA | | | | | | | 5.500.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0033 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 2.000.000 |
| 10 301 | 0001 0589 0035 | INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 2.000.000 |
| | | | S | 3 | P | 40 | 0 | 151 | 3.500.000 |
| 0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS | | | | | | | | | 16.108.800 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 302 | 0004 3863 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS | | | | | | | 4.500.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0011 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0012 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0013 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 300.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0014 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0015 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARA | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 200.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0016 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 300.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0022 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PIAUI | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 200.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0023 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 200.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0027 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0028 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | 500.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0032 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | 200.000 |
| | | | S | 4 | P | 40 | 0 | 151 | 100.000 |

| | | | | | | | | | | | |
|--------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|--|------------------------------|
| 10 302 | 0004 3863 0033 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | 1.500.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0053 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO DISTRITO FEDERAL | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | | | 1.500.000 500.000 |
| 10 302 | 0004 3863 0065 | IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | S | 4 | P | 90 | 0 | 151 | | | 500.000 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS | S | 4 | P | 30 | 0 | 151 | | | 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0011 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA | | | | | | | | | 11.608.800 300.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0012 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 300.000 608.800 |
| 10 302 | 0004 3868 0013 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 608.800 1.300.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0014 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 1.300.000 700.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0015 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 700.000 300.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0016 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 300.000 400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0017 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 400.000 400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0022 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PIAUI | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 400.000 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0023 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 200.000 300.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0024 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 300.000 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0025 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA PARAIBA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 200.000 400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0026 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 400.000 400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0027 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 400.000 400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0028 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 400.000 300.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0029 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA BAHIA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 300.000 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0032 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 200.000 200.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0033 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 200.000 1.400.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0035 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 1.400.000 1.500.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0041 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PARANA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 1.500.000 188.557 |
| 10 302 | 0004 3868 0042 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | | | 188.557 100.000 |

| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------|
| 10 302 | 0004 3868 0043 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 |
| | | | | | | | | | 100.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0051 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 100.000 |
| | | | | | | | | | 660.755 |
| 10 302 | 0004 3868 0052 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE GOIAS | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 550.755 |
| | | | S | 3 | P | 50 | 0 | 151 | 110.000 |
| | | | | | | | | | 500.000 |
| 10 302 | 0004 3868 0053 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO DISTRITO FEDERAL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 500.000 |
| | | | | | | | | | 50.688 |
| 10 302 | 0004 3868 0067 | MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 50.688 |
| | | | | | | | | | 500.000 |
| | | | S | 3 | P | 30 | 0 | 151 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 24.108.800 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 24.108.800 |

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| 0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 9.412.358 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) | | | | | | | 9.412.358 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL | | | | | | | 9.412.358 |
| | | | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 9.412.358 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.412.358 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.412.358 |

Aviso nº 1.207 -SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de R\$142.091.424,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, _ **Pedro Parente** Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Art.12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa

de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo. desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

– o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964.)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das

operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art.. 8º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 98, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 63.479.999,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 63.479.999,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|--|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-------------------|
| | | | S | N | P | O | U | T | |
| | | | F | D | | D | | E | |
| 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES | | | | | | | | | 14.960.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 784 | 8035 1040 | INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA | | | | | | | 14.960.000 |
| 26 784 | 8035 1040 0002 | INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO ESTADO DO PARA | | | | | | | 14.960.000 |
| | | | F | 4 | P | 40 | 0 | 111 | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 99 | 0 | 111 | 9.960.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.960.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.960.000 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39208 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS | | | | | | | | | 33.519.999 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 26 783 | 0222 5884 | IMPLANTACAO DO METRO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 33.519.999 |
| 26 783 | 0222 5884 0002 | IMPLANTACAO DO METRO DO RIO DE JANEIRO - LIGACAO METRO LINHAS 3/4 | F | 4 | P | 30 | 0 | 111 | 33.519.999 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 33.519.999 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 33.519.999 |

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------------------|
| | | | | | | | | | |
| 0235 CORREDOR NORDESTE | | | | | | | | | 15.000.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 26 784 | 0235 3736 | MELHORIA DA NAVEGACAO DA HIDROVIA DO PARNAIBA | | | | | | | 3.000.000 |
| 26 784 | 0235 3736 0001 | MELHORIA DA NAVEGACAO DA HIDROVIA DO PARNAIBA - NACIONAL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)I | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 3.000.000 |
| 26 784 | 0235 3748 | CONSTRUCAO DAS ECLUSAS DE BOA ESPERANCA NO RIO PARNAIBA | | | | | | | 7.000.000 |
| 26 784 | 0235 3748 0022 | CONSTRUCAO DAS ECLUSAS DE BOA ESPERANCA NO RIO PARNAIBA - NO ESTADO DO PIAUI OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)I | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 7.000.000 |
| 26 784 | 0235 3758 | CONSTRUCAO DO TERMINAL DE GRANEIS LIQUIDOS DO PORTO DE LUIZ CORREA | | | | | | | 5.000.000 |
| 26 784 | 0235 3758 0022 | CONSTRUCAO DO TERMINAL DE GRANEIS LIQUIDOS DO PORTO DE LUIZ CORREA - NO ESTADO DO PIAUI OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)I | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 5.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

| ANEXO II | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS | | | | | | | | | 33.519.999 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 26 783 | 0222 5884 | IMPLANTACAO DO METRO DO RIO DE JANEIRO | | | | | | | 33.519.999 |
| 26 783 | 0222 5884 0002 | IMPLANTACAO DO METRO DO RIO DE JANEIRO - LIGACAO METRO LINHAS 3/4 | F | 4 | P | 30 | 0 | 111 | 33.519.999 |
| 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES | | | | | | | | | 14.960.000 |
| PROJETOS | | | | | | | | | |
| 26 784 | 8035 1040 | INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA | | | | | | | 14.960.000 |
| 26 784 | 8035 1040 0002 | INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO ESTADO DO PARA | F | 4 | P | 40 | 0 | 111 | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | P | 99 | 0 | 111 | 9.960.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 48.479.999 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 48.479.999 |

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | CREDITO ESPECIAL | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | V A L O R |
| 0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES) | | | | | | | | | 15.000.000 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 28 843 | 0905 0261 | DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP N° 2.103, DE 2001) | | | | | | | 15.000.000 |
| 28 843 | 0905 0261 0001 | DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP N° 2.103, DE 2001) - NACIONAL | F | 6 | F | 90 | 0 | 111 | 15.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 15.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 15.000.000 |

Aviso nº 1.208 –SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$63.479.999,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adiciona-

is, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.103-42,
DE 22 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 99, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 35.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ORGÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-----|----|-----|---|------|------------|
| UNIDADE : 73105 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| ANEXO I | | | PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | IND | RP | MOD | U | FT E | VALOR |
| 0903 | | OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA | | | | | | | 35.000.000 |
| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 845 | 0903 0032 | ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) | | | | | | | 35.000.000 |
| 28 845 | 0903 0032 0053 | ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL | P | 4 | P | 30 | 0 | 100 | 35.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 35.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 35.000.000 |

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

| ANEXO II | | | CRÉDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|--|----------------|---|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR | | | | | | | | | 22.615.642 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 20 846 | 0352 0299 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) | | | | | | | 22.615.642 |
| 20 846 | 0352 0299 0001 | FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL | F | 5 | F | 90 | 0 | 100 | 22.615.642 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.615.642 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.615.642 |

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

| ANEXO II | | | CRÉDITO SUPLEMENTAR | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|----------------------------------|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 12.384.358 |
| OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| 99 999 | 0999 0998 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 12.384.358 |
| 99 999 | 0999 0998 0105 | RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL | F | 9 | F | 99 | 0 | 100 | 12.384.358 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.384.358 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.384.358 |

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes do excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

Aviso nº 1.209 -SAP/C.Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$35.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

PROJETO DE LEI Nº 100, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 22.232.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 22.232.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação de receitas vinculadas do Tesouro Nacional, no que se refere à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

| ORÇAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES | | | | | | | | | | |
|--|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------|-------------------|
| UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT | | | | | | | | | | |
| ANEXO | | | CREDITO SUPLEMENTAR | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) | | | RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00 | | | | | | | |
| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | | 0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL | | | | | | | | 22.232.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 26 782 | 0220 2834 | RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS | | | | | | | 22.232.000 | |
| 26 782 | 0220 2834 0033 | RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | F | 4 | P | 90 | 0 | 111 | 22.232.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 22.232.000 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 22.232.000 | |

Aviso nº 1.210 – SAP/C. Civil

Brasília, 31 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$22.232.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas

para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 9-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 17-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 22-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

Até 2-12 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Jorge.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 156/2002

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores Amir Lando, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho e João Alberto Souza, como membros titulares, em substituição, respectivamente, aos Senadores Marluce Pinto, Mauro Miranda, Roberto Requião e Fernando Ribeiro, que irão integrar a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 48, de 26 de junho de 2002, que “Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Amir Lando
Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho
João Alberto Souza

Suplentes

Alberto Silva
Pedro Simon
Renan Calheiros
Maguito Vilela.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 902-L-PFL/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 74, de 23 de outubro de 2002, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado Paulo Marinho
Deputado Darci Coelho

Suplente

Deputado Aroldo Cedraz
Deputado João Ribeiro.

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 904-L-PFL/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que “Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado Rodrigo Maia
Deputado Jorge Khoury

Suplente

Deputado Chico Sardelli
Deputado João Carlos Bacelar

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0906-L-PFL/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 76, de 25 de outubro de 2002, que “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado José Carlos Fonseca Júnior
Deputado Pedro Fernandes

Suplente

Deputado Salomão Cruz
Deputado José Melo

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 908-L-PFL/2002-11-05

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que "Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mútuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e

dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo

Deputado Ronaldo Caiado
Deputado Aberlardo Lupion

Suplente

Deputado Carlos Alberto Rosado
Deputado Crescêncio Pereira Junior
Atenciosamente, _ Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 5-11-2002, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA Às 15h 30min

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1998 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95, na Casa de origem), que *regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal* (regulamenta a concessão de bolsa de estudo a estudantes carentes não atendidos pela rede pública), tendo

Pareceres sob nºs 826, 827 e 828, de 2002, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, pela aprovação da matéria contida no Projeto e no Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, incorporando contribuição de ambas as iniciativas, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e

- de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com subemenda, que apresenta; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1999 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que *institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências*, tendo

Pareceres sob nºs 826, 827, 828 e 984, de 2002, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo);

- de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com subemenda, que apresenta; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999), favorável, proferido antes da aprovação do Requerimento nº 783, de 1999, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2002 (nº 1.523/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 569, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2002 (nº 997/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 767, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2002 (nº 1.028/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 573, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2002 (nº 1.101/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brilhante, Estado de Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 574, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2002 (nº 1.113/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 575, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2002 (nº 1.138/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio a Mariluz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 769, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2002 (nº 1.149/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 576, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15horas e 3minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas durante a 4ª Sessão Legislativa Ordinária 51ª Legislatura

(1º a 31 de outubro de 2002)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

| |
|---|
| De iniciativa da Câmara dos Deputados ..4 |
| Total.....4 |

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Toboado – MS.

Sessão: 31.10.2002

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

| |
|---------------------------------------|
| De iniciativa do Senado Federal.....3 |
| Total.....3 |

Projeto de Lei do Senado nº 467, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para autorizar ao defensor levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.10.2002

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.10.2002

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2002, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *adota a Baleia Franca como Símbolo Nacional do Ecoturismo.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.10.2002

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

| | |
|--|-----------|
| De iniciativa da Câmara dos Deputados... | 22 |
| Total..... | 22 |

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia - ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.*

Sessão: 29.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta - FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás.*

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.*

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.*

Sessão: 31.10.2002

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

Sessão: 31.10.2002

MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES

| |
|--|
| De iniciativa do Presidente da República...2 |
| Total..... 2 |

Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor *João Otávio de Noronha*, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite.

Sessão: 30.10.2002

Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Leite Pereira Filho*, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Sessão: 30.10.2002

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DA EFICÁCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

| |
|---------------------|
| Total..... 1 |
|---------------------|

Medida Provisória nº 38, de 2002, que *dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regimes especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos **antidumping** e compensatórios, e dá outras providências.*

(Declaração de perda de eficácia publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 11.10.2002, pág. 2 e no Diário do Senado Federal de 17.10.2002, pág. 18.451.)

MATÉRIA REJEITADA E ENVIADA AO ARQUIVO

| | |
|-------------------------|----------|
| Do Senado Federal | 1 |
| Total..... | 1 |

Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2000, de autoria do Senador Tião Viana, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no que respeita à aplicação da pena de cassação de outorga de serviço de radiodifusão.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.10.2002

OUTRAS DELIBERAÇÕES

| | |
|--------------------------------------|----------|
| De iniciativa do Senado Federal..... | 5 |
| Total..... | 5 |

Requerimento nº 509, de 2002, da Senadora Emília Fernandes, solicitando *homenagens de pesar pelo falecimento do sociólogo José Eduardo Utzig, ocorrido no dia 8.10.2002.*

Sessão: 9.10.2002

Requerimento nº 512, de 2002, do Senador Francelino Pereira, solicitando *homenagens de pesar pelo falecimento do médico João Resende Alves, ocorrido em Belo Horizonte.*

Sessão: 11.10.2002

Requerimento nº 506, de 2002, do Senador Pedro Simon e outros Senadores, solicitando *a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento, completado no último dia 12.*

Sessão: 29.10.2002

Requerimento nº 513, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando *que a Hora do Expediente da sessão do dia 19 de novembro vindouro seja destinada a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.*

Sessão: 29.10.2002

Requerimento nº 518, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando *homenagens de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga.*

Sessão: 29.10.2002

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de outubro de 2002)

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Deliberativas Ordinárias | 5 |
| Não deliberativas | 5 |
| Reunião | 8 |
| Total..... | 18 |

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de outubro de 2002)**

| | |
|---|-----------|
| MATÉRIAS APROVADAS..... | 31 |
| Projetos aprovados e enviados à sanção | 4 |
| Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados | 3 |
| • <i>Por decisão terminativa</i> | 3 |
| • <i>Projeto de Lei do Senado</i> | 3 |
| Projetos aprovados e enviados à promulgação | 22 |
| • <i>Concessões de telecomunicações</i> | 22 |
| Escolha de Autoridades..... | 2 |
| MATÉRIA ENVIADA AO ARQUIVO | 1 |
| Matéria rejeitada e enviada ao Arquivo | 1 |
| TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS..... | 32 |
| ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DA EFICÁCIA DE MEDIA PROVISÓRIA | 1 |

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE
FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2002**

| SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de outubro de 2002) | |
|---|------------|
| Deliberativas Ordinárias | 67 |
| Deliberativas Extraordinárias | 9 |
| Não Deliberativas | 40 |
| Especial | 3 |
| Reunião | 12 |
| Total..... | 131 |

| | |
|--|------------|
| MATÉRIAS APROVADAS..... | 546 |
| Projeto de Lei de Conversão aprovada e enviada à sanção | 9 |
| Propostas de Emendas à Constituição aprovadas e enviadas à promulgação | 3 |
| Medidas Provisórias aprovadas e enviadas à promulgação | 15 |
| Projeto de Lei de Conversão aprovado e devolvido à Câmara dos Deputados .. | 1 |

| | |
|---|------------|
| Projetos aprovados e enviados à sanção | 67 |
| Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados | 105 |
| • <i>Por decisão terminativa</i> | 71 |
| • <i>Projeto de Lei do Senado Federal</i> | 71 |
| • <i>Por decisão de Plenário</i> | 34 |
| • <i>De iniciativa do Presidente da República</i> .. | 1 |
| • <i>De autoria do Senado Federal</i> | 17 |
| • <i>De autoria da Câmara dos Deputados</i> . | 7 |
| • <i>De autoria da Comissão Mista</i> | 9 |
| Projetos aprovados e enviados à promulgação | 286 |
| • <i>Concessões de telecomunicações</i> | 204 |
| • <i>Acordos Internacionais</i> | 28 |
| • <i>Operações de crédito</i> | 52 |
| • <i>Plano de Carreira dos Servidores do Senado</i> | 1 |
| • <i>Alteração no Regimento Interno do Senado</i> | 1 |
| | |
| Escolha de Chefes de Missão Diplomática..... | 17 |
| Escolha de Autoridades..... | 28 |
| Convocação de Ministros de Estado | 5 |
| Parecer aprovado pelo Plenário | 3 |
| Requerimento de voto de aplauso, censura ou semelhante..... | 7 |
| | |
| MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO | 47 |
| Matérias declaradas prejudicadas | 13 |
| Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo | 24 |
| Matérias retiradas pelo autor | 10 |
| | |
| TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS | 593 |
| | |
| ATO DA MESA DO SENADO FEDERAL DE CARÁTER LEGISLATIVO..... | 1 |
| | |
| ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA..... | 4 |
| | |
| ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO A PERDA DA EFICÁCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA | 1 |
| | |
| REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS | 1 |

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

| Nº DO OFÍCIO | DESTINATÁRIO | ASSUNTO |
|-------------------------|--|--|
| MENSAGEM Nº 188 – SF | Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República | Encaminhando exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B”, ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SGM Nº 454/2002 | Embaixador João Carlos de Souza-Gomes – Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso do Ministério das Relações Exteriores. | Solicitando seja conferida prioridade ao processo de concessão de vistos aos acadêmicos Dr. Bruce Berkowitz, da Hoover Institution – Stanford University, residente em Alexandria, Virginia e ao Dr. Thomas C. Bruneau, Diretor do Centro de Relações Cívicas-Militares da Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos da América, residente em Monterey, Califórnia. |
| OF.SF Nº 999/2002 | Sr. Ronaldo Mota Sardenberg – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. | Encaminhando exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B”, ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|--|
| OF.SF Nº 1.000/2002 | Deputado Aécio Neves – Presidente da Câmara dos Deputados. | Encaminhando exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B”, ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF Nº 1.001/2002 | Sr. Pedro Parente – Ministro de Estado da Casa Civil. | Encaminhando exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B”, ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF Nº 1.002/2002 | Sr. Francisco Gomide – Ministro de Estado de Minas e Energia. | Para conhecimento e providências que se fizerem necessárias, encaminha exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B”, ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|---|---|
| OF.SF Nº 1.003/2002 | Professor Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa – Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Universidade através da participação dos eminentes professores Luiz Pinguelli Rosa, Maurício Tolmasquim, Adilson de Oliveira e Bautista Vidal, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF Nº 1.004/2002 | Professor Adolpho José Melfi – Magnífico Reitor da Universidade Federal de São Paulo. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Universidade através da participação do professor Ildo Sauer, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|---|
| OF.SF N° 1.005/2002 | Professor Roberto Cláudio Frota Bezerra – Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Universidade através da participação do professor Expedito Parente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.063/2002 | Sr. Antônio Carlos Tatit Holdz – Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Secretaria através da participação do Sr. Afonso Henriques Moreira dos Santos, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|--|
| OF.SF N° 1.064/2002 | Sr. Francisco Roberto André Gros – Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Companhia de petróleo através da participação de seu ex-Presidente, Sr. Henri Philippe Reichstul, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.065/2002 | Sr. Jerson Kelman – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Presidente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|---|--|
| OF.SF N° 1.066/2002 | Sr. Airson Bezerra Lócio – Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Presidente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao n° 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final n° 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento n° 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.067/2002 | Sr. Mozart de Siqueira Campos Araújo – Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Presidente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao n° 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final n° 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento n° 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|--|
| OF.SF N° 1.068/2002 | Sra. Evonice Aires Campos – Coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Coordenadora, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.069/2002 | Sr. Jayme Buarque de Holanda – Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética - INEE. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Diretor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|---|
| OF.SF N° 1.070/2002 | Sr. Marcelo Graziano – Diretor da Brasil Solar Eletro- Eletrônicos Ltda. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Diretor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao n° 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final n° 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento n° 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.071/2002 | Professor Amaro Henrique Pessoa Lins – Diretor da Escola de Engenharia de Pernambuco. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Professor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao n° 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final n° 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento n° 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|---|---|
| OF.SF Nº 1.072/2002 | Sr. José Antônio Muniz Lopes – Presidente da Eletronorte. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Presidente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF Nº 1.073/2002 | Sr. José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Diretor-Geral, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|--|---|
| OF.SF Nº 1.074/2002 | Sr. Orlando Gonzales – Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Associação, através da participação do Sr. Luiz Carlos Silveira Guimarães, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF Nº 1.075/2002 | Sr. Valfrido Victorino Ávila – Presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - Abraceel. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Presidente, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|---|---|
| OF.SF N° 1.076/2002 | Sr. Paulo Henrique Siqueira Born – Diretor de Assuntos Regulatórios da Empresa Duke Energy International Geração Paranapanema S.A.. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Diretor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.077/2002 | Sr. Luciano Pacheco Santos – Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Senhor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

| | | |
|------------------------|---|---|
| OF.SF N° 1.078/2002 | Sr. Peter Greiner – Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquele Senhor, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |
| OF.SF N° 1.080/2002 | Sr. Adjarma Azevedo – Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia - Abrace. | Encaminha, tendo em vista a colaboração prestada por aquela Associação, através do Senhor Paulo Ludmer, Diretor-Executivo daquela instituição, exemplar do Diário do Senado Federal, suplemento “B” ao nº 99, do dia 29.8.2002, contendo a publicação do Relatório Final nº 2, de 2002-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Especial Mista criada no Congresso Nacional através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, tendo como objetivo estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propondo alternativas ao seu equacionamento. |

RELATÓRIO

OUTUBRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS
FEVEREIRO / OUTUBRO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....26
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....26

| PARECERES | PDS | PLC | PLS(T) | PLS(NT) | PRS | REQUERIMENTOS | AVISOS | EMENDAS | DIVERSOS | MSF |
|-----------------------|------------|-----------|-----------|-----------|----------|---------------|----------|----------|----------|----------|
| PELA APROVAÇÃO | 357 | 23 | 21 | 06 | - | 36 | - | - | - | - |
| PELA REJEIÇÃO | - | 03 | 02 | 03 | - | - | - | - | - | - |
| PELA PREJUDICIALIDADE | - | - | 02 | - | - | - | - | - | - | - |
| PELO ARQUIVAMENTO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PELO SOBRESTAMENTO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PELA AUDIÊNCIA DA CCJ | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 357 | 26 | 25 | 09 | - | 36 | - | - | - | - |

TOTAL GERAL: 473

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2002

OUTUBRO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....01
Total de Proposições Apreciadas.....33

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

| PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS) | OUTUBRO |
|---------------------------------------|-----------|
| PELA APROVAÇÃO | 31 |
| PELA REJEIÇÃO | - |
| PELA PREJUDICIALIDADE | - |
| PELO ARQUIVAMENTO | - |
| PELA AUDIÊNCIA DA CCJ | - |
| TOTAL | 31 |

| PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC) | OUTUBRO |
|---------------------------------|-----------|
| PELA APROVAÇÃO | 01 |
| PELA REJEIÇÃO | - |
| PELA PREJUDICIALIDADE | - |
| PELO ARQUIVAMENTO | - |
| PELA AUDIÊNCIA DA CCJ | - |
| TOTAL | 01 |

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

| PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS) | OUTUBRO |
|---------------------------------|-----------|
| PELA APROVAÇÃO | - |
| PELA REJEIÇÃO | 01 |
| PELA PREJUDICIALIDADE | - |
| PELO ARQUIVAMENTO | - |
| PELA AUDIÊNCIA DA CCJ | - |
| TOTAL | 01 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL


Nº 302, de 04 de NOVENBRO de 2002. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações elaboradas pela Advocacia do Senado, para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2732, requerida pela Confederação Nacional do Comércio – CNC.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dois, quarta-feira, às 11 horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Gilberto Mestrinho e Juvêncio da Fonseca e Deputados Armando Monteiro e Dr. Hélio membros da Comissão Mista destinada a apreciar o Projeto de Decreto Legislativo, para regular as relações jurídicas decorrentes da vigência da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 038, adotada em 14 de maio de 2002, que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos antidumping e compensatórios, e dá outras providências”. Não havendo *quorum* regimental para a abertura dos trabalhos, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2002


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Chefe do Serviço

Ata da 121ª Sessão Deliberativa Ordinária em 5 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão,
Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares –
Arlindo Porto – Bello Parga – Benício Sampaio – Ber-
nardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casil-
do Maldaner – Edison Lobão – Emília Fernandes – Fer-
nando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Ge-
raldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gil-
berto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris
Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jo-
nas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Eduardo Dutra – José Jorge – José Sarney – Ju-
vêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg
Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio –
Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do
Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro
Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti –
Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet –
Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire –
Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma –
Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Ma-
chado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir
Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) –
A lista de oradores acusa o comparecimento de 68 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos traba-
lhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozaril-
do Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2002

(Nº 1.746/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permis-
são à Ita Ondas S/C LTDA., para explorar
serviço de radiodifusão sonora em fre-
quência modulada na cidade de Hidro-
lândia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Por-
taria nº 425, de 7 de agosto de 2001, que outorga per-
missão à Ita Ondas S/C Ltda. para explorar, por dez
anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifu-
são sonora em frequência modulada na cidade de Hi-
drolândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

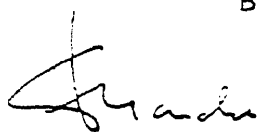
MENSAGEM Nº 996, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

- 1 - Portaria nº 424, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Sociedade Vera Cruz Ltda., na cidade de Barro Alto-GO;
- 2 - Portaria nº 425, de 7 de agosto de 2001 – Ita Ondas S/C Ltda., na cidade de Hidroândia-GO;
- 3 - Portaria nº 426, de 7 de agosto de 2001 – Robi – Rádio e Comunicações Ltda., na cidade de Machadinho D'Oeste-RO;
- 4 - Portaria nº 427, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Centro-Norte de Comunicação Ltda., na cidade de Rio Quente-GO;
- 5 - Portaria nº 429, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., na cidade de São Miguel do Araguaia-GO;
- 6 - Portaria nº 436, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Comunicativa FM Ltda., na cidade de Jussara-GO;
- 7 - Portaria nº 439, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitoriosa de Comunicações Ltda., na cidade de Senador Canedo-GO;
- 8 - Portaria nº 440, de 7 de agosto de 2001 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., na cidade de São Sebastião do Paraíso-MG;
- 9 - Portaria nº 444, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda., na cidade de Santa Leopoldina-ES, e
- 10 - Portaria nº 446, de 7 de agosto de 2001 – Telecomunicações Formoso Ltda., na cidade de Montividiu-GO.

Brasília, 17 de setembro de 2001.



MC 00500 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 010/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ita Ondas S/C Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 425 ,DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES. no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000874/2000, Concorrência nº 010/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Ita Ondas S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PIMENTA DA VEIGA

ITA ONDAS S/C LTDA.**CONTRATO SOCIAL**

WAGNER LUIZ DA PAIXÃO BORGES VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua 8A nº 10, aptº 200, Setor Oeste, Goiânia/GO, identidade nº 844.292/2ª via/SSP/GO e CPF nº 186.942.921-49 e **MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua C 137 Quadra 209 Lote 2, Jardim América, Goiânia/GO, identidade nº 1.502.200-SSP/GO e CPF nº 438.579.221-68, pelo presente instrumento particular de contrato social, constituem uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, visando explorar serviços de radiodifusão, entidade esta que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - A sociedade girará sob a denominação de **ITA ONDAS S/C LTDA.**, e terá como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlato, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA II - A Sede da Sociedade será na Rua 104 nº 454, sala 505, Ed. Jorge F. Najjar – Setor Sul – Goiânia/GO, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA III - O Foro da Sociedade será o da Comarca de Goiânia/GO, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), representado por 60.000 (sessenta mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, ficando assim distribuído entre os cotistas:

| COTISTAS | COTAS | VALOR R\$ |
|--|--------|-----------|
| 1. WAGNER LUIZ DA PAIXÃO BORGES VIEIRA | 36.000 | 36.000,00 |
| 2. MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS | 24.000 | 24.000,00 |
| TOTAL | 60.000 | 60.000,00 |

CLÁUSULA VI - A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- a - 20% (vinte por cento) do capital, ou seja, R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no ato da assinatura do presente instrumento; e,
- b - Os restantes R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) serão integralizados de acordo com o interesse da sociedade no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA VII - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º In fine do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA VIII - As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA IX - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

§ Primeiro - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros;

§ Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Entidade serão brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete, in solidum ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

CLÁUSULA XV - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Gerente, o cotista **MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XVI - O Sócio-Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVII - É expressamente proibido ao Sócio-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLÁUSULA XVIII - A título de pró-labore, o Sócio-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural deste logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa, e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XIX - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XX - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXI - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro a faculdade de optar entre:

- a - a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes; ou,
- b - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da Cláusula XIX deste instrumento, caso, por motivo qualquer não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA XXII - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA XXIII - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto número 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto número 91.837/85.

CLÁUSULA XXIV - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXVI - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVII - A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade a fim.

CLÁUSULA XXIX - Não sendo ou deixando de ser permissionária ou concessionária de serviço de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio dos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XXX - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

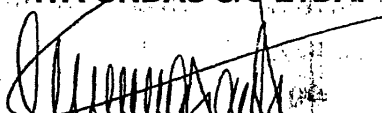
E, assim, por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram digitar o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na anverso de 06 (seis) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que o levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

Goiânia/GO, 03 de abril de 2000


WAGNER LUIZ DA PAIXÃO BORGES VIEIRA

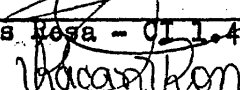

MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
ITA ONDAS S/C LTDA.


MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS
Sócio-Gerente

TESTEMUNHAS:

1ª 
Ezio Nunes Rosa - CI 1.423.842 SSP/GO

2ª 
Raquel Cândida Jaime Nunes - CI 2.825.852 SSP/GO

W. SAMPAIO
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
RUA 03, Nº 1.209 - CENTRO - FONE.: 224-4209
Apresentado hoje, Protocolado, Registrado e
Digitalizado sob Nº 174318
Emolumentos R\$: 180,00
Goiânia, 18 ABR. 2000


Marcus Borges Sampaio
Sub-Oficial

ANEXO II
DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente **ITA ONDAS S/C LTDA.**, declara que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, nas localidades de **HIDROLÂNDIA** e **SENADOR CANEDO**, Estado de **GOIÁS**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga:

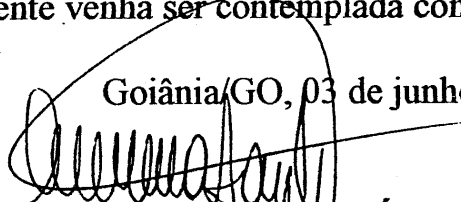
b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão nas localidades objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha ser contemplada com a outorga.

Goiânia/GO, 03 de junho de 2000


MARCOS ROBERTO CUSTÓDIO SANTOS
CPF nº 438.579.221-68
Sócio-Gerente

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2002
(Nº 2.004/2002, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de março de 2002, que outorga concessão à Fundação Cultural Mangabeiras para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MSC 208/2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 21 de março de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

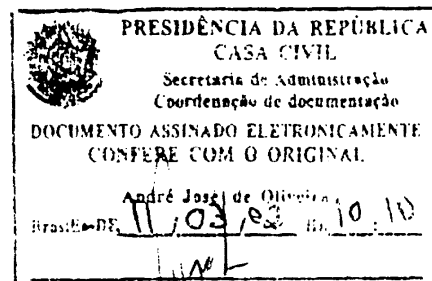
- 1 - FUNDAÇÃO RUI BAROMEU, na cidade de São Mateus – ES;
- 2 - FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS, na cidade de Betim – MG; e
- 3 - FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE CONTAGEM – FUNDECON, na cidade de Contagem – MG.

Brasília, 1º de abril de 2002.



MC 00146 EM

Brasília, 25 de fevereiro de 2002.



Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- **FUNDAÇÃO RUI BAROMEU**, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000040/00);
- **FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS**, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000407/00);
- **FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE CONTAGEM - FUNDECON**, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000029/01).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente.

PIMENTA DA VEIGA
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2002.

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I - FUNDAÇÃO RUI BAROMEU, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000040/00);

II - FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000407/00);

III - FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE CONTAGEM - FUNDECON, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000029/01).

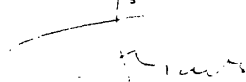
Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de 21 de março de 2002; 181º da Independência e 114º da República.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO**

PARECER Nº 53/2001

| | |
|--------------------|--|
| REFERÊNCIA | Processo nº 53710.000407/00 |
| INTERESSADA | FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS |
| ASSUNTO | Outorga de serviço de radiodifusão. |
| EMENTA | - Independe de edital a outorga para serviço radiodifusão com fins exclusivamente educativos. - Atendimento das exigências estabelecidas Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99. |
| CONCLUSÃO | Pelo deferimento |

I – OS FATOS

A **FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS**, com sede na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, requer-lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 53 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro "A" sob o nº 2.777, aos 5 dias do mês de maio de 2000, na cidade de Betim, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente está ocupado pelo Sr. Wilson Pingo de Oliveira Antunes, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Marco Aurélio Braz de Diretor Administrativo, ocupado pelo Sr. Paulo Sérgio Moreira de Faria.

II – DO MÉRITO

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

(...)

§ 1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 45, 51 e 55 dos presentes autos.

III – CONCLUSÃO

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).


É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 27 de MARÇO de 2001.


FERNANDO SAMPAIO NETTO
Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 27 de MARÇO de 2001.


NAPOLEÃO VALADARES
Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de MARÇO de 2001.


ANTONIO CARLOS TARDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douda Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 28 de MARÇO de 2001.


PAULO MENICUCCI
Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação.)

PARECERES

PARECER Nº 985, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 295, de 2002 nº 869/2002, na origem), do Presidente da República, solicitando seja autorizada à contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 295, de 2002 (Mensagem nº 869, de 14 de outubro de 2002, na origem), o Presidente da República solicita seja autorizada à contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

I.1 – Integram a Mensagem, cujo processado abrange as folhas 1 a 188, os seguintes documentos:

a) cópia da Exposição de Motivos nº MF 252, de 10 de outubro de, 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, às folhas 2 e 3;

b) cópia do Parecer PGFN/COF/Nº 3.196/2002, de 9 de outubro de 2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, que examina o aspecto legal das minutas contratuais, às folhas 4 a 9;

c) cópia do Parecer nº 465 STN/COREF, de 24 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que a examina o pedido de autorização para a contratação da operação de crédito, às folhas 10 a 16;

d) cópia do Ofício Decec/Diope/Sucret-2002/207, de 17 de setembro de 2002, do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (DECEC) do Banco Central do Brasil à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, informando o credenciamento do Tribunal de Contas da União para negociar a operação de crédito no exterior, às folhas 17 e 18;

e) cópia de Parecer s/nº de 4 de outubro de 2002, da Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, examinando os aspectos legais da operação de crédito, às folhas 19 a 25;

f) cópia do Aviso nº 914/TCU, de 15 de julho de 2002, do Presidente do Tribunal de Contas da União ao Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando minuta dos instrumentos contratuais e demais documentos previstos na Portaria MEFP nº 497, de 27 de agosto de 1990, necessários à análise do pleito, às folhas 26 e 27;

g) cópia da Análise dos Benefícios e dos Custos do Projeto de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União, documento de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, às folhas 28 a 35;

h) cópia da Análise Financeira do Projeto de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União, documento de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, às folhas 36 a 47;

i) cópia do documento Limites de Endividamento da União, referente a junho de 2002, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda à luz das exigências da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, às folhas 48 a 100;

j) cópia do documento Resultado do Tesouro Nacional, referente a julho de 2002, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, demonstrando a execução financeira do Tesouro Nacional, às folhas 102 a 138;

l) cópia da minuta do Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), texto em português, às folhas 139 a 186;

m) Aviso nº 1.112 – SAP/C. Civil, de 14 de outubro de 2002, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República ao Primeiro Secretário do Senado Federal, encaminhando a Mensagem Presidencial, à folha 187;

n) declaração do recebimento da Mensagem nº 295, de 2002, pela Presidência do Senado Federal em 16 de outubro de 2002, à folha 188.

I.2 – Em conformidade com o Parecer nº 465 STN/COREF, de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, complementado pelo Ofício Decec/Diope/Sucret-2002/207, do Departamento de Capitais Estrangeiros (DECEC) do Banco Central do Brasil, são as seguintes às condições financeiras da operação de crédito:

I. *devedor*: República Federativa do Brasil;

II. *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III. *valor*: até US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV. *finalidade*: financiar, parcialmente, o Programa de Apoio Modernização do Tribunal de Contas da União;

V. *prazo de desembolso*: até 3 (três) anos;

VI. *amortização*: parcelas semestrais, consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, calculadas com base na quantia de principal desembolsada pendente de pagamento, vencendo-se a primeira quarenta e dois meses após a data de assinatura do contrato e a última até o dia 10 de setembro de 2022;

VII – *juros*: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondente à taxa para Empréstimos Unimonetários Qualificados apurada durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável expressa em termos de percentagem anual, devendo ser pagos nos dias 10 dos meses de março e setembro, a partir de 10 de março de 2003;

VIII – *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

IX – *recursos para inspeção e supervisão gerais*: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 393, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique o exercício da competência privativa do Senado Federal de autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

O Parecer PGFN/COF/Nº 3196/2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, declara que foram integralmente obedecidas as formalidades prévias à contratação prescritas na Constituição Federal, na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

O Parecer informa, ainda, que "... as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis segundo a legis-

lação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 5º da Resolução nº 96/89, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos

O Parecer nº 465 STN/COREF, de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do -Ministério da Fazenda, ressalta que o objetivo da operação de crédito é apoiar a modernização e o fortalecimento institucional do Tribunal de Contas da União, aumentando a eficiência e a eficácia das ações de controle, com vistas a contribuir para a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais.

Informa, também, o Parecer, que:

1. o programa em questão encontra-se incluído na Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, que dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período 2000/2003, no programa Controle Externo contemplado na ação Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais;

2. os recursos destinados ao programa estão previstos na Lei Orçamentária de 2002, bem como na proposta orçamentária para 2003, visando dar suporte ao ingresso de recursos externos, à contrapartida nacional e ao pagamento de dispêndios;

3. há margem para a contratação da operação de crédito nos limites de endividamento da União, estabelecidos nos arts. 2º, 3º, incisos I e II, e 4º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal;

4. foi verificada a observância, por parte da União, das restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001, relativamente à contratação da operação de crédito;

5. a fim de evitar o pagamento desnecessário de comissão de crédito, deve-se observar, preliminarmente à assinatura do contrato e mediante manifestação prévia do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o grau de cumprimento, por parte do Tribunal de Contas da União, das seguintes condicionalidades, previstas na Seção 3.02 da minuta do Contrato de Empréstimo:

a) criação da Unidade Coordenadora do Programa (UCP) e designação do pessoal suficiente para o seu funcionamento;

b) criação de um sistema financeiro e de contabilidade adequado para o registro das transações efetuadas com os recursos do Programa.

Concluindo o parecer, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda declara nada ter a opor à contratação da operação de crédito, desde que, preliminarmente à formalização do instrumento contratual, seja verificado o cumprimento satisfatório das condicionalidades mencionadas no item 5.

III – Voto

Com base no exposto, e considerando a expressiva relevância do Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União, manifesto-me favoravelmente a que se autorize a República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito em pauta, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5.000.000,00 cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a República Federativa do Brasil, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º São as seguintes as condições financeiras da operação de crédito externo a que se refere o artigo anterior:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *valor*: até US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *finalidade*: financiar, parcialmente, o Programa de Apoio Modernização do Tribunal de Contas da União;

V – *prazo de desembolso*: até 3 (três) anos;

VI – *amortização*: parcelas semestrais, consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, calculadas com base na quantia de principal desembolsadas pendente de pagamento, vencendo-se a primeira quarenta e dois meses após a data de assinatura do contrato e a última até o dia 10 de setembro de 2002;

VII – *juros*: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondente à taxa para Empréstimos Unimonetários Qualificados apurada durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável expressa em termos de percentagem anual, devendo ser pagos nos dias 10 dos meses de março e setembro, a partir de 10 de março de 2003;

VIII – *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

IX – *recursos para inspeção e supervisão gerais*: US\$50,00.00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), desembolsadas em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Art. 3º A autorização conferida pelo art. 1º deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data de publicação desta Resolução.

Art. 4º As partes envolvidas na operação de crédito de que trata o art. 1º, deverão, preliminarmente às formalizações contratuais, atender às seguintes exigências:

I – cumprimento, pelo Tribunal de Contas da União das seguintes condicionalidades:

a) criação da Unidade Coordenadora do Programa (UCP) e designação do pessoal suficiente para o seu funcionamento

b) criação de um sistema financeiro e de contabilidade adequado para o registro das transações efetuadas com os recursos do Programa.

II – reconhecimento, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do cumprimento, pelo Tribunal de Contas da União, das condicionalidades a que se refere o inciso anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 295, DE 2002

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/11/02, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | | |
|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE : | <i>Luís Pastore</i> | - LÚCIO ALCÂNTARA |
| RELATOR : | <i>Luís Pastore</i> | - ROMERO JUCÁ |
| PMDB | | |
| LUIZ PASTORE | <i>Luís Pastore</i> | 1-PEDRO SIMON |
| CARLOS BEZERRA | <i>Luís Pastore</i> | 2-IRIS REZENDE |
| NABOR JÚNIOR | <i>Luís Pastore</i> | 3-MAURO MIRANDA |
| GILBERTO MESTRINHO | <i>Luís Pastore</i> | 4-SÉRGIO MACHADO |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | <i>Luís Pastore</i> | 5-RENAN CALHEIROS |
| FERNANDO RIBEIRO | <i>Luís Pastore</i> | 6-GERSON CAMATA |
| ALBERTO SILVA | <i>Luís Pastore</i> | 7-ROBERTO REQUIÃO |
| NEY SUASSUNA | <i>Luís Pastore</i> | 8-AMIR LANDO |
| VALMIR AMARAL | <i>Luís Pastore</i> | 9-MARLUCE PINTO |
| PFL | | |
| FRANCELINO PEREIRA | <i>Luís Pastore</i> | 1-LEOMAR QUINTANILHA |
| JOSÉ AGRIPINO | <i>Luís Pastore</i> | 2-JOSÉ JORGE |
| BELLO PARGA | <i>Bello Parga</i> | 3-MOREIRA MENDES |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR | <i>Antonio Carlos Junior</i> | 4-BERNARDO CABRAL |
| PAULO SOUTO | <i>Paulo Souto</i> | 5-ROMEU TUMA |
| WALDECK ORNELAS | <i>Waldeck Ornelas</i> | 6-GERALDO ALTHOFF |
| LINDBERG CURY | <i>Lindberg Cury</i> | 7-JORGE BORNHAUSEN |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | <i>Luís Pastore</i> | 1-JOSÉ SERRA |
| LÚCIO ALCÂNTARA | <i>Luís Pastore</i> | 2-GERALDO MELO |
| LÚDIO COELHO | <i>Luís Pastore</i> | 3-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ROMERO JUCÁ | <i>Luís Pastore</i> | 4-LUIZ PONTES |
| RICARDO SANTOS | <i>Luís Pastore</i> | 5-BENÍCIO SAMPAIO |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPPLY | <i>Luís Pastore</i> | 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA |
| HELOÍSA HELENA | <i>Luís Pastore</i> | 2-JOSÉ ALENCAR |
| LAURO CAMPOS | <i>Luís Pastore</i> | 3-ROBERTO FREIRE |
| JOSÉ FOGAÇA | <i>Luís Pastore</i> | 4-JEFFERSON PERES |
| PSB | | |
| ROBERTO SATURNINO (1) | <i>Roberto Saturnino</i> | 1-ADEMIR ANDRADE |
| PTB | | |
| FERNANDO BEZERRA | <i>Luís Pastore</i> | 1-ARLINDO PORTO |

Atualizada em: 04/11/02

(1) Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

LEGISLAÇÃO CITADA
 CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 1988

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

LEI Nº 9.989, DE 21 DE JULHO DE 2000(*)

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos Anexos I e II.

Parágrafo único. O Anexo III, que acompanha esta Lei, sem caráter normativo, contém as informações complementares relativas aos valores referenciais dos subtítulos das ações vinculadas aos programas nele relacionados.

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de quarenta e cinco dias, justará as metas aos valores aprovados pelo Congresso Nacional para cada ação.

Art. 3º As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas leis e diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 4º As prioridades e metas para o ano 2000, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, estão contidas na programação orçamentária da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

Art. 5º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico, observado o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. O projeto conterá, no mínimo, na hipótese de:

I – Inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II – alteração ou exclusão de programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

Art. 6º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

§ 1º O relatório conterá, no mínimo:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:

a) do orçamento fiscal e da seguridade social;

b) do orçamento de investimentos das empresas em que União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto; e

c) das demais fontes;

III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto;

IV – avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

§ 2º Para fins de acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, será assegurado, ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPLAN – ou ao que vier a substituí-lo.

Art. 7º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – efetuar a alteração de indicadores de programas;

II – incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam recursos dos orçamentos da União.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Edward Joaquim Amadeo Swaelen – Martus Tavares**

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.312,
DE 15 DE FEVEREIRO DE 1974

Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de créditos obtidos no exterior, bem como, a contratar créditos em moeda estrangeira nos limites que especifica, consolida inteiramente a legislação em vigor sobre a matéria e dá outras providências.

PARECER Nº 986, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2002 (nº 918/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2002 (nº 918, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universo Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.772, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de dezembro de 1998, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Universo Ltda., (cf. fl. 143):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|---------------------------------|-----------------------|
| • David Martins de Miranda | 5.000 |
| • Léia Oliveira de Miranda Sora | 5.000 |
| Total de Cotas | 10.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado João Almeida.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Sociedade Rádio Capivari Ltda., autorizada a mudar sua denominação social para Sociedade Rádio Independência Ltda., e transferida para a Rádio Diário do Grande ABC Ltda., razão porque se propõe o registro da mudança, de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolu-

ção nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 107, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Universo Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 107, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 28 de dezembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Universo Ltda., outorgada originariamente à Sociedade Rádio Capivari Ltda., autorizada a mudar sua denominação social para Sociedade Rádio Independência Ltda., e transferida para a Rádio Diário do Grande ABC Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Cassido Maldaner** – **Nabor Júnior** – **Geraldo Althoff** – **Moreira Mendes** – **José Jorge** – **Arlindo Porto** – **Freitas Neto** – **Benício Sampaio** – **Mauro Miranda** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antonio Carlos Júnior** – **Lúdio Coelho** – **Chico Sartori** – **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional; na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 987, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2002 (nº 958/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pirajuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2002 (nº 958, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pirajuí Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 817, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de abril de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII,

combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Pirajuí Ltda. (cf. fl. 125):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|--------------------------------|-----------------------|
| • José Eraldo Germano da Silva | 2.238 |
| • Aldari Fazion | 2.238 |
| Total de Cotas | 4.476 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 184, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Pirajuí Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 184/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>Ricardo Santos</i> | RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>Romeu Tuma</i> | SENADOR ROMEU TUMA |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4-SERGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | | 9-(VAGO) |
| PSL | | |
| GERALDO ALTHOFF | | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 988, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o projeto de decreto legislativo nº 212, de 2002 (nº 1.186/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Curimataú de Nova Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Cruz Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Nabor Júnior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2002 (nº 1.186, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Curimataú de Nova Cruz Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 817, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de abril de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que in-

tegra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a “composição acionária do empreendimento Rádio

Curimataú de Nova Cruz Ltda., (c f. fl. 113):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|------------------------------|-----------------------|
| • João Peixoto Mariano | 2 |
| • João Paulo da Silva | 2 |
| • Severino Augusto de Moraes | 12 |
| • Oto Agripino Maia | 174 |
| • Felipe Catalão Maia | 10 |
| Total de Cotas | 200 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Nelson Proença.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 212, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Curimataú de Nova Cruz Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 212/02 NA REUNIÃO DE 29/11/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>[assinatura]</i> | Sen. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>[assinatura]</i> | SENADOR NABOR JÚNIOR |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | <i>[assinatura]</i> | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | <i>[assinatura]</i> | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | <i>[assinatura]</i> | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | <i>[assinatura]</i> | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | <i>[assinatura]</i> | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | <i>[assinatura]</i> | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | <i>[assinatura]</i> | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | <i>[assinatura]</i> | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | <i>[assinatura]</i> | 9-(VAGO) |
| PPB | | |
| GERALDO ALTHOFF | <i>[assinatura]</i> | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | <i>[assinatura]</i> | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | <i>[assinatura]</i> | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | <i>[assinatura]</i> | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | <i>[assinatura]</i> | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | <i>[assinatura]</i> | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | <i>[assinatura]</i> | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | <i>[assinatura]</i> | 2-LÚCIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | <i>[assinatura]</i> | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | <i>[assinatura]</i> | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | <i>[assinatura]</i> | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | <i>[assinatura]</i> | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | <i>[assinatura]</i> | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | <i>[assinatura]</i> | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | <i>[assinatura]</i> | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | <i>[assinatura]</i> | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 989, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2002 (nº 1.256, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Relator: Senador Chico Sartori

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2002 (nº 1.256, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 308, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 741, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Novo Milênio (cf fl. 23):

- Diretor Presidente – Claudemir Aauto Teixeira
- Vice-Presidente – Alberto Aranda Fernandes
- Secretária – Silvana Cazarin
- Tesoureiro – Romitdo Urbanski
- Patrimônio – Luiz Carlos Zanatto

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Marcelo Barbieri.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS no 255, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Novo Milênio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 255/02 NA REUNIÃO DE 29.10.2002
OS SENHORES SENADORES

| | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE: | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | SENADOR CHICO SARTORI |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PPB | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e a autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 990, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 263, de 2002 (nº 1.049/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia.

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2002 (nº 1.049, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial no 1.604, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 459, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC (cf. fls. 11/21):

- Presidente – Hélio César Leal Vilas-Boas
- Vice-Presidente – Antônio Ubaldo Cedraz da Silva
- 1º Tesoureiro – Edvaldo Cruz Costa
- 2º Tesoureiro – José Rosa de Lima
- 1ª Secretária – Anna Sylvia Milhazes
- 2ª Secretária – Izanete dos Santos de Lima

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Olímpio Pires.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

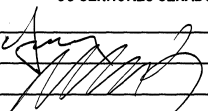

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 263, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 263/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SEN. RICARDO SANTOS
RELATOR:  SEN. ANTONIO CARLOS JÚNIOR

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUÁSSUNA | 9-(VAGO) |
| PPB | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO -PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 991, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2002 (nº 1.327/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itagibá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia.

Relator: Senador Antonio Carlos Junior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2002 (nº 1.327, de 2001, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itagibá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 702, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 406, de 31 de julho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Itagibá (cf. fl. 20):

- Presidente – Manoel Fonseca Neto
- Vice-Presidente – Moisés Rocha Brito
- Primeira Secretária – Mariene Souza Nascimento
- Segundo Secretário – Abinésio Nunes Oliveira
- Primeiro Tesoureiro – Gerinaldo Sinfrônio Oliveira
- Segundo Tesoureiro – Gilson Carlos Ferreira Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

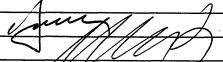
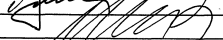
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 283, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Itagibá atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia.

tar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 283/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUÇA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPPLYCY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II
Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 992, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2002 (nº 1.365/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhambupe, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2002 (nº 1.365, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhambupe, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.689, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 550, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe (cf. fl. 12):

- Presidente – José Eduardo da Rocha Reis
- Vice-Presidente – Luis Inocêncio dos Santos
- Secretária – Maria Helena da Conceição Bina
- Vice-Secretária – Bernadete Soares de Souza
- Tesoureiro – Benoni Leys
- Vice-Tesoureiro – Joel da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Roberto Rocha.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

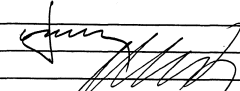

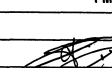

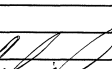
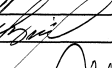
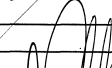

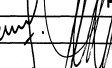
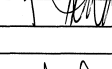
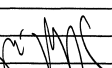
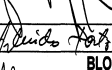
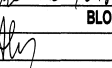
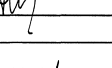
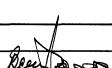
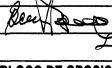
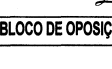
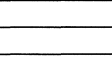
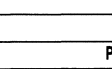
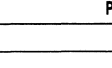
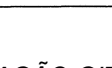




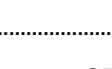


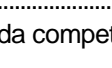
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 289, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado federal, ficando caracterizado que a ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 289/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---|-------------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO |  | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER |  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA |  | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES |  | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO |  | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR |  | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY |  | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL |  | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA |  | 9-(VAGO) |
| PEL | | |
| GERALDO ALTHOFF |  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES |  | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS |  | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA |  | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE |  | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES |  | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB |  | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO |  | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA |  | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS |  | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO |  | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB |  | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES |  | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT |  | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT |  | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT |  | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT |  | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG |  | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 993, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2002 (nº 1.389/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2002 (nº 1.389, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 732, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 83, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição (cf. fls. 20/32a):

- Diretor Presidente – José de Oliveira Araújo
- Diretor Vice-Presidente – Claro Antônio de Oliveira
- Diretora Secretária – Diolinda Neta Soares Costa
- Diretor Tesoureiro – Renato Lopes Mendes
- Diretor de Patrimônio – José Lopes dos Reis

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, a Deputada Luiza Erundina.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 295, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 295/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | |
|---------------------------------------|----------------------------|
| PRESIDENTE: | SEN. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | SEN. ANTONIO CARLOS JUNIOR |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JUNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 994, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2002 (nº 1.396/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flórida Paulista, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2002 (nº 1.396, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flórida Paulista, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 749, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 152, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art.

49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à composição acionária do empreendimento Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., (cf. fl. 7):

| Nome do Sócio | Cotista | Cotas de Participação |
|--------------------------------------|---------|-----------------------|
| • Marlene Aparecida Herrera de Souza | | 25.000 |
| • Lourdes Troiano Alves de Lima | | 25.000 |
| Total de Cotas | | 50.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Augusto Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

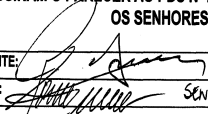
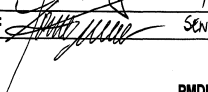


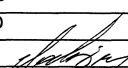
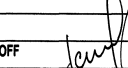

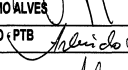



O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 296, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 296/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---|---------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR ROMEU TUMA |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO |  | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER |  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR |  | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | | 7-JUVÊNIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | | 9-(VAGO) |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| GERALDO ALTHOFF |  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE |  | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB |  | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO |  | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS |  | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB |  | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLIÇY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 995, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2002 (nº 1.431/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2002 (nº 1.431, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 732, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 73, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que in-

tegra os autos, dá conta de que apresenta solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha (cf. fl. 6):

- Presidente – Jaime Oliveira Santos
- Vice-Presidente – Gilvan Vieira Menezes
- 1ª Secretária – Maria Rodrigues Damasceno Abreu
- 2ª Secretária – Lucília Guimarães Abreu
- 1º Tesoureiro – Paulo Teomar Bispo Cardoso
- 2º Tesoureiro – Isac Gonçalves da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Sérgio Reis.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

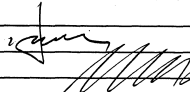
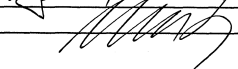
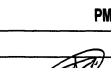
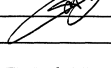
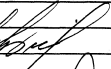
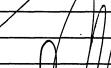
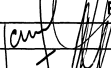
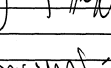
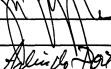
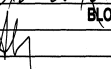
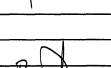
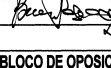
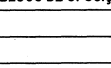
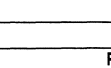
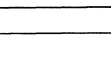
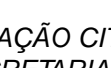


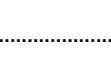


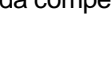
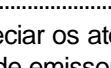
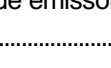




III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 303, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antonio Carlos Júnior**, Relator.

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 303/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---|---------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SEN. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SEN. ARLINDO PORTO |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO |  | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER |  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA |  | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES |  | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO |  | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR |  | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY |  | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL |  | 8-(VAGO) |
| NEY SOUASSUNA |  | 9-(VAGO) |
| PFL | | |
| GERALDO ALTHOFF |  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES |  | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS |  | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUIMFANILHA |  | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE |  | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES |  | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB |  | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO |  | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA |  | 2-LÚCIO COELHO |
| RICARDO SANTOS |  | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO |  | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB |  | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES |  | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT |  | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT |  | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT |  | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT |  | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da Complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 996, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 564 de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato nº 210, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração do canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinados com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que in-

tegra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural Quintal do Samba (cf. fl. 35):

- Presidente – Antônio de Pádua Alves
- Vice-Presidente – Francisco Assis de Souza Castro
- 1º Secretário – José Maurício da Silva
- 2º Secretária – Maria Nilda Silva
- 1º Tesoureiro – Walmir Gonçalves de Almeida
- 2º Tesoureiro – Vicente de Paula da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 321, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural Quintal do Samba atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 321/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR: *[assinatura]* SENADOR ARLINDO PORTO

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PPB | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 997, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2002 (nº 1.502/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para a Comunicação da Boa Nova em Pancas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Ricardo Santos**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2002 (nº 1.502, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para a Comunicação da Boa Nova em Pancas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 733, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 807, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que in-

tegra os autos, dá conta de que apresenta solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Unidos Para a Comunicação da Boa Nova em Pancas (cf. fl. 30):

- Presidente – Laerte da Silva Bruno
- Vice-Presidente – Maurílio Reinaldo Borcarte
- Secretária – Maria de Lourdes Silva
- Tesoureira – Célia Maria Ferreiro Belo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Saulo Coelho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 323, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Unidos Para a Comunicação da Boa Nova em Pancas atendeu ato dos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. –
Freitas Neto, Presidente eventual – **Ricardo Santos**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 323/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES

| | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE EVENTUAL: | SEN. FREITAS NETO |
| RELATOR: | SEN. RICARDO SANTOS |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PPF | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 998, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2002 (nº 1.514/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador Nabor Júnior

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2002 (nº 1.514, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 752, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 265, de 16 de maio de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, da conta de que apresente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sistema Associado de Comunicação Ltda., (cf. fl. 15):

Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação

| | |
|--------------------------------|----------------|
| • Cláudio Renato Chaves Bastos | 100.000 |
| • Ricardo Massara | 100.000 |
| • Frederico Nogueira e Silva | 100.000 |
| • Robson José Dias | 105.000 |
| • Maurício de Castilho Dinepi | 95.000 |
| Total de Cotas | 500.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Paulo Magalhães.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 325, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sistema Associado de Comunicação Ltda atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 325/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|--|----------------------------|
| PRESIDENTE: | | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | | SENADOR NABOR JÚNIOR |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | | 9-(VAGO) |
| PT | | |
| GERALDO ALTHOFF | | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | | 3-FRANCINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | | 7-ANTONIO CARLOS JUNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | | 1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | | 2-LÚCIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUÍZ PONTES | | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o ser-

viço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 999, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2002 (nº 1.317/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASBOM – Ação Social “Benedita Barbosa dos Santos” de Bom Jesus – PI – (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM)/ RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus FM – Bom Jesus/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Freitas Neto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2002 (nº 1.317, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASBOM – Ação Social “Benedita Barbosa dos Santos” de Bom Jesus – PI – (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM)/RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus FM – Bom Jesus/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 564, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 212, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da ASBOM – Ação Social “Benedita Barbosa dos Santos” de Bom Jesus – PI – (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM)/RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus EM – Bom Jesus/PI(cf. fl. 9):

- Presidente – Samuel Barbosa de Menezes
- Vice-Presidente – Salvador Dias Nogueira
- Secretária Geral – Azenilde dos Santos C. Menezes
- 2ª Secretária – Maria Barbosa de Menezes
- 1º Tesoureiro – Neures Benvindo Senado Federal
- 2º Tesoureiro – Manoel da Guia Santos Vieira
- Diretor Administrativo – Joselito Santos Vieira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

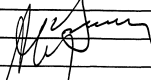
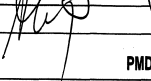


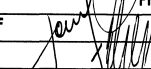
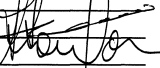
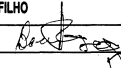
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 338, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a ASBOM – Ação Social “Benedita Barbosa dos Santos” de Bom Jesus – PI – (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM)/RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus FM – Bom Jesus/PI atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Freitas Neto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 338/02 NA REUNIÃO DE 29/11/2002
OS SENHORES SENADORES

| | | |
|---------------------------------------|---|---------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR FREITAS NETO |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO |  | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER |  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | | 9-(VAGO) |
| /PFL | | |
| GERALDO ALTHOFF |  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS |  | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO |  | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.000, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2002 (nº 1.456/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Morro do Chapéu, Estado do Piauí.

Relator: Senador Freitas Neto

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2002 (nº 1.456, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Morro do Chapéu, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 313, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 735, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49,

XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM (cf. fl. 21):

- Presidente – Lucídio Fortes Rebelo
- Secretário – Francisco das Chagas Santos Oliveira
- Tesoureiro – Marcos Henrique Fortes Rebelo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, a Deputada Ana Corso.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 340, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Freitas Neto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 340/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02 OS SENHORES SENADORES

| | |
|---------------------------------------|--|
| PRESIDENTE: | <i>[Assinatura]</i> SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>[Assinatura]</i> SENADOR FREITAS NETO |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANZELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚCIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.001, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2002 (nº 1.469/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2002 (nº 1.469, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 733, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 47, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa (cf. fls. 37/38):

- Presidente – Sílvio Martins Gonçalves
- Vice-Presidente – Ivaí Pereira de Oliveira
- Primeiro Tesoureiro – Maria Luciene Francisco de Almeida
- Segundo Tesoureiro – Neli José da Silva
- Primeiro Secretário – Celúcia de Fátima Nazar Gonçalves
- Segundo Secretário – Elizabeth Novelino Rocha
- Primeiro Diretor de Patrimônio – Roberto Okabe
- Segundo Diretor de Patrimônio – Jaime de Jesus Rosa

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Iris Simões.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

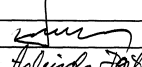
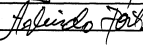
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 344, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 344/02 NA REUNIÃO DE 29/10, 2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR ARLINDO PORTO

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PT | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.002, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2002 (nº 1.472, 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Relator: Senador Nabor Junior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2002 (nº 1.472, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 740, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria no 52, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural e Desportiva de São Bento (cf. fl. 16):

- Presidente – Isanilson José Dias
- Vice-Presidente – Antonio Martinho Dias Neto
- Secretário – José Ribamar Cordeiro
- Tesoureiro – Carlos Nerval Souza Moreira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Dr. Hélio.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 345, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural e Desportiva de São Bento atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 345/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>[assinatura]</i> | SEN. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>[assinatura]</i> | SEN. NABOR JÚNIOR |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | <i>[assinatura]</i> | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | <i>[assinatura]</i> | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | <i>[assinatura]</i> | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | <i>[assinatura]</i> | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | <i>[assinatura]</i> | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | <i>[assinatura]</i> | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | <i>[assinatura]</i> | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | <i>[assinatura]</i> | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | <i>[assinatura]</i> | 9-(VAGO) |
| PPS | | |
| GERALDO ALTHOFF | <i>[assinatura]</i> | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | <i>[assinatura]</i> | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNEKAS | <i>[assinatura]</i> | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | <i>[assinatura]</i> | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | <i>[assinatura]</i> | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | <i>[assinatura]</i> | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | <i>[assinatura]</i> | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | <i>[assinatura]</i> | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | <i>[assinatura]</i> | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | <i>[assinatura]</i> | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUÍZ PONTES | <i>[assinatura]</i> | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO DUPLICY-PT | <i>[assinatura]</i> | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | <i>[assinatura]</i> | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | <i>[assinatura]</i> | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | <i>[assinatura]</i> | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | <i>[assinatura]</i> | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.003, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2002 (nº 1.474/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2002 (nº 1.474, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 734, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 43, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas (cf. fls. 8/9):

- Presidente – Ceileida Vasconcelos d'Ângelo
- Vice-Presidente – Isac Soares Martins
- 1ª Secretária – Miriam Soares de Castro Almeida
- 2ª Secretária – Célia Marques Oliveira
- 1ª Tesoureira – Maria Ildeny Alves Figueiredo
- 2º Tesoureiro – Antonio Wellington de Moura

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Ricardo Izar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 347, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 347/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|-------------|-----------------------|------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>Ricardo Santos</i> | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>Arlindo Porto</i> | SENADOR ARLINDO PORTO |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.004, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2002 (nº1.476/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2002 (nº 1.476, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 750, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 164, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio FM de Iporá Ltda. (cf. fl. 13):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|--------------------------------------|-----------------------|
| • Wanderley Alves da Paixão | 10.000 |
| • Sônia Maria Clélia Araújo Barcelos | 10.000 |
| Total de Cotas | 20.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado José Carlos Martinez.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

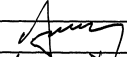
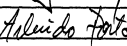
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 349, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio FM de Iporá Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 349/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR RICARDO SANTOS
RELATOR:  SENADOR ARLINDO PORTO

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLYCI-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.005, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Relator: Senador Freitas Neto

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 524, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 324, de 5 de julho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Fundação Luís Ribeiro da Silva (cf. fls. 15/16v):

- Diretora Presidente – Gilda Ribeiro C. Silva
- Diretora Vice-Presidente – Florisa da Silva de Oliveira
- Diretora Administrativa – Ivonete Carvalho da Silva
- Diretor Financeiro – Manoel Neves de Oliveira
- Diretor de Patrimônio – Argemiro Eduardo dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir

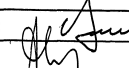
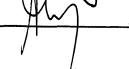
o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 359, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação Luís Ribeiro da Silva atendeu a todos os requisitos técnicos, e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Freitas Neto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 359/02 NA REUNIÃO DE 23/10/02 OS SENHORES SENADORES

| | |
|---------------------------------------|---|
| PRESIDENTE: |  SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  SENADOR FREITAS NETO |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ALVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1006, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2002 (nº 1.151/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2002 (nº 1.151, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.605, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 449, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Comunidade de Jesus (cf. fl. 9):

- Presidente – Pedro Luiz de Oliveira
- Vice-Presidente – Geraldo Severino dos Santos
- 1ª Secretária – Judaíba Lopes da Mata
- 2º Secretário – Marise da Conceição Almeida
- 1º Tesoureiro – José Eugênio Neto
- 2º Tesoureiro – Geraldo Maurício de Carvalho

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Nelson Proença.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem

cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Comunidade de Jesus atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 361/02 NA REUNIÃO DE 29/10, 2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>Ricardo Santos</i> | SEN. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | <i>Arlindo Porto</i> | SEN. ARLINDO PORTO |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | <i>[assinatura]</i> | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | <i>[assinatura]</i> | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | <i>[assinatura]</i> | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | <i>[assinatura]</i> | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | <i>[assinatura]</i> | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | <i>[assinatura]</i> | 9-(VAGO) |
| PFL | | |
| GERALDO ALTHOFF | <i>[assinatura]</i> | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | <i>[assinatura]</i> | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | <i>[assinatura]</i> | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | <i>[assinatura]</i> | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | <i>[assinatura]</i> | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | <i>[assinatura]</i> | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | <i>[assinatura]</i> | 1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | <i>[assinatura]</i> | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | <i>[assinatura]</i> | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | <i>[assinatura]</i> | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | <i>[assinatura]</i> | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | <i>[assinatura]</i> | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.007, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2002 (nº 1.181/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Piracicaba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2002 (nº 1.181, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Piracicaba S/A para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.353, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 24 de julho de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção do empreendimento Rádio Difusora de Piracicaba S/A (cf. fl. 84):

- Diretora Superintendente – Maria Conceição Figueiredo
- Diretora Gerente – Maria Conceição Pippa Soave
- Diretora Adjunta – Maria Therezinha Pippa Rochelle

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Gastão Vieira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

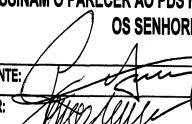
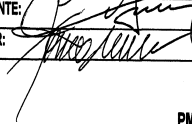
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 365, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Difusora de Piracicaba S/A atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 365/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|-------------|--|------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR ROMEU TUMA |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAN BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.008, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2002 (nº 1.425/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2002 (nº 1.425, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 198, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à direção da Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária (cf. fl. 19):

- Presidente – João Eduardo Castilho
- Vice-Presidente – João Castilho Filho
- 1º Secretário – José Francisco de Almeida
- 2º Secretário – Julio César Xavier Pereira
- 1º Tesoureiro – Vera Helena Castilho Xavier
- 2º Tesoureiro – Marcos Roberto Borges

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Aldo Arantes.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem

cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 386, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 386/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02 OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|-------------|---|------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR ROMEU TUMA |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENICIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.009, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2002 (nº 1.421/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Arlindo Porto

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2002 (nº 1.421, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial no 624, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 58, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação (cf. fl. 13):

- Presidente – Vicente de Paula da Silva
- Vice-Presidente – Vera Aparecida de Paiva
- Secretária – Marli Aparecida Araújo Ferreira
- Tesoureiro – José Miguel Filho

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Ricardo Izar.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 390, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a ARCC, Associação Remediense Comunitária de Comunicação atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 390/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Ricardo Santos* SEN. RICARDO SANTOS
RELATOR: *Arlindo Porto* SEN. ARLINDO PORTO

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG GURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.010, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2002 (nº 1.436/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breves, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2002 (nº 1.436, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breves, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 750, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 166, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do Empreendimento RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. (cf. fl. 4):

| Nome do Sócio | Cotas de Participação |
|---------------------------|------------------------------|
| Alessandro de Assis Gomes | 2.500 |
| Antônio Eloísio de Souza | 2.500 |
| Total de Cotas | 5.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de sua relatora, o Deputado Zenaldo Coutinho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações.



ções, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela APROVAÇÃO do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 392/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|-------------|--|---------------------|
| PRESIDENTE: |  | SEN. RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SEN. LUIZ OTAVIO |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.011, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2002 (nº 1.455/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Notícias de Tatuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2002 (nº 1.455, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Notícias de Tatuí Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 24, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº de 21 de dezembro de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Notícias de Tatuí Ltda. (cf. fl. 129):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|--------------------------------------|------------------------------|
| • Carolina Pinesi | 26.010 |
| • Luiz Gonzaga Vieira de Camargo | 22.490 |
| • Maria José Pinto Vieira de Camargo | 2.500 |
| Total de Cotas | 51.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator o Deputado Babá.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Notícias de Tatuí Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 397/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | |
|-------------|------------------------|
| PRESIDENTE: | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | SENADOR ROMEU TUMA |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLYCI-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.012, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2002 (nº 1.461/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a associação cultural de lençóis paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de lençóis paulista, estado de São Paulo.

Relator: Senador: Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2002 (nº 1.461, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 537, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural de Lençóis Paulista (cf. fls. 37/38):

- Presidente – Osmino Campanari Filho
- Diretor Administrativo e Financeiro – Flavio José Cavalien
- Diretor de Produção e Programação – Antônio José Vachi

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Átila Lira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 400, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Reso-

lução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural de Lençóis Paulista atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002 – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 400/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

| | |
|-------------|------------------------|
| PRESIDENTE: | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: | SENADOR ROMEU TUMA |

| PMDB | |
|--------------------------------|---------------------------|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PFL | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.013, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2002 (nº1.382/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Praia do Canto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Ricardo Santos**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo no 411, de 2002 (nº 1.382, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Praia do Canto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial no 565, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 225, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Moradores da Praia do Canto (cf. fl. 37):

- Presidente – José Carlos Lyrio Rocha
- Vice-Presidente – Mário Vervloet Aguirre
- Secretário – José Luiz Neves Sudré
- Tesoureiro – José Augusto Alegro Oliveira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Francisco Coelho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 411, de 2002, evidencia o cum-

primimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Moradores da Praia do Canto atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Freitas Neto**, Presidente – **Ricardo Santos**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 411/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES

| | |
|-----------------------|--------------------------------|
| PRESIDENTE EVENTUAL: | SEN. FREITAS NETO |
| RELATOR: | SEN. RICARDO SANTOS |
| | PMDB |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| | PFL |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| | BLOCO (PSDB/PPB) |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENICIO SAMPAIO | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB) |
| | BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| | PSB |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.014, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2002 (nº 1.597/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., Para Explorar Serviço De radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almeirim, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2002 (nº 1.597, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almeirim, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.606, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 592, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte à composição acionária do empreendimento RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., (cf. fl. 37):

| Nome do Sócio Cotista | Cotas de Participação |
|-----------------------------|-----------------------|
| • Alessandro de Assis Gomes | 2.500 |
| • Antônio Eloísio de Souza | 2.500 |
| Total de Cotas | 5.000 |

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Zenaldo Coutinho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

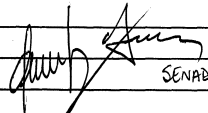
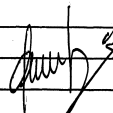
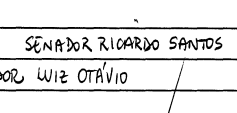
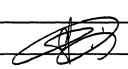
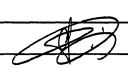
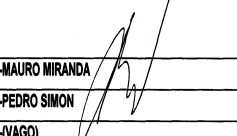
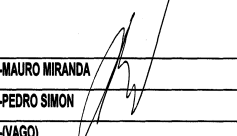
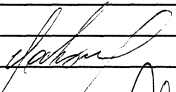
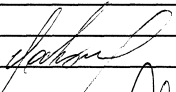
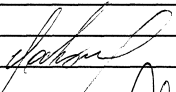
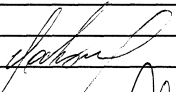
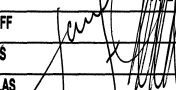
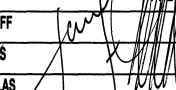
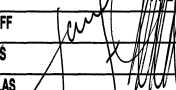
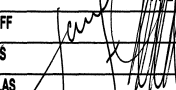
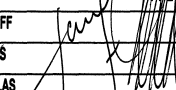
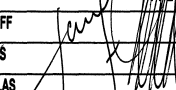
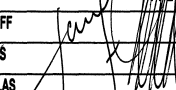
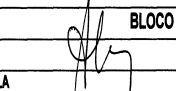
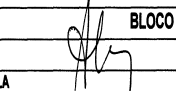
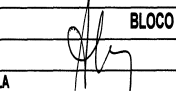
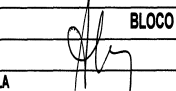
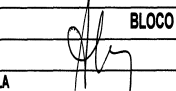
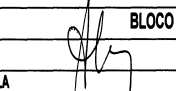
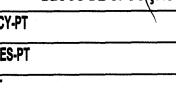
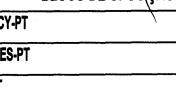
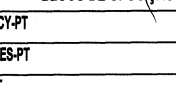
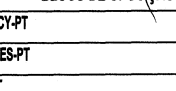
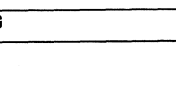
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 447, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 447/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|--|---------------------------|
| PRESIDENTE: |  | SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  | SENADOR LUIZ OTÁVIO |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO |  | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER |  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA |  | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES |  | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO |  | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR |  | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY |  | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL |  | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA |  | 9-(VAGO) |
| PTB | | |
| GERALDO ALTHOFF |  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES |  | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS |  | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA |  | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE |  | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES |  | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB |  | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO |  | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA |  | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS |  | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO |  | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB |  | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES |  | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT |  | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT |  | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT |  | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT |  | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG |  | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL*

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.015, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002 (nº 1.678/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação 14 de Agosto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Freitas Neto**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.336, de 2001, o Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 26 de novembro de 2001, que outorga

concessão à Fundação 14 de Agosto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, o Deputado José Rocha, e aprovação daquele órgão colegiado.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação 14 de Agosto (cf. fls. 143/144):

- Diretor Presidente – Ozéas Castelo Branco Furtado
- Diretor Primeiro Vice-Presidente – Josino Ribeiro Neto
- Diretor Segundo Vice-Presidente – Ozias Barbosa Furtado Neto
- Diretor Secretário – Ricardo Viana Mazulo
- Diretor Tesoureiro – Juciê da Costa Machado

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga de concessão, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga de concessão para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de

concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

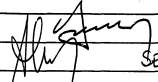


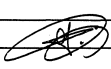
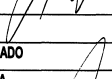
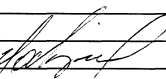
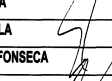
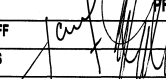
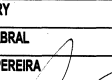
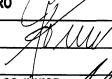
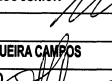


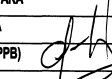
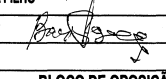
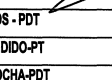
Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Freitas Neto**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS N.º 459/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02 OS SENHORES SENADORES

| | |
|--|---|
| PRESIDENTE: |  SENADOR RICARDO SANTOS |
| RELATOR: |  SENADOR FREITAS NETO |
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA  |
| CASILDO MALDANER  | 2-PEDRO SIMON  |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SERGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR  | 6-MAGUITO VILELA  |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| GERALDO ALTHOFF  | 1-LINDBERG CURY  |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCLINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO  |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA  |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO-PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR  |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO  |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI  |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENICIO SAMPAIO  | 5-ROMERO JUCA |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO (PPB)  |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLYCI-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO-PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA-PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA-PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N.º 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO N.º 52.795,–
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117 (*), de 27 de agosto de 1962**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795 (1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores

PARECER Nº 1.016, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2002 (nº1.684/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2002 (nº 1.684, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.412, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 650, de 25 de outubro de 2001, que outorga a exploração de canal de radiodi-

fusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina (cf. fl. 135):

- Presidente – Domingas Maria Costa Souza
- Vice-Presidente – José Naci Soares
- Primeiro Secretário – Ernando Sousa Lopes
- Segundo Secretário – José Amorim Nunes
- Tesoureira – Antônio Farias Cordeiro Irmão

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, o Deputado Marçal Filho.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

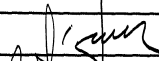
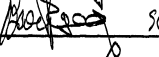
O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 461, de 2002, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, ficando caracterizado que a Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Benício Sampaio**, Relator.

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 461/02 NA REUNIÃO DE 29/10/2002
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SEN. RICARDO SANTOS
RELATOR:  SEN. BENÍCIO SAMPAIO

| | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| PMDB | |
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4-SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |
| PF | |
| GERALDO ALTHOFF | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCANTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | 5-ROMERO JUCA |
| LUÍZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | |
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.017, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, e sobre

o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002—Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regular a substituição tributária no campo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em regime de tramitação conjunta, nos termos do Requerimento nº 423, de 2002.

Relator: Senador **Paulo Souto**

I – Relatório

Trata-se de analisar o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, de autoria do Senhor Senador Lúcio Alcântara, bem assim o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002 – Complementar, de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, também autor do Requerimento nº 423, de 2002, em decorrência do qual passaram esses dois projetos, emendados à epígrafe, a tramitar em conjunto, nos termos dos arts. 258 a 260 do Regimento Interno.

OPLS nº 128, de 2002 – Complementar, por regular a matéria com maior amplitude, tramita como processo da proposição preferencial (Regimento Interno, arts. 260, II, **b**, parte final, e 268), estando-lhe apensado o mais antigo.

Ambas as proposições haviam sido distribuídas, antes, a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sendo, a seguir, descritas.

O PLS nº 128, de 2002 – Complementar, compõe-se de dois artigos:

a) o art. 1º introduz diversas alterações redacionais na denominada Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 1996 (arts. 2º, § 1º, I; 4º parágrafo único, I e III; 6º, § 2º; 8º, § 1º, I, e § 6º; 11, I, f; 12, IX e XI, e § 3º; 13, V, e, § 1º);

b) o art. 2º trata da cláusula de vigência, na data da publicação.

A justificação é plenamente esclarecedora. O Autor inicia por recordar que o advento da Lei Kandir representou grande avanço na tributação relativa ao ICMS. Mas observa que, com o passar dos anos, fizeram-se necessárias algumas alterações em seu texto, a fim de adaptá-lo às vicissitudes próprias do imposto, só inteiramente conhecidas com a prática da atividade de exação. Tais alterações vieram com a edição da Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

Depois, salienta que, em face da recente promulgação da Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezem-

bro de 2001, para o fim de conferir eficácia às suas inovações, deve o Congresso Nacional rever, novamente e com urgência, o texto da lei complementar do ICMS.

O Autor pondera que a Emenda Constitucional nº 33, de 2001, a par de introduzir importantes normas relativas às contribuições sociais e econômicas, modifica aspectos relevantes do ICMS no que toca à sua incidência e base de cálculo relativas a mercadorias e bens importados, bem como prevê a possibilidade de que o imposto venha a incidir uma única vez sobre determinados combustíveis e lubrificantes, detalhando regras que nortearão a cobrança e a titularidade da receita do ICMS nessa hipótese.

Por conseguinte, para dar efetividade às alterações constitucionais, alerta o Autor que é necessário o estabelecimento de novas disposições referentes ao fato gerador, base de cálculo, contribuinte do imposto, assim como definir, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços, tudo isso, consoante os arts. 146, III, **a**, e 155, § 2º, XII, **d**, da Constituição, matéria reservada à lei complementar.

Prossegue o Autor:

Considerando, ainda, que as Unidades da Federação somente podem atualizar suas legislações com base em lei complementar federal, toma-se urgente à aprovação do presente projeto, que habilitará os Estados e o Distrito Federal, de imediato, a procederem às necessárias modificações em sua legislação relativa ao ICMS, a fim de que possam, em curto espaço de tempo, reforçar sobremaneira suas receitas, hoje tão combatidas.

Dessa forma, é de se considerar que as alterações aqui propostas ao texto da Lei Complementar nº 87, de 1996, não são apenas exigências da Carta Magna; são, outrossim, absolutamente necessárias para que as Unidades da Federação possam adotá-las em seus territórios.

As modificações compreendidas neste projeto constituem simples, porém, imprescindíveis adequações da legislação infraconstitucional às novas disposições da Lei Maior, resolvendo-se em alterações introduzidas nos dispositivos que tratam da incidência do imposto (art. 2º, § 1º, inciso I); do contribuinte (art. 4º, parágrafo único, **caput**, e incisos I e III, e art. 6º, **caput**, e § 2º); da base de cálculo na substituição tributária (art. 8º, § 1º, inciso 1, e § 6º); do local da opera-

ção para efeito de cobrança do imposto (art. 11, inciso I, alínea f); do momento da ocorrência do fato gerador (art. 12, incisos IX e XI, e § 3º); e, finalmente, da base de cálculo na importação (art. 13, inciso V, alínea e, e § 1º).

Acreditamos que cumpre, assim, ao Congresso Nacional, apreciar e aprovar esta proposição no mais breve tempo possível, de forma a permitir que os Estados e o Distrito Federal auferam as receitas decorrentes das inovações da Emenda Constitucional nº 33, de 2001, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

Na forma regimental, foram apresentadas duas emendas ao PLS nº 128, de 2002 – Complementar: a de nº 1, em 20 de junho de 2002, pelo próprio Autor do projeto, o Senhor Senador Lúcio Alcântara; e a de nº 2, em 7 de agosto de 2002, pelo Senhor Senador Fernando Ribeiro. Ambas têm finalidade idêntica: alterar a Lei Kandir, no art. 33, I, II, d, e IV, c, de molde a dilatar por mais quatro anos – para 1º de janeiro de 2007, em vez de 2003 –, o prazo do início da obrigação financeira de os Estados e o Distrito Federal reconhecerem, nos casos ali especificados, o direito ao crédito do ICMS para os fins da compensação de que tratam os arts. 19 e 20 dessa lei complementar.

Quanto ao PLS nº 22, de 2002 – Complementar, como evidenciado na ementa, cuida, exclusivamente, de regular a substituição tributária no campo do ICMS e compõe-se de três artigos:

a) o art. 1º dá nova redação integral aos arts. 6º, 8º e 10 da Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 1996;

b) o art. 2º revoga, expressamente, o art. 7º da Lei Kandir; e

c) o art. 3º trata da cláusula de vigência, na data da publicação.

Na justificação, o Autor discorre, inicialmente, sobre as vantagens da técnica do imposto sobre valor adicionado (IVA), inspirado na qual se estrutura o nosso ICMS, e aponta o que, a seu ver, seriam distorções desse imposto de competência estadual no tocante à substituição tributária, como legislada no nosso direito positivo. Ao final, sintetiza bem a proposição, da seguinte forma:

Destacam-se os principais pontos do projeto:

I – passa a ser permitida apenas a substituição “para a frente”, em obediência ao disposto no § 7º do art. 150 da Constituição (até porque a técnica de débito/crédito do ICMS dispensa a substituição “para trás”);

II – é eliminada a entrada da mercadoria como fato gerador do imposto, para coibir a cobrança antecipada do imposto, antes da venda da mercadoria;

III – a substituição passa a ser permitida somente no momento do fato gerador da operação própria do contribuinte substituto, isto é, na saída da mercadoria ou na prestação do serviço;

III – é vedada a delegação de competência, pelo Poder Legislativo à autoridade administrativa, para manipular os elementos jurídicos do fato gerador (em obediência ao princípio constitucional da legalidade);

IV – a base de cálculo passa a ser, em ordem obrigatória de preferência, o preço tabelado por órgão público, o sugerido pelo fabricante e, finalmente, a “pauta” estabelecida pela autoridade administrativa segundo critérios bem definidos;

V – são criados mecanismos para coibir abuso de parte a parte, no estabelecimento da base de cálculo: a administração pode desconsiderar o preço sugerido pelo fabricante, se ele for comprovadamente subestimado, e o contribuinte pode recusar-se à condição de substituto se a pauta estabelecida pela administração for comprovadamente superestimada;

VI – em obediência ao disposto no § 7º do art. 150 da Constituição, são criados mecanismos para possibilitar o imediato ressarcimento do imposto cobrado a maior na substituição tributária.

É o que se coloca à judiciosa deliberação das Casas do Congresso Nacional.

Ao PLS nº 22, de 2002 – Complementar, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso.

Ambas as proposições sob análise coadunam-se, por inteiro, com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (CF, art. 61, **caput**), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (CF, art. 48, I), observados os co-

mandos do Sistema Tributário Nacional (CF, art. 146, III, a, c/c art. 155, § 2º, XII, e alterações decorrentes da EC nº 33, de 2001).

Não se encontram, pois, nos dois projetos de lei complementar, quaisquer óbices quanto à constitucionalidade, nem, tampouco, quanto à juridicidade – aí incluída a técnica legislativa –, ou à regimentalidade.

Quanto ao mérito, o PLS nº 128, de 2002 – Complementar, como bem explicitado na justificação, atende à urgente necessidade de serem aprovadas as alterações nele preconizadas, a fim de se dar efetividade às recentes inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, para que, afinal, atualizada a denominada Lei Kandir, possam os Estados e o Distrito Federal vir a legislar, adotando as profundas modificações normativas introduzidas nas disposições constitucionais pertinentes ao ICMS.

As duas emendas a ele apresentadas, como já assinalado, têm finalidade idêntica: alterar a Lei Kandir, no art. 33, I, II, d, e IV, c. Concordamos com as alterações propostas, em face dos argumentos expendidos por seus Autores. Todavia, a de nº 2 recomenda-se pela melhor técnica legislativa, razão pela qual propomos que seja adotada por esta Comissão, observadas as disposições regimentais (arts. 123, 124, I, e 133, § 5º)

Entretanto, o PLS nº 22, de 2002 – Complementar afigura-se bastante inovador na complexa questão da substituição tributária do ICMS, razão pela qual propomos sua rejeição, deixando a matéria para melhor exame no futuro, à vista do aconselhamento da prática, da doutrina e da jurisprudência.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, bem assim da Emenda nº 2 a ele oferecida, rejeitada a Emenda nº 1, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002 – Complementar.

Sala da Comissão, – Presidente, Relator.

EMENDA Nº 1 – CAE

Acrescentem-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, as seguintes alterações no art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996:

Art. 33.....

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2007;

II –

d) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses;

IV –

c) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses. (NR)

PROJETO DE LEI DO SENADO NºS 128 E 22, DE 2002 - Complementar

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/11/02, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---------------------------------------|----------------------|
| PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i> | |
| RELATOR: <i>[assinatura]</i> | |
| PMDB | |
| LUIZ PASTORE | 1-PEDRO SIMON |
| CARLOS BEZERRA | 2-IRIS REZENDE |
| NABOR JÚNIOR | 3-MAURO MIRANDA |
| GILBERTO MESTRINHO | 4-SERGIO MACHADO |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | 5-RENAN CALHEIROS |
| FERNANDO RIBEIRO | 6-GERSON CAMATA |
| ALBERTO SILVA | 7-ROBERTO REQUIÃO |
| NEY SUASSUNA | 8-AMIR LANDO |
| VALMIR AMARAL | 9-MARLUCE PINTO |
| PFL | |
| FRANCELINO PEREIRA | 1-LEOMAR QUINTANILHA |
| JOSÉ AGRIPINO | 2-JOSÉ JORGE |
| BELLO PARGA | 3-MOREIRA MENDES |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR | 4-BERNARDO CABRAL |
| PAULO SOUTO | 5-ROMEU TUMA |
| WALDECK ORNELAS | 6-GERALDO ALTHOFF |
| LINDBERG CURY | 7-JORGE BORNHAUSEN |
| BLOCO (PSDB/PPB) | |
| FREITAS NETO | 1-JOSÉ SERRA |
| LÚCIO ALCANTARA | 2-GERALDO MELO |
| LÚDIO COELHO | 3-EDUARDO SUPLICY |
| ROMERO JUCA | 4-LUIZ PONTES |
| RICARDO SANTOS | 5-BENÍCIO SAMPAIO |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
| EDUARDO SUPLICY | 1-JOSÉ EDUARDO DUTRA |
| HELOÍSA HELENA | 2-JOSÉ ALENCAR |
| LAURO CAMPOS | 3-ROBERTO FREIRE |
| JOSÉ FOGAÇA | 4-JEFFERSON PERES |
| PSB | |
| ROBERTO SATURNINO (1) | 1-ADEMIR ANDRADE |
| PTB | |
| FERNANDO BEZERRA | 1-ARLINDO PORTO |

Atualizada em: 04/11/02

⁽¹⁾ Filiou-se ao PT, em 16.05.2002

Documento Anexado Pela Secretaria-Geral da Mesa nos Termos do Parágrafo Único do art. 250 do Regimento Interno .

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Ramez Tebet,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto no artigo 25 do Regimento interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 128/2002 – Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 22/2002 – Complementar, pois os mesmos tratam de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 26 de Junho de 2002. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 549 e 550, de 2002**, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 122, II, **b**, do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 67, de 2002**, resultante de parecer lido anteriormente, ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, **f**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa, durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

SÉTIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/SP
Praça João Mendes, s/nº, 7ª and. salas 703/705ª - cep. 01501-900

Ofício nº: 619/ORD/02 (É imprescindível mencionar o nº do ofício, o nº do processo e o nome das partes na resposta)

Processo nº: 000.01.091690-3

Ação : Ordinária

Autor: José Edgard Soares Moreira

Réu : Nilza dos Santos do Nascimento

São Paulo, 26 de Agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor(a).

Pelo presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias no sentido de informar a este Juízo se o nome de José Edgard Soares Moreira, RG 4.140.869, CPF ignorado, consta ou constou de procedimento investigatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o futebol.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

MAURO CONTI MACHADO
Juiz de Direito

A(o)

Exmo. Presidente do Congresso Nacional
Congresso Nacional
Brasília - DF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República do Distrito Federal
5º Ofício Criminal

Ofício nº 102/02 - JC/PRDF Brasília, 03 de outubro de 2002

Senhor Relator,

A fim de instruir Procedimento Administrativo Criminal nº 1.16.000.001074/2001-37, que visa apurar ocorrência de crime de perjúrio perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, destinada a investigar fatos envolvendo as Associações Brasileira de Futebol (CPI do Futebol), solicito a Vossa Excelência que encaminhe cópias autenticadas dos termos de depoimentos, devidamente assinados, de EDUARDO JOSÉ FARAH, ELMER GUILHERME, ANTÔNIO AUGUSTO DUSHEE, EDMUNDO DOS SANTOS SILVA, ANTÔNIO SOARES CALÇADA, MARIO CUPELLO, PAULO SÉRGIO M. REIS, referentes às fls. 689, 734, 826 e 861, 844/851 e 861, 924/927, 930/931, 932/933, respectivamente.

Ao Senhor Relator da CPI do Futebol
Senador GERALDO ALTHOFF
Senado Federal
Brasília - DF

Outrossim, em relação às fls. 826 e 862, Vossa Excelência faz alusão a prática de crime de falso testemunho por parte do Sr. REINALDO PITTA, quando de seu depoimento à Polícia Federal, em 22/11/2001. Entretanto, tal termo de depoimento, devidamente assinado pelo depoente não se encontra nos autos. Assim, solicito também de Vossa Excelência que, se possível, envie cópia autenticada administrativamente de tal depoimento.

Atenciosamente,


JOSÉ CARDOSO LOPES
Procurador da República

JUIZO DE DIREITO DA 49ª VARA CIVEL DA COMARCA DA CAPITAL
Av. Erasmo Braga, 115 – Corredor C – 305 - Centro
CEP: 20026-900

Ofício n. 1513/2002

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2002.

No. Processo: 2002.001-031449-3

Tipo de Ação: Indenizatória

Autor: Eduardo Augusto Viana da Silva; Francisco Jose Soares Aguiar

Réu: Jornal do Brasil; Armando Nogueira

Senhor Presidente,

Visando à instrução dos autos do processo em referência, venho, por meio deste, solicitar a V. Exa. as necessárias providências no sentido de ser remetida a este Juízo cópia integral do relatório da CPI do Futebol..

Cordialmente,


SIMONE CASTESI CHEVRAND
Juíza de Direito Substituta

Ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias
Senado Federal – Brasília - DF

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os expedientes lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 497, de 2000.

As informações e os documentos solicitados já foram encaminhados às autoridades requerentes, respectivamente, mediante os Ofícios SGM nº 477, de 29-10-2002, e 486 e 487, de 4-11-2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 155/2002

Brasília, 31 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Luiz Pastore passará a integrar as Comissões Permanentes abaixo indicadas, em vagas anteriormente ocupadas pelo Senador Gerson Camata.

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – titular
- Comissão de Educação – titular
- Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – suplente

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a substituição solicitada, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 49/02 – CEsp – “Rio São Francisco”

Brasília, 31 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor
Senador Ramez Tebet
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial destinada ao “Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelos Decretos S/Nº de 5 de junho de 2001)”, encaminho a Vossa Excelência o 3º Relatório Preliminar que conclui por projeto de lei do Senado,

aprovado na Comissão, em reunião realizada no dia de ontem, para as providências cabíveis.

Atenciosamente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO
PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO
RIO SÃO FRANCISCO 3º RELATÓRIO
PRELIMINAR

BRASÍLIA – 2002

COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR E
AVALIAR O PROJETO DE CONSERVAÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
SÃO FRANCISCO E A INSTALAÇÃO DO
RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA

Presidente: Senador **Renan Calheiros**

Vice-Presidente: Senador **Teotônio Vilela Filho**

Relator: Senador WALDECK ORNÉLAS

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

| Titulares | Suplentes |
|--------------------------|-----------------------|
| PMDB | |
| Renan Calheiros | Sergio Machado |
| Alberto Silva | João Alberto de Souza |
| PFL | |
| Waldeck Ornélas | Paulo Souto |
| Francelino Pereira | Maria do Carmo Alves |
| PSDB/PPB | |
| Teotônio Vilela Filho | Ludio Coelho |
| PT/PPS | |
| Heloísa Helena | Jose Eduardo Dutra |
| PSB/PTB | |
| Antonio Carlos Valadares | Ademir Andrade |

Informações: Comissão Especial Criada por meio do Requerimento nº 392, de 2001-SF

Prazo: 15 de dezembro de 2002 (art. 76, RISF)

I. HISTÓRICO

Por meio do Requerimento nº 392, de 2001, do Senador Waldeck Ornélas, aprovado em Plenário, foi criada, no Senado Federal, uma comissão especial destinada a acompanhar e avaliar o Projeto de Conser-

vação e Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, estabelecido por meio do Decreto Federal de 5 de junho de 2001, bem como a instalação do respectivo Comitê de Bacia, criado igualmente por Decreto Federal na mesma data.

Tendo sido instalada e iniciado seus trabalhos em 10 de outubro do mesmo ano, a Comissão aprovou seu 1º Relatório Preliminar em 12 de dezembro de 2001 e seu 2º Relatório Preliminar em 11 de junho de 2002. Tratando-se de uma comissão de acompanhamento, o relator optou pela apresentação de relatórios parciais ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, precedendo o Relatório Final.

A Comissão deverá estender seus trabalhos até 15 de dezembro de 2002, em atendimento ao disposto no art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, sendo este o seu 3º Relatório Preliminar.

II. A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O 2º Relatório Preliminar desta Comissão reconheceu a importância da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que, ao estabelecer a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituiu a cobrança pelo uso desses recursos. Enfatizou que essa cobrança representa instrumento decisivo não só para promover a otimização no consumo da água, mas também para garantir, em caráter permanente, os recursos financeiros necessários à implementação da referida Política. Foi lembrado, ainda, um aspecto relevante dessa lei, representado pelo fato de que, em seu art. 22, ela prevê que os valores arrecadados por meio desse instrumento serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e destinados ao financiamento de estudos, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, bem como na implantação e custeio de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Ao longo das audiências, constatou-se a existência de insistentes reclamações por usuários desses recursos quanto ao fato de que, em rios de domínio da União, os valores resultantes da referida cobrança serão concentrados no Governo Federal, com a possibilidade de que parcela expressiva seja desviada, de forma aleatória, para outras bacias hidrográficas, em prejuízo da bacia onde foram arrecadados. Foi manifestado, inclusive, o receio de que tais valores sejam deslocados para aplicações não vinculadas ao gerenciamento de recursos hídricos.

Os problemas acima referidos podem impor sérias limitações ao gerenciamento eficiente de bacias hidro-

gráficas que, à semelhança da bacia do rio São Francisco, enfrentam graves desafios resultantes da enorme extensão territorial abrangida e da complexidade e dimensão dos problemas ambientais ali presentes.

III. RECOMENDAÇÃO

Com vistas a prevenir os riscos identificados no presente relatório, referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, esta Comissão propõe que seja modificada a Lei nº 9.433, de 1997, na forma do projeto de lei apresentado a seguir.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2002

Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com as multas decorrentes da inobservância das disposições contidas nesta lei deverão ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica onde foram gerados, e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano de Recursos Hídricos da bacia:

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades, vinculados à bacia, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores referidos no **caput** deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

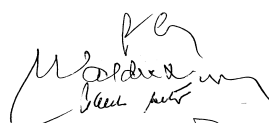
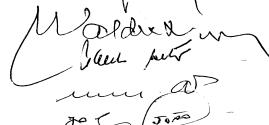
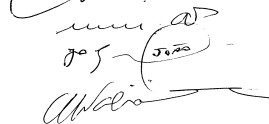

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, instituída por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, por seu caráter pioneiro, constitui marco fundamental na aplicação do princípio usuário-pagador na esfera da utilização dos recursos naturais. Há um reconhecimento generalizado de que ela representa instrumento da maior importância para induzir a sociedade a padrões sustentáveis de consumo desses recursos.

Por ser tão recente, essa cobrança ainda enfrenta desafios em sua implantação, exemplificados pelo fato de o diploma legal supracitado prever a possibilidade de que parcela dos recursos financeiros arrecadados em uma bacia hidrográfica seja aplicada em outras. Tal fato tem sido avaliado de forma negativa pela maioria dos usuários, sob o argumento de que introduz um grau elevado de incerteza na distribuição dos recursos provenientes da referida cobrança, gerando, eventualmente, sacrifícios injustificáveis para bacias que, mesmo se dotadas de grande potencial arrecadador, devam arcar com elevados custos de recuperação e manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos.

Nas discussões em torno da implantação da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, por exemplo, tem-se argumentado, de modo enfático, que, em face dos graves desafios ambientais ali enfrentados, não se justifica a transferência de recursos financeiros para outras regiões, à revelia das prioridades definidas pelo comitê da referida bacia.

Essa distorção, como já indicado pelas evidências disponíveis, certamente terá o efeito deletério de fortalecer resistências à implantação dessa cobrança, instrumento vital para que seja instaurado, de forma efetiva, o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Daí a importância da alteração ora proposta.

Sala da Comissão, 30 de outubro de 2002.

 ,Presidente
 ,Relator



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no **caput** deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Brasília, 8 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Gustavo Krause.**

22ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 392, DE 2001, DESTINADA AO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA (INSTITUÍDOS PELO DECRETO S/Nº DE 5 DE JUNHO DE 2001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 392, de

2001, destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 11 de junho, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa).

Considera-se, portanto, aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião destina-se à leitura, discussão e votação do terceiro relatório parcial, que conclui pela apresentação do projeto de lei que altera a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Waldeck Ornelas, para fazer a leitura do relatório parcial.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esta Comissão vem funcionando desde o segundo semestre do ano passado e já produziu dois relatórios parciais que estão publicados pela Comissão dando conta das suas atividades, da análise da situação do rio São Francisco e das providências que são necessárias para que se cuide efetivamente da sua revitalização.

O que, neste momento, consideramos necessário, a partir dos estudos realizados, é que se promova uma modificação na lei que regulou o uso da água no Brasil, a lei que estabeleceu a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, que é a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Nesse sentido, elaboramos um relatório sintético, com base nos estudos que foram realizados, concluindo pela apresentação de um projeto de lei que modifica o art. 22 da referida Lei nº 9.433 para assegurar que os recursos gerados pela cobrança de água em cada bacia permaneçam ou estejam vinculados à própria bacia hidrográfica, ou seja, tenham que ser utilizados na mesma bacia, onde venham a ser gerados.

De modo que, embora integrando este Fundo Nacional de Recursos Hídricos, eles possam estar aplicados na bacia de origem.

Esse é o sentido do único artigo desta lei, estabelecendo que:

“Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com as multas decorrentes da inobservância das disposições contidas nesta lei deverão ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica onde foram gerados e serão utilizados.”

E seguem-se as diversas alíneas.

A lei vigente diz:

“Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica que foram gerados e serão utilizados ...”

Seguem-se as alíneas.

De modo que a lei vigente estabelece que serão aplicados, prioritariamente, na bacia. Estamos propondo que sejam aplicados integralmente na bacia hidrográfica.

Essa é a única modificação que estamos fazendo na Lei de Recursos Hídricos, de modo a possibilitar, inclusive, que a Agência Nacional de Águas possa ter êxito na sua política de implantação dos comitês de bacias hidrográficas, na medida em que, tendo início a implantação dos comitês de bacia, essa vinculação venha a ser um aperfeiçoamento na legislação vigente, nas regras vigentes, de maneira a possibilitar que se avance o processo de implantação dos comitês de bacia.

Como todos sabemos, em relação ao comitê da bacia do São Francisco, já foram eleitos todos os representantes, e o comitê está para ser implantado aproximadamente.

De maneira que peço o apoio de todos para essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Souto) – Não havendo Senadores inscritos para discutir o projeto, eu, de minha parte, quero dizer que se trata de uma modificação importante, porque estimulará – não tenho nenhuma dúvida – a atuação dos comitês de bacia, fará com que a fiscalização seja mais eficiente, e esses comitês estarão absolutamente seguros de que esses recursos serão aplicados em benefício da própria bacia.

Creio, portanto, que é uma modificação que aperfeiçoa a legislação existente atualmente, e por isso mesmo parabenizo esta Comissão, particularmente o seu Relator, Senador Waldeck Ornelas, que tem realizado um excelente trabalho nesta Comissão, com mais esta proposição extremamente importante com relação a legislação sobre recursos hídricos no Brasil.

Então, não havendo oradores inscritos, submeto o projeto à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa).

Está aprovado o projeto apresentado por esta Comissão.

Nada mais havendo a discutir, dou por encerrada a presente reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

(Levanta-se a reunião às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário a abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, resultante do 3º Relatório Preliminar da Comissão Especial, cujo expediente acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2002

Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil – APJ/GOB – é considerada como método complementar de ensino formal no Brasil, visando à formação moral e cívico-patriótica da juventude brasileira, e como tal reconhecida de relevante Utilidade Pública, devendo receber toda a assistência e auxílio do Poder Público para o seu exercício.

Art. 2º A regulamentação pelos órgãos especializados obedecerá o prazo de sessenta dias, especificando a forma pela qual se processará a colaboração entre a APJ e o Poder Público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil – APJ/GOB – é a única instituição cívico-patriótica infanto-juvenil criada por intermédio da Lei nº 2, de 15-4-1983, pelo povo maçônico brasileiro, legítima e soberanamente reunida em Assembléia Federal Legislativa, e por esse mesmo parlamento elevada à condição de entidade constitucional (Const., art. 150), logo incontestável. Suas leis ordinárias, decretos e portarias permeiam todo o Ordenamento Jurídico da Potência-Máter da Maçonaria no Brasil, que, aliás, de tantos feitos relevantes se confunde com a própria História Pátria.

Não há, pois, outra entidade com mais legitimidade para instruir a juventude brasileira nos caminhos do patriotismo, porque trabalhou na Inconfidência, na Independência, na Instituição da República, na Abolição da Escravatura.

O Grande Oriente do Brasil ciente da importância do seu projeto para a juventude brasileira, no Regulamento Geral da Ação Paramaçônica Juvenil, assim se expressa por seu então soberano Grão-Mestre Laelson Rodrigues, consagrando antigo texto, conforme se lê no artigo 5º do Decreto nº 498, de 10-07-2001:

“Toda loja federada ao Grande Oriente do Brasil é co-responsável pelo trabalho da APJ e como tal, tem o dever de manter e participar de um de seus núcleos, na forma deste Regulamento”.

Em outro Decreto, de nº 479, de 25-05-2001, prescreve apoio prioritário entre as atividades da Fraternidade Feminica Cruzeiro do Sul para o desenvolvimento da APJ, como é carinhosamente chamada nos Altos Corpos da Maçonaria. Por aí se vê a importância que o GOB dispensa à sua Ação Juvenil, colocando todos os órgãos executivos a seu serviço.

O próprio Poder Executivo da República Federativa do Brasil reconhece a vital importância das atividades da APJ, lididamente nacionais, recebendo-as como penhor para a concessão da Utilidade Pública Federal ao Grande Oriente do Brasil (notável instituição de 180 anos), o que justifica tantos cuidados do GOB com a sua dourada Ação Juvenil, contando com recursos significativos no seu Orçamento Anual, visando assegurar a sua dignidade face a várias entidades estrangeiras que estão invadindo o Brasil.

A Ação Paramaçônica Juvenil nada cobra do jovem, nem jóia nem mensalidade, é um serviço de amor à nação e ao futuro da pátria. Na volumosa e importantíssima obra História do Grande Oriente do Brasil, o historiador José Castellani, à página 336, diz acerca da APJ é “*considerada a máxima obra social maçônica contemporânea*” e, a página 35, posiciona-a com maestria invulgar ao estabelecer a diferenciação dela com quaisquer outras entidades advenas. E entre muitos parágrafos áureos, destacamos o seguinte:

“Tendo como meta, o aperfeiçoamento do corpo e do espírito, a APJ procura desenvolver, no menino e na menina, no rapaz e na moço, o espírito de solidariedade, de ética, de companheirismo, de lealdade, de amor ao próximo, de responsabilidade social, de coletividade, de mente sã em corpo saudável, para que eles possam trilhar os caminhos da Virtude, da Honra e da Dignidade, influenciando decisivamente quando adultos os destinos da nação e do mundo, para o bem estar da humanidade”, e construam o País dos nossos sonhos – aduzimos.

Entre as atividades azeitadas, por oportuno, destacamos as seguintes:

Noções de espiritualismo, literatura, pintura, escultura, oratória, esportes, confraternização, congressos, história pátria (estudo de vultos históricos), civismo, estratégia, excursões (para redescoberta do País), estudos sobre soberania e riquezas do solo brasileiro, ecologia (biodiversidade) prevenção contra as drogas perniciosas à vida, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, noções de racionalidade do trabalho, etc.

Tem Cerimonial de Admissão, e uma espécie de Ordem do Mérito, a Memória Nacional do Mérito Cívico Apejotista, Conteúdo Programático bem definido e ajustado a seus fins.

Por último, é uma entidade que merece apoio, porque protegê-la é proteger o Brasil contra as ondas de aventureiros, de aproveitadores e de covardes entreguistas que avassalam a nossa terra, aproveitando da falta de experiência e da bondade da juventude brasileira, cabendo-nos diligenciar para que ela não se converta em inocente útil, porque o “pior inimigo é o que está dentro da fortaleza” e porque, ainda, “quem dominar a juventude de um País, dominará este País sem disparar uma pedrada de bodoque”.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e de Educação Cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2002

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – UFCAL, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Art. 2º A UFCAL terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFCAL, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos de seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

Art. 4º A administração superior da UFCAL será exercida, no âmbito das respectivas competências, a se-

rem definidas no Estatuto e no Regimento-Geral, pelo Reitor e pelo Conselho Universitário.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFCAL, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária; e

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A história do ensino superior no Estado da Bahia remonta a 1808, quando foi criada a primeira escola de ensino médico no País – a Faculdade de Medicina da Bahia. Outras faculdades surgiram e, em 1946, foram integradas mediante instalação da Universidade da Bahia, que, quatro anos mais tarde, passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Atualmente, a educação superior no Estado da Bahia já não mais corresponde àquele início promissor, ocorrido no período do Brasil-Colônia. A Bahia conta, apenas, com cinco universidades públicas – uma federal e quatro estaduais –, duas universidades particulares (uma católica) e várias instituições de ensino superior recentemente instaladas, mas que são insuficientes para atender às necessidades e aspirações de 12 milhões de baianos, no que se refere aos serviços de formação profissional, pesquisa e extensão universitária.

Aliás, o quadro do ensino superior na Bahia mostra uma enorme sobrecarga às custas do Governo do Estado que é responsável por cerca de 45% da matrícula. As quatro universidades estaduais detinham, em conjunto, no ano 2000, um total de 30.782 alunos, enquanto a União mantinha na Bahia apenas 18.391 alunos. As demais universidades e escolas de ensino superior totalizavam 19.299 alunos.

A evolução da matrícula, considerando-se o período entre 1995 e 2000 nos mostra que, enquanto a Universidade Federal da Bahia (aí incluído o campus de Cruz das Almas), cresceu apenas 9% (passando de 16.874 para 18.391 alunos em cinco anos), as estaduais tiveram crescimento de 77,3%, e as particulares experimentaram crescimento de 66,3%.

Embora a matrícula total tenha crescido, no período, nada menos que 49,4%, em números absolutos correspondeu a um incremento de apenas 22.637 alunos.

Em meados da década, a oferta de vagas para o ensino superior em Salvador correspondia a apenas 1/4

da demanda, situação que é bem mais grave no interior, tornando a Bahia um estado exportador de vestibulandos, não obstante o esforço do governo do Estado e a presença crescente das instituições privadas, nos últimos anos. Ademais, a forte expansão do ensino de segundo grau em todo o Estado leva a um grande incremento da demanda por ensino superior.

Há, assim, uma clara estagnação na oferta de vagas no ensino superior, a cargo do governo federal na Bahia que, apesar de ser o quarto mais populoso estado da federação, e estado nordestino, tem apenas uma universidade federal, diante de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados que têm quase uma dezena de universidades federais cada.

Este quadro torna-se bem mais grave quando se trata da pós-graduação, onde a Universidade Federal da Bahia era, até há pouco, a única instituição de ensino superior a dispor de cursos, base para as atividades de pesquisa.

Trata-se de uma situação injusta para com um estado integrante da região mais pobre e das mais populosas do país, que fica assim limitado em suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico por conta da ausência do ensino público federal e da sua capacidade de realizar extensão e pesquisa. Tanto mais que a Bahia vem passando por uma intensa transformação e acelerando o processo de crescimento da sua economia, demandando forte incremento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para dar apoio e suporte à consolidação de seu progresso econômico, sob pena do seu comprometimento.

De outro lado, os dados do Censo da Educação Superior de 2000 apontam maior crescimento do número de matrículas no interior do país (16,1%) do que nas capitais (11%), de forma que, hoje, 53,6% dos alunos estão em cursos de graduação instalados no interior dos estados.

Seguindo essa salutar tendência é que proponho, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia, a criação da Universidade Federal de Cruz das Almas, município localizado no Recôncavo Baiano, a 146Km da cidade de Salvador, onde já existe um campus universitário. Lá, em 1943, foi instalada a primeira escola de agronomia da América do Sul, que hoje faz parte da Universidade Federal da Bahia, cuja história será também resgatada e valorizada.

O município também abriga o Centro Nacional de Pesquisas em Mandioca e Fruticultura da Embrapa, que dispõe de laboratórios e outras instalações necessárias às atividades científicas ali desenvolvidas por 66 pesquisadores com mestrado e doutorado.

A existência da tradicional Escola de Agronomia e do Centro de Pesquisa facilitará sobremaneira o processo de instalação e consolidação da nova Universidade Federal de Cruz das Almas.

Se, por um lado, as condições socioeconômicas e culturais do Município de Cruz das Almas permitem a instalação da universidade que ora propomos, por outro lado, a intensificação do ritmo de desenvolvimento do Recôncavo Baiano requer a ampliação de oportunidades de qualificação universitária, nos diferentes campos de ação da sociedade, de modo a gerar conhecimento, inovar em tecnologia e contribuir para a solução dos problemas regionais.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. – Senador **Waldeck Ornélas**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2002

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre vigência, eficácia e aplicação das leis, nos casos que menciona.

Disposição geral

Art. 2º Ninguém se escusa de cumprir a lei alegando desconhecimento.

Da vigência da lei

Art. 3º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada à correção, o prazo começará a correr da nova publicação.

§ 2º As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova.

Art. 4º A lei em vigor terá efeito imediato e geral.

§ 1º A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 2º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 3º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 4º O conflito de normas resolve-se pela posterioridade e pela especialidade.

§ 5º O conflito aparente de dispositivos, na mesma norma, resolve-se pela especialidade, considerados, preferencialmente, o livro, título, capítulo ou seção a que pertença o tema.

Art. 5º A lei processual nova respeitará os atos praticados antes de sua vigência.

Da eficácia da lei

Art. 6º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 1º Ato jurídico perfeito é o consumado de acordo com a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Direito adquirido é o que pode ser exercido por seu titular, ou alguém por ele, com termo prefixado, ou sob condição preestabelecida e inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Coisa julgada, ou caso julgado, é a decisão judicial de que não caiba recurso.

Da aplicação da lei

Art. 7º No julgamento dos feitos, cabe ao juiz aplicar as normas legais.

Art. 8º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum.

§ 1º O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade na lei.

§ 2º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.

Art. 9º A lei federal superveniente a normas gerais estaduais suspende-lhes a eficácia no que lhes for contrário.

Art. 10. Aplica-se a lei brasileira ao casamento de brasileiros e estrangeiros realizado no Brasil.

Art. 11. Terão os efeitos permitidos na lei brasileira o casamento de estrangeiros realizado no país de origem, e o realizado no Brasil perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de origem de um ou de ambos os nubentes.

Art. 12. Equipara-se ao casamento brasileiro o realizado em país estrangeiro que, público e solene, observe os impedimentos e as condições de habilitação estabelecidos na lei brasileira e, a requerimento dos interessados, seja registrado no ofício civil de casamentos no Brasil.

Do domicílio

Art. 13. A pessoa que não tem domicílio considera-se domiciliada no lugar de sua residência ou no lugar em que se encontre.

Art. 14. O domicílio de um cônjuge, ou companheiro, estende-se ao do outro, e o destes aos dos filhos não emancipados, e o domicílio do tutor ou curador estende-se aos dos incapazes sob sua guarda.

Parágrafo único. Os domicílios das pessoas separadas de direito ou de fato não se estendem de uma à outra.

Art. 15. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

Art. 16. Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

Art. 17. O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apanhada.

Da separação e do divórcio

Art. 18. No processo de separação judicial, o foro será o de domicílio da mulher.

Art. 19. No processo de divórcio, o foro será o da separação judicial, se outro não for escolhido pelas partes.

Art. 20. O divórcio realizado no estrangeiro tiver sido precedido de separação judicial, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, será reconhecido no Brasil depois de um ano da data da sentença.

Parágrafo único. Se o divórcio realizado no estrangeiro tiver sido precedido de separação judicial realizada há pelo menos um ano, a homologação produzirá efeitos imediatos, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.

Art. 21. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que reúna os seguintes requisitos:

I – haver sido proferida por juiz competente;

II – terem as partes sido citadas ou ter-se consumado a revelia;

III – ter transitado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;

IV – estar traduzida por intérprete autorizado;

V – ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal, observada a hipótese do inciso II do art. 23.

§ 1º Não dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas.

§ 2º O reconhecimento de lei estrangeira limitar-se-á ao seu texto, sem se considerar qualquer remissão por ela feita à outra lei.

§ 3º A sentença de divórcio obtida por procuração em país de que os cônjuges não eram nacionais não será homologada no Brasil.

Art. 22. A morte presumida, declarada judicialmente, permite ao supérstite nova união matrimonial.

Art. 23. O Supremo Tribunal Federal, na forma do seu regimento interno, poderá:

I – reexaminar, a requerimento do interessado, decisões proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, para que passem a produzir todos os efeitos legais.

II – delegar à jurisdição federal, nos estados, competência para a homologação de sentenças estrangeiras de divórcio.

Do regime de bens

Art. 24. O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile nesse decreto o regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros.

Parágrafo único. O apostilamento do regime de bens aperfeiçoa-se com o competente registro.

Art. 25. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que os nubentes tiverem domicílio, e, se tiverem domicílios diferentes, à lei do primeiro domicílio conjugal.

Art. 26. No processo de invalidade do casamento, prevalecerá, para os nubentes com domicílios diferentes, o primeiro domicílio conjugal.

Art. 27. A autoridade consular brasileira é competente para celebrar o casamento de brasileiros e os demais atos de registro civil e tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiros nascidos no país da sede do consulado.

Parágrafo único. As correções de registro que se façam necessárias serão realizadas, no próprio consulado ou no ofício do domicílio do interessado, após manifestação judicial, mediante simples requerimento.

Da sucessão

Art. 28. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que era domiciliado o **de cujus** ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

Art. 29. A sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge, companheiro ou dos filhos, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável à lei do país do **de cujus**.

Art. 30. A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

Das obrigações

Art. 31. As obrigações serão qualificadas e regidas consoante a lei do país em que se constituírem.

Art. 32. A obrigação a ser executada no Brasil observará, na essência, a lei brasileira, admitidas, quanto à forma, as peculiaridades da lei estrangeira.

Art. 33. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Art. 34. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando:

I – o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II – tiver de ser cumprida a obrigação no Brasil;

III – a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, reputa-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que aqui tiver agência, filial ou sucursal.

Art. 35. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I – conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;

II – proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

Dos tratados e leis estrangeiras

Art. 36. Os tratados internacionais têm o mesmo nível hierárquico da lei ordinária e a ela se equiparam.

Parágrafo único. A plena eficácia dos tratados internacionais é condicionada à sua aprovação legislativa e ratificação mediante decreto.

Art. 37. A norma legal posterior prevalece sobre tratados, convenções e atos internacionais, nos pontos em que se conflitem.

Art. 38. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública ou os bons costumes.

Art. 39. A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

Art. 40. A sentença estrangeira, no todo ou em parte contrária às prescrições do art. 35 não será homologada pela justiça brasileira.

Art. 41. A execução do julgado proveniente de país estrangeiro que contrarie o art. 35 não será admitida no território brasileiro.

Art. 42. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

§ 1º As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, não poderão ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo governo brasileiro, sujeitos à lei brasileira.

§ 2º Os governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.

§ 3º Sujeitam-se à lei brasileira as organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, bem como suas filiais, agências e estabelecimentos em atividade no Brasil.

Art. 43. Os governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

§ 1º A aquisição dos imóveis dependerá de autorização do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º Os imóveis referidos no **caput** sujeitam-se, para os efeitos civis, ao mesmo regime jurídico da propriedade dos nacionais.

Art. 44. Esta Lei entrará em vigor em 10 de janeiro de 2003.

Art. 45. Fica revogado o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Justificação

Faz-se necessária uma nova Lei de Introdução ao Código Civil, ajustada aos preceitos do novo Código, em curso de **vacatio legis** para vigorar a partir de 10 janeiro de 2003. Nessa nova Lei de Introdução, versada em lei complementar e não mais em decreto-lei, há de se reduzir o prazo de vigência das normas, de quarenta e cinco para trinta dias, considerados os meios de comunicação e transporte deste século, fatores que em muito superam os de meados do século passado.

Impende, também, incorporar dispositivos dispersos, integrantes de outras normas, para elevá-los hierarquicamente ao **status** de lei complementar, confirmado por recepção constitucional; e agregar a jurisprudência predominante, construída nos Tribunais Superiores a respeito do conhecimento e da obrigatoriedade da lei, da vigência e do domicílio, do estrangeiro, do casamento e do divórcio, tendo por premissa que a interpretação das leis é, antes de tudo, fruto de sabedoria e tem lastro em princípios gerais de direito.

É necessário que a nova Lei de Introdução não se limite a prestigiar a norma posterior em simples desprovelo da anterior, nos casos de declaração expressa, por ser com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria tratada na lei anterior. Mais que isso, é curial enfrentar os efetivos conflitos de normas, pois nem sempre são só aparentes, e resolvê-los em favor da posterior, mas também pela especialidade, notadamente no conflito entre dispositivos pertencentes a uma mesma norma que autorize o exame de especialidade interna e considere o livro a que preferencialmente pertença o tema, além do título, capítulo e seção, para, então, estabelecer-se o texto prevalente.

Da mesma a forma, é imperioso assentar que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, e, em seguida, esclarecer o que sejam ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, e reduzir, assim, pelo esclarecer, a necessidade de interpretar.

No julgamento dos feitos, serão mantidos os princípios da aplicação das normas legais para atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, defeso ao julgador eximir-se de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade na lei. Diante de omissão da norma, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, conforme preceito de ordem processual. Com isso, restarão sem espaço eventualidades jurídicas como as experimentadas sob o título de direito alternativo, e se cumprirá melhor o disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, que exige a fundamentação de todas as decisões proferidas no Poder Judiciário.

Na seara matrimonial, a lei brasileira será aplicável ao casamento realizado no Brasil entre brasileiros e estrangeiros, e permitirá equiparação, ao casamento brasileiro, do realizado em país estrangeiro que – observe as mesmas exigências e impedimentos impostos ao processo de habilitação nacional. Por fim, se requerido pelos interessados, esses casamentos estrangeiros que não discrepem da forma pública e solene, por nós adotada, terão permissão para o registro no ofício civil de casamentos.

A nova Lei de Introdução congregará princípios e normas esparsos sobre a extensão do domicílio aos cônjuges e companheiros, desde que não separados de fato ou de direito, e a do domicílio destes aos filhos não emancipados, assim como a do tutor ou curador aos domicílios dos incapazes sob sua guarda.

No processo de separação judicial, o foro será o de domicílio da mulher, com o que evitará interpretações díspares e se atenderá ao princípio de equilíbrio entre as partes, em sua fase mais sensível que é quando se finda

a união. No processo de divórcio, isto é, passado um ano da separação judicial ou dois anos da separação de fato, o foro será o da separação judicial, se outro não for escolhido pelas partes.

A nova Lei de Introdução inova, ainda, ao reconhecer ao Supremo Tribunal Federal competência para, na forma do seu regimento interno, não apenas reexaminar, a requerimento do interessado, decisões proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, que produzam os efeitos legais, mas também para delegar à jurisdição federal, nos Estados, competência para homologar sentenças estrangeiras de divórcio, pois carece de sentido que brasileiros retornem do exterior para seus Estados de origem e domicílio e necessitem homologar sentenças estrangeiras de divórcio na capital do País, onde tem sede a mais alta Corte de Justiça, e não possam obter essa homologação nos Juízos Federais estaduais em que residem.

O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, será reconhecido no Brasil depois de um ano da data da sentença, para que se observe o mesmo prazo fixado na Lei nº 6.515, de 1977, que disciplina a separação judicial e o divórcio. O divórcio realizado no estrangeiro, precedido de separação judicial realizada há pelo menos um ano, induzirá, a partir da homologação, efeitos imediatos, desde que observadas as condições exigidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.

A execução, no Brasil, da sentença proferida no estrangeiro manter-se-á como no texto da lei de introdução em vigor, condicionada, porém, a ter sido proferida por juiz competente, com citação válida ou ter-se operado a revelia, haver transitado em julgado e revestir-se das mesmas formalidades impostas à execução de sentença proferida no Brasil. E preciso, também, ter sido traduzida por intérprete autorizado e homologada pelo Supremo Tribunal Federal, exceto se verificar-se a delegação à Justiça Federal prevista no inciso II do art. 19.

A proposta acolhe a presunção de morte, timidamente sediada no novo Código Civil (art. 1.571, inciso I, e § 1º), para autorizar o cônjuge *supérstite* a contrair nova união matrimonial após dois anos do desaparecimento, pois não se deve manter a atual imposição de extensos lapsos temporais, que somam mais de vinte anos, compreendidos entre o desaparecimento de alguém e a fase, de um ano, correspondente à curadoria do seu patrimônio, seguindo-se mais dez anos, da sucessão provisória, e outros dez, de sucessão definitiva. Se esses períodos já se mostram incompreensíveis e intoleráveis para que se proceda à partilha e destinação dos bens da pessoa presumidamente morta, mais incompreensível ainda é que a lei só libere o *supérstite* para novo casamento se esse *supérstite* ajuizar

ação de divórcio, em que, mesmo ciente da morte, tenha que alegar injúria em razão de abandono.

A competência outorgada às autoridades consulares brasileiras, para celebrarem o casamento de brasileiros e os demais atos de registro civil e tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiros nascidos no país da sede do consulado, passa a compreender a de que supervenientes correções de registro se realizem no próprio consulado, na hipótese de a pessoa ainda ter ali o seu domicílio, ou, se já retornou ao Brasil, no domicílio de origem, após breve manifestação judicial, mediante simples requerimento. Atualmente, não raro os tabelionatos exigem que a retificação se realize mediante ação judicial, o que soa exagerado quando se trata de simples alteração de dispositivo legal, grafia imprópria ou fato de mesma expressão.

Quanto às obrigações, não se inova, eis que permanecerão qualificadas e regidas consoante a lei do país em que se constituírem. *De lege ferenda* limita-se a reunir os dispositivos, hoje insertos em normas diversas. Assim, a obrigação a ser executada no Brasil observará, na essência, a lei brasileira, admitidas, quanto à forma, as peculiaridades da lei estrangeira, e a resultante de contrato reputar-se-á constituída no lugar em que residir o proponente.

Diga-se o mesmo – quanto a não inovar – no que concerne à competência da autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil e para proceder a inventário e partilha de bens aqui situados, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

Os tratados, convenções e atos internacionais regulamentados internamente terão o mesmo nível hierárquico da lei ordinária federal, e, extensão, da medida provisória, como depreende da leitura do inciso II do art. 105 da Constituição Federal. Esses atos equiparam-se à lei e, após referendados pelo Congresso Nacional mediante decreto legislativo, alcançarão executoriedade quando promulgados e publicados em decreto do Poder Executivo. Dessa maneira, a eficácia do tratado internacional estará condicionada à sua regulamentação interna, mediante as normas próprias.

Os processos judiciais, por seu turno, continuarão a ter trâmite e decisão independentes dos intentados perante tribunais estrangeiros. Por isso, a ação judicial promovida fora do Brasil não induzirá litispendência nem obstará a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa, e das que lhe são conexas, porque não faria sentido acompanhar, em todos os outros países, eventuais ações para, só então, conhecer as que aqui são ajuizadas.

No tangente às organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, mantêm-se a obediência à lei do Estado em que se constituírem e reproduz-se o comando do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil em vigor até janeiro de 2003).

A aquisição de propriedades que servem a sede de representações diplomáticas ou consulares manter-se-á como na norma atual e dependerá de autorização do Ministério das Relações Exteriores (Lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964), sujeitas, para os efeitos civis, ao mesmo regime jurídico da propriedade dos imóveis nacionais.

Finalmente, a previsão de vigência, contida no art. 42, coincidirá com a do novo Código Civil, que estará em vigor a partir de 10 de janeiro de 2003, e o último dispositivo, consentâneo com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, revoga o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que substancia a atual lei de introdução ao Código Civil.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. – Senador **Moreira Mendes**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

LIVRO I

Das Pessoas

TÍTULO I

Das Pessoas Naturais

CAPÍTULO I

Da Personalidade e da Capacidade

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I – os menores de dezesseis anos;

II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

.....

DECRETO-LEI Nº 4.657,
DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

§ 2º A vigência das leis, que os Governos Estaduais elaborem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começa no prazo que a legislação estadual fixar.

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e a matéria a que se refere retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício nº 160/02-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 248, de 2002, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que “Requer ao Ministro da Fazenda, através do Banco Central do Brasil, seja remetida ao Senado Federal cópia do relatório de auditoria executada no Banco do Estado do Ceará – BEC, que embasou o processo de saneamento daquela instituição financeira”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e a matéria a que se refere retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. Nº 129/02-GLPFL

Brasília, 5 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Atendendo a solicitação do Senador José Jorge, indico S. Exª para substituir o Senador Antônio Carlos Júnior como suplente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Senador Antônio Carlos Júnior passará a ocupar a vaga de titular.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– V. Exª já se encontra inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, por vinte minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para manifestar-me sobre dois assuntos de grande importância para o meu Estado, Santa Catarina.

Um refere-se à duplicação da BR-101, do trecho que vai de Palhoça à fronteira com o Rio Grande do Sul. O outro diz respeito ao edital de licitação do Banco do Estado de Santa Catarina.

Sobre ambos já me manifestei junto ao Presidente da República, mas desejo consignar a minha posição no Plenário desta Casa.

Em 1994, quando fui candidato ao governo do meu Estado, apoiiei para Presidente da República o então Senador Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião eu o acompanhei, em visita que fez a Santa Catarina, em um vasto percurso da estrada, a BR-101, entre Joinville e Barra Velha, para mostrar ao candidato as grandes dificuldades que sofria Santa Catarina, com uma estrada em más condições, e também a necessidade de sua duplicação em todo o nosso Estado, levando essa duplicação da fronteira do Paraná à fronteira do Rio Grande do Sul. Fez, então, o candidato, promessa pública de realizar essa obra, que era, sem dúvida alguma, a grande prioridade dos catarinenses.

Grandes movimentações foram feitas e, desde o início de seu Governo, acompanhei cuidadosamente os passos para que fôssemos alcançando as diversas etapas.

Primeiramente, foi conseguido um empréstimo do Banco Mundial para podermos fazer a duplicação desde a fronteira do Paraná até o Município de Palhoça. Essa obra foi licitada e encontra-se realizada, com pequenos problemas, que devem ser resolvidos no curso do próximo ano.

Começamos a batalha para a etapa subsequente – a do trecho de Palhoça à divisa do Rio Grande do Sul –, e encontramos inúmeras dificuldades: dificuldades no financiamento, que foram vencidas; dificuldades em órgãos do Governo, como o Ministério do Meio Ambiente, especificamente o Ibama, e, depois, com a Funai.

Com muita luta, a Bancada de Santa Catarina, com a participação de todos os Senadores e Deputados Federais, de Lideranças da Assembléia Legislativa, de Prefeitos Municipais e de membros das Câmaras de Vereadores, conseguiu vencer, um a um, os obstáculos. Falta, portanto, o momento do lançamento do edital.

Vencidos os obstáculos, o Ministro dos Transportes comunicou que faria, no dia 25 de junho, o lançamento do edital para a duplicação daquele trecho da estrada.

Lamentavelmente, não acolheu a sugestão do Governador de fazer uma solenidade conjunta entre o Governo Federal, que ele representava, e o Governo do Estado, muito bem dirigido pelo Governador Esperidião Amin. Preferiu uma solenidade partidária. Realizou-a no dia 25 de junho, em Passo de Torres, Município de fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conduziu-a com seus companheiros de Partido e de coligação para, em um ato político, prestar estímulo às candidaturas de seu Partido.

O Senador Geraldo Althoff e eu, que lutamos pela estrada, que fomos várias vezes ao Presidente da República, que comparecemos a audiências públicas, não poderíamos compartilhar desse ato, mas, apesar da situação constrangedora, não deixamos de aplaudir a iniciativa, a consecução de uma ação que vinha sendo perseguida pelo Presidente da República.

Ocorre, todavia, que, no dia 15 de outubro de 2002, o Ministro Marcos Vilaça, acompanhando o edital de licitação, teve que interferir com um despacho de Ministro-Relator, suspendendo a referida licitação. E apresentou os argumentos, baseados em levantamento de auditoria, mostrando que seria necessário medida cautelar para que se evitassem ilegalidades e inconstitucionalidades.

O Ministro levou pessoalmente o edital a Santa Catarina, no dia 25 de junho. Fez-se acompanhar do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. No entanto, esse edital veio, segundo o Ministro-Relator, que adotou a medida cautelar com base nos auditores de Santa Catarina, eivado de vícios.

As normas licitatórias brasileiras, que deveriam constar do edital, de acordo com o pedido do BID, foram esquecidas. E foram incluídas no edital condições que mostram a temeridade da ação do Ministério dos Transportes.

E destaca o Ministro Marcos Vilaça:

(...) a exigência de valor mínimo de faturamento anterior das licitantes nos Editais nºs 0003/02-00 e 0004/02-00, de até R\$150.000.000,00 anuais, contraria o art. 37, inciso XXI, da CF, dado que se mostra excessivo para a garantia do cumprimento das obrigações da contratada. Como demonstrado pela Secex/SC, pouquíssimas empresas estariam habilitadas a concorrer nas licitações. Diversas empresas conceituadas no ramo de pavimentação e terraplenagem ficariam impedidas de disputar certos lotes.

Acrescento que estes são em número de nove.

Aduz o Ministro Marcos Vilaça que, sem o critério de aceitabilidade de preços, “abrem-se as portas para o superfaturamento”.

É inadmissível que um edital como esse tenha sido lançado em festa política, e solenemente. É evidente que o caminho certo era a demissão do Diretor-Geral e do Ministro. O Presidente Fernando Henrique é um homem de bem, um homem que conduz este Brasil com serenidade. A ele me dirigi. Sei que dificilmente haverá uma solução para a manutenção do edital, porque ele está claramente dirigido.

É necessário, portanto, para não perdermos tempo, pois é uma estrada que causou milhares de vítimas e que é amplamente almejada por Santa Catarina, especialmente pelo sul do Estado e pela sua gente – que foi tripudiada pela ação do Ministério dos Transportes –, que se corrija o edital e que o Governo o faça com seriedade. É preciso, ainda, que, lançado na maior brevidade possível, fique resguardado o Erário público e a moralidade administrativa.

Faço, desta tribuna, este apelo ao Presidente Fernando Henrique, para que Santa Catarina não sofra com novos atrasos.

O segundo assunto, que também considero da maior importância, é o Banco do Estado de Santa Catarina. Passei ao Presidente uma mensagem, na última sexta-feira, que desejo ler da tribuna desta Casa.

Excelentíssimo Senhor

Presidente Fernando Henrique Cardoso,

Cumprimentando Vossa Excelência pela correta e democrática transição que vem oferecendo ao País, permita-me, por isso mesmo fazer minhas ponderações a respeito do Edital de Licitação do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

O Governador Esperidião Amin recebeu o BESC falido, conforme constatou o Banco Central e só restariam duas soluções imediatas, a liquidação ou a federalização, já que o Estado de Santa Catarina naquela ocasião também havia sido quebrado pelo seu antecessor.

Graças ao entendimento entre o Governo Estadual e o Federal foi possível com a federalização, que o BESC fosse salvo, preservando agências pioneiras, depositantes e aplicadores e seu quadro de funcionários.

Contribuí para a solução, a melhor possível na ocasião, quando dos entendimentos e da tramitação do processo no Senado Federal.

Agora no final de seu Governo o Banco Central lançou Edital de Licitação para transferência do controle acionário do BESC e da BESCRI e vem Vossa Excelência, que impediu o desastre completo da instituição, sendo vítima de todas as espécies de ataques.

Cumpre-me, portanto, aconselhar e solicitar a Vossa Excelência que, em nome da transição que vem exemplarmente sendo executada, seja suspenso o Edital de Licitação, deixando que a decisão e as responsabilidades futuras sejam do futuro Presidente.

Confiante no acolhimento de nossa sugestão, aproveito para renovar minha sincera e permanente amizade.

Respeitosas saudações,

Jorge Konder Bornhausen.

Quero reafirmar a minha posição desta tribuna. O Presidente eleito, quando em campanha em Santa Catarina, afirmou que desejava manter o Besc como um banco público. O Presidente Fernando Henrique salvou aquela instituição da falência, ajudado pelo Governador Esperidião Amin e graças à atuação do Senado Federal. Repito, salvou depositantes, salvou a economia catarinense, empregos, agências pioneiras.

Entendo, no entanto, que agora, com a manifestação expressa do Presidente eleito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deve deixar a decisão ao futuro Presidente da República, que assumirá, a partir de 1º de janeiro, a responsabilidade sobre os desdobramentos e as seqüências de sua decisão.

Eram essas as informações e as posições que desejava manifestar, neste momento, da tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nesta tarde, inicio o meu pronunciamento homenageando um brasileiro que foi, com certeza, um dos maiores Senadores deste País, cujo busto, inclusive, oma o nosso plenário. Refiro-me a Rui Barbosa, que hoje estaria aniversariando. Creio que esta homenagem não é só minha, mas de todo o Senado Federal. E quero registrar que o Tribunal de Contas da União também está prestando uma homenagem a Rui Barbosa, uma vez que foi ele o inspirador da criação daquele Tribunal.

Mas o assunto principal do meu pronunciamento, Sr. Presidente, é, como tem sido sempre, a minha Amazônia, a nossa Amazônia.

Durante esse embate político pela Presidência da República, constatei que todos os candidatos, nos debates, discursos e entrevistas, falaram muito pouco, para não dizer quase nada, sobre a Amazônia. Na verdade, para ser justo, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, eleito Presidente, foi o único que apresentou um documento que, podemos dizer, é um esboço de programa para a Amazônia. Esse documento não pôde ser debatido com a sociedade nem discutido nos debates que S. Ex^a teve com os demais candidatos e, portanto, não foi esclarecido. No entanto, é um primeiro passo. As propostas nele contidas precisam ser debatidas e reavaliadas para que se tome um programa do Brasil – e não de um ou dois partidos – para a Amazônia.

Espero que tenhamos um plano do Governo Federal para a Amazônia. Repeti várias vezes desta tribuna que a Amazônia representa 60% do nosso território e é por muitos considerada como um problema para o Brasil. Porém, se hoje entram por suas fronteiras drogas, armas contrabandeadas, todo tipo de descaminho, isso ocorre por culpa dos brasileiros que dirigiram este País. Nenhum deles era um amazônida, nem por nascimento nem por se preocupar com 60% do território do seu País.

Tenho que fazer justiça ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Algumas obras feitas no seu Governo foram importantes para a Amazônia. Mas eu disse “algumas obras”. Não existiu um plano consistente de desenvolvimento da Amazônia. Espero que, a partir do dia 1º de janeiro, esse plano passe a existir. Espero, inclusive, poder contribuir com a discussão de pontos que possam resultar num novo momento para a Amazônia.

O documento apresentado em Belém pelo Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva tem o sugestivo título “O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil”. Eu pergunto: que desenvolvimento o Brasil quer para a Amazônia? Precisamos ser realistas e mostrar a todo o Brasil que existem 25 milhões de brasileiros lá nascidos ou que para lá foram, mas que pagam um alto preço por viverem naqueles 11 mil quilômetros de fronteiras com países problemáticos, como o Suriname, a ex-Guiana Inglesa, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, enfim, uma área imensa de fronteira seca, por onde se passa livremente de um lado para outro e faz-se de tudo sempre em benefício de forças ou interesses que não são os nacionais.

Portanto, como amazônida, faço um apelo à equipe que o Presidente eleito Lula está montando para governar o Brasil a partir do dia 1º de janeiro para que inclua em sua agenda, com destaque, a Amazônia, dando a ela o papel que merece no cenário do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero ficar repetindo – mas o farei sempre que for necessário – que a Amazônia já não é mais cobiçada pelas forças internacionais, pelos países do G-7, pois ela já está sendo ocupada por esses países. E me refiro não apenas à Amazônia brasileira, mas à Amazônia colombiana, à Amazônia peruana, à Amazônia venezuelana. Por sinal, é muito bom observarmos o exemplo da Colômbia, que teve com a sua Amazônia o mesmo descalço que estamos tendo com a nossa. E sabemos qual foi o resultado: a proliferação do narcotráfico e a sua aliança com uma guerrilha inicialmente ideológica e política, a perda do controle do governo sobre determinadas áreas do país e, por fim, a intervenção legalizada dos Estados Unidos, que tende a se agravar, pois de lá nunca mais sairão. E temos muitos exemplos como esse pelo mundo.

Assim, como um amazônida que nasceu, viveu e vive na Amazônia, faço este alerta para cobrar uma mudança. Se o povo brasileiro votou em favor da mudança, devemos também mudar o tratamento dado à Amazônia. Mas essa discussão não pode ser feita pelos acadêmicos, pelos filósofos do eixo Rio – São Paulo, mas pelos cientistas do Inpa, da Universidade do Pará, pelas pessoas que vivem na região, pelo povo humilde e ribeirinho. Não se podem comprar fórmulas feitas nas grandes universidades do centro-sul do País. Queremos ser ouvidos. Cada Estado da Amazônia tem uma universidade que precisa ser prestigiada, incentivada a produzir pesquisas e criar a fórmula para que a Amazônia se insira no contexto nacional. Não devemos

copiar modelos impostos de fora para dentro, deixando que a Amazônia se torne cada vez menos brasileira.

Dentro de poucos dias, exatamente no dia 13 – portanto, na próxima semana –, será votada nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição, de minha autoria, que destina 0,5% da arrecadação dos tributos federais, Imposto de Renda e IPI, para as universidades federais. Hoje, a União arrecada esses recursos e repassa, por meio do FPE, FPM e dos fundos constitucionais, 47% desses recursos para todos os Estados do Brasil. A minha proposta é no sentido de que se repasse, em vez de 47%, 47,5%. Portanto, 0,5% a mais para destinar especificamente às universidades federais localizadas na Amazônia Legal.

Essa proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por unanimidade e teve a manifestação favorável de todos os Senadores presentes, de todos os Estados do Brasil. Já passou pelo prazo de discussão em plenário, cinco dias, sem que recebesse qualquer emenda, estando pronta, portanto, para ser votada em primeiro turno, na próxima semana.

Quero fazer um apelo aqui aos Senadores de todos os partidos para que possamos aprovar essa proposta de emenda constitucional sem nenhuma alteração, porque ela representa pouquíssimo para o muito que a Amazônia necessita. Na verdade, estamos investindo na melhor coisa que possa existir para a Amazônia e para o Brasil, que é justamente a educação.

Espero que não haja nenhum tipo de alteração ou de retardamento na votação dessa emenda constitucional, até porque já ouvi alguns sussurros no sentido de que a própria área do Governo Federal está-se arregimentando para apresentar emendas a essa proposta. Dessa forma, ela terá que voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser reapreciada e, portanto, não poderá ser votada no plenário do Senado ainda este ano. Espero que esses sussurros que estou ouvindo não sejam verdadeiros, porque seria mais um crime que se cometeria contra a Amazônia, mais um verdadeiro descalço, um deboche por parte do próprio Governo Federal. Alterar uma proposta dessa natureza, que visa a dar o mínimo para as universidades federais da Amazônia, inviabilizará as universidades federais de exercer o seu papel não só de graduação de profissionais, mas também de aperfeiçoamento dos seus profissionais e da pesquisa dos nossos produtos, da nossa biodiversidade.

Ao encerrar este pronunciamento, faço referência à presença do Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que presidiu a reunião que aprovou a PEC nº 16, e reitero o

apelo aos Srs. Senadores: espero que possamos, na próxima semana, aprovar, aqui no plenário do Senado, essa proposta. Dessa forma, estaremos dando um passo importante, dentro do novo contexto político institucional, para a Amazônia, garantindo-lhe esse elemento indispensável, que são os recursos constitucionalmente destinados às nossas universidades federais, a fim de que os nossos reitores não fiquem vindo aqui quase sempre, de pires na mão, implorando aqui e acolá para conseguir dinheiro até para o custeio das nossas universidades.

Há pouco tempo, assistimos à vergonha por que passou a Universidade Federal do Rio de Janeiro ao ter a sua energia elétrica cortada por falta de pagamento. Um País não pode se dar a esse descaso, deixando passar por essa humilhação uma universidade federal, que, afinal de contas, é uma universidade do povo, já que é paga com o dinheiro do povo.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo com muito prazer e honra um aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, chego ao plenário ao final do discurso de V. Ex^a, mas eu o vinha ouvindo pelo rádio. Quero dizer apenas o seguinte: V. Ex^a conta com meu integral apoio nessa sua manifestação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço muito o apoio de V. Ex^a; sei que é muito significativo, não só por ser um amazônida, mas por ser um nome nacional, Presidente da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado. Tenho certeza também que os demais Senadores terão a mesma conduta.

Sr. Presidente, quero, portanto, deixar aqui, até para reflexão também dos demais Senadores da Amazônia, o documento apresentado pelo Presidente eleito, Luiz Inácio da Silva, sobre a Amazônia, intitulado **O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil**. Vou lê-lo e destrinchá-lo e espero voltar a esta tribuna mais vezes para discuti-lo, a fim de que toda a Amazônia tome conhecimento e possa fazer as sugestões necessárias para a melhoria dessa proposta, que julgo ser importante. Pelo fato de ela, por si só, existir já é muito importante para nós da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornélas, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares, que ora preside esta sessão.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou dando entrada hoje num projeto de lei que regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E a que se refere esse art. 81? Trata-se de um complemento importante à Emenda Constitucional que criou o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, ao qual foram vinculadas parcelas de recursos da arrecadação da CPMF. Mas há algo mais a ser considerado. O art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias institui um fundo “constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002” – por conseguinte, 18 de junho passado –, “reverterão ao Fundo de Combate à Erradicação de Pobreza”.

O projeto que ora apresento cria, então, o Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza, que é o instrumento previsto na Emenda Constitucional para que possam fluir daí para o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza os recursos decorrentes dos rendimentos do processo de privatização. Essa foi uma medida adotada pelo Parlamento no sentido de assegurar recursos anuais da ordem de R\$4 bilhões ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza. E, estabelece a Constituição, na medida em que esses rendimentos não alcancem os R\$4 bilhões, não atinjam esse montante, deverá, então, ser feita a suplementação orçamentária.

Acontece, Sr. Presidente, que discutimos, no mês de junho, a prorrogação da CPMF, e, naquela ocasião, este Plenário, acolhendo um destaque supressivo de minha autoria, impediu que a criação desse Fundo que ora proponho só viesse a ocorrer a partir de janeiro de 2004. O meu entendimento é de que, a partir de 18 de junho de 2002, os recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza deveriam estar sendo alimentados, de um lado, pela vinculação de oito centésimos da arrecadação da CPMF; de outro, pelo produto da arrecadação do adicional de cinco pontos percentuais do IPI sobre produtos supérfluos, mas também, já agora, pelas receitas do Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza que estou a propor neste momento.

Trata-se de uma providência fundamental, porque até agora o Executivo não tomou a iniciativa de propor a criação desse Fundo.

Mas o § 3º do art. 81 prevê – o Constituinte foi sábio nisso – que essa regra não aplica ao art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição para criação desse Fundo. Ou seja, não é necessário lei complementar. Basta uma lei ordinária, uma lei comum. É o que estou fazendo para que esta Casa possa aprovar com rapidez esse Fundo. A urgência eu não preciso destacar.

Chamo a atenção da Casa para dois aspectos: primeiro, os recursos já deveriam estar fluindo desde 18 de junho de 2002, razão pela qual os efeitos desse projeto de lei deverão ter vigência retroativa a partir de então. De outro lado, não passa despercebido que o Presidente da República eleito anunciou como sua primeira medida a criação da Secretaria Nacional de Emergência Social, que deverá utilizar sobretudo recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza. Essa é também uma razão que vejo para que o Congresso possa rapidamente apreciar esse projeto e, dessa forma, dar ao novo Presidente um instrumento indispensável para que ele possa cumprir o seu compromisso de campanha e a proposta que anunciou ao País.

Um segundo projeto de lei que também estou apresentando hoje diz respeito particularmente ao interesse do meu Estado, a Bahia. Trago a esta Casa um projeto de lei para que seja criada a Universidade Federal de Cruz das Almas, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia.

Na Bahia, Sr. Presidente, teve início a história do ensino superior em 1808, quando foi criada a primeira Faculdade de Medicina do País. Depois, foi também criada, em Cruz das Almas, a primeira Faculdade de Agronomia do País. De modo que é, inclusive, uma forma de resgatar e valorizar essa história da Faculdade de Agronomia que está implantada no campus de Cruz das Almas no recôncavo baiano.

A situação do ensino superior na Bahia é bastante peculiar, porque a Universidade Federal tem menos da metade dos alunos das quatro universidades estaduais mantidas, por conseguinte, às custas do erário estadual.

Enquanto isso, sendo a Bahia o quarto Estado mais populoso do Brasil, dispõe de apenas uma única universidade federal, enquanto outros Estados, como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, dispõem, cada um, de cerca de 10 universidades federais.

Há, por conseguinte, um tratamento discriminatório e discricionário, ao longo do tempo, em relação a um

Estado nordestino, um Estado de região subdesenvolvida, um Estado de uma região reconhecidamente pobre, cujo processo de crescimento econômico e cuja diversificação de sua matriz econômica requer, necessita, precisa da ampliação das instituições de ensino, de pesquisa e de extensão para dar suporte ao crescimento econômico que vem experimentando.

Veja-se que, entre 1995 e 2000, a matrícula na Universidade Federal da Bahia cresceu apenas 9%, passando de 16.874 para 18.391 alunos, em cinco anos. Um crescimento de menos de 2 mil alunos. Enquanto isso, as universidades estaduais tiveram um crescimento de 77,3% e as particulares, de 66,3%.

Há, portanto, uma lacuna, um vazio, uma dívida inaceitável da União para com o Estado da Bahia, razão pela qual a criação da Universidade Federal da Cruz das Almas é um passo na reparação dessa dívida da União com o meu Estado.

Eram esses meus comentários, Sr. Presidente, sobre esses dois projetos hoje por mim apresentados. Um, de grande relevância nacional e urgência, porque trata de regulamentar um Fundo financeiro previsto desde a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza para dar suporte às ações federais na área social, na área de combate e erradicação da pobreza. De outro lado, um outro projeto estratégico e importante para o presente e o futuro do meu Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Waldeck Ornelas, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil viveu a sua grande festa democrática, com a eleição presidencial que levou ao Governo Federal Luiz Inácio Lula da Silva. A festa consolida décadas de luta pelo revigoreamento da democracia, encerrando o ciclo autoritário. Há muito o que celebrar dos resultados das urnas, tomando a eleição pelo eixo nacional de um país em busca de sua identidade democrática.

Foram quatro décadas de avanços e recuos, de aberturas e de retrocessos, que permitiram amadurecer no Brasil um tipo de política aberta ao mais abrangente

diálogo, tendo como base a idéia já antiga de mudanças, preconizadas desde os tempos das reformas de base, no Governo João Goulart.

O País exauriu todos os modelos de desenvolvimento que serviram, ao longo da história, para remunerar o capital dos ricos e para fazer mais ricos, enquanto milhões de brasileiros permaneceram pobres, parte deles miseráveis, sem acesso a terra, sem trabalho, sem moradia, sem ter o que comer, enfrentando a ronda da morte.

Um país de privilégios, onde os direitos constitucionais são postergados, e as políticas públicas rareiam, como dádivas a prender pela dependência e pela subalteridade grande parte do povo brasileiro.

A eleição do Presidente Lula põe fim a essa visão equivocada de progresso, que enumera conquistas econômicas, mas deixa à míngua as vítimas da questão social. Pouco importa ao povo um lugar de destaque entre os países ricos, se a pobreza continua avassalando a população, estigmatizando-a como uma massa de desvalidos e esfomeados.

Por isso mesmo, repercutiu em todo o Brasil o pronunciamento do Presidente eleito, o primeiro que fez após sua retumbante vitória, o de priorizar o combate à fome, seguido do desejo de ver o povo, todo ele, comendo três vezes por dia, todos os santos dias.

Atento e emocionado, o povo ouviu um dos seus mais autênticos filhos, que experimentou os ritos do sofrimento, desde que abandonou sua terra – Pernambuco – para buscar trabalho e sobrevivência em São Paulo, que ofereceu sempre oportunidade à mão-de-obra abundante do Nordeste.

A fala inaugural, cercada de expectativa, repleta da emoção pelas vitórias pessoal e política do novo Presidente, deu ao Brasil um alento, restaurou a confiança nos poderes públicos, valorizou a atividade política e colocou bem às claras o tema da fome como proposta de debate e de trabalho sem os velhos preconceitos que cercaram alguns temas sociais, transformando-os em verdadeiros tabus.

Má conselheira, como ensinou Indira Ghandi, a fome campeou no Brasil, humilhou o seu povo, inferiorizou e banalizou a vida, sem que houvesse da parte dos poderes públicos mais do que medidas paliativas. Agora, felizmente, a fome parece estar com seus dias contados, em honra da dignidade do povo brasileiro.

O combate à fome não é simples, nem fácil, mas começar por ele é um bom indício para um Governo nascido nas urnas, ungido democraticamente como legítimo e que está destinado a cumprir um papel de

ponte entre o passado e o futuro, entre a vergonha e a esperança, entre o medo e a felicidade.

O combate à fome, prometido pelo Presidente eleito, é mais que uma antecipação de prioridades, é mais que um resgate de compromisso de campanha, é um símbolo que marca, em seus primeiros passos, um novo Presidente, como um guia, um líder, com todas as suas responsabilidades perante seu povo.

Está na tradição indígena o papel dos líderes para manter vivo o espírito das suas nações. Um deles, Nhara, foi ao sacrifício para que nunca faltasse o alimento para a sua tribo. Está na história do milho, entre indígenas do norte do Brasil, o princípio da autoridade, que resguarda os interesses sociais, antes de tudo; interesses que começam pela sobrevivência, que a comida garante, na mais antiga das recorrências humanas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revisita, assim, o que de mais íntimo e profundo tem a cultura brasileira, buscando inspiração para o seu Governo, voltado para saudar débitos com o povo, na maior de todas as dívidas acumuladas pelo país. Enfrentar e vencer a fome é um desafio sem tamanho, uma causa a despertar toda a sociedade, continuamente, em lugar das boas ações que homens iluminados, como o sociólogo Betinho, empreenderam e ainda empreendem para minorar o sofrimento dos mais pobres.

O anúncio formal do combate à fome pelo Presidente eleito do Brasil, ainda que seja iniciado a partir de janeiro de 2003, certamente inspirará a corações e mentes de boa vontade a que façam com que o povo brasileiro tenha um natal mais feliz neste ano que está findando; um natal solidário, um natal sem fome, um natal da esperança e da fraternidade.

Certamente, os partidos que representam os Estados e o povo brasileiro no Congresso Nacional saberão trazer a sintonia conquistada nas urnas, captada nas múltiplas manifestações de vontade, auscultada pelo coração emocionado pela necessidade de se mudar o País e saberão ajudar o Presidente Lula a promover todas as reformas que tenham no centro a vida, como destinação do processo de desenvolvimento.

Foi o Papa Paulo VI, com sua encíclica **Populorum Progressio**, em 1967, quem definiu que o desenvolvimento é o novo nome da paz, chamando a atenção do mundo para a questão social. Lastimavelmente, o mundo pouco mudou. As palavras do papa não foram ouvidas e nem consideradas em grande número de países, onde a fome esmaga as suas populações,

e a paz continua sendo um sonho, alimentado pacientemente.

Também no Brasil, o modelo concentrador de rendas tornou mais fundo o fosso entre ricos e pobres. As desigualdades continuam aviltando a história de populações inteiras, marginalizadas pela falta de oportunidades. Pacato por índole, resignado por formação, o povo brasileiro conteve as suas energias e esperou pelas promessas da classe política, de prosperidade e de justiça social.

A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a resposta aos anseios públicos, é a recuperação da confiança na palavra empenhada, é a certeza de que o homem do povo será fiel ao povo.

O combate à fome pode e deve ser a marca com a qual o novo Governo honrará o Brasil e os brasileiros, descortinando um amanhã radioso, capaz de projetar sua luz possante sobre todos, desde os mais isolados do Norte, os povos da floresta, até os tradicionalistas do Sul, com seu modo próprio de viver e de combater, passando por todas as regiões do País, especialmente pelo Nordeste, onde a pobreza, a miséria e a fome produzem a degradação da vida e de onde saiu para superar todos os obstáculos e para vencer o Presidente eleito.

Sendo, como o sou, de um Estado nordestino – Sergipe, que volto a representar na próxima legislatura, graças à generosidade do seu povo – e sendo de um partido que tem como lema o socialismo, manifestar a minha total e irrestrita solidariedade ao Presidente eleito Lula, pelo anúncio do combate à fome como prioridade do seu Governo, e meu apoio nesta Casa, para que as medidas necessárias sejam aprovadas e entrem em vigor, com seus efeitos justiceiros.

Penso que a sociedade brasileira acompanha interessada e estará somada ao Presidente, ao lado da classe política, para o mutirão indormido contra a fome, como ponto de honra, como problema central do País, maior e mais urgente que todos, porque um problema do povo, da sua sobrevivência, da sua vida.

Felicitó, assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, saudando, mais uma vez, a sua vitória, da qual participei intensamente desde o primeiro turno, e desejando que ele cumpra, com firmeza e determinação, a sua vontade de acabar com a miséria e com a fome e servir, na mesa brasileira, três dignas refeições ao povo.

Quero, por fim, citar um poeta popular da minha terra, nascido e criado em Laranjeiras, a rica zona do açúcar, João Silva Franco, que, apesar do sobrenome, des-

ce de escravos. É de sua autoria a bela trova, refutando as sentenças de Paulo, o apóstolo:

Quem não trabalha não come,
É conversa muito falha,
Porque só vemos com fome
O povo que mais trabalha.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício nº 161/02-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 294, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no período de 1995 a 2002, cujos valores ultrapassam a R\$300.000,00 (trezentos mil reais)”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Bernardo Cabral** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação, retomando a matéria a que se refere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 244, DE 2002**

**Regulamenta o art. 81 do Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica constituído o Fundo criado pelo art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que passa a se denominar Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo, de natureza financeira, é constituído pelos recursos recebidos pela União, a partir de 14 de dezembro de 2000, em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da administração pública, ou de participação societária remanescente.

§ 2º Os rendimentos do Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza serão transferidos, com vigência retroativa a 18 de junho de 2002, ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, nos termos desta lei.

Art. 2º O Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza terá o mesmo órgão gestor que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Parágrafo único. Compete ao órgão gestor:

I – formular as políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

II – elaborar as propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

III – publicar, anualmente, o balanço patrimonial do Fundo, assim como os critérios de aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 3º Os rendimentos do Fundo serão apurados ao final de cada mês e transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no decorrer do mês subsequente.

Parágrafo único. Caso os rendimentos do Fundo não alcancem, em cada exercício, o montante de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), o órgão gestor elaborará proposta orçamentária, nos termos do art. 81, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, complementando, até o limite acima fixado, os recursos a serem transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 4º No exercício de 2002, o limite de que trata o art. 81, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Tran-

sitórias será calculado proporcionalmente ao período 18 de junho a 31 de dezembro de 2002.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 14 de dezembro de 2000.

Justificação

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP), criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000, foi instituído com o “objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida”.

Entre os recursos a serem destinados ao FCEP, estão os rendimentos do Fundo criado pelo art. 81 do ADCT. Tal Fundo, “constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da administração pública, ou de participação societária remanescente após a alienação”, deve iniciar a transferência de seus rendimentos para o FCEP a partir do dia 18 de junho de 2002.

Caso o montante anual dos rendimentos acima descritos não atinja a quatro bilhões de reais, o art. 81, § 1º, do ADCT, determina que os mesmos sejam complementados por meio de dotações orçamentárias em favor do FCEP.

Por força do art. 81, § 3º, do ADCT, não se aplica à regulamentação dessa matéria o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição. Assim, a mesma pode ser feita mediante lei ordinária.

O presente projeto de lei do Senado está estruturado em cinco artigos, conforme descritos a seguir:

O art. 1º constitui o Fundo, que passa a denominar-se Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza, e dá ao mesmo natureza financeira. Os recursos constitutivos são aqueles discriminados no art. 81 do ADCT. A data de início do Fundo é 14 de dezembro de 2000, data de promulgação da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, e o termo inicial para as transferências de recursos é o dia 18 de junho de 2002.

O art. 2º define o órgão gestor, que passa a ser o mesmo do FCEP e estabelece suas competências. O art. 3º determina o período de apuração dos rendimentos e sua transferência para o FCEP. Também fixa a forma de

complementação dos recursos a serem repassados no caso de os rendimentos ficarem abaixo do piso constitucional.

O art. 4º estabelece uma regra para o cálculo proporcional das transferências no exercício de 2002. Já o art. 5º fixa o início dos efeitos financeiros em 14 de dezembro de 2002.

Cabe ressaltar que, por força da prorrogação da cobrança da CPMF até 31 de dezembro de 2004, determinada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza passa a contar com as seguintes fontes de recursos:

- a) produto da arrecadação correspondente ao adicional de 0,08% da CPMF, até 31 de dezembro de 2004;
- b) produto da arrecadação correspondente ao adicional de 5 pontos percentuais do IPI sobre produtos supérfluos, até 31 de dezembro de 2010, data de extinção do FCEP;
- c) dotações orçamentárias;
- d) receitas do Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza, a partir de 18 de junho de 2002 até a extinção do FCEP.

A aprovação da presente proposição permitirá a constituição do Fundo de Financiamento ao Combate à Pobreza, possibilitando que seus rendimentos passem a integrar, de imediato, o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. Tal fonte adicional de recursos, da ordem de 4 bilhões de reais anuais, é de fundamental importância para o esforço nacional contra a pobreza, razão pela qual faz-se urgente a sua regulamentação, uma vez que os seus efeitos já deveriam estar fluindo desde 18 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. – Senador **Waldeck Ornelas**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da administração pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, ge-

rados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. (AC)

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (AC)

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União. (AC)

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o **caput**, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição. (AC)

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2002

Prorroga o prazo para a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2003 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e na Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 1º da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, estabeleceu o prazo de dois anos, contados de 1º de janeiro de 1999, para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feita pelos estados na faixa de até cento e cinquenta quilômetros considerada de fronteira, que ainda não o tivesse ratificado, requeres-

se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, a sua ratificação.

A Lei nº 10.164, de 27 de dezembro de 2000, prorrogou o citado prazo para 31 de dezembro de 2001. Posteriormente, a Lei nº 10.363, de 28 de dezembro de 2001, prorrogou, mais uma vez, o prazo para 31 de dezembro de 2002.

Assim, o prazo legal para que o detentor de título de alienação ou concessão de terras requeira ao Incra a sua ratificação expira em 31 de dezembro deste ano, ou seja, dentro de menos de dois meses.

O presente projeto de lei propõe a prorrogação desse prazo por mais um ano, para que o detentor do título de alienação ou de concessão requeira ao Incra a sua ratificação.

Essa prorrogação torna-se necessária a fim de possibilitar aos interessados que obtenham os documentos requeridos para compor os pedidos de ratificação, como planta do imóvel, memorial descritivo e aqueles relativos à cadeia dominial sucessória, exigência feita, inclusive, para os pequenos proprietários que possuam mais de um imóvel rural, uma vez que a obtenção desses documentos, além de onerosa, é extremamente intrincada e de difícil operacionalização, já que exige providências burocráticas em vários municípios e em várias instâncias administrativas.

As normas regulamentadoras do processo de ratificação prescrevem que o interessado apresente uma série de documentos, entre os quais a certidão de cadeia dominial complexa, o laudo técnico de vistoria, que serve para comprovar que a propriedade está sendo explorada em mais de cinquenta por cento de sua área, e a planta georeferenciada, cuja elaboração exige o emprego de equipamentos eletrônicos de GPS (Global Positioning System).

Para obter esses documentos, o proprietário terá de realizar pesquisas em diferentes cartórios e, não raras vezes, valer-se de serviços prestados por profissionais especializados contratados por ele. Isto por que há uma dificuldade enorme em se obterem as certidões dominiais nos Cartórios de Registros de Imóveis, as quais, muitas vezes, demandam meses para ser expedidas. Já houve casos extremos, em que os interessados tiveram de ingressar em juízo para obterem a emissão desses documentos.

Desse modo, é justo que se dê mais um prazo aos detentores desses títulos, a fim de que não paires dúvidas sobre a lisura dos governos que lhes emitiram esses títulos, nem sobre a validade desses documentos, nem também sobre a idoneidade dos seus detentores em

usufruir daquelas terras pertencentes, legal e primeiramente, à União.

Para se ter uma idéia mais clara da enormidade desse procedimento, basta saber que, apenas para que se estabeleça a cadeia sucessória dessas propriedades, estima-se que seja necessária a emissão de cerca de 10 milhões de certidões, o que vem criando embarços e dificuldades, não somente para os cartórios, mas, sobretudo, para os interessados.

Por outro lado, sabe-se também que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA -, não dispõe de estrutura e de pessoal para atender e analisar, no tempo definido na lei anterior, as mais de 22 mil solicitações de ratificação nos onze estados fronteiriços brasileiros.

A prorrogação desse prazo é ainda justificada pelo fato de a Lei nº 9.971, de 23 de novembro de 1999, em pleno vigor, haver estabelecido que o Incra declare nulo o título de alienação ou de concessão se não for requerida a sua ratificação no prazo por ela definido. Isso, por si só tem provocado uma enorme insegurança nos proprietários que possuem imóveis nas regiões fronteiriças, com consequências no campo emocional e econômico dessas pessoas. Sob tal insegurança, os ânimos se acirram entre os proprietários, os imóveis se desvalorizam – ou reduzem a sua liquidez -, os financiamentos bancários ficam limitados e os investimentos se reduzem; isso traduz, em última análise, uma queda na atividade produtiva e nos empregos.

Trata-se, portanto, de matéria de vital importância para toda a região fronteira do Brasil, e que necessita, pelas razões expostas, ser tramitada com a urgência que se faz necessária.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. – Senador **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.363, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001

Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2002 o prazo que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados na faixa

de fronteira de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e na Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Aloysio Nunes Ferreira Filho, Geraldo Magela da Cruz Quintão, Celso Lafer, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Raul Belens Jungman Pinto.**

LEI Nº 9.871, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de dois anos, contado de 1º de janeiro de 1999, para que detentor de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975.

§ 1º Decorrido o prazo estabelecido no **caput**, sem que tenha sido requerida a ratificação autorizada à União, ou não sendo esta possível, por desatendimento às disposições do Decreto-Lei nº 1.414 de 1975, o Incra deverá:

I – declarar nulo o título de alienação ou concessão, em ato motivado, no qual demonstrada a nulidade originária do título e a impossibilidade da ratificação;

II – dar ciência da decisão ao interessado e publicá-la no **Diário Oficial** da União;

III – promover o cancelamento dos correspondentes registros, na forma do disposto na Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, procedendo-se em relação a eventuais ocupantes do imóvel conforme o previsto na parte final do art. 6º do referido decreto-lei;

IV – requerer o registro do imóvel em nome da União no competente Registro de Imóveis.

§ 2º O prazo estabelecido neste artigo não impede que o Incra, durante a sua fluência, com a finalidade de solucionar grave conflito social, promova, de ofício, vistoria objetivando verificar se o imóvel rural alcançado pelo **caput** preenche todos os requisitos necessários à ratificação do respectivo título de propriedade.

§ 3º Reunindo o imóvel, objeto da vistoria de que trata o § 2º, as condições para ser ratificado, o Incra expedirá o competente título de ratificação ou, caso contrário, procederá na forma prevista no § 1º.

Art. 2º Sempre que o imóvel abrangido por título de que trata o art. 1º for objeto de ação de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, o Incra, de imediato, impugnará o domínio do imóvel.

§ 1º Na hipótese prevista no **caput**, o preço do imóvel, depositado em juízo, ficará retido até a decisão final sobre a propriedade da área.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às ações judiciais em andamento.

Art. 3º Caso a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, recaia sobre imóvel rural, objeto de registro, no Registro de Imóveis, em nome de particular, que não tenha sido destacado validamente, do domínio público por título formal ou por força de legislação específica, o estado, no qual situada a área, será citado para integrar a ação de desapropriação.

§ 1º Nas ações judiciais em andamento, o Incra requererá a citação do estado.

§ 2º Em qualquer hipótese, feita a citação, se o estado reivindicar o domínio do imóvel aplicar-se-á ao caso o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º.

§ 3º Nas situações de que trata este artigo, caso venha a ser reconhecido o domínio do estado sobre a área, fica a União previamente autorizada a desapropriar o imóvel rural de domínio do estado prosseguindo a ação de desapropriação em relação a este.

Art. 4º Ficam ratificados, de ofício, os títulos de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira, referentes a pequenas propriedades rurais, conforme as conceitua o art. 42, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, devidamente registrados no Registro de Imóveis até 26 de fevereiro de 1999, desde que o seu proprietário não seja titular do domínio de outro imóvel rural.

Parágrafo único. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, a ratificação de ofício a que se refere este artigo abrange, inclusive a média propriedade, conforme a conceitua o art. 4º, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.629, de 1993.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.910-10, de 24 de setembro de 1999.

Art. 6º (VETADO)

Brasília, 23 de novembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Raul Belens Jungmann Pinto.**

PROJETO DE LEI Nº 5.577, DE 2001

(Do Sr. Osmar Serraglio)

Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências.

(Às Comissões de Agricultura e Política Rural; e de Constituição e Justiça E de Redação (Art. 54) – Art. 24,II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2002 o prazo que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros¹ ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, a ratificação de que trata o art. 5º, § 1º, da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e na Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem o objetivo de prorrogar o prazo que a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, estabelece para que o detentor de título expedido pelos Estados na faixa de fronteira requeira junto ao INCRA a sua ratificação.

Esse prazo expiraria em 31 de dezembro de 2000, mas foi prorrogado pela Lei nº 10.164, de 27 de novembro de 2000, e expira em 31 de dezembro de 2001, ou seja, dentro de poucos meses. Pretendemos prorrogá-lo em 1 ano.

Justifica-se a presente proposta de prorrogação do prazo pelo fato de que os pedidos de ratificação

devem ser acompanhados de documentos pessoais do proprietário, planta do imóvel, memorial descritivo e aqueles relativos à cadeia sucessória, e devem ser feitos inclusive por pequenos proprietários que possuem mais de um imóvel rural.

Só na região de Cascavel, no Paraná, segundo reportagem do Jornal **O Estado do Paraná**, edição de 26 de agosto de 1999, para restabelecer a cadeia sucessória das cerca de 6 mil propriedades a serem ratificadas, serão necessárias mais de um milhão de certidões a um custo médio de R\$6,00.

No Estado de Santa Catarina, em vista da restrição disposta no art. 4º da Lei nº 9.871/99 para pequenos proprietários que possuam mais de um título de domínio, calcula-se que mais de 3.000 propriedades devem ter seus títulos ratificados.

De fato, as normas reguladoras do processo de ratificação exigem que o interessado apresente uma série de documentação, entre os quais a certidão de cadeia dominial completa, o laudo técnico de vistoria que serve para comprovar que a propriedade está sendo explorada em mais de 50% de sua área, e a planta georeferenciada, cuja elaboração exige o emprego de equipamentos de GPS (Global Positioning System).

Para obter estes documentos, o proprietário terá que pesquisar diferentes cartórios e contratar profissionais especializados. Há enorme dificuldade em obter-se as certidões dominiais junto aos cartórios de Registro de Imóveis, que demandam, às vezes, meses para serem expedidas. Em casos extremos, como no Estado de Mato Grosso do Sul, os interessados tiveram de ingressar em juízo para obter êxito na emissão desses documentos.

Toda essa documentação deve ser juntada com zelo, para que pedidos de ratificação não sejam denegados liminarmente, por descumprimento das exigências relativas à instrução do processo.

Além disso, é consabido que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – não dispõe de pessoal suficiente para atender mais de 22 mil solicitações de ratificações dos 11 Estados fronteiriços de nosso País.

É oportuno esclarecer que, na forma estabelecida pela Lei nº 9.871/99, não sendo requerida a ratificação em tempo hábil, deverá o INCRA declarar nulo o título de alienação ou de concessão. Tal fato tem provocado grande insegurança para as regiões atingidas, com reflexos no acirramento de fundiários e do desemprego.

Trata-se, pois, de matéria de vital importância para toda a região fronteira. Solicitamos, portanto, a colaboração de nossos ilustres pares para a aprovação do projeto em tela, com a urgência que se faz necessária.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2001. – Deputado **Osmar Serraglio** (PMDB-PR)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS
LEGISLATIVOS – CEDI**

LEI Nº 4.947, DE 6 DE ABRIL DE 1966

Fixa normas de direito agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do instituto brasileiro de reforma agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO II
Da Terra e dos Imóveis Rurais**

Art 5º Compete ao IBRA tomar as providências administrativas e promover as judiciais concernentes à discriminação das terras devolutas existentes no Distrito Federal, nos Territórios Federais e na faixa de 150 (cento e cinquenta) quilômetros ao longo das fronteiras do País, respeitado o disposto na Lei nº 2.597, de 13 de setembro de 1955.

§ 1º É o Poder Executivo autorizado a ratificar as alienações e concessões de terras já feitas pelos Estados na Faixa de Fronteiras, se entender que se coadunam com os objetivos do Estatuto da Terra.

§ 2º Para os fins previstos no art.11 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Serviço de Patrimônio da União, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, remeterá ao IBRA todos os processos ainda não ultimados de pedidos de aforamento ou aquisição de terras devolutas, desde que destinadas pelos seus ocupantes ou pretendentes ao aproveitamento agropecuário.

§ 3º Incluem-se entre os processos referidos no parágrafo anterior, desde que com as finalidades nele previstas, os chamados terrenos de marinha, bem como aqueles destinados a atividades pesqueiras e as terras localizadas na denominada Faixa de Fronteiras.

* O art. 5º do Decreto-lei nº 1.561, de 13-7-1977, revoga este § 3º no que se refere aos terrenos de marinha.

§ 4º Compete ao IBRA converter os referidos processos de aforamento em venda definitiva na respectiva área, para consecução dos fins determinados nos artigos 2 e 10 do Estatuto da Terra.

DECRETO-LEI Nº 1.414, DE
18 DE AGOSTO DE 1975

Dispõe sobre o processo de ratificação das concessões e alterações de terras devolutas na faixa de fronteiras, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 55, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A ratificação das alienações e concessões de terras devolutas na faixa de fronteiras a que se refere o § 1º do art. 5 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, será feita de acordo com as normas estabelecidas no presente Decreto-lei.

§ 1º O processo de ratificação alcançará as alienações e concessões das terras devolutas promovidas pelos Estados, na faixa de domínio da União.

§ 2º Ficam igualmente sujeitas às disposições do presente Decreto-lei as terras devolutas estaduais, localizadas na faixa de interesse da segurança nacional, alienadas ou concedidas sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, através da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, efetivar a ratificação, de ofício ou a requerimento da parte interessada.

Art. 2º com redação determinada pela Lei nº 6925, de 29 de junho de 1981.

LEI Nº 9.871, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º Ficam ratificados, de ofício, os títulos de alienação ou de concessão de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, referentes a pequenas propriedades rurais, conforme as conceitua o art. 4, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, devidamente registrados no Registro de Imóveis até 26 de fevereiro de 1999, desde que o seu proprietário não seja titular do domínio de outro imóvel rural.

Parágrafo único. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, a ratificação de ofício a que se refere este artigo abrange, inclusive a média propriedade, conforme a conceitua o art. 4º inciso III, alínea a, da Lei nº 8.629, de 1993.

LEI Nº 10.164, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

Prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2001 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira de até cento e cinquenta quilômetros, ainda não ratificado, requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Lucra a ratificação de que trata o § 1º do art. 5 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e o art. 1 da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2000, 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso, José Gregori, Rauk Belens Jugman Pinro.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1998

(Tramitando em conjunto com o Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95, na Casa de origem), que regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal (regulamenta a concessão de bolsa de estudo a estudantes carentes não atendidos pela rede pública), tendo

Pareceres sob nºs 826, 827 e 828, de 2002, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, pela aprovação da matéria contida no Projeto e no Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, incorporando contribuição de ambas as iniciativas, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e

– de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com subemenda, que apresenta; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão em conjunto dos projetos, da emenda e da subemenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1 (Substitutivo), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem preferência regimental, sem prejuízo da subemenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Subemenda da Comissão de Educação à Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Ficam, pois, prejudicados o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998, e o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido em turno suplementar.

É a seguinte a matéria aprovada:

EMENDA Nº 1-CCJ
(Substitutivo)

Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A concessão de bolsas de estudo prevista no § 1º do art. 213 da Constituição Federal, que beneficia os estudantes carentes que a rede pública de ensino fundamental e médio não está em condições de atender, obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º As bolsas de estudo destinam-se ao custeio dos encargos educacionais legalmente cobrados aos usuários pelas instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela iniciativa privada.

Parágrafo único. Os encargos educacionais não poderão ser superiores ao respectivo gasto por aluno na rede pública e serão estipulados com base nos valores efetivamente apurados no ano anterior ou previstos para o ano em curso, feitas, em qualquer caso, as devidas compensações ao final deste período.

Art. 3º A destinação de recursos públicos a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio será admitida somente enquanto houver falta de vagas e de cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando, observada a divisão de competências estabelecida pelo art. 211, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, e pelos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Simultaneamente à concessão de bolsas de estudo, o poder público implementará as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação constitucional de investir prioritariamente na expansão da rede de ensino municipal e estadual.

§ 2º No caso de o deslocamento do aluno para localidade próxima não envolver esforço e dispêndio de tempo prejudiciais ao seu bem-estar, o poder público dará prioridade ao investimento no transporte público gratuito sobre a concessão de bolsas de estudo.

Art. 4º Realizado o censo escolar anual pelo poder público competente, este divulgará o déficit de vagas da rede escolar pública de ensino fundamental e médio e discriminará as localidades e escolas em que será admitida a concessão de bolsa de estudo.

§ 1º O cálculo do déficit deve considerar a totalidade de vagas disponíveis na localidade, oferecidas pelas redes escolares federal, estadual e municipal.

§ 2º A seleção das escolas que acolherão os estudantes será feita segundo critérios que assegurem o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a qualidade do ensino ministrado.

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considera-se carente todo estudante cuja renda familiar esteja abaixo do limite de isenção do imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, igual benefício fica assegurado ao estudante de renda familiar maior, uma vez provado que a situação econômica de sua família não lhe permite arcar com o custeio do ensino privado.

Art. 6º Definidas as localidades com efetivo déficit de vagas na rede escolar pública, o sistema de ensino competente organizará as listas de estudantes que, atendendo aos critérios fixados no art. 5º, receberão bolsas de estudo, e indicará as escolas habilitadas a acolhê-los.

§ 1º Não poderá haver repasse de recursos às escolas, a título de bolsas de estudo, sem que tenham sido previamente selecionados e matriculados os estudantes-bolsistas.

§ 2º Nenhuma escola poderá cobrar dos bolsistas qualquer contribuição a título de complementação dos encargos educacionais, mesmo que o valor da bolsa seja inferior aos encargos educacionais normalmente praticados pela escola.

Art. 7º Os recursos destinados a bolsas de estudo serão globalmente previstos nos orçamentos públicos e sua destinação a cada escola somente será feita após cumpridos os procedimentos previstos nos artigos anteriores.

Art. 8º No orçamento para o exercício seguinte, o Poder Público competente consignará recursos suficientes para a expansão de vagas na rede pública, de forma a eliminar, até o ano subsequente, a concessão de bolsas de estudo.

Art. 9º Do montante de recursos transferidos a instituições privadas mediante concessão de bolsas de estudo, o Poder Público prestará contas à sociedade de forma específica e transparente.

Art. 10. Os alunos bolsistas do ensino fundamental, nos termos desta lei, serão computados no total de alunos anualmente matriculados nas escolas cadastradas das respectivas redes públicas de ensino, para os efeitos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. Os recursos despendidos com alunos bolsistas no ensino fundamental estão sujeitos às normas de acompanhamento e controle social previstas para as aplicações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, contados a partir de sua vigência.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SUBEMENDA Nº 1-CE
À Emenda nº 1-CCJ
(Substitutivo)

Suprima-se o art. 11 do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – É o seguinte o **item 2**, prejudicado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1999
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 826, 827, 828 e 984, de 2002, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo);

– de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com subemenda, que apresenta; pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999), favorável, proferido antes da aprovação do Requerimento nº 783, de 1999, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2002 (nº 1.523/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 569, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2002**

(Nº 1.523/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE, para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2002 (nº 997/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 767, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2002**

(Nº 997/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 465, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2002 (nº 1.028/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 573, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 118, DE 2002**

(Nº 1.028/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 410, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 6:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2002 (nº 1.101/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brillante, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 574, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2002.**

(Nº 1.101, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brillante, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brillante, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 7:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 123, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2002 (nº 1.113/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa

Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 575, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 2002

(Nº 1.113/2001, na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Pardo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 394, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2002 (nº 1.138/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio a Mariluz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 769, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2002

(Nº 1.138/2001, na câmara dos deputados)

Aprova o ato que autoriza a associação comunitária de apoio a mariluz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná.

Mariluz a executar, por três anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 756, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Apoio a

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2002 (nº 1.149/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 576, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2002

(Nº 1.149/2001, Na Câmara Dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária De Rádio FM/Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul.

autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 492, de 23 de agosto de 2000, que auto-

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Não havendo oradores inscritos, a Presidência facultou o uso da palavra àqueles Senadores que dela desejarem fazer uso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais de hoje noticiaram a operação de venda de ações do Banco do Brasil pelo BNDES. Em princípio, tendo em vista que a participação do Tesouro na composição das ações do Banco do Brasil dá margem à venda desse percentual sem perda de controle, não teríamos nenhuma restrição maior a que essa operação se realizasse, dependendo da forma pela qual se vai processar. Entretanto, Sr. Presidente, é estranhável essa decisão porque, no decorrer dos debates da campanha presidencial, ficou claro que uma das faces principais da divergência ideológica e programática da candidatura Lula, vencedora, em relação à candidatura governamental, com diretriz do Governo Fernando Henrique, situa-se claramente na questão da privatização, que sempre consideramos uma política ruinosa, na medida em que uma economia em processo de recuperação de um atraso histórico necessita da ação promotora do desenvolvimento vinda do Estado. Essa visão segundo a qual o mercado espontaneamente produz desenvolvimento nunca tivemos. Ao contrário, sempre a repudiamos, refutando profundamente essa idéia que conduziu o País à recessão, ao aprofundamento do atraso econômico e ao desemprego gigantesco em que se encontra.

Há poucos dias, tive oportunidade de ler um pronunciamento do Presidente Fernando Henrique, profundamente lamentável sob o nosso ponto de vista, em que dizia que criar emprego não era uma função do governo, mas do mercado. É exatamente essa profunda distorção de visão em relação ao que é a missão de um governo que pretende recuperar o atraso econômico do nosso País que levou o Brasil à situação lamentável, em termos de desemprego, em que se encontra hoje.

Na verdade – e esse é o nosso ponto de vista e o sustentamos com uma firmeza muito grande –, é tarefa do governo, sim, é sua responsabilidade e missão gerar empregos, isto é, promover o desenvolvimento e gerar, por conseguinte, empregos para os seus cidadãos. Essa é uma forma de cuidar, de preencher essa atenção ne-

cessária e absolutamente indispensável do governo em relação aos cidadãos do País.

Essa política de privatização conduziu, por exemplo, o setor de energia elétrica a um abandono de todo o processo de planejamento que, historicamente, se fez com grande êxito no Brasil, delegando toda a responsabilidade para a iniciativa privada, para o mercado, que não preencheu as expectativas, e tivemos o racionamento do ano passado e continuamos com um enorme atraso, que precisa ser recuperado. E será recuperado com a presença do Estado certamente, não exclusivamente, mas mobilizando poupança e investimentos de empresas privadas para a realização dos empreendimentos necessários. A presença do Estado é necessária, porque a privatização de setores estratégicos foi absolutamente ruinosa para o desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

Sr. Presidente, é estranhável que, praticamente a 60 dias da posse do novo governo, venha ainda o atual, na administração do BNDES, promover a venda de ações do Banco do Brasil, que, muito pertinentemente, deveria ser deixada para decisão do governo que se empossará em janeiro próximo.

Eu gostaria de registrar também informações que me chegam a respeito da gestão do BNDES, essa alavanca fundamental, a mais importante alavanca do processo de desenvolvimento brasileiro, que, historicamente, representou a grande agência de crescimento da economia brasileira. A atual administração do BNDES, pelas informações que me chegam, deixa muito a desejar. Registram-se casos de financiamentos concedidos sem maiores estudos. Aliás, o que sempre caracterizou a ação do BNDES foi o cuidado, o rigor na análise de viabilidade dos empreendimentos a serem financiados. Mas, ultimamente, segundo informações, foram realizadas operações sem o devido rigor, o que está resultando em inadimplências e atrasos de pagamento. Também foram realizadas operações sem garantias reais, com base apenas em fianças bancárias renováveis, que podem não ser renovadas. Tal situação conduz o Banco a uma possibilidade de prejuízo que sujeita a administração atual à condenação, especialmente nos últimos meses de sua gestão.

Naturalmente que esses dados virão à tona, e a opinião pública será devidamente informada. Todavia, Sr. Presidente, adianto que não tenho a confirmação dessas informações. O BNDES é a agência principal do nosso processo de desenvolvimento e deve ter uma gestão absolutamente rigorosa, não só em termos de viabilidade, mas também de exigência de garantias, o que, ao que parece, não tem ocorrido com freqüência.

Sr. Presidente, queríamos deixar manifestada a nossa estranheza com relação à operação da venda das ações do Banco do Brasil. Repito: não temos propriamente restrições ou consideramos a operação em si muito negativa; porém, estranhamos o fato de ela se realizar a 60 dias da assunção do novo governo, tendo em vista que um dos pontos principais de divergências entre os dois candidatos que se defrontaram – o governamental e o opositor – situava-se precisamente na questão da privatização e da venda de ações de empresas estatais ao público, não só aos brasileiros, mas aos acionistas estrangeiros.

Era isso, Sr. Presidente, que queria registrar na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Plano de Governo do futuro Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, traz à tona uma questão bastante importante, que diz respeito diretamente à infra-estrutura da região Centro-Oeste.

Ao me referir à infra-estrutura do nosso Estado, Goiás, e, por extensão, aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e áreas do norte do Brasil, de imediato pensamos na malha rodoviária brasileira. Para que tenhamos um crescimento auto-sustentável – ponto que também está inserido na proposta do futuro Presidente da República –, é fundamental a valorização da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito às rodovias que compõem o mapa da região Centro-Oeste, rodovias essas fundamentais para o crescimento do nosso Estado, para a valorização das pessoas que trabalham no campo e na produção de alimentos, os quais darão sustentação ao plano principal do Presidente Lula, qual seja, o de alimentar os brasileiros que não têm acesso a ele.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Confederação Nacional de Transportes Rodoviários traça um quadro caótico na área de transporte de cargas e de passageiros. Hoje, no Brasil, 70% das nossas rodovias estão em péssimas condições. Talvez isso não signifique muito para os Estados litorâneos, que dependem de outros meios de transportes, como o aquaviário, por exemplo. Mas, para nós, que vivemos no Centro-Oeste, em uma área mediterrânea, o transporte rodoviário é fundamental, pois as rodovias que compõem o nosso Estado são artérias vitais que alimentam o nosso desenvolvimento.

Daí a importância de chamarmos a atenção e, quem sabe, até aperfeiçoarmos o plano de Governo de

Lula para os próximos quatro anos, dando ênfase à questão das nossas rodovias, o que significaria baixar o custo Brasil, dar prestígio aos trabalhadores e empresários rurais, aos agricultores, enfim, àqueles que produzem no campo; dar ênfase às nossas rodovias significa fortalecer a nossa balança de pagamentos, porque a agricultura tem tido papel decisivo nos momentos de descontrolar a nossa balança. Por isso, ao assomar à tribuna, chamo a atenção da Comissão de Transição, que se estabeleceu hoje, para que, imediatamente, volte seus olhos para este drama vivido por nós, que moramos nos Estados do centro do País e que dependemos fundamentalmente das estradas.

Sr. Presidente, cito, aqui, o caos em que já se encontram as rodovias do nosso Estado, apesar das pouquíssimas chuvas. Por exemplo, a BR-364, que liga o Porto de São Simão ao Estado de Mato Grosso, passando pela região sudoeste do Estado, e a BR-153, que liga o território brasileiro ao Uruguai, seguindo até a região Norte, a chamada Belém-Brasília, tão importante e fundamental, rodovia esta que está distanciando os cidadãos brasileiros de Goiás e de Tocantins, tendo em vista as péssimas condições de conservação em que se encontram.

Esta Casa cumpriu com o seu dever quando votou a Cide, a taxa sobre combustíveis, que seria um alento para a conservação das nossas rodovias. Infelizmente, mais uma vez, essas taxas estão guardadas para formar o “caixa do Governo” ou o “caixa da Nação” para equilibrar a nossa balança de pagamentos, em vez de dar uma resposta imediata para aquilo a que foram destinadas, que era a conservação de nossas rodovias.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Mauro Miranda, considero muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a. Rememoro uma época em que, ainda no governo revolucionário, como era conhecido na época, não me lembro se durante o mandato do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, fez-se uma grande reunião ministerial dentro do Congresso, com a participação de todos os Congressistas, visando, acima de tudo, a criar, na região Centro-Oeste, um grande celeiro para abastecer o Brasil e o mundo, exportando em grande escala. De imediato, esbarrou-se nisso que V. Ex^a frisa agora, que são as vias de transporte. Daí surgiu essa linha Norte-Sul de estrada de ferro, que vai contemplar toda a nossa sociedade agrícola de uma maneira muito rica. Então, penso que, resolvendo os problemas das nossas ferrovi-

as, das nossas vias de transporte e das estradas, é claro que teremos aí um meio de o Brasil se transformar num dos maiores produtores ou naquele almejado celeiro de grãos do mundo inteiro. Por conseguinte, precisamos envia-
vidar esforços nesse sentido, até sensibilizar essa Comissão, para que medite: se é para gerar empregos, se a nossa meta principal, que foi debatida durante toda a campanha eleitoral por todos os candidatos à Presidência, foi, justamente, a geração de receita e de emprego, então, teríamos uma proposta das mais adequadas. Parabên-
zizo V. Ex^a pela colocação, por ser muito oportuna ao discutir um tema dessa natureza.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Nobre Senador Lindberg Cury, agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte, V. Ex^a, que também nasceu no meu Estado de Goiás e que hoje mora no Distrito Federal. Vemos o drama vivido tanto pelo Distrito Federal quanto por Goiás e pelos demais Estados da região Centro-Oeste. Tudo isso é fundamental. A ferrovia Norte-Sul é outro grande sonho que precisamos ver realizado, é um sonho da unanimidade da classe política dos nossos Estados de Goiás, Distrito Federal, Tocantins e Maranhão – a ligação Norte-Sul, que foi a grande bandeira desde o Governo de José Sarney, quando S. Ex^a se propôs a fazer e a colocar a Norte-Sul como prioridade nacional. São temas como esse que precisam ser lembrados para mostrar a importância de tudo isso para o nosso desenvolvimento. É lamentável que, neste Governo, se tenha criado até uma filosofia dos grandes corredores de exportação e ele não tenha tido a determinação da cobrança de resultados, como no caso da duplicação da estrada ligando o Distrito Federal – a BR-060 e a BR-153 – com o grande eixo duplicado até São Paulo. Toda essa malha rodoviária precisa ser atualizada e é por isso que fazemos este apelo tão importante para o nosso desenvolvimento, para o desenvolvimento de Goiás, que significará a interiorização do desenvolvimento do Brasil, a distribuição desse crescimento nacional. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro estão superlotadas. Quem sabe buscando, estimulando o crescimento numa região tão rica como é o Centro-Oeste faríamos também uma nova geografia econômico-social deste País.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Mauro Miranda, se V. Ex^a me permitir, quero apenas acrescentar algo mais.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Pois não, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Estamos tendo um superávit da agricultura brasileira, e o momento é oportuno. Estamos vivendo um momento espetacular. Basta que sejam acertados detalhes operacionais na Organização Mundial do Comércio e, em breve, teremos

os incentivos que são dados a produtores do Mercado Comum Europeu, de outras localidades e até dos Estados Unidos. Então, a partir daí, teremos um fomento para desenvolver a nossa agricultura, principalmente a localizada na região Centro-Oeste, que envolve os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, e seria também importante para os demais Estados de nosso País.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – V. Ex^a reforça, mais uma vez, essa tese e traz um testemunho importante. Vemos aqui, no meu Estado, por exemplo, na cidade de Rio Verde, que precisa urgentemente da modernização dessas vias de transporte, especialmente da rodovia 452, que liga ao centro-sul, a São Paulo, ao Porto de Santos, uma grande agroindústria, a maior de todas as brasileiras, que é a Perdigão, gerando emprego para cinco mil pessoas de uma forma direta, estimulando o desenvolvimento, a modernização da nossa agricultura. O que queremos já é o suporte do Governo Federal para que, com essas vias atualizadas, modernizadas, sem buracos, em condições de trafegabilidade normal, estimulem mais esse crescimento entre nós, gerando mais harmonia no campo, mais bem-estar àqueles trabalhadores que ficam no campo, possibilitando a chegada de uma saúde melhor, de uma educação melhor, enfim, dando mais carinho àqueles que permanecem no campo, produzindo o alimento para nós.

Restam tão poucos, em torno de 18% da população ainda fica no campo. Por que não dar um alento especial a eles, estimulando a permanência no interior em vez de buscar outros sonhos nas periferias das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, que estão, a meu ver, completamente esgotadas e que geram muito mais despesas ainda aos governos?

São essas as minhas palavras, fazendo um apelo à equipe de transição do Governo Lula, neste momento, e ao Presidente da República para que trabalhe urgentemente, porque a próxima safra está chegando e precisamos muito da conservação das estradas, de tapar os buracos, de dar uma rápida melhoria neste período, já que temos os recursos votados por esta Casa, que são os recursos da CID sobre combustíveis, que estão disponíveis, e que os Líderes do governo aqui nesta Casa prometeram que seriam destinados à melhoria da nossa malha rodoviária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Luiz Otávio e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – Pará) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Pará acaba de dar, neste mês de setembro, dois formidáveis passos em direção a um futuro melhor para si mesmo e para todo o Brasil. E esses passos foram as inaugurações feitas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e pelo Exm^o Sr. Governador Almir Gabriel no dia 20 de setembro passado.

Pela manhã, inaugurou-se o trecho da 2ª linha de transmissão de energia entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a subestação da Eletronorte em Vila do Conde, em nosso Estado; à tarde foi a vez do complexo da Alça Viária ao redor da Região Metropolitana de Belém ser entregue à população. Este novo sistema interliga nossa Capital às diversas regiões do Estado, permitindo que um salto qualitativo no processo de integração do Pará se torne realidade depois de uma demora de 30 anos.

De fato, Sr. Presidente, concebido na década de 1970, só agora, em 2002, é que a inauguração da Alça Viária permite que o Pará possa pensar seu desenvolvimento de forma integrada. Trata-se de um complexo de diversas pontes, num total de 4,5 km de extensão, que se inserem em um trecho rodoviário de mais de 70 km. É o maior projeto de infra-estrutura de transportes jamais realizado no Pará.

Sua repercussão pode apenas ser estimada, mas ainda não podemos quantificar todo o potencial de desenvolvimento que deverá trazer para o Pará e para a região circunvizinha, principalmente o Centro-Oeste, que passará a ter novas opções de escoamento de produção, assim como acesso a novos mercados consumidores e áreas de implantação de projetos industriais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a sabedoria do governante está em escolher os projetos que melhor atendem aos interesses de sua comunidade, principalmente aqueles que são indispensáveis à estrutura do processo de desenvolvimento e que maximizam o efeito multiplicador desse processo. Este é o caso da Alça Viária de Belém. Foram 246 milhões de reais, cujo emprego fez valer cada centavo.

A conexão que agora se faz consolida um corredor de exportação no Leste do Pará, através do porto de Vila do Conde, facilitando enormemente o acesso aos mercados internacionais dos nossos produtos.

No rol dos efeitos multiplicadores, esperamos que empresas de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se sintam atraídas por este novo acesso

ao porto de Vila do Conde e à facilidade de acesso ao mercado paraense, em contínuo crescimento.

A expectativa é que, já em 2003, a arrecadação de ICMS tenha um aumento de 50 milhões de reais, o que significa um crescimento de 50% sobre os 100 milhões recolhidos em 2001.

Um outro efeito social dos mais relevantes é que a Alça, permitindo melhor desenvolvimento do Leste paraense, incentivará a fixação de sua população em sua região de origem, reduzindo a pressão sobre Belém e seu entorno. Um maior equilíbrio do processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado será muito bem-vindo, enquanto ainda não sofremos dos problemas agudos de concentração populacional, como os Estados do Sudeste e Sul do Brasil.

Alguns efeitos práticos imediatos da abertura da Alça Viária são impressionantes, sobretudo para os que não estão acostumados com a escala dos deslocamentos num Estado extenso como o Pará. Por exemplo, a viagem entre Belém e Vila do Conde, que levava entre 3 e 5 horas, dependendo da travessia por balsa, passa a ser feita em uma hora e meia. A ligação Belém – Marabá, que se fazia entre 11 e 14 horas, passa agora a 8 horas e meia. Para a escala do Pará, são mudanças radicais nos tempos e nos custos diretos e indiretos do transporte de pessoas e bens.

E mais, Sr. Presidente, este complexo viário, festivamente inaugurado pelas mais altas autoridades do Estado e do País, é parte importante do sistema intermodal de transporte que o Pará vem implantando para estruturar o nosso desenvolvimento. O Governador Almir Gabriel dedicou-se com afinco a recuperar e ampliar a malha rodoviária do Estado e preparar suas ligações com o modal hidroviário, um dos mais fortes potenciais da região Norte, em particular do Pará.

Sr. Presidente, disponibilizando energia, rede de transporte e infra-estrutura básica, como é o papel do Poder público, os investidores aparecem e a população se beneficia com empregos, possibilidades de abertura de seus próprios negócios de serviços e comércio. São cadeias de produção e desenvolvimento que se formam quase como as cadeias neurais que o corpo humano cria em seu processo de crescimento.

Não há como contar somente com a iniciativa privada para que tais transformações ocorram. É preciso que o Poder público dê o impulso gerador do processo. Parcerias com os investidores virão assim que a sociedade vir que o projeto é sério e será concluído e perenizado.

Assim fizemos nós no Pará. Estamos dando a nós mesmos a chance de crescermos e de captarmos novos parceiros em nosso crescimento.

Um detalhe relevante devo ressaltar neste projeto da Alça Viária: as pontes que foram construídas, em especial a ponte sobre o rio Guamá, cujo vão central é de 320 metros, ladeado por dois vãos de 130 metros cada. Este trecho central da ponte foi construído utilizando a técnica do estaiamento, que consiste em sustentar o tabuleiro da ponte por cabos inclinados em forma de leque e presos ao topo de altos pilares de sustentação. No caso desta ponte, os pilares têm a altura de 100 metros, o que corresponde a um prédio de 30 andares, ou seja, igual aos mais altos de Belém.

Esta ponte é a terceira, no Brasil, que utiliza os estais como elemento de sustentação. Esta é uma moderna técnica de construção que coloca a engenharia brasileira alinhada com o que de mais avançado se faz no mundo em matéria de construção de pontes. Mais uma prova, Senhor Presidente, do espírito empreendedor de brasileiro e de sua capacidade técnica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o impacto desta dupla inauguração para o Pará é de tal ordem, que os Presidentes das Federações de Comércio e Indústrias de meu Estado, em suas manifestações a respeito, afirmaram ter uma expectativa de crescimento de seus setores entre 8 e 10 % ao ano, a partir dos benefícios que receberão os segmentos de prestação de serviços, de transporte de cargas e passageiros e a mudança da base produtiva com novos investimentos no agronegócio, turismo e na verticalização da indústria mineral. Para esses dois presidentes, o Pará está encerrando o ciclo de desenvolvimento com base no extrativismo. Novas formas de crescimento se farão presentes de agora em diante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que o Brasil está escolhendo um novo Presidente e, por conseqüência, um novo projeto de desenvolvimento social, político e econômico, exemplos como o que o meu Estado está dando devem ser vistos e apreendidos como fonte de inspiração para o que se deve fazer no resto do País.

Como disse anteriormente, em tempo de poucos recursos, projetos efetivamente estruturantes e com efeito multiplicador elevado devem ser vistos como prioridade por um governo que queira dar ao País um salto de desenvolvimento. Não mais podemos nos dar ao luxo de jogar dinheiro fora. A velha política do "rouba mas faz", que foi encarada com tanta condescendência durante tanto tempo por boa parte de nossa população, deve ser banida para sempre de nossos costumes e até de nosso anedotário. Moralidade, eficiência, eficácia, probidade

são hoje atributos indispensáveis para quem almeja administrar a coisa pública.

Sr. Presidente, ao ocupar esta tribuna para parabenizar todos os paraenses pelas duas inaugurações ocorridos em setembro, estou, também, fazendo uma profissão de fé de que os novos governantes que irão comandar o Brasil e seus Estados a partir de primeiro de janeiro saberão respeitar a população que os elegeu e dar-lhe, em retomo, o trabalho e a dedicação necessários para levar o Brasil a um novo ciclo de desenvolvimento, desta vez, sim, sustentado e duradouro. Não nos cabe mais pensar no futuro. Temos que pensar e construir nosso futuro hoje.

Construir uma nação não é fazer negócios apenas. É dar a sua gente padrões de vida, trabalho e aposentadoria dignos do ser humano que somos todos nós. Tal tarefa é custosa e demorada? Pois que seja! Coloquemos mãos à obra e edifiquemos nosso futuro desde já. Sem messianismos, sem visões apocalípticas. Apenas com realismo e sensibilidade para com nossa gente brasileira.

Nunca tivemos condições tão favoráveis para encetar um programa de desenvolvimento coletivo desde a era JK. Ou aproveitamos agora, ou amargaremos mais algumas décadas perdidas. Estou convencido de que o Brasil não pode esperar mais um dia sequer para ser o que todos nós queremos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores: é sempre tempo de abordar a importância da conscientização social para a necessidade de promoção dos direitos fundamentais da pessoa portadora de deficiência física.

Estima-se que as pessoas portadoras de deficiência constituam, hoje, pelo menos 10% da nossa população. Isso representa, no Brasil, um universo de 17 milhões de cidadãos portadores de alguma forma de deficiência física ou mental lutando pela conquista plena de seus direitos e de sua cidadania.

Esses números, por si sós, evidenciam que a questão dos direitos da pessoa portadora de deficiência é, no presente, uma causa que exige atenção do Poder Público e de toda a sociedade.

É nesse sentido que se desenvolve o trabalho das APAEs de todo o Brasil, na busca pelo desenvolvimento de projetos e pela realização de ações voltadas para a construção de uma sociedade justa e inclusiva.

Desde 1954, ano de fundação da primeira APAE, há quase 50 anos portanto, pais e amigos das pessoas portadoras de deficiência vêm formando uma grande

rede de pessoas que buscam, por meio da inclusão social, a cidadania, a justiça, a educação, a prevenção e a saúde como instrumentos de defesa e de conquista dos direitos fundamentais da pessoa portadora de deficiência mental.

Hoje, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) estão presentes com suas escolas especiais em grande parte dos municípios brasileiros, fazendo o atendimento educacional especializado a mais de 230 mil alunos e desenvolvendo um trabalho que se estende desde a estimulação precoce até o atendimento à terceira idade.

As APAEs envolvem diretamente mais de 4 milhões de pessoas voluntárias, entre pais e amigos, enquanto que, indiretamente, são mais de 40 milhões de pessoas envolvidas com a causa da deficiência mental. Por meio da FENAPAE, o Movimento Apaeano reúne, atualmente, 1.800 APAEs e entidades co-irmãs distribuídas por todo o território nacional, 21 Federações nos Estados, responsáveis por ações em âmbito estadual, e 202 Delegacias Regionais.

Organização filantrópica responsável pela articulação e definição das diretrizes estratégicas do maior movimento social e comunitário do mundo em sua área de atuação, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAE) tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, todas elas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

No cumprimento dessa missão, as APAEs realizam ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, jurídica, congressos, cursos, seminários, olimpíadas, festivais de arte, concurso de cartazes, fórum de autodefensores, escolarização, educação profissional, projetos de informática, prevenção de deficiências, capacitação de profissionais nas áreas pedagógicas, administrativas e de saúde, bem como outras ações definidas conforme a demanda e a realidade de cada APAE, em cada Município.

Multiplicando as iniciativas voluntárias de pessoas, organizações privadas e governamentais, associações e empresas, as APAEs conseguem ampliar os recursos humanos necessários ao enfrentamento da exclusão social e à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de toda a sua trajetória de quase cinco décadas de trabalho em defesa da pessoa portadora de deficiência mental, as APAEs sempre buscaram a parceria com os órgãos

governamentais para a conquista dos direitos de sua clientela.

Durante estes dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, jamais faltou o apoio do Governo Federal às iniciativas das APAEs em defesa dos portadores de deficiência. Exemplos de ações conjuntas podem ser encontradas nos diversos Ministérios.

O Ministério do Trabalho, por exemplo, disponibilizou recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para apoiar o Projeto de Formação de Formadores em Educação Profissional. Esse projeto tem como objetivo a preparação de multiplicadores para lidar com os conceitos de empregabilidade e mercado de trabalho da pessoa portadora de deficiência. Iniciado em 1997, o programa já qualificou aproximadamente 28 mil profissionais na área de Educação Profissional.

De acordo com o plano estratégico da Federação Nacional das APAEs, até 2003 pretende-se implementar, nas APAEs de todo País, as etapas de preparação para o trabalho, qualificação profissional e colocação da pessoa portadora de deficiência no mundo do trabalho. A nova etapa do projeto é a multiplicação do Curso de Capacitação de Gestores de Educação Profissional e Colocação no Trabalho – Cooperativismo, que está acontecendo em todo o País.

A Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, realizou, em parceria com a FENAPAE, em outubro do ano passado, o Curso de Capacitação dos Coordenadores Jurídicos.

Esse curso teve como objetivo habilitar os procuradores jurídicos das Federações Estaduais e das APAEs para efetiva implementação das leis relativas à pessoa portadora de deficiência, bem como para a rotina dos problemas jurídicos/estatutários envolvendo as APAEs. O encontro teve como resultado concreto a elaboração de um manual contendo a legislação específica para o portador de deficiência e para as instituições que os atendem, acompanhada de comentários.

O Ministério da Educação, evidentemente, colabora em diversos projetos. Um dos que merecem menção é o Projeto APAE educadora. Esse projeto objetiva a ampliação dos horizontes educacionais do aluno, na medida em que propõe a adoção das mesmas estruturas do ensino regular e realiza as adaptações curriculares necessárias para o desenvolvimento educacional da pessoa portadora de deficiência. Inicia-se agora a segunda etapa do projeto, que consiste na capacitação de professores das APAEs no País.

Deve-se destacar, também, o PROINESP, Projeto de Informática na Educação Especial, idealizado pela Secretaria de Educação Especial do MEC e executado pela Federação Nacional das APAEs. O objetivo dessa iniciativa é incentivar o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação especial, por meio da implantação de laboratórios de informática para os alunos portadores de deficiência e de cursos de capacitação em informática educativa para os professores. As escolas APAEs já contam com 101 laboratórios de informática distribuídos em 24 Estados brasileiros e 580 professores capacitados em cursos presenciais e à distância, via Internet, os quais atendem aproximadamente 15 mil alunos.

Na opinião de Neila Campos, coordenadora técnica educacional da FENAPAE, o PROINESP, ao colocar o portador de deficiência em contato com o computador, “traz inovações para a escola apaeana, pois a utilização das tecnologias de informação e comunicação surge como um requisito básico para se conseguir uma educação eficaz”.

Com efeito, Sr^{as} e Srs. Senadores, o atual Governo não mediu esforços no sentido de melhorar o atendimento aos deficientes. O Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência – segmento da rede conveniada do SUS que presta serviços de ação continuada – utilizou quase 69 milhões de reais no ano 2000 no atendimento de 141 mil pessoas carentes portadoras de deficiência. De outra parte, cerca de 807 mil pessoas carentes portadoras de deficiência e incapacitadas para o trabalho foram beneficiadas com um salário mínimo mensal naquele mesmo ano.

Aliás, é interessante observar a constante progressão no número de pessoas portadoras de deficiência que receberam esse benefício de prestação continuada ao longo dos últimos seis anos, de acordo com os dados do Ministério da Previdência e Assistência Social. Em 1996, elas foram 304 mil; em 1997, 557 mil; em 1998, 641 mil; em 1999, 720 mil; em 2000, 807 mil; e, no ano passado, seu número chegou a 900 mil. Como se pode ver, o número de beneficiários triplicou no período recente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a FENAPAE, é muito importante um esforço coordenado em nível nacional, a fim de sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão portador de deficiência.

Para a consecução desse objetivo, é preciso dar continuidade às diversas atividades desenvolvidas em todo o País durante a Semana Nacional do Excepcional, ocorrida em agosto deste ano, como visitas, festas, apre-

sentações, cursos, entrevistas, caminhadas, debates, recreação.

Para este ano de 2002, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Federação Nacional das APAEs deliberaram que o pensamento norteador seria “Educação Especial garantindo direito e cidadania desde o nascimento”.

Todo o movimento dessas entidades explorou esse tema, por meio de atividades e ações, de modo a chamar a atenção de toda a sociedade para a importância da constante luta em prol dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, principalmente o direito à vida, à igualdade e à justiça.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso ser meu dever enquanto homem público dar esta modesta contribuição à continuada luta do Movimento das APAEs para suprir as necessidades educacionais e proporcionar a inclusão social dos alunos que freqüentam as suas escolas.

Estou plenamente convicto de que este será um País melhor na medida em que formos capazes de assegurar, na sua plenitude, os direitos e a cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15h30min

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 543, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro último, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2001

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo, tendo

Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de maio último, ocasião em que foi retirada de pauta por falta de quorum qualificado.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de maio último, ocasião em que foi retirada de pauta por falta de quorum qualificado.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2002 (nº 1.209/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitário Paixão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pardinho, Estado de São Paulo, tendo*

Parecer favorável, sob nº 577, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2002 (nº 1.211/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 578, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 145, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2002 (nº 1.220/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquet Carneiro, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 579, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2002 (nº 1.228/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 580, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 58 minutos.)

(OS 19534/2002)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75**, ADOTADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2002 E REPUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"(Mensagem nº 229/02-CN-nº 893/02, na origem):

| CONGRESSISTAS | EMENDAS NºS |
|-------------------------------|---|
| Deputado ABELARDO LUPION | 007 |
| Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ | 006 014 023 050 051 |
| Deputado AUGUSTO NARDES | 004 005 008 017 018 019 026 027 033 052 053 054 055 056 057 058 059 060 061 062 |
| Deputado CHICO DA PRINCESA | 015 028 048 049 |
| Deputado CLEMENTINO COELHO | 009 010 |
| Deputado DUÍLIO PISANESCHI | 029 047 |
| Deputado FRANCISCO DORNELLES | 030 |
| Deputado HERCULANO ANGHINETTI | 003 |
| Deputado JOÃO LEÃO | 024 |
| Deputado LUIZ CARLOS HAULY | 001 011 012 013 016 020 021 025 031 032 039 040 041 042 043 044 045 046 |
| Senador LUIZ PASTORE | 002 |
| Deputado MARCOS CINTRA | 022 036 |
| Deputado OSVALDO BIOLCHI | 038 |
| Deputado PAES LANDIM | 034 |
| Senador ROMERO JUCÁ | 035 |
| Deputado SILAS BRASILEIRO | 037 |

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000001

| | | | | | |
|---|--------------------------------------|--|--|-------------------------------------|---|
| 2 DATA 29-10-2002 | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | | 5 N. PRONTUARIO | | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPLENTE | 2- <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0 | ARTIGO 1º | PARAGRAFO | INCISO | ALINEA | |

TEXTO

EMENDA SUBSTITUTIVA

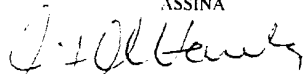
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da MP nº 75, de 24/10/2002:

"Art. 1º Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem, agência lotérica, agência permissionária dos correios, agência de publicidade, corretor de seguros e de imóveis, despachante e clube esportivo, bem como, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal, os hospitais, casas de saúde e escritórios de contabilidade."

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agências lotéricas, permissionárias dos correios, agências de publicidade e clubes esportivos possam optar pelo SIMPLES, assim como, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal, os hospitais, casas de saúde e escritórios de contabilidade

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA
DE 24 DE OUTUBRO DE 2002**

**MPV 75
000002**

Dê-se ao Artigo 1º a seguinte redação:

"Art. 1º- Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de Agência de Viagem e de Corretagem de Seguros em geral."

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com dados obtidos junto ao Cadastro Nacional de Corretores de Seguros – CNCS, encontram-se regularmente registradas na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP um total de 77.872 corretores(as) de seguros, até 15 de outubro de 2002, sendo 52.110 pessoas físicas e 25.762 sociedades corretoras de seguros.

A quase totalidade dessas sociedades são pequenas empresas, constituídas sob a forma jurídica de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, as quais geram, atualmente, cerca de duzentos mil empregos.

Convém destacar que os corretores de seguros, incluídas nesse contexto as sociedades corretoras de seguros, formaram o grande contingente que, na esteira do bem sucedido Plano Real ajudaram a alavancar esse

importante segmento da nossa economia, que é o setor de seguros, atingindo a marca de 3% do PIB.


Entretanto, esse crescimento histórico, ao contrário, não permitiu que as sociedades corretoras de seguros avançassem no aspecto de uma contribuição maior para a geração de empregos, isso devido a uma carga fiscal e tributária injusta, que as vêm asfixiando ao longo do tempo.

Essa carga fiscal e tributária, somente no âmbito federal, representa 9,53% (PIS 0,65%, COFINS 3,0%, IR 4,8%, C. SOCIAL 1,08%), além do INSS (26,2% sobre a folha de pagamento). A inserção das Sociedades Corretoras de Seguros no “Sistema Simples” permitiria a aplicação de um imposto progressivo (3% a 8,6%).

Esse quadro, gerado pela injusta carga fiscal e tributária, concorre para inibir a criação de novas sociedades corretoras de seguros, em maior escala; cria dificuldades para a sua interiorização, devido à complexidade de controle, de entendimento e de escrituração contábil; além de oferecer novas oportunidades de empregos, em menor escala. Atualmente, somente o universo de 1725 municípios brasileiros contam com, pelo menos, uma sociedade corretora de seguros.

É com esse perfil e com essas perspectivas que peço a aprovação da presente Emenda pelos Pares desta augusta Casa.

Sala das Sessões,

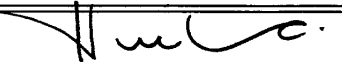

Senador **LUIZ PASTORE**

| | | | | | |
|--|--------------|--------------------------------|--------|--------|-----------------|
| MEDIDA PROVISÓRIA 75/2002 | | MPV 75 000003 | | | |
| AUTOR DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI | | | | | CÓDIGO |
| DATA 30/10/02 | ARTIGO 1º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 1 / 1 |

O Art. 1º da Medida Provisória passa a vigorar com a seguinte redação:
 Art. 1º poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem, exclusivamente, às atividades de Agência de Viagem, bem como, **Corretagem de Seguros em geral.**

JUSTIFICATIVA

Trata-se de setor cuja a relevância para a economia esta justificada, tanto na manutenção quanto na geração de novos empregos. Desta forma, a Emenda proposta visa, ainda, corrigir distorções nesse sentido, bem como, possibilitar a ampliação da receita do Estado.

| | | |
|------|-------------|--|
| DATA | PARLAMENTAR |  ASSINATURA |
|------|-------------|--|

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000004

| | | | | |
|--|--|--------|--------|-------------|
| DATA 28/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75 de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | Nº DO PRONTUÁRIO | | | |
| TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 X - ADITIVA 5 SUBSTITUTIVA GLOBAL | | | | |
| ARTIGO 1º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 1 |

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao texto do artigo 1º da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte:

" ... , estações rodoviárias, agências lotéricas, empresas prestadoras de serviço na área de cursos livres, empresas de seguros privados e capitalização, empresas que industrializam fumo e seus sucedâneos manufaturados, empresas que industrializam bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, auto-escolas, escritórios de contabilidade, agências de publicidade, empresas de construção civil, hospitais, publicitários, laboratórios de análises clínicas, empresas que prestam serviços de montagem de estruturas metálicas, pinturas de placas publicitárias e confecção de grades, portas, portões e janelas metálicas, creches e representantes comerciais.


JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). No entanto, segmentos importantes para a economia do país não estão enquadrados no Sistema, embora se enquadrem nos limites de receita bruta estabelecidos pela legislação.

PARLAMENTAR

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV 75****000005**

| | | | | |
|--|---|---|---|--|
| DATA 28/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75 de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº DO PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA | 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA | 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA | 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA | 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL |
| ARTIGO 1º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 1 |
| <p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se ao texto do artigo 1º da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte:</p> <p>" ... , estações rodoviárias, agências lotéricas, empresas prestadoras de serviço na área de cursos livres, empresas de seguros privados e capitalização, empresas que industrializam fumo e seus sucedâneos manufaturados, empresas que industrializam bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, auto-escolas, escritórios de contabilidade, agências de publicidade, empresas de construção civil, hospitais, publicitários, laboratórios de análises clínicas, empresas que prestam serviços de montagem de estruturas metálicas, pinturas de placas publicitárias e confecção de grades, portas, portões e janelas metálicas, creches e representantes comerciais.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). No entanto, segmentos importantes para a economia do país não estão enquadrados no Sistema, embora se enquadrem nos limites de receita bruta estabelecidos pela legislação.</p> | | | | |
|  PARLAMENTAR ASSINATURA | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000006

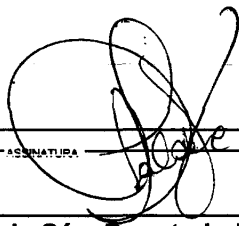
| | | | | |
|--|----------|--|--------|------------------------|
| 2 DATA 04/11/2002 | | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2002 | | |
| 4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ | | | | 5 Nº PRONTUÁRIO 337 |
| 6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| 7 PÁGINA 1/1 | 8 ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

Adicione-se ao caput do artigo 1.º da Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação:

Art. 1.º - Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1.996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente à atividade de agência de viagem e aqueles que se dediquem à prestação de serviços contábeis.

JUSTIFICATIVA

O artigo 1.º da Medida Provisória em epígrafe, ao abrir nova possibilidade de opção ao regime do "SIMPLES", manterá a injusta vedação referida; que significa lamentável omissão que deve ser revista, ou seja, a criação da condição opcional igual ao da Medida Provisória n.º 66, de 2002.



10

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal SP

MPV 75

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000007

| | |
|--------------------|--|
| data 30/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 75/2002 |
|--------------------|--|

| | |
|--------------------------|-------------------------|
| autor ABELARDO LUPION | nº do prontuário 440 |
|--------------------------|-------------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|---|---|------------------------------------|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2 <input type="checkbox"/> substitutiva | 3 <input type="checkbox"/> modificativa | 4 <input type="checkbox"/> aditiva | 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|---|---|------------------------------------|--|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Adicione-se um novo artigo à MP 75, com a seguinte redação:

Art. O art. 3º da MP 66 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art 3º.....

IX – insumos destinados à fabricação de álcool combustível .

§ 7º - O crédito sobre o item mencionado no inciso IX será determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% sobre o valor das aquisições no mês realizadas junto de pessoas jurídicas e de pessoas físicas.”

JUSTIFICAÇÃO

A cana-de-açúcar é a matéria-prima básica da fabricação de álcool e açúcar. A produção de cana é realizada por cerca de setenta mil produtores rurais pessoas físicas, responsáveis por 55% do fornecimento de matéria-prima a usinas e destilarias..

Quase em sua totalidade, as unidades industriais produtoras de açúcar e álcool transformam a matéria-prima para a produção simultânea dos dois produtos em percentuais semelhantes, sendo hoje 55% para álcool e 45% para açúcar.

O açúcar sujeita-se às novas normas introduzidas pela MP 66/2002. Já o álcool combustível, dos tipos *anidro* (adicionado à gasolina) e *hidratado* (consumido por veículos a álcool), continua sujeito ao regime anterior quanto à incidência do PIS/Pasep, da mesma forma que os combustíveis derivados do petróleo.

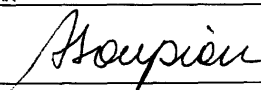
Sendo a contribuição ao PIS/Pasep um valor incorporado ao preço do produto, portanto sem destaque, a matéria-prima destinada ao açúcar terá o mesmo preço de aquisição daquela destinada ao álcool, incorporando a nova alíquota do PIS/Pasep de 1,65%.

No caso do açúcar, a matéria-prima gerará créditos correspondentes, o que não ocorrerá no caso do álcool carburante, produzindo-se em consequência um acréscimo nos custos de produção do álcool, desestimulando sua produção.

De fato, sendo a mesma matéria-prima destinada ao álcool e ao açúcar, sem diferenciação no ato da aquisição, a coexistência dos dois regimes cria distorções prejudiciais ao álcool combustível. Estando a matéria prima gravada em 1,65% em seu valor de aquisição, enquanto o álcool sujeita-se a uma alíquota de 0,65%, será necessária a aplicação de um crédito equivalente a 1% do valor da aquisição da matéria prima destinada à produção de álcool para que o aumento da alíquota de PIS sobre a matéria-prima não se transforme em aumento injustificado da carga tributária do produtor de álcool carburante.

Assim, justifica-se a modificação ora proposta pela necessidade de corrigir os efeitos distorcivos da aplicação do novo regime da contribuição sobre a agroindústria sucroalcooleira.

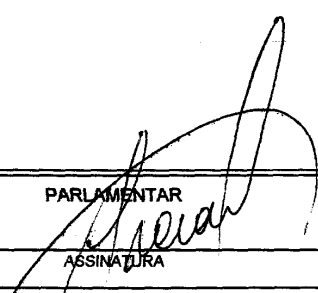
PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000008

| | | | | |
|---|--|--------|--------|-------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75 de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | Nº DO PRONTUÁRIO | | | |
| TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL | | | | |
| ARTIGO 4º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 1 |
| <p>EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se ao texto do artigo 4º da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte:</p> <p>" ... o § 5º do art. 3º da Lei 9.964 de 10 de abril de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:</p> <p><i>Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, independentemente do valor dos mesmos, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997".</i></p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Apresentamos a emenda acima descrita levando em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - que a Lei nº 9.964 de 2000, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, estabelece o arrolamento de bens como uma das formas de garantia; - que o INSS vem exigindo, ilegalmente, dos contribuintes, que o arrolamento de bens atinja valor superior ao saldo devedor do débito consolidado, para que a opção do REFIS seja homologada; - que o passivo tributário tem alcançado um volume muito superior ao patrimônio dos contribuintes; - que a exigência do arrolamento de bens no valor equivalente ao passivo consolidado, para a homologação da opção, proporcionará a exclusão da maioria das empresas optantes do programa. | | | | |
| PARLAMENTAR  ASSINATURA | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000009

| | | | | | |
|--|--|-----------|--------|---------------|--|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, DE 2002 | | | | |
| AUTOR Dep. Clementino Coelho | | | | Nº PROMITÓRIO | |
| TIPO 1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | | |
| PÁGINA | ARTIGO 5º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | |
| TEXTO | | | | | |
| Suprimam-se os acréscimos ao Art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972, introduzidos pelo Art. 5º da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002. | | | | | |
| JUSTIFICATIVA | | | | | |
| O Decreto nº 70.235, de 1972, com força de lei, regula o Processo Administrativo Fiscal previsto no Código Tributário Nacional - CTN. A alteração promovida pela MP 75, que se pretende corrigir, por meio de emenda, constitui verdadeira violação aos direitos do contribuinte pátrio. | | | | | |
| Diz do caput do art. 17, do Dec. 70.235/72, antes mencionado, literalmente: | | | | | |
| "Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante." | | | | | |
| É o seguinte, o teor do acréscimo introduzido pela MP 75, que se pretende suprimir: | | | | | |
| "Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, à impugnação que, exclusivamente: | | | | | |
| I - contiver: | | | | | |
| a) contestação de valores confessados pelo sujeito passivo; | | | | | |
| b) pedido de dispensa de pagamento do crédito tributário, por equidade; | | | | | |
| c) mera manifestação de inconformidade com a lei; | | | | | |
| II - argüir a ilegalidade ou a inconstitucionalidade de disposição de lei, salvo na hipótese de trata o inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de junho de 2002, que haja sido objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, bem assim da determinação a que se refere o § 4º do artigo citado. | | | | | |
| III - discutir matéria de mérito no processo administrativo que tenha o mesmo objeto submetido pelo impugnante a apreciação judicial." | | | | | |
| Como se vê, a inovação, especialmente em relação ao inciso II retro transcrito, impede que matéria relacionada com a legalidade ou inconstitucionalidade (<u>ainda que já tenha sido objeto de decisões reiteradas do judiciário</u>) possa ser objeto de impugnação no contencioso administrativo, trazendo como conseqüência o esvaziamento da autoridade julgadora de primeira instância que, dessa maneira, estaria limitada a apreciar questões de forma. | | | | | |
| Mais grave ainda. Matéria que não tiver sido objeto de apreciação da primeira instância de julgamento não poderá ser apreciada em segunda instância, representada esta, no caso do contencioso administrativo-fiscal, pelo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. | | | | | |
| ASSINATURA | | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---------------------------------|--|-------------------|---------------|--------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 2002 | | | |
| AUTOR Dep. Clementino Coelho | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 (x) SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 () ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA | ARTIGO 5º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

Este órgão constitui hoje verdadeiro tribunal administrativo, de reconhecida especialização técnica, baluarte da moralidade e guardião da legalidade de atos da administração tributária. Desaguadouro de grande quantidade de recursos contra abusos cometidos na aplicação da legislação, o Conselho de Contribuintes e a Câmara Superior de Recursos Fiscais tem longa tradição de imparcialidade e independência, como instância final de julgamento administrativo, destacando-se entre os órgãos de natureza eqüivalente do poder executivo.

Ao longo dos últimos anos, o Conselho tem sido alvo das mais estranhas tentativas de esvaziamento de suas atribuições, incluindo-se aí, a sua subordinação, ainda que indireta, ao Secretário da Receita Federal, que atualmente detém o poder de designar os seus membros, não obstante estar referido órgão juridicamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A manutenção do dispositivo que se pretende ver suprimido viria, assim, transformar estes colegiados em mera instância ratificadora das decisões de atos administrativos ou de autuações fiscais arbitrárias e de duvidosa legalidade.

Além de tais conseqüências que afrontam contra doslegítimos direitos de defesa dos contribuintes conduziria ao congestionamento do poder judiciário com crescente número de demandas que hoje são rápida e eficazmente solucionadas na esfera administrativa, em prejuízo da união e do universo dos contribuintes brasileiros.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000010

| | | | | |
|---------------------------------|---|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 75, DE 2002 | | | |
| AUTOR Dep. Clementino Coelho | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 (x) MODIFICATIVA | 4 () ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA | ARTIGO 5º | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |

TEXTO

Dê-se nova redação ao inciso II, do parágrafo único, do artigo 17 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972:

" Art. 17.....

Parágrafo único.

I -

II - argüir a ilegalidade ou inconstitucionalidade de disposição de lei, salvo na hipótese de que trata o inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de junho de 2002, que haja sido objeto de Ato Declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, bem assim da determinação a que se refere o § 4º do artigo citado ou quando o pleno do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça tiver se pronunciado definitivamente sobre a matéria que respectivamente é de sua competência constitucional".

III -

JUSTIFICATIVA

A redação que se modifica limita a defesa do contribuinte, à medida em que remete a possibilidade de arguição de ilegalidade ou inconstitucionalidade da lei para duas situações, seguintes:

I - quando houver pronunciamento de órgão de assessoramento jurídico do Ministro da Fazenda e,

II - quando a Secretaria da Receita Federal tiver determinado não sejam constituídos os créditos tributários que especifica.

Exclui, portanto, de julgamento por parte da autoridade julgadora monocrática ou de órgão colegiado, os casos em que o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça tiveram decidido, em caráter definitivo, sobre matéria que está sendo objeto de exigência fiscal.

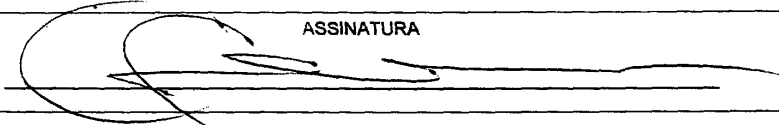
A relação que se propõe visa permitir que sejam levadas em conta as manifestações, definitivas, das cortes superiores, eliminando-se diversos efeitos nocivos da vedação apontada, dentre os quais:

Em primeiro lugar, a limitação da lei cerceia o direito de defesa do contribuinte, ao impedir que se manifeste, no âmbito do processo administrativo-fiscal, sobre matéria essencial, vinculada à exigência. Grande parte deles, mesmo cientes de terem sido injustamente auferidos, deixarão de propugnar pelos seus direitos ante os custos elevados envolvidos na demanda judicial.

Se a vedação não for removida, provocará o esvaziamento de funções, pela inibição da atividade de julgamento de processos de contencioso administrativo-fiscal, tanto da autoridade monocrática como dos órgãos colegiados que, reconhecidamente, detêm alta especialização de conhecimento em relação a assuntos afetos a atributos e contribuições, a par do reconhecido cuidado em valer-se das decisões do Poder Judiciário.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|--|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 2002 | | | |
| AUTOR Dep. Clementino Coelho | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 (x) MODIFICATIVA | 4 () ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA | ARTIGO 5º | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |
| <p>Vedado o julgamento na esfera administrativa, transfere-se para o Poder Judiciário a incumbência de julgar elevado número de processos que nela seriam decididos com maior brevidade. Isto, não obstante serem previsíveis os desfechos na esfera judicial com a particularidade de que, tão somente, terão as decisões retardadas pela utilização, pelo Poder Executivo, do amplo espectro de instrumentos processuais disponíveis na legislação brasileira, muitos de caráter meramente protelatório. O Poder Judiciário defrontar-se-á com o agravamento, substancial das dificuldades já conhecidas e terá comprometida, ainda mais, sua agilidade.</p> <p>O cerceamento da atividade julgadora no âmbito do processo administrativo-fiscal fará com que incontável número de contribuintes tenham de aguardar maior prazo, geralmente superior a uma dezena de anos, para a solução de suas demandas, submetendo-se a elevados e descabidos custos financeiros. Adicionalmente, concorrerá para aumentar o descrédito, sabidamente injustificado, do Poder Judiciário, decorrente do acúmulo de processos que, em grande parte, poderiam ser solucionados no âmbito do Poder Executivo.</p> <p>Finalmente, a norma contraria a determinação do Poder Executivo, inserta no parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, e que determina: "Na hipótese de crédito tributário, quando houver impugnação ou recurso ainda não definitivamente julgado contra a sua constituição, devem os órgãos julgadores, singulares ou coletivos, da Administração Fazendária, afastar a aplicação da lei, tratado ou ato normativo federal, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal."</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

| | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|---|-------------------------------------|---|
| 2 DATA 29/10/2002 | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | | 000011 |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | | | N.º PRONTUÁRIO 454 | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0 | ARTIGO 10 | PARAGRAFO | INCISO | ALÍNEA | |

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 10 da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, a seguinte redação:

Art. 10. O art. 3º da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

§ 5º Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal classificados nos capítulos 2 a 4, 8 a 11, e nos códigos 0504.00, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.13, 15.17, 17.01, 17.02, 22.07, exceto as posições ex 01, e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da contribuições para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos no inciso II do caput, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País.

§ 7º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não cumulativa da contribuição referida no art. 1º em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

§ 8º Observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal, no casos de custos, despesas e encargos vinculados às receitas referidas no § 7º e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa da contribuição nela referida, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

I - apropriação direta, inclusive, em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou
II - rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

§ 9º O método eleito pela pessoa jurídica será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário, observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal." (NR)

JUSTIFICATIVA

A agroindústria da cana-de-açúcar depende da produção agrícola de 70.000 (setenta mil) produtores rurais, em sua maioria pessoas físicas. Assim, justifica-se plenamente, e em isonomia com as demais agroindústrias contempladas no § 5º do art. 3º da MP 066/2002, o direito de as pessoas jurídicas produtoras de açúcar também se utilizarem do crédito presumido, atenuando parcialmente o aumento de tributação decorrente da elevação da alíquota da contribuição PIS/PASEP, de 0,65% para 1,65%, sobre o faturamento desse produto, que se constitui em importante componente da alimentação, sobretudo da parcela de população de menor renda. Da mesma forma, o álcool destinado a outros fins, principalmente para uso industrial, exceto as posições ex-01 do código 22.07, relativo ao álcool combustível que se submete à tributação do PIS/PASEP sob as normas da legislação anterior à MP, por se produzido também pela cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar, fornecida indistintamente pelas mesmas pessoas físicas, 22.07, exceto as posições ex 01. Para tanto, incluem-se no referido § 5º os capítulos 17.01, 17.02 e 22.07, exceto as posições ex 01, mediante o aproveitamento do art. 10 da MP 75/2002, cujo texto é transformado nos §§ 7º, 8º e 9º do art. 3º da MP nº 66/2002.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000012

| | | | | |
|---|--|--|--|---|
| 2 DATA 30/10/2002 DE AGOSTO | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | N.º PRONTUÁRIO 454 | | |
| 6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0 | ARTIGO 10 | PARAGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Aditem-se ao art. 10 da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, os seguintes parágrafos:

§ O disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, não se aplica às operações realizadas em mercados futuros com a finalidade de hedge.

§ Os contribuintes que realizarem as operações referidas no parágrafo anterior poderão deduzir da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP as perdas com ativos financeiros e mercadorias.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 66 estabelece que permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/PASEP vigentes anteriormente a esta Medida Provisória, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 7º, as pessoas jurídicas referidas no § 6º da Lei nº 9.718/98.

Todavia, esse tratamento perpetua a geração de distorções.

Atualmente, os mercados futuros representam a mais sólida ferramenta de que dispõem agricultores, pecuaristas e outros que desejem proteger-se contra as variações no preço dos seus produtos, funcionando como um verdadeiro seguro de preço.

Na hipótese das operações com a finalidade de *hedge*, o mercado futuro

tem como fundamento básico servir de instrumento para aqueles que querem resguardar-se do risco de oscilação do preço da mercadoria ou taxa, transferindo-o para aqueles que queiram assumi-lo.

O produtor agropecuário, por exemplo, vende sua mercadoria nos mercados futuros visando proteger-se contra eventual queda no preço do produto, fixando um preço de venda que lhe irá garantir um valor adequado.

O mesmo ocorre com o exportador ou o beneficiador. Este, porém, em vez de vender sua produção no mercado futuro, vai ao mercado para comprar contratos futuros.

Tanto no caso do produtor quanto no do exportador, nas operações com a finalidade de *hedge*, só se pode entender o mercado futuro de forma conjunta com o mercado físico, porque o resultado de um sempre é compensado com o resultado do outro.

Por conseqüência, a tributação pode reduzir ou mesmo anular a pretendida proteção contra a oscilação de preços. Continuar onerando essas operações com a incidência do PIS, sem permitir a compensação de suas perdas, significa inibir ainda mais a cadeia produtiva, bem como reduzir a capacidade competitiva do Brasil no mercado internacional.

Vale ressaltar que o método de tributação proposto por esta emenda aditiva já faz parte do nosso ordenamento jurídico, uma vez que a própria Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, em seu art. 3º, § 6º, faculta às instituições financeiras a possibilidade de, na determinação da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, deduzir ou excluir as perdas com ativos financeiros e mercadorias, em operações de *hedge*.

Tomando-se como base este comparativo, constatamos que a distinção de tratamento tributário nas operações realizadas em mercados futuros entre as instituições financeiras mencionadas no § 6º do art. 3º da Lei 9.718/98 e as demais pessoas jurídicas afronta o princípio constitucional da isonomia, tendo em vista que, nas duas situações, as operações destinam-se à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços ou de taxas, e, da mesma forma, o objeto do contrato negociado está relacionado com as atividades operacionais ou destina-se à proteção de direitos ou de obrigações.

Deve-se frisar, ainda, que a presente proposta não possui o condão de pleitear qualquer tipo de privilégio, mas apenas a igualdade de tratamento.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000013

| | |
|---|------------|
| 2 | DATA |
| | 30/10/2002 |
| | DE AGOSTO |

| | |
|---|--|
| 3 | PROPOSIÇÃO |
| | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |

| | |
|---|----------------------------------|
| 4 | AUTOR |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR |

| |
|----------------|
| N.º PRONTUARIO |
| 454 |

| | | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|--|---|---|---|
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | + | <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
|---|---------------------------------------|--|--|---|---|---|

| | | | | |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| | 10 | | | |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Adite-se ao art. 10 da Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte parágrafo:

§ Para os efeitos do que dispõe o art. 1º da Medida Provisória n.º 66, de 29 de agosto de 2002, às liquidações mediante a entrega física dos contratos de álcool anidro carburante negociados em bolsas de mercadorias e de futuros por distribuidora de combustíveis, conforme definido na legislação em vigor, aplicam-se as alíquotas constantes do art. 5º, inciso II, da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, sobre a receita da operação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º da Lei 9990/00, que alterou os arts 4º a 6º da Lei n.º 9718/98, estabelece a alíquota de 8,2% para a contribuição devida, a título de PIS/PASEP/COFINS, pelas distribuidoras, “incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de álcool para fins carburantes, exceto quando adicionado à gasolina”.

A grandeza dessa alíquota está relacionada à responsabilidade de recolhimento daqueles tributos pelas distribuidoras, em substituição às etapas posteriores da cadeia do álcool – revendedor-varejista (posto) e transportador-revendedor-retalhista.

Assim, a interpretação conjunta da norma tributária com as regras da Agência Nacional do Petróleo estabelece que a alíquota de 8,2% deve incidir, na prática, sob a receita bruta da venda de **álcool hidratado** pelas distribuidoras.

No entanto, o objeto de negociação do contrato futuro nas bolsas de

mercadorias e de futuros é **álcool anidro** carburante, com as entregas e recebimentos só podendo ser efetuados por distribuidoras e usinas, **cuja alíquota para a contribuição do PIS/PASEP/COFINS é de 3,65%.**

Ocorre que a redação do art. 5º da Lei nº 9718/98 admite o entendimento de que, nas entregas de álcool anidro nas bolsas de mercadorias e de futuros por distribuidoras, a contribuição devida de PIS/PASEP/COFINS seja de 8,2%.

Todavia, como não é possível a operação de venda direta de álcool anidro pela distribuidora ou usina ao revendedor-varejista e ao transportador retalhista, e como as operações entre distribuidoras e entre distribuidora e usina não criam a possibilidade de elisão fiscal, o enquadramento indevido da operação de entrega física de álcool nas bolsas de mercadorias e de futuros no art. 5º, inciso I, da Lei nº 9718/98, torna-se uma restrição desnecessária às negociações no mercado futuro de álcool anidro carburante.

Pelo exposto, e considerando que:

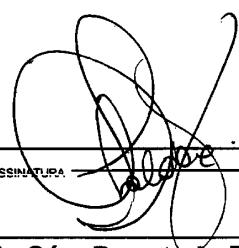
- Nas operações de entrega física nas bolsas de mercadorias e de futuros entre distribuidoras ou entre distribuidora e usina, não cabe aplicação de regime de substituição tributária incidente sobre as operações de venda de álcool hidratado pelas distribuidoras ao posto e ao transportador retalhista;
- A alíquota de 8,2% da contribuição para o PIS/PASEP/COFINS deve continuar sendo cobrada sobre a receita bruta decorrente da venda de **álcool hidratado** carburante pela distribuidora ao posto e ao transportador retalhista, como ocorre atualmente;
- O tratamento tributário adequado, com o enquadramento das operações de entrega física de **álcool anidro** carburante nas bolsas de mercadorias e de futuros no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.718/98, não ocasiona perda de arrecadação ou elisão fiscal;
- O contrato futuro de **álcool anidro** tem o objetivo de servir como instrumento de seguro e transferência de risco de preço para compradores e vendedores de álcool, proporcionar a formação transparente de preços e auxiliar o financiamento do setor;
- O fortalecimento do mercado futuro de álcool no Brasil cria a possibilidade de o País tornar-se referência de preço internacional, aumentando a visibilidade da produção doméstica para o mercado internacional e ampliando as oportunidades de negócios de exportação.

Torna-se necessária a adição proposta, como medida de justiça tributária.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

| | | | |
|--|---|---|---|
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | MPV 75 000014 | |
| 2 DATA | 3 PROPOSIÇÃO | | |
| 04/11/2002 | MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2002 | | |
| 4 AUTOR | | 5 Nº PRONTUÁRIO | |
| DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ | | 337 | |
| 6 TIPO | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA |
| 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PÁGINA | 8 ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO |
| 1/1 | 10, 11 e 12 | | |
| 9 TEXTO | | | |
| <p>Inclua-se onde couber nos artigos 10,11 e 12 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação:</p> <p><i>Seja opcional para as empresas enquadradas na Medida Provisória n.º 66, já que várias outras empresas (optantes pelo SIMPLES, pelo Lucro Presumido, etc.) permanecem na legislação anterior.</i></p> <p style="text-align: center;"><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>A Medida Provisória n.º 66, como largamente difundido, atende a uma parcela dos contribuintes e carrega a outra gama significativa de empresas um aumento na contribuição que poder chegar a 150%. Exemplificando, empresas prestadoras de serviços com alto índice de utilização de mão de obra (segurança, limpeza, trabalho temporário etc.), terão pouquíssimos créditos para abater do seu débito; pequenas e médias indústrias, com acentuado uso de mão-de-obra e impedidas (pela receita bruta) ou desinteressadas pela opção do Lucro Presumido, também terão poucos créditos a compensar; da mesma forma o pequeno e médio comércio varejista e outros setores com baixo índice de consumo de insumos tributados pelo PIS, terão poucos créditos.</p> <p>Pode-se dizer, ainda, que no caso das empresas com uso intensivo de mão-de-obra essa situação poderá ser um forte indutor do aumento da informalidade nas relações de trabalho, agravando as dificuldades da Previdência Social.</p> <p>Resumindo: uma parte dos contribuintes irá pagar muito mais, enquanto outros irão pagar menos.</p> | | | |
| 10 ASSINATURA | | | |
|  | | | |
| Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal SP | | | |

MPV 75

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|---|
| data 30/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. |
|--------------------|---|

| | |
|---|------------------|
| autor Deputado Federal Chico da Princesa | nº do prontuário |
|---|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Inclua-se o parágrafo 3º no Artigo 10 da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, com a seguinte redação :

“ § 3º - O Artigo 8º da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração :

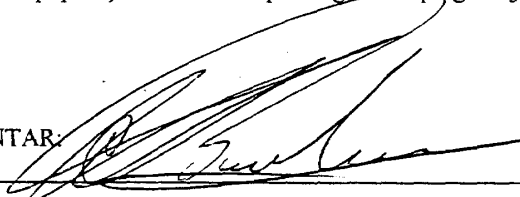
“ Art. 8º -

VIII - os serviços públicos de transporte coletivo de passageiros terrestres e aquaviários. “

JUSTIFICATIVA

Os serviços de transporte público de passageiros são responsáveis pelo deslocamento diário de 60 milhões de brasileiros somente nas áreas urbanas e metropolitanas. Atualmente é um dos setores que mais gera empregos no Brasil, ultrapassando a marca de 700 mil empregos diretos. Dessa forma deve-se buscar alternativas que minimizem os impactos sobre os custos deste setor, objetivando a manutenção de uma tarifa condizente com o poder aquisitivo dos usuários deste serviço público. Assim, a alteração proposta mantém a alíquota de contribuição para o PIS/PASEP já existente na legislação atual, não prejudicando a arrecadação para os citados programas. Contudo, não onera o custo de vida da população brasileira e privilegia o emprego hoje tão carente em nossa sociedade.

PARLAMENTAR:



MPV 75**000016**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|---|
| 2 DATA 31-10-2002 | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | 5 N.º PRONTUÁRIO | | |
| 6-1 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 7-1 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO | ALINEA |

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 13 da MP 75/2002 a seguinte redação:

Art. 13. A opção pelo parcelamento alternativo ao Refis de que se trata o art. 12 da Lei nº 9.964, de 2000, regularmente efetuada, poderá ser convertida em opção pelo Refis, e vice-versa, observadas as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor do referido Programa.

§ 1º. A pessoa jurídica excluída do parcelamento alternativo ao Refis em razão de pagamento de parcela em valor inferior ao fixado no art. 12, § 1º, da Lei nº 9.964, de 2000, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), poderá ter sua opção restabelecida, observando o disposto no **caput**.

§ 2º. A conversão da opção nos termos deste artigo não implica restituição ou compensação de valores já pagos.

JUSTIFICAÇÃO

Como não existe prejuízo para a arrecadação, as pessoas jurídicas poderão converter os parcelamentos aproveitando situação de caixa superveniente.


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000017

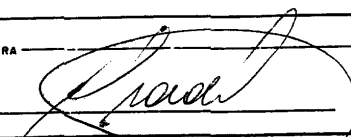
| | | | |
|---|------|-------------------------|------------|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| / | / | MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75 | |

| | | | |
|-------------------------|-------|---|---------------|
| 4 | AUTOR | 5 | Nº PRONTUÁRIO |
| DEPUTADO AUGUSTO NARDES | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|---|---|---|---|---|------------------------------------|---|--|
| 6 | TIPO | | | | | | | | |
| 1 | <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA | 2 | <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA | 3 | <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA | 4 | <input type="checkbox"/> - ADITIVA | 9 | <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL |

| | | | | | | |
|---|--------|---|--------|-----------|--------|--------|
| 7 | PÁGINA | 8 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| | | | | | | |

| | |
|--|-------|
| 9 | TEXTO |
| <p>Art. 13. A opção pelo parcelamento alternativo ao Refis de que se trata o art. 12 da Lei nº 9.964, de 2000, regularmente efetuada, poderá ser convertida em opção pelo Refis, e vice-versa, observadas as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor do referido Programa.</p> <p>§1º. A pessoa jurídica excluída do parcelamento alternativo ao Refis em razão de pagamento de parcela em valor inferior ao fixado no art. 12, §1º, da Lei nº 9.964, de 2000, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), poderá ter sua opção restabelecida, observado o disposto no caput.</p> <p>§2º. A conversão da opção nos termos deste artigo não implica restituição ou compensação de valores já pagos.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Como não existe prejuízo da receita na arrecadação as pessoas jurídicas poderão converter os parcelamentos aproveitando situação de caixa.</p> | |

| | |
|----|--|
| 10 | ASSINATURA |
| |  |

MPV 75
000019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|---|----------|---|-----------------|
| 2 DATA / / | | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75 | |
| 4 AUTOR DEPUTADO AUGUSTO NARDES | | | 5 Nº PRONTUÁRIO |
| 6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PÁGINA | 8 ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO |

9 TEXTO

Adite-se ao artigo 13 os seguintes parágrafos 4º, 5º, e 6º.

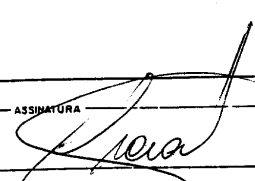
§4º. Os contribuintes que aderiram ao REFIS, optando pelo pagamento em percentual da receita e que estejam adimplentes com as obrigações ao Programa, poderão, a qualquer tempo, optar pelo pagamento dos débitos incluídos no REFIS em até 240 parcelas mensais sucessivas.

§5º. O contribuinte que optar pelo pagamento na forma autorizada no parágrafo anterior terá a consolidação de seu débito recalculada para excluir os juros e multa, bem como os pagamentos já efetuados.

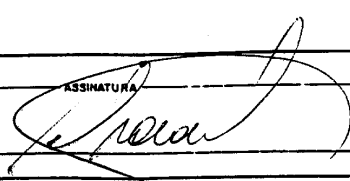
§6º. Sobre o saldo devedor, calculado na forma do parágrafo anterior, incidirão juros pela TJLP.

JUSTIFICATIVA

A proposição tem por finalidade proporcionar ao contribuinte adimplente, ou seja, aquele que cumpriu todas as obrigações tributárias decorrentes da adesão ao Refis, inclusive mantendo-se em dia com os tributos correntes, uma outra opção para pagar seu débito tributário.

10 ASSINATURA 

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | | | |
|----|--|---|---------------------------------------|-----------|---------------|--------|
| 2 | DATA / / | 3 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75 | | | |
| 4 | AUTOR DEPUTADO AUGUSTO NARDES | | | 5 | Nº PRONTUÁRIO | |
| 6 | TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | | |
| 7 | PÁGINA | 8 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| 9 | TEXTO <p>A vantagem para a Administração encontra-se no fato de receber seu crédito em prestações regulares, independentemente das oscilações da economia.</p> <p>A exclusão das multas e juros também se justifica pelo fato de se tratar de parcelas fixas em que o contribuinte se estará comprometendo a liquidar as prestações por valor determinado. O valor não se altera mesmo na hipótese de turbulência na economia, seja decorrente de problemas de mercado, variações cambiais, elevação da taxa de juros ou quaisquer outros motivos, fatos esses infelizmente cada vez mais comuns na economia mundial. Tais possíveis vicissitudes ficam por outro lado minimizadas para o contribuinte pelo longo prazo (240 meses), bem como pela exclusão dos juros e da multa na consolidação do débito.</p> | | | | | |
| 10 | ASSINATURA  | | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000020

| | | | |
|---|--|-----------|--|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 31-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | 5 | N.º PRONTUÁRIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO |
| | 13 | | |
| | | | ALINEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Aditem-se ao artigo 13 os seguintes parágrafos 4º, 5º, e 6º.

§ 4º. Os contribuintes que aderiram ao REFIS, optando pelo pagamento em percentual da receita, e que estejam adimplentes com as obrigações ao Programa, poderão, a qualquer tempo, optar pelo pagamento dos débitos incluídos no REFIS em até 240 parcelas mensais sucessivas.

§ 5º. O contribuinte que optar pelo pagamento na forma autorizada no parágrafo anterior terá a consolidação de seu débito recalculada para excluir os juros e multas, bem como os pagamentos já efetuados.

§ 6º. Sobre o saldo devedor, calculado na forma do parágrafo anterior, incidirão juros pela TJLP.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição tem por finalidade proporcionar ao contribuinte adimplente, ou seja aquele que cumpriu todas as obrigações tributárias decorrentes da adesão ao Refis, inclusive mantendo-se em dia com os tributos correntes, uma outra opção para pagar seu débito tributário.

A vantagem para a administração encontra-se no fato de receber em prestações regulares, independentemente das oscilações da economia.

A exclusão das multas e juros também se justifica pelo fato de se tratar de parcelas fixas em que o contribuinte se estará comprometendo a liquidar as prestações por valor determinado. O valor não se altera mesmo na hipótese de turbulência na economia, seja decorrente de problemas de mercado, variações cambiais, elevação da taxa de juros ou quaisquer outros motivos, fatos esses infelizmente cada vez mais comuns na economia mundial. Tais possíveis vicissitudes ficam por outro lado minimizadas para o contribuinte pelo longo prazo (240 meses), bem como pela exclusão dos juros e da multa na consolidação do débito.

ASSINA



Dep. LUÍZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75**000021**

| | | | |
|---|---|-----------|--|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 31-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | 5 | N.º PRONTUÁRIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 6 | <input type="checkbox"/> SUPRESIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| | | | ALÍNEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescentem-se ao art. 13 da MP nº 75/2002 os seguintes parágrafos:

Art. 13...

§ 4º - As pessoas jurídicas excluídas do REFIS por falta de recolhimento de parcelas relativas ao débito consolidado ou de tributos vencidos após a adesão ao programa ou que não estejam preenchendo os requisitos do inciso II, do art. 5º da Lei 9.964/2000, poderão ser readmitidas ou terem regularizadas a sua situação se:

I - efetuarem o pagamento, à vista, do valor em atraso até o último dia útil de novembro de 2002, nas condições previstas no art. 21 da MP 66;

II - optarem pelo parcelamento previsto no artigo 10 da Lei nº 10.522, de 2002, até o último dia útil de novembro de 2002.

§ 5º - Utilizando qualquer uma das opções previstas no parágrafo anterior, a pessoa jurídica retomará os pagamentos das parcelas do REFIS, segundo a opção originalmente celebrada, mantidas as condições do programa.

JUSTIFICAÇÃO

Uma série de fatores econômicos, tanto no âmbito nacional como internacional, e que independeram da vontade das empresas, levou muitas delas a dificuldades na manutenção do pagamento do Refis e/ou dos recolhimentos futuros de tributos.

Tais fatores (apagão, crise cambial, elevação da taxa de juros, desaquecimento da economia) tornam necessária a criação de mecanismos que possibilitem às empresas manterem sua adesão ao Refis ou, ainda, retomar os pagamentos, regularizando sua situação.

Essas providências em questão, além de possibilitar o aumento de arrecadação por parte do Fisco, vão colaborar para a manutenção dos níveis de emprego e até mesmo para a criação de novos postos.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000022

| | |
|---------------------------|--|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002 |
|---------------------------|--|

| | |
|---|----------------|
| AUTOR Deputado Marcos Cintra – PFL/SP | N.º PRONTUÁRIO |
|---|----------------|

1- SUPRESSIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA 4- ADITIVA 5- SUBSTITUTIVO GLOBAL

| | | | | |
|-----------------------|---------------------|-----------|--------|--------|
| PÁGINAS 1/1 | ARTIGO 13 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|-----------------------|---------------------|-----------|--------|--------|

TEXTO

Adite-se ao artigo 13 os seguintes parágrafos 4º, 5º e 6º:

§ 4º. Os contribuintes que aderiram ao REFIS, optando pelo pagamento em percentual da receita, e que estejam adimplentes com as obrigações do Programa, poderão, a qualquer tempo, optar pelo pagamento dos débitos incluídos no REFIS em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas.

§ 5º. O contribuinte que optar pelo pagamento na forma autorizada no parágrafo anterior terá a consolidação de seu débito recalculada para excluir os juros, multa e outros acréscimos legais, bem como a exclusão dos seus efeitos na base de cálculo dos tributos e contribuições federais no exercício em que ocorrer a mencionada exclusão, servindo os pagamentos anteriormente efetuados para amortizar o principal da dívida consolidada.

§ 6º. Sobre o saldo devedor calculado na forma do parágrafo anterior, incidirão juros pela TJLP.

JUSTIFICATIVA

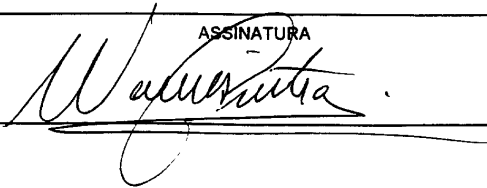
A proposição tem por finalidade proporcionar ao contribuinte adimplente, ou seja, aquele que cumpriu todas as obrigações tributárias decorrentes da adesão ao REFIS, inclusive mantendo-se em dia com os tributos correntes, uma outra opção para pagar o seu débito tributário.

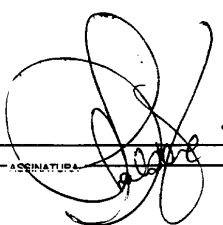
A vantagem para a Administração encontra-se no fato de receber seu crédito em prestações regulares, independentemente das oscilações da economia.

As multas e juros existentes no Programa REFIS conduzem a um resultado oposto ao objetivo do próprio Programa, que é exatamente a manutenção da atividade econômica, preservando o nível de emprego e arrecadação de impostos, passados e correntes, pois tais ônus são incompatíveis com a capacidade de pagamento de uma empresa em recuperação.

A exclusão das multas e dos juros também se justifica pelo fato de se tratar de parcelas fixas em que o contribuinte se estará comprometendo a liquidar as prestações por um valor determinado. O valor não se altera mesmo na hipótese de turbulência na economia, seja decorrente de problemas de mercado, variações cambiais, elevação da taxa de juros ou quaisquer outros motivos, fatos estes que, infelizmente, são cada vez mais freqüentes na economia mundial.

ASSINATURA



| | | | |
|---|--|------------------|------------------------|
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | MPV 75 000023 | |
| 2 DATA 04/11/2002 | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2002 | | |
| 4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ | | | 5 Nº PRONTUÁRIO 337 |
| 6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PAGINA 1/1 | 8 ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| TEXTOS | | | |
| <p>Inclua-se o parágrafo 4.º no artigo 13 da Medida Provisória em epígrafe com a seguinte redação:</p> <p>§ 1.º -</p> <p>§ 2.º -</p> <p>§ 3.º -</p> <p>§ 4.º - a pessoa jurídica excluída do parcelamento alternativo ao REFIS em razão de pagamento de parcela em valor inferior e que por conta desta exclusão deixou de pagar as parcelas vincendas, poderá também ter sua opção reestabelecida, sendo que o débito existente poderá ser incorporado ao saldo devedor.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Empresas que estavam em fase de recuperação foram abruptamente excluídas do Programa por Medidas Administrativas, a reinclusão permitirá acréscimo de arrecadação, que poderá, conseqüentemente representar essa quantia, benefício à população brasileira.</p> | | | |
|  | | | |
| 10 ASSINATURA Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal SP | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000024

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 31/10/2002 | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| Deputado João Leão-PPB/BA | | | | |
| <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| | | | | |

Substitua-se o Art. nº14 da Medida Provisória nº75, de 24 de outubro de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 14º Poderão ser pagos ou parcelados, até 29 de dezembro de 2002, nas condições estabelecidas pelo Art. 17 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no Art. nº11 da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, com dispensa do pagamento de juros de mora e da multa moratória ou punitiva, dos débitos declarados ou na, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), débitos junto a PGFN, inscritos ou não em dívida ativa, decorrentes de fato gerador ocorrido até 30 de junho de 2002, nos prazos e percentuais abaixo indicados:

I – 100% (cem por cento), se recolhido até 29 de dezembro de 2002;

II – 90% (noventa por cento), se recolhido até 31 de janeiro de 2003;

III – 80% (oitenta por cento), se recolhido até 28 de fevereiro de 2003;

IV- 70% (setenta por cento), se recolhido até 31 de março de 2003;

V – 30% (trinta por cento), se recolhido em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira parcela em 29 de dezembro de 2002.

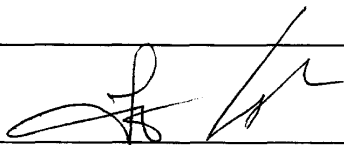
§ 1º A opção poderá ser formalizada até 29 de dezembro de 2002.

§ 2º Os contribuintes que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, poderão optar pelas condições estabelecidas por este artigo.

§ 3º Para efeito deste artigo, o contribuinte ou responsável deverá:

- a) no caso de fatos geradores vinculados a ações judiciais, comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos a serem pagos na forma do caput, e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações;
- b) no caso de débitos decorrentes de lançamento de ofício que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do Art. 151 da Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966, desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

Suprima-se o Art. 15 da Medida Provisória nº77, de 24 de outubro de 2002.



JOÃO LEÃO-PPB/BA

JUSTIFICATIVA

Considerando que o CONFAZ, através do Convênio nº98, de 22 de agosto de 2002, já implementou medida semelhante à proposta, autorizando os Estados a dispensarem ou reduzir juros e multas e a conceder parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS, está-se assim, garantindo apenas a igualdade de tratamento para débitos fiscais;

Considerando que uma política de recuperação de empresas, preservando unidades produtivas já instaladas é a forma mais eficiente e rápida de expandir oportunidades de trabalho e aumentar a arrecadação tributária;

Considerando que é preciso adequar a excessiva carga tributária atual, permitindo que as empresas possam reescalonar os seus débitos, livres de penalidades e juros de SELIC/TJLP. A solução do passivo tributário é o fator limitante para a continuidade destas empresas;

Considerando que somente por intermédio de política de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal é que a União poderá recuperar seus créditos, bem como aumentar a receita tributária.

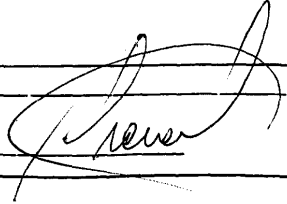
Essas são as razões determinantes para a acolhida da proposição.

MPV 75**000025**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|---|------------------------------------|---|--|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 31-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 1 | AUTOR | 4 | N.º PRONTUÁRIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 1 | <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2 | <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA |
| | | 3 | <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA |
| | | 4 | <input type="checkbox"/> ADITIVA |
| | | 5 | <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 1 | ARTIGO | 2 | PARAGRAFO |
| | | 3 | ENCISO |
| | | 4 | ALINEA |
| TEXTO | | | |
| EMENDA MODIFICATIVA | | | |
| Dê-se a seguinte redação ao art. 29 da MP 75/2002: | | | |
| Art. 29. O caput do art. 10 da Lei nº 10.522, de 2002, passa a vigorar com o seguinte redação: | | | |
| "Art. 10. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e o INSS, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais, a exclusivo critério da autoridade fazendária ou previdenciária, na forma e condições previstas nesta Lei." (NR) | | | |
| JUSTIFICAÇÃO | | | |
| Muitos contribuintes possuem débitos relativos ao INSS que dificultam a própria sobrevivência da empresa. Assim, a possibilidade de que tais débitos, a exemplo dos relativos à Fazenda Nacional, sejam parceladas em 60 meses, irá representar possibilidade de saneamento das empresas e incremento de arrecadação tanto para o Fisco como para a Previdência Social. | | | |


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

| | | |
|--|---|--------------------------------|
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | MPV 75 000026 |
| 2 DATA / / | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75 | |
| 4 AUTOR DEPUTADO AUGUSTO NARDES | | 5 Nº PRONTUÁRIO |
| 6 TIPO <input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 PÁGINA | 8 ARTIGO | PARÁGRAFO |
| 9 TEXTO | | |
| <p>Art. 29. O caput do <u>art. 10 da Lei nº 10.522, de 2002</u>, passa a vigorar com o seguinte redação:</p> <p>“Art. 10. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e o INSS, inscritos ou não em dívida ativa poderão ser parceladas em sessenta parcelas mensais, a exclusivo critério da autoridade fazendária e previdenciária na forma e condições previstas nesta Lei.” (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Muitos contribuintes possuem débitos relativos ao INSS que dificultam a própria sobrevivência da empresa. Assim, a possibilidade de que tais débitos, à exemplo dos relativos à Fazenda Nacional, sejam parcelados em 60 meses, irá representar possibilidade de saneamento das empresas e incremento de arrecadação tanto para o Fisco como para a Previdência Social.</p> | | |
| 10 ASSINATURA | | |
|  | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000027

| | | | | |
|--|--|--------|--------|---------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75 de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | Nº DO PRONTUÁRIO | | | |
| TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL | | | | |
| ARTIGO 29 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 1/2 |

EMENDA MODIFICATIVA

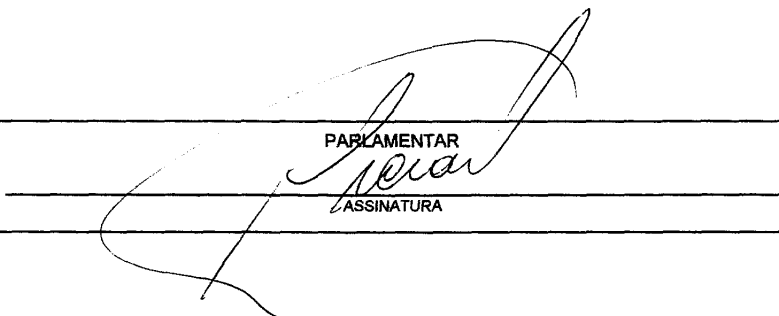
Dê-se nova redação ao Art. 29 da Medida provisória nº 75:

" Art. 29. O art. 10 da Lei nº 10.522, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
 Art. 10. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional poderão ser parcelados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas, na forma e condições previstas nesta Lei.
 § 1º. Poderão ser objeto de parcelamento, débitos denunciados espontaneamente, débitos em execução judicial e débitos em discussão administrativa, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2002;
 § 2º. Para fins de consolidação do débito a que se refere este artigo, serão dispensados os juros de mora devidos até janeiro de 1999, sendo exigido esse encargo, na forma do § 4º do art. 17 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, a partir do mês:
 I – de fevereiro do referido ano, no caso de fatos geradores ocorridos até janeiro de 1999
 II – seguinte ao da ocorrência do fato gerador, nos demais casos
 § 3º. Ao disposto neste artigo, aplica-se a redução da multa a que se refere o art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991.
 § 4º. O débito deste artigo sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo
 § 5º. Os valores correspondentes a multa de mora ou de ofício, e a juros moratórios, poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:
 I – compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal
 II – a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros, estes declarados à Secretaria da Receita

PARLAMENTAR

ASSINATURA

| | | | | |
|---|---|---------------|---------------|----------------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75 de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | Nº DO PRONTUÁRIO | | | |
| TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL | | | | |
| ARTIGO 29 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | PÁGINA 2/2 |
| <p>Federal até 31 de outubro de 2001. § 6º. Na hipótese do inciso II, do § 5º, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 15% (quinze por cento) e de 8% (oito por cento) respectivamente".</p> | | | | |

PARLAMENTAR

ASSINATURA

MPV 75

000028

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|---------------------------|--|
| data 30/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. |
|---------------------------|--|

| | |
|--|-------------------------|
| autor Deputado Federal Chico da Princesa | nº do prontuário |
|--|-------------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|-------------------------------------|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|-------------------------------------|---|

| | | | | |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Dê-se ao Artigo 39 da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, a seguinte redação :

Art. 39. Os arts. 285 e 288 e o inciso VIII d/d Artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 285. O recurso previsto no § 4º do art. 282 deste Código será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual o remeterá a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

.....

§ 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade deverá, de ofício, conceder-lhe efeito suspensivo.

§ 4º Se o recurso de que trata este artigo não for julgado dentro do prazo de sessenta dias, a penalidade aplicada será automaticamente cancelada, não gerará nenhum efeito e seus registros serão arquivados." (NR)

"Art. 288

.....

§ 2º Se o recurso de que trata este artigo não for julgado dentro do prazo de noventa dias, será automaticamente provido." (NR)

" Art. 231

VIII – efetuando transporte remunerado de pessoas e bens, quando não for licenciado e sem delegação ou autorização do poder competente para a exploração da atividade.

Infração : gravíssima;

Penalidade : multa e apreensão do veículo;

Medida administrativa : remoção do veículo. “

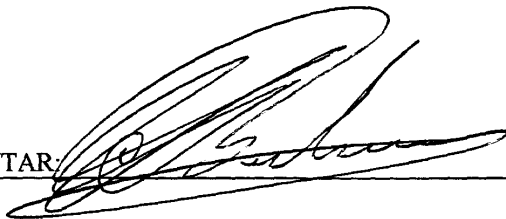
JUSTIFICATIVA

O Código de Trânsito Brasileiro aprovado em 1997, veio como uma solução a um problema grave que afligia todos os cidadãos brasileiros, que era o grande número de acidentes e mortes no trânsito. Objetivando reeducar o condutor de veículo, esta legislação inovou ao disciplinar penalidades mais severas aos infratores do trânsito, como multas pecuniárias de valores expressivos e até mesmo a qualificação de crimes de trânsito.

Dentro do raciocínio exposto, tem se observado o aumento significativo do transporte ilegal de passageiros nas cidades, realizado em veículos sem as mínimas condições de segurança, uma vez que não foram projetados e fabricados para este fim, o que representa um risco constante para os passageiros que utilizam este meio de transporte.

Assim, a proposta ora apresentada visa melhorar a fiscalização das autoridades de trânsito sobre este tipo de infração, permitindo que estes veículos sejam apreendidos e retirados de circulação, atingindo assim, o objetivo principal do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja, conceder a segurança necessária no trânsito das cidades a todos os cidadãos brasileiros.

PARLAMENTAR



MPV 75**000029****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | |
|-----------------------|-------------------------------|
| 2. data 31.10.2002 | 3. proposição MPV 75/2.002 |
|-----------------------|-------------------------------|

| | |
|--|-----------------------------|
| 4. autor Deputado Duílio Pisaneschi | 5. n.º do prontuário 349 |
|--|-----------------------------|

| | | | | |
|--|--|--|-------------------------------------|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|--|--|--|-------------------------------------|---|

| | | | | |
|-----------|-----------------|-----------|--------|--------|
| 7. página | 8. artigo 39 | Parágrafo | Inciso | alínea |
|-----------|-----------------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao Artigo 39 da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, a seguinte redação

“ Art. 39 - Os arts. 285 e 288 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 285 (...).

.....
§ 3º ...

§ 4º. Se o recurso do responsável pela infração de que trata este artigo não for julgado dentro do prazo de sessenta dias, a penalidade aplicada será automaticamente cancelada, não gerará nenhum efeito e seus registros serão arquivados”.

“Art. 288 (...).

.....
§ 2º ...

JUSTIFICATIVA

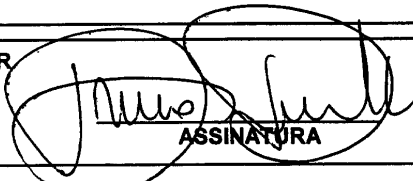
A inclusão da expressão “do responsável pela infração” restringe o efeito previsto na nova redação dada ao § 2º do artigo 288 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. A autoridade de trânsito aplicadora da penalidade não pode ser beneficiária de provimento automático de recurso interposto por ela ao CETRAN. O recurso de decisão da JARI para o CETRAN não é privativo do responsável pela infração (Art. 288, § 1º, CTB). Do provimento que lhe for concedido, cabe também recurso da autoridade que impôs a respectiva penalidade. A falta de julgamento nos prazos estabelecidos pela MP 75/02, com os efeitos de cancelamento ou de provimento automático, só podem ser usufruídos pelo responsável pela infração e, jamais, pela autoridade que aplicou a penalidade recorrida.

Permanecem com redação inalterada todos os demais dispositivos do Art. 39 da MP 75/02.

PARLAMENTAR

10

Brasília, 31 de outubro de 2.002.

| | | | | | |
|---|---------------------|---|--------------------|--------------------|------------------------|
| MEDIDA PROVISÓRIA nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | MPV 75 000030 | | | |
| AUTOR Deputado Francisco Dornelles | | | | | CÓDIGO |
| DATA 29.10.02 | ARTIGO 40 | PARÁGRAFO - | INCISO - | ALÍNEA - | PÁGINA 01/01 |
| <p>Emenda Modificativa à Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002</p> <p>Dê-se nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, modificada pelo art. 40 da Medida Provisória nº 75, de 2002, nos seguintes termos.</p> <p>Art. 40. O art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos ou se ocorrer destruição completa ou roubo do veículo." (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A Medida Provisória nº 75, de 2002, ao alterar a redação do art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, autorizou que a isenção do IPI na aquisição de táxis possa ser concedida mais de uma vez, em favor do mesmo beneficiário, desde que após o transcurso de três anos da aquisição anterior. No entanto, é importante que o benefício possa ser concedido, mesmo antes do transcurso de três anos, nos casos de perda total do veículo, de tal forma que o taxista possa adquirir novo instrumento de trabalho.</p> | | | | | |
| 29.10.2002 DATA | | PARLAMENTAR  ASSINATURA | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75**000031**

| | | | | | |
|---|--------------------------------------|--|--|-------------------------------------|---|
| 2 DATA 29-10-2002 | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | | 5 N.º PRONTUÁRIO | | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPLENÇA | 2- <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 7 | ARTIGO 40 | PARAGRAFO | INCISO | ALÍNEA | |

TEXTO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 40 da MP nº 75, de 24/10/2002:
Art. 40. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi) ou no transporte escolar, admitido o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado. (NR)

....."
"Art. 2º" (NR)

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa permitir que o automóvel adquirido por motoristas profissionais com a isenção prevista no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, possa ser utilizado também no transporte escolar, admitido, também, o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado, tendo em vista a importância das atividades de táxi e transporte de escolares, que são prestados em horários abrangentes que em geral demandam mais de um motorista por veículo.

ASSINA


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 75**000032**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|---|---|-----------|--|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 31-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75. de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | 5 | N.º PRONTUÁRIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 6 | <input type="checkbox"/> SUPRESIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| | 44 | | |
| | | | ALINEA |

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 44 da MP 75 a seguinte redação:

Art. 44. Ficam revogados o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e o § 3º do art. 10 da Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação do artigo 374 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 impossibilita a simplificação da compensação tributária, que passaria a utilizar regras semelhantes à compensação de dívidas privadas.

Além disso, a revogação de um artigo de uma lei cuja vigência ainda está por ocorrer, por medida provisória, algo incomum no sistema legal, irá trazer verdadeira insegurança jurídica num momento delicado da vida política nacional.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV 75

000033

2 DATA / /

3 PROPOSIC MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75

4 AUTOR DEPUTADO AUGUSTO NARDES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO 1 - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO PARÁGRAFO INCÍDIO ALÍNEA


9 TEXTO

Art. 44. Ficam revogados o §2º do art. 6º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e §3º do art. 10 da Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002.

JUSTIFICATIVA

A revogação do artigo 374 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 impossibilita a simplificação da compensação tributária, que passaria a utilizar regras semelhantes a compensação de dívidas privadas.

Além disso, a revogação de um artigo de uma lei cuja vigência ainda está por ocorrer por medida provisória, algo incomum no sistema legal, irá trazer verdadeira insegurança jurídica num momento delicado da vida política nacional.

10 ASSINATURA 

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000034

| | | | | |
|---|--|--|--|---|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado Paes Landim – PFL/PI | | | N.º PRONTUÁRIO | |
| 1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINAS 1/2 | ARTIGO 45 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

TEXTO

Acrescente-se um artigo 45 ao texto da MP 75, renumerando-se os demais:

Art. 45. As pessoas jurídicas que tendo aderido ao REFIS e estando adimplentes com todas as obrigações decorrentes da adesão, terão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) os valores percentuais estipulados no inciso II, do § 4º, do artigo 2º, da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000.

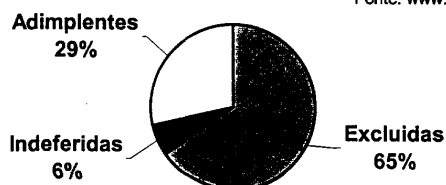
JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.964 de 10 de abril de 2000 instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS para promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Houve 129.000 adesões ao Programa REFIS, o que refletiu a dimensão dos problemas econômicos vividos pelo país naquele momento. Ao aderirem ao Programa REFIS, estas empresas consolidaram as suas dívidas junto ao Governo Federal e se sujeitaram às penalidades cabíveis em caso de inadimplência, tanto da dívida passada, quanto do pagamento dos impostos correntes. Mesmo assim, ao longo desses dois anos, 84.000 empresas (65%) foram excluídas porque não conseguiram manter-se adimplentes, mesmo após terem regularizado a situação de inadimplência anterior.


Empresas no Refis JUL 2002

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br



ASSINATURA

Paes Landim

| | | | | |
|---|--|--|--|---|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado Paes Landim – PFL/PI | | | N.º PRONTUÁRIO | |
| 1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINAS 2/2 | ARTIGO 45 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| TEXTO | | | | |
| <p>Em virtude da atual crise econômica que assola o país, bem como em função da ausência de uma reforma tributária capaz de equacionar os problemas fiscais brasileiros, apenas 29% das empresas que aderiram inicialmente ao Programa REFIS estão conseguindo se manter adimplentes, verificando-se, assim, um aumento da inadimplência e do nível de desemprego.</p> <p>As alíquotas impostas atualmente no Programa REFIS, associadas aos tributos correntes, não deixam margem para as empresas pagarem os restos dos seus passivos (bancário...), muito menos para investimento na renovação tecnológica, diminuindo a sua competitividade, condenando-as a sair do mercado. Este cenário conduz a um resultado oposto ao objetivo do Programa REFIS que é exatamente a manutenção da atividade econômica, preservando o nível de emprego e arrecadação de impostos, passados e correntes.</p> <p>Cabe considerar, ainda, que o recolhimento em dia dos tributos correntes representa, para o governo, uma arrecadação direta muito superior a redução proposta na alíquota do Programa REFIS.</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000035

| | |
|--------------------|--|
| DATA 04/11/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº75, reeditada em 28 de outubro de 2002 |
|--------------------|--|

| | |
|--|----------------|
| AUTOR Senador Romero Jucá – PSDB/RR | N.º PRONTUÁRIO |
|--|----------------|

1- SUPRESSIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA 4- ADITIVA 5- SUBSTITUTIVO GLOBAL

| | | | | |
|----------------|---------------|-----------|--------|--------|
| PÁGINAS 1/2 | ARTIGO 45º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|----------------|---------------|-----------|--------|--------|

TEXTO

Acrescente-se a MP 75/2002, um artigo 45 com a seguinte redação:

Art. 45 Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a securitização dos valores a receber da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto da Seguridade Social – INSS, incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº9.964, de 10 de abril de 2000, através da emissão de títulos da dívida pública.

§1º Os títulos de que trata o caput desse artigo, serão denominados Títulos da Dívida do REFIS – TDRF, observando-se:

I - serão atualizados de acordo com as disposições do inciso I, do §4º, da Lei nº9.964, de 10 de abril de 2000;

II – o prazo de vencimento do TDRF será determinado em função do prazo médio estimado da carteira de recebíveis do REFIS da União, à partir dos recebimentos ocorridos nos últimos 12 meses;

III – serão exclusivamente utilizados para a liquidação das dívidas das pessoas jurídicas incluídas no REFIS, relacionadas especificamente ao referido programa;

IV - não serão objeto de resgate.

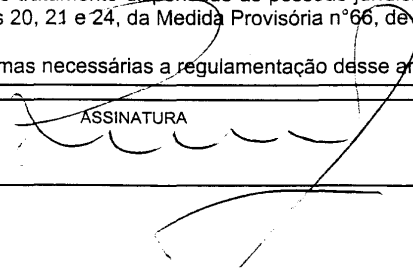
§2º A Secretaria da Receita Federal – SRF e o Instituto da Seguridade Social – INSS, receberão em dação em pagamento, os títulos referidos no §1º deste artigo, com ágio ou deságio, em decorrência da equalização, entre o prazo de vencimento do TDRF adquirido e o prazo médio do saldo devedor do Refis do contribuinte, a ser determinado em função dos pagamentos realizados nos 12 últimos meses, utilizando-se como taxa de juros a mesma taxa do TDRF.

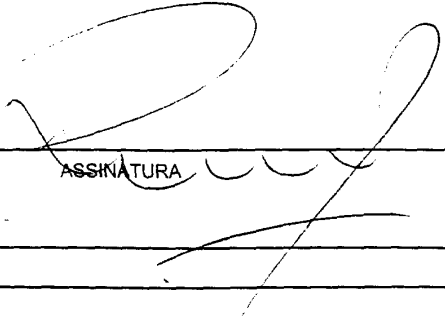
§3º Os tributos incidentes sobre o ágio ou deságio apurado pelo contribuinte quando da liquidação da dívida do REFIS através da TDRF, serão diferidos, e a sua realização será efetuada em função do prazo médio do saldo devedor conforme §2º deste artigo.

§4º As pessoas jurídicas optantes do REFIS e que efetuarem a liquidação integral, em uma única parcela, das dívidas consolidadas no referido programa, inclusive com a utilização dos títulos referidos no caput desse artigo, terão o mesmo tratamento dispensado as pessoas jurídicas que optaram pelas disposições introduzidas pelos artigos 20, 21 e 24, da Medida Provisória nº66, de 2002.

§5º O Poder Executivo emitirá as normas necessárias a regulamentação desse artigo.

ASSINATURA



| | | | | |
|--|---|--|--|---|
| DATA 04/11/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº75, reeditada em 28 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Senador Romero Jucá – PSDB/RR | | | N.º PRONTUÁRIO | |
| 1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PAGINAS 2/2 | ARTIGO 45º | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| JUSTIFICATIVA | | | | |
| <p>A proposta de plano, dá curso a uma ampla reestruturação iniciada pelo Governo federal, quando da edição da Lei nº9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que permitiu as pessoas jurídicas, desde que atendam aos requisitos determinados na legislação em vigência, a oportunidade de regularizarem, perante a União, as obrigações fiscais e previdenciárias, existentes inicialmente até 29 de fevereiro de 2000. Esta regularização foi realizada por meio de uma fórmula específica de consolidação de pagamentos, por via da qual quita-se parceladamente a dívida consolidada, incluindo-se o débitos e os respectivos acréscimos legais. As parcelas são fixas, ou calculadas com base na receita bruta mensal da pessoa jurídica.</p> <p>O referido programa, tem como principal objetivo assegurar a regularização dos créditos fiscais e previdenciários da União, e conseqüentemente, incentivar o desenvolvimento salutar da ordem econômica e financeira, incentivando e colaborando para que as empresas regularizem os seus passivos tributários e previdenciários.</p> <p>Nesse contexto vale ressaltar, que a crise nos mercados financeiros está obrigando ao governo a geração, cada vez mais acentuada, de superávit primário no orçamento público. Isto faz com que devam ser implementadas medidas que visem proporcionar o incremento da arrecadação tributária, preferencialmente, através de atos que não onerem ainda mais a carga tributária dos contribuintes. Essa geração de recursos, além de permitir ao governo estabilizar seu endividamento, poderá disponibilizar outros recursos para o resgate da dívida social através da implantação de programas como o de combate a fome e a miséria.</p> <p>O modelo ora proposto tem como principal objetivo, permitir a União antecipar o seu fluxo de caixa decorrente das receitas tributárias, vinculadas ao pagamento das parcelas mensais do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através da emissão de Títulos Públicos, a serem emitidos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e que serão utilizados especificamente para a amortização das dívidas dos contribuintes (pessoa jurídica), relacionadas diretamente ao referido programa de recuperação fiscal. Este modelo traz outro benefício para o governo que é o da redução do risco de inadimplência, relacionado a possibilidade de não pagamento da dívida do REFIS, por parte das empresas que apresentarem problemas futuros no seu fluxo de caixa.</p> <p>Propõe-se que o esclarecimento seja feito por lei, haja vista ser esse o único meio eficaz.</p> | | | | |
|  ASSINATURA | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000036

| | |
|---------------------------|--|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002 |
|---------------------------|--|

| | |
|---|----------------|
| AUTOR Deputado Marcos Cintra – PFL/SP | N.º PRONTUÁRIO |
|---|----------------|

1- SUPRESSIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA 4- ADITIVA 5- SUBSTITUTIVO GLOBAL

| | | | | |
|-----------------------|---------------------|-----------|--------|--------|
| PÁGINAS 1/2 | ARTIGO 45 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|-----------------------|---------------------|-----------|--------|--------|

TEXTO

Adite-se um artigo 45 com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 45. Para os fins do disposto no art. 14 da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, os débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos referidos nos artigos 12 e 13, não serão considerados para fins de determinação de índices econômico-financeiros.

JUSTIFICATIVA

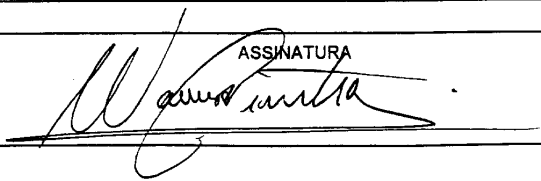
O Governo Federal instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, referentes a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal e pelo INSS, com vencimento até 29.02.00.

A adesão ao REFIS trouxe algumas implicações nos principais indicadores econômico-financeiros das empresas integrantes, que, caso não tivessem os seus efeitos suspensos, impossibilitaria a sua continuidade operacional.

Ciente destes efeitos, o próprio legislador incluiu o art. 14 na referida Lei, estabelecendo que os impactos dos débitos do REFIS deveriam ser excluídos do cálculo dos índices.

Entretanto, ao contrário do quanto efetivamente pretendido pelo legislador, tal norma criou um problema adicional para as empresas integrantes do REFIS. Senão vejamos:

ASSINATURA



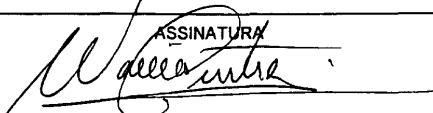
| | | | | |
|---|--|--|--|---|
| DATA 29/10/2002 | | PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | |
| AUTOR Deputado Marcos Cintra – PFL/SP | | | N.º PRONTUÁRIO | |
| 1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINAS 2/2 | ARTIGO 45 | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

Ao estabelecer que as *“obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos referidos nos arts. 12 e 13 não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.”*, o legislador deixou de se referir ao impacto existente sobre o índice que tem relação com o patrimônio líquido da empresa, fato este que vem causando dúvidas e incertezas nos processos licitatórios em que há necessidade de parâmetros precisos e julgamentos objetivos.

Dessa forma, é de fundamental importância para o sucesso do Programa de Recuperação Fiscal a maior clareza do texto do art. 14, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, fazendo constar, expressamente, que os efeitos decorrentes dos débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos mencionados na própria lei, não serão considerados para fins de determinação de índices econômicos e financeiros vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim as operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Propõe-se que o esclarecimento seja feito por lei, haja vista ser este o único meio eficaz de vincular a Administração Pública em todos os níveis da Federação.

ASSINATURA



MPV 75

000037

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|-----------|--------|--------|
| data 31/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 75, de 24-/10/2002 | | | |
| Autor DEPUTADO SILAS BRASILEIRO | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. X aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O valor dos pagamentos relativos à Quota de Contribuição revigorada pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, e ainda pendentes de restituição pelo Tesouro Nacional, poderá ser utilizado inclusive para abatimento de débitos perante o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, admitida a transferência de direitos entre as partes sujeitas à tal contribuição”.

JUSTIFICAÇÃO

Os Produtores de Café, suas Cooperativas e o Comércio Exportador de Café são detentores de créditos tributários perante o Poder Executivo, relativos a valores indevidamente recolhidos a título de Quota de Contribuição sobre Exportações de Café, e apresentam débitos para com o FUNCAFÉ, provenientes de financiamentos.

Os créditos resultam da decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal, tomada na Sessão Plenária de 18/09/1997, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 191044-5. Entendeu a Excelsa Corte ser inconstitucional a exigência da Quota de Contribuição sobre as Exportações de Café, reinstituída pelo Decreto Lei nº 2295, de 21/11/1986. Nos termos do voto do relator, Ministro Carlos Velloso, o Plenário decidiu que não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 a exigência da Quota de Contribuição sobre as Exportações de Café, e, em consequência, concluiu que “o D-L 2295/86, art. 4º, é absolutamente incompatível com o Sistema Tributário Nacional, inaugurado com a CF/88”.

O Ministro Ilmar Galvão votou também pela inconstitucionalidade do D-L 2295/86 em face da Emenda Constitucional nº 1/69, acrescentando que “o D-L 2295/86 se revelara, desde a sua edição, incompatível com a EC 01/69 e, por conseguinte, sem qualquer validade”.

Com base nessa decisão, os contribuintes que haviam recolhido a Quota de Contribuição formularam pedidos de restituição nas vias judicial e administrativa. Na Justiça Federal, vários processos já mereceram sentença favorável aos autores, inclusive com trânsito em julgado. No plano administrativo, onde se requer a compensação, as decisões têm sido igualmente favoráveis, pendentes, porém, de apreciação recursal pela CSRF - Câmara Superior de Recursos Fiscais, tendo em vista a prática renitente do Poder Executivo de apelar mesmo em face de decisões incontroversas da mais alta Corte de Justiça do País.

Ocorre que, recentemente, o Ministério da Fazenda vem de impor obstáculos à apreciação desses casos na via administrativa (Portaria MF nº 103/2002), ao retirar da competência da CSRF a possibilidade de julgar matérias onde tenha sido argüida a inconstitucionalidade, a não ser nos casos de declaração pelo STF em ADIN, de Resolução do Senado que suspenda o ato, ou, ainda, quando objeto de decisão em caso concreto, cuja extensão dos efeitos jurídicos tenha sido autorizada pelo Presidente da República (art. 22-A, inciso 2º do parágrafo único).

Essa regra cria enormes dificuldades e restringe o acesso dos titulares dos créditos à compensação prevista na Lei. Não obstante a indiscutibilidade da decisão do Pleno do STF, há aspectos de procedimentos regimentais que não conduziram à formalização d

a inconstitucionalidade da Quota de Contribuição nas ditas situações. São eles:

- a- O reconhecimento da não recepção pela CF/88 e a inconstitucionalidade do D-L 2295/86, que reinstituíu a Quota de Contribuição, foram determinados pelo Pleno do STF em sede de Recurso Extraordinário, e não de Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- b- A não recepção pela CF/88 da exigência da Quota de Contribuição, prevista no art. 4º do D-L 2295/86, torna-a sem validade e ausente do mundo das leis, não podendo falar-se em decretação formal de sua inconstitucionalidade pelo Senado, eis que nunca existiu sob a égide na nova CF;
- c- A sua inconstitucionalidade em face da EC nº 01/69 foi reconhecida na Sessão Plenária de 18/09/1997, portanto, sob a vigência da CF/88, não podendo, regimentalmente, ser decretada a inconstitucionalidade de um ato perante uma Constituição anterior, não mais vigente, o que, por óbvio, não retira da decisão o seu efeito jurisprudencial.

A suspensão dessas técnicas requer um conjunto de providências que demandam um período de tempo longo e os naturais custos. A renúncia da esfera administrativa, face às restrições da Portaria MF 103/2002 e a busca da via judicial para garantir o acesso a um direito assegurado, de compensar débitos com créditos, oferecem os mesmos inconvenientes que expõem os Produtores, Cooperativas e Comércio Exportador aos atuais estrangulamentos financeiros que dificultam, em muito, a continuidade normal de seus negócios.

À vista do exposto, os contribuintes que recolherem o tributo considerado inconstitucional merecem ter reconhecido o direito, com base no Código Tributário Nacional (art.170), de compensar débitos financeiros com créditos tributários.

Os débitos financeiros são originários de financiamentos contraídos junto ao FUNCAFÉ, que é exatamente o Fundo para o qual foram canalizados os recursos financeiros indevidamente recolhidos a título de Quota de Contribuição, o que evidencia a compatibilidade fiscal dos débitos e créditos a serem compensados.

PARLAMENTAR

Brasília – DF, 31 de outubro de 2002


Silas Brasileiro (PMDB-MG)

MPV 75

000038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|--|
| data 31.10.2002 | proposição Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
|--------------------|--|

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| autor Dep. Osvaldo Biolchi | n.º do prontuário |
|-------------------------------|-------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|---|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3 <input type="checkbox"/> modificativa | 4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|---|--|---|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Poderão optar pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei n.º 9.964, de 10 de abril de 2000, cujo prazo foi reaberto pela Lei n.º 10.002, de 14 de setembro de 2000 e na Medida Provisória n.º 2.061-2, de 30 de novembro de 2000, todas as empresas que foram excluídas do REFIS, através das Portarias CG/REFIS n.º 67 e 68, de 13/12/2001, publicadas no DOU de 17/12/2001, e Portaria CG/REFIS n.º 69, DOU de 17/12/01, que comprovem dificuldade financeira no cumprimento daquela obrigação e apresente um plano de recuperação da empresa, bem como, poderão, ainda, aderir ao programa REFIS todas as demais empresas e pessoas físicas.

§1º Poderá, ainda, incluir os débitos de pessoa jurídica e físicas, relativos a tributos e contribuições, administradas pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com vencimento até 30 de setembro de 2002, constituídos ou não, inseridos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. O reingresso no REFIS dar-se-á por opção da Pessoa Jurídica e/ou Pessoa Física, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere esta Medida Provisória em se art.

§1º A opção deverá ser formalizada até o último dia útil do mês de dezembro de 2002.

§2º O Contribuinte poderá optar pelo pagamento dos débitos consolidados, com redução de 50% (Cinqüenta por cento) da multa, nas mesmas condições estabelecidas na Lei n.º 9.964, publicada no DOU de 10.04.2000 ou em 220 (Duzentos e vinte) parcelas mensais iguais e sucessivas, observado as decisões e as demais regras do referido programa.

§2º Os débitos referente ao REFIS em atraso e os tributos não recolhidos, serão consolidados e parcelados na forma desta Medida Provisória.

Justificação:

Em virtude de inadimplência, inúmeras empresas optantes pelo REFIS foram excluídas do Programa, sem terem sido notificadas e sem oportunidade de apresentarem em tempo hábil as suas justificativas.

Várias dessas empresas enfrentaram sérias dificuldades financeiras durante a vigência do REFIS em virtude da fragilidade no Sistema Financeiro Nacional.

De outra forma, muitas empresas não optaram pelo REFIS no prazo estabelecido em virtude da falta de esclarecimentos às suas dúvidas, bem como pelo curto prazo entre a publicação do programa e o decreto que regulamentou a lei.

A aprovação dessa emenda trará muitos benefícios as empresas em débito com a União, que passarão a recolher tributos nos seus respectivos vencimentos, formando um volume considerável de recursos para o Tesouro Nacional.

No momento em que a maior preocupação de todos é com o desemprego e com a manutenção dos empregos já existentes, essa emenda fatalmente estará contribuindo para que essas empresas beneficiadas continuem com suas atividades e mantenham e ampliem as oportunidades de emprego em suas respectivas áreas.

PARLAMENTAR



MPV 75**000039**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|---|---|
| 2 DATA 31-10-2002 | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | 5 N. PRONTUÁRIO |
| 5 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | |
| 6 | ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALINEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 75, de 24/10/2002:

"Art. Os arts. 1º, 2º, 5º, 12 e 13 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. É instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cujo fato gerador tenha ocorrido até 15 de outubro de 2002, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

.....

§ 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designados por seus respectivos titulares, bem como por dois representantes da Câmara dos Deputados, dois representantes do Senado Federal e dois dos contribuintes, mediante indicação por consenso das Confederações Nacionais dos diversos setores produtivos:

....." (NR)

"Art. 2º

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 31 de janeiro de 2003.

.....

§ 11. Para pagamento integral, até a data da opção, dos débitos tributários de que trata o *caput* deste artigo, será concedida redução integral da multa moratória ou punitiva, bem como dos juros de mora." (NR)

Art. 5º A pessoa jurídica optante pelo Refis será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor, precedido de notificação ao contribuinte, que terá prazo de trinta dias para impugná-lo ou sanar eventual irregularidade:

II - inadimplência por cinco meses consecutivos ou dez meses alternados o que primeiro ocorrer, caracterizado por lançamento de ofício, mediante ato da autoridade fiscalizadora, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 15 de outubro de 2002, exceto nos casos de grave crise econômica, interna ou externa, geral ou setorial;

III - constatação caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributos ou contribuição abrangidos pelos Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I *caput* do art. 3º, salvo se, no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial, seja integralmente pago;

IV - compensação ou utilização indevida de crédito, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referido nos §§ 7º e 8º da art. 2º, após decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

V - decretação de falência, exceto quando da autorização judicial para continuação dos negócios, extinção, pela liquidação, ou pela cisão da pessoa jurídica;

IX - decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte, relativa ao débito referido no § 6º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se, no prazo de trinta dias, contada da ciência da decisão, o crédito tributário seja integralmente pago, ou parcelado, nas condições do § 2º deste artigo;

§ 2º A exclusão, nas hipóteses do incisos I, II e III deste artigo, produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, observando o disposto no *caput*, podendo o débito, no caso do inciso III, ser parcelado em até noventa e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas.

(NR)

"Art. 12. Alternativamente ao ingresso no Refis, o contribuinte poderá optar pelo parcelamento, em até duzentos e quarenta parcelas mensais, iguais e sucessivas dos débitos referidos no art. 1º, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

(NR)

"Art. 13. Os débitos não tributários inscritos ou não em dívida ativa, com vencimento até 30 de outubro de 2002, poderão ser parcelados em até duzentos e quarenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, observando as demais regras aplicáveis ao parcelamento de que trata o art. 12.

..... (NR)

§ 2º Para os débitos não tributários inscritos ou não, não alcançados pelo disposto no § 1º, admitir-se-á o parcelamento, desde que requerido até 31 de janeiro de 2003.

..... (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte art. 5º A:

"Art. 5º As pessoas jurídicas excluídas do Refis até 15 de outubro de 2002, independentemente de sua motivação, poderão, mediante formalização do termo de opção até 31 de janeiro de 2003, reingressar no Programa.

Art. 3º Para as empresas que continuam integradas ao regime de parcelamento instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, é facultada a inclusão de novos débitos, cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da publicação desta lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, que visa alterar dispositivos da Lei nº 9.964/2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - Refis, é apresentada:

Considerando que a Medida Provisória nº 2004-5 de 11/02/2002, convertida na Lei 9.964 de 10/04/2000, institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis;

Considerando que aproximadamente 130.000 contribuintes aderiram ao programa de Recuperação Fiscal, na tentativa de regularizar sua junto ao fisco;

Considerando que durante o período de adesão ao Programa, a administração fazendária não estava instrumentada adequadamente para com que muitos deixassem de realizar a opção na época própria;

Considerando que neste período já foram publicados mais de 60 atos normativos, desde decretos, instruções normativas, portarias e resoluções, muitos dos quais modificando substancialmente o contido na legislação instituidora do Programa, tornando a compreensão e execução do mesmo, por parte do contribuinte, excessivamente complexa, muitos dos quais foram penalizados pela exclusão sumária, voltando ao estado de marginalidade;

Considerando que a economia brasileira, desde o período da instituição do programa, passou por inúmeras dificuldades, especialmente em decorrência da crise energética e do alto custo para o financiamento das atividades produtivas;

Considerando que mais de 80 mil empresas foram excluídas do programa de Recuperação Fiscal - Refis, em que decorrência das dificuldades estruturais e econômicas, conforme acima mencionado;

Considerando que somente por intermédio de políticas de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal é que a União poderá recuperar seus créditos, bem como aumentar a receita tributária.

Essas são as razões determinantes para a acolhida da proposição.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

| |
|--|
| <p>1</p> <p>MPV 75</p> <p>000040</p> |
|--|

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|---------------------------------|---|
| <p>2 DATA</p> <p>29-10-2002</p> | <p>3 PROPOSIÇÃO</p> <p>Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002</p> |
|---------------------------------|---|

| | |
|--|-----------------------------|
| <p>4 AUTOR</p> <p>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR</p> | <p>5 N.º PRONTUÁRIO 445</p> |
|--|-----------------------------|

6

1- SUPRESIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA + ADITIVA 9- SUBSTITUTIVO GLOBAL

| | | | | |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |
|---|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002:

"Art. Poderão ser pagos ou parcelados, até o último dia útil do mês de dezembro de 2002, nas condições estabelecidas pelo art. 17 da Lei nº 9.979, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2002, relativamente a ações ajuizadas até esta data, ou em fase de recurso administrativo.

....."

JUSTIFICATIVA

A possibilidade de concessão de pagamento ou parcelamento inicialmente prevista no art. 11 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, deve ser estendida aos débitos em fase de recurso administrativo, ampliando o alcance das medidas dela constantes, no tocante à regularização de créditos tributários da União.

ASSINATURA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000041

| | | | |
|---|--|--|---|
| 2 DATA 29/10/2002 | | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | |
| 4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | 5 N.º PRONTUÁRIO 445 | |
| 6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA |
| | | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | |
| | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| | | | ALINEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte artigo:

"Art. O recolhimento dos tributos e contribuições federais, a partir de 01 de janeiro de 2003, terá seu prazo de vencimento ampliado em três dias a cada mês, sucessivamente, nos próximos vinte e quatro meses, permanecendo como novo prazo de recolhimento, após esse período, a data fixada no vigésimo quarto mês." (NR)

JUSTIFICATIVA

Os prazos para o recolhimento dos créditos tributários foram reduzidos drasticamente durante os últimos anos, forçando o contribuinte a captar recursos no mercado financeiro para honrar o pagamento dos tributos, em decorrência do descompasso existente entre o recebimento da mercadoria comercializada, e o prazo de pagamento dos tributos.

Em face disso, a presente emenda objetiva recompor tais fluxos financeiros, com a ampliação gradativa e temporária dos prazos de recolhimento dos créditos tributários federais.

ASSINATURA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000042

| | | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|--|---------------|--|---|
| 2 | DATA | 29-10-2002 | 3 | PROPOSIÇÃO | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 | |
| 4 | AUTOR | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | 5 | N. PRONTUARIO | | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | + | <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO | ALINEA | | |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 75, de 24/10/2002:

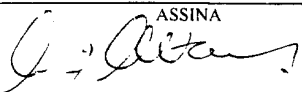
"Art. O art. 1º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino básico." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda estende a faculdade de opção pelo SIMPLES aos estabelecimentos de ensino básico e não apenas àqueles de ensino fundamental, por questões de isonomia e justiça.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75
000043

| | | | |
|---|--|-----------|--|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 29-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | 5 | N. PRONTUARIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> ADITIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 0 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| | | | ALÍNEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 75, de 24/10/2002:

Art. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva e em cursos de pós-graduação, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

.....(NR)

"Art. 4ºA. O total dos financiamentos de que trata o art. 4º, por instituição de ensino superior cadastrada, não será inferior, anualmente, ao montante recolhido no ano anterior a título de impostos e contribuições federais.

§ 1º A instituição cadastrada informará anualmente ao MEC, até 31 de janeiro, discriminadamente, o montante recolhido a título de impostos e contribuições federais.

§ 2º No total referido no **caput** serão considerados o valor dos contratos existentes e o financiamento de novos estudantes, por instituição." (NR)

JUSTIFICATIVA

É inegável o sucesso do Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que em apenas dois anos e meio beneficiou 152.000

universitários, com a aplicação de R\$885 milhões. Em 2001, foram 1.102 faculdades participantes, com 19.200 cursos.

O FIES está possibilitando o ingresso de estudantes de situação econômica menos privilegiada em cursos superiores não gratuitos, assim como tornou viável a continuidade e a conclusão de cursos por parte de alunos que não podiam arcar com os respectivos encargos educacionais.

Além do estudantes, o programa beneficia as instituições de ensino, com o aumento das receitas e lucros auferidos, em face do que passam a recolher maiores somas de impostos e contribuições.

A idéia que inspirou este projeto é carrear os recursos assim arrecadados para o financiamento de estudantes no âmbito do FIES, cujo montante, por instituição cadastrada, seria no mínimo igual ao valor dos tributos recolhidos no ano anterior.

Atualmente, segundo informação contida no "**FIES - 2002 Manual do Candidato ao Financiamento Estudantil**", a mantenedora da IES fixa o valor desejado para o financiamento de seus estudantes e os recursos do FIES são distribuídos por estado e por curso de forma diretamente proporcional à demanda, respeitado o valor fixado pela mantenedora.

Como se vê, não há um parâmetro para o atendimento do valor fixado, relativamente a cada instituição. Por isso, o projeto dispõe que o total dos financiamentos não será inferior ao montante recolhido no ano anterior, a título de impostos e contribuições federais.

Além disso, acrescenta-se a possibilidade de financiamento a alunos de cursos de pós-graduação não gratuitos, que não contam com fonte alguma de financiamento.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000044

| | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|--|--|--|
| 2 | DATA | 29-10-2002 | 3 | PROPOSIÇÃO | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | 5 | N. PRONTUÁRIO | |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA | |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 75, de 24/10/2002:

"Art. 1º A Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais)." (NR)

"Art. 4º Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano-calendário, seja superior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais)." (NR)

"Art. 5º

I -

- a) até R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$78.000,01 (setenta e oito mil reais e um centavo) a R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$117.000,01 (cento e dezessete mil reais e um centavo) a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais): 5% (cinco por cento);

II -

- a) até R\$312.000,00 (trezentos e doze mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$312.000,01 (trezentos e doze mil reais e um centavo) a R\$468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais): 5,8% (cinco

- inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$468.000,01 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais e um centavo) a R\$624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$624.000,01 (seiscentos e vinte e quatro mil reais e um centavo) a R\$780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) de R\$780.000,01 (setecentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais): 7% (sete por cento);
- f) de R\$936.000,01 (novecentos e trinta e seis mil reais e um centavo) a R\$1.092.000,00 (um milhão e noventa e dois mil reais): 7,4% (sete inteiros e quatro décimos por cento);
- g) de R\$1.092.000,01 (um milhão e noventa e dois mil reais e um centavo) a R\$1.248.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais);
- h) de R\$1.248.000,01 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais e um centavo) a R\$1.404.000,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais): 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento);
- i) de R\$1.404.000,01 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais e um centavo) a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais): 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento).

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais), os percentuais a que se referem:

....." (NR)

"Art. 9º

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$156.000,00 (cento e cinqüenta e seis mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais);

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao dia da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$13.000,00 (treze mil reais) e R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas frações de meses.

....." (NR)

"Art. 13.

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$156.000,00 (cento e cinqüenta e seis mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A elevação dos limites de que trata esta emenda, em 30%, é necessária

para que o incremento da receita bruta das microempresas e empresas de pequeno porte, em decorrência da inflação, não penalize os contribuintes com a exclusão do SIMPLES, como vem ocorrendo.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000045

| | | |
|---|---|--|
| 1 | 2 DATA 29/10/2002 | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | 5 N.º PRONTUARIO 445 |
| 6 | 7- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 1- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | |
| | ARTIGO | PARAGRAFO |
| | INCISO | ALINEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte artigo:

Art. Os arts.1.º, 2.º, 5.º, 12 e 13 da Lei n.º 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º É instituído o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cujo fato gerador tenha ocorrido até 15 de maio de 2002, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

.....
 § 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designados por seus respectivos titulares, bem como por dois representantes da Câmara dos Deputados, dois representantes do Senado Federal e dois representantes dos contribuintes, mediante indicação por consenso das Confederações Nacionais dos diversos setores produtivos:

....." (NR)

"Art. 2º

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 30 de dezembro de 2002.

.....
 § 11. Para pagamento integral, até a data da opção, dos débitos tributários de que trata o *caput* deste artigo, será concedida redução integral da multa moratória ou punitiva, bem como dos juros de mora." (NR)

"Art. 5º A pessoa jurídica optante pelo Refis será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor, precedido de notificação ao contribuinte, que terá o prazo de trinta dias para impugná-lo ou sanar eventual

irregularidade:

.....
 II - inadimplência, por cinco meses consecutivos ou dez meses alternados, o que primeiro ocorrer, caracterizado por lançamento de ofício, mediante ato da autoridade fiscalizadora, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 15 de maio de 2002, exceto nos casos de grave crise econômica, interna ou externa, geral ou setorial;

III - constatação caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangidos pelos Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do *caput* do art. 3º, salvo se, no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial, seja integralmente pago

IV - compensação ou utilização indevida de crédito, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referido nos §§ 7º e 8º do art. 2º, após decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

V - decretação de falência, exceto quando da autorização judicial para continuação dos negócios, extinção, pela liquidação, ou pela cisão da pessoa jurídica;

.....
 IX - decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte, relativa ao débito referido no § 6º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se, no prazo de trinta dias, contada da ciência da decisão, o crédito tributário seja integralmente pago, ou parcelado, nas condições do § 2º deste artigo;

.....
 § 2º A exclusão, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, observado o disposto no *caput*, podendo o débito, no caso do inciso III, ser parcelado em até noventa e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas.

..... (NR)

"Art. 12. Alternativamente ao ingresso no Refis, o contribuinte poderá optar pelo parcelamento, em até duzentas e quarenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos débitos referidos no art. 1º, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

.....(NR)

"Art. 13. Os débitos não tributários inscritos ou não em dívida ativa, com vencimento até 30 de abril de 2002, poderão ser parcelados em até duzentas e quarenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, observadas as demais regras aplicáveis ao parcelamento de que trata o art. 12.

.....
 § 2º Para os débitos não tributários inscritos ou não, não alcançados pelo disposto no § 1º, admitir-se-á o parcelamento, desde que requerido até 30 de dezembro de 2002.

.....(NR)

Art. 2º A Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte art. 5ºA:

"Art. 5ºA. As pessoas jurídicas excluídas do Refis até 15 de maio de 2002, independentemente de sua motivação, poderão, mediante formalização do termo de opção até 30 de dezembro de 2002, reingressar no Programa.

.JUSTIFICATIVA

A presente emenda, que visa alterar dispositivos da Lei nº 9.964/2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - Refis, é apresentada:

Considerando que a Medida Provisória n. 2004-5 de 11/02/2002, convertida na Lei 9.964 de 10/04/2000, institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis;

Considerando que aproximadamente 130.000 contribuintes aderiram ao

programa de Recuperação Fiscal, na tentativa de regularizar sua situação junto ao fisco;

Considerando que durante o período de adesão ao Programa, a administração fazendária não estava instrumentada adequadamente para oferecer aos contribuintes, os esclarecimentos necessários, fazendo com que muitos deixassem de realizar a opção na época própria:

Considerando que neste período já foram publicados mais de 60 atos normativos, desde decretos, instruções normativas portarias e resoluções, muitos dos quais modificando substancialmente o contido na legislação instituidora do Programa, tornando a compreensão e execução do mesmo, por parte do contribuinte, excessivamente complexa, muitos dos quais foram penalizados pela exclusão sumária, voltando ao estado de marginalidade;

Considerando, que a economia brasileira, desde o período da instituição do programa, passou por inúmeras dificuldades, especialmente em decorrência da crise energética e do alto custo para o financiamento das atividades produtivas;

Considerando que mais de 80 mil empresas foram excluídas do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em decorrência das dificuldades estruturais e econômicas, conforme acima mencionado;

Considerando que é de fundamental importância para o Estado e para a economia nacional a criação de condições adequadas para que as empresas possam retomar o desenvolvimento de suas atividades e, via de consequência, proporcionar a manutenção e a criação de novos empregos;


Considerando que somente por intermédio de políticas de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal é que a União poderá recuperar seus créditos, bem como aumentar a receita tributária.

Essas são as razões determinantes para a acolhida da proposição.

ASSINATURA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

| | | | |
|--|--|--|--|
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p style="margin: 0;">MPV 75</p> <p style="margin: 0;">000046</p> </div> | |
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| | 29-10-2002 | | Medida Provisória n.º 75, de 24 de outubro de 2002 |
| 4 | AUTOR | 5 | N. PRONTUÁRIO |
| | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | | |
| 6 | | | |
| 1- | <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- | <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA |
| 3- | <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- | <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA |
| 9- | <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 0 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| | | | ALINEA |
| TEXTO | | | |
| <p style="margin: 0;">EMENDA ADITIVA</p> <p style="margin: 0;">Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 75, de 24/10/2002:</p> <p style="margin: 0;">"Art. O art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 2º, renumerando-se os demais:</p> <p style="margin: 0;">"Art. 66</p> <p style="margin: 0;">§ 2º As cooperativas mencionadas no <i>caput</i> deste artigo terão direito à utilização integral dos créditos ou dos valores apurados por seus cooperados que possam ser deduzidos ou compensados no recolhimento de que trata o <i>caput</i> deste artigo.</p> <p style="margin: 0;">....." (NR)</p> <p style="margin: 0;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p style="margin: 0;">A que cabe a obrigação de contribuir, também cabe o direito aos descontos dos créditos estabelecidos pelo art. 3º, devendo ficar claro tal dispositivo no texto legal.</p> <p style="margin: 0;">Da mesma forma, é necessário assegurar, de forma inequívoca, que a não-cumulatividade de que trata a MP 66, de 2002, seja adequada às cooperativas que, nos termos do art. 66 da Lei nº 9.430/96 são responsáveis pelo recolhimento do PIS/Pasep.</p> <p style="margin: 0;">Se pelo referido dispositivo legal, as cooperativas que se dedicam à venda em comum e que, para tanto, recebem para comercialização a produção de suas associadas, são as responsáveis pelo recolhimento de contribuições de seus cooperados, nada mais correto do que reconhecer a essas mesmas cooperativas o direito aos créditos acumulados por seus cooperados, assim como dos valores passíveis de compensação.</p> <p style="margin: 0;">A inserção proposta pela presente emenda objetiva, finalmente, evitar a repetição do problema encontrado em textos legais em vigor, que conferem direitos a créditos pelos contribuintes, mas que, por não explicitarem a referida prerrogativa às cooperativas, têm ensejado inúmeras ações administrativas e judiciais pela fiscalização tributária.</p> | | | |
| <p style="margin: 0;">ASSINA</p> <p style="margin: 0;"></p> <p style="margin: 0;">Dep. LUÍZ CARLOS HAULY – PSDB/PR</p> | | | |

MPV 75

000047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|-------------------------------|-----------|-----------------------------|--------|
| 2. data 31.10.2002 | 3. proposição MPV 75/2.002 | | | |
| 4. autor Deputado Federal Duílio Pisaneschi | | | 5. n.º do prontuário 349 | |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| 7. página | 8. artigo | Parágrafo | Inciso | alinea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, um artigo com a seguinte redação :

Art. ___ - Fica reaberto o prazo para a opção prevista no artigo 2º da Lei nº 9.964, de 1º de abril de 2000, que poderá ser feita até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei.

§ 1º. A opção prevista no caput poderá ser feita por empresas excluídas do Refis ou que não tenham aderido nas oportunidades anteriores.

§ 2º. A consolidação prevista no artigo 2º da Lei nº 9.964, de 1º de abril de 2000 deverá ser feita no prazo de 3 (três) anos, devendo ser pago o valor apurado na forma do inciso II do artigo 4º da mesma lei, a contar da efetiva consolidação.

§ 3º. A compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do Refis poderá ser feita no processo de consolidação, independentemente da natureza do tributo.

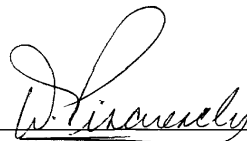
§ 4º. Aos optantes pelo Refis nos termos deste artigo será concedida redução da multa moratória de 50% (cinquenta por cento) que será revertida em caso de inadimplemento futuro das obrigações estabelecidas.

§ 5º. A homologação da opção pelo Refis independe da prestação de garantias.

§ 6º - As pessoas jurídicas optantes pelo parcelamento previsto no Art. 2º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, que encontram-se inadimplentes, poderão incluir estes débitos no parcelamento do Refis, no prazo expresso no caput.

Justificativa:

As empresas nacionais estão enfrentando uma série de problemas de ordem financeira gerados pelos efeitos das crises econômicas ocorridas em outros países, como ocorrido na Argentina. Dessa forma, torna-se necessário modificar o sistema de parcelamento do Refis, objetivando atender estas empresas, através da reabertura do prazo de opção. Na mesma linha entendemos que a possibilidade de compensação de créditos de tributos com outros de qualquer natureza é medida de justiça, pois não tem cabimento que o contribuinte credor por exemplo de pagamentos feitos ao PIS, não possa compensar com outros débitos tributários, sofrendo conseqüências danosas da inadimplência e sendo credor da Fazenda. Acreditamos que a emenda ora apresentada poderá resultar ganhos no sistema produtivo nacional e equilibrando a economia das empresas em geral.



PARLAMENTAR

10

Brasília, 31 de outubro de 2.002.

MPV 75

000048

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|--|
| data 31/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. |
|--------------------|--|

| | |
|--|------------------|
| autor Deputado Federal Chico da Princesa | n° do prontuário |
|--|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|----------------------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICACÃO | | | | |

EMENDA ADITIVA

Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Inclua-se à Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, o seguinte artigo:

“ Art. ___ - Fica reaberto por noventa dias, a contar da data de publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.

§ 1º - Na opção que trata o caput, poderão ser consolidados os débitos fiscais, nos termos do Art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2002, com vencimento até a data da publicação desta lei.

§ 2º - As pessoas jurídicas que aderiram ao parcelamento previsto no Art. 2º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, que encontram-se inadimplentes, poderão incluir o débito originário deste parcelamento no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no prazo expresso no caput.

§ 3º - Farão jus a participar do programa nos termos do caput, as pessoas jurídicas excluídas do REFIS.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS lançado em 2000 permitiu que grande parte das empresas brasileiras regularizasse os pagamentos dos tributos e encargos sociais perante a União. Contudo, nos últimos dois anos, a economia brasileira sofreu efeitos negativos provocados por crises ocorridas no mercado internacional, como a elevação da cotação do Dólar em relação ao Real, bem como as taxas de juros. Tais fatos têm prejudicado a saúde financeira de muitas empresas brasileiras, não permitindo, que obrigações legais sejam devidamente salgadas, como os tributos em geral. Dessa forma, a emenda ora apresentada permitirá que empresas brasileiras possam enfrentar a crise econômica de forma mais justa e saldando os seus débitos com o fisco federal, inclusive aquelas que estão inscritas no REFIS e estão enfrentado dificuldades em honrar este parcelamento mensalmente..

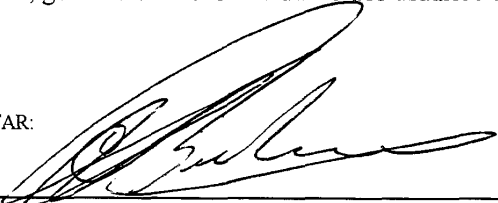
PARLAMENTAR



MPV 75

000049

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|------------------|---------------|---------------|
| <p>data 31/10/2002</p> | <p>proposição Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</p> | | | |
| <p>autor Deputado Federal Chico da Princesa</p> | <p>nº do prontuário</p> | | | |
| <p>1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global</p> | | | | |
| <p>Página</p> | <p>Artigo</p> | <p>Parágrafo</p> | <p>Inciso</p> | <p>alínea</p> |
| <p>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</p> | | | | |
| <p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p>Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</p> <p>Inclua-se na Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002, um artigo com a seguinte redação :</p> <p><i>“ Art.- __ - o inciso II, alínea “a” do Artigo 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração :</i></p> <p><i>“Art. 15 -</i></p> <p><i>“ II -</i></p> <p><i>a) para atividade de prestação de serviço de transporte, exceto o de carga e os serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano de passageiros, para os quais se aplicará o percentual previsto no caput deste artigo. ”</i></p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Os serviços de transporte público realizado nas cidades e nas regiões metropolitanas são responsáveis pelo deslocamento diário de 60 milhões de brasileiros, compostos na sua grande maioria de pessoas de baixo poder aquisitivo. Nos últimos anos tem-se constatado que uma boa parte destes usuários está deixando de utilizar o serviço de transporte público por não dispor de recursos para o pagamento da tarifa, cujo custo é onerado por uma carga tributária expressiva. Assim, considerando que a presente MP tem o objetivo de desonerar parte dos tributos incidentes sobre os setores produtivos do país, e o setor de transporte carga, responsável pelo transporte dos gêneros de primeira necessidade da população, faz jus a uma alíquota 8 %, desde 1996 conforme previsto no Art. 15 da Lei nº 9.249/95, propomos a presente emenda objetivando a redução do custo dos serviços de transporte público urbano e metropolitano, gerando um benefício direto aos usuários deste serviço público essencial.</p> <p>PARLAMENTAR: </p> | | | | |

MPV 75**000050****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|----------|---|--------|-------------------------------|
| 2 DATA 04/11/2002 | | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2002 | | |
| 4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ | | | | 5 Nº PRONTUÁRIO 337 |
| 6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| 7 PAGINA 1/1 | 8 ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

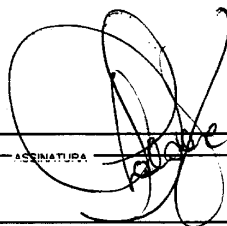
Inclua-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação:

"As exclusões do REFIS só poderão ocorrer por descumprimento das previsões da Lei."

JUSTIFICATIVA

As exclusões do REFIS ocorreram por decisões administrativas questionáveis judicialmente com ausência ao direito de defesa e ao contraditório.

Posto isto, encarecemos a compreensão e o indispensável apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da presente Emenda.



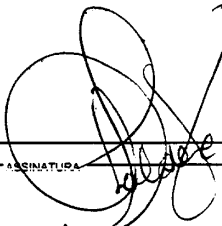
10

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal SP

MPV 75**000051**

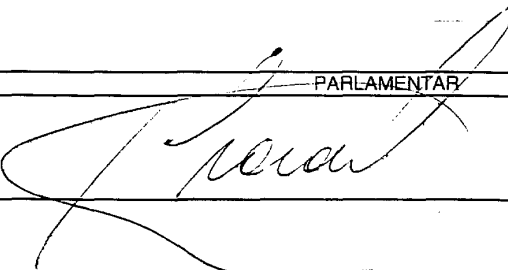
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|---|----------|---|-------------------------------|
| 2 DATA 04/11/2002 | | 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75/2002 | |
| 4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ | | | 5 Nº PRONTUÁRIO 337 |
| 6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | | 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | |
| 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | | 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | |
| 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PAGINA 1/1 | 8 ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO |
| ALINEA | | | |
| TEXTOS | | | |
| <p>Inclua-se onde couber:</p> <p><i>O Secretário Nacional de Receita Federa e os Superintendentes poderão dispensar a multa por atraso de entrega da declaração de Imposto de Renda das Entidades Comunitárias.</i></p> <p style="text-align: center;"><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>A presente Emenda visa resolver pendência de Entidade como Sociedade Amigos de Bairro, Associação de Moradores; geralmente formados por pessoas de poucos conhecimentos técnicos e sem recursos para contratar profissionais especializados, que apesar de isentos do Imposto de Renda acabam deixando de cumprir algumas obrigações, e as diretorias que se sucedem acabam tendo dificuldade de regularizar a situação e sem condições financeiras em arcar com as multas.</p> <p>Ante o exposto apelamos para a compreensão e o apoio dos nossos pares.</p> | | | |
|  | | | |
| 10 SINATURA | | | |
| Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal SP | | | |

MPV 75

000052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|-----------|---|------------------|--|
| Data 31/10/2002 | | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 | | |
| Autor AUGUSTO NARDES | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo 3º | Parágrafo | | |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |
| <p>Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 0075/2002:</p> <p>Art. As entidades fechadas de previdência complementar poderão excluir da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além dos valores já previstos na legislação vigente, os referentes a:</p> <p>I – rendimentos relativos a receitas de aluguel, destinados ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;</p> <p>II – receita decorrente da venda de bens imóveis, destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;</p> <p>III – o resultado positivo auferido na reavaliação da carteira de investimentos imobiliários referida nos incisos I e II.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O artigo em questão concede isenção de PIS e COFINS para as entidades fechadas de previdência complementar, quanto às receitas de aluguel, venda de imóveis e reavaliação de carteira de investimentos imobiliários, quando destinados ao pagamento de benefício de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates.</p> <p>O estímulo aos fundos de pensão é sempre louvável, vez que em todo o mundo o financiamento da aposentadoria é questão tormentosa. Estimular a acumulação de riquezas através do sistema de auto-poupança é providência que merece ser prestigiada.</p> | | | | |
| PARLAMENTAR | | | | |
| Brasília, de de 2002.  | | | | |

MPV 75

000053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--------|---|------------------|---------|
| Data 31/10/2002 | | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 | | |
| Autor AUGUSTO NARDES | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alíneas |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |
| <p>Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 0075/2002:</p> <p>Art. Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, decorrentes de tributos e contribuições federais e relativos a fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2002, poderão ser parcelados em até cento e cinquenta prestações mensais, iguais e sucessivas, observadas as condições fixadas neste artigo.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.</p> <p>§ 2º O débito objeto do parcelamento será consolidado na data do pedido e dividido pelo número de prestações.</p> <p>§ 3º O valor de cada prestação, determinado na forma do § 2º: I – não poderá ser inferior a cem reais; II – será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.</p> <p>§ 4º Para os fins da consolidação referida no § 2º, os valores correspondentes a multa de ofício serão reduzidos em quarenta por cento.</p> <p>§ 5º A redução prevista no § 4º não será cumulativa com qualquer outra redução admitida em lei.</p> <p>§ 6º Na hipótese de anterior concessão de redução de multa em percentual inferior a quarenta por cento, prevalecerá o percentual referido no § 4º.</p> <p>§ 7º Ressalvado o disposto nos §§ 10 e 11, não será concedido o parcelamento de que trata este artigo na hipótese de existência de parcelamentos concedidos sob outras modalidades, admitida a transferência do saldo remanescente para essa modalidade, mediante requerimento do sujeito passivo.</p> <p>§ 8º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro.</p> <p>§ 9º Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam as vedações previstas no art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.</p> <p>§ 10 Os débitos incluídos no Refis ou no parcelamento a ele alternativo poderão, a critério da pessoa jurídica, ser parcelados nas condições previstas neste artigo, nos termos a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor do mencionado Programa.</p> | | | | |

§ 11 Na hipótese do parágrafo 10:

- I – a opção pelo parcelamento na forma deste artigo implica desistência compulsória e definitiva do Refis ou do parcelamento a ele alternativo;
- II – as contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retornarãc à administração daquele órgão, sujeitando-se à legislação específica a elas aplicáveis;
- III – será objeto do parcelamento nos termos deste artigo o saldo devedor dos débitos de que trata o § 7º.

§ 12 O parcelamento a que se refere este artigo:

- I – deverá ser requerido, inclusive na hipótese de transferência de que trata o § 7º, até o último dia útil do mês de novembro de 2002, perante a unidade da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional responsável pela cobrança do respectivo débito;
- II – não se aplica aos débitos incluídos nas formas de pagamento a que se referem os arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 38, de 2002;
- III – reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.522, de 2002, no que não contrariem este artigo;
- IV – aplica-se, inclusive, aos débitos apurados segundo o Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

§ 13 Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos deste artigo, serão automaticamente convertidos em renda da União, aplicando-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

§ 14 A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirão os atos necessários à regulamentação deste artigo, no âmbito de suas respectivas competências.

JUSTIFICATIVA

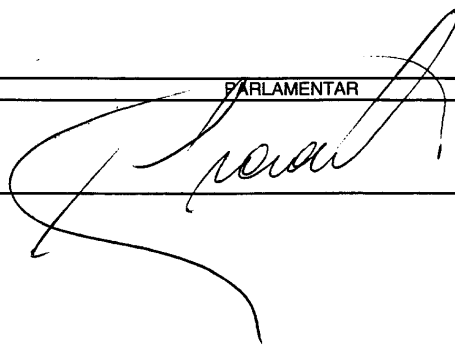
A presente emenda traz nova possibilidade de parcelamento de débitos tributários, arrecadados pelo INSS e pela Receita Federal, evitando restrições que comprometem o acesso e a manutenção de grande número de empresas nos programas de parcelamento de débitos tributários e fiscais estabelecidos pela legislação vigente. A carga tributária brasileira é sabidamente elevada, há grande nível de inadimplência e a solução não parece estar na cobrança coativa, pela via executiva, que já de muito se mostrou ineficiente.

De igual sorte, a solução não está em banir do setor formal cada vez mais empreendedores. A possibilidade de parcelamento, por prazo certo, é do interesse dos cofres públicos e dos devedores. Nesse mesmo sentido, a utilização da TJLP se justifica, vez que mais condizente com a atividade produtiva.

PARLAMENTAR

Brasília, de

de 2002



MPV 75

000054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|---|
| Data 31/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 |
|--------------------|---|

| | |
|-------------------------|------------------|
| Autor AUGUSTO NARDES | nº do prontuário |
|-------------------------|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | |
|--------|--------|-----------|--|
| Página | Artigo | Parágrafo | |
|--------|--------|-----------|--|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, os seguintes artigos à MP 0075/2002:

Art. O período de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente nas saídas dos produtos dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industrial, passa, a partir de 1º de janeiro de 2003, a ser mensal, exceto no tocante aos produtos classificados no capítulo 22, nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 e no Código 2402.20.00, da Tabela de Incidência do IPI (TIPI) aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, em relação aos quais o período de apuração permanece decenal.

§ 1º Em relação aos fatos geradores correspondentes às saídas dos produtos dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industrial, que ocorrerem na forma deste artigo, o pagamento do IPI deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

- até o terceiro dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores no caso dos produtos classificados no capítulo 22 e no código 2402.20.00 da TIPI;
- até o último dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos produtos classificados nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI;
- até o último dia útil do decêndio subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores, nos demais casos.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao IPI incidente nas importações e ao devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas no art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, em relação aos quais permanece em vigor a legislação atual.

Art. Ficam revogados os arts. 52, inciso I, da Lei n 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e o art. 1º da Lei nº 8.850, de 1994.

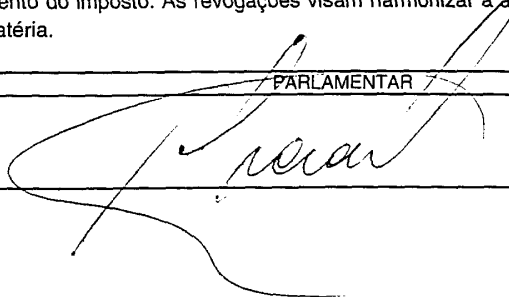
JUSTIFICATIVA

O atual prazo de recolhimento do IPI, ao elevar as necessidades de capital de giro apenas, sobremaneira, as empresas. A modificação desses prazos promoveria redução significativa nos custos administrativos associados à sua apuração e recolhimento, ensejando redução na demanda por capital de giro e concorrendo para redução das taxas de juros.

A presente emenda torna mensal o período de apuração do IPI, a partir de 1º de janeiro de 2003. A medida é salutar, pois a periodicidade mensal é mais condizente com a periodicidade dos recebimentos das indústrias, evitando, assim, a descapitalização para pagamento do imposto. As revogações visam harmonizar a alteração introduzida às normas vigentes que tratam da matéria.

PARLAMENTAR

Brasília, de de 2002.



MPV 75**000055****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | |
|--------------------|--|
| Data 31/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 |
|--------------------|--|

| | |
|-------------------------|------------------|
| Autor AUGUSTO NARDES | Nº do prontuário |
|-------------------------|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | |
|--------|--------|-----------|--|
| Página | Artigo | Parágrafo | |
|--------|--------|-----------|--|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 0075/2002:

Art. O inciso III do § 2º do art. 8º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 2º

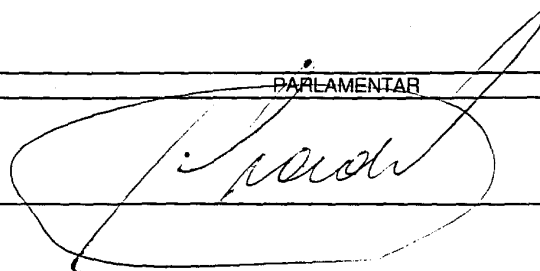
III – será de, no mínimo, dez reais. (NR)”

JUSTIFICATIVA

O artigo reduz a multa mínima, a ser aplicada ao serventário da justiça que não comunicar operação imobiliária ao Fisco, de R\$ 500,00 para R\$ 10,00. Tendo em vista que o valor mínimo se refere a cada operação e que nos cartórios de notas e nos de registro inúmeras são as transações, o valor da multa mínima proposto é mais razoável.

PARLAMENTAR

Brasília, de de 2002.



MPV 75

000056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|---|--------|---|--|
| Data 31/10/2002 | | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 | |
| Autor AUGUSTO NARDES | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | |
| <p>Acrescentem-se os seguinte artigos à MP 0075/2002:</p> <p>Art. Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, decorrentes de tributos e contribuições federais, poderão ser liquidados mediante entrega de bens imóveis à União, observados os termos e as condições estabelecidas neste artigo, bem assim em seu regulamento.</p> <p>§ 1º O requerimento para fins deste artigo, que poderá abranger débitos fiscais reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverá:</p> <p>I – indicar o valor do débito objeto da dação em pagamento;</p> <p>II – dar entrada, conforme o caos, na unidade do órgão competente da unidade da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do domicílio do devedor.</p> <p>§ 2º O requerimento em que se solicite a dação em pagamento constitui, na esfera judicial ou administrativa, confissão irretratável da dívida, mas a exatidão do valor do débito nele indicado poderá ser objeto de verificação.</p> <p>§ 3º No caso de dação em pagamento de débito inscrito como Dívida Ativa, o devedor pagará as custas, os emolumentos e os demais encargos legais.</p> <p>§ 4º Autorizada a dação em pagamento, caso o valor dos bens seja superior ao da dívida, a cobrança de débito fiscal remanescente prosseguirá em seus trâmites legais.</p> <p>Art. O valor dos imóveis oferecidos em pagamento do débito será o menor dentre os seguintes:</p> <p>I – contábil, no caso de pessoa jurídica, ou o constante da declaração de bens, no caso de pessoa física, em 31 de dezembro do ano-calendário imediatamente anterior àquele em que requerida a dação;</p> <p>II – tomado como base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);</p> <p>III – declarado para fins de determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);</p> | | | |

IV – decorrente de avaliação realizada pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º Considera-se valor contábil o valor constante da escrituração contábil da pessoa jurídica, determinado segundo as normas das legislações comercial e fiscal, deduzido da respectiva depreciação acumulada.

§ 2º Os valores referidos nos incisos II e III do 'caput' são os correspondentes ao exercício financeiro imediatamente anterior ao ano-calendário em que requerida a dação.

§ 3º Os imóveis deverão estar livres de quaisquer ônus.

§ 4º Correrão por conta do devedor as despesas relativas à dação em pagamento, inclusive as relativas à avaliação do imóvel.

§ 5º Somente será admitido em dação em pagamento bem ou conjunto de bens imóveis cujo valor, determinado na forma deste artigo, seja, no máximo, vinte por cento superior ao valor total da dívida.

Art. Os imóveis recebidos em pagamento de débitos fiscais incorporam-se ao patrimônio da União, observado o disposto em regulamento.

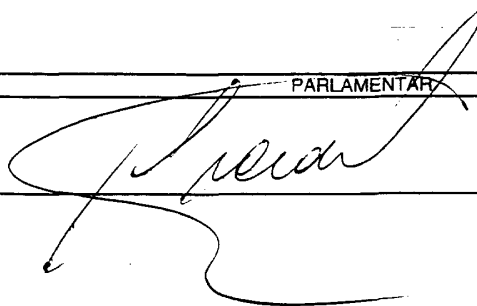
JUSTIFICATIVA

A carga tributária brasileira é sabidamente elevada, há grande nível de inadimplência e a solução não parece estar na cobrança coativa, pela via executiva, que já de muito se mostrou ineficiente. Deste modo, os artigos acrescentados pela presente emenda permitem a regularização de débitos decorrentes de tributos e contribuições federais, junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através da dação de bens imóveis.

Trata-se de medida que permite a regularização desses débitos sem comprometer o funcionamento das empresas devedoras, impedindo que mais empreendedores tenham de se transferir para o setor informal da economia.

PARLAMENTAR

Brasília, de de 2002.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000057

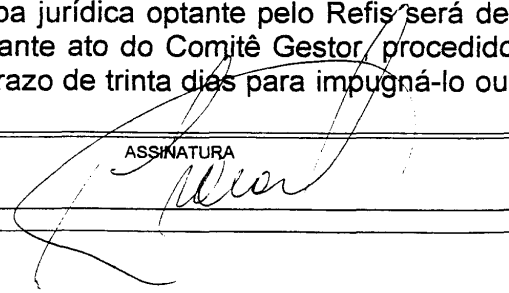
| | | | | |
|--|---|-----------|---------------|--------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 28 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 1 / 4 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

EMENDA ADITIVA
 Acrescente-se à Medida provisória nº 75, de 28 de outubro de 2002, o seguinte artigo:
 Art Os arts. 1º, 2º, 5º, 12 e 13 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, alterada pela Lei n.º 10.189, de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:
 “ Art. 1º. É instituído o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cujo fato gerador tenha ocorrido até 15 de agosto de 2002, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

 § 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designados por seus respectivos titulares, bem como por dois representantes da Câmara dos Deputados, dois representantes do Senado Federal e dois representantes dos contribuintes, mediante, indicação por consenso das Confederações Nacionais dos diversos setores produtivos:

” (NR)
 “ Art. 2º
 § 1º A opção poderá ser formalizada até 30 de novembro de 2002.

 § 11. Para pagamento integral, até a data da opção, dos débitos tributários de que trata o *caput* deste artigo, será concedida redução integral da multa moratória ou punitiva, bem como dos juros de mora” (NR)
 “ Art. 5º A pessoa jurídica optante pelo Refis será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor, procedido de notificação ao contribuinte, que terá prazo de trinta dias para impugná-lo ou sanar eventual irregularidade:

 ASSINATURA


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|-----------|---------------|--------|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 28 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 2 / 4 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

II – inadimplência por cinco meses consecutivos ou dez meses alternados, o que primeiro ocorrer, caracterizado por lançamento de ofício, mediante ato da autoridade fiscalizadora, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 15 de agosto de 2002, exceto nos casos de grave crise econômica, interna ou externa, geral ou setorial;

III – constatação caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangidos pelos Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do *caput* do art. 3º, salvo se, no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial, seja integralmente pago

IV – compensação ou utilização indevida de crédito, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referido nos §§ 7º e 8º do art. 2º, após decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

V – decretação de falência, exceto quando da autorização judicial para continuação dos negócios, extinção, pela liquidação, ou pela cisão da pessoa jurídica;

.....

IX – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao contribuinte, relativa ao débito referido no § 6º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se, no prazo de trinta dias, contada da ciência da decisão, o crédito tributário seja integralmente pago, ou parcelado, nas condições do § 2º deste artigo;

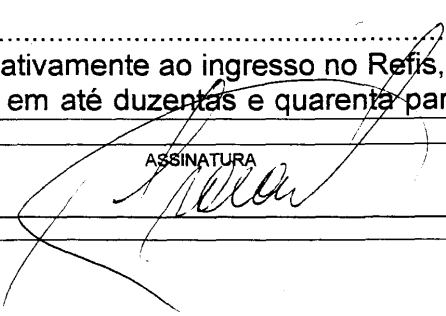
.....

§ 2º A exclusão, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, observado o disposto no *caput*, podendo o débito, no caso do inciso III, ser parcelado em até noventa e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas.

.....(NR)

“ Art. 12. Alternativamente ao ingresso no Refis, o contribuinte poderá optar pelo parcelamento, em até duzentas e quarenta parcelas mensais, iguais

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|-----------|---------------|--------|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 28 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 3/4 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

e sucessivas, dos débitos referidos no art. 1º, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

.....(NR)

“ Art. 13. Os débitos não tributários inscritos ou não em dívida ativa, com vencimento até 30 de abril de 2002, poderão ser parcelados em até duzentas e quarenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, observadas as demais regras aplicáveis ao parcelamento de que trata o art. 12.

§ 2º Para os débitos não tributários inscritos ou não, não alcançados pelo disposto no § 1º, admitir-se-á o parcelamento, desde que requerido até 30 de agosto de 2002.

(NR)

Art. 2º A Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte art. 5ºA:

“ Art. 5ºa As pessoas jurídicas excluídas do Refis até 15 de agosto de 2002, independentemente de sua motivação, poderão, mediante formalização do termo de opção até 30 novembro de 2002, reingressar no Programa.

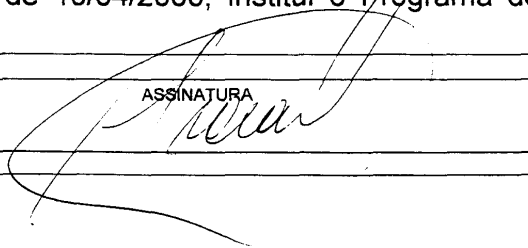
Art. 3º. Para as empresas que continuam integradas ao regime de parcelamento instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, é facultado a inclusão de novos débitos, cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da publicação desta lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

JUSTIFICATIVA


A presente emenda, que visa alterar dispositivos da Lei nº 9.964/2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, é apresentada:

Considerando que a Medida Provisória nº 2004-5 de 11/02/2002, convertida na Lei 9.964 de 10/04/2000, institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis;

ASSINATURA



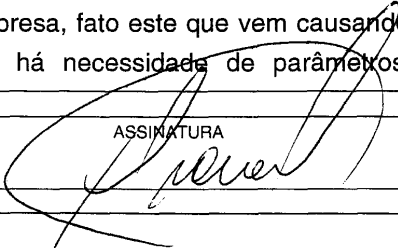
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|---|-----------|---------------|--------|
| DATA 29/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 28 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 4/4 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>Considerando que aproximadamente 130.000 contribuintes aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal, na tentativa de regularizar sua situação junto ao fisco;</p> <p>Considerando que durante o período de adesão ao Programa, a administração fazendária não estava equipada adequadamente para oferecer aos contribuintes, os esclarecimentos necessários, fazendo com que muitos deixassem de realizar a opção na época própria;</p> <p>Considerando que neste período já foram publicados mais de 60 atos normativos, desde decretos, instruções normativas, portarias e resoluções, muitos dos quais modificando substancialmente o contido na legislação instituidora do Programa tornando a compreensão e execução do mesmo, por parte do contribuinte, excessivamente complexa, muitos dos quais foram penalizados pela exclusão sumária, voltando ao estado de marginalidade;</p> <p>Considerando que a economia brasileira, desde o período da instituição do programa, passou por inúmeras dificuldades, especialmente em decorrência da crise energética e do alto custo para o financiamento das atividades produtivas;</p> <p>Considerando que mais de 80 mil empresas foram excluídas do programa de Recuperação Fiscal – Refis, em decorrência das dificuldades estruturais e econômicas, conforme acima mencionado;</p> <p>Considerando que é de fundamental importância para o Estado e para a economia nacional a criação de condições adequadas para que as empresas possam retomar o desenvolvimento de suas atividades e, via de consequência, proporcionar a manutenção e a criação de novos empregos;</p> <p>Considerando que somente por intermédio de políticas de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal é que a União poderá recuperar seus créditos, bem como aumentar a receita tributária.</p> <p>Essas são as razões determinantes para a acolhida da proposição.</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000058

| | | | | |
|---|--|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | | Nº PRONTUÁRIO |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 1/2 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO | ALINEA |
| TEXTO | | | | |
| <p>Onde couber:</p> <p>Art. ... O art. 14 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a ter a seguinte redação :</p> <p style="padding-left: 40px;"><i>“Art. 14. Os efeitos nas demonstrações contábeis, decorrentes dos débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos referidos nos arts. 12 e 13, não serão considerados para fins de determinação de índices econômicos e financeiros, vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.”</i></p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O Governo Federal instituiu o REFIS para promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, referentes a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal e pelo INSS, com vencimento até 29/2/2000.</p> <p>A adesão ao REFIS trouxe implicações nos principais indicadores econômico-financeiros das empresas integrantes, que, se não tivessem os seus efeitos suspensos, impossibilitariam a sua continuidade operacional. Ciente desses efeitos, o próprio legislador incluiu o art. 14 na Lei nº 9.964, de 2000, estabelecendo que os impactos dos débitos do REFIS deveriam ser excluídos do cálculo dos índices. Entretanto, ao contrário do pretendido, tal norma criou um problema adicional para as empresas integrantes do REFIS. É que o legislador deixou de se referir ao impacto sobre o índice que tem relação com o patrimônio líquido da empresa, fato este que vem causando dúvidas e incertezas nos processos licitatórios, em que há necessidade de parâmetros precisos e julgamentos</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 2/2 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>objetivos.</p> <p>Dessa forma, é de fundamental importância para o sucesso do Programa de Recuperação Fiscal maior clareza do texto do artigo 14 da citada Lei, fazendo constar, expressamente, que <i>os efeitos nas demonstrações contábeis, decorrentes dos débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos mencionados na própria lei</i>, não serão considerados para fins de determinação de índices econômicos e financeiros, vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos, realizadas por instituições financeiras oficiais federais. Propõe esta emenda o esclarecimento na lei, para vincular a administração pública de forma inequívoca.</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

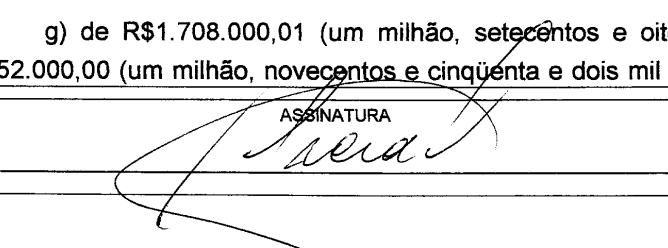
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000059

| | | | | |
|--|---|-----------|---------------|--------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N º 75, DE 28 | | | |
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 1/6 | ARTIGO | PARAGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| TEXTO | | | | |
| <p>Acrescente-se à Medida Provisória n.º 75, de 28 de outubro de 2002, os seguintes artigos:</p> <p style="padding-left: 40px;">"Art. A Lei n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996, alterada pela Lei n.º 9.732, de 11 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p style="padding-left: 80px;">"Art. 2º</p> <p style="padding-left: 80px;">I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);</p> <p style="padding-left: 80px;">II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 244.00,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais)."</p> <p style="padding-left: 80px;">"Art. 4º</p> <p style="padding-left: 80px;">.....</p> <p style="padding-left: 80px;">§ 4º. Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano-calendário, seja superior a R\$244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais)."</p> <p style="padding-left: 80px;">"Art. 5º</p> <p style="padding-left: 80px;">I -</p> <p style="padding-left: 120px;">a) até R\$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais): 3% (três por cento);</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|--|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N º 75, DE 28 DE OUTUBRO DE 2002 | | | |
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 2 / 6 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>b) de R\$122.000,01 (cento e vinte e dois mil reais e um centavo) a R\$183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais): 4% (quatro por cento);</p> <p>c) de R\$183.000,01 (cento e oitenta e três mil reais e um centavo) a R\$244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais): 5% (cinco por cento);</p> <p>II -</p> <p>a) até R\$488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);</p> <p>b) de R\$488.000,01 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais e um centavo) a R\$732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);</p> <p>c) de R\$732.000,01 (setecentos e trinta e dois mil reais e um centavo) a R\$976.000,00 (novecentos e setenta e seis mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);</p> <p>d) de R\$976.000,01 (novecentos e setenta e seis mil reais e um centavo) a R\$1.220.000,00 (um milhão, duzentos e vinte mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);</p> <p>e) de R\$1.220.000,01 (um milhão, duzentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$1.464.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil reais): 7% (sete por cento);</p> <p>f) de R\$1.464.000,01 (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil reais e um centavo) a R\$1.708.000,00 (um milhão, setecentos e oito mil reais): 7,4% (sete inteiros e quatro décimos por cento);</p> <p>g) de R\$1.708.000,01 (um milhão, setecentos e oito mil reais e um centavo) a R\$1.952.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil reais): 7,8% (sete</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|---------------|--------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N º 75, DE 28 DE OUTUBRO DE 2002 | | | |
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 3/6 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

inteiros e oito décimos por cento);

h) de R\$1.952.000,01 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil reais e um centavo) a R\$2.076.000,00 (dois milhões e setenta e seis mil reais): 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento);

i) de R\$2.076.000,01 (dois milhões e setenta e seis mil reais e um centavo) a R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais): 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento).

.....

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou Município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), os percentuais a que se referem:

.....

Art. 9º

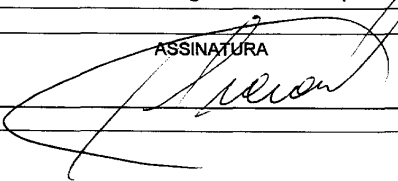
I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais);

.....

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista,

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|---------------|--------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N º 75, DE 28 DE OUTUBRO DE 2002 | | | |
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA 4 / 6 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |

contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

.....

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao dia da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$20.333,33 (vinte mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) e R\$183.333,33 (cento e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas frações de meses.

.....

§ 5º. Não se consideram assemelhados aos serviços profissionais previstos no inciso XIII deste artigo as atividades de agências lotéricas, agências franqueadas dos correios, agências de publicidade e clubes esportivos, exercidas por pessoas jurídicas legalmente constituídas, e autorizadas, quando for o caso, pelo órgão público ou entidade competente, bem como excetuam-se da restrição nele contida as atividades de hospitais, casas de saúde e escritórios de contabilidade, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

.....

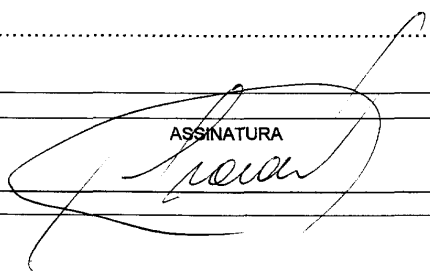
"Art. 13.

I -

II -

.....

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|--|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 75, DE 28 DE OUTUBRO DE 2002 |
|--------------------|--|

| | |
|------------------------------|----------------|
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | N.º PRONTUÁRIO |
|------------------------------|----------------|

| | | | | |
|------------------|--------------------|--------------------|---------------|---------------------------|
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |

| | | | | |
|---------------|--------|-----------|--------|--------|
| PÁGINA 5/6 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|---------------|--------|-----------|--------|--------|

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte."

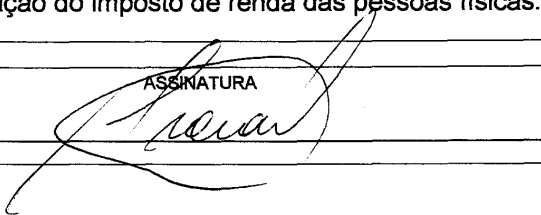
"Art. . O art. 1º da Lei n.º 10.034, de 24 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino básico."(NR)

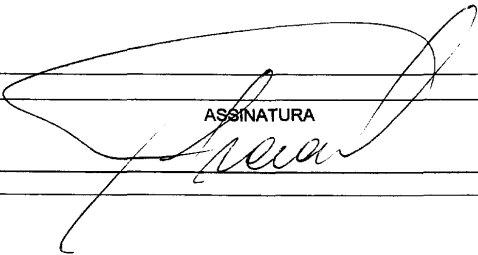
JUSTIFICAÇÃO

A prática reiterada de aumentar a carga tributária do País, por meio do uso do artifício de desconhecer a taxa de inflação decorrida ao longo do tempo, já foi corrigida até mesmo na tributação do imposto de renda das pessoas físicas.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|--------------------|----------------|---------------------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 75, DE 28 DE OUTUBRO DE 2002 | | | |
| AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES | | | N.º PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 6 / 6 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>Entretanto, a legislação tributária que determina a exação das micro e pequenas empresas mantém-se inalterada desde a atualização de valores e faixas de receitas promovida pela Lei n.º 9.732, publicada em 14 de dezembro de 1998. Desde então até setembro do corrente ano a taxa de inflação apurada pelo DIEESE/ Sistema SERVE atingiu cerca de 63%.</p> <p>Ademais, a crise cambial vivida nos últimos meses, tende a desarticular a economia, levando à informalidade as empresas que não puderem arcar com os custos de produção.</p> <p>Considerando-se que são exatamente estas empresas que garantem significativo nível de emprego e apresentam produtividade representativa e reconhecida, é inaceitável sua penalização, ainda mais por serem regidas por tratamento jurídico e tributário especiais.</p> <p>Desta forma, impõem-se as alterações que se seguem, ajustando em aproximadamente 103% a receita das microempresas e em 83% a das pequenas empresas, na tentativa de restabelecer as adequadas condições de exação para tais contribuintes.</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000060

| | | | | |
|----------------------------------|--|-------------------|---------------|--------------------------|
| DATA | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, d | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 1/2 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |

Onde couber:

Art. As pessoas jurídicas que, tendo aderido ao regime do REFIS, e, estando adimplentes com todas as obrigações decorrentes da adesão, mantiveram a média de empregos em relação ao exercício de 1999, com tolerância máxima de 20% (vinte por cento) para menos, terão reduzidas em 60% (sessenta por cento) ou 50% (cinquenta por cento) os valores percentuais estipulados no inciso II do § 4º do art. 2º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.

§ 1º A redução será calculada de acordo com a fórmula seguinte:

$$x = \frac{a}{b}$$

onde a = média mensal do número de empregados nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à publicação desta Medida Provisória, e b = média mensal do número de empregados em 1999.

§ 2º Para o cômputo da média mensal mencionada nos itens "a" e "b" acima, considerar-se-á o número de empregados existentes no último dia do mês.

§ 3º A redução estabelecida no caput deste artigo será de sessenta por cento, se o resultado da fórmula estabelecida no § 1º for igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo), e de cinquenta por cento se o resultado for inferior a 1,1 (um inteiro e um décimo), mas não inferior a 0,80 (oitenta centésimos).

§ 4º Para as empresas constituídas após 1999, a média "b" será apurada nos doze meses seguintes à sua constituição.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|----------------------------------|---|--------------------|---------------|---------------------------|
| DATA 2/2 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de 24 de outubro de 2002 | | | |
| AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PAGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.964, de 2000, instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Houve 129.000 adesões ao Programa REFIS e, ao longo de dois anos, 84.000 empresas (65%) foram dele excluídas, porque não conseguiram manter-se adimplentes, mesmo após terem regularizado a situação de inadimplência anterior. Houve aumento de inadimplência e do nível de desemprego.

A emenda propiciará a manutenção e o crescimento do emprego formal, com incentivo à legalização do trabalho informal, com repercussão direta no sistema previdenciário.

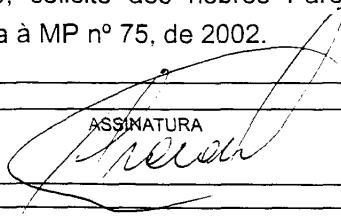
As alíquotas atualmente impostas no Programa REFIS, associadas aos tributos correntes, não deixam margem para as empresas pagarem os restos seus passivos, inclusive bancários, muito menos para investimento na renovação tecnológica e melhoria de competitividade, condenando-as a sair do mercado.

Este cenário conduz a um resultado oposto ao objetivo do Programa REFIS, que é exatamente a manutenção da atividade econômica, preservando o nível de emprego e arrecadação de impostos, passados e correntes.

Deve-se considerar que o recolhimento em dia dos tributos correntes representa, para o governo, uma arrecadação direta muito superior à redução proposta na alíquota do Programa REFIS.

Pelo exposto, solicito aos nobres Pares do Congresso Nacional a aprovação da emenda apresentada à MP nº 75, de 2002.

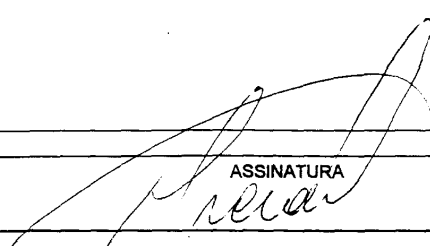
ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 75

000061

| | | | | |
|---|---|-------------------|---------------|--------------------------|
| DATA 30/10/2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, de _ | | | |
| AUTOR Dep. AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA | 2 () SUBSTITUTIVA | 3 () MODIFICATIVA | 4 (X) ADITIVA | 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| PÁGINA 1/1 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| TEXTO | | | | |
| <p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se à Medida provisória nº 75, de 28 de outubro de 2002, o seguinte artigo:</p> <p>“ Art. O recolhimento dos tributos e contribuições federais, a partir de 01 de julho de 2002, terá seu prazo de vencimento ampliado em três dias a cada mês, sucessivamente, nos próximos vinte e quatro meses, permanecendo como novo prazo de recolhimento, após esse período, a data fixada no vigésimo quarto mês. “ (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Os prazos para o recolhimento dos créditos tributários foram reduzidos drasticamente durante os últimos anos, forçando o contribuinte a captar recursos no mercado financeiro para honrar o pagamento dos tributos, em decorrência do descompasso existente entre o recebimento da mercadoria comercializada e o prazo de pagamento dos tributos.</p> <p>Em face disso, a presente emenda objetiva recompor tais fluxos financeiros, com a ampliação gradativa e temporária dos prazos de recolhimento dos créditos tributários federais.</p> | | | | |
|  ASSINATURA | | | | |

MPV 75

000062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|-----------|------------------|--|
| Data /2002 | Proposição Medida Provisória nº 00075, de 2002 | | | |
| Autor AUGUSTO NARDES | | | Nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | | |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 0075/2002:

Art. O art. 22-A da Lei nº 8.212/91, inserido pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22-A

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica.

§ 7º Aplica-se o disposto no § 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento da sua receita bruta proveniente da comercialização da produção.

§ 8º O regulamento poderá dispor sobre a faculdade da empresa agro-industrial contribuir na forma do art. 22, nos casos em que desenvolva atividade rural tão somente na produção de matéria prima para aplicação no processo industrial, cujo custo represente menos de dez por cento da sua receita bruta total proveniente da comercialização da produção.

JUSTIFICATIVA

O novo § 6º, tem como objetivo, afastar a aplicação do regime substitutivo ao segmento econômico da indústria de papel e celulose, que se dedique ao florestamento ou reflorestamento apenas como fonte de matéria prima para industrialização própria.

Com efeito, não é razoável equiparar ao produtor rural o fabricante de papel e celulose, segmento econômico integrante do 11º Grupo do Quadro Anexo ao art. 577 da CLT – INDÚSTRIAS DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA, que possui a atividade industrial como preponderante, realizando atividade agrícola da qual é a própria consumidora com destinação específica para sua atividade fim (industrial).

No novo §7º, a emenda visa permitir a exclusão do regime de contribuições previdenciárias sobre a receita bruta da comercialização da produção, especialmente, às empresas da área de papel e

celulose que também comercializem resíduos vegetais ou sobras ou partes de produção,

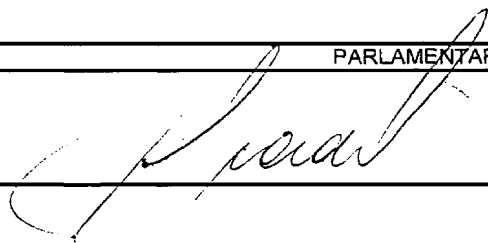
Desde que a aludida receita da comercialização desses produtos represente menos de um por cento da receita bruta da comercialização da produção final. Deste modo, corrige-se a significativa oneração gerada pela nova sistemática imprimida na Lei 10.256/02, buscando-se neutralizar a falta de razoabilidade do legislador ao generalizar o fato gerador e a base de cálculo da exação em comento, sem levar em consideração as realidades díspares e as especificidades das atividades dos contribuintes que reuniu no mesmo universo de incidência.

O § 8º abre oportunidade para que a adoção da nova forma de contribuição da empresa agro-industrial seja facultativa, sempre que ela desenvolva atividade rural tão somente na produção de matéria prima para aplicação no processo industrial, cujo custo represente menos dez por cento da sua receita bruta total proveniente da comercialização da produção.

Trata-se de proposta coerente com entendimento firmado pelos dispositivos anteriores, no sentido de que não pode ser denominada de produtora rural a empresa que cultive a atividade agrícola para prover de matéria prima sua atividade fim, e mesmo assim, se o custo desse setor for inferior a 10% da sua receita bruta total.

PARLAMENTAR

Brasília, de de 2002.



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 076**, ADOTADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE TRANSIÇÃO PELO CANDIDATO ELEITO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CRIA CARGOS EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

| CONGRESSISTA | EMENDA Nº |
|--|------------------|
| Deputado CRESCÊNCIO PEREIRA JR. | 001 |

TOTAL DE EMENDA: 001

MPV-076

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---------------------------------------|-----------|-------------------------|--------|
| data 30.10.2002 | Proposição Medida Provisória nº 76 | | | |
| Autor CRESCÊNCIO PEREIRA JR | | | nº do prontuário 629 | |
| 1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Suprima-se o art. 10 da Medida Provisória, que altera o art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, renumerando-se os subsequentes.

Justificativa

O art. 10 da Medida Provisória altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, referente à segurança aos ex-Presidentes da República, comissionando os cargos dos servidores ali previstos e criando mais 02 (dois) cargos de direção e assessoramento superiores – DAS, de nível 5.

O dispositivo contém 02 (duas) impropriedades: 1) envolve matéria que não pode ser considerada urgente, como constitucionalmente exigido (Art. 62 da Constituição Federal), posto tratar-se de assunto que pode ser veiculado por Lei Ordinária a qualquer tempo; 2) atropela a Lei Complementar nº 95, de 1998, aplicável também às Medidas Provisórias, cujo art. 7º repele a inclusão em atos normativos de assuntos sem afinidade, pertinência ou conexão com seu objeto.

I)- Medida Provisória nº 76, de 2002:

01. O Presidente da República, através da **Medida Provisória nº 76**, de 25 de outubro de 2002, facultou *“ao candidato eleito para o cargo de Presidente da República o direito de instituir equipe de transição”* com o objetivo de *“inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a administração pública federal e preparar os atos de iniciativa do novo presidente da república, a serem editados imediatamente após a posse.”*

Tal iniciativa é merecedora dos mais profundos elogios...

II)- Medida Provisória nº 76, de 2002 *Ampliação de direitos e mordomias de ex-Presidentes da República:*

02. Contudo Exa., a bem da verdade, em total respeito ao povo brasileiro e no afã de se evitar despesas desnecessárias para a nossa nação, cumpre dizer que **a citada Medida Provisória nº 76, também amplia direitos e mordomias de ex-Presidentes**

da República.

Quanto isso urge lembrar que a Lei nº 7.474, de 08/maio/1986, instituiu medidas de segurança aos ex-Presidentes da República nos seguintes termos:

“O Presidente da República, terminado o seu mandato, tem direito a utilizar os serviços de 04 (quatro) servidores, destinados a sua segurança pessoal, bem como a 02 (dois) veículos oficiais com motoristas, custeadas as despesas com dotações orçamentárias próprias da presidência da república.

Saliento que respeito o quanto já prescrito na retro citada lei, contudo, não posso e nem devo concordar com a **ampliação desses direitos e mordomias de ex-Presidentes da República apresentada através da citada Medida Provisória nº 76, que em seu artigo 10 acrescenta a esse “dispensável direito” o de:**

“contar, ainda, com o assessoramento de dois servidores ocupantes de cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – das, de nível 5.”

Esse esdrúxulo aumento da mordomia já existente dos ex-Presidentes da República instituída desde a edição da Lei nº 7474, de 1986, “*data venia*”, se constitui um desrespeito ao povo brasileiro, tão carente de oportunidades de emprego, saúde pública, educação e com uma boa parcela passando fome...

A nação brasileira não tem condições de arcar com tal acréscimo de despesas e mordomias inteiramente dispensáveis, sob pena de se estar beneficiando pessoas com condições de desenvolverem suas atividades profissionais em outras áreas privadas, em detrimento da utilização desses recursos em programas de cunho sociais beneficiando inúmeros cidadãos carentes...

**III) - Medida Provisória:
Requisitos essenciais para a sua edição -
Relevância e Urgência**

03. Por outro lado Exa., sabe-se, perfeitamente, que na conformidade do quanto prescrito no Art. 62 da Constituição Federal somente “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias”.

Quanto às exigências constitucionais para a edição de Medida Provisória, cumpre transcrevermos parte de uma entrevista dada pelo Dr. IVO DANTAS, professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife – UFPE (graduação, mestrado e doutorado) à revista CONSULEX “*in verbis*” :

“ Vale, antes de tudo, destacar que dois são os requisitos indispensáveis para a edição da medida provisória, quais sejam, RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. Frente ao texto de 67/69 (decretos-lei, art 55) há uma diferença marcante que bem poderia explicitar o caráter da medida provisória: substituiu-se a alternativa ou (67/69) pela conjunção aditiva e, o que significa dizer-se que, na falta de qualquer um dos elementos definidores do instituto, o ato, por si só, está eivado de inconstitucionalidade. Ademais, enquanto hoje a Constituição fala – repetimos – em relevância e urgência,

naquele se fundamentavam os decretos-lei em urgência ou interesse público relevante. A verdade é que caberia ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário (este, quando provocado, inclusive, nos termos do Art. 103 da CF), apreciar a existência dos pressupostos. Porém, tal não tem ocorrido, levando o Estado brasileiro a ser hoje governado com base em legislação provisória, cujo destino se nos aparece como uma grande interrogação.

De repente, um instituto que deveria ser exceção à titularidade legislativa (que é do Congresso Nacional), passou a ser regra geral, ou seja, vivemos um momento histórico, desde 1988, em que a vontade do Executivo é que prevalece, exatamente pela utilização indevida da medida provisória, e pela omissão, tanto do Congresso Nacional, quanto do Poder Judiciário.

Medida Provisória nº 76, de 2002
Aumento de direitos e mordomias de ex-Presidentes da República
Inexistência de relevância e de urgência

04. Para a nação brasileira, Exa., não é “*relevante*”, não é “*urgente*”, que ex-Presidentes da República passem a ter aumentada a mordomia já existente de assessoramento com mais “*dois servidores ocupantes de cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, de nível 5.*”, o que representa uma despesa mais à conta das dotações orçamentárias da Presidência da República de cerca de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) por cada novo assessor, ou seja, um acréscimo na dita despesa do valor equivalente a cerca de 31,5 salários mínimos mensais para cada um.

A nação brasileira, a bem da verdade, não tem condições de hoje manter mais esse gastos para com ex-Presidentes... Lembremo-nos que temos muitos brasileiros à procura de um simples emprego para ganhar o valor correspondente ao de um salário mínimo, sem se falar da existência de uma saúde pública precária, sem recursos e etc.

A “*relevância e urgência*” para todos os cidadãos brasileiros é o Governo Federal desenvolver programas em prol de uma saúde pública digna e condições de empregos e educação para todos...

Para o povo brasileiro não é relevante e nem tão pouco urgente os ex-Presidentes da República disporem da mordomia de mais 02 (dois) assessores ganhando cada um cerca de 31,5 salários mínimos, enquanto por todo esse Brasil a fora encontramos inúmeros cidadãos desempregados e sem quaisquer perspectivas de encontrar um labor onde pudessem ganhar, pelo menos, 01 (um) salário mínimo... Isto, sim, é “*relevante*” e “*urgente*”...

“*Data venia*” Exa., no caso presente não se vislumbra a existência dessas 02 (duas) exigências que possam justificar a edição e constitucionalidade do Art. 10 da citada Medida Provisória nº 76, de 2002...

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077**, ADOTADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA AS LEIS NºS 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002, 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001, E 10.437, DE 25 DE ABRIL DE 2002; AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO, COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, PARA AQUISIÇÃO DOS TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO NA FORMA DA RESOLUÇÃO Nº 2.471, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, RELACIONADA COM DÍVIDAS CONTRAÍDAS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES; DISPÕE SOBRE RECONVERSÃO DE ATIVIDADES DE MUTUÁRIOS COM DÍVIDAS JUNTO A BANCOS OFICIAIS FEDERAIS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

| CONGRESSISTAS | EMENDAS NºS |
|------------------------------------|-------------------------|
| Deputado ADÃO PRETTO | 001, 002 |
| Deputado AUGUSTO NARDES | 006, 016, 025 |
| Deputado DARCÍSIO PERONDI | 003, 009, 014, 017 |
| Senador JONAS PINHEIRO | 011 |
| Deputado LUIS CARLOS HEINZE | 007, 012, 019, 020, 022 |
| Deputado NILSON MOURÃO | 004, 008, 013, 024 |
| Senador OSMAR DIAS | 021, 023 |
| Deputado SILAS BRASILEIRO E OUTROS | 005, 010, 015, 018 |

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 025

Apresentadas - 025 Emendas

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 20.**MPV-077****000001**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte dispositivo ao art. 1º, da MP nº 77/2002

“Art. 1º.....


“Art. 1º.....

V – Os mutuários inadimplentes poderão se habilitar a novos contratos até a data prevista no inciso anterior, sujeitos à ratificação pela respectiva instituição financeira a depender da adesão do mutuário ao instrumento de repactuação das dívidas nos termos e prazos estipulados no *caput* deste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa permitir o acesso dos assentados a um novo contrato de crédito condicionado à ulterior adesão ao processo de repactuação das suas dívidas.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002


ADÃO PRETTO
DT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 2002 MPV-077**000002**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte dispositivo ao art. 1º, da MP nº 77/2002

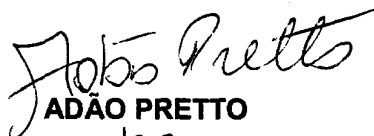
“Art. 5º

§2º No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da transformação desta MP, em Lei, o Ministério da Fazenda divulgará a regulamentação dos procedimentos da individualização de que trata o *caput* deste artigo, de modo a desobrigar os optantes da repactuação de exigências e garantias coletivas assumidas nos contratos originais que, por quaisquer razões não possam ser revalidadas na repactuação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa eliminar os impedimentos verificados para a repactuação especialmente dos contrato no âmbito do chamado ‘teto 2’ do Procera por conta, entre outros fatores, dos desdobramentos do abandono da atividade por parte de assentados que contrataram as operações originais.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002


ADÃO PRETTO
PT/RS

MPV-077**000003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|---|-----------|------------------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado DARCÍSIO PERONDI | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. XX substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se a redação dada pelo artigo 1º aos Inciso I, II e III do artigo 8º da Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

“Art. 8º

I – financiamentos de investimentos concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e demais fontes do crédito rural, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociados com base na Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

a).....

b).....

c).....

d) Reescalonamento do saldo devedor pelo prazo de cinco anos.

e)....

II – financiamentos de investimentos concedidos no período de 02 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, lastreados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e demais fontes do crédito rural, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operações com encargos financeiros pós-fixados e redistribuição do saldo

devedor das parcelas em atraso, tomadas sem encargos de inadimplemento, de forma proporcional entre as parcelas remanescentes;

III - financiamentos de investimentos concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observada as seguintes condições:

a).....

b).....

Parágrafo Único. Aplicam-se as disposições deste artigo, conforme a data da formalização da operação original, às operações de custeio agropecuário contratadas por mini e pequenos produtores rurais, desde que não renegociadas ao amparo da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000”.

JUSTIFICATIVA

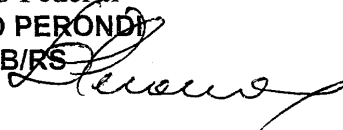
As alterações propostas por esta Medida Provisória beneficiando operações contratadas ao amparo do PROCERA, PRONAF, Fundos Constitucionais e com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, exclui dos benefícios, mini e pequenos produtores rurais que, na falta de recursos do PRONAF e de outras fontes, contrataram financiamentos com recursos do PROGER, FAT e recursos próprios das instituições financeiras.

Entendemos que este tratamento diferenciado, usando como critério, a fonte de recursos, excluem dos benefícios de renegociação de dívidas, milhares de produtores rurais que obtiveram financiamento através de outras fontes, que não as definidas na Medida Provisória, resultando em tratamento desigual e prejudicial a estes produtores que padecem das mesmas dificuldades inerentes à atividade rural, com o agravante de os recursos não amparados por esta medida, serem pactuados com encargos financeiros muito maiores e incompatíveis com a atividade desses produtores.

A presente emenda visa equacionar esta distorção, permitindo a renegociação de todas as dívidas de investimento contratadas por mini e pequenos produtores rurais, incluindo também nas renegociações, produtores que, por falta de informação, o que é comum no meio rural, perderam o prazo ou deixaram de renegociar suas dívidas de custeio agropecuário por ocasião da vigência da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, procurando equacionar definitivamente, o problema do débito rural da agricultura familiar em toda a sua extensão, concedendo prazo de pagamento em até cinco anos, tendo em vista que muitas são as operações que estão com seus prazos finais vencidos, sendo tais mutuários privados da renegociação na forma proposta, pois a manutenção do cronograma original enseja vencimento integral das parcelas vencidas, sem a oportunidade do mutuário renegociar o seu débito.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.

Deputado Federal
DARCÍSIO PERONDI
PMDB/RS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 2002**MPV-077****000004**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte dispositivo ao art. 1º, da MP nº 77/2002

“Art. 1º

“

Art. 8º

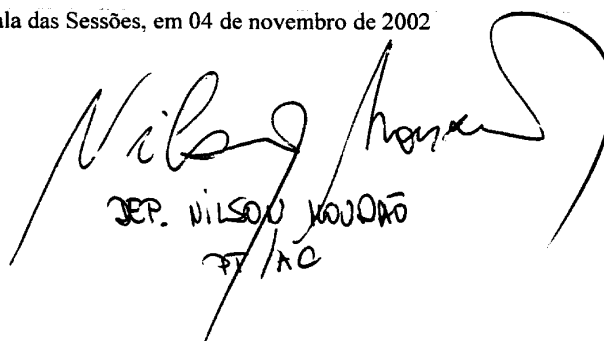
I -

§3º A renegociação prevista no inciso I, deste artigo, aplica-se às operações de custeio, já vencidas, no valor original de até R\$ 2.50000,00 (dois mil e quinhentos reais), contratadas por mini produtores e agricultores familiares, ficando estabelecido o prazo de quatro anos para o alongamento dessas operações.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa incluir no processo de repactuação das dívidas junto aos Fundos Constitucionais as operações de custeio já vencidas, de titularidade de agricultores familiares e produtores rurais.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002


JEP. WILSON KUJORA
PT/AC

MPV-077

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|--------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado SILAS BRASILEIRO e OUTROS | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. XX substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se a redação dada pelo artigo 1º aos Inciso I, II e III do artigo 8º da Lei nº 10.464, de 24 de maio de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

“Art. 8º

I – financiamentos de investimentos concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e demais fontes do crédito rural, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociados com base na Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

a).....

b).....

c).....

d) Reescalonamento do saldo devedor pelo prazo de cinco anos.

e)....

II – financiamentos de investimentos concedidos no período de 02 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, lastreados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e demais fontes do crédito rural, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operações com encargos financeiros pós-fixados e redistribuição do saldo devedor das parcelas em atraso, tomadas sem encargos de inadimplimento, de forma proporcional entre as parcelas remanescentes;

III - financiamentos de investimentos concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observada as seguintes condições:

a).....

b).....

Parágrafo Único. Aplicam-se as disposições deste artigo, conforme a data da formalização da operação original, às operações de custeio agropecuário contratadas por mini e pequenos produtores rurais, desde que não renegociadas ao amparo da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000”.

JUSTIFICATIVA

As alterações propostas por esta Medida Provisória beneficiando operações contratadas ao amparo do PROCERA, PRONAF, Fundos Constitucionais e com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, exclui dos benefícios, mini e pequenos produtores rurais que, na falta de recursos do PRONAF e de outras fontes, contrataram financiamentos com recursos do PROGER, FAT e recursos próprios das instituições financeiras.

Entendemos que este tratamento diferenciado, usando como critério, a fonte de recursos, excluem dos benefícios de renegociação de dívidas, milhares de produtores rurais que obtiveram financiamento através de outras fontes, que não as definidas na Medida Provisória, resultando em tratamento desigual e prejudicial a estes produtores que padecem das mesmas dificuldades inerentes à atividade rural, com o agravante de os recursos não amparados por esta medida, serem pactuados com encargos financeiros muito maiores e incompatíveis com a atividade desses produtores.

A presente emenda visa equacionar esta distorção, permitindo a renegociação de todas as dívidas de investimento contratadas por mini e pequenos produtores rurais, incluindo também nas renegociações, produtores que, por falta de informação, o que é comum no meio rural, perderam o prazo ou deixaram de renegociar suas dívidas de custeio agropecuário por ocasião da vigência da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, procurando equacionar definitivamente, o problema do débito rural da agricultura familiar em toda a sua extensão, concedendo prazo de pagamento em até cinco anos, tendo em vista que muitas são as operações que estão com seus prazos finais vencidos, sendo tais mutuários privados da renegociação na forma proposta, pois a manutenção do cronograma original enseja vencimento integral das parcelas vencidas, sem a oportunidade do mutuário renegociar o seu débito.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.

Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MPV-077**000006****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | |
|--|---|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. |
| Autor Deputado Augusto Nardes | nº do prontuário |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global | |
| Página | Artigo |
| Parágrafo | Inciso |
| alínea | |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insira-se um novo artigo 2º com a seguinte redação e renumera-se os subseqüentes:

Art. 2 Dê-se a seguinte redação ao inciso I e aos parágrafos 1º e 4º do art. 1º da Lei 10.437, de 25 de abril de 2002:

“Art. 1º-----

Inciso I - prorrogação do vencimento da prestação devida em 31 de outubro de 2001 para 31 de março de 2003, acrescida de juros pactuados de três por cento ao ano pro rata die;

Inciso II -----

§1º Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 30 de março de 2003.

§4º As prestações subseqüentes à de vencimento prevista no inciso I serão calculadas sempre em parcelas sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores sendo que a última parcela deverá ser até 31 de outubro de 2025”

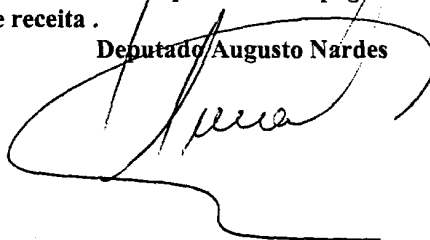
JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda amplia o universo dos mutuários que renegociaram suas dívidas nas condições da Lei 9.138 de 1995 e que não puderam beneficiar-se das condições estabelecidas na Lei 10.437.

Esta emenda cobre importante lacuna da Medida Provisória 77 que não contemplou soluções aos pequenos e médios produtores inadimplentes com os pagamentos de parcelas da securitização no passado recente.

A nova redação ao parágrafo 4º do artigo 1º da Lei 10.437, propõe condições mais flexíveis no cronograma de pagamento das dívidas securitizadas, retirando a rigidez de valores de parcelas absolutamente iguais ao longo dos anos e adaptando-se o pagamento aos meses que o devedor apresentar melhores condições de receita.

Deputado Augusto Nardes



MPV - 077

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|---|-----------|------------------|--------|
| data 04/11/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado Luís Carlos Heinze | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insiram-se novos artigos 2º e 6º com as seguintes redações e renumera-se os subseqüentes

Art. 2 Dê-se a seguinte redação ao inciso I e aos parágrafos 1º e 4º do art. 1º da Lei 10.437, de 25 de abril de 2002:

“Art. 1º _____

Inciso I - prorrogação do vencimento da prestação devida em 31 de outubro de 2001 para 31 de março de 2003;

Inciso II _____

§1º Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 30 de março de 2003.

§4º As prestações subseqüentes à de vencimento prevista no inciso I serão calculadas sempre em parcelas sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores sendo que a última parcela deverá ser até 31 de outubro de 2025”

Art. 6º Insira-se um novo artigo com a seguinte redação :

“Art. 6º Fica autorizada a renegociação até 31 de março de 2003 para as operações de que trata o parágrafo 5º, art. 5º da Lei 9.138 de 29 de novembro de 1995 mesmo as já adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001 nas seguintes condições:

I. Pagamento de 10% do valor do somatório das prestações integrais vencidas e vincendas até 31 de março de 2003 calculados, sem bônus, com a incidência dos encargos financeiros previstos no art. 5º da MP nº 2196-3 de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único O saldo remanescente após o pagamento de que trata o inciso I será acrescido ao montante vincendo e convertido na forma do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 10.437, de 25 de abril de 2002 e alongado nos moldes do parágrafo 4º, do art. 1º da mesma lei.”

JUSTIFICATIVA

A emenda ora apresentada amplia o universo dos mutuários que renegociaram suas dívidas nas condições da Lei 9.138 de 1995 e que não puderam beneficiar-se das condições estabelecidas na Lei 10.437.

Ademais, esta emenda cobre importante lacuna da Medida Provisória 77 que não contemplou soluções aos pequenos e médios produtores inadimplentes com os pagamentos de parcelas da securitização no passado recente.

As alterações no texto da Lei 10.437 foram realizadas de modo a compatibilizar a ampliação do prazo de pagamento das parcelas em atraso até a data de 31 de março de 2004. A alteração no parágrafo 4º do artigo 1º da referida Lei tem como objetivo permitir maior flexibilização no cronograma de pagamento das parcelas anuais da dívida securitizada, retirando a necessidade de que elas sejam absolutamente iguais ao longo do período de pagamento e de que sejam sempre realizadas num mesmo mês, comprometendo-se a capacidade de pagamento do devedor

PARLAMENTAR

Brasília 04 de novembro de 2002


Luis Carlos Heinze
 APB/RS
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 2002**MPV - 077****000008**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

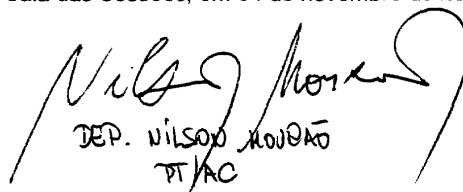
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 3º da MP nº 77/2002

JUSTIFICAÇÃO

A supressão do dispositivo em questão constitui imperativo da moralidade pública. Afinal, com o IGP-M atualmente na faixa de 3,87 (outubro), seria aplicados apenas 0,759% sobre o principal, ou seja, um subsídio superior a 400%.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002.


 DEP. NILSO LOUÇÃO
 PT/AC

MPV-077

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|------------------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado DARCÍSIO PERONDI | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. XX substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se o texto do artigo 4º da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º Fica autorizado, inclusive para as operações adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196, de 24 de agosto de 2001, que são passíveis de enquadramento no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002, a substituição dos encargos financeiros pactuados, no período que se inicia na data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, pelos encargos estabelecidos nos termos dos incisos I e II do caput do referido artigo 2º.

§ 1º As prestações que estiverem vencidas na data da publicação desta Medida Provisória serão corrigidas da seguinte forma:

I – Dos respectivos vencimentos até o dia anterior ao da mencionada publicação, pelos encargos financeiros definidos no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, para as operações adquiridas pela União;

II – Dos respectivos vencimentos até o dia anterior ao da mencionada publicação, pelos encargos contratuais para as operações formalizadas com os Agentes Financeiros;

III – Da data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, pelos encargos estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002.

§ 2º Para as parcelas com vencimento a partir da data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, deve ser considerado a redução dos encargos financeiros de que trata o artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002, independente da regularização das parcelas vencidas, cujo prazo de regularização é de 31 de março de 2003;

§ 3º Em caso de não regularização das parcelas vencidas até 31 de março de 2003, o mutuário inadimplente perde o direito aos benefícios definidos no § 2º, passando o débito da parcela a ser considerado pelo seu valor integral, não fazendo jus ao bônus antes aplicado, apenas para recebimento da parcela em seu respectivo vencimento.

JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória em seu artigo 4º, estabelece condições de tratamento especial apenas para as operações adquiridas pela União, não levando em conta que muitos mutuários são devedores de operações da mesma espécie, renegociadas junto a instituições financeiras privadas, sendo excluídos dos tratamentos estabelecidos pelo referido artigo.

Outro equívoco verificado na redação, é que aos mutuários inadimplentes, é dada a condição de regularização dos débitos até 31 de março de 2003, sem conceder aos mesmos, a condição de adimplência para as parcelas vincendas, o que sem dúvida vem impedir os mesmos de honrar as parcelas nos seus respectivos vencimentos, já que lhe é exigido o pagamento de todo débito em atraso, o que certamente, elevará o volume da inadimplência para estas operações e reduzindo significativamente, a quantidade de mutuários que poderão se beneficiar da redução dos encargos financeiros estabelecidos pela Lei nº 10.437/2002.

A nossa Emenda tem por objetivo, dar um tratamento isonômico a todos os mutuários de operações alongadas ao amparo da Resolução nº 2.471/98, e não somente às operações adquiridas pela União, bem como permitir que os mutuários com parcelas em atraso, possam pagar em dias as parcelas vincendas até 31 de março de 2003 sem a perda dos benefícios concedidos, com a obrigação de regularizar a parcelas vencidas até a referida data.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.

Deputado Federal
DARCÍSIO PERONDI
PMDB/RS



| | | | | |
|--|--|----------------|------------------|--------|
| | | MPV-077 | | |
| | | 000010 | | |
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | | | |
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado SILAS BRASILEIRO e OUTROS | | | nº do prontuário | |
| <input type="checkbox"/> Supressiva <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se o texto do artigo 4º da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º Fica autorizado, inclusive para as operações adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196, de 24 de agosto de 2001, que são passíveis de enquadramento no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002, a substituição dos encargos financeiros pactuados, no período que se inicia na data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, pelos encargos estabelecidos nos termos dos incisos I e II do caput do referido artigo 2º.

§ 1º As prestações que estiverem vencidas na data da publicação desta Medida Provisória serão corrigidas da seguinte forma:

I – Dos respectivos vencimentos até o dia anterior ao da mencionada publicação, pelos encargos financeiros definidos no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, para as operações adquiridas pela União;

II – Dos respectivos vencimentos até o dia anterior ao da mencionada publicação, pelos encargos contratuais para as operações formalizadas com os Agentes Financeiros;

III – Da data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, pelos encargos estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002.

§ 2º Para as parcelas com vencimento a partir da data da publicação desta Medida Provisória até 31 de março de 2003, deve ser considerado a redução dos encargos financeiros de que trata o artigo 2º da Lei nº 10.437, de 2002, independente da regularização das parcelas vencidas, cujo prazo de regularização é de 31 de março de 2003;

§ 3º Em caso de não regularização das parcelas vencidas até 31 de março de 2003, o mutuário inadimplente perde o direito aos benefícios definidos no § 2º, passando o débito da parcela a ser considerado pelo seu valor integral, não fazendo jus ao bônus antes aplicado, apenas para recebimento da parcela em seu respectivo vencimento.

JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória em seu artigo 4º, estabelece condições de tratamento especial apenas para as operações adquiridas pela União, não levando em conta que muitos mutuários são devedores de operações da mesma espécie, renegociadas junto a instituições financeiras privadas, sendo excluídos dos tratamentos estabelecidos pelo referido artigo.

Outro equívoco verificado na redação, é que aos mutuários inadimplentes, é dada a condição de regularização dos débitos até 31 de março de 2003, sem conceder aos mesmos, a condição de adimplência para as parcelas vincendas, o que sem dúvida vem impedir os mesmos de honrar as parcelas nos seus respectivos vencimentos, já que lhe é exigido o pagamento de todo débito em atraso, o que certamente, elevará o volume da inadimplência para estas operações e reduzindo significativamente, a quantidade de mutuários que poderão se beneficiar da redução dos encargos financeiros estabelecidos pela Lei nº 10.437/2002.

A nossa Emenda tem por objetivo, dar um tratamento isonômico a todos os mutuários de operações alongadas ao amparo da Resolução nº 2.471/98, e não somente às operações adquiridas pela União, bem como permitir que os mutuários com parcelas em atraso, possam pagar em dias as parcelas vincendas até 31 de março de 2003 sem a perda dos benefícios concedidos, com a obrigação de regularizar a parcelas vencidas até a referida data.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.

Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MPV-077**000011****EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 25 DE OUTUBRO DE 2002**

Insira-se, após o art. 4º da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, o artigo infracitado, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 5º Para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2002 ocorra mediante contratação de nova operação feita pelo mutuário, na forma da Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de fevereiro de 1998".

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem como objetivo assegurar aos mutuários de operações de crédito rural que renegociaram as suas dívidas sob o amparo da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, pela sistemática conhecida como Pesa - Programa Especial de Saneamento de Ativos -, e que não efetuaram o pagamento das parcelas dos juros referentes a 2001 e 2002, condições mais favoráveis para regularizarem as parcelas não pagas.

A modalidade ora proposta, conhecida como "Pesinha", visa a possibilitar ao mutuário que ele contrate nova operação, nos valores das parcelas vencidas, por meio da aquisição de títulos públicos, no percentual de 10,37 % do total apurado, e tenha 20 anos para pagamento das parcelas de juros, nas mesmas condições acordadas com o agente financeiro.

Esse procedimento se justifica pela necessidade de possibilitar aos mutuários condições compatíveis com suas possibilidades atuais, afim de que eles possam, então, pagar os seus compromissos, uma vez que a taxa de inadimplência dos valores contratados situa-se em torno 60%. Desse modo, complementamos, também, mais uma etapa no processo de renegociação das dívidas rurais acordado entre o Governo Federal, as entidades representativas do setor agrícola e os Parlamentares: Deputados Federais e Senadores.

Brasília, 29 de outubro de 2002



Senador JONAS PINHEIRO
PFL/MT

MPV-077**000012****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|--|-----------|--------|--------|
| data 04/11/2002 | proposição Medida Provisória nº 77 | | | |
| autor Deputado Luis Carlos Heinze | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

Insira-se, após o art. 4º da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, o artigo infracitado, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 5º Para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2002 ocorra mediante contratação de nova operação feita pelo mutuário até 31 de março de 2003, na forma da Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de fevereiro de 1998".

Parágrafo 1º As prestações vencidas ou vincendas tratadas no caput deste artigo serão corrigidas pela forma prevista no art. 5º da MP 2.196-3, sem os benefícios dos bônus previstos nas Leis 9.866 de 9 de novembro de 1999 e 10.437, de 25 de abril de 2002, regulamentadas pelas Resoluções Bacen nº 2.666 e 2.963, respectivamente.

Parágrafo 2º Fica o devedor com a opção de liquidar a parcela vencida no período de 28 de outubro de 2002 a 31 de março de 2003 com direito ao aproveitamento do bônus de 2% e de 5%, previstos nas Leis 9.866 de 9 de novembro de 1999 e 10.437, de 25 de abril de 2002, regulamentadas pelas Resoluções Bacen nº 2.666 e 2.963, respectivamente, acrescidos dos encargos previstos no art. 5º da MP 2.196-3, de 24 de agosto de 2002, desde que o faça juntamente com o pagamento ou alongamento das prestações vencidas previstas no caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Existe considerável inadimplência das operações de crédito rural alongadas com base na Resolução 2.471 especialmente nos primeiros anos de sua implementação devido a crise cambial influenciando diretamente o indexador IGP-M, elevando-o a variações superiores aos preços agropecuários e aos demais

indexadores da economia. Agregue-se ainda as elevadas taxas de juros que eram aplicadas no início do programa.

Tanto é assim que o próprio governo reconheceu tais distorções que inviabilizariam as soluções do endividamento nos moldes propostos reduzindo as taxas de juros em 5 pontos percentuais e limitando a variação do IGP-M em máximo 9,5%.

Esta emenda tem como objetivo assegurar aos mutuários de operações de crédito rural que renegociaram as suas dívidas sob o amparo da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, pela sistemática conhecida como Pesa - Programa Especial de Saneamento de Ativos -, e que não efetuaram o pagamento das parcelas dos juros justamente pelos fatos anteriormente descritos, condições mais favoráveis para regularizarem as parcelas não pagas.

A modalidade ora proposta, conhecida como "Pesinha", visa a possibilitar ao mutuário que ele contrate nova operação, nos valores das parcelas vencidas, por meio da aquisição de títulos públicos, no percentual de 10,37 % do total apurado, e tenha 20 anos para pagamento das parcelas de juros, nas mesmas condições acordadas com o agente financeiro.

Esse procedimento justifica-se pela necessidade de possibilitar que os mutuários possam pagar os seus compromissos, em condições compatíveis com as suas possibilidades, complementando, assim, mais uma etapa do processo de renegociação das dívidas rurais, acordado entre o Governo Federal, as entidades representativas do setor e os Parlamentares, Deputados Federais e Senadores.

PARLAMENTAR

Brasília 04 de novembro de 2002


Luis Carlos Heinze
PPB/RS

MPV-077**00013****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 2002**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

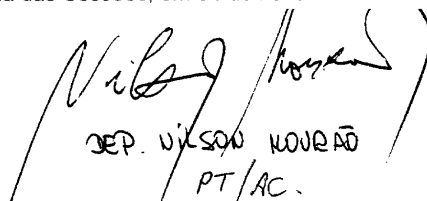
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 5º da MP nº 77/2002

JUSTIFICAÇÃO

Os Fundos Constitucionais forma criados para financiar atividades produtivas, e não, títulos relacionados a dívidas contraídas em instituições financeiras estranhas aos Fundos.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002



DEP. WILSON MOURÃO
PT/AC.

MPV-077**00014****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|---|-----------|------------------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado Darcísio Perondi | | | nº do prontuário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se artigo 5º ao texto da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que vigorará com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 5º. Para efeito do disposto no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2002, previstas em seu § 2º, ocorra mediante contratação pelo mutuário de nova operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, nos prazos fixados pelo referido Conselho.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às operações da mesma espécie que foram adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, incorporando-se ao saldo devedor a ser alongado, os encargos financeiros definidos no artigo 5º da referida Medida Provisória.

§ 2º Ficam os bancos oficiais federais que estiverem incumbidos da condução das operações a que se refere o § 1º, autorizados a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

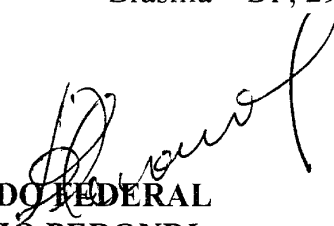
JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória é sem dúvida, um passo importante para consolidação da renegociação das dívidas do setor agropecuário ainda pendentes de solução definitiva, entretanto, não obstante a redução em cinco pontos percentuais sobre as taxas de juros, para as dívidas alongadas ao amparo da Resolução nº 2.471/98, muitos produtores que renegociaram seus débitos logo no início da regulamentação da medida (a partir de 1998), contrataram as respectivas operações com encargos fixados em 8%, 9% ou 10%, mais a variação integral do IGP-M, onerando por demais estas operações e dificultando a liquidação das parcelas que venceram a partir de 1999, também associadas à falta de renda da atividade.

É bem verdade que a redução dos encargos em cinco pontos percentuais e a limitação do IGP-M em 9,5% foi um grande avanço para as novas operações, entretanto, com a exigência de liquidação de parcelas vencidas para adesão aos novos mecanismos, os mutuários que procuraram regularizar seus débitos mais rapidamente, terminaram por ser prejudicado, já que os encargos antes praticados eram elevados, tanto que a inadimplência para as operações formalizadas antes da edição da Lei nº 10.437/2002 é muito elevada, chegando a superar o patamar dos 70%, demonstrando que se não buscarmos um mecanismo para equacionar esta inadimplência, os benefícios aprovados pelo Congresso Nacional serão inócuos, já que não alcançarão os objetivos a que foram propostos.

É com o objetivo de corrigir esta distorção e possibilitar que todos os mutuários que procuraram os agentes financeiros para renegociar seus débitos antes da edição da Lei nº 10.437/2002 tenham agora um tratamento isonômico em relação aos bônus de adimplência, e para que possam realmente aderir aos novos mecanismos, é que propomos a presente Emenda.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.



**DEPUTADO FEDERAL
DARCÍSIO PERONDI
PMDB/RS**

| | | | | |
|--|--|-----------|------------------|--------|
| MPV-077 | | | | |
| 000015 | | | | |
| APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | | | | |
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado SILAS BRASILEIRO e OUTROS | | | nº do prontuário | |
| <input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se artigo 5º ao texto da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que vigorará com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 5º. Para efeito do disposto no artigo 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2002, previstas em seu § 2º, ocorra mediante contratação pelo mutuário de nova operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, nos prazos fixados pelo referido Conselho.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às operações da mesma espécie que foram adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, incorporando-se ao saldo devedor a ser alongado, os encargos financeiros definidos no artigo 5º da referida Medida Provisória.

§ 2º Ficam os bancos oficiais federais que estiverem incumbidos da condução das operações a que se refere o § 1º, autorizados a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

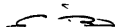
JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória é sem dúvida, um passo importante para consolidação da renegociação das dívidas do setor agropecuário ainda pendentes de solução definitiva, entretanto, não obstante a redução em cinco pontos percentuais sobre as taxas de juros, para as dívidas alongadas ao amparo da Resolução nº 2.471/98, muitos produtores que renegociaram seus débitos logo no início da regulamentação da medida (a partir de 1998), contrataram as respectivas operações com encargos fixados em 8%, 9% ou 10%, mais a variação integral do IGP-M, onerando por demais estas operações e dificultando a liquidação das parcelas que venceram a partir de 1999, também associadas à falta de renda da atividade.

É bem verdade que a redução dos encargos em cinco pontos percentuais e a limitação do IGP-M em 9,5% foi um grande avanço para as novas operações, entretanto, com a exigência de liquidação de parcelas vencidas para adesão aos novos mecanismos, os mutuários que procuraram regularizar seus débitos mais rapidamente, terminaram por ser prejudicados, já que os encargos antes praticados eram elevados, tanto que a inadimplência para as operações formalizadas antes da edição da Lei nº 10.437/2002 é muito elevada, chegando a superar o patamar dos 70%, demonstrando que se não buscarmos um mecanismo para equacionar esta inadimplência, os benefícios aprovados pelo Congresso Nacional serão inócuos, já que não alcançarão os objetivos a que foram propostos.

É com o objetivo de corrigir esta distorção e possibilitar que todos os mutuários que procuraram os agentes financeiros para renegociar seus débitos antes da edição da Lei nº 10.437/2002 tenham agora um tratamento isonômico em relação aos bônus de adimplência, e para que possam realmente aderir aos novos mecanismos, é que propomos a presente Emenda.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.



Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MPV-077

000016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|--------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado Augusto Nardes | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insira-se um novo artigo 6º com a seguinte redação e renumera-se os subseqüentes:

Art. 6º Fica autorizada a renegociação até 31 de março de 2003 para as operações de que trata o parágrafo 5º, art. 5º da Lei 9.138 de 29 de novembro de 1995 mesmo as já adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001 nas seguintes condições:

I Pagamento de 50% do valor do somatório das prestações integrais vencidas e vincendas até 31 de março de 2003 calculados, sem bônus, com a incidência dos encargos financeiros previstos no art. 5º da MP nº 2196-3 de 24 de agosto de 2001.

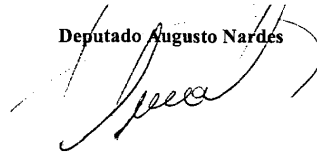
Parágrafo Único O saldo remanescente após o pagamento de que trata o inciso I será acrescido ao montante vincendo e convertido na forma do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 10.437, de 25 de abril de 2002 e alongado nos moldes do parágrafo 4º, do art. 1º da mesma lei.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada amplia o universo dos mutuários que renegociaram suas dívidas nas condições da Lei 9.138 de 1995 e que não puderam beneficiar-se das condições estabelecidas na Lei 10.437, pagando até 31 de março de 2003, a metade do valor das parcelas em atraso, corrigindo o saldo devedor pela mesma taxa adotada pelo Tesouro Nacional na compra dos ativos das instituições financeiras federais. São beneficiados por esta emenda os produtores rurais que não conseguiram pagar a parcela de 2002, vencível em 30 de outubro de 2002, bem como aqueles que estavam em atraso com o pagamento de parcelas anteriores, portanto, excluídos do benefício de alongamento de 23 anos para pagamento das dívidas securitizadas.

Ademais, esta emenda cobre importante lacuna da Medida Provisória 77 que não contemplou soluções aos pequenos e médios produtores inadimplentes com os pagamentos de parcelas da securitização no passado recente.

Deputado Augusto Nardes



MPV-077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000017

| | | | | |
|--|--|-----------|--------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado SILAS BRASILEIRO e OUTROS | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se artigo 6º ao texto da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que vigorará com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 6º. Para efeito do disposto no artigo 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas, previstas em seu § 1º e as prestações vincendas até 31/10/2002 sem a aplicação dos bônus de que trata a referida Lei, ocorra mediante contratação pelo mutuário de nova operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, nos prazos fixados pelo referido Conselho.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às operações da mesma espécie que foram adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, incorporando-se ao saldo devedor a ser alongado, os encargos financeiros definidos no artigo 5º da referida Medida Provisória.

§ 2º Ficam os bancos oficiais federais que estiverem incumbidos da condução das operações a que se refere o § 1º, autorizados a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º O saldo remanescente das operações de que trata o caput, terão os seus vencimentos originalmente contratados inalterados, podendo as referidas parcelas serem prorrogadas em parte ou em todo, mediante aplicação do MCR-2-6-9 e Parágrafo Único do artigo 8º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

JUSTIFICATIVA

Depois de editada a Lei nº 10.437, de 2002, novos mecanismos de alongamento de dívidas securitizadas foram instituídos, beneficiando os produtores que se encontravam em situação de inadimplência, ou permitindo que as parcelas vencidas fossem liquidadas pelos seus valores integrais, sem levar em conta a falta de capacidade de pagamento e o tratamento dado pelas diversas instituições financeiras que, em muitos casos, negaram as prorrogações solicitadas oportunamente pelos mutuários, privando os mesmos dos referidos benefícios.

Verifica-se que para os mutuários das demais operações de crédito rural, muitas são as medidas que estão sendo implementadas para permitir que os mutuários inadimplentes voltem a condição de normalidade, entretanto, os mutuários em débito com a securitização estão sendo excluídos do processo, sem ser dado a eles uma chance de regularizar seus débitos. Não podemos concordar com este procedimento, mas também não concordamos com a cultura da inadimplência, procurando beneficiar aqueles que não se dispõem em quitar seus débitos nas datas dos seus respectivos vencimentos.

A emenda que ora apresentamos, busca equilibrar este entendimento, quando sugerimos para as operações inadimplentes da securitização, que as parcelas em atraso, contadas sem bônus de inadimplência, corrigidas com encargos de inadimplemento a partir do vencimento de cada parcela e a manutenção do cronograma original da operação sem a possibilidade de alongamento pelo prazo de 24 anos, já caracterizará uma penalidade para aqueles que não honraram os seus compromissos em dia, mas, reconhecendo que a atividade rural é sem dúvida, revestida de altos riscos, entendemos que deve ser mantido um atenuante, como a prerrogativa de prorrogação da parcela, quando devidamente justificada pelo devedor ao amparo do MCR-2-6-9.

É com o objetivo de permitir que todos os mutuários da securitização possam de alguma forma continuar no processo produtivo e honrar os seus compromissos com a instituição financeira, é que apresentamos a presente emenda, procurando dar tratamento isonômico e a equidade com outras operações que permitiram que mutuários inadimplentes pudessem honrar seus compromissos em condições mais adequadas.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.


Deputado Federal SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG)

MPV-077**000018****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|--|-----------|--------------------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado DARCÍSIO PERONDI | | | nº do pronunciário | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se artigo 6º ao texto da Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que vigorará com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 6º. Para efeito do disposto no artigo 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das prestações vencidas, previstas em seu § 1º e as prestações vincendas até 31/10/2002 sem a aplicação dos bônus de que trata a referida Lei, ocorra mediante contratação pelo mutuário de nova operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, nos prazos fixados pelo referido Conselho.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às operações da mesma espécie que foram adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, incorporando-se ao saldo devedor a ser alongado, os encargos financeiros definidos no artigo 5º da referida Medida Provisória.

§ 2º Ficam os bancos oficiais federais que estiverem incumbidos da condução das operações a que se refere o § 1º, autorizados a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º O saldo remanescente das operações de que trata o caput, terão os seus vencimentos originalmente contratados inalterados, podendo as referidas parcelas serem prorrogadas em parte ou em todo, mediante aplicação do MCR-2-6-9 e Parágrafo Único do artigo 8º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

JUSTIFICATIVA

Depois de editada a Lei nº 10.437, de 2002, novos mecanismos de alongamento de dívidas securitizadas foram instituídos, beneficiando os produtores que se encontravam em situação de inadimplência, ou permitindo que as parcelas vencidas fossem liquidadas pelos seus valores integrais, sem levar em conta a falta de capacidade de pagamento e o tratamento dado pelas diversas instituições financeiras que, em muitos casos, negaram as prorrogações solicitadas oportunamente pelos mutuários, privando os mesmos dos referidos benefícios.

Verifica-se que para os mutuários das demais operações de crédito rural, muitas são as medidas que estão sendo implementadas para permitir que os mutuários inadimplentes voltem a condição de normalidade, entretanto, os mutuários em débito com a securitização estão sendo excluídos do processo, sem ser dado a eles uma chance de regularizar seus débitos. Não podemos concordar com este procedimento, mas também não concordamos com a cultura da inadimplência, procurando beneficiar aqueles que não se dispõem em quitar seus débitos nas datas dos seus respectivos vencimentos.

A emenda que ora apresentamos, busca equilibrar este entendimento, quando sugerimos para as operações inadimplentes da securitização, que as parcelas em atraso, contadas sem bônus de adimplência, corrigidas com encargos de inadimplemento a partir do vencimento de cada parcela e a manutenção do cronograma original da operação sem a possibilidade de alongamento pelo prazo de 24 anos, já caracterizará uma penalidade para aqueles que não honraram os seus compromissos em dia, mas, reconhecendo que a atividade rural é sem dúvida, revestida de altos riscos, entendemos que deve ser mantido um atenuante, como a prerrogativa de prorrogação da parcela, quando devidamente justificada pelo devedor ao amparo do MCR-2-6-9.

É com o objetivo de permitir que todos os mutuários da securitização possam de alguma forma continuar no processo produtivo e honrar os seus compromissos com a instituição financeira, é que apresentamos a presente emenda, procurando dar tratamento isonômico e a equidade com outras operações que permitiram que mutuários inadimplentes pudessem honrar seus compromissos em condições mais adequadas.

Brasília – DF, 29 de outubro de 2002.


Deputado Federal **DARCÍSIO PERONDI (PMDB/RS)**

MPV-077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000019

| | | | | |
|--|---|-----------|--------|--------|
| data 04/11/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Deputado Luis Carlos Heinze | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insira-se um novo artigo 6º com a seguinte redação e renumera-se os subseqüentes:

Art. 6º Fica autorizada a liquidação antecipada para as operações de que trata o parágrafo 5º, art. 5º da Lei 9.138 de 29 de novembro de 1995 mesmo as já adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001 nas seguintes condições:

I Quando houver prestações em atraso admite-se o pagamento total a vista do somatório das prestações integrais vencidas e vincendas até 31 de março de 2003 calculados, sem bônus, com a incidência dos encargos financeiros previstos no art. 5º da MP nº 2196-3 de 24 de agosto de 2001 acrescido do valor apurado no inciso II deste artigo.

II Na situação de adimplência das prestações, admite-se o pagamento total correspondente ao valor presente do fluxo de caixa do cronograma de pagamento das prestações vincendas descontadas pela taxa prevista no art. 5º da Medida Provisória 2.196-3, vigente no mês do pagamento .

III No caso de operações alongadas com base na Resolução 2.471 do Banco Central do Brasil, admite-se também a antecipação de pagamento das prestações anuais de juros adotando-se os mesmos critérios previstos nos incisos I e II deste artigo.

IV A opção de regularização das prestações das parcelas inadimplidas poderá ser exercida até 31 de março de 2002.

IV A opção de liquidação antecipada utilizando-se os critérios estabelecidos no inciso II deste artigo e a sua extensão para liquidação antecipada das dívidas renegociadas com base na Resolução Bacen 2.471 poderá ser exercida pelo devedor, até 31 de dezembro de 2006.

JUSTIFICATIVA

A liquidação antecipada das dívidas securitizadas representa vantagens tanto para produtores, instituições financeiras e Tesouro Nacional. Aos devedores a possibilidade de liberação de garantias e redução de risco é sem dúvida uma grande alavancagem negocial permitindo-se tomar novos recursos junto ao sistema financeiro. Para o sistema financeiro representa sensível melhoria nos seus balanços reduzindo ativos de risco de longo prazo e custos de manutenção de operações com cronograma de pagamento até 2025. Finalmente, para o Tesouro Nacional a liquidação antecipada pelo valor presente do fluxo, descontado pela SELIC representa antecipação de recursos para o financiamento da dívida pública nas mesmas taxas utilizadas para a captação de recursos. Outra vantagem para o Tesouro Nacional é a redução dos custos de equalização e de rolagem da dívida.

PARLAMENTAR

Brasília 04 de novembro de 2002


Luis Carlos Heinze
 PPB/RS
MPV - 077**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000020**

| | |
|--|---|
| data 04/11/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. |
| Autor Deputado Luis Carlos Heinze | nº do prontuário |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global | |
| Página | Artigo |
| Parágrafo | Inciso |
| alínea | |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigos 6º e 7º à Medida Provisória 77, renumerando-se os artigos subsequentes

Art. 6º Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou que vierem a ser alongadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1.995, pelas instituições financeiras integrantes, do Sistema Nacional de Crédito Rural, a adquirir os créditos correspondentes às operações celebradas até 31/03/2003, com recursos das instituições financeiras, integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural;

Art. 7º Fica a União autorizada a contratar diretamente às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto no artigo 6º, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda assegura ao universo das instituições financeiras um tratamento mais equânime, vez que a MP 2.196 conferiu tratamento especial apenas às instituições oficiais de crédito, contrariando postulado constitucional previsto no art. 173, parágrafo 2º que determina isonomia fiscal de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista e o setor privado. Esta distinção de tratamento tem impedido a negociação dos produtores junto aos bancos privados, tendo em vista o desinteresse desses no alongamento, justamente pela diferença de benefícios com relação aos bancos oficiais, o que exclui uma infinidade de produtores do processo de renegociação de suas dívidas, resultando, tal fato afronta o artigo 5º da Constituição Federal que assegura direitos iguais a todos os cidadãos.

PARLAMENTAR

Brasília 04 de novembro de 2002


Luis Carlos Heinze
 PPB/RS

MPV-077

000021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------|------------------|--------|
| data 29/10/2002 | Proposição Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002. | | | |
| Autor Senador Osmar Dias | | | nº do prontuário | |
| 1. <input type="radio"/> Supressiva 2. <input type="radio"/> substitutiva 3. <input type="radio"/> modificativa 4. <input checked="" type="radio"/> Aditiva 5. <input type="radio"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigos 6º e 7º à Medida Provisória 77, renumerando-se os artigos subsequentes

Art. 6º Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou que vierem a ser alongadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1.995, pelas instituições financeiras integrantes, do Sistema Nacional de Crédito Rural, a adquirir os créditos correspondentes às operações celebradas até 31/03/2003, com recursos das instituições financeiras, integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural;

Art. 7º Fica a União autorizada a contratar diretamente às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto no artigo 6º, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda assegura ao universo das instituições financeiras um tratamento mais equânime, vez que a MP 2.196 conferiu tratamento especial apenas às instituições oficiais de crédito, contrariando postulado constitucional previsto no art. 173, parágrafo 2º que determina isonomia fiscal de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista e o setor privado. Esta distinção de tratamento tem impedido a negociação dos produtores junto aos bancos privados, tendo em vista o desinteresse desses no alongamento, justamente pela diferença de benefícios com relação aos bancos oficiais, o que exclui uma infinidade de produtores do processo de renegociação de suas dívidas, resultando, tal fato afronta o artigo 5º da Constituição Federal que assegura direitos iguais a todos os cidadãos.

Senador Osmar Dias



MPV- 077

000022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|--|--|--|---|
| data 31/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 77 | | | |
| autor Deputado Luis Carlos Heinze | nº do prontuário | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |

Emenda aditiva à Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002:

Inclua-se novos artigos 7º e 8º, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 7º – Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adquirir ou receber em dação em pagamento, mediante encontro de contas, pelo saldo devedor atualizado, os créditos decorrentes das operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, celebradas pelas instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional.

§ Único - A autorização de que se trata é restrita às operações realizadas com recursos repassados pelo Sistema BNDES originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema

Art. 8º – Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, a:

I. adquirir, junto às empresas integrantes do Sistema BNDES, os créditos decorrentes das operações celebradas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema, inclusive aquelas que vierem a ser adquiridas na forma do art. 7º desta Medida Provisória;

II. adquirir, junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos das mencionadas instituições, inclusive aqueles decorrentes do cumprimento das exigibilidades do Crédito Rural;

III. receber, em dação em pagamento, os créditos contra os mutuários, correspondentes às operações a que se refere o inciso I;

§ 1º - As operações a que se refere este artigo serão efetuadas pelo saldo devedor atualizado.

§ 2º - Os valores correspondentes à aquisição dos créditos serão pagos às instituições vendedoras à medida em que recebidos dos mutuários ou, a critério da União, mediante a cessão dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional vinculados em garantia às respectivas operações alongadas ou renegociadas.

Art. - Fica a União autorizada a contratar diretamente as instituições financeiras para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Justificativa

A Emenda, na sua primeira parte, trata dos recursos que, conforme previsão do Art. 239 da Constituição Federal, são geridos pelo BNDES para uso em operações próprias ou mediante repasse através de seus agentes financeiros, estimados em R\$ 800 milhões.

A proposta está considerando que o Sistema BNDES, na condição de gestor dos recursos FAT, fixou normas próprias, complementares àquelas definidas nas Leis nº 9.138, nº 9.866 e nº 10.437, e resoluções do Conselho Monetário Nacional, estabelecendo procedimentos que causam perdas aos agentes financeiros e conseqüente elevação de custo aos produtores ou aumento da restrição à novos créditos. Destas normas destaca-se, como a mais significativa, aquela decorrente do disposto na Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, quanto à alteração do Artigo 7º da Lei nº 9.138, que acrescentou, através do parágrafo único, a remessa do custo de equalização, se houver, ao Tesouro Nacional, eximindo o FAT de suportá-lo. A Lei nº 9.715 isenta o FAT tão somente do custo de equalização, visto que o caput do artigo 7º determina que os reembolsos ao FAT terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento o que obriga o entendimento de que o FAT suportará a operação até o resgate final, ou seja, até a liquidação dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional – CTN adquiridos pelo produtor quando da renegociação.

Neste aspecto a Emenda pretende oportunizar a recuperação do equilíbrio econômico e financeiro na relação entre os agentes financeiros do BNDES e o BNDES, e deste com o FAT, conferindo isonomia entre estes agentes financeiros e os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), relativamente ao tratamento conferido na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, quanto ao ônus integral do Fundo origem dos recursos pelo alongamento ou renegociação. Eliminará, conseqüentemente, o custo de intermediação devido aos agentes financeiros, reduzindo-o à taxa de administração decorrente da aplicação do último artigo inserido pela presente Emenda.

A Emenda não eleva o ônus do Tesouro, ao contrário, poderá representar significativa redução dos desembolsos em favor das instituições financeiras, tendo em vista que o Tesouro continuará a manter as mesmas obrigações já assumidas por força das leis antes mencionadas, cabendo-lhe tão somente os custos da taxa de administração tendo em vista que o bônus (Art. 2º da Lei nº 10.437) poderá ser revertido para o próprio Tesouro e não mais ao agente financeiro. Desaparecerão as obrigações e movimentações financeiras e contábeis mantidas entre os agentes financeiros, o Sistema BNDES, os fundos originadores dos recursos e o Tesouro da União (Secretaria do Tesouro Nacional), este último incumbido dos controles e reembolsos relativos ao bônus antes citado.

Na segunda parte a Emenda pretende que as operações alongadas ou renegociadas perante as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional sejam absorvidas, desde já, pela União, considerando que, de fato, é esta a situação presente, estando os bancos a administrar, com reservas, uma carteira suportada pelos Certificados do Tesouro Nacional (CTN) adquiridos pelos produtores junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Adquirida a carteira junto às instituições financeiras, sem novos custos ao Tesouro, em razão de que a aquisição será paga à medida do recebimento dos mutuários ou mediante a cessão dos CTN, o Tesouro perderá a obrigação do reembolso do bônus de pontualidade correspondente às reduções

dos juros e da atualização monetária concedidas no art. 2º da Lei nº 10.437. Ao mesmo tempo, como consequência da transferência das operações para o Tesouro, o produtor poderá usufruir da revisão do índice de garantias, terá redução do endividamento frente à Central de Risco do BACEN, com recuperação de limites operacionais, e, tendo em vista que o bônus deixará de ser suportado pelo Tesouro, poderá vir a ser beneficiado com revisões do custo final da operação alongada ou renegociada mediante alteração do bônus. Outra consequência da absorção das carteiras pelo Tesouro será a eliminação do atual contingenciamento de recursos destinados ao Crédito Rural, ou seja, elevação da oferta de recursos, seja para custeio ou investimentos, conforme a destinação das operações transferidas, tendo em vista que as operações alongadas estão sendo consideradas no cumprimento das exigibilidades, alcançando montante superior a R\$ 2,3 bilhões.

Há, ainda, uma melhora nos indicadores econômicos das instituições cedentes com a redução do comprometimento em operações de longo prazo cujos saldos devedores não sofrem redução salvo mediante liquidações antecipadas. Note-se que os tratamentos contábeis destas operações são causa de constantes conflitos entre as instituições e o BACEN, ocorrendo, não raras vezes, limitações quanto à continuidade operacional, com efeito direto sobre os demandantes de crédito e o próprio produtor que se utilizou do alongamento ou renegociação como instrumento de solução do endividamento e recuperação da capacidade de crédito voltado à produção.

Na última parte a Emenda cria a possibilidade de que o Tesouro, mediante uma remuneração bastante inferior ao bônus, equivalente àquela paga aos bancos oficiais federais no âmbito da MPV nº 2.196, utilize-se da estrutura das instituições vendedoras para administrar os créditos adquiridos, possibilitando adequado e rigoroso controle da situação de cada produtor envolvido.

A Emenda permitirá, ainda, que a totalidade das operações abrangidas pelos efeitos da Lei nº 9.138 sejam administradas pelo Tesouro, acrescentando as agora adquiridas àquelas que foram objeto da MPV nº 2.196, oferecendo melhor aproveitamento ao produtor das condições de alongamento ou renegociação.

Será preciso, também, após a implementação da sugestão, que ocorram ajustes nas normas complementares expedidas pelo BACEN, permitindo-se que os títulos (CTN), pertencentes aos mutuários e vinculados às operações, sejam utilizados pelo Tesouro como meio de pagamento da aquisição das respectivas operações.

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de outubro de 2002



LUIS CARLOS HEINZE
PPB/RS

MPV-077**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000023**

| | |
|---------------------------|--|
| data 31/10/2002 | proposição Medida Provisória nº 77 |
|---------------------------|--|

| | |
|------------------------------------|------------------|
| autor Senador Osmar Dias | nº do prontuário |
|------------------------------------|------------------|

| | | | | |
|----------------|-------------------|-------------------|---------------|--------------------------|
| 1 ● Supressiva | 2. ● substitutiva | 3. ● modificativa | 4. ● aditiva | 5. ● Substitutivo global |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda aditiva à Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002:
Inclua-se novos artigos 7º e 8º, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 7º – Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adquirir ou receber em dação em pagamento, mediante encontro de contas, pelo saldo devedor atualizado, os créditos decorrentes das operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, celebradas pelas instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional.

§ Único - A autorização de que se trata é restrita às operações realizadas com recursos repassados pelo Sistema BNDES originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema

Art. 8º – Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, a:

I. adquirir, junto às empresas integrantes do Sistema BNDES, os créditos decorrentes das operações celebradas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema, inclusive aquelas que vierem a ser adquiridas na forma do art. 7º desta Medida Provisória;

II. adquirir, junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos das mencionadas instituições, inclusive aqueles decorrentes do cumprimento das exigibilidades do Crédito Rural;

III receber, em dação em pagamento, os créditos contra os mutuários, correspondentes às operações a que se refere o inciso I;

§ 1º - As operações a que se refere este artigo serão efetuadas pelo saldo devedor atualizado.

§ 2º - Os valores correspondentes à aquisição dos créditos serão pagos às instituições vendedoras à medida em que recebidos dos mutuários ou, a critério da União, mediante a cessão dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional vinculados em garantia às respectivas operações alongadas ou renegociadas.

Art. - Fica a União autorizada a contratar diretamente as instituições financeiras para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Justificativa

A Emenda, na sua primeira parte, trata dos recursos que, conforme previsão do Art. 239 da Constituição Federal, são geridos pelo BNDES para uso em operações próprias ou mediante repasse através de seus agentes financeiros, estimados em R\$ 800 milhões.

A proposta está considerando que o Sistema BNDES, na condição de gestor dos recursos FAT, fixou normas próprias, complementares àquelas definidas nas Leis nº 9.138, nº 9.866 e nº 10.437, e resoluções do Conselho Monetário Nacional, estabelecendo procedimentos que causam perdas aos agentes financeiros e conseqüente elevação de custo aos produtores ou aumento da restrição à novos créditos. Destas normas destaca-se, como a mais significativa, aquela decorrente do disposto na Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, quanto à alteração do Artigo 7º da Lei nº 9.138, que acrescentou, através do parágrafo único, a remessa do custo de equalização, se houver, ao Tesouro Nacional, eximindo o FAT de suportá-lo. A Lei nº 9.715 isenta o FAT tão somente do custo de equalização, visto que o caput do artigo 7º determina que os reembolsos ao FAT terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento o que obriga o entendimento de que o FAT suportará a operação até o resgate final, ou seja, até a liquidação dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional – CTN adquiridos pelo produtor quando da renegociação.

Neste aspecto a Emenda pretende oportunizar a recuperação do equilíbrio econômico e financeiro na relação entre os agentes financeiros do BNDES e o BNDES, e deste com o FAT, conferindo isonomia entre estes agentes financeiros e os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), relativamente ao tratamento conferido na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, quanto ao ônus integral do Fundo origem dos recursos pelo alongamento ou renegociação. Eliminará, conseqüentemente, o custo de intermediação devido aos agentes financeiros, reduzindo-o à taxa de administração decorrente da aplicação do último artigo inserido pela presente Emenda.

A Emenda não eleva o ônus do Tesouro, ao contrário, poderá representar significativa redução dos desembolsos em favor das instituições financeiras, tendo em vista que o Tesouro continuará a manter as mesmas obrigações já assumidas por força das leis antes mencionadas, cabendo-lhe tão somente os custos da taxa de administração tendo em vista que o bônus (Art. 2º da Lei nº 10.437) poderá ser revertido para o próprio Tesouro e não mais ao agente financeiro. Desaparecerão as obrigações e movimentações financeiras e contábeis mantidas entre os agentes financeiros, o Sistema BNDES, os fundos originadores dos recursos e o Tesouro da União (Secretaria do Tesouro Nacional), este último incumbido dos controles e reembolsos relativos ao bônus antes citado.

Na segunda parte a Emenda pretende que as operações alongadas ou renegociadas perante as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional sejam absorvidas, desde já, pela União, considerando que, de fato, é esta a situação presente, estando os bancos a administrar, com reservas, uma carteira suportada pelos Certificados do Tesouro Nacional (CTN) adquiridos pelos produtores junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Adquirida a carteira junto às instituições financeiras, sem novos custos ao Tesouro, em razão de que a aquisição será paga à medida do recebimento dos mutuários ou mediante a cessão dos CTN, o Tesouro perderá a obrigação do reembolso do bônus de pontualidade correspondente às reduções dos juros e da atualização monetária concedidas no art. 2º da Lei nº 10.437. Ao mesmo tempo, como conseqüência da transferência das operações para o Tesouro, o produtor poderá usufruir da revisão do índice de garantias, terá redução do endividamento frente à Central de Risco do BACEN, com recuperação de limites operacionais, e, tendo em vista que o bônus deixará de ser suportado pelo Tesouro, poderá vir a ser beneficiado com revisões do custo final da operação alongada ou renegociada mediante alteração do bônus. Outra conseqüência da absorção das carteiras pelo Tesouro será a eliminação do atual contingenciamento de recursos destinados ao Crédito Rural, ou seja, elevação da oferta de recursos, seja para custeio ou investimentos, conforme a destinação das operações transferidas, tendo em vista que as operações alongadas estão sendo consideradas no cumprimento das exigibilidades, alcançando montante superior a R\$ 2,3 bilhões.

Há, ainda, uma melhora nos indicadores econômicos das instituições cedentes com a redução do comprometimento em operações de longo prazo cujos saídos devedores não sofrem redução salvo mediante liquidações antecipadas. Note-se que os tratamentos contábeis destas operações são causa de constantes conflitos entre as instituições e o BACEN, ocorrendo, não raras vezes, limitações quanto à continuidade operacional, com efeito direto sobre os demandantes de crédito e o próprio produtor que se utilizou do alongamento ou renegociação como instrumento de solução do endividamento e recuperação da capacidade de crédito voltado à produção.

Na última parte a Emenda cria a possibilidade de que o Tesouro, mediante uma remuneração bastante inferior ao bônus, equivalente àquela paga aos bancos oficiais federais no âmbito da MPV nº 2.196, utilize-se da estrutura das instituições vendedoras para administrar os créditos adquiridos, possibilitando adequado e rigoroso controle da situação de cada produtor envolvido.

A Emenda permitirá, ainda, que a totalidade das operações abrangidas pelos efeitos da Lei nº 9.138 sejam administradas pelo Tesouro, acrescentando as agora adquiridas àquelas que foram objeto da MPV nº 2.196, oferecendo melhor aproveitamento ao produtor das condições de alongamento ou renegociação.

Será preciso, também, após a implementação da sugestão, que ocorram ajustes nas normas complementares expedidas pelo BACEN, permitindo-se que os títulos (CTN), pertencentes aos mutuários e vinculados às operações, sejam utilizados pelo Tesouro como meio de pagamento da aquisição das respectivas operações.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV- 077**000024****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, DE 2002**

Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências

EMENDA MODIFICATIVA

A redação conferida ao art. 8º da Lei nº 10.464/2002, pelo art. 1º, da MP nº 77/2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

“Art. 8º

I - financiamentos de investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, de contratos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e/ou de outras fontes equalizáveis pelo Tesouro Nacional, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociados com base na Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

.....
e) no caso de financiamentos com recursos totais ou parciais dos mencionados Fundos Constitucionais não serão exigidas contrapartidas para enquadramento neste inciso, para os assentados, mini produtores e agricultores familiares;

f)

II - financiamentos de investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e lastreados com recursos integrais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e/ou fontes equalizáveis pelo Tesouro Nacional, no valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

III - financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

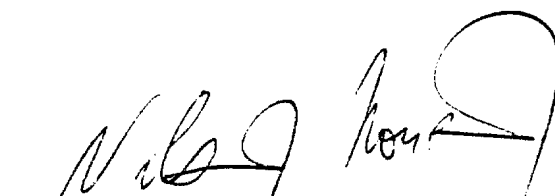
a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.””

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa corrigir as insuficiências do texto da MP que vêm prejudicando, em especial, os mutuários dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2002


DEP. WILSON MOURÃO
PT/AC

MPV-077**000025**

| | | | | |
|---|--|-----------|---------------|--------|
| DATA 04-11-2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, de 2002 | | | |
| AUTOR AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |
| TEXTO | | | | |
| <p>Acrescentar, onde couber, os seguintes artigos:</p> <p>Art. Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adquirir ou receber em dação em pagamento, mediante encontro de contas, pelo saldo devedor atualizado, os créditos decorrentes das operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, celebradas pelas instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional.</p> <p>Parágrafo único. A autorização de que se trata é restrita às operações realizadas com recursos repassados pelo Sistema BNDES originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema.</p> <p>Art. Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, a:</p> <p>I - adquirir, junto às empresas integrantes do Sistema BNDES, os créditos decorrentes das operações celebradas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP ou com outros recursos administrados por aquele Sistema, inclusive aquelas que vierem a ser adquiridas na forma do art. <u> </u> (anterior) desta Medida Provisória;</p> <p>II - adquirir, junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos das mencionadas instituições, inclusive aqueles decorrentes do cumprimento das exigibilidades do Crédito Rural;</p> <p>III - receber, em dação em pagamento, os créditos contra os mutuários, correspondentes às operações a que se refere o inciso I.</p> <p>§ 1º - As operações a que se refere este artigo serão efetuadas pelo saldo devedor atualizado.</p> <p>§ 2º - Os valores correspondentes à aquisição dos créditos serão pagos às instituições vendedoras à medida em que recebidos dos mutuários ou, a critério da União, mediante a cessão dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional vinculados em garantia às respectivas operações alongadas ou renegociadas.</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |

| | | | | |
|--|--|-----------|---------------|--------|
| DATA 04-11-2002 | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, de 2002 | | | |
| AUTOR AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO | | | | |
| 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALINEA |

Art. - Fica a União autorizada a contratar diretamente as instituições financeiras para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda, na sua primeira parte, trata dos recursos que, conforme previsão do Art. 239 da Constituição Federal, são geridos pelo BNDES para uso em operações próprias ou mediante repasse através de seus agentes financeiros, estimados em R\$ 800 milhões.

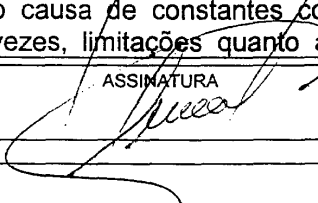
A proposta está considerando que o Sistema BNDES, na condição de gestor dos recursos FAT, fixou normas próprias, complementares àquelas definidas nas Leis nº 9.138, nº 9.866 e nº 10.437, e resoluções do Conselho Monetário Nacional, estabelecendo procedimentos que causam perdas aos agentes financeiros e conseqüente elevação de custo aos produtores ou aumento da restrição a novos créditos. Destas normas destaca-se, como a mais significativa, aquela decorrente do disposto na Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, quanto à alteração do artigo 7º da Lei nº 9.138, que acrescentou, através do parágrafo único, a remessa do custo de equalização, se houver, ao Tesouro Nacional, eximindo o FAT de suportá-lo. A Lei nº 9.715 isenta o FAT tão somente do custo de equalização, visto que o *caput* do artigo 7º determina que os reembolsos ao FAT terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento, o que obriga o entendimento de que o FAT suportará a operação até o resgate final, ou seja, até a liquidação dos correspondentes Certificados do Tesouro Nacional – CTN adquiridos pelo produtor quando da renegociação.


Neste aspecto, a Emenda pretende oportunizar a recuperação do equilíbrio econômico e financeiro na relação entre os agentes financeiros do BNDES e o BNDES, e deste com o FAT, conferindo isonomia entre estes agentes financeiros e os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), relativamente ao tratamento conferido na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, quanto ao ônus integral do Fundo origem dos recursos pelo alongamento ou renegociação. Eliminará, conseqüentemente, o custo de intermediação devido aos agentes financeiros, reduzindo-o à taxa de administração decorrente da aplicação do último artigo inserido pela presente Emenda.

ASSINATURA



EMENDA A MP 77-02

| | | | | |
|--|--------|--|---------------|--------|
| DATA 04-11-2002 | | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, de 2002 | | |
| AUTOR AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>A Emenda não eleva o ônus do Tesouro, ao contrário, poderá representar significativa redução dos desembolsos em favor das instituições financeiras, tendo em vista que o Tesouro continuará a manter as mesmas obrigações já assumidas por força das leis antes mencionadas, cabendo-lhe tão somente os custos da taxa de administração, tendo em vista que o bônus (Art. 2º da Lei nº 10.437) poderá ser revertido para o próprio Tesouro e não mais ao agente financeiro. Desaparecerão as obrigações e movimentações financeiras e contábeis mantidas entre os agentes financeiros, o Sistema BNDES, os fundos originadores dos recursos e o Tesouro da União (Secretaria do Tesouro Nacional), este último incumbido dos controles e reembolsos relativos ao bônus antes citado.</p> <p>Na segunda parte a Emenda pretende que as operações alongadas ou renegociadas perante as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional sejam absorvidas, desde já, pela União, considerando que, de fato, é esta a situação presente, estando os bancos a administrar, com reservas, uma carteira suportada pelos Certificados do Tesouro Nacional (CTN) adquiridos pelos produtores junto à Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>Adquirida a carteira junto às instituições financeiras, sem novos custos ao Tesouro, em razão de que a aquisição será paga à medida do recebimento dos mutuários ou mediante a cessão dos CTN, o Tesouro perderá a obrigação do reembolso do bônus de pontualidade correspondente às reduções dos juros e da atualização monetária concedidas no art. 2º da Lei nº 10.437. Ao mesmo tempo, como conseqüência da transferência das operações para o Tesouro, o produtor poderá usufruir da revisão do índice de garantias, terá redução do endividamento frente à Central de Risco do BACEN, com recuperação de limites operacionais, e, tendo em vista que o bônus deixará de ser suportado pelo Tesouro, poderá vir a ser beneficiado com revisões do custo final da operação alongada ou renegociada mediante alteração do bônus. Outra conseqüência da absorção das carteiras pelo Tesouro será a eliminação do atual contingenciamento de recursos destinados ao Crédito Rural, ou seja, elevação da oferta de recursos, seja para custeio ou investimentos, conforme a destinação das operações transferidas, tendo em vista que as operações alongadas estão sendo consideradas no cumprimento das exigibilidades, alcançando montante superior a R\$ 2,3 bilhões.</p> <p>Há, ainda, uma melhora nos indicadores econômicos das instituições cedentes com a redução do comprometimento em operações de longo prazo cujos saldos devedores não sofrem redução salvo mediante liquidações antecipadas. Note-se que os tratamentos contábeis destas operações são causa de constantes conflitos entre as instituições e o BACEN, ocorrendo, não raras vezes, limitações quanto à continuidade operacional, com</p> | | | | |
| ASSINATURA | | | | |
|  | | | | |

| | | | | |
|--|--------|--|---------------|--------|
| DATA 04-11-2002 | | PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 77, de 2002 | | |
| AUTOR AUGUSTO NARDES | | | Nº PRONTUÁRIO | |
| TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | |
| PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
| <p>efeito direto sobre os demandantes de crédito e o próprio produtor que se utilizou do alongamento ou renegociação como instrumento de solução do endividamento e recuperação da capacidade de crédito voltado à produção.</p> <p>Na última parte a Emenda cria a possibilidade de que o Tesouro, mediante uma remuneração bastante inferior ao bônus, equivalente àquela paga aos bancos oficiais federais no âmbito da MPV nº 2.196, utilize-se da estrutura das instituições vendedoras para administrar os créditos adquiridos, possibilitando adequado e rigoroso controle da situação de cada produtor envolvido.</p> <p>A Emenda permitirá, ainda, que a totalidade das operações abrangidas pelos efeitos da Lei nº 9.138 sejam administradas pelo Tesouro, acrescentando as agora adquiridas àquelas que foram objeto da MPV nº 2.196, oferecendo melhor aproveitamento ao produtor das condições de alongamento ou renegociação.</p> <p>Será preciso, também, após a implementação da sugestão, que ocorram ajustes nas normas complementares expedidas pelo BACEN, permitindo-se que os títulos (CTN), pertencentes aos mutuários e vinculados às operações, sejam utilizados pelo Tesouro como meio de pagamento da aquisição das respectivas operações.</p> | | | | |
|  ASSINATURA | | | | |

Ata da 122ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 6 de novembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Carlos Wilson,
Mozarildo Cavalcanti e Maguito Vilela.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francellino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Sarney – José Serra – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A lista de presente acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2002

(nº 2.098/2002 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 157, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 749, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 151, de 27 de março de 2001 – Rádio FM Jardim de Cajobi Ltda., na cidade de Cajobi – SP;

2 – Portaria nº 152, de 27 de março de 2001 – Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., na cidade de Flórida Paulista-SP;

3 – Portaria nº 153, de 27 de março de 2001 – Rádio Difusora Rhema Ltda., na cidade de Barão de Antonina – SP;

4 – Portaria nº 155, de 27 de março de 2001 – Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., na cidade de Sarutaiá – SP;

5 – Portaria nº 156, de 27 de março de 2001 – Estúdio Digital Ltda., na cidade de Carmo do Cajuru – MG;

6 – Portaria nº 157, de 27 de março de 2001 – Super Rádio DM Ltda., na cidade de Alegre – ES;

7 – Portaria nº 158, de 27 de março de 2001 – Morada dos Rios S/C Ltda., na cidade de Conchal – SP;

8 – Portaria nº 159, de 27 de março de 2001 – Rádio Minduri FM Ltda., na cidade de Minduri – MG;

9 – Portaria nº 160, de 27 de março de 2001 – Rádio 900 de Paty do Alferes Ltda., na cidade de Botelhos – MG;

10 – Portaria nº 161, de 27 de março de 2001 – Mercom Brasília Comunicação Ltda., na cidade de Santo Antônio da Alegria – SP;

11 – Portaria nº 162, de 27 de março de 2001 – Rádio Jornal a Crítica Ltda., na cidade de São Gabriel da Cachoeira – AM; e

12 – Portaria nº 163, de 27 de março de 2001 – RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda., na cidade de Santana do Araguaia – PA.

Brasília, 17 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

MC 299 EM

Brasília, 29 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 66/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilita-

ção e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Super Rádio DM Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 32 do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 157, DE 27 DE MARÇO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53660.000450/97, Concorrência nº 66/97-SFO/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Super Rádio DM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º o contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 06 / 11 / 00

CONTRATO SOCIAL DA FIRMA
 " SUPER RÁDIO DM LTDA "

Ans. maus
 Messias Leite Brack
 Secretária-Substituto/CEAN

Edital de Radiodifusão
ANTÔNIO CARLOS QUINTEIRO LOPES, brasileiro, casado, radialista, portador da Cédula de Identidade nº 645.019 SSP/ES e do CIC (MF) nº 798.773.547-72, residente e domiciliado à Rua Eugênio Pacheco de Queiroz, 54 - Praia das Gaivotas, Vila Velha-ES.

ZELMÍNIA QUINTEIRO LOPES, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 590.965 SPTC/ES e do CIC (MF) nº 004.451.817-02, residente e domiciliada à Rua Gama Rosa, 143 - Edf. Elizeth, Apto. 901 - Centro, Vitória-ES.

Resolvem de comum acordo, contratar uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA I - A sociedade terá a razão social de " SUPER RÁDIO DM LTDA ", com sede à Rua Esmeralda, 22, 1º andar - José de Anchieta, Serra-ES.

CLÁUSULA II - A sociedade terá por objetivo a radiodifusão e serviços de comunicação em geral.

CLÁUSULA III - A responsabilidade dos sócios é limitada à totalidade do capital social.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios. Os herdeiros do falecido ou interditado, mediante concordância expressa de outro sócio, poderão permanecer na sociedade ou ter haveres em balanço patrimonial a ser levantado na data do evento. Neste caso a liquidação desses créditos será feita em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas.

Handwritten signature

CLÁUSULA VI - O capital social é de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), dividido em 5.000 cotas no valor unitário de R\$ 1,00, integralizado neste ato, à vista e em moeda corrente do país, dividido entre os sócios da seguinte forma:

| | | | PARTIC. |
|--------------------------|-----------|--------------|---------|
| ANTONIO CARLOS Q. LOPES | 2.500 CTS | R\$ 2.500,00 | 50% |
| ZELMINIA QUINTEIRO LOPES | 2.500 CTS | R\$ 2.500,00 | 50% |
| TOTAL..... | 5.000 CTS | R\$ 5.000,00 | 100% |

CLÁUSULA VII - A gerência da sociedade ficará sob a responsabilidade do sócio **ANTONIO CARLOS QUINTEIRO LOPES**. O sócio-gerente terá uma retirada a título de pró-labore, de acordo com a capacidade econômica da empresa.

CLÁUSULA VIII - Os sócios declaram não estarem incurso em nenhum crime previsto em Lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

CLÁUSULA IV - Os resultados financeiros, bem como lucro ou prejuízo, serão apurados em balanço regular a cada 31 (Trinta e um) de dezembro de cada ano.

Handwritten signature
 Vermenegida R. L. Veloso
 ADVOGADO
 OAB - ES 3596

Handwritten signature: Zelmínia Quinteiro Lopes

Multiple handwritten signatures and initials

**CONTRATO SOCIAL DA FIRMA
" SUPER RÁDIO DM LTDA "**

CLÁUSULA X - Na presente sociedade ficará vetado o uso do nome da firma para fianças, avais e abonos de qualquer natureza, senão em negócios de interesse direto da mesma, podendo entretanto para os sócios haver a troca de avais.

CLÁUSULA XI - Os sócios ficam logo investidos nas funções, estando dispensados de prestarem caução prevista em Lei.

CLÁUSULA XII - Fica eleito o Foro da Serra-ES., para dirimir quaisquer dúvidas, contestações ou caso omissis, que porventura vierem a surgir.

E, por estarem justos e contratados, lavra-se o presente instrumento de Contrato Social em 03 (Três) vias de igual teor e forma, assinado pelos sócios na presença de 02 (duas) testemunhas.

SERRA (ES), 25 DE MARÇO DE 1997.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 00 / 01 / 00

Ans Maria

Mecenas Ltda Brasil
Secretária-Substituta/CEAN
Edital de Radiodifusão

[Signature]

ANTONIO CARLOS QUINTEIRO LOPES
Zelmínia Quinteiro Lopes

ZELMÍNIA QUINTEIRO LOPES

TESTEMUNHAS:

Maria Lourdes Rodrigues

MARIA DE LOURDES RODRIGUES
CI Nº 814.687 SSP/ES

[Signature]

EDVALTO DE ABREU SCHULTZ
CI Nº 932.011 SSP/ES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/97
SOB O NÚMERO:
32200786829
Protocolo: 970113587
MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

[Signature]

Hermenegildo H. L. Velten
ADVOGADO
OAB - ES 3596

[Multiple signatures]
-01-A

513
e.m.
(A Comissão de Educação)
Publicado no DCF de 01/11/2002 - 250 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 552, DE 2002**

(Nº 2.110/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 338, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Cultural Agenor Zanon, na cidade de Linhares – ES;

2 – Fundação Ministério Comunidade Cristã, na cidade de Goiânia – GO;

3 – Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas – MG; e

4 – Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa, na cidade do Rio de Janeiro – RJ

Brasília, 7 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00360 EM

Brasília, 26 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e unidades da Federação indicadas:

- Fundação Cultural Agenor Zanon, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.002350/00);

- Fundação Ministério Comunidade Cristã, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 53000.000704/02);

- Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000154/01);

- Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa na cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro (Processo nº 53000.005385/00).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Cultural Agenor Zanon, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.002350/00);-

II – Fundação Ministério Comunidade Cristã, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 53000.000704/02);

III – Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000154/01); e

IV – Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.005385/00).

Parágrafo único. As concessões objeto deste decreto reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CURADORES DA FUNDAÇÃO VENEZA DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2000.

Sumário da Data, Horário, local e presença. No dia 15 de Fevereiro de 2000, às 17:00 horas na Rua Dr Nilo Peçanha, 110 - sala 1.418 - São Gonçalo - RJ, presentes todos os curadores. **Ordem do dia.** 1) Eleição dos membros da Diretoria Executiva e 2) Assuntos Gerais. **Mesa de trabalhos.** Presidente: Manoel Antônio Bernardi Costa. O Sr Presidente abriu os trabalhos e declarando que a Fundação, já estando com seus atos constitutivos devidamente registrados deveria, agora, por seu Conselho de Curadores, no forma prevista no artigo 15 dos Estatutos, eleger, para um mandato de 02 (dois) anos de Diretoria Executiva foram eleitos: para Diretor **Superintendente o Sr. Manoel Antônio Bernardi Costa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nr 3.603.940 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nr 292.949.438-00, residente e domiciliado na Rua Juquís, 225 Apto 112, Moema - na Capital de São Paulo-SP, **Diretora Tesoureira a Sra Alessandra Barboza Costa**, Brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de Identidade RG nr 28.310.918-X, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nr 261.944.428-40, **Diretora Secretária a Sra Juliana Barboza Costa**, brasileira, solteira, estudante, portadora Cédula de Identidade RG. nr 28.310.919-1, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nr 219.792.658-60, residente e domiciliada na Rua Juquís, 225 - Apto 112 - Moema - Capital de São Paulo/SP. **O mandato dos membros eleitos para a Diretoria Executiva termina em 14 de Fevereiro de 2002.** Encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente declarou empossados os Diretores Executivos, ora eleitos e não havendo outra matéria em pauta, foi lavrada esta ata, por min, Secretária, que é por todos assinada.

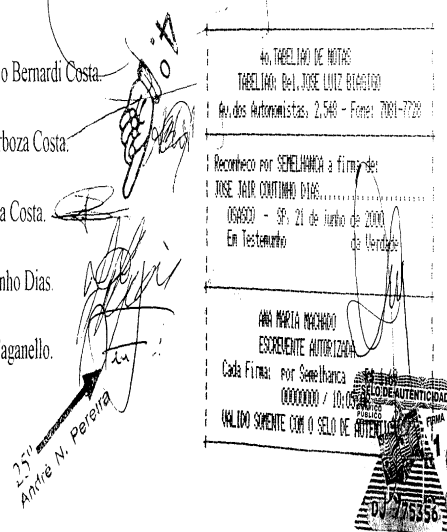
Manoel Antonio Bernardi Costa

Alessandra Barboza Costa.

Juliana Barboza Costa.

José Jair Coutinho Dias.

Cláudio Luis Faganello.



A Comissão de Educação

PARECERES

II – Análise

PARECER Nº 1.018, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2002 (nº 3.721/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que “declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, e dá outras providências”.

Relator: Senador **Nabor Júnior**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 59, de 2002 (PL nº 3.721, de 2000, na origem), é submetido à apreciação da Comissão de Educação. Trata-se de projeto de autoria da nobre Deputada Vanessa Graziotin, que visa alterar a Lei nº 662, de 6 de maio de 1949, que “declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro”.

O PLC nº 59, de 2002, altera o art. 1º da referida lei, de maneira a incluir os dias 21 de abril e 2 de novembro como feriados nacionais, e revoga a Lei nº 1.266, de 8 de dezembro de 1950, que declara feriados nacionais o dia 21 de abril e os dias de eleições gerais no País.

Em sua justificção, a ilustre autora destaca que “historicamente, ambas as datas, 21-4 e 2-11, sempre foram encaradas pelos empregadores públicos e privados como feriados, entretanto essa realidade vem mudando”. Argumenta, ainda, que enquanto alguns trabalhadores guardam esses dias como feriados nacionais, outros são obrigados a trabalhar como se fosse em dias normais. “Portanto, urge a necessidade de regulamentação legal para garantir o respeito da tradição histórica e religiosa do nosso povo”.

À proposição, não foram apresentadas emendas.

De início, cumpre-nos mencionar que, ainda em 1938, o Decreto-Lei nº 486 incluía as duas datas, 21 de abril e 2 de novembro, como feriados nacionais. Em 1949, a Lei nº 662 estabelece novo rol de feriados, com a exclusão dos dois dias mencionados.

No ano seguinte, em 1950, a Lei nº 1.266 declara feriados nacionais o dia 21 de abril – em homenagem a Tiradentes – e os dias de eleições gerais. Quanto a estes últimos, no entanto, ocorre que o art. 77 da Constituição Federal já estabelece o primeiro domingo de outubro como o dia da eleição do Presidente da República, orientação seguida, também com o aval da Lei Maior, nas demais eleições.

Apresentada na Câmara Federal, no ano de 2000, a proposição que ora analisamos – no Senado sob o número PLC nº 59, de 2002 – busca concentrar, em unia única lei, os feriados nacionais, anteriormente estabelecidos em normas diferentes, e acrescenta o dia 2 de novembro (dia de finados) na lista. Em seu último artigo, revoga a Lei nº 1.266, de 1950, uma vez que a data das eleições já está definida na Constituição e o dia 21 de abril foi incluído no projeto.

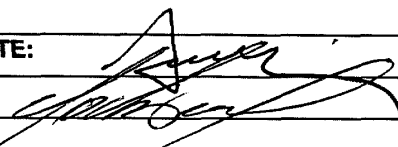
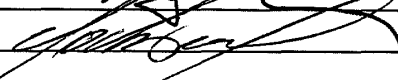
É inquestionável o mérito da medida. Ao incluir o feriado de 21 de abril na mesma lei que estabelece os demais feriados nacionais, a ilustre autora do PLC nº 59, de 2002, simplifica a legislação e permite formalizar a revogação da Lei nº 1.266, de 1950, uma vez que a data de realização de eleições já se encontra devidamente regulada pela própria Constituição.

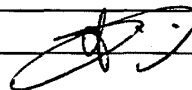
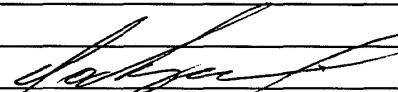
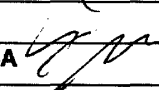
III – Voto

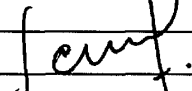
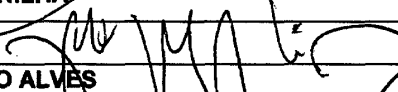
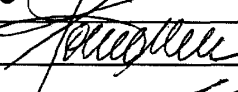
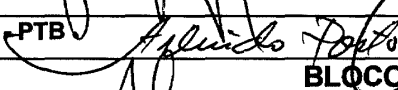

Em face do exposto, entendemos que o projeto reveste-se de caráter extremamente meritório. Assim sendo, e não havendo óbices no que respeita a regimentalidade, a constitucionalidade e a juridicidade da proposição, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2002.

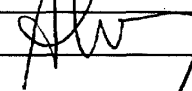
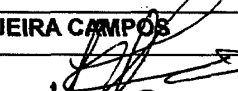
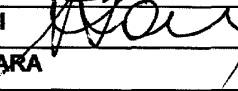
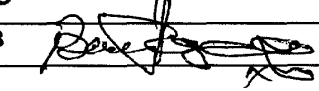
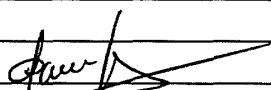
Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. – (bocópia da assinatura), Presidente, – (bocópia da assinatura), Relator.

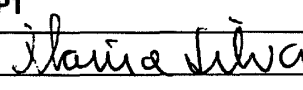
**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 59/02 NA REUNIÃO DE 29/10/02
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  *Senador Ricardo Santos*
RELATOR:  *Senador Nabor Júnior*

| PMDB | |
|--|---|
| AMIR LANDO | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER  | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | 4- SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR  | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA  |
| VALMIR AMARAL | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | 9-(VAGO) |

| PFL | |
|--|---|
| GERALDO ALTHOFF  | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE  | 5-ROMEU TUMA  |
| MARIA DO CARMO ALVES | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO -PTB  | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR  |

| BLOCO (PSDB/PPB) | |
|---|--|
| FREITAS NETO  | 1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS  |
| ARTUR DA TÁVOLA | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | 3-CHICO SARTORI  |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB  | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB  |

| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | |
|---|-------------------------|
| EDUARDO SUPPLY-PT | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT  | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | 4-TIÃO VIANA - PT |

| PSB | |
|---------------|--------------------------|
| PAULO HARTUNG | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

DECRETO-LEI Nº 486, DE 10 DE JUNHO DE 1938**Declara os feriados nacionais.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º São feriados nacionais os seguintes dias:

1º de janeiro – dedicado à comemoração da fraternidade universal;

21 de abril – dedicado à memória dos precursores da Independência do Brasil, simbolizados no Tiradentes; 1º de maio – dedicado à exaltação do dever e dignidade do trabalho; 7 de setembro – dedicado à comemoração da Independência e considerado como o dia da festa nacional brasileira; 2 de novembro – dedicado à comemoração dos mortos; 15 de novembro – dedicado à comemoração do advento da República; 25 de dezembro – dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República. – **GETÚLIO VARGAS; Francisco Campos.**

PARECER Nº 1.019, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o projeto de lei do Senado nº 90, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001, que “dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências”.

De autoria do nobre Senador Romero Jucá, pretende a propositura em análise que se obrigue a inclusão, nos endereços dos sites nacionais, de palavra ou abreviatura que indique o conteúdo de violência ou de sexo do mesmo, de forma a antecipar o material que pode vir a ser nele encontrado.

Justifica o Autor sua proposta com o seguinte argumento, **verbis**:

O presente Projeto de Lei não tem o objetivo de cercear a liberdade reinante nesse espaço virtual, mas simplesmente prover o Poder Público de mecanismos de identificação de conteúdos considerados restritos à faixa adulta da população, com vistas a facilitar a criação de filtros, por parte de pais e mestres, bem como com vistas à identificação e responsabilização de eventuais delitos.

Tendo estado à disposição dos senhores senadores, nesta Comissão, não recebeu ele emendas no prazo regimental.

II – Análise

Tem inteira razão o Autor em escandalizar-se com o que há de abjeto na rede mundial de computadores. De fato, juntamente com a informação útil, disponibiliza-se o que há de pior no ser humano, armadilha para crianças, jovens e adultos despreparados para fazer escolhas acertadas. A preocupação principal, acertadamente, recai sobre jovens e crianças que, por serem menores, não estão emocionalmente amadurecidos para tais escolhas, dependendo, ainda, da tutela de seus pais.

Há que se considerar, entretanto, que tal proposição, eventualmente transformada em norma legal, careceria de exequibilidade prática, a considerar-se a realidade crescentemente complexa dos sítios (**sites**) de informação existentes na Rede Mundial de Computadores (Internet). A partir dessa perspectiva, tornar-se-ia tão genérico o indicador de conteúdo pretendido que terminaria este por não contribuir significativamente para a antecipação do “material que pode vir a ser nele encontrado”.

Exemplifique-se com um **site** pessoal, por ser dos mais simples existentes. O exame de um **site** dessa natureza revelará mais do que dados sobre a pessoa física que o expõe; nele se encontrarão setores de informação bibliográfica, genealógica, de trabalhos produzidos (a remeter para uma determinada área de conhecimento e para outras matérias correlatas), apontadores (**links**) para outros **sites**, etc. Uma palavra ou abreviatura que descrevesse esse **site** poderia ser “pessoal”, ou, simplesmente, “pés”, o que não acrescentaria significativamente a antecipação de seu conteúdo.

Aplicando o exemplo, verifica-se que nada impede que um **site**, hoje dedicado a um assunto meritório, modifique seu conteúdo na direção de um conjunto de conteúdos, hoje chamado de “adulto”, eufemismo para sexo explícito. Seria necessário que a norma obrigasse a mudança de nome do domínio ou subdomínio, toda vez que seu conteúdo se alterasse, o que traria grande anarquia para os **sites** nacionais, empurrando-os para flagrante conflito com as normas internacionais das quais o Brasil é signatário.

Ainda considerando sobre a viabilidade da hipótese, tem-se que a aplicação teria relevância em **sites** especializados, como aqueles direcionados para áreas específicas do saber, como bibliotecas, informática, genealogia e que tais. No entanto, a evolução que se percebe atualmente direciona os **sites** para o conceito de “portal”, implicando extrema e crescente complexidade. Nesse sentido, surge a certeza de que todos os portais, sem exceção, seriam obrigados a incluir, em seu “nome de do-

mínio”, a designação “sexviol”, pois não poderão seus proprietários garantir que tais conteúdos não sejam incluídos por um ou mais usuários. Ora, se todos os portais se virem obrigados, sob pena de falsidade ideológica como pretende o art. 3º do projeto em exame –, a incluir, por precaução, tal designação em seus nomes de domínio, já não servirá ela aos objetivos colimados.

III – Voto

Tendo em vista as considerações anteriormente apresentadas, votamos pela rejeição da presente propositura.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2002. –
Presidente, **José Jorge**; Relator, **Romero Jucá**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 90/01 NA REUNIÃO DE 23/10/02
OS SENHORES SENADORES:

| | | |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------------|
| PRESIDENTE: | <i>[Assinatura]</i> | Senador Ricardo Santos |
| RELATOR: | <i>[Assinatura]</i> | Senador José Jorge |
| PMDB | | |
| AMIR LANDO | | 1-MAURO MIRANDA |
| CASILDO MALDANER | | 2-PEDRO SIMON |
| GERSON CAMATA | | 3-(VAGO) |
| GILVAM BORGES | | 4- SÉRGIO MACHADO |
| MARLUCE PINTO | | 5-ALBERTO SILVA |
| NABOR JÚNIOR | | 6-MAGUITO VILELA |
| JOSÉ SARNEY | | 7-JUVÊNCIO DA FONSECA |
| VALMIR AMARAL | | 8-(VAGO) |
| NEY SUASSUNA | | 9-(VAGO) |
| PFL | | |
| GERALDO ALTHOFF | | 1-LINDBERG CURY |
| MOREIRA MENDES | | 2-BERNARDO CABRAL |
| WALDECK ORNELAS | | 3-FRANCELINO PEREIRA |
| LEOMAR QUINTANILHA | | 4-JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | | 5-ROMEU TUMA |
| MARIA DO CARMO ALVES | | 6-PAULO SOUTO |
| ARLINDO PORTO - PTB | | 7-ANTONIO CARLOS JÚNIOR |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | |
| FREITAS NETO | | 1- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS |
| ARTUR DA TÁVOLA | | 2-LÚDIO COELHO |
| RICARDO SANTOS | | 3-CHICO SARTORI |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | | 4-LÚCIO ALCÂNTARA |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | | 5-ROMERO JUCÁ |
| LUIZ PONTES | | 6-LUIZ OTÁVIO - PPB |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS) | | |
| EDUARDO SUPLICY-PT | | 1-LAURO CAMPOS - PDT |
| EMÍLIA FERNANDES-PT | | 2-GERALDO CÂNDIDO - PT |
| MARINA SILVA-PT | | 3-SEBASTIÃO ROCHA - PDT |
| ÁLVARO DIAS-PDT | | 4-TIÃO VIANA - PT |
| PSB | | |
| PAULO HARTUNG | | 1-ROBERTO SATURNINO - PT |

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 90 / 2002

| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| AMIR LANDO | | | | | MAURO MIRANDA | | X | | |
| CASILDO MALDANER | | | | | PEDRO SIMON | | | | |
| GERSON CAMATA | | | | | VAGO | | | | |
| GILVAM BORGES | | | | | SERGIO MACHADO | | | | |
| MARLUCE PINTO | | X | | | ALBERTO SILVA | | | | |
| NABOR JUNIOR | | | | | MAGUIO VILELA | | | | |
| JOSÉ SARNEY | | | | | JUVÊNIO DA FONSECA | | X | | |
| VALMIR AMARAL | | | | | VAGO | | | | |
| NEY SUASSUNA | | | | | VAGO | | | | |
| TITULARES - PFL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| GERALDO ALTHOFF | | X | | | LINDBERG CURY | | | | |
| MOREIRA MENDES | | X | | | BERNARDO CABRAL | | | | |
| WALDECK ORNELAS | | | | | FRANCELINO PEREIRA | | | | |
| LEOMAR QUINTANILHA | | | | | JONAS PINHEIRO | | | | |
| JOSE JORGE | | X | | | ROMEU TUMA | | X | | |
| MARIA DO CARMO ALVES | | | | | PAULO SOUTO | | X | | |
| ARLINDO PORTO - PTB (1) | | X | | | ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR | | X | | |
| TITULARES - PSDB/PPB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB/PPB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| FREITAS NETO | | X | | | EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | | | | |
| ARTUR DA TÁVOLA | | | | | LÚDIO COELHO | | | | |
| RICARDO SANTOS | | | | | CHICO SARTORI | | X | | |
| TEOTÔNIO VILHELA FILHO | | | | | LÚCIO ALCANTARA | | | | |
| BENÍCIO SAMPAIO - PPB | | X | | | ROMERO JUCA | | | | |
| LUIZ PONTES | | | | | LUIZ OTÁVIO - PPB | | X | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| EDUARDO SUPPLICY - PT | | | | | LAURO CAMPOS - PDT | | | | |
| EMÍLIA FERNANDES - PT | | | | | GERALDO CÂNDIDO - PT | | | | |
| MARINA SILVA - PT | | X | | | SEBASTIÃO ROCHA - PDT | | | | |
| ALVARO DIAS - PDT | | | | | TIÃO VIANA - PT | | | | |
| TITULAR - PSB | SIM | NÃO | AUTOR | | SUPLENTE-PSB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PAULO HARTUNG | | | | | ROBERTO SATURNINO | | | | |

TOTAL: 14 SIM: - NÃO: 14 ABS: -

Aureo
 SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 29/10/2002

OF. Nº CE/48/2002

Brasília, 29 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Romero Jucá que, "Dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

– Nº 1.553/2002, de 18 encaminhando as informações Requerimento em que resposta ao Requerimento nº 736, de 2001, da Senadora Emilia Fernandes.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. Nº CE/48/2002

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Romero Jucá, que "Dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências".

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 551 e 552, de 2002**, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constitui-

ção Federal, e, de acordo com o art. 122, II, "b", do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2002**, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos do art. 235, inciso II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência comunica ao Plenário que, relativamente ao **Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001**, cujo parecer foi lido anteriormente, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2002

Estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta Lei, organização não-governamental (ONG) a entidade enquadrada na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 2º Em nenhum caso serão conferidos à organização não-governamental constituída no exterior, direitos mais amplos a qualquer título, que os atribuídos às pessoas jurídicas constituídas sob a lei brasileira.

Art. 3º O início das atividades da ONG dependerá de seu registro prévio no órgão governamental competente, nos níveis federal e estadual, nos estados onde tiver atuação ou representação.

Art. 4º A ONG prestará ao órgão a que se refere o art. 3º esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades, de qualquer natureza, que pretenda realizar no Brasil, o modo de utilização de seus recursos, a política de contratação de pessoal, os nomes e qualificação de seus dirigentes e representantes e quaisquer outras informações que

sejam consideradas relevantes para a avaliação de seus objetivos.

Art. 5º A ONG prestará contas anualmente sobre a utilização dos recursos ou subvenções oriundos de qualquer origem.

Art. 6º O representante de ONG estrangeira registrada no órgão competente de acordo com esta Lei responsabilizar-se-á, para todos os efeitos jurídicos, pela organização perante as autoridades administrativas e judiciais brasileiras.

Art. 7º A qualquer tempo, de acordo com a conveniência do órgão competente, a autorização de funcionamento de ONG poderá ser cassada se ela descumprir requisitos legais ou atentar contra a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.

Art. 8º No que couber, aplica-se à ONG constituída no exterior as normas de direito interno e as originárias de atos internacionais ratificados pelo Brasil que tenham por objeto as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 9º Ao estrangeiro que entre no Brasil na condição de turista é vedado atuar em ONG.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Assiste-se no Brasil, há vários anos, a proliferação de ONGs, de matizes e objetivos diversos, nacionais e estrangeiras, sem que haja qualquer mecanismo institucional de controle sobre as atividades que desenvolvem, sobre a legitimidade da forma e dos critérios de escolha de seus representantes e sobre a origem e o destino dos recursos que arrecadam e utilizam.

Muitas dessas organizações exercitam, além do legitimamente permitido e do moralmente aceito, atividades e pronunciamentos públicos que atacam o regime institucional brasileiro, numa prática que se pode considerar afrontosa à legalidade. Vale ressaltar que muitas dessas atitudes dificilmente seriam aceitas nos países de origem de tais organizações.

Mais grave que tudo isso, pois vai além do campo da ilegitimidade, muitas organizações abrigam atividades rigorosamente criminosas, ocultadas pelo manto da caracterização filantrópica, que dificulta e obnubila a atuação das autoridades para sua repressão.

Isto para não se falar da multiplicação de tais entidades, grande parte delas inúteis, fazendo crer que são criadas apenas para o levantamento de fundos e a vaidade pessoal dos dirigentes. Basta dizer que existem milhares de ONGs dedicadas ao problema de menores de rua, finalidade por si só extremamente benemérita, sen-

do de observar que o número de tais entidades quase se iguala ao de menores cadastrados nos programas assistenciais.

A ausência de controle institucional, que cabe ao Estado, é, seguramente, a causa principal desse fenômeno. E para agir, o Governo precisa de instrumentos ágeis e legislação específica sobre a matéria. Esse é o nosso objetivo com o presente projeto de lei. Cuida-se de estabelecer requisitos para o registro e funcionamento desses novos entes civis. Trata-se de criar critérios para sua regulamentação, separando o joio do trigo, de modo que as organizações que bem realizam seu meritório trabalho sejam devidamente reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como entidades que efetivamente colaboram para o desenvolvimento social do País, e as que trabalham na ilegalidade e contra o interesse público sejam exemplarmente punidas.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2002. _ Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os apli-

ca integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões de vocacionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX – as organizações sociais;

X – as cooperativas;

XI – as fundações públicas;

XII – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII – as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I – promoção da assistência social;

II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII – promoção do voluntariado;

VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I – a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II – a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III – a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas,

emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV – a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V – a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI – a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII – as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a. observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b. que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I – estatuto registrado em cartório;

II – ata de eleição de sua atual diretoria;

III – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV – declaração de isenção do Imposto de Renda;

V – inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I – a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no ad. 2º desta Lei;

II – a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III – a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPITULO II

Do termo de parceria

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previsto no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Pú-

blicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I – a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II – a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III – a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV – a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V – a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI – a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

Das disposições finais e transitórias

Art. 16. E vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificados com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

.....
(*Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2002**Dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O titular de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá investir em ações, na forma do disposto nesta lei, parcela equivalente a um oitavo dos 8 (oito) pontos percentuais de seus vencimentos depositados mensalmente pelo empregador na referida conta.

§ 1º O valor a que se refere o **caput** deste artigo será depositado em subconta específica, vinculada à respectiva conta FGTS.

§ 2º Enquanto não forem investidos em ações, os recursos depositados na subconta de que trata o parágrafo anterior permanecerão corrigidos monetariamente e remunerados às mesmas taxas aplicadas à conta vinculada do FGTS.

Art. 2º O titular poderá, a qualquer tempo, decidir aplicar em ações os recursos acumulados na subconta de que trata o § 1º do art. 1º desta lei.

Art. 3º Os recursos acumulados na subconta de que trata o § 1º do art. 1º esta lei somente poderão ser investidos na subscrição de ações ordinárias ou preferenciais resgatáveis emitidas por companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que sejam objeto de distribuição pública registrada na CVM no mercado primário de ações.

§ 1º As ações resgatáveis, a serem subscritas na forma do disposto nesta lei, deverão obedecer, no mínimo, às seguintes características:

a) data de resgate em dinheiro, pela companhia emissora, observado o prazo mínimo de dois anos e máximo de cinco anos, contados da data da respectiva subscrição;

b) valor de resgate atualizado, no mínimo, à taxa equivalente à remuneração da conta vinculada do empregado no FGTS; e

c) oferecer ao acionista a possibilidade de, antes de vencida a data de resgate, converter, ao par, as ações subscritas por ações ordinárias ou preferenciais, de emissão da mesma companhia, conforme regulamentação a ser expedida pela CVM.

§ 2º As ações ordinárias, a serem subscritas na forma do disposto nesta lei, deverão ser de emissão de companhia aberta cujo capital social seja integralmente representado por ações ordinárias.

§ 3º A CVM, com o objetivo de alcançar maior dispersão acionária da companhia emissora, poderá autorizar que, até vinte por cento das ações a serem colocadas no mercado de ações, para os efeitos do disposto nesta lei, sejam de propriedade do controlador ou do grupo controlador.

§ 4º A CVM determinará padrões mínimos de Governança Corporativa que deverão ser cumpridos pelas companhias emissoras das ações ordinária ou preferenciais resgatáveis a serem subscritas na forma do disposto nesta lei.

Art. 4º O investimento em ações na forma do disposto na presente lei será feito por meio de Fundo

ou Clube de Investimento, a serem regulamentados pela CVM especialmente para esta finalidade.

§ 1º Durante o primeiro ano que se seguir à aquisição das ações nas colocações primárias, na forma do disposto no artigo 3º desta lei, o Fundo ou Clube de Investimento a que se refere o **caput** deste artigo poderá alienar estas ações com o objetivo de adquirir outras ações em colocações primárias que atendam igualmente, ao disposto no artigo 3º desta lei.

§ 2º Transcorrido o prazo mínimo de um ano, o Fundo ou Clube de Investimento poderá alienar as ações a que se refere o § 1º deste Artigo e adquirir outras ações no mercado secundário de bolsas de valores, desde que as ações a serem adquiridas tenham todas as características indicadas nos § 1º e 2º do art. 3º desta lei.

§ 3º O Fundo ou Clube de Investimento a que se refere o **caput** deste artigo poderá alienar as ações a qualquer tempo para atender aos pedidos de resgate de empregados que satisfaçam as condições previstas para saque da conta vinculada do FGTS.

Art. 5º Fica facultada a transferência, pelo titular, dos seus recursos aplicados em Fundo ou Clube de Investimento, referido no artigo anterior, para outro Fundo ou Clube de Investimento que atenda ao disposto naquele mesmo artigo.

Parágrafo único. A transferência a que se refere o **caput** deste artigo deverá ser regulamentada pela CVM.

Art. 6º O titular somente poderá resgatar os recursos investidos nos Fundos ou Clubes de Investimento referidos no art. 4º nas seguintes hipóteses:

a) no casos previstos para saques da conta vinculada do empregado no FGTS; e

b) para retorno à subconta de que trata o § 1º do art. 1º.

Art. 7º Os recursos investidos na forma do disposto nesta lei estão sujeitos à mesma tributação aplicada aos recursos depositados em conta vinculada no FGTS.

Art. 8º Essa lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É inegável que urge ao Brasil retomar o crescimento econômico que propicie a geração de empregos. Este é o maior anseio da sociedade brasileira atualmente. Um dos obstáculos ao tão desejado crescimento é o custo de capital no País, muito maior do que o praticado

no exterior, o que encarece nossa produção e toma o produto brasileiro pouco competitivo.

O mercado de capitais brasileiro vem se preparando para ocupar um papel central na estrutura de financiamento empresarial. Durante a última década, as instituições financeiras investiram na montagem de equipes de análise, administração de recursos, negociação e serviços correlatos. O Brasil modernizou seus sistemas de negociação de ativos, acompanhou os principais mercados do mundo no atendimento a padrões regulatórios, de liquidação e custódia e unificou o mercado nacional de ações.

Recentemente, o Brasil voltou-se para a discussão da proteção aos acionistas minoritários. Este debate culminou na alteração da Lei das S/A e na criação do Novo Mercado e dos Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Ambas as iniciativas foram muito bem recebidas no Brasil e no exterior.

Porém, não se poderia – e nem se pode – esperar que a definição de novas regras de Governança Corporativa resolvesse, por si, o problema de capitalização das empresas depois de tantos anos de estagnação do mercado de capitais. Além dos desequilíbrios macroeconômicos e do ambiente de grande incerteza que têm marcado o cenário econômico nos últimos anos, pesa contra o mercado uma estrutura tributária que induz à informalidade e penaliza as companhias cuja contabilidade é mais transparente.

Por isso, para que o Novo Mercado e o Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA possam se desenvolver, capitalizando as companhias e modernizando sua gestão, é preciso mobilizar instrumentos que atraiam novas companhias para este mercado.

Por outro lado, a democratização do capital das empresas é um poderoso instrumento de redistribuição de renda e riqueza. O sucesso obtido pelo Governo Federal quando permitiu o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na aquisição de ações da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás mostrou que há, por parte dos empregados, uma grande vontade de participar do mercado de ações.

O êxito dessas colocações não podem se tomar experiências isoladas. Devemos aproveitar a oportunidade aberta para atrair os empregados para esse mercado, estendendo-lhes os benefícios gerados pela participação nos resultados das empresas e no seu crescimento. Ademais, o mercado de ações oferece, no longo prazo, rentabilidade maior que a oferecida pela correção dos saldos do FGTS.

O projeto ora apresentado tem como objetivo permitir ao trabalhador, titular de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, investir no mercado de ações parcela equivalente a um oitavo dos 8 (oito) pontos percentuais de seus vencimentos depositados mensalmente pelo empregador na referida conta. Aprovado o projeto, esse valor passará a ser depositado, mensalmente, em uma subconta específica, vinculada à respectiva conta no FGTS.

Se o trabalhador decidir por não investir em ações, os recursos permanecerão sendo corrigidos monetariamente e remunerados às mesmas taxas aplicadas à conta vinculada do FGTS. A qualquer tempo, o trabalhador poderá decidir aplicar esses recursos em ações ou, então, fazer outro uso, desde que satisfaça às condições previstas para saque da conta vinculada do FGTS.

Importante ressaltar, o projeto prevê que esses recursos possam ser destinados somente ao mercado primário de ações. Isto é, somente poderão ser investidos na subscrição de ações ordinárias ou preferenciais resgatáveis emitidas por companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que sejam objeto de distribuição pública, igualmente registrada na CVM, no mercado primário de ações, não alimentando ou privilegiando, portanto, movimentos meramente especulativos. Trata-se, assim, de fortalecer o mercado primário de ações como meio para a capitalização das empresas nacionais, de viabilizar financiamentos de longo prazo às empresas, de elevar e dinamizar a atividade produtiva e de gerar emprego e riqueza.

As ações resgatáveis, subscritas na forma do disposto no projeto, deverão obedecer, no mínimo, às seguintes características:

- data de resgate em dinheiro, pela companhia emissora. observado o prazo mínimo de dois anos e máximo de cinco anos, contados da data da respectiva subscrição;

- valor de resgate atualizado, no mínimo, à taxa equivalente à remuneração da conta vinculada do empregado no FGTS; e

- opção ao acionista de, antes de vencida a data de resgate, converter, ao par, as ações subscritas por ações ordinárias ou preferenciais, de emissão da mesma companhia, conforme regulamentação a ser expedida pela CVM.

Para a operacionalização dos investimentos, a CVM deverá regulamentar a criação de Fundos e Clubes de Investimentos especificamente para gerir o investimento em ações na forma do disposto pelo projeto. Essa medida se faz necessária uma vez que o projeto, uma vez aprovado, deverá atrair um número muito expressivo de trabalhadores com valores a investir não tão elevados, o que praticamente inviabilizaria a aplicação direta. Para garantir eficiência e competitividade aos Fundos e Clubes de Investimentos, será facultada ao aplicador a transferência dos recursos aplicados para outro Fundo ou Clube de Investimento. O Fundo ou Clube de Investimento poderá, a qualquer tempo, alienar as ações para atender pedidos de resgate que satisfaçam as condições previstas para saque da conta vinculada do FGTS.

O projeto, vale ainda lembrar, permite aplicações apenas em empresas que atendam aos melhores princípios de boa governança corporativa, aumentando desta forma o grau de proteção ao investidor e lhe dando um maior conforto nas aplicações em ações.

Em sendo aprovada a lei que ora se propõe, estar-se-á atingindo aos seguintes objetivos básicos:

1. oferecer aos empregados uma alternativa de diversificação de investimentos por meio de sua conta de FGTS, introduzindo, ao mesmo tempo, a cultura do investimento em ações;

2. fortalecer o mercado primário de ações como meio para a capitalização das empresas nacionais, viabilizando o financiamento dos investimentos necessários para uma maior geração de empregos; e

3. incentivar a adoção de padrões superiores de Governança Corporativa pelas companhias abertas.

Essas as razões por que peço o apoio de meus ilustres pares à presente iniciativa.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2002. _
Senador **Antônio Carlos Junior**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o **Ofício nº S/27, de 2002** (nº 249/2002, na origem), de 31 de outubro último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº

2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro – RJ, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 296035, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da referida Lei, na parte em que revogou o artigo 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município (cálculo de recolhimento do ISS por sociedades de profissionais).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{rs} e Srs. Senadores, ontem, tive oportunidade, desta tribuna, de fazer referência ao documento apresentado pelo Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a Amazônia.

Chamou-me a atenção, na conclusão do referido documento, o fato de que se fala muito sobre o que não se pode nem se deve fazer na Amazônia, mas não há realmente um plano, uma diretriz, sobre o que se deve e o que se pode fazer naquela e por aquela região e, conseqüentemente, pelo Brasil. Na verdade, nas últimas décadas proibiu-se extração de madeira, a exploração de mineral, a caça do jacaré, a construção de estradas e hidrelétricas. Enfim, tudo se tem feito no sentido de proibir, na Amazônia. Mas não existe plano no Governo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável, racional e inteligente da Amazônia e não há consideração para com os brasileiros que vivem naquela região, no sentido de dar-lhes um mínimo de segurança, justamente a eles que pagam um alto preço para viverem naquela região, defendendo aquela imensidão que representa sessenta por cento do nosso território nacional.

Pois bem, Sr. Presidente, como amazônida, como homem que nasceu, viveu a sua infância, teve que sair para estudar e voltou para lá a fim de trabalhar em benefício dos seus coirmãos – represento aquela região nesta Casa, depois de ter sido Deputado Federal Constituinte –, tenho lutado muito pelas teses de valorização do homem da Amazônia, seja ele índio ou não. No entanto, o que tenho visto nessas décadas – desde 1982, quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez – é exatamente isto: leis e mais leis, portarias, decretos, sempre

no sentido de se proibir na Amazônia. E tenho procurado adotar ações em favor da Amazônia, como autor, por exemplo, da proposta de emenda à Constituição a ser votada, em primeiro turno, na semana que vem neste Plenário, que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e o IPI que é repassado pela União às instituições de ensino superior da Amazônia Legal.

Já que se fala tanto nos índios, que representam menos de 0,5% da população brasileira e que já detêm, como terras indígenas, 12% do território nacional, apresentei propostas em favor do índio e não da terra que se diz que é para o índio. Propus, por exemplo, que se estabelecesse uma quota para acesso às universidades federais, assim como se defende uma quota para os negros. Propus também uma quota para que os índios pudessem ter acesso ao serviço público, dando exatamente, repito, uma ação afirmativa em favor do índio. Apresentei, ainda, Sr. Presidente, uma proposta de emenda à Constituição, que esteve aqui já no quinto dia de discussão em primeiro turno, que visa estabelecer uma ordem na bagunça da demarcação de terras indígenas, da criação de reservas ecológicas, ambientais e de parques nacionais. Este País é realmente folclórico.

Com certeza, temos – somadas as áreas com diversos rótulos de preservação ambiental, reserva extrativista e reservas indígenas –, mais de 60% da área do Brasil sob o domínio da União. Portanto, os Estados têm constantemente suas terras seqüestradas pela União e não recebem nada como compensação, não tendo sequer o direito de chiar, porque o artigo da Constituição que trata da questão das reservas indígenas, ecológicas, ambientais não estabelece critérios.

Na proposta que apresentei e que estava no quinto dia de discussão quando foi retirada a pedido do Partido dos Trabalhadores, sugeri o seguinte: que o Senado seja ouvido no que tange à criação de reservas ecológicas, indígenas e outras, porque representamos os Estados, a Federação, e não há sentido no fato de que o Governo Federal, por meio de um decreto – como fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, há pouco tempo, ao seqüestrar no Amapá uma área enorme para formar o Parque Nacional do Tumucumaque -, possa agir sem que ninguém seja ouvido. Num ato imperial, para fazer pose em Johannesburg, Sua Excelência fez isso. E aquela área, hoje, é federal. Ali a população do Amapá não pode ter nenhuma atividade que promova seu desenvolvimento. Estou propondo que esses atos sejam examinados pelo Senado Federal e passem pelo crivo dos

Srs. Senadores que representam todos os Estados da Federação.

Propus isso de maneira muito equilibrada, sem viés ideológico e sem favorecer esta ou daquela categoria. O Senado, afinal, é composto por pessoas de todos os Partidos e de todos os vieses ideológicos. Propus, também, que essas áreas dos Estados destinados às reservas indígenas, ecológicas, ambientais, etc., atingissem, no máximo, o limite de 30% da área de cada Estado da Federação, o que, no final, representaria 30% da área do Brasil para esses fins.

Ora, se como reserva indígena já são menos de 0,5% da população brasileira em 12% do território nacional, um limite de 30% seria uma margem bem folgada. Mas o Relator da Proposta foi mais além: S. Ex^a estendeu esse limite para 50%. Portanto, a metade de cada Unidade da Federação poderia estar destinada a essas reservas ecológicas, ambientais, indígenas. Portanto, se todos os Estados atingissem esse máximo, significaria que metade do Brasil estaria destinada a esse fim.

Entendo que estão sendo estabelecidos limites e critérios lógicos, plausíveis, que precisamos realmente discutir. O adiamento da discussão para o dia 12 de dezembro pode ter realmente o objetivo de aprofundarmos esse debate, não obstante o fato de que essa matéria está em discussão na CCJ desde 1999. Portanto, houve tempo para discutir e aprofundar o problema. Estamos no final de 2002, e a proposta estava no seu quinto dia de discussão quando foi adiada para o dia 12 de dezembro, a pedido, repito, da Liderança do PT, e antecedida por um parecer de uma ONG, o Instituto Sócio-Ambiental, cujo parecer o Senador Eduardo Suplicy leu em plenário.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção para esse problema gravíssimo. No meu Estado, por exemplo, só as áreas indígenas demarcadas, homologadas ou pretendidas já superam em 57% o território do Amapá. E o que é mais interessante: das diversas instituições ou organizações indígenas lá existentes, só uma é ouvida pela Funai, só uma é ouvida pelo Ministério da Justiça, só uma tem, portanto, o direito de dizer o que é certo e o que é errado.

Sr. Presidente, passarei a ler dois documentos. Um deles refere-se a matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista**. É o seguinte:

“Uma comitiva formada por 23 lideranças indígenas da região do Baixo Cotingo está reunida para apresentar uma reivindicação através do Conselho Indigenista de Roraima...” Essa é justamente a única instituição

que a Funai, o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal ouvem. Eles reivindicam que sejam retirados os arroteiros de uma área que é pretendida – não está demarcada – e que está **sub judice**, pois há uma decisão do STJ mandando suspender qualquer ação dentro desta área. A Funai, portanto, está avançando nessa área de maneira irresponsável e nomeou uma comissão para avaliar as benfeitorias dos moradores da região, sejam agricultores ou pecuaristas, num processo intimidatório, dando praticamente um ultimato.

Essas lideranças indígenas, comandadas pelo CIR estão justamente pedindo agora a retirada dos arroteiros. Roraima é um dos maiores produtores de arroz no que se refere à produtividade, e essa região é a mais produtiva. Agora, se de um lado o CIR diz isso, de outro lado, lerei o que dizem as outras entidades indígenas, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima e a Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima, cujo documento está assinado por 41 tuxauas e outras lideranças indígenas da região, portanto um número muito mais significativo do que o comandado pelo Conselho Indigenista de Roraima. No entanto, a Funai fica mouca no que tange a esse assunto, assim como o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal.

Lerei o documento para que fique registrado nos Anais do Senado e para que possamos, de maneira responsável, observar o que está sendo feito no meu Estado e na Amazônia: uma espécie de **apartheid** étnico e, agora, intra-étnico, uma vez que estão dividindo os índios de acordo com a entidade a que estão associados ou a religião que professam, porque o CIR é ligado à Igreja Católica e as outras duas entidades são ligadas à Igreja Evangélica. Vejam como estamos partindo para um **apartheid** intra-étnico, de índios contra índios.

Diz o documento assinado pelos índios:

Nós, abaixo-assinados, lideranças indígenas, membros da Sodiur e Alidcir, reunidos na Comunidade Indígena do Contão no dia 18 de setembro de 2002, após debater sobre o relatório concernente à ida de uma comissão de lideranças indígenas, lideradas pelo coordenador do CIR, Jaci José de Souza, decidimos apresentar a nossa posição em relação à homologação da área Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, quero aqui esclarecer ao Plenário, aos ouvintes da Rádio Senado, aos telespectadores da TV Senado e à Nação que, segundo velha tática, algo

que se repete muitas vezes acaba se tomando uma verdade, embora seja uma mentira.

Quando se fala na área Raposa/Serra do Sol, parece que se trata de uma área pequena e que uma está perto da outra. Porém, são duas regiões completamente diferentes. A área da Raposa é de lavrado, como se fosse o nosso cerrado, em Brasília, e Serra do Sol, como o nome está dizendo, é uma área montanhosa, muito distante da região da Raposa.

Continuarei a leitura do documento:

Somos favoráveis a que a área Raposa/Serra do Sol seja homologada de forma descontínua, com área para permanência e desenvolvimento dos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã com suas respectivas áreas urbanas, com as Vilas do Mutum, Socó, Água Fria, Surumu, área de produção agrícola, a permanência do 6º Pelotão Especial de Fronteira no Município de Uiramutã, e a construção da sua pista de pouso na sede do Município.

Neste ponto, quero fazer um outro comentário, Sr. Presidente: a movimentação desse esquema de **apart-heid** é tão grande que essa entidade, o CIR, tentou impedir a construção de um quartel do Exército brasileiro numa fronteira delicada do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, sob a alegação de que a presença do Exército ali iria tumultuar a vida dos índios, que são aculturados, que são funcionários públicos, professores e comerciantes. Portanto, em relação aos índios que não pertencem ao CIR, a realidade não é o que se vem apregoando.

Não queremos permanecer no obscurantismo ambientalista, queremos sim usufruir todos os benefícios que o Estado possa oferecer aos seus cidadãos, tais como: estradas, transporte, energia elétrica, comunicação, educação e infra-estrutura em geral, que se constituem fatores decisivos para o desenvolvimento de todos. O Brasil é de todos, índios e não índios!

Sr. Presidente, fiz questão de ler esse documento na íntegra, para que fizesse parte do meu pronunciamento.

Infelizmente, existe um movimento que deseja ter o monopólio da verdade sobre a questão indigenista, sobre a questão ambientalista e que inclusive não divulga e não aceita a fala daqueles que discordam dos rumos, por exemplo, do que pensa o Instituto Soci-

oambiental, cujo documento foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy. Lamento que o Senador Eduardo Suplicy não esteja presente no plenário, porque realmente este é um assunto do maior interesse para o Brasil.

Não podemos nos esquecer do exemplo da Colômbia, que se descuidou da sua Amazônia, que tratou a sua Amazônia como se fosse o quintal do país, relegando-a a um abandono absurdo. E qual foi o resultado, o que aconteceu com a Amazônia colombiana? Primeiro, a guerrilha ideológica lutou para derrubar um governo constituído; depois, a associação do narcotráfico com a guerrilha e, recentemente, a intervenção dos Estados Unidos. Intervenção branca, é verdade, consentida, mas uma intervenção da qual não se vai mais sair. Lamentavelmente, gerações de colombianos vão passar antes que eles vejam os Estados Unidos tirarem as botas dos seus militares lá de dentro.

Portanto, não podemos aqui ficar omissos diante da realidade do que acontece com a Amazônia brasileira, sob o manto de um falso ambientalismo, de um falso indigenismo, que não leva em conta o índio, mas, sim, interesses que querem esterilizar imensas áreas da Amazônia.

Quero aqui fazer um apelo ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para que realmente se apeque àquele ponto do documento que fez sobre a Amazônia: precisamos acabar com essa história de dizer só o que não se pode fazer na Amazônia; não podemos permitir também que ela continue dominada por interesses que não são nacionais — com certeza, não são nacionais.

Toda vez que eu tiver conhecimento de fatos como esse, quero trazê-los ao conhecimento da Nação e do Senado, para que possamos dizer amanhã: se as autoridades competentes não tomaram providência, a culpa não foi dos representantes da região, que ficaram calados ou omissos. Cabe a nós, inclusive, com a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, colocar uma ordem nessa bagunça que é a questão ambientalista e indigenista no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

.....
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
 SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
 EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210
 do Regimento Interno.)

Índios querem retirada de arroteiros

ALEXSANDRA SAMPAIO
Editoria de Cidade

Uma comitiva formada por 23 lideranças indígenas da região do Baixo Cotingo, na área indígena Raposa Serra do Sol, está reunida em Boa Vista desde ontem se articulando com o objetivo de denunciar a ocupação de arroteiros em terras já demarcadas pelo Ministério da Justiça.

A intenção dos indígenas é se reunir com os representantes dos órgãos ambientais e a Procuradoria da União em Roraima para denunciar invasão de terras demarcadas, desmatamento e contaminação das águas pela ação de tratamento das lavouras com agrotóxicos.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi o primeiro órgão a receber a denúncia. Ontem à noite o administrador regional da Funai, Martinho Andrade, esteve no Conselho Indígena de Roraima (CIR) para ouvir a comitiva e anunciou que vai encaminhar a denúncia aos órgãos competentes como Ministério da Justiça e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Segundo o coordenador regional do Baixo Cotingo, Marinaldo Justino Trajano, o procurador da República, Ageu Florêncio, deverá se reunir com a comitiva amanhã, com horário ainda a ser definido. As lideranças pretendem convidar o representante do Ibama para formalizar a denúncia.

A reivindicação dos indígenas é pela retirada imediata dos arroteiros daquela região sob o argumento de que os produtores estão a cada dia avançando ainda mais na área demarcada, além de afirmarem que a atividade está prejudicando o meio ambiente e a saúde das comunidades.

"Crianças já ficaram doentes com coceiras por causa dos agrotóxicos, os peixes estão morrendo e não existe mais mata. Outro prejuízo é que os rios e os lagos estão sendo entulhados e as lavouras estão cada vez mais perto das malocas", contou o tuxaua da maloca Pedra do Sol, Valdenir da Silva Pinto.

CONFLITO - Justino afirmou que caso não seja resolvida essa situação imediatamente, ele teme que possa ocorrer conflito entre índios e não-índios. Essa preocupação, segundo ele, se deve ao fato de já ter ocorrido início de choque entre alguns produtores que expulsaram os índios de dentro da área indígena cercada pelos arroteiros.

"A pior coisa é a ameaça a nossa comunidade, feita pelos produtores que muitas vezes estão armados quando impede os índios de caçar, pescar e ainda perdemos o gado quando entra na área dos produtores" comentou o indígena Justino ao ressaltar que intenção da comitiva é continuar em Boa Vista até que seja tomada uma providência.

A reportagem da Folha tentou falar com um dos arroteiros citados pelos indígenas, Paulo César Quartiero, mas os telefones para contato com o produtor não atendiam. Além disso, o celular estava desligado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (Bloco/PSDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como piauiense e como brasileiro, manifesto o mais sincero desejo de que o Governador eleito do meu Estado, Deputado Wellington Dias, e o futuro Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, alcancem pleno êxito em suas administrações. Embora pertença a partido diferente, espero realmente que eles consigam proporcionar ao Brasil todo e em particular ao Piauí crescimento econômico, redução das desigualdades, segurança e tranquilidade.

Essa expectativa se reforça pela sensibilidade mostrada por ambos, em sua vida pública, para com os graves problemas sociais que atingem a Nação e para com o desenvolvimento regional. Durante a campanha eleitoral, tanto Luiz Inácio Lula da Silva quanto Wellington Dias reiteraram seus compromissos nesse sentido.

Entre as posições assumidas por ambos em suas carreiras políticas está, igualmente, a percepção de que o Estado, de que o Poder Público deve desempenhar papel mais instrumental na promoção do desenvolvimento. Não deve, portanto, limitar-se a um papel regulador, freqüentemente mais abstrato do que concreto, mas intervir em caráter efetivo na ordem econômica, nos casos em que isso se torna indispensável.

Coloquei-me sempre, no exame das reformas encaminhadas ao Congresso Nacional, a favor das privatizações – restritas, porém, aos casos em que a iniciativa privada possa ocupar o papel antes desempenhado pelo Estado empresário. Em diversas áreas isso ocorre. Os resultados obtidos pela desestatização, nessas áreas, confirmam esse pressuposto.

Entretanto, há outras áreas em que pouco ou nada de positivo se pode esperar da privatização. Estão entre elas, em posição destacada, as ações que visam ao desenvolvimento regional.

Sem uma ação incisiva do Poder Público, seja por meio de estímulos de natureza fiscal, seja por investimentos em infra-estrutura, não se pode imaginar que a iniciativa privada promova o desenvolvimento regional. Seria difícil supor que, em igualdade de condições, uma empresa prefira investir em região pobre, de baixo poder aquisitivo e sem infra-estrutura, a fazê-lo em região rica, com mercado exuberante e condições de atingir ainda outros mercados. É contra a lógica do empreendedor e devemos compreender isso.

Podemos dar um exemplo concreto, o caso da Companhia Energética do Piauí, a Cepisa, empresa pública responsável pela distribuição de energia para o Piauí

hoje gerida pelo Governo Federal. Nosso Estado sofre de notórias deficiências nesse e em outros setores. Seu controlador, seja o Poder Público, seja uma empresa privada, fatalmente se verá diante de enorme carência e de baixo retorno do capital investido. Não só pelas peculiaridades do mercado que atende, mas também pela necessidade de investimentos a que precisará fazer frente, dificilmente trará lucros imediatos.

Até o início do programa Luz no Campo, do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás, financiado em parte com recursos do Banco Mundial, que infelizmente está atrasado no meu Estado, no Piauí, em função de problemas graves, administrativos da empresa, apenas 6% das propriedades, no início do programa, e domicílios rurais do Estado contavam com fornecimento de energia elétrica, conforme dados da própria empresa. Com a execução completa do plano, essa proporção deverá tornar-se muito superior. No caso do Piauí, os recursos investidos pela Cepisa na primeira etapa do Programa Luz no Campo vão a R\$30 milhões. São recursos de origem federal ou negociados pela União.

Deve-se considerar, ainda, o suporte elétrico. A qualidade de energia fornecida a diversas regiões do Piauí deixa muito a desejar, exigindo-se investimentos de grande porte para que se venha a conseguir resultados significativos nesse sentido. Tanto a ampliação do atendimento, em especial nas áreas rurais, quanto a melhoria da qualidade dos serviços dificilmente poderia ser empreendida pelo capital privado. Não haveria retorno do capital e muito menos estímulo para que se proceda aos maciços investimentos adicionais que se fazem necessários à população.

Entretanto, a Cepisa está com sua privatização já determinada, nos termos da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998. Há, como mostrei, fortes razões para acreditarmos que, completado esse processo, mudará a forma de gestão da empresa, interrompendo-se programas como esse e abandonando-se qualquer veleidade de se partir para novos. Ou seja, a empresa pode ser transferida à iniciativa privada justamente no momento em que mais necessária se torna a intensificação de investimentos com retorno social.

Por essa razão, apresentei aqui no Senado projeto introduzindo alteração na Lei nº 9.619, com o efeito prático de suspender qualquer iniciativa no sentido de privatização da Cepisa ao menos até 31 de dezembro de 2005, quando, atendendo ao previsto na formulação do programa Luz no Campo, o atendimento à zona rural do Piauí deveria estar universalizado. Conforme lembrei na justificativa do projeto, foi o fornecimento de energia que assegurou a outras regiões do País, no passado, as condições para o desenvolvimento que ostentam hoje. As re-

giões mais pobres fazem jus a um tratamento que lhes garanta o acesso à energia elétrica, eleve o bem estar de sua população e permita o crescimento econômico.

As mesmas observações se aplicam aos bancos estaduais. Foi com extrema satisfação que registrei, publicadas na imprensa, observações atribuídas ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a respeito da necessidade de se conversar a respeito da privatização do Banco do Estado de Santa Catarina. Está hoje o BESC sob administração federal, mas incluído no programa de desestatização conduzido pela União.

Na mesma situação está o Banco do Estado do Piauí. Em 1990, chegou a ser colocado em regime de liquidação extra-judicial. Quando Governador do Estado, entre 1991 e 1994, consegui, com enorme esforço, reabrir o Banco. Essa iniciativa trouxe significativo retorno ao Piauí; ao deixar o Governo, a instituição estava em boas condições financeiras.

Hoje federalizado, o Banco do Estado do Piauí acaba de ter marcada a data para o seu leilão de privatização. O Banco Central e os gestores do Programa Nacional de Desestatização publicaram edital de venda que fixa para 23 de dezembro o leilão da instituição financeira. De acordo com esse edital, o lance inicial das 73,9% das ações que serão vendidas é de R\$38,3 milhões.

Informa a imprensa piauiense que ontem, mesmo dia em que se divulgava o edital, o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, prometia ao Deputado e futuro Governador Wellington Dias transformar o Banco do Estado do Piauí em um banco de crédito cooperativo, com o objetivo formal de colaborar com o desenvolvimento da economia do nosso Estado.

A privatização privaria a administração piauiense de um precioso instrumento para o fomento da economia do Estado. Honestamente, não acredito que, incorporado a um dos grandes conglomerados financeiros que operam no País, venha a demonstrar o mesmo interesse pelas iniciativas regionais ou opere com sensibilidade para as necessidades do nosso povo. A exemplo do que já ocorreu com outras instituições de caráter regional, possivelmente ocorrerá uma retração de suas operações, fechando-se agências em áreas que ofereçam menor retorno imediato e agindo-se em consonância com estratégias de referência nacional ou internacional que pouco ou nada terão a ver com o Piauí.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não estou aqui assumindo nova postura em relação a esse problema, como o comprovam meu empenho, como Governador, na recuperação do Banco do Estado do Piauí, ou o projeto de lei que apresentei, aqui no Senado Federal, suspendendo a privatização da Cepisa. Não

se trata, igualmente, de uma hostilidade ideológica à desestatização, princípio que considero admissível quando passível de melhorar o atendimento à população e quando não representa obstáculo ao desenvolvimento regional. Em ambos os casos – e certamente em outros – a privatização, no momento, privaria o povo piauiense de instrumentos essenciais à melhoria de sua condição de vida.

Foram o fornecimento de energia e o acesso ao crédito dois dos principais instrumentos que asseguraram a outras regiões do País, no passado, as condições para o desenvolvimento que ostentam hoje. As regiões mais pobres têm direito a um tratamento semelhante, que eleve o bem estar de sua população e permita o crescimento econômico. Tanto no caso da Cepisa quanto do Banco do Estado do Piauí – e certamente em outros – a privatização, no momento, privaria o povo piauiense de instrumentos essenciais à melhoria de sua condição de vida. Acredito, portanto, que o Governador eleito Wellington Dias deverá buscar um entendimento com o novo Presidente para que ambas as privatizações sejam suspensas até que, eventualmente, a participação delas no desenvolvimento do Estado se torne dispensável.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Freitas Neto, o Sr. Maguito Vilela deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Chico Sartori, por vinte minutos.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa, na tarde de hoje, para agradecer de público ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratin de Moraes, pelo atendimento ao nosso pedido feito aqui, em abril do corrente, quando, por meio de um pronunciamento, encaminhamos requerimento de informação dirigido a S. Ex^a, no sentido de autorizar o departamento especializado daquele Ministério para iniciar a sorologia no rebanho bovino de Rondônia, importante providência para determinar a saída do Estado do ciclo do risco da febre aftosa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive com o Ministro Pratin de Moraes, em audiência no seu próprio gabinete. Recebi de S. Ex^a a sua palavra de que brevemente as autoridades competentes estariam atendendo ao nosso pleito. Não foi surpresa para este Parlamentar e também

para os agropecuaristas de Rondônia o referido cumprimento, pois, para a nossa satisfação e alegria, recebemos a confirmação daquele Ministério de que a realização da sorologia no nosso rebanho bovino seria iniciada no mês de setembro.

A nossa expectativa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de que o nosso rebanho possa adentrar na condição da área livre de vacinação, que não haja notícia de atividade viral nas amostras coletadas e, assim, a atividade pecuarista do nosso Estado restabeleça-se, fortalecendo a pecuária de corte, resgatando a exportação da carne com osso e restabelecendo o nosso espaço no mercado comercial.

Sr. Presidente, Rondônia é o primeiro Estado da Região Norte que conseguiu avançar no controle da doença graças à consciência dos nossos pecuaristas e o esforço das nossas autoridades públicas do setor, tanto que levantamentos preliminares indicam que a última etapa de vacinação superou os 98% da etapa anterior.

A sorologia, Sr. Presidente, é um serviço muito criterioso. A sua amostragem foi realizada dentro da proporção regionalizada do rebanho, sendo que a coleta do material foi efetuada em cerca de 8 mil animais. Sendo confirmado o aspecto positivo da sorologia, o rebanho do Estado de Rondônia entrou na área livre de vacinação a partir de agora.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o considerável empenho dos pecuaristas do meu Estado, que tenho a honra e o orgulho de representar no Senado Federal, pois, sem as suas participações nesse processo de imunização do nosso rebanho com certeza não teríamos alcançado esse sucesso.

A pecuária é a base da economia do Estado de Rondônia, Sr. Presidente. Por isso, nesta oportunidade, quero demonstrar, de público, perante este seletivo Plenário, o agradecimento deste Parlamentar e dos produtores rurais de Rondônia ao gestor da Pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro Pratini de Moraes, por ter nos atendido com tanta presteza, inclusive no que diz respeito à liberação de medicamentos, elaborados em laboratório, tais como fungos biológicos, para combater a cigarrinha, tanto nas pastagens como nas plantações de arroz, milho e outros produtos agrícolas.

Sr. Presidente, informo à Casa que, no Estado de Rondônia, ano passado, em um total de 62.226 propriedades rurais, foram vacinadas aproximadamente 8 milhões de rezes. Isso fez com que, no mês de outubro, o

nosso Estado, Rondônia, ficasse livre do estigma da febre aftosa. Hoje, os pecuaristas do Estado de Rondônia, consideram-se inseridos na faixa considerada livre da febre aftosa, podendo, portanto, o nosso produto ser comercializado em outros Estados da Federação e quiçá exportados.

O Estado de Rondônia, Sr. Presidente, foi o primeiro a ter o boi verde, o boi de capim, vendido por 30% a mais do valor de mercado pelo fato de ser criado unicamente na pastagem de capim e não por outros insumos.

Agradeço, mais uma vez, ao Ministro Pratini de Moraes, pela boa vontade de S. Ex^a em atender o nosso Estado. Por intermédio de um pedido nosso e pela luta travada em favor da pecuária de Rondônia, enfim, poderemos comercializar a carne produzida no nosso Estado, como ocorre com os demais Estados da Federação. Sr. Presidente, certamente outras vacinas serão dadas ainda no decorrer deste mês de novembro. E, para a vacinação do próximo ano, estamos aguardando pronunciamento do Ministério da Agricultura em quantas vezes teremos que vacinar o nosso rebanho. Rondônia, a partir de agora, é um Estado livre da febre aftosa, como era do nosso desejo.

Vejam V. Ex^{as}: no mês de abril, um bezerro, no Estado de Rondônia, na cidade de Vilhena, era vendido por R\$230,00 enquanto que o mesmo bezerro, no Estado de Mato Grosso, situado a apenas quatro quilômetros de Rondônia, era vendido por R\$350,00. O mesmo acontecia com a arroba de boi, que, na cidade de Vilhena, custava R\$36,00, no Estado de Mato Grosso, era vendida a R\$41,00. Hoje, Sr. Presidente – repito –, estamos livres do estigma da febre aftosa! Assim sendo, o Estado de Rondônia passará a ser um dos produtores de carne da melhor qualidade neste País.

Portanto, mais uma vez, agradeço ao Ministro Pratini de Moraes pela atenção e apoio de S. Ex^a aos agropecuaristas do Estado de Rondônia, além do esforço para que o Estado ficasse livre da febre aftosa, podendo, assim, o nosso rebanho participar do cenário brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria também de agradecer, em nome de todos os veterinários do Estado e da Idaron, um órgão do Governo do Estado, o empenho para que, nesses três últimos anos, pudéssemos vacinar 100% do rebanho de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em um momento em que a grande discussão nacional é o combate à fome no País, motivada pela determinação e pelo entusiasmo do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, venho a esta tribuna para ressaltar a importância do primeiro e mais importante alimento de nossas vidas: o leite materno.

É com imensa satisfação que acompanho o desenrolar da “Semana Mundial da Amamentação”, uma iniciativa que está beneficiando, somente no Brasil, quase três milhões de crianças com menos de um ano. Não há como negar que o número de bebês atingidos pela campanha deveria ser ainda maior, mas ao mesmo tempo, é animador constatar o grau de envolvimento de alguns setores da sociedade para que o aleitamento materno se transforme em prioridade nacional.

Sr. Presidente, o exemplo mais latente dessa conscientização – da importância da amamentação para a saúde do bebê – está alicerçado na parceria do Ministério da Saúde com outros órgãos federais, estaduais e municipais, além do Ministério das Comunicações, que assina as peças publicitárias de incentivo ao aleitamento materno, também a Empresa Brasileira de Correios passa a desenvolver papel de extrema importância com o Projeto Carteiro Amigo da Amamentação.

Até o dia 30 de novembro, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 18 mil carteiros estarão entregando 2 milhões de folderes educativos nos domicílios de 340 municípios brasileiros. Trata-se, literalmente, de um trabalho de “formiguinha”, de contato direto entre o carteiro, profissional de reconhecida credibilidade no País, e aquela que é a principal responsável pelos primeiros e mais importantes passos do bebê de hoje e, conseqüentemente, do adulto de amanhã.

Nunca é demais lembrar que o incentivo à prática do aleitamento materno exclusivo até os seis meses – ou seja, apenas o leite é necessário para a criança – e da amamentação continuada até os dois anos de idade ou mais é fundamental para reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil, além de melhorar a qualidade de vida do bebê.

Se já não bastasse a concretização do Projeto Carteiro Amigo da Amamentação, é muito bom saber que o Ministério da Saúde também oferece premiação aos profissionais e instituições nacionais que se destacam na promoção do aleitamento materno e na proteção da saúde da criança. Em sua primeira edição, realizada no ano passado, uma das instituições premiadas foi exatamente a Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, segunda maior cidade de Goiás, meu Estado.

Como se vê, cabe aos demais segmentos da sociedade civil organizada, inclusive a nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, o papel de estimular ainda mais as iniciativas de apoio ao aleitamento materno. Atualmente, existem 232 Hospitais Amigos da Criança, em 24 Estados brasileiros. Há também 161 bancos de leite humano funcionando em 25 Estados brasileiros. E, em mais 10 Estados, o projeto Bombeiro da Vida se encarrega de distribuir material educativo e recolher o leite materno para os bancos de leite.

De minha parte, Sr. Presidente, acredito também estar contribuindo para o bem-estar de crianças que sofrem de um drama ainda maior: são filhas de mães portadoras do vírus HIV. O aleitamento materno, nesse caso, aumenta o risco de transmissão do HIV da mãe infectada para a criança que nasceu livre do vírus. Em função disso, as autoridades de saúde recomendam que essas mães não amamentem seus filhos.

Como a epidemia, reconhecem os próprios especialistas, cresce principalmente na camada pobre da população, muitas dessas mães não têm os recursos para comprar o leite de que seus bebês necessitam. Sem alternativa e diante do insistente choro de seus filhos, elas não pensam duas vezes: amamentam os bebês, mesmo sabendo dos riscos a que são submetidos.

Reportagens veiculadas pela imprensa e informações repassadas pelo Grupo Pela Vida de Goiás ampliaram a minha visão sobre a gravidade do problema e fizeram-me apresentar um projeto de lei alterando a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids.

O objetivo da proposição é incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de Aids. O leite em pó seria assegurado durante os primeiros dois anos de vida. O projeto prevê ainda que o Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, padronizará os produtos a serem utilizados e as quantidades a serem fornecidas em cada caso, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

Finalizando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conclamo esta Casa a cumprir duas missões que considero das mais solidárias e de grande alcance social: ampliar o apoio a todas as iniciativas que assegurem o aleitamento materno no País e assegurar a aprovação do Projeto de Lei nº 210, acabando com o drama vivido pelas mães portadoras do vírus HIV e que não podem amamentar.

Eram essas as minhas palavras neste momento, na Semana Mundial de Amamentação. Quero também prestar uma homenagem carinhosa à minha filha, que

está amamentando um casal de gêmeos, Maria Clara e Henrique. Com quase cinco meses de vida, estão sendo sustentados apenas com o leite materno as duas crianças, os meus netos gêmeos.

Essa é a homenagem que quero deixar, neste momento, com muito carinho também à minha filha, à minha queridíssima Maria Teresa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no desempenho de nossa honrosa função na relatoria da Medida Provisória que propôs alterações à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, mais conhecida como Lei Pelé, recebemos número expressivo de propostas de alteração do texto, versando sobre o mandato de dirigentes de entidades de administração do desporto.

Embora com redações ou formatos distintos, todas as emendas tinham como objetivo estabelecer regras básicas para as eleições das federações e confederações das diversas modalidades desportivas. Justificava as propostas a necessidade de por fim às verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção dessas entidades, com resultados não raro nefastos para o desporto brasileiro.

Conquanto concordássemos com a filosofia contida nas emendas apresentadas, deixamos de acolhê-las ante o entendimento de que feririam o disposto no art. 217 da Constituição Federal em relação à autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento.

Esse o impedimento que a presente proposta de emenda à Constituição pretende suplantar. Se, por um lado, não podemos deixar de reconhecer o mérito do preceito incluído na Carta Magna pelos Constituintes de 1988, temos que nos render ao fato de que tal princípio vem sendo usado, no mais das vezes, como pretexto para uma verdadeira apropriação dessas entidades. Sabemos que a própria CBF, federações de esportes em diversos Estados brasileiros, federações de futebol e mesmo clubes de futebol vêm sendo presididos apenas por uma pessoa durante longos 5, 8, 10, 15 anos ou mais. Portanto, a alternativa de poder, qualquer que seja o nível da instituição ou entidade, nos parece fundamental para oxigenação de suas práticas e procedimentos.

Propomos vedar a reeleição, por mais de uma vez, dos dirigentes das entidades de administração do desporto e de quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos, bem como a determinar a inelegibi-

lidade de cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do dirigente eleito para o mandato com exercício imediatamente anterior às eleições.

Não se trata, ao contrário do que poderá ser alegado pelos opositores da medida, de interferência indevida na autonomia jurídica das entidades de administração do desporto. A probidade administrativa, a moralidade no exercício do mandato, a proteção contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função também são princípios consagrados no art. 14 da Constituição Federal e devem ser igualmente defendidos por todos nós. Consideramos que o Estado não pode renunciar a seu papel de normatizar valores sociais, para que a sociedade funcione e evolua sempre em benefício dos cidadãos, e não dos interesses particulares.

Longe de configurar atividade de nível secundário, o desporto deve ser reconhecido como fenômeno social, econômico e cultural, bem como meio efetivo de promoção do homem e melhoria da sociedade. Como tal, deve ser administrado e praticado sempre em função dos interesses maiores da sociedade. Não é por acaso que a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, estabelece ser o desporto integrante do patrimônio cultural brasileiro e de elevado interesse social.

Exatamente hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, irá a Plenário essa emenda constitucional que proíbe mais de uma reeleição para os dirigentes de clubes de futebol e entidades de administração de desporto, inclusive a própria CBF.

E por que isso? Ora, se a própria política limita em apenas uma a reeleição para Prefeitos, Governadores, Presidente da República, por que permitir que um clube de futebol seja dirigido apenas por um presidente durante oito, dez, quinze anos e, às vezes, vinte anos? Por que uma federação – que poderia dar oportunidade a muitos – ou a própria Confederação Brasileira de Futebol serem dirigidas por apenas um homem ou uma mulher, durante dez, quinze anos? É importante que limitemos em apenas uma a reeleição dos dirigentes de clubes de futebol, das Federações e da própria Confederação, para dar oportunidade à alternância de poder. Vamos dar oportunidade à oxigenação na direção dos clubes de futebol brasileiros, hoje tão desgastados justamente por essa seqüência de mandatos apenas de um ou outro, de uma ou outra desportista. É preciso limitar, para que haja renovação, para que haja, afinal, alternância de poder na direção das federações, da confederação e dos clubes de futebol. Analisamos isso ao longo de muitos anos. Quão tem sido prejudicial a manutenção de apenas um no comandando dos clubes, das federações e da própria CBF durante muitos anos. Portanto, conto, hoje, com

o apoio de todo o Senado da República, de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras, para que possamos aprovar essa emenda constitucional e acabar com essa farra de dinastias na CBF, nas federações e nos clubes de futebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa convida os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que não sem encontram no plenário a aqui comparecerem, pois haverá votação nominal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, antes de entrar propriamente nas matérias a serem votadas, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou ocupando a tribuna para saudar o meu partido, o PMDB, pela posição cautelosa e firme que adotou, ontem, em uma reunião realizada com todas as Lideranças, principalmente com os cinco Governadores eleitos, quando decidiu abrir uma discussão e tomar posição no sentido de permitir que o próximo governo tenha apoio para a governabilidade.

Isso mostra o bom-senso que o Partido está tendo. Embora não conheça as propostas do próximo governo, o País é de todos nós, e, dessa maneira, temos de permitir a governabilidade.

Creio que esta vai ser, mais ou menos, a tônica desta Casa. Todos nós, independentemente de partido, devemos apoiar as medidas necessárias, principalmente as reformas tributária, política, do Judiciário e da Previdência, as quais almejamos. Tenho certeza de que nenhum parlamentar desta ou da outra Casa se furtará a votar aquelas medidas que realmente tragam a modernidade e também o progresso.

Hoje vi, com tristeza, que, no conjunto das nações, caímos mais uma posição. Passamos a ser a 12ª economia do mundo. Já ocupamos a 8ª posição. Temos caído exatamente porque o nosso arcabouço legislativo não é moderno o suficiente para enfrentar o mundo globalizado.

Sei que o Presidente eleito vai enfrentar problemas e vai precisar desta Casa. Ele mesmo veio aqui numa surpreendente visita, que mostrou o quanto está interessado no diálogo com o Congresso e na construção de um novo pacto social. Quarenta e oito horas após a sua eleição, aqui estava o Presidente eleito exatamente dizendo do interesse em manter esse diálogo.

Sei que ele terá problemas sérios a enfrentar, como a reforma do Judiciário, que acabei de citar. O novo Governo também enfrentará a reforma da Previdência, que hoje tem um déficit de aproximadamente R\$60 bilhões. Sei que também urge a reforma fiscal, tributária. Além disso, temos propostas que estão tramitando nesta Casa, como, por exemplo, a da independência do Banco Central, que foi regulamentada desde 1994, como previsto na Constituição, permitindo que o Banco Central tivesse essa independência. Todos esses problemas são urgentes, são emergenciais. Muitos deles são amarras, âncoras que não permitem o avanço do Brasil; pelo contrário, estão freando o curso da nossa Nação nesse caminhar da economia.

É óbvio que não podemos mais ficar esperando. O México e a Espanha já nos passaram.

Ontem, o meu Partido, o PMDB, tomou uma decisão importante: o apoio ao próximo governo com vistas à governabilidade. Ao mesmo tempo, contudo, vai adotar uma postura propositiva em relação às reformas, e vai apoiar aquelas que forem importantes para esse avanço brasileiro.

Então, ocupo a tribuna, Sr. Presidente, em um breve discurso, apenas para saudar o nosso Partido, o PMDB, e dizer que nós, peemedebistas, continuamos com o mesmo espírito de independência, mas também de brasilidade, preocupados com a governabilidade, não querendo nunca fazer o que já foi feito algumas vezes na política brasileira: a oposição sistemática. Não! Nós, do PMDB, não faremos uma oposição sistemática; pelo contrário, vamos apoiar tudo o que seja possível, mas sempre ponderando, discutindo e tratando de forma institucional. Não queremos agir isoladamente, tudo faremos de forma institucional.

Considero um avanço, um gesto de prudência, mas, ao mesmo tempo, de boa vontade e de confiança. Assim como todos os brasileiros, estamos com muita esperança, muita confiança, mas com a prudência de debater cada problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 352/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de titular, e o Deputado Cornélio Ribeiro (PL/RJ), na qualidade de suplente, em

substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 75, de 2002, que Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 353/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Medeiros (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Bispo Rodrigues (PL/RJ), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 76, de 2002, que “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 354/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de titular, e o Deputado João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 77, de 2002, que “Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 355/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Almeida de Jesus (PL/CE), na qualidade de titular, e o Deputado Badu Picanço (PL/AP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 69, de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 356/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Bispo Rodrigues (PL/RJ), na qualidade de titular, e o Deputado Mário Assad (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 70, de 2002, que “Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco do PL/PSL.

OF. Nº 357/02 – BP.

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Juquinha (PL/GO), na qualidade de titular, e o Deputado Cornélio Ribeiro (PL/RJ), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Co-

missão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 71, de 2002, que “Altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 358/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Cornélio Ribeiro (PL/RJ), na qualidade de titular, e o Deputado José Aleksandro (PSL/AC), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 73, de 2002, que “Revoga o art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 359/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Medeiros (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado De Velasco (PSL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 74, de 2002, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 360/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Valdeci Paiva (PSL/RJ),

na qualidade de titular, e o Deputado De Velasco (PSL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 65, de 2002, que “Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 361/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado José Aleksandro (PSL/AC), na qualidade de titular, e o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 66, de 2002, que “Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoa jurídica, a legislação aduaneira, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 362/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Philemon Rodrigues (PL/MG), na qualidade de titular, e o Deputado Oliveira Filho (PL/PR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 67, de 2002, que “Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do – Bloco PL/PSL.

OF. Nº 363/02 – BP

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Oliveira Filho (PL/PR), na qualidade de titular, e o Deputado Philemon Rodrigues (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 68, de 2002, que “Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Ofício nº 933-L-PFL/02

Brasília, 5 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Wilson Braga para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Carlos Coutinho.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OF. GLPMDB Nº 166/2002

Brasília, 6 de novembro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Fernando Ribeiro, como membro titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Gilberto Mestrinho e este como suplente, em substituição ao primeiro citado, na Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização – CMO/2003.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 524, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 5, 6, 7 e 8 sejam submetidas ao Plenário em 2º, 3º, 4º e 5º lugares.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2002. – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão deliberativa ordinária do dia 31 de outubro de 2002, foi aprovado requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, com a ressalva de que só constaria da pauta da Ordem do Dia devidamente instruído com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a qual foi distribuído.

Tendo em vista que aquele Colegiado já aprovou seu parecer sobre a matéria e que hoje transcorre a segunda sessão deliberativa ordinária após a aprovação do requerimento, a Presidência inclui o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, como item nº 1 da Ordem do Dia da presente sessão, informando que cópias do parecer e do projeto encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores nas suas respectivas bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2001, que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que prorroga os contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa de Correios e Telégrafos – ECT e as Agências de Correios Franqueadas – ACF.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania encaminhou à Mesa parecer, cujo Relator é o Senador José Fogaça, concluindo favoravelmente ao Projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ, de redação, que se encon-

tra distribuída em suas bancadas e será publicada na forma regimental.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.020, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, que prorroga o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Para os fins previstos no art. 65 da Constituição Federal, bem como da regra do art. 134 do Regimento Comum, vem à consideração desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o anexo Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, que tem por objetivo prorrogar o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Fundamentalmente, a proposição está contida em seus arts. 1º e 2º, cujo texto é o seguinte:

“Art. 1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT manterá os contratos de exploração de serviços celebrados com as Agências de Correio Franqueadas (ACF), a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por cinco anos, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 2º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) encaminhará à Câmara dos Deputados relação das Agências de Correio Franqueadas (ACF) que tiverem seus contratos prorrogados na forma prevista no art. 1º, no prazo de sessenta dias contados a partir da publicação desta lei.”

II – Análise

A Lei nº 9.074, de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, prevê o seguinte:

“Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:

.....

VII – os serviços postais.

Parágrafo único. Os atuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) com as Agências de Correio Franqueadas (ACF) permanecerão válidos pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliação indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder à data limite de 31 de dezembro de 2002.”

Tendo em vista as razões socioeconômicas apresentadas em justificacão à iniciativa, quais sejam, o interesse da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que tem nessas agências grande suporte de execução eficiente de serviços de forma descentralizada, geradoras, aliás, de excelentes receitas operacionais e, de outro, o interesse social de mais de trinta mil empregos diretos e mais de vinte mil empregos indiretos, é mais do que razoável a aprovação do presente projeto de lei que, uma vez transformado em direito positivo legislado, propiciará a prorrogação por mais cinco anos dos contratos de exploração dos serviços postais em referência.

O único senão que vislumbramos no projeto é a referência apenas à Câmara dos Deputados constante de seu art. 2º, quando o correto será o encaminhamento alvitado ao Congresso Nacional. Mas isso não impede a aprovação da matéria, bastando apenas o oferecimento de uma emenda de redação, que será aposta no contexto próprio deste parecer.

III – Voto

O art. 22 da nossa Lei Fundamental estatui que é da competência privativa da União legislar sobre serviços postais (inciso V), sendo o Congresso Nacional competente para legislar sobre o tema, como, aliás, já o fizera anteriormente.

Assim sendo, e tendo em conta a observância das normas constitucionais e regimentais pertinentes, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

No art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, substitua-se a expressão “Câmara dos Deputados”, pela expressão “Congresso Nacional”.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2002. – **Bernardo Cabral**, Presidente; **José Jorge**, Relator; **Ricardo Santos**; **Luiz Pastore**; **Amir Lando**; **Maria do Carmo Alves**; **João Alberto Souza**; **Bello Parga**; **Iris Rezende**; **Romeu Tuma**; **Osmar Dias**; **Fernando Ribeiro**; **Antonio Carlos Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1-CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.021, DE 2002

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682, de 2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, consolidando a Emenda nº 1, de redação, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de novembro de 2002. – **Ramez Tebet; Mozarildo Cavalcanti; Ronaldo Cunha Lima; Carlos Wilson.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.021, DE 2002

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem).

Prorroga o prazo constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT manterá os contratos de exploração de serviços celebrados com as Agências de Correio Franqueadas – ACF, a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 2º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT encaminhará ao Congresso Nacional relação das Agências de Correio Franqueadas – ACF que tiverem seus contratos prorrogados na forma prevista no art. 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa convoca, mais uma vez, as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que venham ao plenário, porque teremos votação nominal.

Item 4:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2002**

(Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 524, de 2002, lido e votado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2002 (nº 1.209/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitário Paixão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pardinho, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 577, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2002**

(Nº 1.209/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitário Paixão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pardinho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 541, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitário Paixão FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pardinho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. – Deputado **Aécio Neves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2002**

(Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 524, de 2002, lido e votado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2002 (nº 1.211/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 578, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Benício Sampaio.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2002**

(Nº 1.211/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprovo o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí – ADCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 544, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí – ADCC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. – Deputado **Aécio Neves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa reitera o apelo para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores venham ao plenário, porque teremos votação nominal.

Item 6:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 145, DE 2002**

(Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 524, de 2002, lido e votado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2002 (nº 1.220/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquet Carneiro, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 579, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 145, DE 2002**

(Nº 1.220/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquet Carneiro, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 566, 18 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquet Carneiro, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. – **Aécio Neves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2002**

(Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 524, de 2002, lido e votado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2002 (nº 1.228/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 580, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2002**

(Nº 1.228/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a FADIP – Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 675, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a FADIP – Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ainda temos três propostas de emenda constitucional. Portanto, a Mesa volta a insistir para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores venham ao plenário a fim de que possamos discutir e

votar as matérias que dependem de **quorum** qualificado.

Como o Regimento permite que se aguarde dez minutos, a Presidência usará o dispositivo regimental, dado o interesse que a matéria desperta em alguns dos Srs. Senadores que se encontram em plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos que as Sr^{as} e os Srs. Senadores venham ao plenário, quero fazer um registro que considero muito importante para a minha terra, Roraima. Gostaria de informar que a Escola Técnica Federal de Roraima está sendo “cefetizada”, ou transformada em Centro Federal de Ensino e Tecnologia (Cefet), ainda no final deste mês. Esse, portanto, é um assunto extremamente importante para o nosso Estado.

A Escola Técnica foi criada por intermédio de uma lei do Senador Mozarildo Cavalcanti e implantada quando fui Governador, sendo hoje, sem dúvida nenhuma, uma referência de ensino no nosso Estado.

Assim, gostaria de parabenizar todos os servidores e também o Diretor Emanuel Alves de Moura. Tenho certeza de que o Centro Federal de Ensino e Tecnologia vai ser motivo de orgulho para o nosso Estado, pois vai ampliar a capacitação de jovens que hoje procuram caminhos para exercer a sua profissão.

Quero parabenizar a Escola Técnica e agradecer ao Ministro Paulo Renato a ação pronta de transformar a Escola Técnica de Roraima em Centro Federal de Ensino e Tecnologia.

Também gostaria de pedir a transcrição da matéria do jornal **Folha de Boa Vista**, Sr. Presidente, que registra todo o andamento desse processo que tanto nos honra.

Muito obrigado.

.....

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

.....

Escola Técnica: a um passo de se tornar Centro de Ensino Superior

A Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) está aguardando a publicação do decreto que transformará a instituição em Cefet (Centro Federal de Ensino e Tecnologia). A previsão é que isso aconteça até o final deste mês, segundo o diretor geral Emanuel Alves de Moura.

Com a transformação, a instituição estará autorizada a oferecer curso superior nas mais variadas áreas. O passo para ser transformada em instituição de ensino superior ocorreu no início do mês passado, quando a direção encaminhou ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) um projeto do curso superior de Tecnologia em Turismo.

A comissão que avaliou o projeto deu conceito B, que é considerado "Muito Bom". Também foi aprovado o plano institucional da escola e analisados os itens recursos humanos, infra-estrutura e as possibilidades da instituição contribuir com o desenvolvimento do Estado oferecendo cursos de nível superior.

"O MEC entendeu que mais uma instituição pública poderá alavancar o desenvolvimento do Estado se oferecer curso superior. Roraima é o terceiro estado da região Norte a ser transformado em Cefet porque tecnicamente já preenchemos todos os requisitos", disse o diretor.

Emanuel Moura ressaltou que hoje a ETFRR dispõe de 25 mestres e três doutorando no quadro de funcionários. Logo após a publicação do decreto a direção providenciará o vestibular, que deverá ocorrer em junho de 2003, com início das aulas no mês de agosto.

"Com essa transformação, a escola terá autonomia para oferecer outros cursos superiores", adiantou. Segundo ele, já está em estudo dois cursos inovadores na área de licenciatura: Formação de professores em Língua Espanhola e Formação de professores em Educação Física.

"Esses também precisarão da autorização do MEC. O de Formação de Professores em Língua Espanhola é inovador por não existir em nenhuma universidade. O que existe é formação em Letras com habilitação em Língua Estrangeira. Já o de Formação em Educação Física precisa de autorização pelo fato de não existir na UFRF", explicou.

Moura esclareceu que o fato da escola ser transformada em Cefet não significa dizer que os demais cursos serão extintos. "Pelo contrário, vamos continuar com os cursos de educação profissional de nível básico técnico e o de ensino médio. Vamos verticalizar o ensino", complementou.

Logo após ser publicado o decreto, o diretor ressaltou que a instalação do Cefet será marcada por uma solenidade, que acontecerá no mês de dezembro, com a participação de representantes e do secretário do Ministério da Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a será atendido na forma regimental. (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Senadores, como é evidente a falta de **quorum** para debatermos as propostas de emenda constitucional, transiro todas as que estão sobre a mesa para o próximo dia 13, quarta-feira. Em consequência, retornaremos à lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São os seguintes os itens adiados:

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal), tendo

Parecer sob nº 543, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro último, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 32, DE 2001

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo, tendo

Parecer sob nº 236, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de maio último, ocasião em que foi retirada de pauta por falta de quorum qualificado.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de

2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de maio último, ocasião em que foi retirada de pauta por falta de quorum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta tarde modorrenta, quando não há **quorum** sequer para votar, para fazer algumas considerações a respeito do momento que vive o País, com a eclosão de entusiasmo popular comovente diante da eleição de um homem vindo das camadas mais humildes da população, um político de esquerda que acena com a possibilidade de uma mudança profunda no País.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, parece que uma parte das elites brasileiras ainda não tomou conhecimento das mudanças que estão ocorrendo no seio da sociedade.

Agora mesmo está ocorrendo uma pressão de governadores sobre o Presidente eleito para que as dívidas dos Estados sejam refinanciadas. Já disse a um jornal que, se o futuro Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ceder a essas pressões, o governo dele acabará antes de começar.

A situação de alguns Estados é difícil, mas porque não fizeram o ajuste fiscal devido. Se tivessem feito, não estariam atravessando essa situação. Os Estados que agiram com responsabilidade fiscal estão hoje em situação folgada, ainda que com o peso da dívida. É preciso muita falta de sensibilidade dos governadores para não entenderem que essa renegociação – se ocorrer – só poderá ser feita em outro contexto; depois, talvez, de ter sido feita a reforma tributária e com as contas públicas rigorosamente equilibradas.

Por outro lado, vejo com preocupação – e V. Ex^a será o estuário dessas queixas – um movimento no sentido de reajuste dos subsídios dos Parlamentares. Existe,

inclusive, proposta de nos igualar aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que reajustaram os próprios vencimentos para mais de R\$17 mil.

Sr. Presidente, é claro que os Parlamentares estão com seus subsídios defasados. Quando entrei nesta Casa, percebia R\$8 mil. Oito anos depois, estou percebendo R\$8.250,00, brutos; líquidos, menos de R\$6 mil. São, portanto, oito anos de congelamento efetivo. É claro que os Parlamentares mais pobres, que vivem disso, estão passando dificuldades. Reconheço isso. Dizer que um Parlamentar ganha muito é uma inverdade. Para a responsabilidade do cargo, a remuneração é muito baixa, todos haverão de reconhecer. Está inviabilizando a sobrevivência daqueles que vivem exclusivamente dos subsídios e ainda têm compromissos com os partidos, o que reduz sua renda mensal a pouco mais de R\$3 mil, se muito. A situação começa a ser dramática.

Mas o que gostaria de ponderar com os meus Colegas, sem nenhuma demagogia, é a inoportunidade do movimento. Creio que o reajuste dos nossos subsídios deverá vir no bojo também de um reajuste geral dos servidores públicos, principalmente daqueles que não tiveram reajuste algum, igualmente.

Creio que, ainda que justo, será um erro o reajuste apenas dos Parlamentares. Parece-me impróprio dar como exemplo os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eles erraram – e digo isso explicitamente, com todas as letras – quando se atribuíram aumento de R\$11 mil para R\$17 mil. Não deveriam ter feito isso. Deram um péssimo exemplo à sociedade. Eles não são intocáveis. Portanto, eu os critico daqui, sim, com o devido respeito. Os maus exemplos não devem ser imitados.

Creio, Sr. Presidente – e a minha posição é esta –, que merecemos um reajuste, sim, porém não devemos fazer isso isoladamente, porque será mal recebido e não será bom para a instituição parlamentar.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o último dia quatro até o próximo dia dez deste mês, é comemorada em todo País a Semana Mundial da Amamentação. Normalmente, essa Semana é celebrada em 120 países, na primeira semana de agosto. No entanto, aqui no Brasil, devido ao período eleitoral, ela foi adiada e está sendo realizada em novembro.

Anualmente, a Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (Waba) escolhe um tema a ser discutido em todo o planeta durante a Semana Mundial da

Amamentação. O tema deste ano é “Amamentação: Mulheres e Bebês Saudáveis”. Durante toda a semana comemorativa serão realizados debates e encontros sobre a importância do aleitamento materno exclusivo – ou seja, sem o uso de qualquer outro tipo de alimento ou bebida – até os seis meses de idade da criança.

Trata-se de uma ação global, voltada a estimular o aleitamento materno, de fundamental importância, especialmente se notarmos que o Banco de Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre Amamentação cobre atualmente 94 países e engloba 65% da população mundial com menos de 12 meses de vida. As informações indicam que apenas 35% desses bebês recebem exclusivamente leite materno entre zero e quatro meses de idade.

Frente a esse quadro, a Semana Mundial da Amamentação em 2002 tem como objetivos centrais:

- Reintroduzir a amamentação como parte integrante da saúde e do ciclo reprodutivo das mulheres;
- Aumentar a consciência em relação aos direitos das mulheres às práticas humanas e não abusivas de parto;
- Promover a Iniciativa Mundial de Grupos de Apoio à Mãe para Amamentação (Gims).

Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando esse evento significativo para a saúde das crianças e da mulher, queremos também destacar o trabalho que vem sendo realizado em nosso Estado, o Rio Grande do Sul, por ocasião da Semana Mundial da Amamentação. Até o próximo dia 10, a Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS), por meio da Política de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, estará repassando material impresso e educativo às 19 Coordenadorias Regionais de Saúde. Também estará divulgando os principais projetos desenvolvidos no Rio Grande.

De acordo com a nutricionista Maria Luiza Braun, responsável pelas ações de aleitamento da SES/RS, o Hospital Amigo da Criança é uma iniciativa que está aumentando consideravelmente as taxas de aleitamento materno no Estado, assim como em todo o País.

No Brasil, são 223 os hospitais que receberam o título de “Amigos da Criança” – conferido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, em conjunto com secretarias estaduais e municipais – porque adaptaram seus procedimentos no pré-natal, no parto e no pós-parto para apoiar e estimular as mães a amamentarem seus bebês. Um trabalho pioneiro, extremamente louvável.

No Rio Grande do Sul, 11 instituições já receberam o título de “Amigo da Criança”. Nossos cumprimentos aos diretores, médicos, enfermeiros e demais funcionários dessas instituições, pelo trabalho altamente qualificado e abnegado que desenvolvem.

Em nosso Estado, também devemos destacar a parceria fundamental firmada com os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – exatamente, os senhores ouviram –, que, desde 2001, participam da Semana Mundial da Amamentação, de um trabalho de esclarecimento. Neste ano, no Rio Grande, 653 carteiros, de 24 Municípios gaúchos, estarão empenhados em entregar, durante o mês de novembro, material impresso educativo em todas as casas onde houver gestantes ou mães de bebês.

Todos os funcionários e funcionárias da ECT envolvidos nessa tarefa foram capacitados por técnicos da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul para orientar e dirimir as principais dúvidas da população sobre o aleitamento. Aos funcionários da ECT do Rio Grande do Sul eu também quero estender os nossos cumprimentos pelo excelente serviço de utilidade pública prestado em benefício das futuras gerações e das mulheres brasileiras.

Faz ainda parte das atividades da Semana da Amamentação no Rio Grande do Sul a inclusão dos sete Bancos de Leite do Estado no Programa Nacional de Qualidade em Banco de Leite Humano, por iniciativa da SES/RS. Em outubro, técnicos das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde e das Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipais foram capacitados para fiscalizar o cumprimento da Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.

A nova legislação, como é do conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores, editada em agosto de 2002 pelo Ministério da Saúde proíbe a propaganda em rádio, jornal e televisão de bicos, chupetas e mamadeiras, além de determinar normas para a rotulagem dos alimentos infantis – medidas que foram discutidas no Congresso Nacional, inclusive nesta Casa, defendidas pela Banca da Feminina do Congresso Nacional, e visam estimular a amamentação.

A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento exclusivo até o sexto mês de vida como ação importante para a saúde tanto da mãe quanto da criança. No Brasil, segundo levantamento realizado ainda em 1999, em todas as capitais e no Distrito Federal, a taxa de aleitamento materno exclusivo no primeiro mês de vida ficou em 53%, e, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 59,9%.

São resultados que evidenciam a atenção, a seriedade e o compromisso com que o Governo Democrático e Popular do Rio Grande trata desse assunto, reconhecendo sua importância fundamental para a sobrevivência e qualidade de vida de nossas crianças e suas mães.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a amamentação é reconhecida como fundamental para proteger, promover e apoiar a saúde dos bebês e crianças pequenas. Diversos estudos indicam que o leite materno possibilita o melhor desenvolvimento do cérebro da criança, melhora suas condições fisiológicas em geral e é um fator vital de prevenção de doenças. Desta forma, o aleitamento materno pode salvar as vidas de mais de 1,5 milhão de bebês que morrem todos os anos de doenças simples como diarreia e pneumonia.

Dentre os benefícios às mulheres, devemos destacar que o aleitamento materno é a continuidade psicológica fundamental da gravidez e do parto. O aleitamento exclusivo também pode estimular o próprio sistema imunológico feminino, ajudar a retardar uma nova gravidez e reduzir a necessidade de insulina em mães diabéticas. Em longo prazo, também ajuda a mãe a evitar a osteoporose, bem como os cânceres de mama e de ovário. Em média, com essa prática, seriam evitados 25 mil casos de câncer de mama que acometem mulheres em todo o mundo a cada ano. Cientistas ingleses descobriram que o risco de uma mulher desenvolver esse tipo de câncer diminui em cerca de 43% para cada doze meses em que ela amamentou. O risco cai mais 7% por criança nascida. Eis, pois, um motivo a mais para incentivarmos o aleitamento materno.

Mundialmente, a saúde é reconhecida como direito humano fundamental. O direito das meninas e mulheres às melhores condições de saúde inclui o direito à informação completa e confiável; o direito à escolha e decisão quanto aos cuidados com sua saúde, reprodução e alimentação infantil; direito à privacidade e confidencialidade e a condições saudáveis no local de trabalho e ambiente em que vive ou estuda.

Mulheres com boas condições de saúde têm maiores chances de conceber bebês saudáveis. No entanto, mesmo as mulheres que não têm condições ideais de saúde podem dar à luz e amamentar seus filhos e filhas sem problemas. Todas necessitam, em todos os momentos de seu ciclo reprodutivo, de apoio e cuidados para si mesmas e suas famílias.

Sr. Presidente, cabe ao Poder Público garantir o acesso aos serviços de saúde para o bem-estar geral da mulher e de seus filhos. No entanto, sabemos que o Brasil ainda tem muito a avançar em relação a essa garantia fundamental. Os dados da mortalidade infantil em nosso País ainda são constrangedores, de acordo com o Uni-

cef. Em 2000, chegou a 29,6 por mil crianças nascidas vivas; a Argentina teve 18; o Uruguai, 15; o Chile, 10; Cuba, 7, e países de renda alta de 4 a 7 por mil nascidos vivos.

Não temos ainda a garantia de leitos para a internação em maternidades nas várias regiões do País. A atenção ao recém-nascido é insuficiente, com número limitado de leitos em UTIs neonatais, provocando superlotação em várias unidades hospitalares com graves conseqüências. A promoção da saúde da gestante e da criança não tem sido uma preocupação prioritária para a redução das complicações na gestação, parto e dos agravos à saúde do recém-nascido.

Portanto, não temos dúvida de que a saúde da mulher e das crianças brasileiras, além da fome, da habitação, da geração de emprego, da distribuição de renda, será tema da mais alta prioridade no Governo de nosso Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. No atendimento das crianças e adolescentes, respeitadas as necessidades regionais, são compromissos do próximo Governo, dentre outros:

- impulsionar políticas públicas para a atenção à saúde da mulher e da criança;
- garantir assistência a gestantes, com pré-natal e vinculação às maternidades;
- incentivar a assistência ao parto humanizado e ao recém-nascido, valorizando os Hospitais Amigos da Criança;
- estimular o aleitamento materno e a ampliação dos bancos de leite humano;
- ampliar a oferta de leitos em UTIs neonatais;
- incentivar o alojamento conjunto, a atenção integral nas diferentes fases de crescimento e desenvolvimento da criança;
- promover a atenção especial ao combate à violência infantil, seja ela doméstica, sexual e/ou simbólica.

Nosso Governo, o Governo do nosso Presidente Lula, assumirá o compromisso de assegurar tratamento diferenciado e efetivo para a população feminina, priorizando as seguintes ações públicas:

Redução dos coeficientes de mortalidade materna por meio:

- do acesso a serviço de saúde de boa qualidade a todas as mulheres gestantes, incluindo o atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto;
- do acesso a leitos de maternidade para todas as gestantes;

- de mecanismos de referência e contra-referência e de laboratórios como forma de reduzir a mortalidade materna;

- do incentivo ao funcionamento de comitês de prevenção à morte materna com a participação da sociedade civil;

- do acesso à informação sobre todos os métodos de planejamento familiar, respeitando a livre escolha das mulheres;

- da implementação de estratégias para o atendimento ao parto humanizado; e

- do incentivo ao atendimento nos serviços de saúde da rede pública para mulheres e adolescentes em situação de violência sexual e doméstica, por meio de ações integradas multidisciplinares.

Também estão previstas para as mulheres em geral:

- redução dos índices de incidência do câncer – de colo de útero e mama, especialmente – por meio de ações preventivas e educativas e do atendimento nas unidades de saúde e nos hospitais de referência, com garantia da realização de exames diagnósticos e de tratamento para os casos positivos; e

- desenvolvimento da atenção integral à saúde da mulher, no período de climatério e na terceira idade.

Dessa forma, neste novo momento da história do Brasil, devemos garantir os avanços almejados pela sociedade brasileira e reivindicados em anos de luta do atuante movimento de mulheres em nosso País, visando a melhoria da qualidade de vida de nossa população desde os primeiros instantes de vida.

Registramos a importância de termos uma campanha nacional de estímulo à amamentação das nossas crianças, pedindo para que todos os Estados e Municípios deste País atentem para esse assunto, pois falar da saúde da mulher e da criança é garantir e prolongar a vida, cada vez mais, de todas as pessoas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Presidente Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, o Senador mais votado do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Carlos Wilson, obrigado pela referência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na segunda-feira desta semana, participei de um evento muito importante, a que estavam presentes algumas autoridades do Rio Grande do Sul, Estado do Senador Pedro Simon. Estávamos em Curitiba, comemorando os 100 anos de existência do Sistema de Crédito Cooperativo do Brasil, o Sicredi, que, hoje, só no Paraná, já tem mais de uma centena de agências e tem como meta, até o ano de 2005, estar instalado em todos os Municípios do Paraná, financiando, em especial e com prioridade, pequenos e médios agricultores.

É claro que a presença dos gaúchos naquele evento se deu porque esse sistema de crédito foi criado no Rio Grande do Sul, em 1902, portanto há 100 anos, por um padre europeu que trouxe a experiência do crédito cooperativo para o Brasil e instalou a primeira cooperativa de crédito, evidentemente em instalações rudimentares. A credibilidade do sistema cooperativo brasileiro ajudou a consolidar esse sistema de crédito para financiar a agricultura brasileira.

Não tenho dúvida de que, como acontece nos países europeus mais desenvolvidos, onde, aliás, o cooperativismo começou, teremos, em alguns anos, o crédito cooperativo, o Sicredi, sendo sustentáculo econômico das cooperativas brasileiras. Também não tenho dúvida de que o Governo, que se afasta há algumas décadas do financiamento da produção agropecuária do País, vai transferir, aos poucos, essa responsabilidade para a iniciativa privada, em especial para as cooperativas organizadas com o seu banco de crédito, o Sicredi.

Isso é muito importante, porque, se há uma dificuldade evidente do Governo Federal em financiar a produção agropecuária, é preciso que algum instrumento moderno o substitua. O Governo, principalmente por intermédio do Banco do Brasil, financiava o plantio, a comercialização das safras e o sistema produtivo nacional, em especial o da agropecuária.

Nós temos mesmo que comemorar esse aniversário de 100 anos do sistema de crédito.

Mas, Sr. Presidente, quero falar também sobre o Projeto de Lei do Cooperativismo, de minha autoria, que há quase três anos está no Senado Federal e ainda não teve seu relatório sequer apreciado. Num primeiro instante, houve a designação do relator, Senador Francelino Pereira, que, por algumas razões pessoais, não fez o relatório e passou essa responsabilidade para o Senador Leomar Quintanilha.

Sr. Presidente, fiz questão de falar, hoje, desta tribuna, para fazer um apelo ao Senador Leomar Quintanilha: que S. Ex^a apresente seu relatório, porque existem três projetos que modernizam a legislação cooperativista no Senado Federal – o projeto de minha autoria, o projeto de autoria do Senador José Fogaça e o projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

É claro que defendo o meu projeto, e tenho uma razão muito especial para considerá-lo o mais apropriado e oportuno: é que ele foi escrito pelas cooperativas brasileiras dentro do espírito que inspirou a sua criação.

Pelo princípio de que as cooperativas brasileiras é que entendem melhor qual é o verdadeiro espírito do cooperativismo e qual deve ser o caminho a ser seguido pelas cooperativas de produção, de trabalho, pelas cooperativas médicas, enfim, pelas cooperativas prestadoras de serviço, é que estou defendendo que o meu projeto seja apreciado urgentemente pelo Senado Federal. Se esse projeto tivesse sido transformado em lei, não estaríamos agora sendo obrigados a lutar pela isenção do PIS e do Cofins. Inclusive, a Câmara dos Deputados deve votar hoje a medida provisória que tem como um dos objetivos isentar as cooperativas brasileiras e a exportação da agroindústria brasileira do PIS e Cofins, porque há hoje o entendimento no Brasil de que se não aumentarmos o volume das exportações, não faremos a economia crescer e, por conseqüência, não vamos criar os empregos necessários para abrigar o enorme contingente de trabalhadores desempregados que hoje aguardam uma solução para este que é o maior problema do Brasil, o desemprego.

Se há a consciência de todos os Partidos, tanto dos Partidos que hoje estão no Governo quanto dos Partidos que estarão no Governo a partir do dia 1º de janeiro, de que é preciso fazer que a economia cresça, de que é preciso abrir novos mercados, de que é preciso dar ao Brasil poder de competir com mais eficiência, é preciso considerar que devemos aprovar a medida provisória que contém a proposta de isenção do PIS e Cofins. Só que isso se tornou necessário porque não se votou a tempo o projeto de lei que apresentei para modernizar a legislação cooperativista em nosso País.

Defendo, no meu projeto, não apenas a isenção do PIS e Cofins para as cooperativas, mas que as cooperativas de trabalho e as cooperativas médicas também sejam isentas do pagamento dos 15% de seguridade social que hoje praticamente tiram a sua capacidade de competir, porque, evidentemente, as empresas da iniciativa privada que não estão organizadas em cooperativas e que não pagam os 15% de seguridade social acabam sendo beneficiadas e as cooperativas que deveriam ser estimuladas a se

organizar são desestimuladas e muitas delas, inviabilizadas.

Eu defendo a aprovação deste projeto como forma de estabelecermos um novo patamar de desenvolvimento das nossas cooperativas. Não é possível ignorar que foram as cooperativas brasileiras as responsáveis pelo desenvolvimento agroindustrial do nosso País, porque 60% da produção agropecuária dos Estados do Sul e uma boa parcela da produção agropecuária do Brasil são, hoje, comercializadas por cooperativas; portanto, são produzidas por cooperados ligados a um tipo de cooperativa no Brasil.

Devemos reconhecer a importância deste modelo cooperativista que se instalou para desenvolver, ao lado do cooperativismo de crédito, o cooperativismo da produção e do trabalho, para que tivéssemos este avanço significativo que a agricultura brasileira experimentou, especialmente nos últimos anos.

Lembro que, no início dos anos oitenta, o Brasil plantava a mesma área que planta hoje e a produção era a metade da atual, o que significa que, praticamente, duplicamos a produtividade em função do alto nível de tecnologia que hoje temos na nossa agricultura. Devemos isso, sem nenhuma dúvida, a este instrumento muito poderoso que representa o cooperativismo brasileiro.

Por essa razão, Sr. Presidente, faço um apelo ao Senador Leomar Quintanilha, para que elabore o relatório a respeito do meu projeto de lei que tenta modernizar a legislação do cooperativismo, de modo que os Senadores possam votá-lo. Solicito também à Mesa que participe deste esforço, a fim de que votemos ainda nesta legislatura o projeto de minha autoria, porque, se ingressarmos no próximo ano com todas as reformas a serem apreciadas nesta Casa, dificilmente teremos oportunidade de votar a proposição atinente ao cooperativismo.

Peço a atenção da Mesa, do Senador Leomar Quintanilha, Relator do projeto, e dos Senadores que presidem as Comissões nas quais tramita este Projeto de Lei do Cooperativismo. Aqui está o Senador Lúcio Alcântara, membro da Comissão de Assuntos Econômicos, a quem faço um pedido especial: que coloque o Projeto de Lei do Cooperativismo na pauta da reunião de terça-feira da próxima semana, a fim de que a Comissão o aprecie, e nós possamos pedir urgência para votá-lo aqui no plenário. É o que solicito ao Senador Leomar Quintanilha, que já deveria ter apresentado o relatório, mas que, por alguma razão, ainda não o fez.

Pretendo fazer, na próxima semana, um requerimento. Caso este relatório não seja apresentado, vou pedir que o projeto venha diretamente ao plenário do Senado, para que seja apreciado aqui, porque há mais de dois anos estou aguardando o relatório para votarmos o

Projeto de Lei de Modernização do Cooperativismo brasileiro.

É o apelo que faço a todos aqueles que têm a responsabilidade de proporcionar ao cooperativismo brasileiro uma lei que permitirá o seu fortalecimento, que implicará também o fortalecimento da agricultura e da agroindústria brasileiras, setores fundamentais para a criação de empregos e para o enfrentamento do enorme desafio do desemprego em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa, atendendo ao apelo do Senador Osmar Dias, solicitará do Senador Leomar Quintanilha que agilize o seu parecer na Comissão de Assuntos Econômicos, conforme foi dito aqui pelo Senador Lúcio Alcântara.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Moreira Mendes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, como é de amplo conhecimento, a Pastoral da Criança, órgão de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi novamente indicada, pelo Governo brasileiro, como candidata ao Prêmio Nobel da Paz. A simples indicação, em caráter oficial, já confere à entidade uma honraria altamente significativa, embora não lhe garanta o reconhecimento e a projeção em níveis internacionais, como bem merece.

De fato, essa indicação, ora renovada, reflete a acurada sensibilidade e o senso de justiça do Presidente Fernando Henrique Cardoso e deve merecer o apoio de todo o povo brasileiro, em face do trabalho ecumênico e suprapartidário da Pastoral da Criança, desenvolvido em 32.733 comunidades organizadas, nos bolsões de miséria de 3.555 municípios brasileiros.

Ao analisar a atuação da Pastoral da Criança, compreende-se perfeitamente o empenho e o entusiasmo do Presidente da República em indicá-la para o Prêmio Nobel da Paz.

Se já no ano passado tive a honra de indicar sua candidatura, volto a fazê-lo agora com renovada intensidade, já que a Pastoral da Criança, organização que conta com aproximadamente 155 mil agentes, voluntários da própria comunidade, e presta assistência a mais de um milhão de famílias e um milhão e meio de crianças, desde então só fez crescer.

Após destacar que o sucesso da Pastoral tem propiciado a expansão dessa experiência em outros países,

da África e da América Latina, Fernando Henrique enfatizou:

Acredito que este é, mais do que nunca, o momento propício de se reconhecer internacionalmente, por meio de um prêmio da relevância do Prêmio Nobel da Paz, os méritos desta iniciativa que une esforços da sociedade civil para se atingir o bem mais almejado por todos os povos: a paz. Paz que deve ser entendida e buscada em sua dimensão mais ampla e que se traduz na promoção e vivência plena da dignidade humana por todos os indivíduos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os números da Pastoral da Criança nos dão uma boa idéia do alcance e da importância de seus programas: atuando nas 27 Unidades Federativas, a Pastoral esteve presente, no ano passado, em 64% dos municípios brasileiros, por meio de 5.317 paróquias. Ao todo, foram cadastradas 32.743 comunidades, nas quais a Pastoral acompanhou, pelas médias mensais de assistência, 1 milhão 135 mil famílias; 76 mil gestantes; 1 milhão 635 mil crianças menores de 6 anos; e 23 mil idosos. A par disso, desenvolveu 60 projetos alternativos de geração de renda e alfabetizou 27 mil e 500 jovens e adultos.

A entidade age exclusivamente em áreas pobres e miseráveis, cujos moradores enfrentam dramas quase sempre decorrentes da desigualdade social, como o desemprego, a falta de moradia, o alcoolismo, a violência, a desagregação familiar, as drogas, o analfabetismo e a fome. Para reverter essa situação, utiliza intensamente o trabalho capilarizado dos líderes comunitários, que geralmente atuam na própria vizinhança. Essa condição é essencial, de acordo com os dirigentes da Pastoral, para identificar focos de dificuldades no relacionamento entre as famílias e as pessoas da comunidade; e também para organizar e mobilizar essas populações para participarem das decisões nas políticas públicas do seu interesse.

A população infantil de até seis anos de idade constitui o público-alvo prioritário da Pastoral da Criança. Sua ação em favor da paz se evidencia na compreensão de que toda criança “é uma semente de paz ou de violência, que, para crescer e dar bons frutos, precisa de muita atenção e carinho”. Essa postura é enfatizada na publicação **A Paz Começa em Casa**, da própria entidade, observando que “uma cultura de paz começa ainda no período de gestação e vai se consolidando nos primeiros anos de vida da criança, no convívio com a família, vizinhos e na escola”.

Entre as ações básicas da Pastoral, como saúde, nutrição, promoção da cidadania e educação, os resultados são altamente significativos. O combate à mortalidade e à desnutrição infantil, por exemplo, registra índices admiráveis, como a redução da mortalidade infantil a menos de 13 óbitos por mil crianças nascidas vivas, en-

quanto a nacional, em 1999, foi de 34,6 óbitos por mil nascidos vivos.

No que diz respeito à desnutrição, os resultados são igualmente invejáveis. No grupo de 1 milhão 635 mil crianças assistidas, somente 6,4% se encontravam desnutridas. Esses índices são ainda mais significativos se levamos em conta que a Pastoral atua em bolsões de grande miséria, onde a desnutrição e a mortalidade infantil ocorrem com frequência e gravidade superiores à média nacional.

O mais impressionante na ação da Pastoral, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que seu custo é irrisório: nada mais que meio dólar mensal por criança, considerando todos os gastos com administração, produção e distribuição de materiais educativos, treinamentos e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas comunidades. Em 2001, os recursos recebidos pela Pastoral da Criança, oriundos de verbas governamentais, iniciativas empresariais e doações, equivaleram a 8 milhões e 300 mil dólares. Se não pudesse contar com os voluntários – verdadeiros heróis anônimos, que contribuem para melhorar a qualidade de vida desses nossos irmãos brasileiros –, essa ação social não ficaria por menos de 70 milhões de dólares.

A paz é uma cultura e depende de investimentos de médio e longo prazos nas raízes da sociedade. Por entender assim, a Pastoral da Criança procura cuidar da semente, prevenindo situações de marginalidade, de hostilidade entre grupos e de degradação no ambiente familiar.

Por tudo isso, faço questão de endossar a indicação feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Espero, sinceramente, que os esforços dessa entidade sejam reconhecidos internacionalmente e que o Prêmio Nobel da Paz, se a ela for concedido, resulte em maior divulgação desse trabalho abnegado de promoção da cidadania e de construção de uma paz perene.

Muito obrigado!

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Parlamento brasileiro tem sido, por vezes, acusado de negligente ou de açodado, quando se debruça sobre temas delicados e considerados urgentes pela sociedade. Se as acusações procedem ou não, isso é assunto para um próximo discurso, mas o que é certo é que o Senado tem que cumprir o seu trabalho. Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o PLS de nº 134 de 2001 (origem PL 5.48312001) para ser relatado pelo Senador Francelino Pereira, após será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, na qual foi designado relator. O projeto trata da modificação do art. 618 da CLT. Vejo, com satisfação, que o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, colocou entre as prioridades de seu governo, a realização de

uma reforma trabalhista **que não revogue nenhum direito** dos trabalhadores brasileiros.

Esse é exatamente o propósito do projeto. Na Câmara dos Deputados muitas dúvidas foram suscitadas e aconteceram acaloradas discussões. No âmbito do Senado Federal, eminentes Senadores pleitearam a retirada do regime de urgência, para que houvesse a possibilidade de aprofundar o debate sobre a matéria. A urgência foi retirada.

Dez meses se passaram. Cessaram os debates. Debrucei-me sobre estudos e pareceres de vários especialistas na matéria. Verifiquei que a imprensa e a opinião pública foram mal informadas a respeito do projeto.

Tive a oportunidade de observar que durante a campanha eleitoral recém-terminada, muitos candidatos passaram para os eleitores informações falsas e que nada têm a ver com o espírito e os mecanismos do PLS 134, de 2001. Parlamentares candidatos relataram ter sofrido um verdadeiro patrulhamento ideológico por terem votado a favor do referido projeto na Câmara dos Deputados, sendo acusados de querer acabar com os direitos dos trabalhadores, quando nada disso tem sustentação na peça que ora examinamos na Comissão de Assuntos Sociais. Durante esses dez meses, tive a oportunidade de juntar as principais dúvidas e objeções levantadas contra o projeto de lei, algumas por falta de informação e outras por pura maldade.

É muito importante que essa matéria continue a ser discutida. Estou requerendo a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, oportunizando a participação dos representantes das partes interessadas e de membros da equipe de transição do novo Governo, para, nesta Legislatura, esclarecermos a Nação e os Parlamentares, e cumprirmos o nosso dever.

A Audiência Pública deverá nos dar a dimensão e o alcance da proposta, fora do calor das disputas eleitorais. A verdadeira importância do PLS 134 repousa na redução da informalidade no mercado de trabalho e, num médio prazo, aumentará a geração de empregos de melhor qualidade, todos eles protegidos pelas leis trabalhistas e previdenciária.

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, precisamos ser claros. Temos de ler e entender o que está escrito no PLS 134. O **projeto não retira um só direito dos trabalhadores**. Além disso, é de caráter facultativo. Conta com a participação e fiscalização dos sindicatos e das centrais sindicais nas negociações coletivas. E é de caráter experimental, ou seja, vigência de apenas dois anos, após o que será reavaliado.

Nesse sentido, a introdução da nova mecânica de negociação coletiva, repito, de forma voluntária, constitui

um grande avanço no processo de modernização das leis trabalhistas que o Presidente eleito deseja levar avante, com a rigorosa observância dos direitos atuais dos trabalhadores brasileiros. É isso que pretendo da audiência pública: uma oportunidade para um exame desapassionado de uma lei que é boa para os trabalhadores, para as empresas e para os cofres da Previdência Social.

Sr. Presidente, aproveite esta oportunidade, entretanto, para apresentar a esta Casa, de forma resumida, as grandes dúvidas e principais desentendimentos em torno do projeto. Pretendo encaminhar isso aos que forem convidados para a audiência pública para que partamos de algo objetivo e concreto, e não de **slogans** e convulsões emocionais. Estas são as perguntas mais frequentes.

1º – Quais são os direitos revogados pelo projeto aprovado pela Câmara dos Deputados?

Nenhum. Todos os direitos serão mantidos. O PLS 134 apenas abre uma porta para empregados e empregadores negociarem, voluntariamente, e com a ajuda dos sindicatos e das centrais sindicais, o que acharem mais vantajoso para aquele momento.

2º – Foi amplamente divulgado que esse projeto, se aprovado, retiraria dos empregados o 13º salário, as férias, o FGTS, a aposentadoria, a licença à gestante. Isso procede?

Isso não procede. Todos esses direitos continuam assegurados. O professor Amauri Mascaro, especialista no assunto, diz que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados excluiu da negociação direitos muito fortes, a saber:

(1) os dispositivos constitucionais; (2) as leis complementares; (3) os direitos previdenciários; (4) as normas tributárias; (5) o FGTS; (6) o vale transporte; (7) o programa de alimentação; (8) as normas de segurança e saúde no trabalho.

São exclusões de grosso calibre. Só no campo constitucional, são inegociáveis os seguintes direitos:

(1) FGTS; (2) férias; (3) abono de férias; (4) licenças maternidade paternidade; (5) aposentadoria; (6) indenização por dispensa imotivada; (7) jornada semanal de 44 horas (a não ser o previsto na Lei 9.601/198 – Banco de Horas); (8) jornada diária de 6 horas para sistemas de revezamento (a menos o previsto na própria Constituição); (9) adicional de 50% nas horas extras; (10) acréscimo de 113 da remuneração das férias; (11) licença-paternidade de 5 dias; (12) idade mínima de 16 anos para trabalho; (13) isonomia salarial entre avulsos e empregados; (14) estabilidade da gestante; (15) estabilidade de dirigente sindical e membro da CIPA; (16) participação nos

lucros, ou resultados e gestão da empresa; (17) direito de greve.

Segundo Mascaró, estão fora da negociação também:

(1) as normas de direito público do trabalho (registro em carteira, fiscalização do trabalho, homologação de rescisões; etc.);

(2) o direito penal do trabalho (retenção dolosa do salário, omissão de documentos da Previdência Social, etc.); (3) a organização sindical; (4) e as sentenças da Justiça do Trabalho e outros. ("Limites da Negociação Coletiva na Perspectiva do Projeto de Flexibilização da CLT", *Revista LTr*, vol. 65, dezembro de 2001).

3º – Por que a imprensa divulgou tanto que o PLS 134 seria destruidor de direitos?

Quem citou esses direitos seriam negociáveis estava mal informado ou agiu de má-fé. Isso não pode acontecer quando se está examinando uma mudança que objetiva melhorar as condições dos trabalhadores, das empresas e do Brasil – e não piorar.

4º – Os empregadores podem coagir seus empregados a aceitarem o que não querem?

Não. Nada pode ser negociado na base individual. Tudo tem de passar pelos sindicatos ou centrais sindicais. Para se decidir qualquer coisa, o sindicato terá de fazer uma reunião com os empregados, explicar os prós e contra da proposta do empregador e, livremente, por meio de voto democrático, a assembléia decidirá. Se os trabalhadores acharem que a proposta do empregador não é boa, não devem aprová-la e tudo continuará como está, com todas as proteções da CLT e da Constituição Federal.

5º – Mas não pode haver sindicalistas de má-fé que acabam fazendo acordos lesivos aos empregados?

Esse tipo de traição é impossível. Repetindo, as decisões serão tomadas em assembléias especialmente marcadas para isso. O que for ali deliberado os sindicalistas terão de cumprir. Se não cumprirem deixarão de ser sindicalistas, pois jamais serão reeleitos na próxima eleição.

6º – Mas, afinal, o que pode ser negociado?

São poucas coisas. Esse é o espírito do projeto de lei. Fazer uma reforma gradual e cautelosa. Dar às partes a segurança de que não percam. No fundo, são negociáveis apenas as "condições de trabalho" que se referem ao contrato individual de trabalho (art. 468 da CLT):

(1) a compensação de horários dentro dos limites constitucionais; (2) a redução da jornada de trabalho; (3) a exclusão ou inclusão do tempo **in itinere** na jornada; (4) a jornada de tempo parcial; (5) o número de horas extras compensáveis; (6) a condição de gerentes e executores de cargos de confiança; (7) a duração dos intervalos; (8) os dias de concessão nos quais recairá o repouso semanal; (9) o período que se caracteriza como noturno; (10) o percentual do adicional noturno; (11) a forma de marcação de ponto; (12) o contrato por prazo determinado.

7º – O que pode acontecer com o 13º salário?

O valor de um mês de salário está assegurado na Constituição Federal e é inegociável. A CLT, porém, manda pagar o 13º salário em duas parcelas no mês de dezembro. Digamos que uma empresa que esteja em dificuldade financeira para fazer esses pagamentos tão próximos um do outro recorra a um banco para tomar um empréstimo a ser pago em seis meses. Ela vai ter de pagar juros de 25% a 30% nesse período. Isso agravará ainda mais as suas dificuldades, levando-a a dispensar empregados. Mas, se empregados e empresa, com a assistência do sindicato ou da central sindical, concordarem que esse pagamento seja feito em 3 vezes, a empresa evitará os juros, manterá o seu quadro de pessoal e a solução terá o amparo da lei. Essa é a vantagem do projeto. Evitar desastres sociais. Mesmo assim, se os empregados não quiserem ou o sindicato não aceitar, nada poderá ser feito. Tudo permanece como está. Ninguém é obrigado a negociar.

8º – Quais os outros exemplos desse tipo?

O mesmo pode ser aplicado às férias e ao abono de férias. Se empregados e empregadores, assistidos pelos sindicatos ou centrais sindicais, concordarem em dividir as férias em três vezes, para ajudar a empresa a enfrentar seus problemas e evitar demissões de trabalhadores, a nova lei permitirá isso. Ou seja, não há nenhuma revolução por trás desse projeto de lei. Trata-se de uma reforma branda e, mesmo assim, sujeita à vontade das partes.

9º – Ao permitir negociar abaixo dos mínimos da CLT, isso não é perda?

Como diz um outro especialista em relações do trabalho, "muitas vezes, negociar para baixo é a única maneira de ganhar". E ele dá um exemplo concreto. "Os 3.000 trabalhadores da Volkswagen, que iam perder o emprego em 2001, resolveram ceder no salário em troca do emprego. Foi um ganho que hoje só pode ser obtido cedendo salário. Com a nova lei, poder-se-á manter o

salário, e negociar outros itens” (José Pastore, “Reforma da CLT: as Dez Grandes Dúvidas”, in *O Estado de S. Paulo*, 04/12/2001).

10º – Não é melhor fazer uma reforma sindical primeiro, para que todos os sindicatos fiquem fortes?

Neste ponto, Pastore diz que teoricamente sim. Mas isso envolve mudar o art. 80 da Constituição Federal: quatro votações com maioria qualificada sobre um assunto tecnicamente complexo e em torno do qual há uma grande divisão de opinião dentro dos sindicatos – uma mudança muito mais difícil do que aprovar uma lei ordinária.

11º – Quem vai se beneficiar dessa nova lei?

Em primeiro lugar, quem trabalha na informalidade sem nenhuma proteção social – cerca de 42 milhões de pessoas! Quando adoecem, eles não têm licença remunerada; quando perdem o emprego, não contam com FGTS ou seguro-desemprego; quando envelhecem não tem aposentadoria; e quando morrem, nada deixam para sua companheira ou companheiro.

Em segundo lugar, quem está desempregado. Reduzindo o déficit da Previdência Social – via formalização – reduz o déficit do Tesouro Nacional. Em consequência, diminui a pressão do Governo por empréstimos no mercado e os juros caem. Com juros mais baixos, as empresas (e o próprio Governo) investem mais, e geram empregos.

12º – Quais os riscos para quem já está empregado com base na CLT atual?

Os 28 milhões, que gozam da proteção atual, continuarão usufruindo dela, a menos que decidam buscar coisa melhor. E tudo será gradual.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores o próprio Prefeito Antônio Palocci, coordenador da equipe de transição do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, já anunciou grande interesse do Governo petista em reacender a discussão sobre a flexibilização da CLT. Nesse contexto, não cabe outra decisão à CAS senão abrir o debate num raio, o mais amplo possível, convocando as centrais sindicais, as associações patronais, órgãos da Justiça e outros interessados para uma participação responsável no processo de modificação da CLT.

Na verdade, o projeto de lei em apreço, de iniciativa do Presidente Fernando Henrique, destina-se a al-

terar as regras das convenções ou acordos coletivos firmados por manifestação expressa das partes envolvidas. Pelo projeto, tais acordos e convenções, livremente acertados, se sobreporiam ao texto da lei. Evidentemente que tamanhas modificações suscitam desconfianças e inquietações de toda ordem. Se, de um lado, a flexibilização da CLT poderá ajudar o mercado de trabalho, fortalecendo o poder de negociação dos sindicatos, de outro, poderá ensejar a eliminação dos direitos assegurados aos trabalhadores com menor tradição de barganha.

Desse modo, nada mais oportuno do que patrocinar um debate que possa esclarecer todas as dúvidas em questão, que possa assegurar aos trabalhadores menos assistidos certa tranquilidade sobre as mudanças em vista. Para mim, a verdadeira importância do PLC 134, de 2001, repousa na redução da informalidade no mercado de trabalho, proporcionando a geração de empregos de melhor qualidade, sem que se abra mão da rede de proteção das leis trabalhistas e previdenciárias.

Nessa lógica, Sr. Presidente, a proposta de uma grande audiência pública no âmbito da CAS adquire, enfim, maior legitimidade, na medida em que propiciará a participação dos representantes das partes interessadas e de membros da equipe de transição do novo Governo, para que, ainda nesta Legislatura, esclareçamos à Nação e aos Parlamentares todos os detalhes do PLC 134, de 2001.

Como bem observam V. Ex^{as}, esse projeto de lei foi cercado de desinformação e má-fé. Trata-se de uma medida que preserva todos os direitos dos trabalhadores. Trata-se de uma medida absolutamente democrática, pois só negocia quem quer. Trata-se de uma medida cautelosa, pois os direitos negociáveis são poucos de modo a dar às partes a possibilidade de avaliar o novo mecanismo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso ser de nosso dever patriótico voltar a examinar esse projeto com isenção e dizer sim ou não com base em argumentos sólidos e não em falsidades.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 11 horas

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2001 (nº 1.068/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampa Centro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 255, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2002 (nº 1.215/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba*, tendo

Parecer favorável, sob nº 770, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2002 (nº 1.219/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santa Mariana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 771, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2002 (nº 1.223/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 497, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2002 (nº 1.227/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Atalaia/AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Atalaia, Estado de Alagoas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 772, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2002 (nº 1.232/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 581, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2002 (nº 1.273/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária "Normário Sales" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussari, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 585, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2002 (nº 1.290/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Orlando Zovico para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 586, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2002 (nº 1.315/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mundo Melhor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 587, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2002 (nº 1.416/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Erechim FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina*, tendo

Parecer favorável, sob nº 589, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.*)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

| | | | |
|-------|--------------------------------|-------|----------------------------------|
| | BAHIA | | |
| PFL | - Antonio Carlos Júnior | BLOCO | - Benício Sampaio (PPB) |
| PFL | - Waldeck Ornelas | PMDB | - Alberto Silva |
| PFL | - Paulo Souto | | RIO GRANDE DO NORTE |
| | RIO DE JANEIRO | BLOCO | - Geraldo Melo (PSDB) |
| BLOCO | - Artur da Távola (PSDB) | PFL | - José Agripino |
| BLOCO | - Geraldo Cândido (PT) | PTB | - Tasso Rosado |
| BLOCO | - Roberto Saturnino (PT) | | SANTA CATARINA |
| | MARANHÃO | PMDB | - Casildo Maldaner |
| PFL | - Bello Parga | PFL | - Geraldo Althoff |
| PFL | - Edison Lobão | PFL | - Jorge Bornhausen |
| PMDB | - João Alberto Souza | | ALAGOAS |
| | PARÁ | PMDB | - Renan Calheiros |
| PSB | - Ademir Andrade | BLOCO | - Teotônio Vilela Filho(PSDB) |
| PMDB | - Fernando Ribeiro | BLOCO | - Heloísa Helena (PT) |
| BLOCO | - Luiz Otávio (PPB) | | SERGIPE |
| | PERNAMBUCO | PSB | - Antonio Carlos Valadares |
| PTB | - Carlos Wilson | BLOCO | - José Eduardo Dutra (PT) |
| BLOCO | - Roberto Freire (PPS) | PFL | - Maria do Carmo Alves |
| PFL | - José Jorge | | AMAZONAS |
| | SÃO PAULO | PFL | - Bernardo Cabral |
| BLOCO | - José Serra (PSDB) | PDT | - Jefferson Péres |
| PFL | - Romeu Tuma | PMDB | - Gilberto Mestrinho |
| BLOCO | - Eduardo Suplicy (PT) | | PARANÁ |
| | MINAS GERAIS | PDT | - Osmar Dias |
| PFL | - Francelino Pereira | PMDB | - Roberto Requião |
| PTB | - Arlindo Porto | PDT | - Álvaro Dias |
| PL | - José Alencar | | ACRE |
| | GOIÁS | BLOCO | - Marina Silva (PT) |
| PMDB | - Mauro Miranda | PMDB | - Nabor Júnior |
| PMDB | - Iris Rezende | BLOCO | - Tião Viana (PT) |
| PMDB | - Maguito Vilela | | MATO GROSSO DO SUL |
| | MATO GROSSO | BLOCO | - Lúdio Coelho (PSDB) |
| PMDB | - Carlos Bezerra | PMDB | - Ramez Tebet |
| PFL | - Jonas Pinheiro | PMDB | - Juvêncio da Fonseca |
| BLOCO | - Antero Paes de Barros (PSDB) | | DISTRITO FEDERAL |
| | RIO GRANDE DO SUL | PFL | - Lindberg Cury |
| BLOCO | - Emilia Fernandes (PT) | PDT | - Lauro Campos |
| BLOCO | - José Fogaça (PPS) | PMDB | - Valmir Amaral |
| PMDB | - Pedro Simon | | TOCANTINS |
| | CEARÁ | PTB | - Carlos Patrocínio |
| BLOCO | - Lúcio Alcântara (PSDB) | PFL | - Leomar Quintanilha |
| PMDB | - Sérgio Machado | BLOCO | - Eduardo Siqueira Campos (PSDB) |
| BLOCO | - Reginaldo Duarte (PSDB) | | AMAPÁ |
| | PARAÍBA | PMDB | - Gilvam Borges |
| PTB | - Wellington Roberto | PDT | - Sebastião Rocha |
| BLOCO | - Ronaldo Cunha Lima (PSDB) | PMDB | - José Sarney |
| PMDB | - Ney Suassuna | | RONDÔNIA |
| | ESPÍRITO SANTO | BLOCO | - Chico Sartori (PSDB) |
| PMDB | - Luiz Pastore | PFL | - Moreira Mendes |
| BLOCO | - Ricardo Santos(PSDB) | PMDB | - Amir Lando |
| PSB | - Paulo Hartung | | RORAIMA |
| | PIAUI | PMDB | - Marluce Pinto |
| BLOCO | - Freitas Neto (PSDB) | BLOCO | - Romero Jucá (PSDB) |
| | | PFL | - Mozarildo Cavalcanti |

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|--|---|
| <p align="center">LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224</p> | <p align="center">LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052</p> |
| <p align="center">LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172</p> | <p align="center">LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP)² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862</p> |
| <p align="center">PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984</p> | <p align="center">PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496</p> |

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

| LEI Nº 8.250/91, ART. 9º | TITULARES | SUPLENTE |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO | EMANUEL SORAES CARNEIRO |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | ROBERTO WAGNER MONTEIRO | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | PAULO CABRAL DE ARAÚJO | CARLOS ROBERTO BERLINCK |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT | MIGUEL CIPOLLA JR. |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | DANIEL KOSLOWSKY HERZ | FREDERICO BARBOSA GHEDINI |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | FRANCISCO PEREIRA DA SILVA | ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA | STEPAN NERCESSIAN |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO | MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ALBERTO DINES | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JAYME SIROTSKY | JORGE DA CUNHA LIMA |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | CARLOS CHAGAS | REGINA DALVA FESTA |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | RICARDO MORETZSOHN | ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE |

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

(Lei nº 9.392, de 30 de dezembro de 1997)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

- 1 - **Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio** (constituída na Reunião de 26/06/2002)
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
 - Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

- 2 - **Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social** (constituída na Reunião de 26/06/2002)
 - Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
 - Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
 - Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

- 3 - **Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária** (constituída na Reunião de 02/09/2002)
 - Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
 - Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
 - Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

- 4 - **Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão** (constituída na Reunião de 14/10/2002)
 - Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
 - Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
 - Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
 - Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
 - Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
 - Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
 2ª Eleição Geral: 30.08.1999
 3ª Eleição Geral: 27.08.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

| PMDB | | | | | | |
|--|----|-------|--|--------------------------------------|----|-------|
| Titulares | UF | Ramal | | Suplentes | UF | Ramal |
| Juvêncio da Fonseca ² | MS | 1128 | | 1. Renan Calheiros | AL | 2261 |
| Carlos Becerra | MT | 2291 | | 2. (vago) ³ | | |
| Casildo Maldaner | SC | 2141 | | 3. Marluce Pinto | RR | 1301 |
| João Alberto Souza | MA | 4073 | | 4. Gilmam Borges | AP | 2151 |
| Nabor Júnior | AC | 1478 | | 5. Gerson Camata | ES | 3203 |
| PFL | | | | | | |
| Geraldo Althoff | SC | 2041 | | 1. Carlos Patrocínio (PTB) | TO | 4058 |
| Moreira Mendes | RO | 2231 | | 2. (vago) ⁴ | | |
| Belo Parga ⁷ | MA | 3069 | | 3. Mozarildo Cavalcanti | RR | 1160 |
| Waldeck Ornelas | BA | 2212 | | 4. Jonas Pinheiro | MT | 2271 |
| Bloco (PSDB/PPB) | | | | | | |
| Antero Paes de Barros (PSDB) | MT | 1248 | | 1. Freitas Neto (PSDB) ⁸ | PI | 2131 |
| Ricardo Santos (PSDB) | CE | 2022 | | 2. Flomero Juodá (PSDB) | RR | 2111 |
| Benício Sampalo (PPB) ⁹ | PI | 3085 | | 3. (vago) ¹⁰ | | |
| Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹ | | | | | | |
| Helôisa Helena (PT) | AL | 3197 | | 1. Marina Silva (PT) | AC | 2183 |
| Jefferson Pérez (PDT) | AM | 2061 | | 2. Paulo Hartung (PSB) ¹² | ES | 1129 |
| PSB | | | | | | |
| Roberto Saturnino (PT) ¹³ | RJ | 4229 | | 1. Ademir Andrade | PA | 2101 |

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.8.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 19.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

| | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| (Vago) ² | 1º Corregedor Substituto |
| (Vago) ³ | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) | 3º Corregedor Substituto |

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)****1ª Designação:** 16.11.1995**2ª Designação:** 30.06.1999**3ª Designação:** 27.06.2001**PROCURADORES ¹**

| Senadores | UF | Parcial |
|--------------------------------------|----|---------|
| PMDB | | |
| Juvêncio da Fonseca | MS | 1126 |
| Gerson Camata | ES | 3203 |
| PFL | | |
| Bernardo Cabral | AM | 2081 |
| Bloco (PSDB/PPB) | | |
| Eduardo Siqueira Campos ² | TO | 4070 |
| PDT | | |
| Jefferson Pères | AM | 2081 |

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:¹ Designados em 27.06.2001.² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:

| | |
|------------|---|
| CAE | - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605) |
| CAS | - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608) |
| CCJ | - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972) |
| CE | - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) |
| CFC | - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) |
| CI | - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354) |
| CRE | - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777) |

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

| 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE | | | | | |
|--|----|-----------|-----------------------------|----|-----------|
| Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA | | | | | |
| Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA | | | | | |
| (27 titulares e 27 suplentes) | | | | | |
| PMDB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Luiz Pastore | ES | 1403/3203 | 1 - Pedro Simon | RS | 3230/3232 |
| Carlos Bezerra | MT | 2291/2297 | 2 - Iris Rezende | GO | 2032/39 |
| Nabor Júnior | AC | 1478/4619 | 3 - Mauro Miranda | MS | 2221/2227 |
| Gilberto Mestrinho | AM | 3104/3106 | 4 - Sérgio Machado | CE | 2281/2285 |
| João Alberto Souza | MA | 4073/4074 | 5 - Renan Calheiros | AL | 5151 |
| Vago | | | 6 - Gerson Camata | ES | 3203/3204 |
| Alberto Silva | PI | 3055/3057 | 7 - Roberto Requião | PR | 2401/2407 |
| Ney Suassuna | PB | 4345/4346 | 8 - Amir Lando | RO | 3130/3132 |
| Valmir Amaral | DF | 1961/1963 | 9 - Marluce Pinto | RR | 2401/2407 |
| PFL | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Francelino Pereira | MG | 2411/2417 | 1 - Jorge Bornhausen | SC | 1123 |
| José Agripino | RN | 2361/2367 | 2 - Leomar Quintanilha | TO | 2071/2072 |
| Jonas Pinheiro | MT | 2271/2272 | 3 - Moreira Mendes | RO | 2231/2237 |
| Antonio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 | 4 - Bernardo Cabral | AM | 2081/2087 |
| Paulo Souto | BA | 3173/3175 | 5 - Romeu Tuma | SP | 2051/57 |
| Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 | 6 - Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 |
| Lindberg Cury | DF | 2011/2017 | 7 - José Jorge | PE | 1284/3245 |
| BLOCO PSDB/PPB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Freitas Neto | PI | 2131/2137 | 1 - José Serra | SP | 2351/2352 |
| Lúcio Alcântara | CE | 2301/2307 | 2 - Geraldo Melo | RN | 2371/2377 |
| Lúdio Coelho | MS | 2381/2387 | 3 - Eduardo Siqueira Campos | TO | 4070/4071 |
| Romero Jucá | RR | 2111/2117 | 4 - Luiz Pontes | CE | 3242/3249 |
| Ricardo Santos | ES | 2022/2024 | 5 - Benício Sampaio | PI | 4200/4206 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS) | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Eduardo Suplicy | SP | 3213/3215 | 1 - José Eduardo Dutra | SE | 2391/2397 |
| Helóisa Helena | AL | 3197/3199 | 2 - Paulo Hartung (cessão) | ES | 1031/1231 |
| José Fogaça | RS | 1207/1607 | 3 - Roberto Freire | PE | 2161/2164 |
| | | 2013/2014 | | | |
| PDT | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
| Lauro Campos | DF | 2341/2347 | 1 - Jefferson Péres | AM | 2061/2063 |
| PSB | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
| Roberto Saturnino (1) | RJ | 4220/4230 | 1 - Ademir Andrade | PA | 2101/2109 |
| PTB | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
| Fernando Bezerra | RN | 2461/2464 | 1 - Arlindo Porto | MG | 2321/2327 |

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 30/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOSANALIS DO SENADO FEDERAL
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|--------------------------------------|--------------|---------------------------|---------------|
| PMDB | | | |
| GILVAM BORGES | AP-2151/2152 | 1- ROBERTO REQUIÃO | PR- 2401/2407 |
| WELLINGTON ROBERTO (3) | PB-3194/3195 | 2- IRIS REZENDE | GO- 2032/2033 |
| TITULARES | | SUPLENTES | |
| PFL | | | |
| MOREIRA MENDES | RO-2231/33 | 1- PAULO SOUTO | BA- 3173/74 |
| TITULARES | | SUPLENTES | |
| BLOCO PSDB/PPB | | | |
| GERALDO MELO (PSDB) (2) | RN-2371/2372 | 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | TO- 4070/71 |
| TITULARES | | SUPLENTES | |
| BLOCO OPOSIÇÃO / PTB | | | |
| PAULO HARTUNG (1) | ES-1031/1129 | 1- ARLINDO PORTO | MG- 2321/2322 |
| ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001 | | | |

REUNIÕES:

SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CASANEXO DO SENADO FEDERAL
Presidente: **ROMÉU TUMA****(29 titulares e 29 suplentes)****PMDB**

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|---------------------|----|-----------|------------------------|----|-----------|
| Maguito Vilela | GO | 3149/3150 | 1 – Vago | | |
| Marluce Pinto | RO | 1301/4062 | 2 – Vago | | |
| Mauro Miranda | GO | 2091/2097 | 3 – Vago | | |
| Pedro Simon | RS | 3230/3232 | 4 – Vago | | |
| Juvêncio da Fonseca | MT | 3015/3016 | 5 – Amir Lando | RO | 3130/3132 |
| Casildo Maldaner | SC | 2141/2146 | 6 – Carlos Bezerra | MT | 2291/2297 |
| Gilvam Borges | AP | 2151/2157 | 7 – Alberto Silva | PI | 3055/3057 |
| Valmir Amaral | DF | 4064/4065 | 8 – Nabor Júnior | AC | 1478/4619 |
| João Alberto Souza | MA | 4073/4074 | 9 – Francisco Escórcio | DF | 3069/3072 |

PFL

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|----------------------|----|-----------|---------------------------|----|-----------|
| Romeu Tuma | SP | 2051/2057 | 1 – Bernardo Cabral | AM | 2081/2087 |
| Jonas Pinheiro | MT | 2271/2277 | 2 – Paulo Souto | BA | 3173/3175 |
| Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 | 3 – José Agripino | RN | 2361/2367 |
| Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 | 4 – Bello Parga | MA | 3069/3072 |
| Moreira Mendes | RO | 2231/2237 | 5 – Antonio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 |
| Maria do Carmo Alves | SE | 4055/4057 | 6 – Vago | | |
| Leomar Quintanilha | TO | 2071/2072 | 7 – Francelino Pereira | MG | 2411/2417 |
| Lindberg Cury | DF | 2011/2017 | 8 – José Jorge | PE | 1284/3245 |

BLOCO PSDB/PPB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-------------------------|----|-----------|-----------------------|----|-----------|
| Artur da Távola | RJ | 2431/2432 | Romero Jucá | RR | 2111/2117 |
| Benício Sampaio | PI | 3085/3086 | Luiz Otávio | PA | 1027/4393 |
| Luiz Pontes | CE | 3242/3249 | Geraldo Melo | RN | 2371/2377 |
| Chico Sartori | RO | 2251/2258 | Teotônio Vilela Filho | AL | 4093/4095 |
| Eduardo Siqueira Campos | TO | 4070/4071 | Lúcio Alcântara | CE | 2301/2307 |
| Ricardo Santos | ES | 2022/2024 | Lúdio Coelho | MS | 2381/2387 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|------------------|----|-----------|---------------------|----|-----------|
| Emília Fernandes | RS | 2331/2337 | 1 – Geraldo Cândido | RJ | 2171/2177 |
| Marina Silva | AC | 2186/2189 | 2 – Heloísa Helena | AL | 3197/99 |
| Tião Viana | AC | 3038/3493 | 3 – Roberto Freire | PE | 2161/2164 |

PDT

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|---------------------|----|-----------|
| Lauro Campos | RS | 2331/2337 | 1 – Jefferson Peres | AM | 2061/2067 |
| Sebastião Rocha | AP | 2241/2247 | 2 – Osmar Dias | PR | 2124/2125 |

PSB

| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
|----------------|----|-----------|----------|----|--------|
| Ademir Andrade | PA | 2101/2109 | 1 – Vago | | |

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

| | |
|----------------------|-----------------------|
| Marluce Pinto | RR – 1301/4062 |
| Valmir Amaral | DF – 4064/4065 |

PFL

| | |
|-----------------------------|-----------------------|
| Geraldo Althoff | SC – 2041/2047 |
| Maria do Carmo Alves | SE – 4055/4057 |

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Heloísa Helena | AL – 3197/3199 |
| Emilia Fernandes | RS – 2331/2337 |

PDT

| | |
|------------------------|-----------------------|
| Sebastião Rocha | AP – 2241/2247 |
|------------------------|-----------------------|

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062

PFL

MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

| PMDB | |
|--------------------------------|----------------|
| Marluce Pinto | RR – 1301/4062 |
| Gilvam Borges | AP – 2151/2157 |
| João Alberto Souza | MA – 4073/4074 |
| PFL | |
| Geraldo Althoff | SC – 2041/2047 |
| VAGO | |
| BLOCO PSDB/PPB | |
| Benício Sampaio | PI – 3085/3086 |
| Freitas Neto | PI – 2131/2137 |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) | |
| Tião Viana | AC – 3038/3493 |
| PDT | |
| Sebastião Rocha | AP – 2241/2247 |

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|--------------------------------|----------------|---------------------|------|
| PMDB | | | |
| Mauro Miranda | GO – 2095/97 | 1. Casildo Maldaner | SC – |
| 2141/47 | | | |
| Juvêncio da Fonseca | MS – 1128/29 | 2. Vago | |
| PFL | | | |
| Lindberg Cury | DF – 2012/15 | 1. Paulo Souto | BA – |
| 3173/75 | | | |
| Maria do Carmo Alves | SE – 4055/57 | 2. Waldeck Ornelas | BA – |
| 2211/17 | | | |
| BLOCO PSDB/PPB | | | |
| Vago | | 1. Vago | |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) | | | |
| Emilia Fernandes | RS – 2331/37 | | |
| PDT | | | |
| | | 1. Sebastião Rocha | AP – |
| 2241/47 | | | |
| PSB | | | |
| Ademir Andrade | PA – 2101/2109 | 1. Vago | |

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
 SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
 FAX: 311-3652
 E-MAIL: jrac@senado.gov.br
 REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

| 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ | | | | | |
|---|----|-----------|----------------------------|----|-----------|
| Presidente: BERNARDO CABRAL | | | | | |
| Vice-Presidente: OSMAR DIAS | | | | | |
| (23 titulares e 23 suplentes) | | | | | |
| PMDB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Luiz Pastore | ES | 3203/3204 | 1 – Marluce Pinto | RR | 1301/4062 |
| Maguito Vilela | GO | 3149/3150 | 2 – Casildo Maldaner | SC | 2141/2146 |
| Iris Rezende | GO | 2032/39 | 3 – Wellington Roberto (1) | PB | 3194/95 |
| Sérgio Machado | CE | 2281/2285 | 4 – João Alberto Souza | MA | 4073/4074 |
| Pedro Simon | RS | 3230/3232 | 5 – Carlos Bezerra | MT | 2291/2297 |
| Amir Lando | RO | 3130/3132 | 6 – Ney Suassuna | PB | 4345/4346 |
| Roberto Requião | PR | 2401/2407 | 7 – Vago | | |
| PFL | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Bernardo Cabral | AM | 2081/2087 | 1 – Jorge Bornhausen | SC | 1123 |
| Antonio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 | 2 – Moreira Mendes | RO | 2231/2237 |
| Francellino Pereira | MG | 2411/17 | 3 – Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 |
| Bello Parga | MA | 3069/3072 | 4 – José Agripino | RN | 2361/2667 |
| Maria do Carmo Alves | SE | 4055/57 | 5 – José Jorge | PE | 1284/3245 |
| Romeu Tuma | SP | 2051/2057 | 6 – Leomar Quintanilha | TO | 2071/2072 |
| BLOCO PSDB/PPB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Lúcio Alcântara | CE | 2301/2307 | José Serra | SP | 2351/2352 |
| Luiz Otávio | PA | 1027/4393 | Artur da Távola | RJ | 2431/2432 |
| Luiz Pontes | CE | 3242/3249 | Benício Sampaio | PI | 3085/3086 |
| Freitas Neto | PI | 2131/2137 | Ricardo Santos | ES | 2022/2024 |
| Romero Jucá | RR | 2111/2117 | Chico Sartori | RO | 2251/2258 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS) | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| José Eduardo Dutra | SE | 2391/2397 | 1 – Eduardo Suplicy | SP | 1478/4619 |
| Roberto Freire | PE | 2161/2164 | 2 – Marina Silva | AC | 2181/2187 |
| | | | 3 – José Fogaça | RS | 1207/1607 |
| PDT | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Jefferson Peres | AM | 2061/2067 | 1 – Sebastião Rocha | AP | 2241/2247 |
| Osmar Dias | PR | 2121/2125 | | | |
| PSB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Ademir Andrade | PA | 2101/2109 | 1 – Paulo Hartung | ES | 1031/1231 |

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 05/11/2002

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

| Presidente: RICARDO SANTOS | | | | | |
|--|----|-----------|-----------------------------|----|-----------|
| Vice-Presidente: MOREIRA MENDES | | | | | |
| (27 titulares e 27 suplentes) | | | | | |
| PMDB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Amir Lando | RO | 3130/3132 | 1 - Mauro Miranda | GO | 2091/2095 |
| Casildo Maldaner | SC | 2141/2146 | 2 - Pedro Simon | RS | 3230/3232 |
| Luiz Pastore | ES | 3203/3204 | 3 - Vago (2) | | |
| Gilvam Borges | AP | 2151/2157 | 4 - Sérgio Machado | CE | 2281/2285 |
| Martuce Pinto | RR | 1301/4062 | 5 - Alberto Silva | PI | 3055/3057 |
| Nabor Júnior | AC | 1478/4619 | 6 - Maguito Vilela | GO | 3149/50 |
| José Sarney | AP | 3429/3430 | 7 - Juvêncio da Fonseca | MT | 3015/3016 |
| Valmir Amaral | DF | 4064/4065 | 8 - Vago | | |
| Ney Suassuna | PB | 4345/4346 | 9 - Vago | | |
| PFL | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 | 1 - Lindberg Cury | DF | 2011/2017 |
| Moreira Mendes | RO | 2231/2237 | 2 - Bernardo Cabral | AM | 2081/2087 |
| Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 | 3 - Francellino Pereira | MG | 2411/2417 |
| Leomar Quintanilha | TO | 2071/2072 | 4 - Jonas Pinheiro | MT | 2271/2272 |
| José Jorge | PE | 1284/3245 | 5 - Romeu Tuma | SP | 2051/2057 |
| Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB) | SE | 4055/4057 | 6 - Paulo Souto | BA | 3173/3175 |
| | | | 7 - Antônio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 |
| BLOCO PSDB/PPB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Freitas Neto | PI | 2131/2137 | 1 - Eduardo Siqueira Campos | TO | 4070/4071 |
| Artur da Távola | RJ | 2431/2432 | 2 - Lúdio Coelho | MS | 2381/2387 |
| Ricardo Santos | ES | 2022/2024 | 3 - Chico Sartori | RO | 2251/2258 |
| Teotônio Vilela Filho | AL | 4093/4095 | 4 - Romero Jucá | RR | 2111/2117 |
| Benício Sampaio | PI | 3085/3086 | 5 - Lúcio Alcântara | CE | 2301/2307 |
| Luiz Pontes | CE | 3242/3249 | 6 - Luiz Otávio | PA | 1027/4393 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS) | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Eduardo Suplicy | SP | 1478/4619 | 1 - Geraldo Cândido | RJ | 2117/2177 |
| Emília Fernandes | RS | 2331/2337 | 2 - Tião Viana | AC | 3038/3493 |
| Marina Silva | AC | 2181/2187 | | | |
| PDT | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Álvaro Dias | PR | 3206/3207 | 1 - Lauro Campos | DF | 2341/2347 |
| | | | 2 - Sebastião Rocha | AP | 2241/2247 |
| PSB | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
| Paulo Hartung | ES | 1031/1129 | 1 - Roberto Saturnino (1) | RJ | 4229/4230 |
| PTB | | | | | |
| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
| Arlindo Porto (por cessão do PFL) | MG | 2321/2327 | | | |

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

Atualizado: 05/11/2002

| | |
|---------------------------------------|--|
| SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV | |
| PRESIDENTE: (09 TITULARES) | |
| TITULARES | |
| PMDB | |
| VAGO | |
| VAGO | |
| VAGO | |
| PFL | |
| VAGO | |
| VAGO | |
| BLOCO PSDB/PPB | |
| VAGO | |
| VAGO | |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) | |
| VAGO | |
| VAGO | |
| | |

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
 3276
 FAX: 311-3121
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES

SUPLENTEs

| PMDB | | | |
|----------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| JOSÉ FOGAÇA (2) | RS-1207/1607 | 1-VALMIR AMARAL | DF-1962 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 | 2-NABOR JÚNIOR | AC-1478/4619 |
| PEDRO SIMON | RS-3232 | 3-CASILDO MALDANER | SC-2141/42 |
| JUVÊNCIO DA FONSECA | MS-3015/16 | 4-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| PFL | | | |
| FREITAS NETO | PI – 2131/37 | 1-GERALDO ALTHOFF | SC-2041/47 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2414/17 | 2-VAGO | |
| ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR | BA-2191/96 | 3-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | | |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2303/08 | 1-VAGO | |
| RICARDO SANTOS | ES-2022/24 | 2-VAGO (1) | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS) | | | |
| GERALDO CANDIDO (PT) | RJ-2171/77 | 1-EDUARDO SUPLICY (PT) | SP-3213/15 |
| EMÍLIA FERNANDES (PT) | RS-2331/37 | 2-MARINA SILVA (PT) | AC-2182/84 |
| PSB | | | |
| ROBERTO SATURNINO (3) | RJ-4229/30 | VAGO | |
| PDT | | | |

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|-----------------------------------|--------------|--------------------------|------------|
| PMDB | | | |
| JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 | 1-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 | 2-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| PFL | | | |
| ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR | BA-2191/96 | 1-WALDECK ORNÉLAS | BA-2211/17 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2414/17 | 2-MARIA DO CARMO ALVES | SE-4055/57 |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | | |
| RICARDO SANTOS | ES-2022/24 | 1-FREITAS NETO | PI-2131/37 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2303/08 | 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS) | | | |
| EMÍLIA FERNANDES - PT | RS-2331/37 | 1-ROBERTO SATURNINO – PT | RJ-4229/30 |
| PDT | | | |

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 ATUALIZADA EM: 16/05/02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|-----------------------------------|--------------|------------------------|------------|
| PMDB | | | |
| VALMIR AMARAL | DF-1962 | 1-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| MAGUITO VILELA | GO-1440/1132 | 2-AMIR LANDO | RO-3130/32 |
| PFL | | | |
| GERALDO ALTHOFF | SC-2041/47 | 1-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2072/73 | 2-LINDBERG CURY | DF-4070/71 |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | | |
| BENÍCIO SAMPAIO | PI-3085/87 | 1- CHICO SARTORI | RO- |
| LUIZ OTÁVIO (PPB) | PA-3050/4393 | 2-(VAGO) | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS) | | | |
| | | 1-GERALDO CÂNDIDO – PT | RJ-2171/77 |
| PDT | | | |
| ÁLVARO DIAS | PR-4059/60 | | |

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|--------------------|----|-----------|----------------------------|----|-----------|
| Gilberto Mestrinho | AM | 3104/3106 | 1 – Mauro Miranda | GO | 2091/2095 |
| Iris Rezende | GO | 2032/2039 | 2 – Francisco Escórcio | DF | 3069/3072 |
| João Alberto Souza | MA | 4073/4074 | 3 – Pedro Simon | RS | 3230/3232 |
| José Sarney | AP | 3429/3430 | 4 – Roberto Requião | PR | 2401/2407 |
| Sérgio Machado | CE | 2281/2285 | 5 – Wellington Roberto (1) | PB | 3194/3195 |
| Valmir Amaral | DF | 1964/1965 | 6 – Nabor Júnior | AC | 1478/4619 |

PFL

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|--------------------|----|-----------|----------------------|----|-----------|
| Francelino Pereira | | | 1 – Jorge Bornhausen | SC | 1123 |
| Bernardo Cabral | AM | 2081/2087 | 2 – Bello Parga | MA | 3069/3072 |
| Romeu Tuma | SP | 2051/2057 | 3 – Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 |
| José Agripino | RN | 2361/2367 | 4 – Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 |
| Moreira Mendes | RO | 2231/2237 | 5 – Paulo Souto | BA | 3173/3175 |

BLOCO PSDB/PPB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|-----------------------|----|-----------|
| Geraldo Melo | RN | 2371/2377 | Artur da Távola | RJ | 2431/2432 |
| Lúdio Coelho | MS | 2381/2387 | Teotônio Vilela Filho | AL | 4093/4095 |
| José Serra | SP | 2351/2352 | Freitas Neto | PI | 2131/2137 |
| Benício Sampaio | PI | 3085/3086 | Luiz Otávio | PA | 1027/4393 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|----------------------|----|-----------|
| Geraldo Cândido | RJ | 2117/2177 | 1 – Eduardo Suplicy | SP | 1478/4619 |
| Tião Viana | AC | 3038/3493 | 2 – Emília Fernandes | RS | 2331/2337 |

PDT

| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|-----------------|----|-----------|
| Jefferson Peres | AM | 2061/2067 | 1 – Álvaro Dias | PR | 3206/3207 |

PSB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------------|----|-----------|--------------------|----|-----------|
| Roberto Saturnino (2) | RJ | 4229/4230 | 1 – Ademir Andrade | PA | 2101/2109 |

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546
 Atualizada em :31/10/2002

| 6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI | | | | | |
|--|----|-----------|---------------------------------------|----|-----------|
| Presidente: ALBERTO SILVA | | | | | |
| Vice-Presidente: LÚDIO COELHO | | | | | |
| (23 titulares e 23 suplentes) | | | | | |
| PMDB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Alberto Silva | PI | 3055/3057 | 1 – Juvêncio da Fonseca | MS | 3015/3016 |
| Fernando Ribeiro | PA | 2441/2447 | 2 – Iris Rezende | GO | 2032/2039 |
| Valmir Amaral | DF | 1961/1066 | 3 – Luiz Pastore | ES | 3203/3204 |
| Mauro Miranda | GO | 1478/4619 | 4 – Ney Suassuna | PB | 4345/4346 |
| Nabor Júnior | AC | 2401/2407 | 5 – Gilberto Mestrinho | AM | 3104/3106 |
| Roberto Requião | PR | 1101/1201 | 6 – Wellington Roberto (2) | PB | 3139/3141 |
| Marluce Pinto | RR | | 7 – Maguito Vilela | GO | 1132/1332 |
| PFL | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Romeu Tuma | SP | 2052/2053 | 1 – Jonas Pinheiro | MT | 2271/2272 |
| Paulo Souto | BA | 3173/3175 | 2 – Antonio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 |
| Leomar Quintanilha | TO | 2071/2072 | 3 – Maria do Carmo Alves | SE | 4055/4057 |
| José Jorge | PE | 1284/3245 | 4 – Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 |
| Arlindo Porto (Cessão ao PTB) | MG | 2321/2327 | 5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB) | TO | 4058/4068 |
| Lindberg Cury | DF | 2011/2017 | 6 – Waldeck Ornelas | BA | 2211/2215 |
| BLOCO PSDB/PPB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Lúdio Coelho | MS | 2381/2387 | 1 – Chico Sartori | RO | 2251/2258 |
| José Serra | SP | 2351/2352 | 2 – Benício Sampaio | PI | 3085/3086 |
| Teotônio Vilela Filho | AL | 4093/4095 | 3 – Luiz Pontes | CE | 3242/3249 |
| Luiz Otávio | PA | 3050/3093 | 4 – Freitas Neto | PI | 2131/2137 |
| Eduardo Siqueira Campos | TO | 4070/4071 | 5 – Romero Jucá | RR | 2111/2119 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS) | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Geraldo Cândido (PT) | RJ | 2117/2177 | 1 – Emília Fernandes (PT) | RS | 2331/2337 |
| Heloísa Helena (PT) | AL | 3197/1508 | 2 – Tião Viana (PT) | AC | 3038/3493 |
| José Eduardo Dutra (PT) | SE | 2391/2397 | | | |
| Paulo Hartung (PSB) (1) | ES | 1129/7020 | | | |
| PDT | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| | | | 1 – Sebastião Rocha | AP | 2242/2243 |
| | | | 2 – Lauro Campos | DF | 2341/2347 |
| PSB | | | | | |
| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
| Ademir Andrade | PA | 2101/2109 | 1 – Roberto Saturnino (3) | RJ | 4229/4230 |

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre

Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Fax: 311-3286

Atualizada em : 05/11/2002

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETAM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido**RELATOR: Senador Valmir Amaral****COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES**

| | | PMDB | |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Alberto Silva | PI – 3055/57 | 1- Iris Rezende | GO – 2032/39 |
| Roberto Requião | PR – 2401/07 | 2- Valmir Amaral | DF – 1961/66 |
| Gerson Camata | ES – 3203/04 | 3- Gilberto Mestrinho | AM – 3104/06 |
| | | PFL | |
| Paulo Souto | BA – 3173/75 | 1- Mario do Carmo Alves | SE – 1306/4659 |
| Jonas Pinheiro | MT – 2271/77 | 2 – VAGO | |
| BLOCO PSDB/PPB | | | |
| Teotonio Vilela Filho | AL – 4093/95 | 1- Luiz Otávio | PA – 3050/3093 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) | | | |
| Geraldo Cândido | RJ – 2171/77 | 1- Roberto Saturnino | RJ – 4229/30 |
| PDT | | | |

REUNIÕES:**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607****FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292****ATUALIZADA EM:**

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFCANALIS DO SENADO FEDERAL
Presidente: **AMIR LANDO**

NOVEMBRO 2002

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|---------------------|----|-----------|----------------------------|----|-----------|
| Alberto Silva | PI | 3055/3057 | 1 – Gilberto Mestrinho | AM | 3104/3106 |
| Ney Suassuna | PB | 4345/4346 | 2 – Francisco Escórcio | DF | 3069/3072 |
| Juvêncio da Fonseca | MS | 3015/3016 | 3 – Wellington Roberto (1) | PB | 3139/3141 |
| Fernando Ribeiro | PA | 1049 | | | |
| Valmir Amaral | DF | 1961/1966 | | | |
| Amir Lando | RO | 3130/3132 | | | |

PFL

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------------|----|-----------|------------------------|----|-----------|
| Antonio Carlos Júnior | BA | 2191/2196 | 1 – Bello Parga | MA | 3069/3072 |
| Geraldo Althoff | SC | 2041/2047 | 2 – Francellno Perelra | MG | 2411/2417 |
| Moreira Mendes | RO | 2231/2237 | | | |
| Jonas Pinheiro | MT | 2271/2272 | | | |

BLOCO PSDB/PPB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-------------------------|----|-----------|--------------------|----|-----------|
| Eduardo Siqueira Campos | TO | 4070/4071 | 1 – Freitas Neto | PI | 2131/2137 |
| Chico Sartori | RO | 2251/2258 | 2 – Ricardo Santos | ES | 2022/2024 |
| Romero Jucá | RR | 2111/2117 | | | |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|------------------------|----|-----------|
| Eduardo Suplicy | SP | 1478/4619 | 1 - José Eduardo Dutra | SE | 2391/2397 |
| Heloisa Helena | AL | 3197/3199 | | | |

PDT

| TITULAR | UF | Ramais | SUPLENTE | UF | Ramais |
|-----------------|----|-----------|----------|----|--------|
| Jefferson Péres | AM | 2061/2067 | | | |

PSB

| TITULARES | UF | Ramais | SUPLENTES | UF | Ramais |
|-----------|----|--------|--------------------|----|-----------|
| | | | 1 – Ademir Andrade | PA | 2101/2109 |

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 31/10/2002

**SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL
PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.**

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)**

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|--------------------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------|
| PMDB | | | |
| ALBERTO SILVA | PI-3055/57 | 1-WELLINGTON ROBERTO (3) | PB-3194/95 |
| LUIZ OTÁVIO (2) | PA-3050/4393 | | |
| PFL | | | |
| MOREIRA MENDES | RO-2231/37 | 1-FREITAS NETO (1) | PI-2131/37 |
| BLOCO (PSDB/PPB) | | | |
| VAGO (4) | | 1-RICARDO SANTOS | ES- |
| | | 2022/24 | |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS) | | | |
| PDT | | | |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | | |

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

| MEMBROS TITULARES | | | | | MEMBROS SUPLENTE | | | | |
|-------------------------|----|--------|----------|----------|--------------------------|----|--------|----------|----------|
| SENADORES | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| PMDB | | | | | | | | | |
| ROBERTO REQUIÃO | PR | ***09 | 311 2401 | 323 4198 | 1. PEDRO SIMON | RS | *** 03 | 311 3232 | 311 1018 |
| CASILDO MALDANER | SC | ###15 | 224-5884 | 323 4063 | 2. AMIR LANDO | RO | ### 15 | 311 3130 | 323 3428 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS | *07 | 311 1207 | 223-6191 | 3. MARLUCE PINTO | RR | **8s | 311 1301 | 225 7441 |
| PFL | | | | | | | | | |
| JORGE BORNHAUSEN (1) | SC | ** 04 | 311 4206 | 323 5470 | 1. WALDECK ORNELAS | BA | # 13 | 311 2211 | 323-4592 |
| ADIR GENTIL | SC | ### 05 | 311 2041 | 323 5099 | 2. JOSÉ JORGE | PE | | 311-1284 | |
| Bloco (PSDB/PPB) | | | | | | | | | |
| ANTERO PAES DE BARROS | MT | #24 | 311 1348 | 321 9470 | 1. LUIZ OTÁVIO | PA | ### | 3111027 | 3114393 |
| LÚDIO COELHO | MS | | 3112381 | 3112387 | 2. RICARDO SANTOS | ES | *13 | 311-2022 | 323-5625 |
| PT/PPS (2) | | | | | | | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS | ###59 | 311-2331 | 323-5994 | 1. Jefferson Péres (PDT) | AM | ###07 | 311-2061 | 323-3189 |
| PTB | | | | | | | | | |
| ARLINDO PORTO | MG | *05 | 311-2324 | 323-2537 | 1. VAGO | | | | |

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

| LEGENDA: | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| * ALA SEN. AFONSO ARINOS | # ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA | @ EDIFÍCIO PRINCIPAL |
| ** ALA SEN. NILO COELHO | ## ALA SEN. TANCREDO NEVES | @@ ALA SEM. RUY CARNEIRO |
| *** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA | ### ALA SEN. FELINTO MÜLLER | @@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ |

| MEMBROS TITULARES | | | | | MEMBROS SUPLENTE | | | | |
|------------------------|----|------|----------|----------|----------------------|----|------|----------|---------|
| DEPUTADOS | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| BLOCO PSDB/PTB | | | | | | | | | |
| MARISA SERRANO | MS | 237 | 318-5237 | 318-2237 | 1. VICENTE CAROPRESO | SC | 662 | 318-5662 | 3182662 |
| FEU ROSA | ES | 960 | 318-5960 | 318-2960 | 2. YEDA CRUSIUS | RS | 956 | 318-5956 | 3182956 |
| BLOCO PFL/PST | | | | | | | | | |
| NEY LOPES | RN | 326 | 318-5326 | 318-2326 | 1. LUCIANO PIZZATTO | PR | 541 | 318-5541 | 3182541 |
| PAULO GOUVÊA | SC | 755 | 318-5755 | 318-2755 | 2. RONALDO CAIADO | GO | 227 | 318-5227 | 3182227 |
| PMDB | | | | | | | | | |
| CONFÚCIO MOURA | RO | *573 | 318-5573 | 318-2573 | 1. EDINHO BEZ | SC | 703 | 318-5703 | 3182703 |
| DARCÍSIO PERONDI | RS | 518 | 318-5518 | 318-2518 | 2. OSMAR SERRAGLIO | PR | 845 | 318-5845 | 3182845 |
| PT | | | | | | | | | |
| PAULO DELGADO | MG | *268 | 318-5268 | 318-2268 | 1. Dr. ROSINHA | PR | | | |
| PPB | | | | | | | | | |
| JARBAS LIMA | RS | 621 | 318-5621 | 318-2621 | 1. CELSO RUSSOMANNO | SP | 756 | 318-5756 | 3182756 |
| BLOCO PSB/PcdoB | | | | | | | | | |
| EZÍDIO PINHEIRO | RS | 744 | 318-5744 | 318-2744 | 1. INÁCIO ARRUDA | CE | *582 | 318-5582 | 3182582 |

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosule_mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

ÍNDICE ONOMÁSTICO

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|--|------|
| ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR | | | |
| Parecer nº 990, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2002 (nº 1.049/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira – OAPC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia. | 615 | Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002, que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. | 718 |
| ANTÔNIO CARLOS VALADARES | | | |
| Parecer nº 991, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2002 (nº 1.327/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itagibá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia. | 617 | Demonstra sua solidariedade com o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pela sua posição de priorizar o combate à fome. | 680 |
| ARLINDO PORTO | | | |
| Parecer nº 992, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2002 (nº 1.365/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ABCI – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhambupe, Estado da Bahia. | 618 | Parecer nº 996, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2002 (nº 1.499/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Quintal do Samba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. | 624 |
| Parecer nº 993, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2002 (nº 1.389/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia. | 620 | Parecer nº 1.001, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2002 (nº 1.469/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais. . | 632 |
| Parecer nº 995, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2002 (nº 1.431/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia. | 623 | Parecer nº 1.003 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2002 (nº 1.474/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura do Brejo das Almas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais. | 635 |
| | | Parecer nº 1.004 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2002 (nº 1.476/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|---|------|
| Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais. | 636 | do Rio Grande do Sul no incentivo ao aleitamento materno | 740 |
| Parecer nº 1.006 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2002 (nº 1.151/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade de Jesus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais. | 639 | FREITAS NETO | |
| Parecer nº 1.009 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390 (nº 1.421/2001, na Câmara dos Deputados), de 2002, que aprova o ato que autoriza a ARCC – Associação Remediense Comunitária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais. | 643 | Parecer nº 999, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2002 (nº 1.317/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AS-BOM – Ação Social “Benedita Barbosa dos Santos” de Bom Jesus – PI (Associação de Radiodifusão Comunitária – ARCOM) /RCBJ – Rádio Comunitária Bom Jesus FM – Bom Jesus/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí. | 629 |
| BENÍCIO SAMPAIO | | Parecer nº 1.000, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2002 (nº 1.456/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí. | 630 |
| Parecer nº 1.016 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2002 (nº 1.684/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Beneficente de Combate a Tuberculose e Malária de Esperantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí. | 655 | Parecer nº 1.005 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2002 (nº 1.409/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Luís Ribeiro da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí..... | 637 |
| BERNADO CABRAL | | Parecer nº 1.015 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2002 (nº 1.678/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação 14 de Agosto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí. | 653 |
| Parecer nº 989, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2002 (nº 1.256/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná. | 614 | Faz um apelo ao governador eleito do Piauí, Wellington Dias, e ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para que sejam suspensas as privatizações da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e do Banco do Estado do Piauí..... | 725 |
| Apóia integralmente o colega em sua manifestação. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.... | 679 | JEFFERSON PÉRES | |
| CHICO SARTORI | | Retrata a pressão dos governadores, dirigida ao Presidente eleito, para o refinanciamento da dívida dos Estados. | 739 |
| Agradece o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratinide Morais, pela retirada, do Estado de Rondônia, da área de risco da Febre Aftosa..... | 726 | Defende o reajuste dos vencimentos dos parlamentares, que, segundo sua posição pessoal, deve vincular-se ao reajuste dos salários dos servidores públicos. | 739 |
| EMILIA FERNANDES | | | |
| Registra a comemoração da Semana Mundial da Amamentação, destacando as ações do Governo | | | |

| | Pág. | III Pág. |
|---|------|-------------|
| JONAS PINHEIRO | | |
| Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2002, que prorroga o prazo para a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. | 684 | 59 |
| JORGE BORNHAUSEN | | |
| Crítica a paralisação da licitação para as obras na rodovia BR-101, no trecho entre o município de Palhoça/SC até a fronteira do Estado com o Rio Grande do Sul e solicita a suspensão do novo edital de licitação do Banco do Estado de Santa Catarina, federalizado. | 675 | 64 |
| JOSÉ JORGE | | |
| Faz algumas considerações sobre a necessidade de adoção de políticas governamentais de expansão da oferta de energia elétrica. | 2 | |
| Projeto de Lei nº 76, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Eletrobras, crédito suplementar no valor total de R\$416.466.087,00 (quatrocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitenta e sete reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas em presas, no valor global de R\$767.330.212,00 (setecentos e sessenta e sete milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e doze reais), para os fins que especifica". (Mensagem nº 246, de 2002-CN – nº 929/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... | 6 | |
| Projeto de Lei nº 77, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$78.540.619,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e dezenove reais), em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 247, de 2002-CN – nº 930/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... | 34 | |
| Projeto de Lei nº 78, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$74.400.000,00 (setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica". (Mensagem nº 248, de 2002-CN – nº | | |
| 931/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | | 59 |
| Projeto de Lei nº 79, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$3.100.000,00 (três milhões, cem mil reais), para o fim que especifica". (Mensagem nº 249, de 2002-CN – nº 932/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. . | | 64 |
| Projeto de Lei nº 80, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$169.667.597,00 (cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 250, de 2002-C – nº 933/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | | 66 |
| Projeto de Lei nº 81, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$707.342.273,00 (setecentos e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 251, de 2002-CN – nº 934/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | | 77 |
| Projeto de Lei nº 82, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$28.205.505,00 (vinte e oito milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 252, de 2002-CN – nº 935/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | | 109 |
| Projeto de Lei nº 83, de 2002-CN, que "Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$193.900.000,00 (cento e noventa e três milhões e novecentos mil reais), para os fins que especifica". (Mensagem nº 253, de 2002-CN – nº 936/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | | 118 |
| Projeto de Lei nº 84, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$421.406.564,00 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| (quatrocentos e vinte e um milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 254, de 2002-CN – nº 937/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... | 122 | mil, quatrocentos e quarenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 260, de 2002-CN – nº 943/2002, na origem). | 309 |
| Projeto de Lei nº 85, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$43.762.093,00 (quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, noventa e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 255, de 2002-CN – nº 938/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... | 133 | Projeto de Lei nº 91, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$4.459.032.102,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trinta e dois mil, cento e dois reais) em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 261, de 2002-CN – nº 944/2002, na origem). | 319 |
| Projeto de Lei nº 86, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$6.294.845,00 (seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para os fins que especifica". (Mensagem nº 256, de 2002-CN – nº 939/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... | 283 | Projeto de Lei nº 92, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$93.234.000,00 (noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais), em favor da Justiça Federal para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 262, de 2002-CN – nº 945/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | 324 |
| Projeto de Lei nº 87, de 2002-CN, que "Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$2.875.000,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para o fim que especifica." (Mensagem nº 257, de 2002-CN – nº 940/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. | 290 | Projeto de Lei nº 93, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$250.072.546,00 (duzentos e cinquenta milhões, setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais) para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 263, de 2002-CN – nº 946/2002, na origem)..... | 331 |
| Projeto de Lei nº 88, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$240.988,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e oito reais), para os fins que especifica". (Mensagem nº 258, de 2002-CN – nº 941/2002, na origem)..... | 292 | Projeto de Lei nº 94, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$3.201.123.539,00 (três bilhões, duzentos e um milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 264, de 2002-CN – nº 947/2002, na origem) | 356 |
| Projeto de Lei nº 89, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$97.825.663,00 (noventa e sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 259, de 2002-CN – nº 942/2002, na origem)..... | 296 | Projeto de Lei nº 95, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$120.003.735,00 (cento e vinte milhões, três mil, setecentos e trinta e cinco reais), para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 265, de 2002-CN – nº 948/2002, na origem)..... | 538 |
| Projeto de Lei nº 90, de 2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$197.811.440,00 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e onze | | | |

| Pág. | | Pág. |
|------|---|------|
| | Projeto de Lei nº 96, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$195.335.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 266, de 2002-CN – nº 949/2002, na origem)..... | |
| 543 | Projeto de Lei nº 97, de 2002-CN, que "Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de R\$142.091.424,00 (cento e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 267, de 2002-CN – nº 950/2002, na origem)..... | |
| 547 | Projeto de Lei nº 98, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$63.479.999,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica". (Mensagem nº 268, de 2002-CN – nº 951/2002, na origem)..... | |
| 554 | Projeto de Lei nº 99, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 269, de 2002-CN – nº 952/2002, na origem). | |
| 557 | Projeto de Lei nº 100, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$22.232.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". (Mensagem nº 270, de 2002-CN – nº 953/2002, na origem). ... | |
| 559 | Parecer nº 1.019, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências..... | |
| 710 | Parecer nº 1.020, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, que prorroga o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. | |
| 734 | | |
| | LINDBERG CURY | |
| | Afirma que com a resolução dos problemas das ferrovias, das vias de transportes e das estradas, é claro que haverá um meio de o Brasil se transformar num dos maiores produtores de grãos do mundo. Aparte ao Senador Mauro Miranda..... | 695 |
| | LÚCIO ALCÂNTARA | |
| | Aborda os relevantes trabalhos desenvolvidos pelas APAEs de todo o Brasil, na busca de ações voltadas para a construção de uma sociedade justa e inclusiva. | 698 |
| | LUIZ OTÁVIO | |
| | Parecer de nº 1.010 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2002 (nº 1.436/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breves, Estado do Pará. | 645 |
| | Parecer de nº 1.014 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2002 (nº 1.597/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RBN – Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almeirim, Estado do Pará. | 651 |
| | Comunica a inauguração do trecho da 2ª linha de transmissão de energia entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a subestação da Eletronorte em Vila do Conde, bem como do complexo da Alça Viária ao redor da Região Metropolitana de Belém, no dia 20 de setembro passado. | 697 |
| | MAGUITO VILELA | |
| | Defende a aprovação da Medida Provisória que altera a Lei nº 9.615, de 1988, a Lei Pelé, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo..... | 729 |
| | MARIA DO CARMO ALVES | |
| | Parecer de nº 984, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Pro- | |

| | Pág. | | Pág. |
|--|------|--|------|
| <p>Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que Institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos e dá outras providências. (Proferido antes da aprovação do Requerimento nº 783, de 1999, de tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998).</p> | 1 | <p>Faz um apelo para que seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, de autoria de S.Exa., que destina 0,5% dos recursos do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados arrecadados pela União para instituições de ensino superior.</p> | 677 |
| <p>MAURO MIRANDA</p> | | <p>Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2002 (nº 2.098/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> | 702 |
| <p>Faz um apelo à equipe de transição do novo Governo e ao Presidente eleito, para que envidem esforços visando a recuperação da malha rodoviária do Centro-Oeste.</p> | 695 | <p>Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2002 (nº 2.110/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> | 706 |
| <p>Registra a importância da amamentação para o desenvolvimento saudável da criança no transcurso da Semana Mundial de Amamentação.</p> | 728 | <p>Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002, que estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências.</p> | 713 |
| <p>MOREIRA MENDES</p> | | <p>Defende a limitação da criação de reservas indígenas, ambientais e extrativistas no território nacional.</p> | 721 |
| <p>Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2002, que institui a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.</p> | 669 | <p>Requerimento nº 524, de 2002, que requer a inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 5, 6, 7 e 8 sejam submetidas ao Plenário em 2º, 3º, 4º e 5º lugares.</p> | 733 |
| <p>Propõe audiência pública, dirigida à Comissão de Assuntos Sociais, para a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2001, que trata da modificação do art 618 da CLT.</p> | 745 | <p>NABOR JÚNIOR</p> | |
| <p>MOZARILDO CAVALCANTI</p> | | <p>Parecer nº 988, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2002 (nº 1.186/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Curimataú de Nova Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.</p> | 613 |
| <p>Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2002 (nº 1.746/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ita Ondas S/C Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> | 589 | <p>Parecer nº 998, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2002 (nº 1.514/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.</p> | 627 |
| <p>Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2002 (nº 2.004/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Mangabeiras para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> | 599 | <p>Parecer nº 1.002, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2002 (nº 1.472/2001, na Câmara dos Depu-</p> | |
| <p>Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002, que inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências.</p> | 667 | | |
| <p>Presta sua homenagem ao centenário de nascimento de Rui Barbosa.</p> | 677 | | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| tados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão. | 633 | nº 323, de 2002 (nº 1.502/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Unida para a Comunicação da Boa Nova em Pancas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo. | 626 |
| Parecer nº 1.018, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2002 (nº 3.721 /2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que “declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro”, e da outras providências..... | 708 | Parecer nº 1.013 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2002 (nº 1.382/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Da Praia Do Canto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo..... | 650 |
| NEY SUASSUNA | | Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa. | 668 |
| Demonstra sua satisfação com o posicionamento do PMDB em relação ao governo do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. | 730 | ROBERTO SATURNINO | |
| OSMAR DIAS | | Estranheza com a operação de venda de ações do Banco do Brasil, a apenas sessenta dias da posse do novo Governo e crítica o processo de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso. | 694 |
| Comenta a importância do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicred) para a agricultura brasileira e faz um apelo para a votação de Projeto de Lei de sua autoria, que dispõe sobre a modernização da legislação do cooperativismo no País..... | 743 | ROMERO JUCÁ | |
| PAULO SOUTO | | Parecer nº 985, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 295, de 2002 (nº 869/2002, na origem), do Presidente da República, solicitando ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.... | 605 |
| Parecer nº 1.017, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2002 – Complementar) Piauí. | 656 | Registra a transformação da Escola Técnica Federal de Roraima em Centro Federal de Ensino e Tecnologia – Cefet. | 738 |
| RAMEZ TEBET | | Registra seu apoio à indicação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil para o Prêmio Nobel da Paz. | 744 |
| Parecer nº 1.021, de 2002, da Comissão Diretora, que versa sobre a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem). | 735 | ROME U TUMA | |
| RICARDO SANTOS | | Parecer nº 986, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº | |

| | Pág. | | Pág. |
|---|------|---|------|
| 107, de 2002 (nº 918/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. ' 610 | 610 | Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo. 642 | 642 |
| Parecer nº 987, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2002 (nº 958/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pirajuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo. 611 | 611 | Parecer nº 1.011 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2002 (nº 1.455/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Notícias de Tatuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo. 647 | 647 |
| Parecer nº 994, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2002 (nº 1.396/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flórida Paulista, Estado de São Paulo. 621 | 621 | Parecer nº 1.012 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2002 (nº 1.461/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lençóis Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo. 648 | 648 |
| Parecer nº 1.007 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2002 (nº 1.181/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Piracicaba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. 640 | 640 | WALDECK ORNELAS | |
| Parecer nº 1.008 de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2002 (nº 1.425/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação | | Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências. 668 | |
| | | Comenta Projeto de Lei que regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como complemento à Emenda Constitucional do Fundo de erradicação e combate à pobreza.... 679 | 679 |
| | | Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2002, que regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 683 | 683 |